

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino do Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica



CHEMICAL IV - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA
CNPJ: 10.842.004/0001-70

Classificação de Risco (Quotas Seniores da Série Única) – Moody's América Latina Ltda.: Aaa.br
Classificação de Risco (Quotas Subordinadas Mezanino) – Moody's América Latina Ltda.: Ba1.br

Código ISIN Quotas Seniores: BRCHMQCTF000 / Código ISIN Quotas Subordinadas Mezanino: BRCHMQCTF018

Registro CVM Quotas Seniores n.º CVM/SRE/RFD/2009/012, concedido em 30 de junho de 2009
Registro CVM Quotas Subordinadas Mezanino n.º CVM/SRE/RFD/2009/013, concedido em 30 de junho de 2009



O Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica ("Fundo") está ofertando (i) até 227.000 quotas seniores, em série única, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00 ("Quotas Seniores" e "Valor Unitário de Emissão"), perfazendo o montante total de até R\$227.000.000,00; e (ii) até 18.000 quotas subordinadas mezanino, de mesmo Valor Unitário de Emissão, perfazendo um total de até R\$18.000.000,00 ("Quotas Subordinadas Mezanino"). O total de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino a serem distribuídas será de até:

R\$245.000.000,00

A distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino ("Oferta") foi deliberada pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada equiparada à instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00 ("Administrador"), em 11 de maio de 2009.

Os documentos relativos à Oferta foram protocolados na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 12 de maio de 2009.

O BB Banco de Investimento S.A. ("BB-BI" ou "Coordenador Líder"), Caixa Econômica Federal ("CAIXA") e o Banco UBS Pactual S.A. ("UBS Pactual" e, em conjunto com a CAIXA e o Coordenador Líder, "Coordenadores") foram as instituições contratadas pelo Administrador para realizar a Oferta.

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, teve o seu regulamento registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 11 de maio de 2009, sob o n.º 229712, e seu primeiro e segundo aditamentos averbados no mesmo cartório sob o n.º 229821, em 15 de maio de 2009, e n.º 230771, em 16 de junho de 2009, respectivamente ("Regulamento").

O Fundo é regido pelas disposições do Regulamento, da Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

O Fundo destina-se a adquirir Direitos Creditórios de titularidade da Cedente, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos. Para maiores esclarecimentos e informações sobre os Direitos Creditórios, vide a seção "Os Direitos Creditórios", na página 39 deste Prospecto.

Adicionalmente às Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, serão emitidas, pelo Fundo, a qualquer tempo durante o Prazo de Duração, um número indeterminado de quotas subordinadas junior ("Quotas Subordinadas Junior"), que não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Cedente e/ou Partes Relacionadas. Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados, conforme a definição do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados"). As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos (MDA), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas. As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para negociação mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, e, a critério do Administrador, no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX.

Recomenda-se a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas do Fundo. Os potenciais investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 32 a 38 deste Prospecto.

O investimento no Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O Fundo de que trata este Prospecto não conta com a garantia do Administrador do Fundo, do Gestor da Carteira, da Cedente, de suas respectivas partes relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

Não há compromisso ou garantia por parte do Administrador ou do Gestor de que o objetivo do Fundo será atingido.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da quota se comparada a de fundos similares com prazo inferior. O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento às disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os fundos de investimento, bem como às normas emanadas pela CVM.

A concessão de registro para a distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas de emissão do Fundo não implica, por parte da CVM e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou de adequação do Regulamento do Fundo ou deste Prospecto à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do Fundo ou de seu Administrador, Gestor e demais prestadores de serviços.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições deste Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Somente Investidores Qualificados e Fundos de Investimentos autorizados a investir em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios conforme definido pela Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, alterada pela Instrução CVM n.º 411, de 26 de novembro de 2004, Instrução CVM n.º 413, de 30 de dezembro de 2004, Instrução CVM n.º 450, de 30 de março de 2007, Instrução CVM n.º 456, de 22 de junho de 2007 e Instrução CVM n.º 465, de 20 de fevereiro de 2008, podem adquirir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.



Prospecto de acordo com o Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimentos

"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços."

Coordenadores

Coordenador Líder



Administrador

BEM DTVM Ltda.
(uma empresa do Grupo Bradesco)



Agência Classificadora de Risco

Moody's Investors Service



Auditoria



Custódia Qualificada



Bradesco

A data deste Prospecto Definitivo é 1º de julho de 2009.

Índice

Índice	1
Glossário	5
Identificação do Administrador, dos Coordenadores, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos	12
Administrador e Gestor	12
Coordenadores	12
Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira	12
Consultor Jurídico	13
Características Básicas das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino	17
Características Básicas das Quotas Seniores	17
Características Básicas das Quotas Subordinadas Mezanino	17
Sumário	19
O Fundo	19
Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo	19
Os Direitos Creditórios	20
As Quotas	20
Emissão e integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas	20
Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas	22
Negociação das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino	25
Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas	25
O Administrador	25
Remuneração do Administrador e Custodiante	25
Gestor	26
Custodiante	26
Conflito de Interesses	26
Relacionamento do Administrador, do Custodiante e do Gestor com a Cedente	26
Relacionamento dos Coordenadores com a Cedente	26
Relacionamento Relevante entre os Prestadores de Serviços do Fundo	27
A Cedente	27
Procedimentos de Distribuição das Quotas	28
Regime de Colocação	28
Plano de Distribuição	28
Encerramento da Distribuição	30
Subscrição e Integralização das Quotas	30
Cronograma da Oferta	30
Custos de Distribuição	30
Fatores de Risco	32
Riscos associados ao investimento no Fundo	32
Riscos de mercado e fatores macroeconômicos	33
Riscos associados aos Direitos Creditórios	35
Os Direitos Creditórios	39
Introdução	39
Procedimentos de Vendas e Constituição dos Direitos Creditórios	39
Procedimentos para a concessão do crédito	42
A Estrutura a Operação	47
Resumo da Estrutura	47
Estrutura do fundo	47
Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo	48
Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios	49
Critérios de Elegibilidade	49
Verificação dos Critérios de Elegibilidade	50
Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis	50
Cobrança dos Direitos Creditórios	51

Opção de recompra de Direitos Creditórios pela Cedente	52
Resolução da Cessão	52
Resilição do Contrato de Cessão pela Cedente	52
Índices de Cobertura	53
Reserva de Amortização e Resgate	54
Verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate	55
Ordem de Alocação de Recursos	55
Taxa de Administração e Encargos do Fundo	56
Eventos de Avaliação	56
Eventos de Liquidação	58
Dação em Pagamento dos Direitos Creditórios	59
Custos Referentes à Cobrança dos Ativos do Fundo	60
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	60
Crítérios de divulgação de informações aos Quotistas	61
Atendimento aos Quotistas	61
Assembleia Geral	61
As Quotas	64
Características das Quotas Seniores	64
Características das Quotas Subordinadas Mezanino	64
Características das Quotas Subordinadas Junior	64
Emissão e integralização das Quotas	65
Amortização e Resgate das Quotas	65
Tributação	66
Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo	68
Contrato de Cessão	68
Contrato de Colocação	68
Contrato de Custódia	68
Contrato de Depósito	70
Contrato de Cobrança	70
Gestão da carteira do Fundo	70
Agência de Classificação de Risco	71
Empresa de Auditoria	71
Destinação dos Recursos	72
Administrador	73
Gestor	73
Custodiante e Agente Escriturador	75
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	75
Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento	75
Visão Geral do Setor Petroquímico Brasileiro	77
Estrutura	77
Papel do Governo Brasileiro	79
Preços e Tributos	80
Tributação	81
A Cedente	82
Introdução	82
Estratégia	82
Capital Social	85
Administração	86
Atividades da Cedente	87
Anexos	93
Instrumento de Constituição do Fundo	95
Regulamento	101
Contrato de Cessão	185
Suplemento Único das Quotas Seniores	235
Suplemento Único das Quotas Subordinadas Mezanino	239

Declaração do Administrador, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400	243
Declaração do Coordenador Líder, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400	247
Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG	251
Súmula e Relatório da Agência de Classificação de Risco.....	293
Demonstrações Financeiras Padronizadas da Cedente relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e respectivos pareceres dos auditores independentes.....	311
Informações Trimestrais (ITR) da Cedente relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, e respectivo parecer dos auditores independentes.....	743

Glossário

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, têm o seguinte significado:

Administrador	BEM.
Agência de Classificação de Risco	Moody's América Latina Ltda. ou qualquer agência de classificação de risco que vier a ser contratada para a classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.
Agente Escriturador	Bradesco.
Alocação Mínima	Razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá ser igual ou superior a 50%.
Amortização Extraordinária	Tem o significado que lhe é atribuído no item 19.1 do Regulamento.
Amortização Periódica	Amortização parcial das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do item 14 do Regulamento, na Seção "Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas" e nos respectivos Suplementos das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anúncio de Início	Anúncio de início da distribuição pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino de emissão do Fundo, nos termos do Anexo IV da Instrução CVM 400.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da distribuição pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino de emissão do Fundo, nos termos do Anexo V da Instrução CVM 400.
Assembleia Geral	Assembleia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do item 24 do Regulamento.
Ativos Financeiros	Bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400
Aviso de Amortização Extraordinária	O procedimento de amortização antecipada, integral ou parcial das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e/ou à Alocação Mínima, que poderá ser realizada pelo Administrador, a seu exclusivo critério e sem que haja qualquer imputação de qualquer multa, compensatória ou punitiva, constante do item 19.1 do Regulamento
Avisos de Vencimento	Bloquetos de cobrança emitido pelos Bancos Cobradores por meio do qual os Clientes são notificados acerca da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo.
BACEN	Banco Central do Brasil.
Bancos Cobradores	As seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Safra S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., bem como outras instituições que vierem a ser contratadas pelo Custodiante, com a interveniência do fundo e da Cedente para a prestação do serviço de Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios.
Base de Dados	Base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos Creditórios e aos Clientes, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia desde a constituição do Fundo.
BB-BI	BB Banco de Investimento S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.933.830-0001-30.
BEM	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00.
BM&F Bovespa	BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BOVESPAFIX	Mercado de balcão organizado de renda fixa da BM&F Bovespa.

Bradesco	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus - Prédio Novo - 4º Andar - Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12.
BRAM	BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001-44.
Braskem	Braskem S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno, 1561 inscrita no CNPJ/MF sob n.º 42.150.391/0001-70.
CAIXA	Caixa Econômica Federal, instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, Setor Bancário Sul, Quadra 4, lotes 3/4, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.360.305/0001-04.
CBPI	Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga.
Cedente	Braskem, e suas respectivas sucessoras, ou uma nova sociedade incluída na forma do item 8.1.3 do Regulamento.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
Chemical III	Chemical III – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, administrado pela BEM e inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.266.450/0001-03.
Chinese Wall	Separação entre as atividades de administração e gestão de um fundo de investimento, e as demais atividades da instituição financeira administradora, visando evitar o surgimento de conflitos de interesses entre as duas atividades.
CIF	Significa Cost, Insurance and Freight.
Clientes	Compradores de Produtos cadastrados pela Cedente e constantes da Relação de Clientes, cujo somatório de Direitos Creditórios devido por cada Cliente individualmente considerado, em cada Data de Aquisição e Pagamento, poderá representar uma concentração máxima de até 3% do Patrimônio Líquido.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Cobrança Bancária	Cobrança bancária dos Direitos Creditórios realizada pelos Bancos Cobradores, mediante a emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária.
Cobrança Judicial e Extrajudicial	Cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos que será realizada pela Cedente nos termos do Contrato de Cobrança.
Condições Resolutivas da Cessão	Condições sob as quais a cessão dos Direitos Creditórios será considerada como resolvida, conforme a Cláusula Quinta do Contrato de Cessão.
Conta-Corrente Autorizada do Fundo	Conta-corrente de titularidade do Fundo referida na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão ou outra conta-corrente que vier a ser indicada pelo Administrador para recebimento de valores pelo Fundo.
Contraprestação	Procedimento para pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, constante da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.
Contrato de Cessão	"Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Cedente, com a interveniência do Custodiante, conforme alterado de tempos em tempos.
Contrato de Cobrança	"Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças" firmado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Cedente, conforme alterado de tempos em tempos.
Contrato de Colocação	"Contrato de Coordenação, Subscrição e Colocação de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino, de Emissão do Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", celebrado entre o Administrador, a Cedente, o BB-BI, a CAIXA e o UBS Pactual.
Contrato de Custódia	"Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada, Controladoria e Outros Pactos", celebrado pelo Fundo, representado pelo Administrador e o Custodiante, com a interveniência da Cedente, conforme alterado de tempos em tempos.
Contrato de Depósito	"Contrato de Depósito e Outras Avenças" firmado entre o Custodiante e a Cedente, com a interveniência do Fundo, representado pelo Administrador, conforme alterado de tempos em tempos.

Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior	"Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas Junior do Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador e a Cedente, com a interveniência do Custodiante, conforme alterado de tempos em tempos.
Convênios de Cobrança Bancária	Convênios de prestação de serviço de Cobrança Bancária, firmados pelo Custodiante com os Bancos Cobradores, com a interveniência do Fundo, representado pelo Administrador, e da Cedente, conforme alterado de tempos em tempos.
Coordenador Líder	BB-BI.
Coordenadores	BB-BI, CAIXA e UBS Pactual.
Coordenadores Consorciados	Instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que os Coordenadores poderão, conjuntamente, contratar para colocação das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, mediante prévia autorização da Cedente.
Copesul	Copesul - Companhia Petroquímica do Sul S.A.
Crítérios de Elegibilidade	Crítérios a serem observados pelo Custodiante para que os Direitos Creditórios possam ser adquiridos pelo Fundo, conforme definidos no item 8 do Regulamento.
Custodiante	Bradesco, responsável pelos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Aquisição e Pagamento	Data em que ocorre a confirmação, pelo Custodiante, com relação a cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade e o pagamento do Preço de Aquisição à Cedente.
Data de Disponibilidade	Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.
Data de Emissão	Data em que os recursos decorrentes da integralização das Quotas são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, nos termos do item 13.1 do Regulamento e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
Data de Verificação de Amortização	Data em que o Custodiante verificará se o saldo da Reserva de Amortização e Resgate atende ao disposto no Regulamento, conforme o significado que lhe é atribuído no item 14.8 do Regulamento.
Data de Verificação dos Índices de Cobertura	A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a última Data de Resgate, o 15º dia de cada mês.
Datas de Amortização	Datas indicadas nos respectivos Suplementos das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nas quais ocorrerá a Amortização Periódica destas, conforme o significado que lhe é atribuído no item 14.2 do Regulamento.
Datas de Resgate	Datas em que se dará o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso, indicadas nos respectivos Suplementos.
Dia Útil	Significa segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado de São Paulo ou na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo e (ii) feriados de âmbito nacional.
Direitos Creditórios	Direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames, que a Cedente detém e/ou virá a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes pela Cedente, representadas por Notas Fiscais Faturas.
Direitos Creditórios Elegíveis	Direitos Creditórios que, na Data de Aquisição e Pagamento, atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade.
Direitos Creditórios Inadimplidos Passíveis de Cobrança	Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, cujos pagamentos devidos pelos Clientes não sejam efetuados dentro do prazo.
Direitos Creditórios Permutáveis	Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham sido liquidados pelo Cliente dentro do respectivo Prazo Máximo de Atraso e que poderão ser utilizados como Contraprestação nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.

Diretor Designado	Diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.
Disponibilidades	Disponibilidades diárias havidas com o recebimento (i) do valor de integralização das Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, conforme o significado que lhe é atribuído no item 14.6 do Regulamento.
Documentos Comprobatórios	Seguintes documentos: (i) para Vendas FOB (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura e tiquete de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes; (ii) para Vendas CIF (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura; e o respectivo conhecimento de embarque dos Produtos e comprovante de entrega dos Produtos aos Clientes; e (iii) Venda por Tubovia, a Nota Fiscal Fatura e o relatório de leitura do medidor da tubovia.
DPPI	Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A.
Duplicata	Duplicatas de venda mercantil representativas dos Direitos Creditórios, conforme o significado que lhe é atribuído na cláusula 1.1 do Contrato de Cessão.
Empresa de Auditoria	KPMG ou sua sucessora no exercício da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise da atuação do Administrador.
Encargos do Fundo	Encargos do Fundo, conforme especificados no item 11.2 do Regulamento.
Eventos de Avaliação	Eventos de avaliação do Fundo, conforme especificados no item 18.1 do Regulamento.
Eventos de Liquidação	Eventos de liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356, conforme especificados no item 18.2 do Regulamento.
Eventos de Resilição	Eventos de resilição que correspondem a um Evento de Liquidação e que estão indicados na cláusula 9.2 do Contrato de Cessão.
Eventos de Revisão	Eventos de revisão que correspondem a um Evento de Avaliação e que estão indicados na cláusula 9.1 do Contrato de Cessão.
Excesso de Cobertura	Valor resultante do Índice de Cobertura Sênior e do Índice de Cobertura Mezanino que supera o Índice de Cobertura, conforme especificado no item 20.2 do Regulamento.
Fator Spread das Quotas Seniores	Spread sobre a Taxa DI aplicável às Quotas Seniores, determinado na forma do item "Quotas Seniores" e indicado no respectivo Suplemento.
Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino	Spread sobre a Taxa DI aplicável às Quotas Subordinadas Mezanino, determinado na forma do item "Quotas Subordinadas" e indicado no respectivo Suplemento.
FOB	Significa Free on Board.
Fundo	Chemical IV – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica.
Gestor	BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 1450, 6º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 62.375.134/0001-4.
Grupo Odebrecht	Grupo de companhias controlado, direta ou indiretamente, pela Odebrecht S.A.
IGP- M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índices de Cobertura	Índice de Cobertura Sênior e o Índice de Cobertura Mezanino, considerados em conjunto, conforme especificado no item 20.1 do Regulamento.
Índice de Cobertura Sênior	Relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores, conforme especificado no item 20.1 do Regulamento.
Índice de Cobertura Mezanino	É a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o somatório do valor total das Quotas Seniores e do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme especificado no item 20.1 do Regulamento.
Instituições Autorizadas	Seguintes instituições ou suas respectivas Partes Relacionadas: Banco Santander S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco ABN AMRO Real S.A., Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Itaú S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A.
Instrução CVM 356	É Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas Instruções CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, n.º 435, de 5 de julho de 2006, n.º 442, de 8 de dezembro de 2006, e n.º 446, de 19 de dezembro de 2006, e n.º 458, de 16 de agosto de 2007, e alterações posteriores.

Instrução CVM 400	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, com a redação dada pela Instrução CVM 429, de 22 de março de 2006 e Instrução CVM 442, de 8 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.
Instrução CVM 409	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, com a redação dadas pelas Instruções CVM n.º 411, de 26 de novembro de 2004, n.º 413, de 30 de dezembro de 2004, e n.º 450, de 30 de março de 2007, e n.º 456, de 22 de junho de 2007, e alterações posteriores.
Investidores Qualificados	São aquelas pessoas definidas como tal no artigo 109 da Instrução CVM 409, e os fundos de investimento, nos termos da referida instrução, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento.
IOF/Títulos	Imposto sobre Operações Financeiras relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
Ipiranga ou IPQ	Ipiranga Petroquímica S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul, na BR 386 – Rodovia Tabai/Canoas – Km 419, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 88.939.236/0001-39.
IQ	Ipiranga Química S.A.
IR	Imposto de Renda.
KPMG	KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, n.º 33.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
MDA	Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Moody's	Agência classificadora de risco com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas 12.551, 16º andar, conjunto 1.601, para prestar os serviços de classificação de risco das quotas seniores e das quotas subordinadas mezanino do Fundo.
Nota Fiscal Fatura	Documento preparado na forma do Anexo I do Contrato de Cessão, emitido em razão da realização de operação venda mercantil a prazo de Produtos celebrada entre a Cedente e seu respectivo Cliente.
Novo Cliente	Comprador de Produtos cadastrado pela Cedente que venha a ser inserido na Relação de Clientes, de acordo com o procedimento previsto nos itens 9.1 e 9.1.1 do Regulamento.
OPA	Oferta Pública de Aquisição de Ações.
País	República Federativa do Brasil.
Partes Relacionadas	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa. Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.
Patrimônio Líquido	Patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do item 26 do Regulamento.
PEAD	Polietileno de Alta Densidade, termoplástico derivado do eteno, cuja maior aplicação encontra-se nas embalagens.
Percentual de Inadimplência	Tem o significado que lhe é atribuído no item 20.1.1 do Regulamento.
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS.
Plano Contábil	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.
Petroquisa	Petrobras Química S.A. – PETROQUISA.
Política de Crédito	Política de Crédito da Cedente.
PPSA	Petroquímica Paulínia S.A.
Prazo de Duração	Prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no item 3 do Regulamento.
Prazo Máximo de Atraso	Prazo de oito dias, contados da respectiva data de vencimento do Direito Creditório, a partir do qual os Direitos Creditórios passam a ser considerados Direitos Creditórios Permutáveis.
Preço de Aquisição	Preço de aquisição de cada Direito Creditório Elegível, calculado nos termos do inciso II da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.

Procedimento de Bookbuilding	Procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, realizado em 15 de junho de 2009, por meio do qual foi definido o Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores e o Fator <i>Spread</i> das Quotas Subordinadas Mezanino.
Produtos	Produtos fabricados e/ou comercializados pela Cedente no curso normal de suas atividades preponderantes no setor químico e petroquímico, desenvolvidas em conformidade com seus atos constitutivos.
Prospecto Definitivo	Este prospecto definitivo da Oferta.
Prospecto Preliminar	O prospecto preliminar da Oferta.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo e suas respectivas atualizações.
Quotas	Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, consideradas em conjunto.
Quotas Seniores	Quotas de classe sênior, que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate, emitidas pelo Fundo em uma única série.
Quotas Subordinadas Junior	Quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo, que se subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização e resgate.
Quotas Subordinadas Mezanino	Quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo que se subordinam às Quotas Seniores e preferem às Quotas Subordinadas Junior para efeito de amortização e resgate.
Quotistas	Titulares de Quotas.
Regulamento	Regulamento do Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob o n.º 229712, em 11 de maio de 2009, e seu primeiro e segundo aditamentos averbados no mesmo cartório sob o n.º 229821, em 15 de maio de 2009, e n.º 230771, em 16 de junho de 2009, respectivamente.
Relação de Clientes	Relação de Clientes, incluindo a discriminação da concentração máxima específica dos Clientes, a qual será enviada ao Custodiante pela Cedente.
Relatório Especial de Revisão	Relatório de revisão especial da carteira de Direitos Creditórios da Cedente, elaborado pela KPMG e constante como Anexo a este Prospecto.
Reserva de Amortização e Resgate	Tem o significado que lhe é atribuído no item 14.6 do Regulamento.
Resolução CMN 2.907	Resolução n.º 2.907, de 29 de dezembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional.
RPI	Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SERASA	Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA.
SF	SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Suplemento	Suplemento das Quotas Seniores e o Suplemento das Quotas Subordinadas, sendo que cada um contém as seguintes informações relativas à classe a que se refere: montante das Quotas, quantidade de Quotas, 1ª Data de Emissão, Datas de Amortização, percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado, Data de Resgate e Fator Spread, preparado conforme os modelos constantes dos Anexos I e II do Regulamento. Os Suplementos constam dos anexos a este Prospecto.
Taxa DI	Taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.
Taxa DI Futura	Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 6.1 do Contrato de Cessão.
Termo de Cessão	Documento preparado na forma do Anexo V ao Contrato de Cessão, relativo aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.
Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento	Documento pelo qual os Quotistas (i) declaram estar cientes dos riscos envolvidos no investimento nas Quotas do Fundo, e (ii) aderem ao Regulamento.
TPI	Triunfo Participações e Investimentos S.A.
Triunfo	Petroquímica Triunfo S.A.

UBS Pactual	Banco UBS Pactual S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 3729, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.306.294/0002-26.
Ultrapar	Ultrapar Participações S.A.
Unidades de Negócio	Unidades produtivas da Cedente onde os Produtos são fabricados.
Valor Unitário de Emissão	Valor unitário de cada Quota na respectiva 1ª Data de Emissão.

Identificação do Administrador, dos Coordenadores, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos

Administrador e Gestor

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar
Osasco, SP
At.: Cassiano Ricardo Scarpelli
Telefone: (11) 3684.4522
Fac-símile: (11) 3684.5645
Website: www.bradescocustodia.com.br

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida Paulista 1450, 6º andar
São Paulo, SP
At.: Robert John Van Dick
Telefone: (11) 2178.6600
Fac-símile: (11) 2178.6800

Coordenadores

BB Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas 105, 36º andar
Rio de Janeiro, RJ
At.: Jorge Luis Guedes/ Vânia Pereira de Araujo
Telefone: (21) 3808.3625/ (11) 2128.7759
Fac-símile: (21) 3808.3239
Correio Eletrônico: gemec@bb.com.br
Website: www.bb.com.br/ofertapublica

Caixa Econômica Federal
Av. Paulista 2300, 12º andar
São Paulo, SP
At.: Alexandre Parisi/ Paulo Fernando Dutra Moraes
Telefone: (11) 3555.6200 - Fac-símile: (11) 3555.9599
Correio Eletrônico: gemef@caixa.gov.br
Website: <http://www1.caixa.gov.br/download/index.asp>, selecionar o item Mercado de Capitais - Ofertas em Andamento, subitem FIDC Chemical IV - Emissão - 2009.

Banco UBS Pactual S.A.
Praia de Botafogo 501, 6º andar
Rio de Janeiro, RJ
At.: André M. Souza Fernandes
Telefone: (21) 3262.9389 - Fac-símile: (21) 3262.8600
Correio Eletrônico: andre.souza@ubs.com
Website: www.ubs.com.br

Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros 33
São Paulo, SP
At.: Pedro Zago
Telefone: (11) 2183.3000
Fac-símile: (11) 2183.3001
Website: www.kpmg.com.br

Consultor Jurídico

Pinheiro Guimarães – Advogados

Av. Paulista 1842, Torre Norte, 24º andar

São Paulo, SP

At.: Francisco José Pinheiro Guimarães/Maria Amélia L. Senra

Telefone: (11) 4501.5000

Fac-símile: (11) 4501.5025

Website: www.pinheiroguimaraes.com.br

Características Básicas do Fundo

Emissor:	Chemical IV – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica.
Tipo	Fundo fechado.
Cedente:	Braskem e suas respectivas sucessoras, a qualquer título, ou uma nova sociedade incluída na forma do Regulamento.
Classes de Quotas:	Uma única classe de Quotas Seniores e duas classes de Quotas Subordinadas, sendo (i) Quotas Subordinadas Mezanino; e (ii) Quotas Subordinadas Junior.
Quantidade Total de Quotas Seniores:	Até 227.000 quotas.
Limite de Emissão das Quotas Seniores:	O valor de emissão da totalidade das Quotas Seniores será de até R\$227.000.000,00 na 1ª Data de Emissão.
Quantidade Total de Quotas Subordinadas Mezanino:	Até 18.000 quotas.
Limite de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino:	O valor de emissão da totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino será de até R\$18.000.000,00 na Data de Emissão.
Valor Unitário de Emissão das Quotas:	R\$1.000,00.
Valor Mínimo de Aplicação:	R\$25.000,00.
Prazo de Duração:	18 meses, contado da 1ª Data de Emissão, sem prejuízo do disposto no Regulamento.
Administrador:	O administrador do Fundo é a BEM.
Gestor:	O gestor do Fundo é a BRAM, instituição contratada pelo Administrador para prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.
Custodiante:	Bradesco.
Avaliador da Carteira e Auditor do Fundo:	KPMG.
Agência Classificadora de Risco:	Moody's América Latina Ltda. é a agência que prestará os serviços de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.
Colocação:	Os Coordenadores realizarão, em regime de garantia firme de colocação, a distribuição pública de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino no valor total de até R\$245.000.000,00.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>:	Foi adotado o procedimento de bookbuilding, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400/03, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, por meio do qual foi definido, pelo Administrador, o Fator Spread das Quotas Seniores e o Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino.
Resgate:	As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.
Distribuição:	As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino objeto da Oferta serão registradas para distribuição no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas.

Negociação:	As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão admitidas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, e, a critério do Administrador, no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX.
Destinação dos Recursos:	Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino serão primordialmente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.
Classificação de Risco das Quotas Seniores:	Aaa.br
Classificação de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino:	Ba1.br
Alocação Mínima:	É a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá ser igual ou superior a 50%.
Oferta Prioritária de Direitos Creditórios	A Cedente também é responsável pela originação e cessão de Direitos Creditórios a outro fundo de investimento em direitos creditórios, o Chemical III. A Cedente deve ofertar Direitos Creditórios prioritariamente ao Chemical III enquanto este possuir quotas em circulação. Desde o início do funcionamento do Chemical III, em 18 de março de 2008, a Cedente cedeu Direitos Creditórios ao Chemical III no montante aproximado de R\$330 milhões, valor que corresponde a um percentual de 2,3% do faturamento da Cedente no mercado interno em 2008, que atingiu R\$14,3 bilhões.
Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação:	O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação, para maiores informações ver a seção "Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação" abaixo.
Amortizações:	<p>A Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão, respeitado o disposto no Regulamento, nas datas "T" indicadas nos respectivos Suplementos (<u>Datas de Amortização</u>).</p> <p>Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua Disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Seniores e, posteriormente desde que respeitado, pro forma, o Índice de Cobertura Sênior, à Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, cujo valor será obtido conforme disposto no Regulamento.</p>
Fatores de Risco:	Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Quotas Seniores e nas Quotas Subordinadas Mezanino, ver a seção "Fatores de Risco".
Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo:	<p>Observado o disposto no Regulamento e conforme descrito na seção "Assembleia Geral" abaixo, compete à Assembleia Geral privativamente:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador; II. alterar o Regulamento; III. deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco; IV. deliberar sobre a elevação da taxa de administração e encargos cobrados pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução;

- V. deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração; e
- VI. deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% das Quotas em circulação.

A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Publicações:

Quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.

Declarações:

As declarações do Administrador e do Coordenador Líder encontram-se anexas a este Prospecto.

Informações Adicionais:

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo ou a Oferta poderão ser obtidas com o Administrador, Coordenadores e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação do Administrador, dos Coordenadores, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos". O pedido de registro da Oferta foi apresentado à CVM em 12 de maio de 2009, tendo a CVM concedido o registro em 30 de junho de 2009, sob o n.º CVM/SRE/RDF/2009/012 para as Quotas Seniores e n.º CVM/SRE/RDF/2009/013 para as Quotas Subordinadas Mezanino.

Características Básicas das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino

Características Básicas das Quotas Seniores

Quantidade de Quotas Seniores:	Até 227.000.
Montante das Quotas Seniores:	Até R\$227.000.000,00, na 1ª Data de Emissão.
1ª Data de Emissão:	Conforme definido no Suplemento das Quotas Seniores.
Datas de Amortização:	Conforme definido no Suplemento das Quotas Seniores.
Data de Resgate:	Conforme definido no Suplemento das Quotas Seniores.
Fator Spread das Quotas Seniores:	O Fator Spread das Quotas Seniores, definido em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução da CVM 400, equivalente a 1,4% ao ano, base 252 dias úteis, acrescido à Taxa DI.
Classificação de Risco das Quotas Seniores:	Aaa.br
Público Alvo:	O Público Alvo da Oferta são (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM 409; (ii) fundos de investimento, nos termos da Instrução CVM 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios; e (iii) fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, desde que destinados exclusivamente a Investidores Qualificados.
Valor Mínimo de Investimento:	R\$25.000,00.
Negociação das Quotas Seniores:	As Quotas Seniores serão admitidas para negociação no mercado secundário no SF –Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, e, a critério do Administrador, no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX.

Características Básicas das Quotas Subordinadas Mezanino

Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino:	Até 18.000.
Montante das Quotas Subordinadas Mezanino:	Até R\$18.000.000,00, na 1ª Data de Emissão.
1ª Data de Emissão:	Conforme definido no Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino.
Datas de Amortização:	Conforme definido no Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino.
Data de Resgate:	Conforme definido no Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino.
Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino:	O Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino, definido em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução da CVM 400, equivalente a 7,5% ao ano, base 252 dias úteis, que será acrescido à Taxa DI.
Classificação de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino:	Ba1.br
Público Alvo:	O Público Alvo da Oferta são (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM 409; (ii) fundos de investimento, nos termos da Instrução CVM 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios; e (iii) fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, desde que destinados exclusivamente a Investidores Qualificados.

Valor Mínimo de Investimento: R\$25.000,00.

**Negociação das Quotas
Subordinadas Mezanino:**

As Quotas Subordinadas Mezanino serão admitidas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, e, a critério do Administrador, no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX.

Sumário

O Fundo

O Fundo foi constituído, sob a forma de condomínio fechado, com Prazo de Duração de dezoito meses, observadas as disposições do Regulamento, tendo este sido registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 11 de maio de 2009, sob o n.º229712. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Os documentos referidos no parágrafo primeiro do artigo 8º e no parágrafo primeiro do artigo 20 da Instrução CVM 356 foram protocolados na CVM em 12 de maio de 2009.

O Fundo tem por objetivo atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aquisição pelo Fundo (i) de direitos creditórios advindos de operações de venda mercantil a prazo de produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos clientes, representadas por notas fiscais faturas, do segmento industrial (indústria química e petroquímica), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, exceto quanto às garantias outorgadas pelos clientes à Cedente, tudo nos termos do Contrato de Cessão, celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Cedente, com a interveniência do custodiante do Fundo; e/ou (ii) de Ativos Financeiros, que poderão compor seu patrimônio líquido.

O Fundo emitirá uma única classe de Quotas Seniores e duas classes de Quotas Subordinadas, as Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior, para captar os recursos necessários à aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros, sendo que a emissão de Quotas Seniores será de até 227.000 Quotas Seniores, com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de até R\$227.000.000,00 na 1ª Data de Emissão. A emissão de Quotas Subordinadas Mezanino será de até 18.000 Quotas Subordinadas Mezanino, com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de até R\$18.000.000,00 na respectiva 1ª Data de Emissão.

Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto no Regulamento e, em especial, o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e à Alocação Mínima. O Fundo deverá alocar, em até 90 dias da 1ª Data de Emissão de Quotas, no mínimo, 50% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; (ii) fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo BACEN, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; ou (iii) operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item (i) acima e cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

É vedado ao Fundo realizar: (i) a aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) operações em mercado de derivativos; e (iii) operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro em que (a) o Administrador; (b) o Custodiante; (c) a Cedente; ou (d) qualquer de suas Partes Relacionadas, salvo no caso das Instituições Autorizadas, que figure, direta ou indiretamente, como contraparte; e (iv) operações de day trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

Os Direitos Creditórios

O Fundo se destina a adquirir Direitos Creditórios livres e desembaraçados de quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes pela Cedente, representadas por Notas Fiscais Faturas.

A KPMG desenvolveu uma análise do perfil da carteira de Direitos Creditórios da Cedente, incluindo o entendimento do sistema de cobrança relacionado à emissão e cobrança de Duplicatas, para o período compreendido entre 1º de novembro de 2005 a 31 de outubro de 2008. O resultado dessa análise foi compilado em um relatório que consta do Anexo "Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG" a este Prospecto.

As Quotas

O Fundo emitirá, para distribuição pública, uma classe, em série única de até 227.000 Quotas Seniores, e duas classes distintas de quotas subordinadas, sendo: (i) 18.000 Quotas Subordinadas Mezanino, que também será objeto de distribuição pública, e (ii) a qualquer tempo, durante o Prazo de Duração, um número indeterminado de Quotas Subordinadas Junior, que não será objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas pela Cedente e/ou suas Partes Relacionadas.

As Quotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, de forma que o Fundo atenda, na forma prevista no Regulamento, os Índices de Cobertura.

Emissão e integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão emitidas por seu valor calculado na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão), de acordo com os critérios de determinação do valor abaixo:

Quotas Seniores

A partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread_{Sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

VQS_T valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";

VQS_{T-1} valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, VQS_{T-1} será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior;

VAE_{T-1} valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

VAP_{T-1} valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DI_{T-1} Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e

$Spread_{Sn}$ Fator *Spread* das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, que, conforme definido no respectivo Suplemento, é equivalente a 1,4.

Quotas Subordinadas

Nas mesmas datas de cálculo do valor unitário das Quotas Seniores, o valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino será calculado para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido subtraído do valor total das Quotas Seniores, dividido pelo respectivo número de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQSM_T = (VQSM_{T-1} - VAPM_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread_{Mz}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$VQSM_T$ valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino calculado na data "T";

$VQSM_{T-1}$ valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSM_{T-1}$ será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Subordinada Mezanino;

$VAPM_{T-1}$ valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Subordinada Mezanino, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DI_{T-1} Taxa DI, referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e

$Spread_{Mz}$ Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino, expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, que, conforme definido no respectivo Suplemento, é equivalente a 7,5.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinada Mezanino, será utilizada, em substituição, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 Dias Úteis consecutivos, ou a 15 Dias Úteis alternados durante o período de 180 dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral, dentro de dois Dias Úteis, para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, o(s) respectivo(s) novo(s) parâmetro(s) a ser(em) utilizado(s) para a definição do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino. Neste caso, os titulares das Quotas Subordinadas Junior poderão sugerir parâmetro(s) alternativo(s), sendo certo, entretanto, que caso os titulares de Quotas Subordinadas Junior não concordem com o(s) novo(s) parâmetro(s) aprovado(s) na Assembleia Geral, terão o poder de vetar a adoção do(s) referido(s) parâmetro(s), observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento (para maiores informações ver a seção "Assembleia Geral"). Da mesma forma, caso os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino não concordem com o(s) novo(s) parâmetro(s) definido pelo titulares das Quotas Seniores para definição do valor dessa classe de Quotas, poderão vetar sua adoção, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento (para maiores informações ver a seção "Assembleia Geral"). Até a data de deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s) será utilizada, para cálculo do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino, quando da deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s).

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, definidos acima, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada, respectivamente, aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Cedente, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior às estabelecidas, acima, as quais representam o limite máximo de remuneração possível para estas classes de quotas.

O Fundo somente poderá emitir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino caso atenda aos Índices de Cobertura, depois de computada, *pro forma*, às referidas emissões. Para maiores informações sobre os Índices de Cobertura vide "A Estrutura a Operação - Índices de Cobertura".

Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas Datas de Resgate indicadas nos respectivos Suplementos relativos à sua emissão.

A Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão, respeitado o disposto no Regulamento, nas datas indicadas nos respectivos Suplementos de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua Disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Seniores e, posteriormente, desde que respeitado, *pro forma*, o Índice de Cobertura Sênior, à Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as seguintes fórmulas:

- para Quotas Seniores:

$$VAP_T = VQS_T - ([R\$1.000] - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

VAP_T valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

VQS_T valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

SAM_{T-1} somatório de AM_T efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$ somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

PPS_T percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento.

AM_T AMT apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [R\$1.000] \times PPS_T$$

Assim, observado o disposto no Regulamento, serão 18 amortizações mensais, sendo que nas seis primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST) será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 13.4 do Regulamento, as seis primeiras datas (T)

representam amortização da Remuneração, não havendo, portanto, carência para o pagamento da mesma. A partir do sétimo mês, inclusive, as 11 primeiras amortizações serão equivalentes a 8,33% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores, e a última amortização será equivalente a 8,37% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores:

Amortização (T)	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)
1ª amortização	0,0%
2ª amortização	0,0%
3ª amortização	0,0%
4ª amortização	0,0%
5ª amortização	0,0%
6ª amortização	0,0%
7ª amortização	8,33%
8ª amortização	8,33%
9ª amortização	8,33%
10ª amortização	8,33%
11ª amortização	8,33%
12ª amortização	8,33%
13ª amortização	8,33%
14ª amortização	8,33%
15ª amortização	8,33%
16ª amortização	8,33%
17ª amortização	8,33%
18ª amortização (*)	8,37%

(*) Data de Resgate.

- para as Quotas Subordinadas Mezanino:

$$VAPM_T = VQSM_T - ([R\$1.000] - SAMM_{T-1}) + AMM_T,$$

onde:

$VAPM_T$ valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Subordinada Mezanino na Data de Amortização "T";

$VQSM_T$ valor unitário da Quota Subordinada Mezanino na Data de Amortização "T";

$SAMM_{T-1}$ somatório de AMM_T efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Subordinada Mezanino até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

PPM_T percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento;

AMM_T AMM_T apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AMM_T = [R\$1.000] \times PPM_T$$

Assim, observado o disposto no Regulamento, serão 18 amortizações mensais, sendo que, nas seis primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST) será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 13.5 do Regulamento, as seis primeiras datas (T) representam amortização da Remuneração, não havendo, portanto, carência para o pagamento da mesma. A partir do sétimo mês, inclusive, as 11 primeiras amortizações serão equivalentes a 8,33% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino, e a última amortização será equivalente a 8,37% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino:

Amortização (T)	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)
1ª amortização	0,0%
2ª amortização	0,0%
3ª amortização	0,0%
4ª amortização	0,0%
5ª amortização	0,0%
6ª amortização	0,0%
7ª amortização	8,33%
8ª amortização	8,33%
9ª amortização	8,33%
10ª amortização	8,33%
11ª amortização	8,33%
12ª amortização	8,33%
13ª amortização	8,33%
14ª amortização	8,33%
15ª amortização	8,33%
16ª amortização	8,33%
17ª amortização	8,33%
18ª amortização (*)	8,37%

(*) Data de Resgate.

As Amortizações Periódicas das Quotas Subordinadas Mezanino serão realizadas desde que respeitado, *pro forma*, o Índice de Cobertura Sênior.

Na hipótese de diferimento do pagamento de qualquer Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino devido ao não atendimento do Índice de Cobertura Sênior, o pagamento será feito em data posterior, assim que for verificado o atendimento, *pro forma*, do Índice de Cobertura Sênior. Neste caso, para efeitos de cálculo do valor a ser pago a título de Amortização Periódica será aplicada a fórmula do item acima considerando a data do efetivo pagamento como data "T".

Na sequência da ocorrência de um diferimento no pagamento da Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, o Administrador verificará o Índice de Cobertura Sênior diariamente até que o pagamento da referida Amortização Periódica seja realizado.

Sempre que o Fundo deixar de atender à Alocação Mínima, apurada diariamente pelo Administrador, o Fundo deverá promover a amortização compulsória de parcela do valor das Quotas Seniores, de forma que, computada, *pro forma*, a referida amortização, o Fundo volte a atender à Alocação Mínima, sempre observado o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura.

Os titulares das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

Negociação das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão admitidas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, e, a critério do Administrador, no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX.

Críticos de Divulgação de Informações aos Quotistas

Salvo quando se tratar de convocação de Assembleia Geral, bem como quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.

O Administrador

O Fundo é administrado pela BEM, sociedade limitada equiparada a instituição financeira e controlada diretamente pelo Bradesco. O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (ii) na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, do disposto no Contrato de Cessão; e (iii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes. Os deveres e obrigações do Administrador encontram-se detalhados no Regulamento.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção "Fatores de Risco" deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que o Administrador e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

Remuneração do Administrador e Custodiante

Taxa de administração e custódia: (i) 0,18% ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, acrescida de (ii) um montante fixo de R\$1.666,67 por mês, sendo que o montante mensal da remuneração do Administrador não poderá ser inferior a R\$16.666,67. A taxa de administração inclui a taxa de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo e será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º Dia Útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da taxa de administração ocorrerá no 5º Dia Útil do mês imediatamente subsequente à 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e o último dia do mês a que se referir o pagamento da taxa de administração.

Taxa de performance: Não há.

Gestor

O Gestor dos ativos integrantes da carteira do Fundo é a BRAM, instituição contratada pelo Administrador para a prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, cuja remuneração compõe a taxa de administração, nos termos do artigo 39, inciso II da Instrução CVM 356.

A BRAM é controlada indiretamente pelo Bradesco e integra um dos maiores grupos de gestão de fundos de investimento no País.

Custodiante

O responsável pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, é o Bradesco.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se detalhados no Regulamento e no Contrato de Custódia.

Conflito de Interesses

O Administrador declara que não se encontrara em conflito de interesses no exercício de suas funções com o Custodiante pelo fato das respectivas funções serem exercidas por sociedades coligadas. O Administrador declara-se independente para a realização das atividades inerentes às suas funções, mesmo quando realizar operações nas quais atue na condição de contraparte do Fundo ou operações envolvendo títulos de emissão/titularidade do Administrador, de seu controlador, sociedades por ela diretamente ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Também não existe conflito de interesse entre as atividades de gestão e seleção a serem desempenhadas pelo Gestor.

No mesmo sentido, não existe conflito de interesse entre as atividades a serem desempenhadas pelo BB-BI na função de Coordenador Líder.

Relacionamento do Administrador, do Custodiante e do Gestor com a Cedente

Exceto pelo Chemical III, cujo cedente é a Braskem, o Administrador é a BEM, o Custodiante é o Bradesco e o Gestor é a BRAM, não é prestado nenhum outro serviço ou é mantido qualquer outro relacionamento comercial com a Cedente.

Relacionamento dos Coordenadores com a Cedente

BB-BI

Além da participação do BB- BI na presente Oferta, o conglomerado Banco do Brasil mantém diversas operações com a Braskem tais como: Operações de *Trade Finance* (nas suas diversas linhas como ACC, Pré-pagamento de Exportação, Financiamento Externo Direto, conta *forfait*), cujo saldo devedor em 31 de março de 2009 era de aproximadamente US\$412 milhões, com taxas entre Libor + 0,85% ao ano e Libor + 9% ao ano e vencimentos previstos entre maio de 2009 e março de 2014. Opera também, por meio de diversas linhas de capital de giro e financiamentos internos, tanto de curto como de longo prazo, sem garantias, cujo saldo devedor em 31 de março de 2009 era de aproximadamente R\$483 milhões com taxas que variam de 108,40% a 128,20% da Taxa DI, sendo que os vencimentos destas operações ocorrerão no período de maio de 2009 à fevereiro de 2010. O conglomerado Banco do Brasil presta, ainda, serviços bancários em geral, tais como: serviços de cobrança, pagamento de salários e fornecedores e gestão de recursos.

CAIXA

Além da participação na presente Oferta, a CAIXA mantém relacionamento com a Cedente por meio de empréstimo na modalidade capital de giro, concedido em 6 de março de 2009, cujo saldo devedor em 31 de março de 2009 era de aproximadamente R\$605,2 milhões. Tal empréstimo foi contratado pelo prazo de 48 meses, incluídos prazos de carência e amortização, remuneração de 117,50% da Taxa DI, sendo que 30% do saldo devedor do referido empréstimo está garantido por recebíveis.

UBS Pactual

A Braskem e/ou suas subsidiárias, além do relacionamento relativo à Oferta, contratam a prestação de serviços bancários no curso normal de seus negócios com o UBS Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico, sendo que tais serviços bancários consistem na assessoria para a realização de investimentos, aquisições estratégicas e/ou em quaisquer outras operações típicas de banco de investimento e que são necessárias para suas atividades, incluindo, dentre outras, gestão de recursos via aplicação em fundos de investimento geridos pelo UBS Pactual, operações de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

Relacionamento Relevante entre os Prestadores de Serviços do Fundo

O Custodiante, a BEM e a BRAM pertencem ao mesmo conglomerado financeiro, sendo que a BEM é controlada diretamente pelo Custodiante e a BRAM, por sua vez, é controlada indiretamente pelo Custodiante. Para informações complementares, vide seção “Conflito de Interesses” acima.

A Cedente

A Braskem está entre as empresas líderes no mercado petroquímico da América Latina, com base na capacidade de produção média anual em 2008. Em 31 de março de 2009, a receita líquida de vendas foi de R\$3.155 milhões. Ela produz uma linha diversificada de produtos petroquímicos em suas 18 plantas no país, com foco estratégico em polietileno, polipropileno e PVC. Foi a primeira empresa brasileira a integrar as unidades de produção de petroquímicos de primeira e segunda geração.

A Braskem cresceu no decorrer dos últimos cinco anos principalmente em consequência da integração das operações de empresas petroquímicas brasileiras: OPP Química, Polialden, a Trikem, a Proppet, a Políteno, a Copene, a Ipiranga Química, a Nitrocarbono, a Copesul e a Ipiranga Petroquímica. As operações comerciais da Braskem são organizadas em três unidades de negócio, correspondendo aos seus principais processos de produção e produtos:

- Unidade de Insumos Básicos (que reflete as operações de primeira geração), respondeu por R\$ 2.137 milhões ou 52,8%, da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem e teve uma margem operacional de 21,5% em 31 de março de 2009;
- Unidade de Poliolefinas respondeu por R\$1.528 milhões ou 37,8%, da receita líquida de venda de todos os segmentos;
- Unidade de Vinílicos respondeu por R\$381 milhões ou 9,4%, da receita líquida de venda de todos os segmentos.

A Braskem acredita que a integração das operações das empresas que formaram a Braskem teve como resultado, e continuará a ter, sinergias e economias significativas em relação à redução de tributos, despesas relativas à compras de equipamentos, materiais e serviços (*procurement*), despesas de logística, despesas gerais e administrativas e demais despesas operacionais.

Procedimentos de Distribuição das Quotas

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:

Regime de Colocação

Os Coordenadores distribuirão, em regime de garantia firme, a totalidade das 277.000 Quotas Seniores passíveis de emissão, ao preço unitário de R\$1.000,00 na 1ª Data de Emissão, perfazendo o valor R\$227.000.000,00, sempre considerando para tanto os Índices de Cobertura, conforme explicado a seguir.

O Regulamento estabelece índices que têm por objetivo medir a (i) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores (Índice de Cobertura Sênior) e (ii) a relação entre (c) o valor do Patrimônio Líquido e (d) o somatório do valor total das Quotas Seniores e do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino o (Índice de Cobertura Mezanino), os quais devem ser observados pelo Fundo desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate. Para que os referidos Índices de Cobertura sejam atendidos se faz necessário que a subscrição de Quotas Sênior seja precedida ou, no mínimo, acompanhada da subscrição de determinado montante de Quotas Subordinadas Junior e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino. Assim, o montante de Quotas Seniores passível de ser emitido dependerá do volume de Quotas Subordinadas Junior e de Quotas Subordinadas Mezanino que venham a ser subscritas.

Caso durante o período de distribuição não sejam subscritas e integralizadas Quotas Subordinadas Junior e Quotas Subordinadas Mezanino em montante que permita a subscrição e distribuição do montante total de Quotas Seniores estabelecido acima, será realizada a subscrição e distribuição do montante de Quotas Seniores passível de emissão sem que se viole os mencionados Índices de Cobertura.

Tendo em vista a impossibilidade de definição prévia do montante exato de Quotas Seniores passível de subscrição, cada um dos Coordenadores garantirá a subscrição e colocação pública de acordo com a seguinte proporção:

- Coordenador Líder: garantirá a subscrição e colocação pública de até 75.667 Quotas Seniores, no valor de R\$75.667.000,00;
- CAIXA: garantirá a subscrição e colocação pública de até 75.667 Quotas Seniores, no valor de R\$75.667.000,00; e
- UBS Pactual: garantirá a subscrição e colocação pública de até 75.666 Quotas Seniores, no valor de R\$75.666.000,00.

Assim, 100% das Quotas Seniores passíveis de emissão sem a violação dos Índices de Cobertura contarão com a garantia firme dos Coordenadores, sendo que os mesmos deverão subscrever o saldo eventualmente não colocado junto a investidores.

As Quotas Seniores que não sejam passíveis de subscrição em vista da limitação imposta pelos Índices de Cobertura serão canceladas pelo Administrador independentemente de deliberação pela Assembleia Geral.

As Quotas Subordinadas Mezanino serão colocadas em regime de garantia firme de subscrição e colocação pelo UBS Pactual, ao preço unitário de R\$1.000,00 na 1ª Data de Emissão, sendo garantidas a subscrição e a colocação pública de até 18.000 Quotas Subordinadas Mezanino, no valor de até R\$18.000.000,00.

Plano de Distribuição

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do

perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores, e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores. O plano da Oferta será fixado nos seguintes termos:

- após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM e anteriormente à concessão de tal registro, foram realizadas apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one-on-ones*) (Apresentações para potenciais investidores), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Cedente, durante os quais foram distribuídos exemplares do Prospecto Preliminar;
- os materiais publicitários ou documentos de suporte às Apresentações para potenciais investidores eventualmente utilizados foram submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do parágrafo 5º do artigo 50 da Instrução CVM 400, respectivamente;
- não existiram reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo a Oferta efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, no qual puderam ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Cedente, observado, entretanto, que os Coordenadores se comprometeram a direcionar a Oferta a investidores que tinham perfil de risco adequado, bem como a observar tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos;
- o público alvo da Oferta é composto por investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, e os fundos de investimento, nos termos da referida instrução, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento;
- encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidaram as propostas dos investidores para subscrição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino;
- observado o disposto no Contrato de Distribuição e no artigo 54 da Instrução CVM 400, a Oferta somente terá início após (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores;
- iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Quotas Seniores e/ou nas Quotas Subordinadas Mezanino deverão fazê-la por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco;
- caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (i) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Aquisição, o Preço de Aquisição será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação; e
- caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e os Coordenadores, juntamente com a Cedente, comunicarão aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, no prazo de três dias úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Para mais informações, ver seção "Cronograma da Oferta" deste Prospecto.

Encerramento da Distribuição

A distribuição das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino será encerrada ao final do prazo de colocação, prazo esse que não será prorrogado por qualquer motivo, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta.

Subscrição e Integralização das Quotas

No ato de subscrição das Quotas, o investidor (i) assinará o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, que serão autenticados pelo respectivo Coordenador e/ou pelos Coordenadores Consorciados, conforme o caso; e (ii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pelo Administrador ou pelo Custodiante nos termos do Regulamento. No ato de subscrição, o subscritor das referidas Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino ainda entregará, se for o caso, declaração de investidor qualificado prevista na Instrução CVM 409.

O preço de integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será calculado de acordo com o Regulamento e será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, no ato da subscrição pelos Investidores Qualificados, exclusivamente por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) para a conta-corrente de titularidade do Fundo indicada pelo Administrador, ou via MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, servindo o comprovante da transferência como recibo de quitação.

Cronograma da Oferta

A Oferta seguirá o cronograma tentativo abaixo:

Eventos	Datas(*)
Protocolo da Documentação na CVM	12 de maio de 2009
Disponibilização do Prospecto Preliminar da Oferta	18 de maio de 2009
Publicação do Aviso ao Mercado	18 de maio de 2009
Início das apresentações sobre a Oferta (<i>road show</i>)	18 de maio de 2009
Encerramento das apresentações sobre a Oferta (<i>road show</i>)	27 de maio de 2009
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	15 de junho de 2009
Obtenção do Registro da Oferta	30 de junho de 2009
Publicação do Anúncio de Início	1º de julho de 2009
Disponibilização do Prospecto Definitivo	1º de julho de 2009
Liquidação Financeira	2 de julho de 2009
Publicação do Anúncio de Encerramento	3 de julho de 2009

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos ou adiamentos, sem aviso prévio, a critério do Administrador e dos Coordenadores.

Custos de Distribuição

Os custos relativos à distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, referentes à comissão de estruturação, comissão de colocação, comissão de garantia firme, comissão de sucesso, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade da Cedente.

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino a serem suportados pela Cedente:

Custos da Oferta Suportados Pela Cedente	Montante	(%) sobre o montante da oferta
Comissão de Estruturação das Quotas Seniores	R\$681.000,00	0,28%
Comissão de Estruturação das Quotas Subordinadas Mezanino	R\$90.000,00	0,04%
Comissão de Colocação das Quotas Seniores	R\$794.500,00	0,32%
Comissão de Colocação das Quotas Subordinadas Mezanino	R\$90.000,00	0,04%
Comissão de Garantia Firme das Quotas Seniores	R\$ 794.500,00	0,32%
Comissão de Garantia Firme das Quotas Subordinadas Mezanino	R\$ 45.000,00	0,02%
Comissão de Sucesso	R\$625.329,33	0,25%
Auditoria	R\$90.000,00	0,04%
Classificação de Risco	R\$63.000,00	0,03%
Assessor Legal	R\$60.000,00	0,02%
Despesas Gerais	R\$200.000,00	0,08%
Total dos Custos Suportados Pela Cedente	R\$3.353.329,33	1,37%

Os custos relativos à distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, referentes à taxa de registro perante a CVM e a taxa ANBID bem como as despesas com registro em cartório de títulos e documentos, serão suportados pelo Fundo e deduzidos do Patrimônio Líquido.

Custos que serão suportados pelo Fundo	Montante	(%) sobre o montante do Patrimônio Líquido estimado(1)
Taxa para Registro na CVM	R\$165.740,00	0,066%
Taxa ANBID	R\$7.500,00 (0,002% do valor da operação, respeitando-se o limite mínimo de R\$7.500,00 e o máximo de R\$35.000,00).	0,003%
Despesas para Registro perante o Cartório de Títulos e Documentos	R\$2.000,00	0,001%
Total dos Custos que serão suportados pelo Fundo	R\$175.240,00	0,070%

(1) O montante estimado do Patrimônio Líquido do Fundo na 1ª Data de Emissão é de R\$250.000.000,00.

A tabela a seguir apresenta os custos estimados que serão suportados pelo Fundo e proporcional a cada classe de Quotas:

Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores (R\$)	Custo por Quota Sênior	Quantidade de Quotas Seniores	Custo da oferta para a classe de Quotas Seniores (R\$)
R\$1.000,00	R\$0,701	227.000	R\$159.117,92
Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino (R\$)	Custo por Quota Subordinada Mezanino	Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino	Custo da oferta para a classe de Quotas Subordinadas Mezanino (R\$)
R\$1.000,00	R\$0,701	18.000	R\$12.617,28
Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Junior (R\$)	Custo por Quota Subordinada Junior	Quantidade de Quotas Subordinadas Junior	Custo da oferta para a classe de Quotas Subordinadas Junior (R\$)
R\$1.000,00	R\$0,701	5.000	R\$3.504,80

Fatores de Risco

Antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco descritos nesta seção. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta seção, poderá ocorrer perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Riscos associados ao investimento no Fundo

Modalidade de investimento sofisticada.

No caso do Fundo, a existência das Quotas Subordinadas Mezanino torna mais complexo e sofisticado o investimento em fundos de investimento em direitos creditórios, uma vez que não haverá a emissão de Quotas Subordinadas Mezanino adicionais para a recomposição dos Índices de Cobertura, a qual, neste caso, será feita mediante (i) emissão e subscrição de Quotas Subordinadas Junior pela Cedente, caso, a seu critério, manifeste tal intenção mediante resposta ao Aviso de Desenquadramento; ou (ii) Amortização Extraordinária de Quotas Seniores. Tal complexidade exige do investidor uma cautela redobrada na avaliação dos riscos inerentes ao investimento nas Quotas.

Limitação de ativos do Fundo.

A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas aos Quotistas, é a liquidação dos Direitos Creditórios pelos Clientes e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, podendo inclusive, realizar o resgate do saldo das Quotas Seniores e, se for o caso, das Quotas Subordinadas Mezanino mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, conforme hipótese prevista no Regulamento. Caso o Fundo necessite vender os ativos detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais ativos poderá refletir essa falta de liquidez causando perda patrimonial para o Fundo.

Liquidez relativa aos Ativos Financeiros.

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgate de suas Quotas.

Amortização e resgate condicionado das Quotas.

O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos Clientes e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as Amortizações

Periódicas ou Extraordinárias e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo

O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação, os quais estão elencados na seção "Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação" deste Prospecto. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador (i) comunicará os Quotistas acerca do fato, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; e (ii) convocará, no Dia Útil subsequente ao dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos pelos votos favoráveis de Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, que representem, em primeira convocação, 95% das Quotas em circulação e, em segunda convocação 95% das Quotas presentes para tal aprovação.

Riscos de mercado e fatores macroeconômicos.

A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta seção, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

Inexistência de rendimento predeterminado.

O valor unitário das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, da Cedente e de suas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro, ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor delas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o seu limite máximo de remuneração.

Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há

nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino e dos Ativos Financeiros.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros, que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com a taxa pré-fixada que for utilizada para o cálculo do respectivo Preço de Aquisição, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no Regulamento. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será atualizado diariamente utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.

Risco de descontinuidade do Fundo em razão de resgate ou amortização antecipada das Quotas.

Conforme previsto no Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior à respectiva Data de Resgate ou Data de Amortização, conforme o caso, podendo inclusive efetuar tais pagamentos em Direitos Creditórios. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de descontinuidade do Fundo por insuficiência de originação de Direitos Creditórios.

Não há garantia de que a Cedente conseguirá originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima poderá dar causa à amortização compulsória de Quotas Seniores nos termos do Regulamento.

Risco decorrente da fixação do preço dos Ativos Financeiros.

Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (marked-to-market), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

As Quotas Subordinadas Mezanino se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate.

Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos Creditórios

Elegíveis e o risco inerente a eles, bem como aos Ativos Financeiros, e, ainda, a possibilidade de ocorrência de Amortizações Extraordinárias de Quotas Seniores, nos termos do Regulamento, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Quorum qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior.

O Regulamento estabelece quorum qualificado para a Assembleia Geral deliberar sobre determinadas matérias de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade de certas matérias dependerem da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação de certas matérias pelos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior, em algumas circunstâncias, poderá acarretar limitações às atividades do Fundo.

Riscos associados aos Direitos Creditórios

Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.

Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para os Direitos Creditórios, e da consequente falta de liquidez dos Direitos Creditórios; e (ii) de qualquer tipo de coobrigação ou direito de regresso do Fundo contra a Cedente, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

Risco de crédito dos Clientes (sacados) e ausência de garantia de pagamento dos Direitos Creditórios.

A Cedente somente se responsabiliza pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios Elegíveis com a característica de títulos executivos extrajudiciais. A Cedente, o Administrador e o Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes. Assim, a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Adicionalmente, a política de investimento do Fundo estabelece limites de concentração de investimentos em Direitos Creditórios de um mesmo Cliente, o que não impede uma concentração maior na carteira do Fundo em Direitos Creditórios de Clientes pertencentes a um mesmo grupo econômico, o que poderá diminuir a eficiência da diluição do risco de concentração da carteira do Fundo. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Clientes, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, incluindo em razão de instauração de pedidos de falência, recuperação judicial, de planos de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência contra os Clientes, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes a suas Quotas. A Agência de Classificação de Risco analisou o histórico de inadimplência da carteira de direitos creditórios de titularidade da Cedente para o período compreendido entre 1 de novembro de 2005 e 31 de outubro de 2008 (totalizando 36 meses). Nesse período, tal carteira gerou um volume total aproximado de R\$40,4 bilhões e a inadimplência total foi de 0,42%.

Critérios de Elegibilidade.

Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. A seleção é baseada em critérios de frequência e regularidade dos Clientes na realização de compras de

Produtos e em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. Os Critérios de Elegibilidade foram estruturados com base na análise histórica da carteira de recebíveis da Cedente, de forma a permitir que a carteira de Direitos Creditórios do Fundo apresente características semelhantes àquela, ao menos no que se refere aos níveis de adimplência e pontualidade nos pagamentos. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Clientes a qual, por sua vez, está sujeita ao cenário macroeconômico brasileiro. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Clientes.

Constituição sucessiva de Direitos Creditórios.

Não obstante os Direitos Creditórios sejam lastreados em operações de compra e venda mercantil já realizadas (créditos "performados"), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pela Cedente ao Fundo depende (i) da Cedente continuar a fabricar e/ou comercializar Produtos, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; (ii) dos Clientes adquirirem os Produtos e efetuarem o respectivo pagamento; e (iii) da oferta de Direitos Creditórios pela Cedente prioritariamente ao Chemical III, enquanto houver quotas desse fundo em circulação. A Cedente dispõe da infra-estrutura que suporta a continuidade da fabricação e/ou comercialização dos Produtos, o que não é suficiente para assegurar que a produção da Cedente e a demanda pelos Produtos permanecerão nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, a manutenção da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente para o Fundo. Adicionalmente, eventuais pedidos de recuperação judicial ou a implementação de planos de recuperação extrajudicial da Cedente, ou ainda a implementação de procedimentos de natureza similar, também poderão afetar negativamente a capacidade e continuidade da geração de Direitos Creditórios pela Cedente.

Necessidade de aporte de recursos adicionais, caso aprovado pela Assembleia Geral, para proceder à Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios.

Nos termos do Contrato de Cessão, o Fundo poderá, a critério da Cedente, utilizar Direitos Creditórios Permutáveis como Contraprestação na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis. Além disso, a Cedente tem a opção de comprar os Direitos Creditórios Permutáveis e os Direitos Creditórios vencidos e não pagos de titularidade do Fundo. Não obstante as disposições acima, que têm por objetivo reduzir a necessidade de adoção de procedimentos judiciais ou extrajudiciais para cobrança dos Direitos Creditórios vencidos integrantes do seu Patrimônio Líquido, os respectivos custos e despesas, até o limite, por exercício anual do Fundo, de R\$93.000,00, a ser atualizado na menor periodicidade admitida em lei, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. Este percentual será calculado após o respectivo pagamento, pelos Clientes cobrados, dos custos e despesas incorridos na Cobrança Judicial e Extrajudicial. O Fundo, por sua vez, somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança, uma vez ultrapassado o limite referido acima, caso os titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, se o caso, adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção, o que será deliberado em Assembleia Geral. Caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não aportem os recursos suficientes para tanto, na forma do Regulamento, o Administrador e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não serão responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

Regularidade dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios.

O Custodiante realizará auditoria periódica para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Em decorrência da expressiva diversificação de Clientes e significativo volume de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, o Custodiante, nos parâmetros definidos no Regulamento, verificará por amostragem, de forma trimestral, após a cessão dos Direitos Creditórios, o lastro dos Direitos Creditórios, comunicando o resultado dessa verificação ao Administrador e à Agência de Classificação de Risco. Considerando que tal auditoria é

realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados no Regulamento.

Riscos operacionais e manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente e/ou terceiros.

As rotinas e procedimentos operacionais estabelecidos no Contrato de Cessão, no Regulamento, no Contrato de Custódia e nos Convênios de Cobrança Bancária, estão sujeitos a falhas operacionais, tais como, mas não se limitando a, falhas nos procedimentos de cadastro, de Cobrança Bancária e/ou Cobrança Judicial e Extrajudicial, atraso na compensação bancária dos Avisos de Vencimento, fixação da política de crédito, controles internos adotados pela Cedente, bem como nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, os Bancos Cobradores e o Administrador. Ademais, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de depositária, nos termos do Contrato de Depósito. A guarda dos Documentos Comprobatórios pela Cedente, ou por terceiros por ela contratados, pode representar uma limitação em uma eventual necessidade de o Fundo ter que realizar a Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelos Clientes.

Risco de pagamento dos Direitos Creditórios diretamente à Cedente.

Na hipótese de os Clientes realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios diretamente para a Cedente, tanto no caso de Cobrança Administrativa, como no de Cobrança Judicial e Extrajudicial, a Cedente deverá repassar tais valores ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Cobrança. Não há garantia de que a Cedente repassará tais recursos ao Fundo, na forma estabelecida em tais contratos, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.

Alterações na Política de Concessão de Crédito.

A política de concessão de crédito da Cedente, descrita da Seção "Direitos Creditórios - Política de Crédito da Cedente" deste Prospecto, é determinada e periodicamente reavaliada pelos comitês de crédito da Cedente. Tais critérios de concessão de crédito constituem etapa relevante do processo de origem dos Direitos Creditórios e podem interferir na qualidade e/ou nos níveis de inadimplência de tais Direitos Creditórios. Eventuais alterações na política de concessão de crédito da Cedente não estão sujeitas à aprovação e/ou ratificação dos Quotistas, mas apenas aos procedimentos internos de aprovação pelos órgãos societários e/ou comitês aplicáveis da Cedente. Sendo assim, a alteração na política de concessão de crédito da Cedente poderá interferir no processo de origem e no perfil da carteira de Direitos Creditórios a ser cedida ao Fundo, o que poderá afetar o rendimento e/ou gerar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios.

A titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Clientes inadimplentes. Todavia, a Cedente foi contratada pelo Fundo para a realização da Cobrança Judicial e Extrajudicial dos respectivos Direitos Creditórios, e a Cedente dispõe de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes extra e judicialmente. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que a Cedente consiga receber dos Clientes devedores os créditos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

Invalidez ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios.

O Administrador e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidez ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios em razão de tais Direitos Creditórios virem a ser

alcançados por obrigações da Cedente e/ou de terceiros. A cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada em: (i) fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos Creditórios a Braskem esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado; (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos Creditórios a Braskem seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real; e (iii) fraude à execução fiscal, se a Braskem, quando da celebração da cessão dos Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra a Cedente.

Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão.

Apenas o Contrato de Cessão, no qual estão definidos todos os termos, condições e características da cessão dos Direitos Creditórios, será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo, na Cidade de Osasco, e da Cedente, na Cidade de Camaçari. Os Termos de Cessão não serão registrados. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa da Cedente e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão de direitos creditórios, conforme fundamentos descritos no fator de risco acima.

Os Direitos Creditórios

Introdução

Os Direitos Creditórios são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes pela Cedente, representada por Notas Fiscais Fatura.

Procedimentos de Vendas e Constituição dos Direitos Creditórios

Área Comercial

Formalização das Ordens

As vendas dos Produtos são efetuadas mediante pedidos apresentados pelos Clientes ("**Ordens**") diretamente aos assistentes de vendas da Cedente ("**Assistentes Comerciais**"), que são os responsáveis pelo recebimento e pela inserção das Ordens no sistema integrado de controle de recebimento de matéria-prima, estoque, faturamento, finanças e contabilidade da Braskem ("**SAP**").

Na venda de petroquímicos básicos e utilidades, em geral realizada mediante contratos de fornecimento, as Ordens são inseridas mensalmente no SAP com base em um planejamento anual de vendas definido diretamente com cada Cliente. As Ordens referentes aos demais Produtos são recebidas por meio de ligação telefônica, fax, e-mail ou pelo portal da Braskem na Internet ou, ainda, por meio de contato direto do Cliente com os gerentes de conta da Cedente ("**GC**"), que as encaminham a seus Assistentes Comerciais para inserção no SAP. Estas Ordens são inseridas no SAP com numeração sequencial e, se atenderem aos parâmetros de crédito previamente definidos e à disponibilidade de Produtos em estoque, são confirmadas.

Bloqueio de Ordens

As Ordens não confirmadas são bloqueadas pelo SAP. O bloqueio de Ordens ocorre nas seguintes hipóteses:

- Limite de crédito excedido – automaticamente o sistema SAP bloqueia as Ordens quando o somatório destas, adicionado ao somatório das Duplicatas em aberto (vencidas ou vincendas), for superior ao limite de crédito apurado e aprovado internamente para o referido Cliente; e
- Títulos em aberto – automaticamente o sistema SAP bloqueia as Ordens, quando o Cliente possuir Duplicatas em atraso perante a Braskem por prazo igual ou superior a quatro dias.

Liberação das Ordens

As Ordens bloqueadas pelo SAP são verificadas pela Área de Gestão de Crédito.

A liberação das Ordens bloqueadas pode ser autorizada, caso a caso, dependendo das condições que provocaram o bloqueio e de acordo com as alçadas estabelecidas na política de crédito e cobrança da Braskem.

Unidades de Produção e Faturamento

As unidades de produção e faturamento da Braskem ("**UPF**"), atualmente em número total de 25, identificam as Ordens processadas e liberadas e verificam, por meio do SAP, a forma contratada para o transporte dos Produtos, conforme segue:

Unidade de Insumos Básicos

- Vendas CIF: a UPF procede à contratação de transportadora;
- Vendas FOB: a UPF aguarda a chegada do transportador contratado pelo Cliente;
- Vendas por Cabotagem: a UPF procede à contratação de transportadora, que realiza o transporte por via marítima; e

- Vendas por Tubovia: a UPF fornece os Produtos diretamente ao Cliente através de dutos.

Unidade de Vinílicos e Unidade de Poliolefinas

- Vendas CIF: a UPF procede à contratação de transportadora;
- Vendas FOB: a UPF aguarda a chegada do transportador contratado pelo Cliente; e
- Vendas por Cabotagem: a UPF usualmente procede à contratação de transportadora, que realiza o transporte por via marítima.

Carregamento dos Produtos e Faturamento

O carregamento dos Produtos só é autorizado pelo SAP caso o Cliente não possua qualquer restrição creditícia que tenha surgido após o processamento e liberação da respectiva Ordem.

Transporte em Caminhões

Qualquer que seja a modalidade de venda (CIF ou FOB), o carregamento dos Produtos no caminhão é feito no armazém de produto acabado da respectiva UPF.

Concluído o carregamento, caso a venda tenha sido contratada na modalidade CIF, é emitido o comprovante de embarque dos Produtos. O caminhão carregado passa pela balança para pesagem e registro eletrônico dos dados da transportadora na UPF. No ato da pesagem, é emitido um tíquete de balança que registra a quantidade de Produtos embarcada, sendo entregue ao motorista do caminhão responsável pelo transporte uma via do respectivo tíquete.

No caso das vendas na modalidade CIF, o recibo de entrega dos Produtos é entregue ao motorista, que deverá colher a assinatura do Cliente no referido comprovante quando da efetiva entrega.

No caso das vendas na modalidade FOB, o recibo de entrega dos Produtos é firmado pelo próprio motorista que efetuará o transporte até o destino final. O recibo de entrega fica retido na UPF.

A emissão da Nota Fiscal Fatura de cada venda realizada é feita em cinco vias. O SAP só emite as Notas Fiscais Fatura após a conclusão do carregamento dos Produtos e não registra mais de uma Nota Fiscal Fatura com o mesmo número.

Transporte por Cabotagem

Nas vendas cujo transporte ocorre por cabotagem, os Produtos são transferidos por tubovia ou caminhões desde a respectiva UPF até o Porto de Aratú ou até o píer privado da Braskem, localizado em Maceió.

Após a chegada dos Produtos, estes são transportados por via marítima até outros portos no Brasil, por transportadora contratada pela Braskem. A modalidade das vendas por cabotagem é usualmente CIF até o porto de destino, onde os Clientes retiram os Produtos.

A emissão da Nota Fiscal Fatura pode ocorrer tanto na UPF de origem quanto no porto de destino, sempre de acordo com o procedimento descrito no sub-item "Transporte por Caminhões" acima. O comprovante de entrega dos Produtos é firmado pelo motorista da transportadora contratada pelo Cliente, quando da retirada dos Produtos no porto de destino.

Transporte por Tubovia

Nas vendas cuja entrega dos Produtos é realizada por tubovia, a cada decêndio ou diariamente, dependendo do caso, é feita a leitura do medidor da tubovia para verificação da quantidade de Produto que foi bombeada. O Cliente assina a leitura do medidor, que vale como recibo de entrega dos Produtos, e, em seguida, é emitida a Nota Fiscal Fatura, de acordo com o procedimento descrito no sub-item "Transporte por Caminhões" acima.

Área Financeira

As vendas a prazo com vencimento superior a nove dias são selecionadas e as respectivas Duplicatas são transmitidas, por meio eletrônico ou magnético, ao Custodiante, que efetuará a cobrança por meio dos Avisos de Vencimento. Através do SAP, a área financeira pode consultar, em tempo real, o registro de todas as Duplicatas enviadas para cobrança.

Documentos Comprobatórios

O Fundo contratou a Cedente como depositária dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios por Duplicata adquirida pelo Fundo:

Vendas FOB (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional):

- Nota Fiscal Fatura; e
- Tiquete de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes.

Vendas CIF (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional):

- Nota Fiscal Fatura;
- Conhecimento de embarque dos Produtos; e
- Comprovante de entrega dos Produtos.

Vendas por Tubovia:

- Nota Fiscal Fatura; e
- Relatório de leitura do medidor da tubovia.

Política de Crédito da Cedente

A política de crédito da Cedente é determinada e periodicamente reavaliada pelos seus respectivos comitês de crédito que se dividem em (i) Comitê Corporativo, com funções normativas e estratégicas; e (ii) os Comitês de Alçadas, com funções operacionais.

O Comitê Corporativo de Gestão de Risco de Crédito é formado pelo Diretor Presidente (DP), pelos responsáveis pelas Unidades de Negócios (RUN), pelo responsável por Finanças e Relações com Investidores (RFRI), pela Diretora Financeira (DF), pelo responsável pela Gestão de Crédito (RGC), pelo responsável por Apoio Funcional Jurídico (RAFJ) e representante da área de Gestão de Riscos, que se reúnem periodicamente, tendo por objetivos:

- Atualizar permanentemente as diretrizes constantes nesta Política, analisando e aprovando propostas de alterações, contribuições e sugestões advindas da sua prática;
- Deliberar acerca de ações específicas que visem à preservação da saúde financeira da companhia, no tocante ao risco de crédito;
- Definir e acompanhar o grau de exposição ao risco da carteira de clientes;
- Acompanhar e avaliar a performance de pagamento da carteira de clientes, definindo metas de Inadimplência e Insolvência;
- Analisar e aprovar as informações sobre risco de crédito a serem incorporadas às Demonstrações Financeiras da companhia.

Comitês de Alçada

Os Comitês de Alçada são responsáveis pelas aprovações dos limites de crédito dos Clientes. As alçadas são estabelecidas levando em consideração o montante do limite de crédito a ser concedido, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Definição dos Comitês e Participantes das Alçadas

Comitês de Alçada	AC	GC	RGC	DC+DF	RUN+RFRI	DP
Até R\$800 mil	X	X				
Entre R\$800 mil e R\$5 milhões	X	X	X			
Entre R\$5 milhões e R\$15 milhões	X	X	X	X		
Acima de R\$15 milhões	X	X	X	X	X	
Será acionada em caso de não concordância no valor de alçada.	X	X	X	X	X	X

AC – Analista de Crédito, GC - Gerente de Conta, RGC - Resp. Gestão de Crédito, DC - Diretoria Comercial, DF -Diretoria Financeira, RUN - Responsável pela Unidade de Negócios, RFRI - Resp. por Finanças e Relações com Investidores, DP - Diretor Presidente.

Os Comitês de Alçada reúnem-se periodicamente de acordo com a necessidade de análise de processos de concessão de crédito.

Procedimentos para a concessão do crédito

O processo de concessão de crédito da Cedente inicia-se pela definição do Risco Técnico dos Clientes e determinação do Limite Técnico para a realização de compras a prazo, seguindo o seguinte fluxo:

- Coleta das informações cadastrais dos Clientes;
- Levantamento das informações históricas e de relacionamento junto ao mercado;
- Avaliação destas informações pelos gerentes comerciais e pela área de gestão de crédito;
- Análise para definição do risco e limite técnico dos Clientes pela área de gestão de crédito; e
- Envio da análise para a definição do limite de crédito pela alçada competente.

Definição do Risco Técnico dos Clientes

É composta por duas análises distintas e complementares: a qualitativa e a financeira.

Análise Qualitativa

A análise qualitativa envolve os seguintes aspectos explorando os "C's" da análise de crédito: ambiente econômico e financeiro; competência empresarial; garantias, intenção de pagamento, grupo econômico a que pertence, relacionamento com a Braskem e relatório de visita da área de crédito.

Nesta análise participa a área comercial através do Gerente Comercial e a área de crédito através do Analista de Crédito.

Análise Financeira

O resultado da análise financeira é a probabilidade de insolvência do Cliente, combinada com o resultado do score financeiro, que será obtida através da aplicação de modelos estatísticos. Essa análise será de responsabilidade da área de crédito, que também deve garantir a qualidade dos dados utilizados nos modelos.

Para a análise financeira serão utilizados os seguintes modelos:

- Modelo SERASA: probabilidade de insolvência calculada e atribuída pelo SERASA (Rating/Scoring);
- Modelo BRASKEM: previsão de insolvência, calculado conforme modelo estatístico baseado no histórico da carteira de clientes.

A probabilidade de insolvência a ser adotada será o resultado mais conservador obtido da análise dos dois modelos.

Para análise do score financeiro se utiliza um modelo baseado em indicadores calculados dos balanços e demonstrativos de resultados das empresas.

A cada indicador foi atribuída uma nota de 1 a 5. Essa nota é definida adequando o indicador da empresa à distribuição dos indicadores de toda a base, identificando assim os padrões comparáveis de mercado.

O risco técnico final de cada cliente será a combinação da análise qualitativa, da probabilidade de insolvência e da avaliação gerada pelo score financeiro. Sua representação será por faixas de nível de risco de 1 a 5, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Nível de Risco	Grau de Risco
Nível 1	Mínimo
Nível 2	Baixo
Nível 3	Médio
Nível 4	Alto
Nível 5	Muito Alto

Definição do Limite Técnico do Cliente

O limite técnico é o resultado da menor de três variáveis:

- Necessidade de crédito do cliente – onde se aplica um percentual de 12% sobre o faturamento anual líquido dos clientes. Este indicador foi definido estimando-se, através de regressão estatística, o histórico de volume de crédito utilizado pelos clientes;
- Capacidade de transformação do cliente – trata-se do consumo mensal máximo que o cliente pode utilizar do produto fornecido pela Cedente; e
- Pleito do gerente comercial – trata-se do volume mensal máximo que o gerente negociou com o cliente.

A definição do limite técnico determina, com base nas faixas de alçadas, qual alçada aprovará o limite de crédito final.

Relação entre Risco e Limite

Depois de calculado o risco técnico este é comparado ao risco aceitável da Cedente, como uma referência para solicitação ou não de garantias sobre o limite de crédito final. É considerado risco aceitável aquele cuja a perda provável máxima é aceita por cliente. Foi definido com base no risco histórico da carteira e ratificada pelo comitê corporativo como nível de risco 3.

Segmentação da Carteira de Clientes

Com o objetivo de estabelecer critérios diferenciados para a análise de risco de crédito de clientes e para o gerenciamento do risco da carteira de crédito, os clientes da Braskem são segmentados das seguintes formas:

- Segmentação por porte;
- Segmentação por origem de capital;
- Segmentação por área de negócio;
- Segmentação por região de atuação; e
- Aplicação do cliente.

Operacionalização da liberação de crédito

Com base nos limites de crédito disponíveis são determinados os procedimentos para a liberação e operacionalização da venda a prazo.

- Operações dentro do limite de crédito

Pedido de venda a prazo é liberado automaticamente pelo sistema informatizado, desde que o valor da operação não seja superior ao limite de crédito estabelecido e, ao mesmo tempo, não haja débito vencido (duplicatas e/ ou juros) há mais de quatro dias.

- Operações fora do limite de crédito

Todas as operações que excedam os limites de crédito definidos devem, obrigatoriamente, ser aprovados pelo comitê de alçada competente.

Inadimplimentos, Perdas e Concentração dos Direitos Creditórios

De acordo com análise feita pela KPMG, no intervalo entre 1 de novembro de 2005 e 31 de outubro de 2008 (totalizando 36 meses) a carteira de recebíveis da Cedente originou um montante de R\$40,4 bilhões em recebíveis.

A carteira líquida de recebíveis da Cedente tem apresentado estabilidade, oscilando entre R\$0,8 bilhão e R\$1,7 bilhões ao mês. De acordo com a Cedente, a elevação da carteira de recebíveis se deve principalmente a incorporação da Copesul e Ipiranga em 2008.

De acordo com a Cedente, no período analisado, a inadimplência média por faixa de atraso foi conforme a seguir:

- 1-10 dias: 1,90%
- 11-30 dias: 0,99%
- 31-60 dias: 0,77%
- 61-90 dias: 0,55%
- 91-120 dias: 0,33%
- 121-150 dias: 0,25%
- 151-180 dias: 0,21%
- 180 dias (acumulado): 2,90%
- Atraso total (excluindo a faixa "> 180 dias"): 5,00%

A maior parte dos atrasos ocorre na categoria entre 1 e 10 dias, como resultado de vencimentos ocorrendo em finais de semana ou feriados.

A tabela abaixo destaca a concentração dos recebíveis por cliente da Cedente de 1º de novembro de 2005 a 31 de outubro de 2008:

Cliente	Somatório do valor das Faturas R\$(000)	%	%Acum.	Quantidade de Faturas	%	%Acum
1 ao 30	18.772.524	50,00%	50,00%	129.451	24,96%	24,96%
31 ao 100	7.507.320	20,00%	70,00%	100.772	19,43%	44,40%
101 ao 300	6.521.296	17,37%	87,37%	122.763	23,67%	68,07%
Total 300 maiores	32.801.140	87,37%		352.986	68,07%	
301 ao 500	2.302.480	6,13%	93,50%	63.552	12,26%	80,33%
501 ao 700	1.152.939	3,07%	96,57%	42.826	8,26%	88,59%
701 ao 1000	802.784	2,14%	98,71%	32.232	6,22%	94,80%
Total 1000 maiores	4.258.203	11,34%		138.610	26,73%	
Demais (1347)	485.574	1,29%	100,00%	26.958	5,20%	100,00%
Total FLS	37.544.916	100,00%		518.554	100,00%	

Fonte: KPMG

As informações dessa seção foram fornecidas pela Cedente e podem ser verificadas detalhadamente no "Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG" anexo a este Prospecto.

Pré-Pagamento de Faturas

A KPMG analisou, de novembro de 2005 a outubro de 2008, a totalidade dos Direitos Creditórios originados pela Cedente e elencou aqueles que são passíveis de cessão ao Fundo, o que totalizou aproximadamente R\$37,5 bilhões. Deste total as faturas liquidadas antecipadamente representaram 12,89%, do total da carteira líquida da Braskem, respectivamente, o que representa R\$4,6 bilhões. A Tabela abaixo ilustra o histórico detalhado das informações relativas ao histórico de pré-pagamento de faturas da Cedente.

Faixas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	%Acum.
Total sob análise	37.544.916		
Faturas a vencer em 31 de outubro de 2008	1.913.379		
Faturas vencidas e/ou liquidadas até 31 de outubro de 2008	35.631.537		
Faturas antecipadas acima de 180 dias	7.302	0,02%	0,02%
Faturas antecipadas de 151 a 180 dias	493	0,00%	0,02%
Faturas antecipadas de 121 a 150 dias	1.723	0,00%	0,03%
Faturas antecipadas de 91 a 120 dias	5.489	0,02%	0,04%
Faturas antecipadas de 61 a 90 dias	148.653	0,42%	0,46%
Faturas antecipadas de 31 a 60 dias	422.848	1,19%	1,65%
Faturas antecipadas de 16 a 30 dias	752.303	2,11%	3,76%
Faturas antecipadas de 11 a 15 dias	369.704	1,04%	4,79%
Faturas antecipadas de 4 a 10 dias	1.488.623	4,18%	8,97%
Faturas antecipadas de 1 a 3 dias	1.395.639	3,92%	12,89%
Faturas liquidadas no vencimento	26.221.049	73,59%	86,48%
Faturas liquidadas de 1 a 10 dias de atraso	2.641.954	7,41%	93,89%
Faturas liquidadas de 11 a 15 dias de atraso	709.781	1,99%	95,89%
Faturas liquidadas de 16 a 30 dias de atraso	454.354	1,28%	97,16%
Faturas liquidadas de 31 a 60 dias de atraso	308.305	0,87%	98,03%
Faturas liquidadas de 61 a 90 dias de atraso	114.100	0,32%	98,35%
Faturas liquidadas de 91 a 120 dias de atraso	94.120	0,26%	98,61%
Faturas liquidadas de 121 a 150 dias de atraso	66.424	0,19%	98,80%
Faturas liquidadas de 151 a 180 dias de atraso	54.903	0,15%	98,95%
Faturas liquidadas acima de 180 dias de atraso	215.415	0,60%	99,56%
Faturas vencidas e não liquidadas até 3 dias	91.251	0,26%	99,81%
Faturas vencidas e não liquidadas de 4 a 10 dias	13.382	0,04%	99,85%
Faturas vencidas e não liquidadas de 11 a 15 dias	4.267	0,01%	99,86%
Faturas vencidas e não liquidadas de 16 a 30 dias	12.276	0,03%	99,90%
Faturas vencidas e não liquidadas de 31 a 60 dias	17.165	0,05%	99,94%
Faturas vencidas e não liquidadas de 61 a 90 dias	6.622	0,02%	99,96%
Faturas vencidas e não liquidadas de 91 a 120 dias	3.150	0,01%	99,97%
Faturas vencidas e não liquidadas de 121 a 150 dias	655	0,00%	99,97%
Faturas vencidas e não liquidadas de 151 a 180 dias	503	0,00%	99,97%
Faturas vencidas e não liquidadas acima de 180 dias	9.085	0,03%	100,00%

Descrição	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% % Acum.
Montante faturado no período sob análise	37.544.916	100,00%
Montante a vencer em 31 de outubro de 2008	1.913.379	5,10%
Montante vencido e não liquidado até 31 de outubro de 2008	158.356	0,42%
Montante liquidado	35.473.180	94,48%

Performance das liquidações	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% % Acum.
Montante liquidado em < - 180 dias	7.302	0,02%
Montante liquidado entre -180 e -151 dias	493	0,00%
Montante liquidado entre -150 e -121 dias	1.723	0,00%
Montante liquidado entre -120 e -91 dias	5.489	0,02%
Montante liquidado entre -90 e -61 dias	148.653	0,42%
Montante liquidado entre -61 e -31 dias	422.848	1,19%
Montante liquidado entre -30 e -16 dias	752.303	2,12%
Montante liquidado entre -15 e -11 dias	369.704	1,04%
Montante liquidado entre -10 e -4 dias	1.488.623	4,20%
Montante liquidado entre -3 e -1 dias	1.395.639	3,93%
Montante liquidado em dia	26.221.049	73,92%
Montante liquidado entre +1 e +10 dias	2.641.954	7,45%
Montante liquidado entre +11 e +15 dias	709.781	2,00%
Montante liquidado entre +16 e +30 dias	454.354	1,28%
Montante liquidado entre +31 e +60 dias	308.305	0,87%
Montante liquidado entre +61 e +90 dias	114.100	0,32%
Montante liquidado entre +91 e +120 dias	94.120	0,27%
Montante liquidado entre +121 e +150 dias	66.424	0,19%
Montante liquidado entre +151 e +180 dias	54.903	0,15%
Montante liquidado em + 180 dias	215.415	0,61%
Montante liquidado	35.473.180	100,00%

Fonte: KPMG

A tabela abaixo destaca a distribuição dos prazos de pagamento de faturas da Cedente.

Prazo Médio (Em dias)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% % Acum.	Quantidade de Faturas	% % Acum.
À vista	793.354	2,11%	18.219	3,51%
De 1 a 9 dias	7.621.058	20,30%	41.732	8,05%
De 10 a 30 dias	13.721.524	36,55%	184.867	35,65%
De 31 a 60 dias	12.754.418	33,97%	241.114	46,50%
De 61 a 90 dias	2.469.094	6,58%	30.074	5,80%
De 91 a 120 dias	151.611	0,40%	2.117	0,41%
De 121 a 150 dias	8.520	0,02%	181	0,03%
De 151 a 180 dias	7.963	0,02%	43	0,01%
Acima de 180 dias	17.376	0,05%	207	0,04%
Total	37.544.916	100,00%	518.554	100,00%
Prazo Médio Ponderado	28 dias			

Fonte: KPMG

Adicionalmente, observado os termos do Contrato de Cessão, as faturas emitidas pela Cedente e oferecidas ao Fundo não prevêem nenhum tipo de desconto para os Clientes que as liquidem antecipadamente. Portanto, os pagamentos antecipados não geram impacto negativo ao Fundo e nem ao fluxo de amortização das Quotas, uma vez que estes pagamentos antecipados, nos termos do Contrato de Cessão, são realizados pelo valor de face do Direito Creditório. Ademais, ainda que na hipótese do Fundo eventualmente receber um volume elevado de recursos pagos antecipadamente não haverá impacto no Fundo haja vista que esses recursos serão utilizados para aquisição de Direitos Creditórios, sem prejuízo da realização de Amortização Extraordinária, nos termos do Regulamento.

As informações dessa seção foram fornecidas pela Cedente e podem ser verificadas detalhadamente no "Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG", anexo a este Prospecto.

A Estrutura a Operação

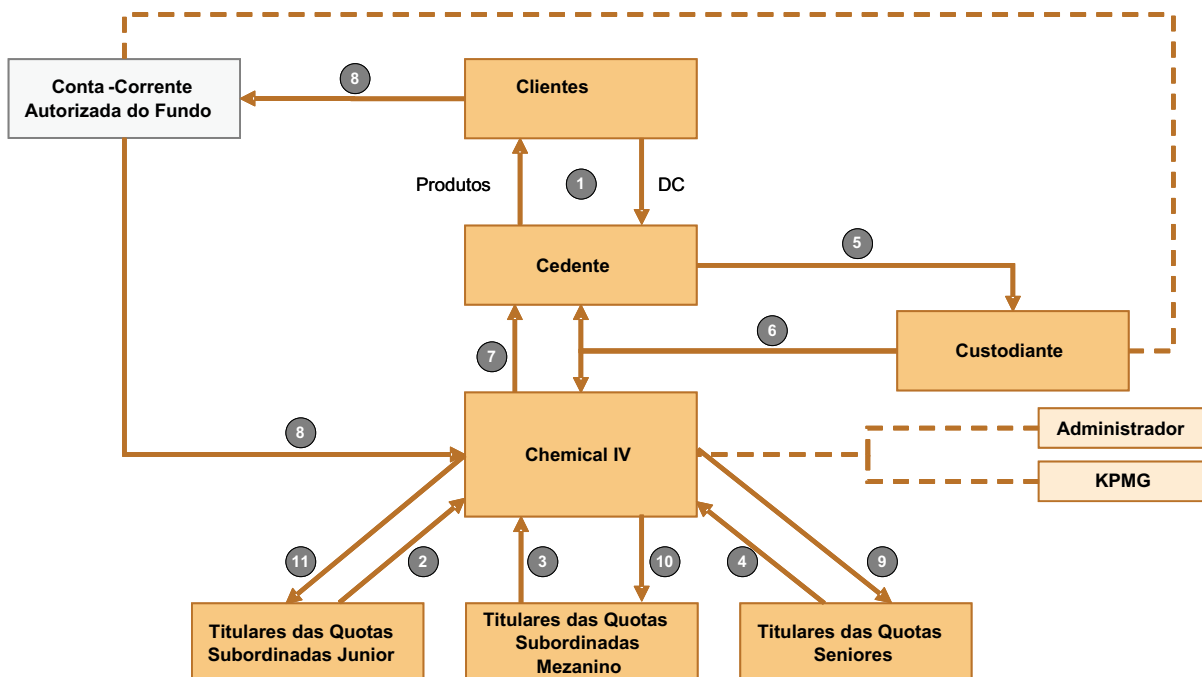
Encontra-se nesta seção uma descrição não exaustiva da estrutura da operação, que foi preparada apenas com a finalidade de oferecer uma visão global do Fundo, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento, do Contrato de Cessão e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, foram resumidos e/ou simplificados. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino.

Resumo da Estrutura

Nos termos do Regulamento, o Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no Regulamento, valorização de suas Quotas por meio da aquisição (i) de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (indústria química e petroquímica), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes à Cedente, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros. Os termos e condições da aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, incluindo os Critérios de Elegibilidade, encontram-se detalhados no Regulamento e no Contrato de Cessão (para mais informações, ver seção "Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios" deste Prospecto).

De forma a captar os recursos necessários para aquisição dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, o Fundo emitirá Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior, sendo que a classe de Quotas Seniores será de até 227.000 Quotas Seniores, com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00, perfazendo na 1ª Data de Emissão o montante total de até R\$227.000.000,00. A classe de Quotas Subordinadas Mezanino será de até 18.000 Quotas Subordinadas Mezanino, de mesmo Valor Unitário de Emissão, perfazendo, na 1ª Data de Emissão, o montante total de até R\$18.000.000,00.

Estrutura do fundo



1. A Cedente realiza operações de venda mercantil a prazo de Produtos para seus Clientes e, assim, gera os Direitos Creditórios.
2. Até a Data de Emissão, a Cedente, observado os termos do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, deverá subscrever e integralizar as Quotas Subordinadas Junior no valor que seja suficiente para que o Fundo, depois de computada, pro forma, a emissão das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, atenda aos respectivos Índices de Cobertura.
3. Na Data de Emissão, as Quotas Subordinadas Mezanino são subscritas e integralizadas, por seu valor calculado na forma do Regulamento, no montante em que seja suficiente para que o Fundo, depois de computada, pro forma, a emissão das Quotas Seniores, atenda ao Índice de Cobertura Sênior.
4. Na Data de Emissão, as Quotas Seniores são subscritas e integralizadas, por seu valor calculado na forma do Regulamento, até o montante em que o Fundo, depois de computada, pro forma, a referida emissão, atenda ao Índice de Cobertura Sênior.
5. Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente, por meio da Cedente, oferecem Direitos Creditórios ao Fundo. As Duplicatas representativas dos Direitos Creditórios são enviadas pela Cedente, por meio eletrônico ou magnético, diretamente ao Custodiante, para que este verifique o atendimento, pelos Direitos Creditórios ofertados, aos Critérios de Elegibilidade.
6. Verificado e constatado o atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante envia ao Fundo e à Cedente o Termo de Cessão informando quais Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos Fundo.
7. Recebido o Termo de Cessão, o Fundo efetua, nos termos do Contrato de Cessão, o pagamento do Preço de Aquisição à Cedente.
8. Na data de vencimento dos Direitos Creditórios, os Clientes realizam o pagamento por meio da rede bancária, diretamente na Conta-Corrente Autorizada do Fundo mantida no Custodiante.
9. Nas Datas de Amortização ou nas Datas de Resgate, o Fundo realiza os pagamentos, conforme o caso, da Amortização Periódica ou do valor de resgate aos titulares das Quotas Seniores.
10. Após concluída a Amortização Periódica ou o resgate das Quotas Seniores, o Fundo procederá o pagamento da Amortização Periódica ou do valor de regate das Quotas Subordinadas Mezanino, aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino, desde que atendido, pro forma, ao Índice de Cobertura Sênior.
11. As Quotas Subordinadas Junior somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, observado os termos do Regulamento, e/ou quando o Índice de Cobertura Mezanino, em benefício dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino, na forma de Excesso de Cobertura, atingir ou exceder a 102,881%. O Administrador, atuando em nome do Fundo, poderá autorizar resgate de Quotas Subordinadas Junior até que o Índice de Cobertura Mezanino atinja 102,249%, conforme definido no regulamento.

Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto no Regulamento e, em especial, o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura. O Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade, sendo que o saldo remanescente poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou aplicado nas modalidades de investimento autorizadas pelo Regulamento. A tabela a seguir apresenta um resumo das modalidades de investimento e dos limites de composição da carteira do Fundo:

Composição da carteira e percentual máximo em relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo	Máximo
Direitos Creditórios	50%	100%
Moeda corrente nacional	0%	50%
Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN	0%	50%
Fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas.	0%	50% ⁽¹⁾
Operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados acima cuja contrapartida seja uma Instituição Autorizada	0%	50% ⁽¹⁾

⁽¹⁾ A concentração está limitada a 10% do Patrimônio Líquido por Instituição Autorizada.

São vedadas ao Fundo (i) a aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) a realização de operações em mercado de derivativos; e (iii) a realização de operações de day trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo. Adicionalmente, o Fundo não poderá realizar operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro em que o Administrador, o Custodiante, a Cedente ou qualquer de suas Partes Relacionadas figure direta ou indiretamente como contraparte, salvo no caso das Instituições Autorizadas.

Sem prejuízo da responsabilidade do Administrador e do Diretor Designado, o Gestor prestará os serviços de gestão da carteira do Fundo, cuja remuneração compõe a taxa de administração, nos termos do artigo 39, inciso II da Instrução CVM 356/01.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao Patrimônio Líquido e os percentuais e limites referidos acima serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios

Nos termos do Contrato de Cessão e observados, pelo Administrador, os procedimentos descritos no Regulamento, a Cedente prometeu, em caráter irrevogável e irretratável, oferecer de forma contínua e prioritária ao Fundo, observada a prioridade previamente estabelecida quando da constituição do Chemical III, Direitos Creditórios, para que o Fundo os adquira em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita ao Administrador manter o enquadramento do mesmo aos Índices de Cobertura e à Alocação Mínima, sem prejuízo do disposto na Cláusula Dez do Contrato de Cessão, assim como de qualquer outro direito, faculdade ou prerrogativa da Cedente estabelecidas no Contrato de Cessão. A obrigação do Fundo de adquirir Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente deve observar a existência de Disponibilidades ou Direitos Creditórios Permutáveis e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

Critérios de Elegibilidade

O Custodiante, por conta e ordem do Fundo, somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios se estes atenderem, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade :

- sejam créditos em reais representados por Duplicatas transmitidas ao Custodiante por meio eletrônico ou magnético, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
- depois de computada, pro forma, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, resultar em valor igual ou inferior a 3%;
- não tenham data de vencimento original inferior a nove dias contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento e superior a 90 dias contados da data de saque das respectivas Duplicatas, observado que não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis cuja data de vencimento original das respectivas Duplicatas seja posterior (1) ao encerramento do Prazo de Duração ou (2) à última Data de Resgate de Quotas em circulação;

d) sejam representados por Duplicatas sacadas contra Cliente que, cumulativamente, na Data de Aquisição e Pagamento:

- (i) conste da Relação de Clientes;
- (ii) não tenha efetuado o pagamento de Direitos Creditórios em montante superior a 15% do total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo entre a 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores e a Data de Aquisição e Pagamento, com atraso superior a 15 dias, contados da data de vencimento das respectivas Duplicatas, tudo de acordo com a Base de Dados;
- (iii) não seja devedor de Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido há mais de 30 dias;
- (iv) não tenha registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, pela Cedente ou por terceiros, ainda que na condição de garantidores, cujo valor do somatório destes títulos protestados seja superior a R\$500.000,00 para os Clientes, atualizado, anualmente, pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pela variação do IGP-M; e
- (v) não tenha processo de falência, ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si.

Verificação dos Critérios de Elegibilidade

A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos do Regulamento e do Contrato de Cessão, será definitiva. A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível não dará ao Fundo qualquer recurso contra a Cedente.

Na hipótese de aquisição de Direitos Creditórios em desacordo com o disposto neste item, aplicar-se-á o disposto no item "Resolução da Cessão" deste Prospecto.

Caso a Odebrecht S.A., acionista controlador, direto ou indireto, da Cedente, venha, direta ou indiretamente, durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, a constituir ou adquirir uma sociedade ou colocar em operação uma sociedade já existente, cujo objeto social seja substancialmente semelhante ao da Cedente, tal sociedade será considerada, a critério da Cedente, uma Cedente para todos os fins e efeitos do Contrato de Cessão, a partir da data em que o Fundo receber uma notificação da Cedente, acompanhada de termo de adesão dessa nova sociedade aos termos e condições do Contrato de Cessão. Tal nova Cedente estará sujeita, sem qualquer restrição, aos termos e condições do Contrato de Cessão e do Regulamento. A Cedente e o Fundo deverão celebrar aditamento ao Contrato de Cessão para incluir tal nova Cedente.

Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis

Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, o Custodiante, em nome e por conta do Fundo, pagará à Cedente, na Data de Aquisição e Pagamento, o valor certo e ajustado calculado de acordo com a seguinte fórmula (Preço de Aquisição):

$$PA_{y;T} = \frac{VN_y}{\left[\left(1 + \frac{DIF_T}{100} \right) \times \left(1 + \frac{\left(\frac{Spread_{Sn} \times M_{Sn;T}}{100} \right) + \left(\frac{Spread_{Mz} \times M_{Mz;T}}{100} \right)}{M_{Sn;T} + M_{Mz;T}} \right) \times \left(1 + \frac{C}{100} \right) \right]^{\frac{d_y}{252}}} \quad \text{onde:}$$

$y = 1, 2 \dots n$ Direito Creditório Elegível a ser adquirido;

$PA_{y;T}$ Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível "y" na Data de Aquisição "T";

VN_y valor nominal do Direito Creditório Elegível "y" objeto da aquisição;

$DIFT$	cotação da Taxa DI futura, na Data de Aquisição e Pagamento "T", referente a contratos com prazo de vencimento mais próximo à Faixa de Vencimento, constante do Anexo VII ao Contrato de Cessão (" <u>Taxa DI Futura</u> "), a que pertence o respectivo " d_y ", negociados na BM&FBOVESPA. Tal cotação deverá se situar dentro do intervalo das Taxas DI Futuras negociadas na respectiva Data de Aquisição e Pagamento para cada prazo. Exemplo: se a Taxa DI Futura for 12,00%, então $DIFT = 12,00$;
$Spread_{Sn}$	Fator Spread das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, que, conforme definido no respectivo Suplemento, é equivalente a 1,4;
$M_{Sn;T}$	valor da totalidade das Quotas Seniores em circulação na Data de Aquisição e Pagamento "T";
$Spread_{Mz}$	Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino, expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, que, conforme definido no respectivo Suplemento, é equivalente a 7,5;
$MMz;T$	valor da totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação na Data de Aquisição e Pagamento "T";
C	$C = 2,00$; e
d_y	número de Dias Úteis compreendido entre a Data de Aquisição e Pagamento, inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível "y" a ser adquirido pelo Fundo, exclusive.

A fórmula acima contempla uma taxa de desconto praticada na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a qual tem sua determinação atrelada à variação da Taxa DI Futura. Levando-se em conta (i) a Taxa DI Futura de 30 dias obtida através da interpolação entre a Taxa DI Futura com vencimento em 1º de julho de 2009 (a qual corresponde a 9,12% ao ano) e a Taxa DI Futura com vencimento em 3 de agosto de 2009 (a qual corresponde a 9,05% ao ano), que resulta em 9,06% (" $DIFT$ "); (ii) um prazo de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis de 30 dias (" d_y "); e (iii) os Fatores Spread definidos, e aplicando-se a fórmula acima, a taxa de desconto a ser praticada na aquisição desses Direitos Creditórios Elegíveis, em 15 de junho de 2009, seria equivalente a 13,30% ao ano.

Para o pagamento do Preço de Aquisição, o Fundo deverá utilizar, mediante dação em pagamento, todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham sido liquidados pelo Cliente dentro do respectivo Prazo Máximo de Atraso e/ou moeda corrente nacional.

Cobrança dos Direitos Creditórios

A Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios será feita pelos Bancos Cobradores, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária, por meio da emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes. Para a realização da cobrança, o Custodiante e os Bancos Cobradores observarão, entre outros estabelecidos no Contrato de Custódia e nos Convênios de Cobrança, os seguintes procedimentos:

- os Avisos de Vencimento conterão mensagem notificando os Clientes de que os respectivos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo;
- o Custodiante e demais Bancos Cobradores receberão o pagamento referente aos Avisos de Vencimento indiscriminadamente de todo e qualquer devedor de Direito Creditório do Fundo, seja ou não cliente do Custodiante, durante todo o expediente bancário em qualquer um dos seus pontos de atendimento em todo o território nacional;
- o pagamento relativo aos Avisos de Vencimento será aceito pelo Custodiante e demais Bancos Cobradores em dinheiro, cheque, ou por meio remoto ou eletrônico, sempre no valor constante do Aviso de Vencimento, acrescido de multa por atraso, se for o caso;
- o Custodiante e demais Bancos Cobradores darão quitação dos Avisos de Vencimento a quem efetuar o respectivo pagamento, sendo que no caso de pagamento feito por meio de cheque (i) o crédito da importância ao Fundo ficará sujeito ao respectivo prazo de compensação, determinado pelo BACEN; e (ii) se o banco sacado devolvê-lo, o Custodiante o entregará ao Fundo, debitando-lhe o valor do cheque;

- os Clientes poderão efetuar o pagamento dos Avisos de Vencimento em qualquer instituição financeira integrante do SIRC - Sistemas Integrados Regionais de Compensação do BACEN ou correspondente bancário; e
- o Custodiante enviará para protesto os Direitos Creditórios vencidos e não pagos a partir do 31º dia contado da respectiva data de vencimento.

Opção de recompra de Direitos Creditórios pela Cedente

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente tem a opção de recomprar Direitos Creditórios integrantes do Patrimônio Líquido pelo seu valor nominal mediante utilização de moeda corrente nacional, ou Direitos Creditórios Elegíveis.

Resolução da Cessão

Nos termos do Contrato de Cessão, será considerada resolvida de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, não seja efetuado pelo respectivo Cliente em virtude (a) de rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, ou de reclamações razoáveis e comprovadas de qualquer outra natureza referente ao cumprimento pela Cedente das suas obrigações em relação aos Direitos Creditórios (b) do não recebimento dos Produtos e/ou (c) da apresentação, pelo Cliente, de qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, dos Direitos Creditórios, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade da Cedente; (ii) de Direitos Creditórios que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios, pela Cedente, previamente à oferta destes à cessão para o Fundo; ou (iii) de Direitos Creditórios que decorram de venda de Produtos que tenha sido alterada ou cancelada, total ou parcialmente, por qualquer motivo, ou ainda os Direitos Creditórios passíveis de quaisquer discussões comerciais.

Na hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, estará a Cedente obrigada a restituir ao Fundo, no prazo de dois Dias Úteis contados da data em que a Cedente receber notificação enviada pelo Fundo ou pelo Custodiante solicitando o seu pagamento, observadas as disposições do Contrato de Cessão, em moeda corrente nacional, mediante depósito na Conta Corrente Autorizada do Fundo, o valor dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, calculado com base no Preço de Aquisição atualizado *pro rata temporis* desde a Data de Aquisição e Pagamento até a data da restituição integral dos valores devidos pela resolução da cessão.

Resilição do Contrato de Cessão pela Cedente

A Cedente poderá resilir o Contrato de Cessão, mediante comunicação enviada pela Cedente ao Fundo, com cópia para o Custodiante, com antecedência mínima de dois Dias Úteis da data de resilição, sem qualquer ônus, encargo ou penalidade, somente na hipótese de (i) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, bem como mudança na interpretação da legislação tributária por autoridade competente que, da mesma forma, implique em oneração relevante no processo de origem de Direitos Creditórios Elegíveis ou das operações previstas no Contrato de Cessão; (ii) modificações do Regulamento aprovadas pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, que comprovadamente alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato de Cessão e/ou que tornem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para a Cedente; e (iii) alteração na legislação aplicável ao Fundo que acarrete mudança prejudicial na forma de contabilização da cessão de Direitos Creditórios ora pactuada pela Cedente.

O exercício do direito de resilição não eximirá a Cedente do integral e pontual cumprimento (i) das obrigações assumidas nos termos do Contrato de Cessão, dos Termos de Cessão celebrados e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior e que já sejam exigíveis na data do recebimento, pelo Fundo, da

comunicação referida no parágrafo acima, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações; ou (ii) das obrigações decorrentes das Condições Resolutivas da Cessão referentes a Direitos Creditórios cedidos até a data data do recebimento, pelo Fundo, da comunicação referida acima.

A resilição do Contrato de Cessão é um dos eventos de liquidação do Fundo nos termos do Regulamento.

Índices de Cobertura

Conforme estabelecido no Regulamento, desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, o Administrador verificará, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, se a (i) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores se encontra em um nível não inferior ao respectivo índice de cobertura (Índice de Cobertura Sênior) e, da mesma forma, (ii) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o somatório do valor total das Quotas Seniores e do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino, calculada com cinco casas decimais, se encontra em um nível não inferior ao respectivo índice de cobertura (Índice de Cobertura Mezanino), e, conjuntamente com o Índice de Cobertura Senior, os (Índices de Cobertura), estabelecidos nas tabelas abaixo:

<u>Índice de Cobertura Sênior</u>	<u>Média do Percentual de Inadimplência (MI(%))*</u>
110%	$MI(\%) < 1,5\%$
112%	$1,5 \leq MI(\%) < 2,0\%$
115%	$MI(\%) \geq 2,0\%$

*: MI(%) – é a média aritmética do I(%) dos últimos três meses.

<u>Índices de Cobertura Mezanino</u>	<u>Média do Percentual de Inadimplência (MI(%))*</u>
102,041%	Não aplicável

A apuração do percentual de inadimplência a que se refere a tabela supra será realizada pelo Custodiante a partir da Base de Dados de acordo com a seguinte expressão (Percentual de Inadimplência):

$$I(\%) = \frac{Dj}{Dt}$$

onde:

I(%)	é o Percentual de Inadimplência;
Dj	é o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo vencidos e não pagos a mais de 19 dias na Data de Verificação dos Índices de Cobertura, acrescido do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos a mais de 19 dias que foram aceitos, pela Cedente, após este prazo, como Contraprestação, nos termos do Contrato de Cessão, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior; e
Dt	é o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que compõem a carteira do Fundo na Data de Verificação dos Índices de Cobertura.

O Índice de Cobertura Senior será, obrigatoriamente, de 110% no período de 90 dias contado da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, devendo, após o decurso deste prazo, ser calculado a cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura nos termos do Regulamento.

Caso, em qualquer Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o Fundo não atenda à qualquer dos Índices de Cobertura, o Administrador deverá notificar a Cedente, por meio eletrônico, de acordo com o modelo constante do Anexo I ao Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior (Aviso de Desempenhamento). A Cedente deverá, observado o disposto no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, devolver ao Administrador, com cópia para o Custodiante, o Aviso de Desempenhamento, indicando:

- a) que procederá à integralização de Quotas Subordinadas Junior em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis em número suficiente para (i) o reenquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura; e (ii) a manutenção da totalidade de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;
- b) que procederá à integralização parcial de Quotas Subordinadas Junior em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis, hipótese em que será reduzido, mediante Amortização Extraordinária, o valor das Quotas Seniores em circulação, de modo que o Fundo atenda aos Índices de Cobertura;
- c) que não procederá à integralização de Quotas Subordinadas Junior, hipótese em que será reduzido, mediante Amortização Extraordinária, o valor das Quotas Seniores em circulação, de modo que o Fundo atenda aos Índices de Cobertura; ou
- d) que resiliará o Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto no mesmo.

Sempre que o Fundo deixar de atender à Alocação Mínima, apurada diariamente pelo Administrador, o Fundo deverá promover a amortização compulsória de parcela do valor das Quotas Seniores, de forma que, computada, pro forma, a referida amortização, o Fundo volte a atender à Alocação Mínima, sempre observado o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura, na forma do Regulamento.

Caso, em qualquer Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o resultado da relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o somatório do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino, calculada com cinco casas decimais, seja superior ao Índice de Cobertura Mezanino (Excesso de Cobertura), o Fundo deverá aplicar o valor correspondente ao Excesso de Cobertura para:

- adquirir Direitos Creditórios Elegíveis ou Ativos Financeiros, nos termos do item 6.1 do Regulamento; e
- desde que o Índice de Cobertura Mezanino seja maior que 102,881%, amortizar as Quotas Subordinadas Junior em montante tal que, após referida amortização, o Índice de Cobertura Mezanino seja igual ou maior que 102,249%.

O Fundo somente procederá à amortização das Quotas Subordinadas Junior, conforme estabelecido no item acima, desde que atenda, pro forma, ao Índice de Cobertura Sênior.

Reserva de Amortização e Resgate

O Administrador deverá constituir reserva monetária (Reserva de Amortização e Resgate), formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento (i) do valor de integralização das Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo (Disponibilidades), destinada ao pagamento da próxima Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, ou do resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso, de acordo com o seguinte cronograma:

- até 30 Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 30% do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino; e
- até dez Dias Úteis antes de cada Data de Amortização e até dez Dias Úteis antes das Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino.

Na determinação dos montantes a serem segregados na Reserva de Amortização e Resgate, será sempre considerado o valor integral estimado da próxima Amortização Periódica na respectiva Data de Amortização, sendo o Fator Spread das Quotas Seniores e o Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino aplicados, neste caso, sobre a Taxa DI Futura para o cálculo do rendimento projetado.

Observado o disposto no Regulamento, as aplicações financeiras dos recursos segregados na Reserva de Amortização e Resgate deverão ser realizadas, preferencialmente, por períodos completos compreendidos entre a

data em que os recursos transferidos à Reserva de Amortização e Resgate estiverem disponíveis para aplicação e, para fins de resgate da respectiva aplicação financeira, as Datas de Disponibilidade. Tais aplicações financeiras não poderão ter data de resgate posterior à Data de Disponibilidade (inclusive).

Verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate

A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, dez Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou dez Dias Úteis antes das Datas de Resgate, conforme o caso (Data de Verificação de Amortização), o Custodiante, por ordem e conta do Fundo verificará se o saldo da Reserva de Amortização e Resgate atende ao disposto no Regulamento.

Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate não atender ao disposto no Regulamento, o Custodiante comunicará imediatamente o fato ao Administrador que deverá, a partir da respectiva Data de Verificação de Amortização, inclusive, (i) interromper a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, e (ii) destinar todas as Disponibilidades para recomposição da Reserva de Amortização e Resgate, até que esta atenda ao disposto no Regulamento. Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate atender ao disposto no Regulamento, o valor excedente da Reserva de Amortização e Resgate será destinado à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

Para verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate, serão considerados (i) o saldo dos recursos financeiros ali segregados; e (ii) o valor de resgate dos investimentos realizados com tais recursos, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos respectivos investimentos. No caso de aplicações financeiras remuneradas a taxas pré-fixadas, será considerado o valor de resgate das respectivas aplicações, e no caso das aplicações financeiras remuneradas a taxas pós-fixadas, serão consideradas (i) a taxa de remuneração da respectiva aplicação no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Verificação de Amortização; e/ou (ii) a variação diária de quota de fundo de investimento, projetando-se as mesmas até a respectiva Data de Disponibilidade.

Ordem de Alocação de Recursos

O Administrador, diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação do Fundo, utilizará as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- b) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- c) devolução aos titulares de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Regulamento, por meio do resgate ou amortização de Quotas Seniores, na proporção de suas respectivas contribuições;
- d) constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Seniores, observado o disposto no item 14 do Regulamento;
- e) pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- f) constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Subordinadas Mezanino, observado o disposto no item 14 do Regulamento;
- g) pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Mezanino;
- h) pagamento do Preço de Aquisição;
- i) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- j) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

Taxa de Administração e Encargos do Fundo

O Administrador cobrará taxa de administração correspondente a (i) 0,18% ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, acrescida de (ii) um montante fixo de R\$1.666,67 por mês, sendo que o montante mensal da remuneração do Administrador não poderá ser inferior a R\$16.666,67. A taxa de administração inclui a taxa de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo e será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o quinto Dia Útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da taxa de administração ocorrerá no quinto Dia Útil do mês imediatamente subsequente à 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e o último dia do mês a que se referir o pagamento da taxa de administração. Não será cobrada taxa de performance.

Constituem Encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria, encarregada da revisão das documentações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, observado o disposto no item 22 do Regulamento;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- i) honorários e despesas devidos à Agência de Classificação de Risco.

Caso o montante total dos Encargos do Fundo ultrapassem 3% do Patrimônio Líquido, em um período de 12 meses anterior a cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o Administrador convocará a Assembleia Geral para que os Quotistas definam as providências a serem adotadas pelo Administrador. Quaisquer despesas não previstas no Regulamento como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada no item 11.1 do Regulamento.

Sem prejuízo das responsabilidades do Administrador e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou do próprio Administrador, observado que tais órgãos não poderão ser remunerados.

Eventos de Avaliação

Na ocorrência de determinados eventos, denominados Eventos de Avaliação, o Administrador, entre outras providências, (i) comunicará aos Quotistas acerca do fato, nos termos do Regulamento, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis; e se for o caso, (ii) o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso.

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de cinco Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- b) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de cinco Dias Úteis contado do prazo do recebimento da referida notificação;
- c) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- d) ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do País ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar o curso normal das aquisições de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e o cumprimento de suas obrigações perante os Quotistas nos termos do Regulamento;
- e) aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, em percentual superior a 0,50% do Patrimônio Líquido, conforme vier a ser apurado pela Empresa de Auditoria, de forma cumulativa, desde a primeira Data de Aquisição e Pagamento;
- f) não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Amortização e Resgate, em duas Datas de Verificação de Amortização consecutivas ou três Datas de Verificação de Amortização alternadas;
- g) caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- h) amortização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior em desacordo com o disposto no Regulamento;
- i) resilição do Contrato de Custódia nos termos do referido instrumento;
- j) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão;
- k) não observância, por parte da Cedente, dos deveres e obrigações previstos no Contrato de Cobrança;
- l) se, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo eventualmente pagos pelos Clientes diretamente à Cedente, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, mediante informação disponibilizada pela Cedente, conforme disposto no Contrato de Cessão, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura, não obstante a obrigação assumida pela Cedente de transferi-los ao Fundo nos termos da alínea (v) da Cláusula Oitava do Contrato de Cessão;
- m) se, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, venha a ser recusado pelo respectivo Cliente em virtude (1) de rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, e/ou (2) do não recebimento dos Produtos, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, mediante informação disponibilizada pela Cedente, conforme disposto no Contrato de Cessão, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura;
- n) se, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas, os Direitos Creditórios Permutáveis aceitos como Contraprestação, pela Cedente, nos termos da Cláusula 6.2, item (i), do Contrato de Cessão, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, for igual ou

superior a 12% do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura; e

o) não realização da Amortização Extraordinária das Quotas Seniores, nos termos previstos no Regulamento.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador comunicará os Quotistas acerca do fato, nos termos do Regulamento, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso.

O Administrador convocará, no Dia Útil subsequente ao dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo. Neste caso, o Administrador, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembleia Geral. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento. Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no item 18.1.2 do Regulamento, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação antecipada do Fundo.

Eventos de Liquidação

São considerados Eventos de Liquidação do Fundo para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356/01 quaisquer das seguintes ocorrências;

a) não pagamento, em até três Dias Úteis contados das Datas de Amortização e/ou das Datas de Resgate, do valor da Amortização Periódica e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino;

b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;

c) caso não seja determinado pelos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, e devidamente aprovado pelos titulares das Quotas Subordinadas Junior, novo(s) parâmetro(s) de apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, na Assembleia Geral a ser realizada conforme previsto no Regulamento;

d) caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembleia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no item 22 do Regulamento;

e) resilição do Contrato de Cessão ou do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, nos termos dos referidos instrumentos;

f) caso a Cedente deixe de comunicar ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento desta;

g) caso os titulares das Quotas Seniores ou, caso aplicável, das Quotas Subordinadas Mezanino, venham a deliberar, nos termos do Regulamento, que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

h) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.1.4 do Regulamento

i) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.3 do Regulamento; e

j) ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição do Contrato de Cessão e do Evento de Revisão previsto na Cláusula 9.1, inciso III do Contrato de Cessão;

- k) caso o Percentual de Inadimplência alcance nível igual ou superior a 2% por duas Datas de Verificação dos Índices de Cobertura consecutivas ou três Datas de Verificação dos Índices de Cobertura alternadas;
- l) não reenquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura, observados os prazos estabelecidos no item 20 do Regulamento; e
- m) redução de mais de três níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores ou de mais de dois níveis na classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino. A redução de um nível, de dois níveis ou de três níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores não caracterizará Evento de Avaliação. Da mesma forma a redução de um nível ou de dois níveis na classificação das Quotas Subordinadas Mezanino não caracterizará Evento de Avaliação.

Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas, observado o disposto no Regulamento; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, definidos no Regulamento.

Na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo acima e na hipótese de os Quotistas deliberarem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem acerca da interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. A instalação da referida Assembleia Geral dependerá, em primeira convocação, da presença de Quotistas representantes de 95% das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, de qualquer número de Quotistas. A deliberação da interrupção dos procedimentos de liquidação deverá observar o quorum estabelecido no item 24.4.4 do Regulamento. É assegurado aos titulares de Quotas Seniores, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos titulares de Quotas Seniores dissidentes, pelo seu respectivo valor, calculado de acordo com o item 13.4 do Regulamento.

Na hipótese de não ser aprovada a interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Observada a ordem de alocação dos recursos definida no Regulamento e a deliberação dos Quotistas na Assembleia Geral referida no item 18.2.2 do Regulamento, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo (i) resiliará o Contrato de Cessão; e (ii) procederá ao resgate antecipado, total ou parcial, das Quotas Seniores, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, sendo que, quando os recursos depositados na Conta-Corrente Autorizada do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (a) o valor de resgate das Quotas Seniores e (b) R\$500.000,00, o Administrador debitará a Conta-Corrente Autorizada do Fundo.

Os procedimentos descritos acima somente poderão ser interrompidos (i) após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, seguindo as mesmas prerrogativas definidas para as Quotas Seniores, e, posteriormente, das Quotas Subordinadas Junior ou (ii) mediante a deliberação de Quotistas em Assembleia Geral, nos termos do item 18.2.3 do Regulamento.

Dação em Pagamento dos Direitos Creditórios

Caso, 60 dias após a última data de vencimento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no item 18.2.2. do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, o Administrador realizará o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem

direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação.

Para fins do disposto no item 18.4 do Regulamento, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. O Administrador deverá notificar os Quotistas, na forma do item 27.1 do Regulamento, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas fizer jus.

Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em circulação.

Custos Referentes à Cobrança dos Ativos do Fundo

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas observado o disposto no item 22.2 do Regulamento, não estando a Cedente, o Administrador, o Gestor ou o Custodiante de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Cedente, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou da Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no item 22.2 do Regulamento.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite, por exercício anual do Fundo, de R\$93.000,00, o qual será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da 1ª Data de Emissão, pela variação acumulada do IGP-M. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, hipótese em que os titulares das Quotas Seniores aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de Quotas Seniores, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação. Caso os titulares das Quotas Seniores decidirem por não aportar tais recursos, os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim poderão decidir por fazê-lo, hipótese em que os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de Quotas Senior, considerando o valor da participação de cada Quotista Mezanino no valor total das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo nos termos acima serão reembolsados por meio do resgate ou amortização das Quotas Seniores então integralizadas, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento e observado o disposto no item 21 do Regulamento. Não obstante o acima disposto, os titulares de Quotas Seniores e os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino poderão, em comum acordo, decidir por aportarem conjuntamente a parcela necessária para os fins acima mencionados, na proporção das respectivas participações no Fundo.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

Os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo serão registrados pelo valor efetivamente pago, enquanto os rendimentos auferidos com os mesmos serão reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil. Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos integrantes da carteira do Fundo deverão ser integralmente provisionados no 20º dia após o respectivo vencimento, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, acrescido dos rendimentos auferidos.

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Administrador e aceitos pelo BACEN e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

Crítérios de divulgação de informações aos Quotistas

Salvo quando se tratar de convocação de Assembleia Geral, bem como quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por um dos seguintes meios, a critério do Administrador: (i) publicação de anúncio, em forma de aviso, no referido jornal ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; ou (ii) envio de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Regulamento.

No prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista, a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo e dos Ativos Financeiros.

Atendimento aos Quotistas

As solicitações, sugestões, reclamações e informações adicionais podem ser feitas ou obtidas nos seguintes endereços:

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Administrador do Fundo

Telefone: (11) 3684-4522

e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

Assembleia Geral

À Assembleia Geral do Fundo compete, privativamente, (i) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador; (ii) alterar o Regulamento; (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco; (iv) deliberar sobre a elevação da taxa de administração e encargos cobrados pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução; (v) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração e (vi) deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes ou entidades de mercado de balcão organizado em que as Quotas do Fundo sejam admitidas à negociação, bem como de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo de até 30 Dias Úteis contado da divulgação do fato aos Quotistas.

Convocação

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, quando em primeira convocação, e com cinco dias de antecedência, no mínimo, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou correio eletrônico enviados aos representantes dos Quotistas indicados na forma do Regulamento, e, a critério do Administrador, por meio de aviso publicado no jornal Gazeta Mercantil, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% das Quotas em circulação.

Instalação e Local

A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Quorum de deliberação

A presidência da Assembleia Geral caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Administrador; ou (ii) ao Quotista eleito pelos titulares das Quotas Seniores presentes, ou, na sua ausência, dos Quotistas Subordinados Mezanino presentes.

Sem prejuízo do disposto no item 24.2.5 do Regulamento, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

A cada Quota corresponde um voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de um ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até dois Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Ressalvado o disposto nos itens 24.4.1 a 24.4.5 e 24.5 do Regulamento, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pela maioria dos votos dos titulares das Quotas presentes à Assembleia Geral.

Independentemente do disposto no item 24.4 do Regulamento, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem:

- a) 90% das Quotas Seniores em circulação, para alteração dos itens Oito (Critérios de Elegibilidade), 12 (Quotas), 13 (Emissão, Integralização e Valor das Quotas) e 14 (Amortização e Resgate) do Regulamento, deste item (a) e do item (b) abaixo;
- b) 75% das Quotas Seniores em circulação para:
 - (i) a aprovação de alteração dos quora de instalação ou deliberação estabelecidos no Regulamento, ressalvado o disposto no item (a) acima; e
 - (ii) a aprovação de alteração dos itens 6 (Objetivo do Fundo e Política de Investimento), 18 (Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação), 19 (Amortização Extraordinária), 20 (Índices de Cobertura) e 21 (Ordem de Alocação de Recursos) do Regulamento; e
 - (iii) a aprovação para a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão, exceto no caso de aditamento para inclusão de nova Cedente, nos termos do item 8.1.3 do Regulamento.
- c) mais da metade das Quotas Seniores em circulação para a deliberação a que se refere o item 22.2 (aporte adicional de recursos) do Regulamento;
- d) mais da metade das Quotas Seniores em circulação para a qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada; e
- e) mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral para aprovação de qualquer matéria de interesse dos titulares de Quotas Seniores, para o qual não exista outro quorum previsto no Regulamento.

Independentemente do disposto acima, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem mais da metade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação para:

- (i) as deliberações a que se referem os itens 5.3.2 (direito de voto das Quotas Subordinadas Mezanino), 13.5.2 (extinção da Taxa DI) e 22.2 (aporte adicional de recursos) do Regulamento;
- (ii) a aprovação para a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão que importe em alteração à Cláusula 1.3 (promessa de cessão de direitos creditório em quantidades mínimas), 6.0 (Preço de Aquisição) e 9.2 (Eventos de Resilição) do Contrato de Cessão;
- (iii) a aprovação de alterações nos itens 8.1 (Critérios de Elegibilidade), 9.1 (inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes), 12.2 (emissão de Quotas Subordinadas e características de Quotas Subordinadas Mezanino), 12.3 (características das Quotas Subordinadas Junior), 13.5 (valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.1 (resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.2 (Datas de Amortização), 14.3.2 (amortização das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.4 (amortização compulsória de Quotas Seniores), 14.5 (amortização e resgate de Quotas limitadas às hipóteses previstas no Regulamento), 14.6 (Reserva de Amortização e Resgate), 14.8 (Data de Verificação de Amortização), 17.3 (critério de provisionamento dos Direitos Creditórios), 17.5 (perdas e provisões com Ativos Financeiros), 18.1 (Eventos de Avaliação), 18.2 (Eventos de Liquidação), 20.1 (Índices de Cobertura), 20.2 (Excesso de Cobertura), 21.1 (ordem de alocação de recursos), 24.5 (direitos de voto das Quotas Subordinadas Junior) e o item 24.4.2 do Regulamento;
- (iv) ratificar a deliberação de qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada, tomada pelos titulares das Quotas Seniores nos termos do inciso IV do item 24.4.1 do Regulamento
- (v) o aumento na remuneração das Quotas Seniores.

Independentemente do disposto no item 24.4 do Regulamento, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão de votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas presentes:

- (i) deliberações a que se referem os itens 4.1.4, 4.2 e 4.3 do Regulamento (substituição ou renúncia do Administrador);
- (ii) aprovação de alteração ao item 11 (Taxa de Administração e Encargos do Fundo) do Regulamento; e
- (iii) aprovação de incorporação, fusão, cisão ou liquidação do fundo.

Independentemente do disposto no item 24.4 do Regulamento, a interrupção dos procedimentos de liquidação a ser deliberada na Assembleia Geral na forma prevista no item 18.2.2 do Regulamento dependerá de votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, 95% das Quotas em circulação e, em segunda convocação 95% das Quotas presentes.

Para efeito da constituição de quaisquer dos quora de deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino de titularidade da Cedente e/ou de suas Partes Relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas, caso a Cedente e/ou suas Partes Relacionadas venham a ser titulares de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino.

Independentemente do disposto item 24.4 do Regulamento a deliberação a que se refere o item 13.5.2 do Regulamento, o aumento na remuneração das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, bem como aquelas que impliquem alterações: (a) dos Eventos de Avaliação; (b) dos Eventos de Liquidação; (c) do item 8 (Critérios de Elegibilidade); e/ou (d) das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Junior dependerão da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas Junior em circulação.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quora estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse.

As Quotas

Encontra-se nesta seção uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas.

Características das Quotas Seniores

Dentre outras previstas no Capítulo Doze do Regulamento, as Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas Mezanino e às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto no Regulamento;
- Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00;
- seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Regulamento;
- direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observadas as disposições do Regulamento, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá um voto; e
- o valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Sênior no Fundo será de R\$25.000,00.

Características das Quotas Subordinadas Mezanino

Dentre outras previstas no Capítulo Doze do Regulamento, as Quotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- subordinam-se apenas às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento;
- serão amortizadas e resgatadas conforme o previsto no Regulamento e respectivo Suplemento, observada a prioridade das Quotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou no término do Prazo de Duração;
- um Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00;
- seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento;
- direito de votar nas Assembleias Gerais, observadas as disposições do Regulamento, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá um voto;
- ressalvada a preferência das Quotas Seniores, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino; e
- o valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Subordinado Mezanino no Fundo será de R\$25.000,00.

Características das Quotas Subordinadas Junior

Dentre outras previstas no Capítulo Doze do Regulamento, as Quotas Subordinadas Junior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino, para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;

- somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nos termos do Regulamento e/ou no término do Prazo de Duração;
- um Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00;
- seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento;
- direito de votar nas Assembleias Gerais, observadas as disposições do Regulamento, sendo que a cada Quota Subordinada Junior corresponderá um voto; e
- ressalvada a preferência das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Junior.

Emissão e integralização das Quotas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão emitidas por seu valor calculado na forma prevista no Regulamento, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN exclusivamente na Conta-Corrente Autorizada do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação. Observados os termos do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, a aplicação em Quotas Subordinadas Junior poderá ser efetuada pela Cedente ou suas Partes Relacionadas também em Direitos Creditórios Elegíveis.

Amortização e Resgate das Quotas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas Datas de Resgate indicadas nos respectivos Suplementos. A amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino seguirão os cronogramas definidos na Seção "Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas" deste Prospecto e nos respectivos Suplementos.

Amortização Extraordinária

O Administrador, a seu exclusivo critério e sem que haja qualquer imputação de qualquer multa, compensatória ou punitiva, poderá proceder à amortização antecipada, integral ou parcial das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e/ou à Alocação Mínima, observado o disposto no Regulamento.

O Administrador informará imediatamente aos titulares das Quotas Seniores, por meio de comunicação aos seus representantes, da realização da Amortização Extraordinária, o valor total da Amortização Extraordinária e o valor da Amortização Extraordinária relativa às Quotas Seniores de titularidade do respectivo Quotista, conforme o caso.

Negociação das Quotas

As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas. As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, e, a critério do Administrador, no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.

Na hipótese de negociação de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino em entidade integrante do mercado secundário, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista observará os procedimentos estabelecidos pela respectiva entidade de mercado de balcão organizado em que as Quotas

estejam admitidas à negociação, observando-se que o intermediário deverá verificar a condição de Investidor Qualificado do novo Quotista

Tributação

O disposto nesta seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo informar genericamente o tratamento fiscal aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem envolver a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas, motivo pelo qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável aos investimentos realizados no Fundo.

Tributação aplicável aos Quotistas

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, inclusive amortização, liquidação, cessão ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo tal limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, os Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, estão sujeitos ao IOF/Câmbio à alíquota zero. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25%, relativamente a operações ocorridas após tal aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base a residência dos Quotistas do Fundo (a) no Brasil; e (b) no exterior; e três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimentos ou ganhos e a sua consequente tributação: (i) resgate/liquidação de Quotas do Fundo; (ii) cessão ou alienação de Quotas do Fundo; e (iii) amortização das Quotas do Fundo:

Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

- **Resgate das Quotas do Fundo:** na situação de resgate/liquidação de Quotas do Fundo, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas do Fundo, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito:

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, detenha títulos com prazo médio superior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados segundo as seguintes alíquotas regressivas: (a) 22,50%, para aplicações com prazo de até 180 dias, (b) 20%, para aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias, (c) 17,50%, em aplicações com prazo de 361 até 720 dias, e (d) 15%, para aplicações com prazo acima de 720 dias.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, detenha títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados segundo as seguintes alíquotas regressivas: (a) 22,50%, para aplicações com prazo de até 180 dias, e (b) 20%, para aplicações com prazo acima de 180 dias.

A carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

- Cessão ou alienação das Quotas do Fundo: os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas do Fundo devem ser tributados à alíquota de 15%. Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, há a incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 0,005%; e
- Amortização das Quotas do Fundo: no caso de amortização de Quotas do Fundo, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas aplicáveis à hipótese de resgate/liquidação das Quotas do Fundo, definidas em função do prazo do investimento do respectivo Quotista do Fundo, descritas no item acima.

Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade do investimento ("Paraíso Fiscal").

Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

- Resgate de Quotas: O rendimento auferido no resgate de Quotas será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%.
- Cessão ou alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação.
- Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil nas operações de amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

Tributação aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de zero%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo

Abaixo segue uma descrição dos principais contratos firmados pelo Fundo com a Cedente e os prestadores de serviços abaixo descritos.

Contrato de Cessão

O principal contrato firmado pelo Fundo é o Contrato de Cessão, por meio do qual a Cedente prometeu, em caráter irrevogável e irretratável, ceder os Direitos Creditórios ao Fundo, que se comprometeu a adquiri-los de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento. Para tanto, a Cedente se obrigará, em caráter irrevogável e irretratável, a oferecer, contínua e prioritariamente ao Fundo, Direitos Creditórios em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e à Alocação Mínima.

Para maiores informações, ver seção "A Estrutura da Operação - Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios").

Contrato de Colocação

Por meio do Contrato de Colocação, o Administrador e a Cedente contrataram os Coordenadores para a prestação dos serviços de distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino. Para maiores informações ver seção "Procedimentos de Distribuição das Quotas".

Contrato de Custódia

O Administrador contratou o Custodiante, com a interveniência da Cedente, para a prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356. No Contrato de Custódia estão estabelecidos, dentre outros, as rotinas e procedimentos relativos à verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade e a cobrança bancária dos Direitos Creditórios.

Adicionalmente, o Custodiante, por meios dos Convênios de Cobrança, contratou os demais Bancos Cobradores para a prestação dos serviços de cobrança bancária dos Direitos Creditórios.

Nos termos do Regulamento e do Contrato de Custódia, o Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- I. zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão, que sejam de sua responsabilidade;
- II. receber e fazer a guarda e custódia física, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados;
- III. receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria e encerramento do exercício de balanço, por parte do Administrador, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
 - (i) extratos da Conta Corrente Autorizada do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante nas Contas Correntes Autorizadas da Cedente;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos no Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e

- (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- IV. sistematizar e organizar, em ordem cronológica, a documentação referida acima identificada por Cliente;
- V. efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a esses ativos;
- VI. receber e realizar a Cobrança Bancária, por si ou terceiros contratados para este fim, dos valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, bem como efetuar a liquidação física e financeira destes, nos termos do Contrato de Custódia;
- VII. efetuar o controle do fluxo de caixa do Fundo, com registro dos respectivos lançamentos em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;
- VIII. efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, de acordo com as instruções do Administrador, nos termos da legislação aplicável;
- IX. verificar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem ofertados pela Cedente ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade a cada cessão, com base em arquivos eletrônicos enviados pela Cedente;
- X. informar à Agência de Classificação de Risco, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência (i) de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e (ii) o descumprimento, pelo Administrador, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos no Regulamento, no Contrato de Cessão ou no Contrato de Custódia ou no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior;
- XI. notificar o Administrador, no prazo de um Dia Útil a contar da ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pela Cedente, de suas obrigações originárias do Contrato de Cessão, do Contrato de Custódia ou do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior; e
- XII. monitorar, por amostragem estatística trimestral, a existência do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos no parágrafo abaixo.

Nos termos do Contrato de Custódia e do Regulamento, o Custodiante é responsável por monitorar, por amostragem estatística trimestral, a existência do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n = \frac{N \times \frac{1}{E_o^2}}{N + \frac{1}{E_o^2}}$$

onde:

- E_o Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será de 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade da Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e
- N tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

Para informações sobre os mecanismos de substituição do Custodiante, bem como sobre os procedimentos que devem ser adotados em caso de renúncia, vide Seção "Custodiante e Agente Escriturador – Substituição ou Renúncia do Custodiante" abaixo.

Contrato de Depósito

Por meio do Contrato de Depósito, o Custodiante contratou a Cedente para atuar como depositária, sob as penas previstas na legislação aplicável, dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Nos termos do Contrato de Depósito, o Custodiante e o Administrador, ou terceiros por eles contratados, terão acesso irrestrito aos Documentos Comprobatórios, podendo, mediante comunicação prévia com dez Dias Úteis, ou, em prazo menor, se assim solicitado pelas autoridades competentes, sem nenhum custo adicional, consultar ou retirar os Documentos Comprobatórios e realizar diligências nos estabelecimentos em que tais Documentos Comprobatórios são mantidos, com o objetivo de verificar o cumprimento, pela Cedente, de suas respectivas obrigações, nos termos do Contrato de Depósito e do Contrato de Cessão. O Custodiante e o Administrador, ou terceiros por eles contratados, deverão obedecer às normas de saúde e segurança desses estabelecimentos, desde que sejam cientificados previamente e que os equipamentos de segurança sejam fornecidos pela Cedente. O Custodiante e o Administrador poderão solicitar os Documentos Comprobatórios após o prazo de 30 Dias Úteis contado da aquisição dos respectivos Direitos Creditórios pelo Fundo.

Adicionalmente, o Contrato de Depósito prevê que a perda, o extravio, a inexistência ou a indisponibilidade, por qualquer motivo, dos Documentos Comprobatórios (exceto no caso de indisponibilidade temporária decorrente de seu trânsito), deverá ser imediatamente comunicada ao Custodiante, responsabilizando-se a Cedente pelos prejuízos a que derem causa, bem como pela liquidação dos valores referentes aos Direitos Creditórios de tais Documentos Comprobatórios perdidos, extraviados, inexistentes ou indisponíveis, sendo obrigada a realizar o ressarcimento das perdas e danos e demais encargos eventualmente incorridos pelo Fundo e/ou Custodiante.

Contrato de Cobrança

Por meio do Contrato de Cobrança, a Cedente obriga-se a prestar serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos Passíveis de Cobrança, observado o disposto no Regulamento.

Nos termos do Contrato de Cobrança, a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos será realizada pela Cedente de acordo com os procedimentos ali previstos, os quais compreendem ligação telefônica ou *e-mail* de cobrança, protesto (caso não haja renegociação da dívida) e execução judicial. A Cedente poderá, a seu exclusivo critério e sob sua exclusiva responsabilidade, subcontratar os serviços de cobrança para terceiro de comprovada competência e idoneidade. Caso a Cedente venha a contratar os serviços de terceiro, será de sua responsabilidade remunerar os serviços prestados por tal terceiro. A Cedente também será a única responsável por todas e quaisquer despesas que vier a incorrer, necessárias à prestação dos serviços objeto do Contrato de Cobrança, incluindo, sem limitação, a contratação e o treinamento de pessoal, a contratação de serviços de terceiros, o desenvolvimento de rotinas, sistemas ou programas de computação e a aquisição de máquinas e equipamentos.

Gestão da carteira do Fundo

Sem prejuízo da responsabilidade do Administrador e do Diretor Designado, o Administrador contratou o Gestor para a prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, cuja remuneração compõe a taxa de administração.

Para informações sobre os mecanismos de substituição do Gestor, vide Seção "Administrador – Gestor – Substituição do Gestor" abaixo.

Agência de Classificação de Risco

As Quotas têm sua classificação de risco atribuída pela Moody's América Latina Ltda., a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Quotas será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.

Substituição da Agência de Classificação de Risco

A substituição da Agência de Classificação de Risco por iniciativa do Fundo, nos termos do Regulamento, depende de aprovação da Assembleia Geral, sendo para tanto necessário o voto favorável de mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral.

Empresa de Auditoria

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, e da análise da atuação do Administrador.

Substituição da Empresa de Auditoria

Nos termos da Instrução CVM 356, a Empresa de Auditoria foi contratada pelo Administrador e, portanto, sua substituição poderá ser determinada pelo Administrador independentemente de realização de Assembleia Geral.

Destinação dos Recursos

Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino serão primordialmente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo estabelecida no Regulamento e, obrigatoriamente, a seguinte ordem de preferência de alocação de recursos, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação:

- pagamento dos Encargos do Fundo;
- formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- devolução aos titulares de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Regulamento, por meio do resgate ou amortização de Quotas Seniores, na proporção de suas respectivas contribuições;
- constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento;
- pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Subordinadas Mezanino, observado o disposto no Regulamento;
- pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Mezanino;
- pagamento do Preço de Aquisição;
- formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

Administrador

A BEM pertencia ao Banco do Estado do Maranhão, tendo sido adquirida pelo Bradesco em 12 de fevereiro de 2004, passando, desde então, a contar com o corpo profissional, parque tecnológico e infra-estrutura do Bradesco.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na seção "Fatores de Risco" deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que o Administrador e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

Substituição ou Renúncia do Administrador

Caso eventualmente ocorra, por qualquer meio, a transferência do controle acionário, direto ou indireto, do Administrador para uma instituição que não seja uma Instituição Autorizada, o Administrador deverá comunicar esse fato aos Quotistas, e convocar Assembleia Geral para que os mesmos deliberem sobre a substituição do Administrador.

O Administrador poderá ser substituído a qualquer tempo pela Assembleia Geral, mediante votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas presentes dos Quotistas, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

O Administrador poderá, mediante aviso publicado no periódico e, adicionalmente, a seu critério, também por meio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, a ser realizada em até 60 dias contados da referida publicação de renúncia, Assembleia Geral para decidir sobre a indicação do seu substituto ou a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável. Nesta hipótese, o Administrador permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de 45 dias contado da data de realização da Assembleia Geral ou por prazo inferior, conforme determinado pelos Quotistas na respectiva Assembleia Geral, o qual poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, para que a instituição substituta escolhida pelos referidos Quotistas assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Administrador de acordo com os termos e as condições do Regulamento.

Decorridos 60 dias do prazo estabelecido acima sem que os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, tenham deliberado a indicação do substituto do Administrador ou sem que tenha sido instalada a referida Assembleia Geral, o Administrador iniciará os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, e comunicará tal fato à CVM.

Gestor

A BRAM foi constituída, em dezembro de 2000, com o objetivo exclusivo de gerir recursos de terceiros administrados pelo Bradesco. A BRAM é o resultado da consolidação dos recursos administrados e profissionais da área de Administração de Fundos e Carteiras de Investimento do Bradesco, da Bradesco Templeton Asset Management Ltda., da BCN Alliance Capital Management S.A., da BES – Boavista Espírito Santo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e do BANEBA – Banco do Estado da Bahia, o que resulta em ganho de eficiência e otimização da estrutura, com aumento de escala e concentração de esforços no crescimento da participação de mercado.

A BRAM conta com estrutura especializada na gestão de recursos de terceiros, totalmente segregada, garantindo, dessa forma, o Chinese Wall. Atende aos mais variados segmentos de mercado, tais como varejo, corporate, private e investidores institucionais. A sua atuação é desenvolvida por uma equipe de profissionais focados no atendimento das demandas específicas de cada perfil de investidor.

Substituição do Gestor

Nos termos do Regulamento, o Administrador foi autorizado a contratar, às suas expensas, serviços de gestão da carteira do Fundo com suas Partes Relacionadas, desde que devidamente autorizadas pela CVM e observado o disposto no artigo 39 da Instrução CVM 356. Sendo assim, poderá haver a substituição do Gestor e/ou a assunção de tais serviços diretamente pelo Administrador independentemente da aprovação da Assembleia Geral.

Custodiante e Agente Escriturador

O Bradesco, por meio do seu departamento de ações e custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, *trustee*, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo compliance corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por compliance específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de Custódia e Controladoria têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco também aderiu ao Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas.

Especificamente para a área de custódia, o Bradesco mantém sistemas que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

O Bradesco oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios.

O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo Regulamento e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo Contrato de Cessão.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de rating e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento

O sistema Bradesco de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento foi desenvolvido para atender às necessidades dos administradores, nas atividades relativas à administração desses fundos e na escrituração de suas quotas, possibilitando o acesso às suas posições, aos dados cadastrais dos quotistas e permitindo a emissão de relatórios.

O Sistema Escritural Bradesco elimina a complexidade do sistema convencional, o que facilita o trabalho das corretoras de valores nas negociações e possibilita a conquista de novos quotistas em qualquer parte do país, uma vez que o sistema é de abrangência nacional.

Este serviço compreende o registro da titularidade das quotas, o controle das movimentações, o processamento dos pagamentos de rendimentos e outros eventos deliberados pelos fundos. Além disso, o Bradesco oferece aos seus quotistas atendimento personalizado por meio da rede de agências.

Substituição ou Renúncia do Custodiante

A substituição do Custodiante por iniciativa do Fundo, nos termos do Regulamento, depende de aprovação da Assembleia Geral, sendo para tanto necessário o voto favorável de mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral.

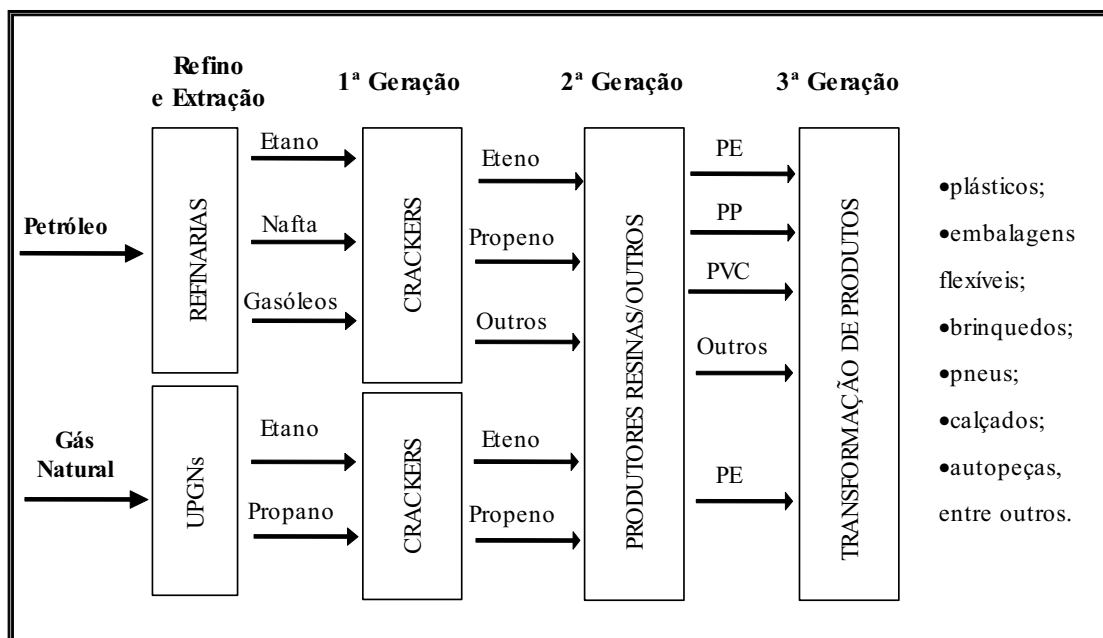
Adicionalmente, o Contrato de Custódia prevê que qualquer das partes (o Administrador, o Fundo ou o Custodiante) poderá, a qualquer tempo, mediante aviso prévio, por escrito, à outra parte com, no mínimo, dois meses de antecedência, resilar o Contrato de Custódia, sem que seja necessário apresentar qualquer motivação para tanto, e sem qualquer ônus para a parte denunciante. Na hipótese de rescisão do Contrato de Custódia por iniciativa do Custodiante, o Fundo poderá, a seu critério, optar pela prorrogação do prazo do Contrato de Custódia por seis meses, desde que notifique o Custodiante do exercício desta opção com antecedência de, no mínimo, 30 dias.

Visão Geral do Setor Petroquímico Brasileiro

Estrutura

O setor petroquímico transforma subprodutos de petróleo bruto, principalmente nafta ou gás natural, em bens de consumo e industriais utilizados para diversas finalidades. O setor petroquímico brasileiro é, via de regra, organizado em produtores de primeira, segunda e terceira geração com base na fase de transformação de várias matérias-primas ou insumos petroquímicos.

O gráfico a seguir ilustra resumidamente as diferentes fases envolvidas na produção petroquímica:



Produtores de Primeira Geração

Os produtores de primeira geração do Brasil, denominados "craqueadores" fracionam ou "craqueiam" a nafta, seu principal insumo, em petroquímicos básicos. As unidades de craqueamento compram nafta, que é subproduto do processo de refino de petróleo, principalmente da Petrobras, bem como de outros fornecedores localizados fora do Brasil. Os petroquímicos básicos produzidos pelas unidades de craqueamento de nafta incluem:

- olefinas, principalmente eteno, propeno e butadieno; e
- aromáticos, tais como benzeno, tolueno e xilenos.

Produtores de Segunda Geração

Os produtores de segunda geração processam os petroquímicos básicos comprados das unidades de craqueamento de nafta, produzindo petroquímicos intermediários. Esses petroquímicos intermediários incluem:

- polietileno, poliestireno e PVC (cada um produzido a partir do eteno);
- polipropileno e acrilonitrila (cada um produzido a partir do propeno);

- caprolactama (produzida a partir do benzeno). Conforme comunicado ao mercado divulgado pela Cedente em 13 de maio de 2009, a planta de caprolactama, localizada no Pólo de Camaçari, Bahia, teve sua produção suspensa ; e
- polibutadieno (produzido a partir do butadieno).

Os petroquímicos intermediários são produzidos na forma sólida em péletes de plástico ou em pó e são transportados primordialmente por caminhão a produtores de terceira geração que, em geral, não ficam situados próximo aos produtores de segunda geração. A Braskem acredita ser, atualmente, a única empresa petroquímica integrada de primeira e segunda geração do Brasil

Produtores de Terceira Geração

Os Produtores de Terceira Geração, denominados transformadores, compram os petroquímicos intermediários de produtores de segunda geração e os transformam em produtos finais, incluindo:

- plásticos (produzidos a partir de polietileno, polipropileno e PVC);
- fibras acrílicas (produzidas a partir de acrilonitrila);
- nylon (produzido a partir de caprolactama);
- elastômeros (produzidos a partir de butadieno);
- embalagens descartáveis (produzidas a partir de poliestireno);
- utilidades domésticas (utensílios domésticos e eletrodomésticos, entre outros);
- brinquedos;
- calçados, solados, sandálias plásticas e de borracha;
- pneus; e
- autopeças (painéis internos, pára-choques, entre outros).

Os produtores de terceira geração fabricam vários bens de consumo e industriais, inclusive recipientes e materiais de embalagem, tais como sacos, filmes e garrafas, tecidos, detergentes, tintas, autopeças, brinquedos e bens de consumo eletrônicos.

Pólos Petroquímicos

A produção de petroquímicos de primeira e segunda geração no Brasil concentra-se ao redor de quatro pólos petroquímicos principais. São eles:

- o Pólo Petroquímico de Camaçari, localizado em Camaçari no Estado da Bahia. O Pólo Petroquímico de Camaçari iniciou suas atividades em 1978 e consiste atualmente de 13 produtores de segunda geração, incluindo a Cedente, situados ao redor da central petroquímica operada pela Braskem.
- o Pólo Petroquímico de Triunfo, localizado em Triunfo, no Estado do Rio Grande do Sul. O Pólo Petroquímico de Triunfo iniciou suas atividades em 1982. Sua central petroquímica é operada pela Braskem, que disponibiliza matérias-primas para sete produtores de segunda geração, entre os quais a Petroflex.
- o Pólo Petroquímico de São Paulo, localizado em Capuava, no Estado de São Paulo, onde se situa a unidade de craqueamento da subsidiária Petroquímica União. O Pólo Petroquímico de São Paulo, o mais antigo pólo petroquímico do Brasil, iniciou suas atividades em 1972. A Petroquímica União é o centro de matérias-primas desse pólo, fornecendo petroquímicos de primeira geração a 20 produtores de segunda geração, inclusive a Braskem.

- Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, localizado em Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, onde fica a unidade de craqueamento da Rio Polímeros. O Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro entrou em atividade em 2005. A Rio Polímeros, uma empresa petroquímica brasileira, é o centro de matérias-primas desse pólo e fornece petroquímicos de primeira geração a dois produtores de segunda geração.

Cada pólo petroquímico tem um único Produtor de Primeira Geração, também chamado "centro de matérias-primas", e vários produtores de segunda geração que comprem insumos do centro de matérias-primas.

Papel do Governo Brasileiro

A atual estrutura do setor petroquímico brasileiro reflete o plano do governo brasileiro, desenvolvido durante a década de 1970, de estabelecer um setor petroquímico nacional para atender os mercados brasileiros. Os produtores de primeira e segunda geração, como a Braskem, ficam situados próximos uns dos outros, de maneira a possibilitar o uso comum de instalações, tais como utilidades, e a viabilizar a entrega de insumos. Anteriormente à privatização do setor, as expansões de capacidade de produção das unidades de craqueamento de nafta e dos produtores de segunda geração eram coordenadas de forma a assegurar que o fornecimento de petroquímicos atendesse a demanda. A infra-estrutura que se desenvolveu ao redor dos pólos petroquímicos promoveu a interdependência de produtores de primeira e segunda geração, visto que instalações limitadas eram construídas para viabilizar o transporte e armazenamento de insumos para importação ou exportação. Subsequentemente à privatização do setor, a interdependência aumentou, visto terem os produtores de segunda geração, que continuam dependentes das unidades de craqueamento de nafta para compra de insumos e utilidades, aumentaram sua participação societária nas unidades de craqueamento de nafta, bem como em suas respectivas administrações.

O governo brasileiro buscou desenvolver o setor petroquímico por meio da formação de empreendimentos tripartites entre o governo brasileiro, empresas petroquímicas estrangeiras e investidores privados brasileiros. A subsidiária da Petrobras, Petroquisa, participava desses empreendimentos como representante do governo brasileiro, e a Petrobras, como fornecedora de nafta. Uma empresa petroquímica estrangeira fornecia a tecnologia, enquanto uma empresa brasileira do setor privado incumbia-se da administração.

Em 1992, o governo brasileiro iniciou um programa de privatização visando reduzir significativamente suas participações no setor petroquímico. Esse programa foi projetado para aumentar a participação de investidores privados no setor petroquímico, melhorando sua eficiência. Em consequência do programa de privatização, a participação do governo brasileiro representada por ações ordinárias da Braskem e por ações ordinárias da Copesul, PQU e Ipiranga, foi reduzida significativamente, sendo substituída por empresas do setor privado. Como resultado de processo de privatização similar, a participação privada dos produtores de segunda geração aumentou.

Papel da Petrobras

Anteriormente a 1995, a Constituição do Brasil concedia ao governo brasileiro um monopólio, exercido por intermédio da Petrobras, sobre a pesquisa, exploração, produção, refino, importação e transporte de petróleo bruto e produtos de petróleo refinado (exceto produtos petroquímicos) no Brasil. A Constituição Federal também previa que subprodutos do processo de refino, tais como a nafta, poderiam ser fornecidos no Brasil somente pela Petrobras ou por seu intermédio. A nafta é o principal insumo utilizado no Brasil para produção de petroquímicos básicos, tais como eteno e propeno. Em 1995, a Constituição Federal foi alterada para permitir que as atividades de petróleo e a ele relacionadas fossem realizadas por empresas privadas, por meio de concessão ou autorização do governo brasileiro. Desde então, o governo brasileiro vem tomando várias medidas para liberalizar o setor petroquímico do Brasil.

Em 1997, a Lei n.º 9.478/97 regulamentou a Emenda Constitucional de 1995 por meio da criação do Conselho Nacional de Política Energética e da Agência Nacional de Petróleo, encarregados de regulamentar e fiscalizar o setor petrolífero e o setor de energia brasileiro. Subsequentemente à criação da Agência Nacional de Petróleo, foram introduzidas novas regras e regulamentos destinados a gradualmente eliminar o monopólio da Petrobras. Desde 1997, a Braskem e a Copesul vêm importando nafta de empresas comerciais exportadoras e de produtores de petróleo e de gás do exterior.

Em 2008, a Petrobras produziu e vendeu cerca de 74,0% da nafta consumida pela Braskem e pela Copesul, sendo importado, em conjunto, o remanescente consumido pela Braskem e pela Copesul.

Preços e Tributos

Produtos de Primeira Geração

Depois do processo de privatização da indústria petroquímica brasileira, os produtores de primeira geração, em geral, passaram a estabelecer os preços de seus produtos adotando um sistema de compartilhamento de margem com os produtores de segunda geração. O conceito de compartilhamento de margens utilizava uma série de premissas e variáveis que precisavam ser periodicamente mensuradas e acompanhadas. Mais recentemente, o modelo de compartilhamento de margens começou a ser substituído pelo uso de referências internacionais para os preços dos produtos petroquímicos nos contratos de fornecimento, tornando a precificação mais clara e direta.

As importações de produtos petroquímicos básicos são bastante reduzidas, e os preços pagos por produtores de segunda geração, incluindo a Cedente e suas controladas em conjunto, pela importação de produtos petroquímicos de primeira geração são onerados por custos de transporte e tributos.

O preço da nafta comercializada no País é influenciado pelo preço da nafta no mercado internacional, geralmente com base na referência Amsterdã-Roterdã-Antuérpia (ARA), que por sua vez está atrelada ao preço do petróleo em âmbito internacional. De maneira similar, o preço dos derivados do gás natural com uso petroquímico no Brasil tende a refletir os preços praticados no mercado norte-americano. Os preços da nafta e dos derivados do gás natural estão sujeitos às flutuações da taxa de câmbio dólar/real.

Embora as oscilações das curvas de preços de petróleo e gás natural apresentem padrões semelhantes, as razões para a oscilação de cada uma delas são distintas. No caso do petróleo, as oscilações foram em grande parte motivadas por instabilidades político-econômicas no Oriente Médio e riscos de desabastecimento por elas ocasionados e também pela limitação da capacidade de refino no mundo. No caso do gás natural, as oscilações ocorridas desde 2000 foram motivadas em grande parte por crises de abastecimento de energia nos Estados Unidos, um dos principais mercados de gás natural do mundo.

Até 2005, os preços de petróleo e gás natural apresentaram comportamento ascendente muito semelhante, até a ocorrência da temporada de furacões no segundo semestre do ano, comprometendo seriamente a infra-estrutura de produção e estocagem de óleo e de gás na região do golfo norte-americano e promovendo fortes aumentos de preços, os quais atingiram suas cotações máximas ao final de 2005.

A expectativa de nova temporada de furacões nos EUA em 2006, que pudesse ter efeito semelhante ao ocorrido em 2005, incluindo interrupção no fornecimento, provocou novos aumentos nas cotações do óleo e estimulou os consumidores a comprar contratos adicionais no começo do ano, dada a possibilidade de aumento de preços. No entanto, essa expectativa não se materializou, e a maior quantidade contratada foi colocada novamente no mercado, forçando reduções de preços no segundo semestre. Como o inverno norte-americano, iniciado no final de 2005, não foi rigoroso como esperado, a demanda, principalmente por gás natural, foi bem menor que a esperada, contribuindo para maiores reduções de preços de gás natural.

A Braskem estabeleceu preços para o eteno, seu principal produto petroquímico de primeira geração vendido a produtores de segunda geração, empregando um sistema de compartilhamento de margem. Os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos petroquímicos de primeira geração importados refletem, em parte, custos de transporte e tributos. A Braskem fixou os preços dos subprodutos de eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos importados, que também levam em consideração custos de transporte e tributos.

Os produtores de segunda geração, inclusive a Braskem, em geral fixam os preços de seus produtos petroquímicos tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de terceira geração por produtos importados. Os preços pagos por tais importações refletem, também, custos de transporte e tributos.

Tributação

A Braskem fixa o preço da maior parte do eteno, o principal produto petroquímico de primeira geração que vende a terceiros produtores de segunda geração, tomando por referência os preços do mercado internacional. Os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos petroquímicos importados de primeira geração refletem, em parte, custos de transporte e tributos. A Braskem fixa os preços de subprodutos de eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos importados, que também levam em consideração os custos de transporte e tributos.

Os produtores de segunda geração, inclusive a Braskem, em geral fixam os preços de seus produtos petroquímicos tomando por referência diversos fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de terceira geração por produtos importados. Os preços pagos por essas importações também refletem custos de transporte e tributos.

O governo brasileiro recorre frequentemente a tarifas de importação para implementar políticas econômicas. Dessa forma, em geral as tarifas sofrem grandes variações, sobretudo aquelas incidentes sobre produtos petroquímicos. As importações e exportações na área de livre comércio formada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul (Mercado Comum do Sul), não estão sujeitas a tributos desde dezembro de 2001. A tabela a seguir mostra a oscilação das tarifas sobre determinados petroquímicos básicos e petroquímicos de segunda geração de 1999 a 2008. As alíquotas mostradas são aquelas vigentes no fim dos respectivos anos, exceto quando indicado.

	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002(1)	2000(2)	2000	1999
	(%)									
Petroquímicos de primeira geração:										
Eteno	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	3.5	3.5	4.5	5.0	5.0
Propeno	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	3.5	3.5	4.5	5.0	5.0
Soda cáustica.....	8.0	8.0	8.0	8.0	8.0	9.5	9.5	10.5	11.0	11.0
Petroquímicos de segunda geração:										
Polietileno	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	15.5	15.5	16.5	17.0	17.0
Polipropileno	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	15.5	15.5	16.5	17.0	17.0
PVC (3)	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	15.5	15.5	16.5	17.0	17.0
Caprolactama	12.0	12.0	12.0	12.0	12.0	13.5	13.5	14.5	15.0	15.0

(1) Em 2002, a tarifa oficial foi 1,5% menor que a indicada acima. Um adicional de 1,5% sobre todos os produtos importados está incluído na alíquota mostrada.

(2) Em 2001, a tarifa oficial foi 2,5% menor que a indicada acima. Um adicional de 2,5% sobre todos os produtos importados está incluído na alíquota mostrada.

(3) Sobre as importações de PVC de suspensão dos EUA e do México incidem tarifas de respectivamente 16% e 18% a partir de 1992, em virtude do lançamento de tarifas antidumping pela CAMEX-Câmara de Comércio Exterior, órgão subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Se não forem prorrogadas, essas tarifas serão recolhidas até 14 de dezembro de 2010.

Fonte: Associação Brasileira da Indústria Química e Produtos Derivados.

A Cedente

Introdução

A Braskem está entre as empresas líderes no mercado petroquímico da América Latina, com base na capacidade de produção média anual em 2008. Em 31 de março de 2009, sua receita líquida de vendas foi de R\$3.155 milhões. Ela produz uma linha diversificada de produtos petroquímicos em suas 19 plantas no país, com foco estratégico em polietileno, polipropileno e PVC. Foi a primeira empresa brasileira a integrar as unidades de produção de petroquímicos de primeira e segunda geração.

A Braskem cresceu no decorrer dos últimos cinco anos principalmente em consequência da integração das operações de empresas petroquímicas brasileiras: OPP Química, Polialden, a Trikem, a Proppet, a Politen, a Copene, a Ipiranga Química, a Nitrocarbono, a Copesul e a Ipiranga Petroquímica. As operações comerciais da Braskem são organizadas em três unidades de negócio, correspondendo aos seus principais processos de produção e produtos:

- Unidade de Insumos Básicos (que reflete as operações de primeira geração da Copene) respondeu por R\$2.137 milhões ou 52,8%, da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem e teve uma margem operacional de 21,5% em 31 de março de 2009;
- Unidade de Poliolefinas respondeu por R\$1.528 milhões ou 37,8%, da receita líquida de venda de todos os segmentos; e
- Unidade de Vinílicos respondeu por R\$381 milhões ou 9,4%, da receita líquida de venda de todos os segmentos no período de três meses encerrado em 2009.

A Braskem acredita que a integração das operações das empresas que formaram a Braskem teve como resultado, e continuará a ter, sinergias e economias significativas em relação à redução de tributos, despesas relativas à compras de equipamentos, materiais e serviços (*procurement*), despesas de logística, despesas gerais e administrativas e demais despesas operacionais.

Estratégia

A visão da Braskem é fortalecer sua posição como uma empresa petroquímica de classe mundial. A Braskem procura reafirmar sua posição de liderança no mercado petroquímico da América Latina, com foco estratégico em polietileno, polipropileno e PVC, por meio da integração com sua produção de eteno e propeno. Seu modelo de negócios baseia-se na geração de valor aos acionistas, com diretrizes estratégicas que consistem em liderança de mercado, competitividade em custos e autonomia tecnológica.

A Braskem é a primeira companhia brasileira a integrar unidades de produção petroquímica de primeira e segunda geração. Suas vantagens competitivas derivam de sua posição de liderança no mercado da América Latina e da sua favorável estrutura de custos, resultantes de sua escala de produção e das sinergias obtidas por meio da integração que resultou em sua atual formação.

A Braskem está comprometida em disponibilizar suporte tecnológico para seus clientes através do Centro de Tecnologia e Inovação que desenvolve processos, produtos e aplicações para o setor.

A constituição da Braskem foi um marco na reestruturação de um setor industrial que é vital para o desenvolvimento da economia do Brasil. A Braskem fornece produtos petroquímicos com aplicação numa ampla variedade de indústrias, como embalagens de alimentos, peças automotivas, tintas, construções, agricultura, tecidos e produtos de higiene pessoal.

Os elementos-chave de estratégia da Braskem contemplam:

Foco no relacionamento com clientes

A Braskem busca consolidar relacionamentos estreitos e de longo prazo com seus clientes. Atua como parceira de seus clientes desenvolvendo novos produtos e aplicações e, consequentemente, novas oportunidades de negócios para eles. As Unidades de Poliolefinas e de Vinílicos da Braskem mantêm centros de tecnologia e inovação que buscam:

- otimizar o processamento de seus produtos por seus clientes;
- identificar novos produtos e aplicações que satisfaçam as necessidades de seus clientes; e
- aumentar a produtividade de seus clientes.

Aproveitamento Seletivo de Novas Oportunidades de Negócios

Seguem alguns exemplos de novas oportunidades de negócio da Braskem:

- fabricação de novos produtos, como: (i) PEUAPM, utilizado em aplicações técnicas; Braskem Flexus®, o produto de polietileno de alta performance, utilizado para empacotamento especializado; e (ii) Braskem Symbios®, um selante de empacotamento flexível e de alta performance. A Braskem é a segunda maior produtora de PEUAPM do mundo, que é vendido principalmente nos Estados Unidos da América;
- fabricação de PEBDL industrial e polietileno de baixa densidade, com emprego de processo especializado de produção que possibilita a Braskem produzir termoplásticos com características específicas para a indústria de embalagens flexíveis, tais como maior resistência a impactos e agentes perfurantes, melhor polimento e maior transparência; e
- reposição de materiais tradicionais como o vidro, a madeira, o aço e o papel por seus produtos termoplásticos.

Incorporação da Polialden

A Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2006 aprovou a incorporação da Polialden e a conversão de 2.632.043 ações preferenciais "classe A" da Braskem em 2.632.043 ações ordinárias, com o intuito de manter a relação mínima obrigatória de ações ordinárias para ações proporcionais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, após a conclusão da incorporação da Polialden. No âmbito desta incorporação, foram emitidas 7.878.825 ações preferenciais "classe A" em troca de 264.886.083 ações preferenciais da Polialden.

Aquisição da Politen

Em 6 de abril de 2006, a Braskem adquiriu todas as ações ordinárias e preferenciais da Politen que pertenciam à SPQ, subsidiária da Suzano, à Sumitomo e à Itochu. Uma parte do preço de compra dessas ações, no valor total do equivalente em reais a US\$111,3 milhões (US\$60,6 milhões à SPQ e o total de US\$50,7 à Sumitomo e à Itochu) em 6 de abril de 2006. O restante do preço de compra foi calculado com base em uma fórmula de "earn-out" que levará em conta o desempenho operacional da Politen, medido pelas oscilações das margens de polietileno e eteno no mercado petroquímico brasileiro nos 18 meses seguintes à data de assinatura do contrato. Com essa aquisição, a Braskem passou a deter a totalidade do capital votante e 96,2% do capital total da Politen. A Politen foi incorporada à Braskem em 2 de abril de 2007.

Projeto Triunfo

Em 18 de março de 2007, a Braskem firmou um Contrato de Investimento com a Ultrapar e a Petrobras. O Contrato previa que (i) a Ultrapar deveria adquirir, como agente de comissão atuando em nome da Braskem e da Petrobras, 100% do capital social da Ipiranga Química, o que de fato ocorreu em 27 de fevereiro de 2008. Nos termos do Contrato de Investimento, a Ultrapar transferiu 60% do capital social da Ipiranga Química para a Braskem e 40% para a Petrobras; e (ii) a Braskem obrigou-se, em conformidade com a legislação vigente, a realizar uma oferta pública em conjunto com a Petrobras para a compra dos 13,1% remanescentes do capital da Ipiranga Petroquímica não atualmente detidos pela Ipiranga Química.

Conforme o Contrato de Investimento, a Ultrapar fica obrigada a transferir 33,3% do capital da TPI para a Braskem e 33,3% do capital da RPI para a Petrobras. A RPI será controlada em conjunto e em termos de igualdade pela Braskem, pela Petrobras e pela Ultrapar.

Em 2 de julho de 2007, a totalidade das ações de emissão da Ipiranga Petroquímica passou a ser da Ipiranga Química, tendo sido dispensada, pela CVM, a realização de OPA por alienação do controle da Ipiranga Petroquímica e autorizado o cancelamento de seu registro como companhia aberta.

No âmbito do Acordo de Investimento Ipiranga, a Braskem pagou à Ultrapar R\$651,9 milhões em abril de 2007, R\$156,7 milhões em outubro de 2007, R\$47,3 milhões em novembro de 2007 e R\$633,5 milhões em fevereiro de 2008 pelas ações da Ipiranga Química que a Braskem adquiriu e pelas ações da RPI que a Braskem vai adquirir da Ultrapar na Operação Ipiranga.

Incorporação da Politen

A Assembleia Geral Extraordinária de 2 de abril 2007 aprovou a incorporação da Politen e a conversão de 486.530 ações preferenciais "classe A" da Braskem em 486.530 ações ordinárias, com o intuito de manter a relação mínima obrigatória de ações ordinárias para ações proporcionais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, após a conclusão da incorporação da Polialden. No âmbito desta incorporação, foram emitidas 1.533.670 ações preferenciais "classe A" em troca de 412.901.157 ações preferenciais "classe A" da Polialden e 2.126.856.433 ações preferenciais "classe B" da Politen.

Acordo de Investimentos entre Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Norquisa

A Petrobras, a Petroquisa, a Odebrecht, a Norquisa e a Braskem celebraram, em 30 de novembro de 2007, um Acordo de Investimentos, pelo qual foram acordados os termos e condições para a integração na Braskem de ativos petroquímicos detidos pela Petroquisa ou Petrobras, consubstanciados em sua participação, direta ou indireta, no capital social da Copesul, IPQ, da IQ, da PPSA e da Triunfo.

Em cumprimento ao referido acordo, em maio de 2008 a Braskem incorporou as ações da Grust Holding S.A., veículo utilizado para a integração e consolidação das participações que a Petroquisa detinha na Copesul, IQ, IPQ e PPSA, conforme amplamente divulgado à época.

Após tal incorporação seguiram-se a incorporação da Copesul pela IPQ, na data de 11 de setembro de 2008, a cisão parcial da IQ com incorporação da parcela cindida pela Braskem, a incorporação da IPQ e da PPSA pela Braskem, aprovadas pela assembléia geral da Braskem realizada em 30 de setembro de 2008.

Em 30 de abril de 2009, foi aprovada em assembléia geral de acionistas da Braskem a incorporação da Triunfo.

Joint Ventures Pequiven

Em 15 de janeiro de 2008, o conselho de administração da Braskem aprovou o investimento inicial da Braskem na Venezuela para a instalação de unidades de produção, por meio da constituição de *joint ventures* entre a Braskem Europe B.V. e a Pequiven. Será aportado o equivalente a 30% de capital, pela Braskem e Pequiven, em proporções iguais, e cerca de 70% dos projetos será objeto de *project finance*.

Polipropileno Del Sur - Propilsur

Será responsável pela construção e operação da unidade de polipropileno com capacidade de 450 mil toneladas por ano, integrada a uma unidade de desidrogenação de propano. A produção comercial dessas unidades está prevista para o segundo semestre de 2012 e o investimento total estimado é de US\$880 milhões.

Polietilenos de America - Polimerica

A Polimérica será responsável pela construção e operação de um cracker de etano a partir de gás natural com capacidade de 1,3 milhão de toneladas por ano de eteno, integrado à produção de 1,1 milhã de toneladas por ano de polietileno, consubstanciada em três unidades, sendo uma de 419 kt/ano de polietileno de alta densidade, uma de 309 kt/ano de polietileno de baixa densidade e uma de 440 kt/ano de polietileno de baixa densidade linear. A produção comercial dessas unidades está prevista para o segundo semestre de 2014 e o investimento total estimado para este projeto é de US\$3,5 bilhões.

2º Programa de Recompra de Ações da Braskem

Em 19 de fevereiro de 2008, o conselho de administração da Braskem aprovou a aquisição de ações preferenciais classe "A" de emissão da própria Braskem para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social. Até o dia 2 de dezembro de 2008, a Braskem tinha recomprado 10.099.500 milhões de ações do total de 19.862.411 ações previstas para recompra, no valor total de R\$107.405,37 milhões.

Projeto de Polietileno Verde

Em 17 de abril de 2008, o conselho de administração da Braskem aprovou o projeto de polietileno verde, com investimentos de R\$1 bilhão nos próximos três anos, para a produção de eteno e polietileno a partir de etanol de cana-de-açúcar, com início previsto para 2011 no Pólo de Triunfo, no Rio Grande do Sul.

As obras iniciaram-se em 2009, e o projeto terá a capacidade de produção de 200 mil toneladas por ano e um faturamento previsto de US\$400 milhões/ano. A Braskem planeja utilizar 30% de recursos próprios e buscará financiamento para os 70% restantes.

Aquisição e venda de participação na Petroflex

Em agosto de 2007, a Braskem exerceu o direito de preferência para aquisição das ações de emissão da Petroflex, de propriedade da Suzano. Em outubro de 2007, a Braskem adquiriu ações da Petroflex representativas de 13,4% do seu capital total e votante, por um preço de compra de R\$61,0 milhões, após o anúncio da aquisição do controle da Suzano pela Petrobras. Após essa aquisição, a Braskem detém, 33,5% do capital total da Petroflex, incluindo 33,6% do capital votante.

Em dezembro de 2007, a Braskem celebrou um contrato de venda das ações da Petroflex, que era de propriedade da Braskem, para a Lanxess Deutschland GmbH pelo valor de R\$252,1 milhões. Em outubro 2008, foi realizada, pela Lanxess, a OPA para cancelamento de registro da Petroflex.

Capital Social

O capital social da Braskem, em 31 de março de 2009, era de R\$5.375.802.000,65, dividido em 507.540.997 ações, sendo 190.462.446 ações ordinárias, 316.484.733 ações preferenciais classe "A" e 593.818 ações preferenciais classe "B"

O quadro abaixo indica a composição acionária da Braskem em 31 de março de 2009, destacando seus principais acionistas:

	Ações							
	Ordinárias		Preferenciais classe "a"		Preferenciais classe "b"		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Odebrecht S.A.	89.052.470	46,76	2	0	0	0	89.052.472	17,55
Belgrávia Empreendimentos Imobiliários S.A.	0	0	78.512.673	24,81	0	0	78.512.673	15,47
Nordeste Química S.A. – Norquisa	29.639.199	15,56	2.185.246	0,69	0	0	31.824.445	6,27
Petrobras Química S.A.- Petroquisa	59.014.254	30,98	61.666.920	19,48	0	0	120.681.174	23,78
BNDESPAR	0	0	26.495.825	8,37	0	0	26.495.825	5,22
Outros	12.756.523	6,70	147.624.067	46,64	593.818	100,00	160.974.408	31,72

Em 18 de outubro de 2007, as ações pertencentes à Construtora Norberto Odebrecht S.A. foram transferidas em sua totalidade para a empresa Belgrávia Empreendimentos Imobiliários S.A.

Acionistas Controladores

A Braskem é controlada pelo Grupo Odebrecht, um dos dez maiores conglomerados do setor privado detidos por brasileiros, com base em sua receita líquida de vendas. O Grupo Odebrecht também controla a Construtora Norberto Odebrecht S.A., uma das maiores empresas de engenharia e construção pesada da América Latina. O Grupo Odebrecht, através da Odebrecht S.A., ou Odebrecht, e de sua subsidiária, a Belgrávia Empreendimentos Imobiliários S.A., detinha, em 31 de março de 2009, diretamente 33,02% de capital social total da Braskem, incluindo 46,76% de seu capital social com direito a voto. Adicionalmente, o Grupo Odebrecht detém 100% do

capital social com direito a voto da Nordeste Química S.A. – Norquisa, ou Norquisa, a qual detém aproximadamente 6,27% do capital social total da Braskem, incluindo aproximadamente 15,56% do capital social da Braskem com direito a voto.

Petroquisa, subsidiária da Petrobrás, possui participação de 30,98% do capital social votante da Braskem.

Outras Subsidiárias e Participações Societárias Relevantes

A Braskem detém, ainda, participações societárias em outras empresas, inclusive a Paulínia, Petroflex e a Borealis Brasil S.A., com relação às quais firmou acordos de acionistas que contêm disposições que regulam direito de voto, restrições à transferência de ações e direito de preferência.

Administração

O Conselho de Administração e a Diretoria da Braskem são responsáveis por operar seus negócios.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Braskem é composto por 11 membros e seus respectivos suplentes. O Conselho de Administração é um órgão deliberativo responsável por, entre outras coisas, determinar políticas e diretrizes para os negócios, subsidiárias integrais e companhias controladas da Braskem.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos na assembleia geral de acionistas por mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. Os mandatos de todos os membros atuais se encerram em 2009. A tabela abaixo lista os atuais membros do Conselho de Administração:

Nome	Data de Eleição	Prazo do Mandato	Cargo
Marcelo Bahia Odebrecht	25.7.08	2010	Presidente
Marcos Wilson Spyer Rezende	26.3.08	2010	Suplente
Djalma Rodrigues de Souza	25.7.08	2010	Vice-presidente
Arão Dias Tisser	26.3.08	2010	Suplente
Alvaro Fernandes da Cunha Filho	26.3.08	2010	Membro efetivo
Marcos Luiz Abreu de Lima	26.3.08	2010	Suplente
José de Freitas Mascarenhas	26.3.08	2010	Membro efetivo
Guilherme Simões de Abreu	26.3.08	2010	Suplente
Alvaro Pereira Novis	26.3.08	2010	Membro efetivo
Paulo Henyan Yue Cesena	25.7.08	2010	Suplente
Francisco Teixeira de Sá	26.3.08	2010	Membro efetivo
Lúcio José Santos Júnior	26.3.08	2010	Suplente
Antonio Britto Filho	26.3.08	2010	Membro efetivo
Carlos Jorge Hupsel de Azevedo	30.9.08	2010	Suplente
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	26.3.08	2010	Membro efetivo
Yukihiro Funamoto	26.3.08	2010	Suplente
Newton Sérgio de Souza	26.3.08	2010	Membro efetivo
Cláudio Melo Filho	26.3.08	2010	Suplente
Edmundo José Correia Aires	26.3.08	2010	Membro efetivo
Márcio Rodrigues de Andrade	30.5.08	2010	Suplente
Francisco Pais	30.5.08	2010	Membro efetivo
Alexandre Coutinho Barbosa	25.7.08	2010	Suplente

Diretoria

A Diretoria da Braskem é um órgão executivo de administração. Os diretores são representantes legais da Braskem e são responsáveis pela organização interna, operações cotidianas e pela implementação das políticas gerais e diretrizes determinadas pelo Conselho de Administração.

O Estatuto Social da Braskem determina que a Diretoria seja formada por no mínimo quatro e no máximo dez membros, sendo um Diretor Presidente e cada um responsável pelos negócios de uma área determinada pelo Conselho de Administração.

Os membros da Diretoria são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos correspondentes aos mandatos dos membros do conselho de administração, podendo ser reeleitos. O mandato atual de todos os atuais Diretores se encerram em 2010. A tabela abaixo lista os atuais membros da Diretoria:

Nome	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Cargo
Bernardo Afonso de Almeida Gradin	4.7.08	2010	Presidente
Carlos José Fadigas de Souza Filho	6.5.08	2010	Diretor
Luiz de Mendonça	6.5.08	2010	Diretor
Maurício Roberto de Carvalho Ferro	6.5.08	2010	Diretor
Roberto Prisco Paraíso Ramos	6.5.08	2010	Diretor
Manoel Carnaúba Cortez	6.5.08	2010	Diretor
Victor Manuel Martins Pais	4.11.08	2010	Diretor

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão societário independente da administração da Braskem e de seus auditores independentes. O Conselho Fiscal pode funcionar tanto de forma permanente quanto de forma não permanente, caso em que atuará somente no exercício social em que sua instalação for solicitada pelos acionistas.

As principais responsabilidades do Conselho Fiscal consistem em fiscalizar as atividades da administração, rever as demonstrações financeiras da companhia aberta e reportar suas conclusões aos acionistas.

O Estatuto Social da Braskem determina que o Conselho Fiscal seja composto por até cinco membros e seus suplentes e funcione de forma permanente.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de um ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição acontece sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

O mandato atual de todos os conselheiros se encerra em 2009. A tabela abaixo lista os atuais membros do Conselho Fiscal:

Nome	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Cargo
Ismael Campos de Abreu	26.3.08	31.12.08	Membro efetivo
José Renato Andrade Mendonça	26.3.08	31.12.08	Suplente
Manoel Mota Fonseca	26.3.08	31.12.08	Membro efetivo
Mária Cláudia Freitas Sampaio	26.3.08	31.12.08	Suplente
Jorge José Nahas Neto	30.5.08	31.12.08	Membro efetivo
Marcílio José Ribeiro Júnior	30.5.08	31.12.08	Suplente
Marcos Antonio Silva Menezes	26.3.08	31.12.08	Membro efetivo
Sérgio José de Barros	26.3.08	31.12.08	Suplente
Jayme Gomes da Fonseca Júnior	26.3.08	31.12.08	Membro efetivo
Sérgio Garrido deBarros	26.3.08	31.12.08	Suplente

Atividades da Cedente

Unidade de Insumos Básicos

A Unidade de Insumos Básicos respondeu por R\$2.137 milhões, ou 52,8%, da receita líquida de vendas de todas as unidades de negócio em 31 de março de 2009, inclusive vendas líquidas para outras de suas unidades de negócio. Sua Unidade de Insumos Básicos produz:

- olefinas, tais como eteno, propeno grau polímero e grau químico, butadieno, isopreno e buteno-1;
- aromáticos, tais como benzeno, tolueno, para-xileno e orto-xileno;
- combustíveis, tais como gasolina automotiva e GLP; e
- MTBE, Solvente C9 e C9 Pirólise.

A Braskem fornece, adicionalmente, utilidades a outras plantas localizadas no Pólo Petroquímico de Camaçari e presta serviços às operadoras dessas plantas. Em 31 de março de 2009, 89,5 % das vendas de sua Unidade de

Insumos Básicos (inclusive vendas entre empresas do mesmo grupo) foram provenientes da venda de petroquímicos básicos, 5,3 % da venda de utilidades e 5,2 % da venda de combustíveis.

A Unidade de Insumos Básicos fabrica ampla gama de petroquímicos básicos principalmente para emprego na fabricação de produtos petroquímicos intermediários, inclusive os fabricados por suas outras unidades de negócio. A Braskem acredita que sua Unidade de Insumos Básicos encontra-se bem posicionada para tirar proveito da crescente demanda por produtos petroquímicos básicos no Brasil, tanto por parte de suas outras unidades de negócio como por parte de terceiros. A Braskem prevê que o crescimento de longo prazo da demanda por esses produtos no Brasil perdurará em razão da crescente utilização de bens de consumo baseados em plástico, da tendência de substituição de materiais de embalagem mais tradicionais, tais como vidro e papel por plástico, bem como crescimento econômico de modo geral do Brasil.

O quadro a seguir apresenta os principais produtos fabricados pela Unidade de Insumos Básicos, seus produtos derivados intermediários e seus usos finais mais comuns.

Produtos Petroquímicos Básicos	Produtos Intermediários Derivados de seus Produtos Petroquímicos Básicos	Usos Finais Comuns
Olefinas		
Eteno	<p>Polietileno de baixa densidade/de baixa densidade linear (1)</p> <p>Polietileno de alta densidade (1)</p> <p>Óxido de eteno, usado para produzir etilenoglicol</p> <p>Dicloroetano, usado para produzir PVC (2)</p> <p>Etilbenzeno, usado para produzir SM e a seguir os</p>	<p>Sacos de lixo, filme para acondicionamento, brinquedos, utilidades domésticas, isolamento elétrico, revestimentos de papel</p> <p>Garrafas plásticas moldadas por sopro (como garrafas de leite)</p> <p>Fibras de poliéster e resina PET</p> <p>Tubos, revestimentos de paredes, estofamento, revestimentos de piso</p> <p>Copos e recipientes descartáveis, plásticos de alto impacto</p> <p>Base para carpetes, malas, garrafas, fraldas, sacaria de rafia</p>
Propeno (grau polímero e grau químico)	<p>Polipropileno (1)</p> <p>Acrilonitrila</p> <p>Óxido de Propeno</p>	<p>Vestuário, plásticos</p> <p>Espumas de poliuretano para mobiliário e isolamento, compostos de limpeza e revestimentos</p> <p>Pneus, calçados, mangueiras, luvas cirúrgicas</p> <p>Sacos de lixo, filme para acondicionamento, brinquedos, utilidades domésticas, isolamento elétrico, revestimentos de papel</p>
Butadieno	Borracha sintética, elastômeros, resinas	
Buteno-1	Polietileno de baixa densidade linear (1)	
Aromáticos		
Benzeno	<p>Etilbenzeno (usado na fabricação de monômero de estireno/poliestireno)</p> <p>Cumeno</p> <p>Cicloexano e cicloexanona</p> <p>Alquil Benzeno Linear</p> <p>Caprolactama</p> <p>Sulfato de Amônio</p>	<p>Copos e recipientes descartáveis, plásticos de alto impacto</p> <p>Epóxis</p> <p>Nylon</p> <p>Detergentes</p> <p>Nylon</p> <p>Fertilizantes</p>
Isopreno	Estireno-isopreno-estireno (SIS)	Adesivo
Tolueno	Tolueno di-isocianato (TDI)	Espumas de uretano
Para-xileno		Solventes
Orto-xileno	Anidrido ftálico e plastificantes	Filme e fibras de poliéster
Outros		Produtos flexíveis de PVC
MTBE	—	Aditivo para aumento da octanagem da gasolina
Solvente C9	—	Solventes e tineres
C9 Pirólise	—	Aditivo para aumento da octanagem da gasolina
Combustíveis		
Gasolina automotiva	—	Combustível para motores de combustão interna
GLP	—	Gás de cozinha

(1) Produzido pela Unidade de Poliolefinas.

(2) Produzido pela Unidade de Vinílicos.

Unidade de Poliolefinas

Em 31 de março de 2009, a Unidade de Poliolefinas respondeu por R\$1.528 milhões, ou 37,8% da receita líquida de vendas de todos os segmentos.

A Unidade de Poliolefinas produz:

- polietileno, inclusive PEBD, PEBDL, PEAD e PEUAPM; e
- polipropileno.

A Braskem fabrica ampla gama de produtos de polietileno e polipropileno para utilização em aplicações em bens de consumo e industriais, inclusive:

- filmes de plástico para embalagem de produtos alimentícios e não-alimentícios;
- garrafas, sacolas de compras e outros recipientes para bens de consumo;
- autopeças; e
- utilidades.

A Braskem possui a maior participação no mercado brasileiro de polietileno e participação no de polipropileno, com base em volumes de vendas. A Braskem prevê que o crescimento da demanda interna por esses produtos continuará aumentando em razão:

- do maior consumo de bens de consumo baseados em plástico considerando o consumo de bens de consumo baseado em plástico per capita no Brasil é baixo se comparado com o dos Estados Unidos da América e com muitos países europeus; e
- da tendência de substituição de materiais de embalagem mais tradicionais, tais como vidro e papel, por plásticos.

A Braskem acredita estar bem posicionada para aumentar suas vendas de produtos de poliolefinas com base na crescente demanda por esses produtos no Brasil.

Unidades Industriais da Unidade de Poliolefinas

A Braskem acredita que a variedade de processos tecnológicos empregados em suas plantas de poliolefinas lhe fornece uma vantagem competitiva na satisfação das necessidades de seus clientes. Atualmente, a Braskem detém e opera 10 plantas localizadas na Bahia, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Neste sentido, em 31 de março de 2009, suas plantas apresentavam capacidade de produção anual total de 1.040.000 toneladas de polipropileno e 835.000 toneladas de polietileno.

Unidade de Vinílicos

A Braskem é líder de mercado em PVC no Brasil em volume de vendas. A Unidade de Vinílicos respondeu por R\$389 milhão, ou 9,4%, da receita líquida de vendas no período de três meses encerrado em 2009.

A unidade de Vinílicos da Braskem é a única produtora verticalmente integrada de PVC do Brasil. Sua produção de PVC é integrada por meio da produção de cloro e outras matérias-primas. A Unidade de Vinílicos também fabrica e vende soda cáustica, EDC e cloro. Em 31 de março de 2009, 49,0% da receita líquida de vendas da Unidade de Vinílicos foram gerados pela venda de produtos de PVC, 45,1% foram gerados pela venda de soda cáustica e 2,3% da venda de EDC e o restante da venda de outros produtos.

No primeiro trimestre de 2009, a Braskem tinha uma fatia de aproximadamente 43,2% do mercado brasileiro de PVC em volume de vendas.

Meio Ambiente

Legislação Ambiental

A Braskem está sujeita à legislação brasileira federal, estadual e municipal que rege a descarga e emissão de efluentes no meio ambiente, o manejo e a disposição de resíduos industriais, assim como à legislação de outra forma relacionada à proteção do meio ambiente.

A Braskem acredita que suas operações atendem, em todos os aspectos significativos, a legislação ambiental atualmente em vigor. De tempos em tempos, os estudos ambientais que a Braskem contrata indicam casos de contaminação ambiental e emissões atmosféricas em algumas de suas plantas. A Braskem e algumas de suas controladas e diretores e de suas controladas recebem notificações eventuais de violações ambientais e estão sujeitos a investigações ou procedimentos judiciais em razão de alegadas violações ambientais. Essas questões ambientais e quaisquer questões ambientais futuras que possam surgir podem os sujeitar a multas ou outras sanções civis ou criminais impostas pelas autoridades brasileiras. A Braskem está tratando de todas as questões ambientais das quais tem ciência e acredita que nenhuma dessas questões terá efeito adverso relevante sobre seus negócios, situação financeira ou operações.

Segurança e Controle de Qualidade

A Braskem adota uma política que torna todos os seus diretores, conselheiros e empregados responsáveis pela segurança de seus funcionários e pela preservação do meio ambiente.

A Braskem participa do programa "Atuação Responsável", que estabelece normas internacionais para práticas ambientais, de saúde e segurança ocupacionais para fabricantes de produtos químicos. Por meio de sua participação nesse programa, a Braskem adota políticas e procedimentos que exigem sua observância a instruções detalhadas quanto a questões de saúde, segurança e meio ambiente. A Braskem procura manter esses padrões ambientais, tendo qualificado cada uma de suas plantas para receber os certificados NBR-ISO 9001 e 14001, que incluem práticas internacionais de gerenciamento ambiental. Atualmente, a Braskem está procurando obter o certificado OHSAS 18000 de observância ambiental, de saúde e segurança para todas as suas plantas.

Ofertas Públicas

Ofertas de Aquisição de Ações

Não houve ofertas públicas de aquisição de ações ou debêntures da Cedente efetuada por terceiros ou pela própria Cedente no último exercício social ou no atual exercício social. Em relação à Copesul, em 5 de outubro de 2007, a Braskem adquiriu 34.040.927 ações ordinárias da Copesul representativas de mais de 2/3 das ações em circulação, durante o leilão de OPA da Copesul.

Ofertas Públicas de Distribuição

Em setembro de 2006, a Cedente ofertou publicamente debêntures em número equivalente a R\$500,0 milhões.

Em maio de 2008, a Cedente emitiu US\$500 milhões em eurobônus com cupom de 7,250% ao ano e vencimento em 2018, precificando a 99,127% o valor de face.

Operações de Securitização

Em 18 de março de 2008, foi registrado na CVM o Chemical III, um fundo de investimento em direitos creditórios performados originados do de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (química e petroquímica), e constituído sob a forma de condomínio fechado. Referido fundo é administrado pela BEM DTVM e gerido pela BRAM, tendo como cedente dos direitos creditórios, entre outras a Braskem. Na primeira distribuição pública de referido fundo foram emitidas 300.000 quotas seniores e 24.000 quotas subordinadas mezanino, com valor unitário de emissão de R\$25.000,00, totalizando o montante total de R\$300.000.000,00 e R\$24.000.000,00, respectivamente.

Contingências Judiciais e Administrativas

A Braskem e suas controladas são partes em diversos processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios. Em 31 de março de 2009, o provisionamento total para contingências judiciais era de R\$18,4 milhões, todas relativas a ações trabalhistas e indenizatórias.

Questões de Defesa da Concorrência

Como parte do processo de integração dos ativos petroquímicos detidos pela Petrobras e pela Petroquisa à Braskem, através da incorporação das ações da Copesul, IPQ, IQ, Trifunfo e PPSA, a operação encontra-se em análise pela SEAE, assim como a operação pela qual a Ultrapar, como comissária da Petrobras e da Braskem, adquiriu o controle acionário da RIPI, DPPI e da CBPI, para posterior transferência de seus ativos à Braskem e à Petrobras.

Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o disposto no item 6 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400, as Demonstrações Financeiras auditadas dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e do período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 da Braskem são incorporadas por referência a este Prospecto, estando disponíveis para consulta nos seguintes endereços eletrônicos:

www.cvm.gov.br

www.braskem.com.br/site/portal_investidores/pt/home/home.aspx

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexos

Instrumento de Constituição do Fundo

Regulamento

Contrato de Cessão

Suplemento das Quotas Seniores

Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino

Declaração do Administrador, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

Declaração do Coordenador Líder, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG

Súmula e Relatório da Agência de Classificação de Risco

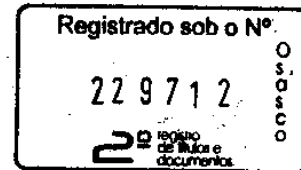
Demonstrações Financeiras Padronizadas da Cedente relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e respectivos pareceres dos auditores independentes

Informações Trimestrais (ITR) da Cedente relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, e respectivo parecer dos auditores independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Instrumento de Constituição do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
CHEMICAL IV – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

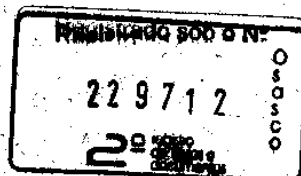
Pelo presente instrumento particular, BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o n.º 00.066.670/0001-00, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais infra assinados ("Administrador"); resolve:

- I. constituir um fundo de investimento em direitos creditórios, conforme faculta a Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, nos termos da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob a forma de condomínio fechado, que terá a denominação de CHEMICAL IV – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA ("Fundo");
- II. assumir as funções de administração do Fundo, na forma do regulamento anexo, aprovado neste ato e integrante deste instrumento como Anexo A ("Regulamento");
- III. designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, o Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG n.º 16.290.774-6, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional das Pessoas Físicas sob o n.º 082.633.238-27, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, diretor do Administrador, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas, nos termos do Regulamento;
- IV. contratar os seguintes prestadores de serviço para o Fundo:
 - (i) BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º Andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e controladoria dos ativos do Fundo ("Custodiante");
 - (ii) para a estruturação e distribuição pública das quotas seniores e das quotas subordinadas mezanino do Fundo (em conjunto,



Instrumento Particular de Constituição do
Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

- "Coordenadores") (a) BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 24.933.830-0001-30, na qualidade de coordenador líder; (b) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, Setor Bancário Sul, Quadra 4, lotes 3/4, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.360.305/0001-04; e (c) Banco UBS Pactual S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 3729, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.306.294/0002-26;
- (iii) MOODY'S AMÉRICA LATINA LTDA., agência classificadora de risco com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Nações Unidas 12.551, 16º andar, conjunto 1.601, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.101.919/0001-05, para prestar os serviços de classificação de risco das quotas seniores e das quotas subordinadas mezanino do Fundo; e
- (iv) KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, empresa de auditoria com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Paes de Barros 33, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 577.755.217/0001-29, para prestar os serviços de auditoria das demonstrações financeiras anuais do Fundo, bem como das contas do Fundo e da atuação do Administrador;
- V. aprovar a emissão, pelo Fundo, (i) de 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Quotas Seniores, com valor de emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) por Quota Senior na primeira data de emissão, perfazendo o valor total de R\$227.000.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões de reais); e (ii) de 18.000 (dezoito mil) Quotas Subordinadas Mezanino, com valor de emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) por Quota Mezanino na primeira data de emissão, perfazendo o valor total de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais). As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão objeto de distribuição pública pelos Coordenadores nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Oferta");
- VI. o Fator *Spread* das Quotas Seniores e o Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino (conforme definido no Regulamento) serão objeto de procedimento de coleta de intenções de investimento (procedimento de *bookbuilding*) nos termos do contrato de distribuição da Oferta e constarão dos respectivos suplementos
- VII. submeter à CVM este instrumento particular de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da Oferta.



Instrumento Particular de Constituição do
Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

Esta deliberação e o Regulamento do Fundo, com seus anexos, deverão ser registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Osasco, 8 de maio de 2009.

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: José Luiz Acaz Pedro
Cargo: Diretor Vice-Presidente

Nome: Cassiano Ricardo Scarpelli
Cargo:

Testemunhas:

Nome: Diego Pares da Costa Nascimento
RG: 52.858.030-9
CPF: 111.681.947-33

Nome: Frederico Wagner Castro Martin
RG: 33.955.129-X/SSP-SP
CPF: 324.177.718-96

2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS
DE OSASCO - SP

Rua Dante Battiston, 249

Centro - Osasco - SP CEP 06013-030

APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E
MICROFILMADO SOB N.º 229712, DO LIVRO 8

Osasco, 11 de maio de 2009

JOÃO M. MARTINEZ / ANDREA C. S. DE ALMEIDA
PRISCILA VIEIRA / SONIA MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTOCOLO N.º 229712

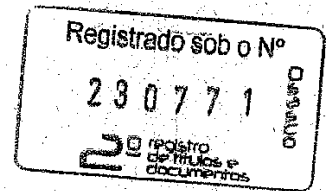
Total Pago R\$ 448,19 Este valor inclui 32% devidos
ao Estado e 20% a CART Previdência do IPESP, sobre
R\$ 249,93 devido ao Oficial.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO
CHEMICAL IV – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Pelo presente instrumento particular, BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o n.º 00.066.670/0001-00, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de administrador ("Administrador") do CHEMICAL IV – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA, um fundo de investimento em direitos creditórios constituído em 8 de maio de 2009, cujo instrumento de constituição, acompanhado do respectivo regulamento, foi registrado perante o 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 11 de maio de 2009, sob o n.º 229.712, com o seu primeiro aditamento averbado no mesmo cartório sob o n.º 229.821, em 15 de maio de 2009 ("Fundo" e "Regulamento");

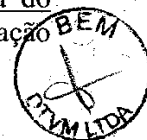
CONSIDERANDO que:

- (A) em razão de determinadas exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários no processo de registro de oferta pública de quotas do Fundo, a Administradora deseja, neste ato, alterar algumas disposições do Regulamento, consolidando seu inteiro teor; e
- (B) o Fundo, até a presente data, não teve sua quotas subscritas e portanto não conta com a participação de quaisquer quotistas, razão pela qual a alteração do Regulamento não requer a realização de uma assembléia geral de quotistas;

(Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do Chemical IV – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica" ("Segundo Aditamento") que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento).

RESOLVE:

- I. alterar a redação do item 7.2 do Regulamento para inserir novo fator risco sobre Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação, renumerando os demais, conforme segue:
 - "7.2 Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se: (...)
- V. Eventos de Avaliação de Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo. O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação



e Eventos de Liquidação, prevista no item 18 abaixo. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador (i) comunicará os Quotistas acerca do fato, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; e (ii) convocará, no Dia Útil subsequente ao dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos pelos votos favoráveis de Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, que representem, em primeira convocação, 95% das Quotas em circulação e, em segunda convocação 95% das Quotas presentes para tal aprovação."

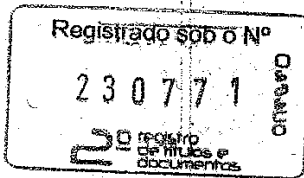


- VI. alterar a redação do item 7.3 do Regulamento para (i) acrescentar no inciso II referência aos pedidos de falência, recuperação judicial, de planos de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência contra os Clientes; (ii) inserir novo fator risco sobre alterações na política de concessão de crédito, renumerando os demais; e (iii) aprimorar a redação do fator de risco sobre invalidez ou ineficácia da cessão dos direitos creditórios, conforme segue:

7.3 Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se: (...)

- II. Risco de crédito dos Clientes (sacados) e ausência de garantia de pagamento dos Direitos Creditórios. A Cedente somente se responsabiliza pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios Elegíveis com a característica de títulos executivos extrajudiciais. A Cedente, o Administrador e o Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes. Assim, a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo





pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Adicionalmente, a política de investimento do Fundo estabelece limites de concentração de investimentos em Direitos Creditórios de um mesmo Cliente, o que não impede uma concentração maior na carteira do Fundo em Direitos Creditórios de Clientes pertencentes a um mesmo grupo econômico, o que poderá diminuir a eficiência da diluição do risco de concentração da carteira do Fundo. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Clientes, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, incluindo em razão de instauração de pedidos de falência, recuperação judicial, de planos de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência contra os Clientes, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes a suas Quotas. A Agência de Classificação de Risco analisou o histórico de inadimplência da carteira de direitos creditórios de titularidade da Cedente para o período compreendido entre 1 de novembro de 2005 e 31 de outubro de 2008 (totalizando 36 meses). (...)

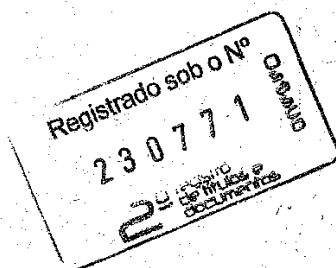
- IX. Alterações na Política de Concessão de Crédito. A política de concessão de crédito da Cedente, constante do "Anexo III - Política de Crédito da Cedente", é determinada e periodicamente reavaliada pelos comitês de crédito da Cedente. Tais critérios de concessão de crédito constituem etapa relevante do processo de originação dos Direitos Creditórios e podem interferir na qualidade e/ou nos níveis de inadimplência de tais Direitos Creditórios. Eventuais alterações na política de concessão de crédito da Cedente não estão sujeitas à aprovação e/ou ratificação dos Quotistas, mas apenas aos procedimentos internos de aprovação pelos órgãos societários e/ou comitês aplicáveis da Cedente. Sendo assim, a alteração na política de concessão de crédito da Cedente poderá interferir no processo de originação e no perfil da carteira de Direitos Creditórios a ser cedida ao Fundo, o que poderá afetar o rendimento e/ou gerar perdas para o Fundo e seus Quotistas. (...)
- XII. Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios. O Administrador e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou



Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do
Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios em razão de tais Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações da Cedente e/ou de terceiros. A cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada em:

- (i) fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos Creditórios a Braskem esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
 - (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos Creditórios a Braskem seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real; e
 - (iii) fraude à execução fiscal, se a Braskem, quando da celebração da cessão dos Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra a Cedente."
- IV. alterar os modelos de "Suplemento Único – Quotas Seniores" e "Suplemento Único – Quotas Subordinadas Mezanino", constantes do Anexo I e do Anexo II, respectivamente, os quais passarão a ter o conteúdo dos anexos a este Segundo Aditamento; e
- V. consolidar o inteiro teor do Regulamento, incorporando as alterações descritas nos itens acima.



Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do
Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

Este Segundo Aditamento e o Regulamento consolidado do Fundo, com seus anexos, deverão ser averbados às margens do registro do Regulamento perante o 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Osasco, 15 de junho de 2009.

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:

Luciana Barbosa Silveira Lannone
103426 - Luciana Barbosa Silveira Lannone

Nome:

Maria Antonietta Lumare
115034 - Maria Antonietta Lumare

Testemunhas:

Nome:

CPF:

RG:

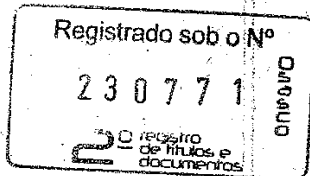
[Signature]
CPF: 52.839.430-9
CPF: 111.691.947-33

Nome:

CPF:

RG:

Ana Paula Saes Nunes
Ana Paula Saes Nunes
RG: 27.876.245-1
CPF: 311.013.988-09



2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS
DE OSASCO - SP

Rua Dante Batiston, 249

Centro - Osasco - SP - CEP 08013-030

APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E

MICROFILMADO SOB N.º 230771 DO LIVRO B

Osasco, 16 de junho de 2009

JOÃO M. MARTINEZ / ANDREA C. S. DE ALMEIDA
PRISCILA VIEIRA / SONIA MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTOCOLADO N.º 230771

Total pago R\$ 453,09 este valor inclui 32% devidos
ao Estado e 20% à CART Previdência do IPESP, sobre
R\$ 282,99 devido ao Oficial.

Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do
Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

"REGULAMENTO DO CHEMICAL IV - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO I

MODELO DE SUPLEMENTO ÚNICO - QUOTAS SENIORES

Montante das Quotas Seniores: R\$227.000.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões de reais)

Quantidade de Quotas Seniores: 227.000 (duzentas e vinte e sete mil)

1ª Data de Emissão: [.]

Data de Resgate: [.]

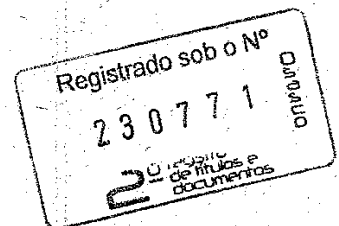
Fator *Spread* das Quotas Seniores: [.]

Amortização Periódica: 18 (dezoito) amortizações mensais, sendo que nas 6 (seis) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST) será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 13.4 do Regulamento, as 6 (seis) primeiras datas (T) representam amortização da Remuneração, não havendo, portanto, carência para o pagamento da mesma. A partir do 7º (sétimo) mês, inclusive, as 11 (onze) primeiras amortizações serão equivalentes a 8,33% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores, e a última amortização será equivalente a 8,37% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores

Data de Amortização (T)	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.] (*)	8,37%

(*) Data de Resgate."

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 11 de maio de 2009, sob o n.º 229712, conforme aditado.)"



**"REGULAMENTO DO CHEMICAL IV - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA**

ANEXO II

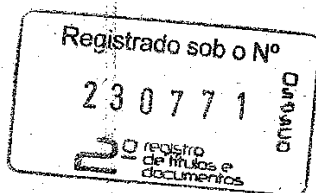
MODELO DE SUPLEMENTO ÚNICO - QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

Montante das Subordinadas Mezanino	Quotas	R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais)
Quantidade de Subordinadas Mezanino	Quotas	18.000 (dezoito mil)
1ª Data de Emissão	[.]	
Data de Resgate	[.]	
Fator Spread das Subordinadas Mezanino	Quotas	[.]
Amortização Periódica	18 (dezoito) amortizações mensais, sendo que, nas 6 (seis) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST) será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 13.5 do Regulamento, as 6 (seis) primeiras datas (T) representam amortização da Remuneração, não havendo, portanto, carência para o pagamento da mesma. A partir do 7º (sétimo) mês, inclusive, as 11 (onze) primeiras amortizações serão equivalentes a 8,33% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino, e a última amortização será equivalente a 8,37% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino:	

Data de Amortização (T)	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.] (*)	8,37%

(*) Data de Resgate.

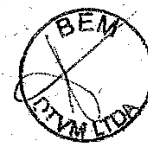
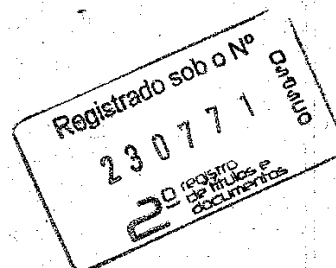
(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 11 de maio de 2009, sob o n.º 229712, conforme aditado.)"



ANEXO A
REGULAMENTO DO
CHEMICAL IV - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ÍNDICE

1. Definições	1
2. Fundo	8
3. Prazo de Duração do Fundo	9
4. Administrador	9
5. Responsabilidades do Administrador	12
6. Objetivo do Fundo e Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira	16
7. Fatores de Risco	19
8. Critérios de Elegibilidade e Aquisição dos Direitos Creditórios	29
9. Inclusão de Novos Clientes	30
10. Originação, Cessão e Cobrança dos Direitos Creditórios	31
11. Taxa de Administração e Encargos do Fundo	33
12. Quotas	34
13. Emissão, Integralização e Valor das Quotas	37
14. Amortização e Resgate das Quotas e Reserva de Amortização e Resgate	40
15. Pagamento dos Valores Devidos pelo Fundo aos Quotistas	44
16. Registro para Negociação e Negociação das Quotas	44
17. Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	45
18. Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação	46
19. Amortização Extraordinária	51
20. Enquadramento aos Índices de Cobertura	52
21. Ordem de Alocação de Recursos	54
22. Custos Referentes à Cobrança dos Ativos do Fundo	55
23. Custodiante	57
24. Assembleia Geral	59
25. Demonstrações Financeiras	63
26. Patrimônio Líquido	64
27. Publicidade e Remessa de Documentos	64
28. Classificação de Risco	65
29. Disposições Finais	66



REGULAMENTO DO
CHEMICAL IV – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

1. DEFINIÇÕES

"Administrador": é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, ou quem vier a substituí-la na função de Administrador do Fundo.

"Agência de Classificação de Risco": é a Moody's América Latina Ltda. ou qualquer agência de classificação de risco que vier a ser contratada para a classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.

"Agente Escriturador": é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º andar, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, responsável pelos serviços de escrituração das Quotas.

"Alocação Mínima": é a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá ser igual ou superior a 50% (cinquenta por cento).

"Amortização Extraordinária": tem o significado que lhe é atribuído no item 19.1 abaixo.

"Amortização Periódica": é a amortização parcial das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do item 14 abaixo, e previstas nos respectivos Suplementos das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.

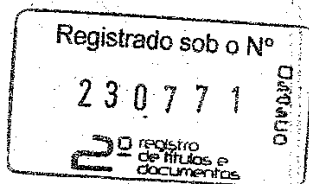
"Anexos": são os anexos a este Regulamento.

"Assembleia Geral": é a assembleia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do item 24 abaixo.

"Ativos Financeiros": são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido.

"Aviso de Amortização Extraordinária": tem o significado que lhe é atribuído no item 19.1 abaixo.

"Aviso de Vencimento": é o bloqueto de cobrança emitido pelos Bancos Cobradores por meio do qual os Clientes são notificados acerca da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo.



"Bacen": é o Banco Central do Brasil.

"Bancos Cobradores": são as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Safra S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., bem como outras instituições que vierem a ser contratadas pelo Custodiante, com a interveniência do Fundo e da Cedente, para a prestação do serviço de Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios.

"Base de Dados": é a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos Creditórios e aos Clientes, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia desde a constituição do Fundo.

"BM&F Bovespa": é a BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

"BOVESPAFIX": é o mercado de balcão organizado de renda fixa da BM&F Bovespa.

"Braskem": é a Braskem S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno 1561, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 42.150.391/0001-70.

"Cedente": é a Braskem e suas respectivas sucessoras, a qualquer título, ou uma nova sociedade incluída na forma do item 8.1.3 abaixo.

"CETIP": é a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

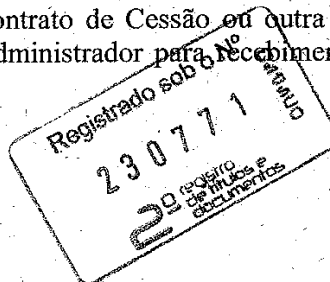
"Clientes": são os compradores de Produtos cadastrados pela Cedente e constantes da Relação de Clientes, cujo somatório de Direitos Creditórios devido por cada Cliente individualmente considerado, em cada Data de Aquisição e Pagamento, poderá representar uma concentração máxima de até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido.

"CNPJ/MF": é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

"Cobrança Bancária": é a cobrança bancária dos Direitos Creditórios realizada pelos Bancos Cobradores, mediante a emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária.

"Cobrança Judicial e Extrajudicial": é a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos que será realizada pela Cedente nos termos do Contrato de Cobrança.

"Conta Corrente Autorizada do Fundo": é a conta corrente de titularidade do Fundo referida na Cláusula 7 do Contrato de Cessão ou outra conta corrente que vier a ser indicada pelo Administrador para recebimento de valores pelo Fundo.



"Conta Corrente Autorizada da Cedente": é a conta corrente de titularidade da Cedente referida na Cláusula 7 do Contrato de Cessão, ou outra conta corrente que vier a ser indicada pela Cedente para recebimento de valores pela Cedente.

"Contraprestação": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6 do Contrato de Cessão.

"Contrato de Cessão": é o "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Cedente, com a interveniência do Custodiante, conforme alterado de tempos em tempos.

"Contrato de Cobrança": é o "Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Cedente, conforme alterado de tempos em tempos.

"Contrato de Colocação": é o "Contrato de Coordenação, Subscrição e Colocação de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino de Emissão do Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", celebrado entre o Administrador, a Cedente, o BB Banco de Investimento S.A., a Caixa Econômica Federal e o Banco UBS Pactual S.A.

"Contrato de Custódia": é o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada, Controladoria e Outros Pactos", celebrado pelo Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, com a interveniência da Cedente, conforme alterado de tempos em tempos.

"Contrato de Depósito": é o "Contrato de Depósito e Outras Avenças", celebrado entre o Custodiante e a Cedente, com a interveniência do Fundo, representado pelo Administrador, conforme alterado de tempos em tempos.

"Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior": é o "Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas Junior do Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador e a Cedente, com a interveniência do Custodiante, conforme alterado de tempos em tempos.

"Convênios de Cobrança Bancária": são os convênios de prestação de serviço de Cobrança Bancária, firmados pelo Custodiante com os Bancos Cobradores, com a interveniência do Fundo, representado pelo Administrador, e da Cedente, conforme alterados de tempos em tempos.

"Crítérios de Elegibilidade": são os critérios a serem observados pelo Custodiante para que os Direitos Creditórios possam ser adquiridos pelo Fundo, conforme definidos no item 8 abaixo.

Registrado sob o Nº

230771

2º registro
de títulos e
documentos

ORIGINAL



"Custodiante": é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º Andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, responsável pelos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo aqueles de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356/01, ou outra instituição que vier a substituí-la nos termos deste Regulamento.

"CVM": é a Comissão de Valores Mobiliários.

"Data de Aquisição e Pagamento": é a data em que ocorre a confirmação, pelo Custodiante, com relação a cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade e o pagamento do Preço de Aquisição à Cedente.

"Data de Disponibilidade": é o Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

"Data de Emissão": é a data em que os recursos decorrentes da integralização das Quotas são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, nos termos do item 13.1 abaixo, e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.

"Data de Verificação de Amortização": tem o significado que lhe é atribuído no item 14.8 abaixo.

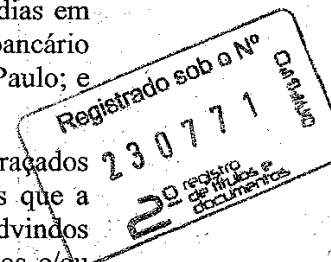
"Data de Verificação dos Índices de Cobertura": é, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a última Data de Resgate, o dia 15 (quinze) de cada mês.

"Datas de Amortização": são as datas que vierem a ser indicadas nos respectivos Suplementos das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nas quais ocorrerá a Amortização Periódica destas, conforme definido no item 14.2 abaixo.

"Datas de Resgate": são as datas em que se dará o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso, indicadas nos respectivos Suplementos.

"Dia Útil": significa segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado de São Paulo ou na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo; e (ii) feriados de âmbito nacional.

"Direitos Creditórios": são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes pela Cedente, representadas por Notas Fiscais Faturas.



"Direitos Creditórios Elegíveis": são Direitos Creditórios que, na Data de Aquisição e Pagamento, atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade.

"Direitos Creditórios Permutáveis": são os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham sido liquidados pelo Cliente dentro do respectivo Prazo Máximo de Atraso e que poderão ser utilizados como Contraprestação nos termos da Cláusula 6 do Contrato de Cessão.

"Diretor Designado": é o diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.

"Disponibilidades": tem o significado que lhe é atribuído no item 14.6 abaixo.

"Documentos Comprobatórios": são os seguintes documentos: (i) para "Vendas FOB" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura e tiquete de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes; (ii) para "Vendas CIF" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura, o respectivo conhecimento de embarque dos Produtos e comprovante de entrega dos Produtos aos Clientes; e (iii) para "Venda por Tubovia", a Nota Fiscal Fatura e o relatório de leitura do medidor da tubovia.

"Duplicata": tem o significado que lhe é atribuído no item 8.1, inciso I abaixo.

"Empresa de Auditoria": é a KPMG Auditores Independentes, ou sua sucessora no exercício de suas funções, encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise da atuação do Administrador.

"Encargos do Fundo": tem o significado que lhe é atribuído no item 11.2 abaixo.

"Eventos de Avaliação": são os eventos definidos no item 18.1 abaixo.

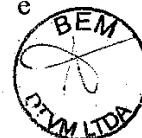
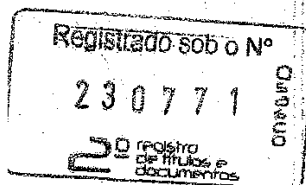
"Eventos de Liquidação": são os eventos definidos no item 18.2 abaixo.

"Eventos de Resilição": eventos que correspondem a um Evento de Liquidação e que estão indicados na Cláusula 9.2 do Contrato de Cessão.

"Eventos de Revisão": eventos que correspondem a um dos Eventos de Avaliação e que estão indicados na Cláusula 9.1 do Contrato de Cessão.

"Excesso de Cobertura": tem o significado que lhe é atribuído no item 20.2 abaixo.

"Fator Spread das Quotas Seniores": é o *spread* sobre a Taxa DI aplicável às Quotas Seniores, determinado na forma do item 12.1.2 abaixo e indicado no respectivo Suplemento.



"Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino": é o *spread* sobre a Taxa DI aplicável às Quotas Subordinadas Mezanino, determinado na forma do item 12.2.2 abaixo e indicado no respectivo Suplemento.

"Fundo": é o Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica.

"Gestor": é a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 1450, 6º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 62.375.134/0001-4.

"IGP-M": é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

"Índice de Cobertura Mezanino", "Índice de Cobertura Sênior" e "Índices de Cobertura": têm o significado que lhes é atribuído no item 20.1 abaixo.

"Instituições Autorizadas": são as seguintes instituições e/ou suas respectivas Partes Relacionadas: Banco Santander S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco ABN AMRO Real S.A., Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Itaú S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A.

"Instrução CVM 356/01": é a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.

"Instrução CVM 409/04": Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada. .

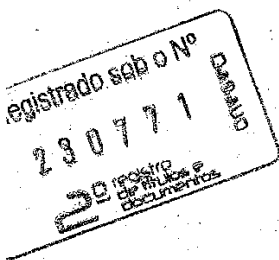
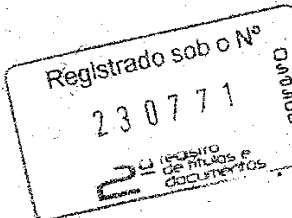
"Investidores Qualificados": são aquelas pessoas definidas como tal no artigo 109 da Instrução CVM 409/04, e os fundos de investimento, nos termos da referida instrução, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento.

"MDC": é o Módulo de Distribuição de Cotas da CETIP.

"Nota Fiscal Fatura": é o documento preparado na forma do Anexo I do Contrato de Cessão, emitido em razão da realização de operação de venda mercantil a prazo de Produtos celebrada entre a Cedente e seu Cliente.

"Novo Cliente": é o comprador de Produtos cadastrado pela Cedente que venha a ser inserido na Relação de Clientes, de acordo com o procedimento previsto nos itens 9.1 e 9.1.1 abaixo.

"Partes Relacionadas": são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa. Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei n.º 6.404/76, e suas alterações posteriores.



"Patrimônio Líquido": é o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do item 26 abaixo.

"Percentual de Inadimplência": tem o significado que lhe é atribuído no item 20.1.1 abaixo.

"Plano Contábil": é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular n.º 1.273 do Bacen, de 29 de dezembro de 1987, conforme alterada, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.

"Prazo de Duração": é o prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no item 3 abaixo.

"Prazo Máximo de Atraso": é o prazo de 8 (oito) dias, contado da respectiva data de vencimento do Direito Creditório, a partir do qual os Direitos Creditórios passam a ser considerados Direitos Creditórios Permutáveis.

"Preço de Aquisição": é o preço de aquisição de cada Direito Creditório Elegível, calculado nos termos da Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão.

"Produtos": são os produtos fabricados e/ou comercializados pela Cedente no curso normal de suas atividades preponderantes no setor químico e petroquímico, desenvolvidas em conformidade com seus atos constitutivos.

"Prospecto": é o prospecto do Fundo e suas respectivas atualizações.

"Quotas": são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, consideradas em conjunto.

"Quotas Seniores": são as quotas de classe sênior, que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate, emitidas pelo Fundo em uma única série.

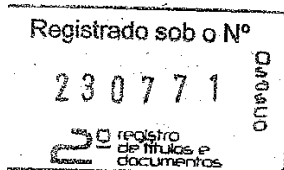
"Quotas Subordinadas Junior": são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo, que se subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização e resgate.

"Quotas Subordinadas Mezanino": são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo, que se subordinam às Quotas Seniores e preferem às Quotas Subordinadas Junior para efeito de amortização e resgate.

"Quotistas": são os titulares de Quotas.

"Regulamento": é o regulamento consolidado do Fundo, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

"Relação de Clientes": é a relação de Clientes, incluindo a discriminação da concentração máxima específica dos Clientes, a qual será enviada ao Custodiante pela Cedente.



"Relatório Especial de Revisão": tem o significado que lhe é atribuído no item 9.1 abaixo.

"Reserva de Amortização e Resgate": tem o significado que lhe é atribuído no item 14.6 abaixo.

"SERASA": significa a SERASA S.A.

"SELIC": é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

"SFF": significa o Sistema de Fundos Fechado, administrado pela CETIP.

"SOMAFIX": é o mercado de balcão organizado de renda fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos – SOMA.

"Suplemento": é o suplemento de cada classe de Quotas, que contém as seguintes informações relativas à classe de Quotas à qual se refere: montante das Quotas, quantidade de Quotas, 1ª Data de Emissão, Datas de Amortização, percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado, Data de Resgate e Fator *Spread*, preparado conforme os modelos constantes dos Anexos I e II deste Regulamento.

"Taxa DI": é a taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

"Taxa DI Futura": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão.

"Termo de Cessão": é o documento preparado na forma do Anexo VI ao Contrato de Cessão.

"Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento": é o documento pelo qual os Quotistas (i) declaram estar cientes dos riscos envolvidos no investimento nas Quotas do Fundo; e (ii) aderem ao Regulamento.

"Valor Unitário de Emissão": é o valor unitário de cada Quota na respectiva 1ª Data de Emissão.

2. FUNDO

2.1 O CHEMICAL IV - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA é regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

2.2 Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões neles não definidos terão o significado que lhes é atribuído no item 1 acima, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

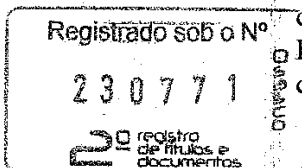
2.3 No prazo de até 20 (vinte) dias contado (i) de sua aprovação pelo Administrador, o Regulamento e os Suplementos; e (ii) de sua aprovação pela Assembleia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento serão

registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

- 2.3.1 As alterações do Regulamento vigorarão a partir da data do protocolo na CVM (i) da lista de Quotistas presentes na Assembléia Geral realizada com essa finalidade; (ii) da cópia da ata da referida Assembléia; e (iii) do exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na forma determinada pelo artigo 25 da Instrução CVM 356/01.
- 2.4 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas ao término do Prazo de Duração, ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo, conforme o disposto no item 18.2 abaixo.
- 2.5 É admitida, ainda, a amortização de Quotas, nos termos dos itens 14 abaixo e 19 abaixo ou por decisão da Assembleia Geral.
- 2.6 Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, os Investidores Qualificados.

3. PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

- 3.1 Prazo de duração regular do Fundo será de 18 (dezoito) meses contado da 1ª Data de Emissão de Quotas, sem prejuízo do disposto nos itens 3.2 e 3.3 abaixo e no item 18.2 abaixo.
- 3.2 O Prazo de Duração poderá ser prorrogado por deliberação dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral.
- 3.3 Na hipótese do Prazo de Duração não se encerrar em Dia Útil, a liquidação do Fundo será efetuada no primeiro Dia Útil subsequente.
- 3.4 Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004, conforme alterada, e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, o Fundo é classificado como fundo de investimento de longo prazo.



4. ADMINISTRADOR

- 4.1 O Fundo é administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo; 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00 ("Administrador"), devidamente autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários.
- 4.1.1 O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar



na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (ii) na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, do disposto no Contrato de Cessão; e (iii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes.

4.1.2 O Administrador, observadas as limitações deste Regulamento e da regulamentação aplicável, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros, inclusive o de comparecer e votar, em nome do Fundo, nas assembleias gerais ou especiais de interesse do Fundo.

4.1.3 Observados os termos e as condições estabelecidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança, e observada a regulamentação aplicável, o Administrador ou prestadores de serviços por este contratados nos termos deste Regulamento, independentemente de qualquer procedimento adicional, podem:

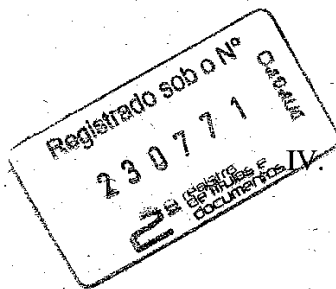
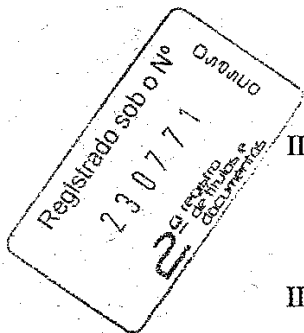
I. iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, observado o disposto no item 22 abaixo;

II. celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos Creditórios ou aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;

III. constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pelo Administrador, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contado da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e

IV. contratar, às suas expensas, serviços de gestão da carteira do Fundo com suas Partes Relacionadas, desde que devidamente autorizadas pela CVM e observado o disposto no artigo 39 da Instrução CVM 356/01.

4.1.4 Caso eventualmente ocorra, por qualquer meio, a transferência do controle acionário, direto ou indireto, do Administrador para uma instituição que não seja uma Instituição Autorizada, o Administrador deverá comunicar esse fato aos Quotistas, na forma do item 27.1 abaixo, e convocar



Assembleia Geral para que os mesmos deliberem sobre a substituição do Administrador.

4.2 O Administrador poderá ser substituído a qualquer tempo pela Assembleia Geral, na forma do item 24 abaixo, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

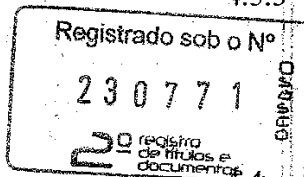
4.3 O Administrador poderá, mediante aviso publicado no periódico referido no item 27.1 abaixo e, adicionalmente, a seu critério, também por meio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas indicados na forma do item 13.2.1 abaixo, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, a ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados da referida publicação de renúncia, Assembleia Geral para decidir sobre a indicação do seu substituto ou a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável.

4.3.1 Na hipótese prevista no item 4.3 acima, o Administrador permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data de realização da Assembleia Geral ou por prazo inferior, conforme determinado pelos Quotistas na respectiva Assembleia Geral, o qual poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, para que a instituição substituta escolhida pelos referidos Quotistas assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Administrador de acordo com os termos e as condições deste Regulamento.

4.3.2 Decorridos 60 (sessenta) dias do prazo estabelecido no item 4.3.1 acima sem que os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, tenham deliberado a indicação do substituto do Administrador ou sem que tenha sido instalada a referida Assembleia Geral, o Administrador iniciará os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, e comunicará tal fato à CVM.

4.3.3 Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade do próprio Administrador.

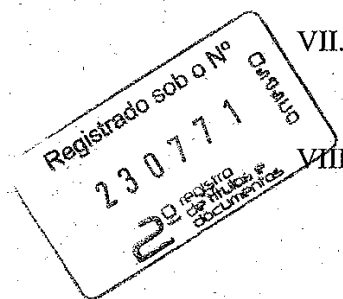
4.4 O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador ou por qualquer terceiro envolvido diretamente com a administração do Fundo, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos deste Regulamento.



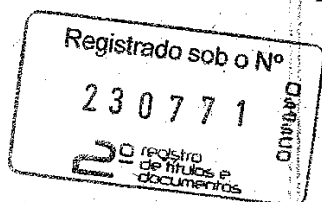
5. RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR

5.1 São, dentre outras previstas neste Regulamento e na legislação aplicável, obrigações do Administrador:

- I. manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal: (a) a documentação relativa às operações do Fundo; (b) o registro dos Quotistas; (c) o livro de atas de Assembleias Gerais; (d) o livro de presença de Quotistas; (e) o Prospecto, até o encerramento da oferta pública; (f) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o item 5.4 abaixo; (g) os registros contábeis do Fundo; e (h) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
- II. receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante;
- III. entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, do Prospecto e dos relatórios preparados pela Empresa de Auditoria e pela Agência de Classificação de Risco, bem como dar-lhes ciência do (a) nome do periódico utilizado para divulgação de informações; e (b) da taxa de administração cobrada;
- IV. sem prejuízo da divulgação de informações a que se refere o item 27.2 abaixo, divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, e manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem;
- V. custear as despesas de propaganda do Fundo;
- VI. fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- VII. colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo, observado o disposto no item 27.4 abaixo;
- VIII. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- IX. providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização das classificações de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino pela Agência de Classificação de Risco;



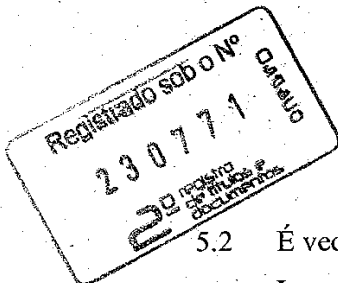
- X. assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o item 5.4 abaixo;
- XI. observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no item 6 abaixo;
- XII. proceder à contratação, em nome do Fundo, dos serviços do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco, da Empresa de Auditoria e à celebração do Contrato de Cessão, do Contrato de Custódia, do Contrato de Colocação, do Contrato de Depósito e do Contrato de Promessa, de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior;
- XIII. executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações, (a) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (b) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (c) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (d) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro de cada ano, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- XIV. fazer a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, os quais lhe serão encaminhados pelo Custodiante depois de realizada a auditoria anual: (a) extratos da Conta Corrente Autorizada do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante nas Contas Correntes Autorizadas da Cedente; (b) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia; (c) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e (d) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- XV. informar à Agência de Classificação de Risco, no Dia Útil imediatamente subsequente ao conhecimento: (a) da substituição do Administrador, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante; (b) da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e (c) da celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão e/ou ao Contrato de Custódia;



- XVI. providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do item 2.3 acima;
- XVII. monitorar, diretamente ou por meio de prestadores de serviços, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia;
- XVIII. comunicar aos Quotistas, na forma do item 27.1 abaixo, a ocorrência da hipótese prevista no item 4.1.4 acima;
- XIX. franquear acesso à Agência de Classificação de Risco, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, (i) aos relatórios referidos nas alíneas (c), (d), (e), e (g), do inciso I, da Cláusula Décima do Contrato de Custódia; (ii) aos relatórios relativos aos Índices de Cobertura (com a especificação do valor do Patrimônio Líquido, o número de Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em circulação e respectivos valores), à média do Percentual de Inadimplência, aos índices a que se referem os incisos XIV e XV do item 18.1 abaixo; e (iii) aos demonstrativos contábeis de lucros e perdas do Fundo;
- XX. elaborar e enviar informativo quinzenal à Cedente e à Agência de Classificação de Risco, indicando a evolução dos Índices de Cobertura;
- XXI. comunicar imediatamente os Quotistas, na forma prevista neste Regulamento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua ciência de tal fato; e
- XXII. no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial de qualquer dos Bancos Cobradores, do Custodiante ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados Ativos Financeiros ou Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros para outra conta de depósitos de titularidade do Fundo.

5.2 É vedado ao Administrador, em nome próprio:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- II. utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- III. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.



5.2.1 As vedações de que tratam o item 5.2 acima abrangem os recursos próprios das Partes Relacionadas do Administrador, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

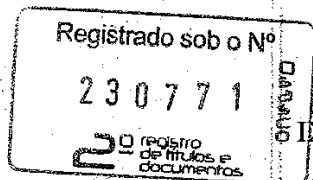
5.2.2 Excetuam-se do ora disposto os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes das carteiras do Fundo.

5.3 É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- II. realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no item 6 abaixo;
- III. aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- IV. adquirir Quotas do Fundo;
- V. pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável e/ou neste Regulamento;
- VI. vender Quotas do Fundo a prestação;
- VII. prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- VIII. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- IX. obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- X. efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- XI. criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- XII. emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.

5.3.1 Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, é vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- I. celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a



contratação de quaisquer prestadores de serviços além daqueles autorizados por este Regulamento;

II. celebrar aditamentos ao Contrato de Cessão; e

III. proceder à abertura de contas correntes bancárias ou de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas (contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia.

5.3.2 Não obstante o disposto no inciso II do item 5.3.1 acima, a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão que importe em alteração à Cláusula 1.3, à Cláusula 6 e/ou à Cláusula 9.2 do Contrato de Cessão, dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme disposto no item 24.4.2 abaixo.

5.4 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, que evidencie: (i) que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente; (ii) que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro dos Direitos Creditórios por amostragem estatística no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período, se for o caso; e (iv) os resultados da última verificação do lastro dos Direitos Creditórios, realizada por amostragem estatística pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

Os demonstrativos referidos no item 5.4 acima devem ser enviados à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos Quotistas, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

6. OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

6.1 O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste item 6, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (indústria química e petroquímica), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta, juntamente com todos os



direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes à Cedente, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e/ou (ii) de Ativos Financeiros.

6.2 Os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto neste item 6 e, em especial, o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura.

6.3 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias da 1ª Data de Emissão de Quotas, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade.

6.4 O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

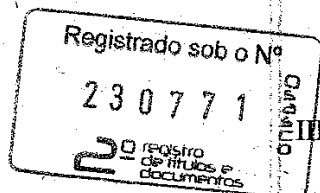
- I. títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
- II. fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; ou
- III. operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item I acima e cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada.

6.4.1 Observadas as demais disposições previstas na Instrução CVM 356/01, o limite de concentração para os investimentos nos Ativos Financeiros indicados nos incisos II e III do item 6.4 acima será de, no máximo, 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido por instituição ou entidade.

6.5 Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

6.6 Sem prejuízo da responsabilidade do Administrador e do Diretor Designado, o Gestor prestará os serviços de gestão da carteira do Fundo, cuja remuneração compõe a taxa de administração, nos termos do artigo 39, inciso II da Instrução CVM 356/01.

6.7 Embora a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo seja direcionada para, além do investimento em Direitos Creditórios, Ativos Financeiros de perfil conservador, eventuais oscilações nos valores dos Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo podem resultar em perda patrimonial do Fundo. No entanto, não será devida qualquer multa ou penalidade pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente e quaisquer de suas Partes Relacionadas, decorrente desse fato.



6.8 O Fundo não poderá realizar:

- I. aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- II. operações em mercado de derivativos;
- III. operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro em que (a) o Administrador; (b) o Custodiante; (c) a Cedente; ou (d) qualquer de suas Partes Relacionadas, salvo no caso das Instituições Autorizadas, que figure, direta ou indiretamente, como contraparte; e
- IV. operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

6.9 O Fundo não adquirirá Direitos Creditórios representados por *warrants*, ou relativos a contratos de venda de Produtos com entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Instrução CVM 356/01.

6.10 O Gestor não adota a política de voto para este Fundo.

6.11 O Administrador e o Custodiante, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes ou pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros.

6.12 A Cedente, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes. A Cedente é responsável pela originação, existência, correta constituição e formalização, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios por ela cedidos com a característica de títulos executivos extrajudiciais, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

6.13 Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento.

6.14 Os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados pela Cedente nos termos do Contrato de Depósito.

6.15 Os percentuais e limites referidos neste item 6 serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

6.16 As aplicações dos Quotistas não contam com qualquer mecanismo de seguro ou a garantia da Cedente, do Administrador, do Gestor, do



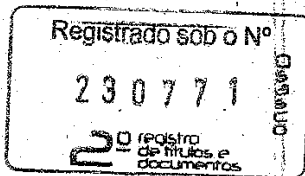
Custodiante ou de suas Partes Relacionadas, nem mesmo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

7. FATORES DE RISCO

- 7.1 Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas. Por este Regulamento, exclusivamente na hipótese a que se refere o item 22.2 abaixo, pode existir a necessidade de realização de aportes de recursos ao Fundo pelos Quotistas, caso aprovado pelos Quotistas nos termos daquele item. A Cedente, o Administrador, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

7.2 Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se:

- I. Modalidade de investimento sofisticada. No caso do Fundo, a existência das Quotas Subordinadas Mezanino torna mais complexo e sofisticado o investimento em fundos de investimento em direitos creditórios, uma vez que não haverá a emissão de Quotas Subordinadas Mezanino adicionais para a recomposição dos Índices de Cobertura, a qual, neste caso, será feita mediante (i) emissão e subscrição de Quotas Subordinadas Junior pela Cedente, caso, a seu critério, manifeste tal intenção mediante resposta ao Aviso de Desenquadramento; ou (ii) Amortização Extraordinária de Quotas Seniores. Tal complexidade exige do investidor uma cautela redobrada na avaliação dos riscos inerentes ao investimento nas Quotas.
- II. Limitação de ativos do Fundo. A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas aos Quotistas, é a liquidação dos Direitos Creditórios pelos Clientes e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, podendo inclusive, realizar o resgate do saldo das Quotas Seniores e, se for o caso, das Quotas Subordinadas Mezanino mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, conforme hipótese prevista no item 18.4 abaixo. Caso o Fundo necessite vender os ativos detidos em carteira, poderá não haver

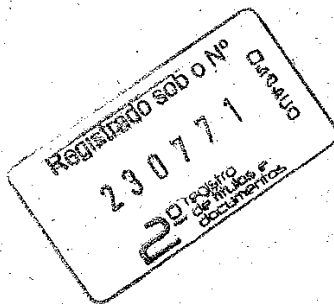


mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais ativos poderá refletir essa falta de liquidez causando perda patrimonial para o Fundo.

III. Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgate de suas Quotas.

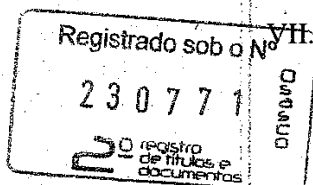
IV. Amortização e resgate condicionado das Quotas. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos Clientes e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as Amortizações Periódicas ou Extraordinárias e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

V. Eventos de Avaliação de Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo. O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação, prevista no item 18 abaixo. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador (i) comunicará os Quotistas acerca do fato, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; e (ii) convocará, no Dia Útil subsequente ao dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer



procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos pelos votos favoráveis de Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, que representem, em primeira convocação, 95% das Quotas em circulação e, em segunda convocação 95% das Quotas presentes para tal aprovação.

VI. Riscos de mercado e fatores macroeconômicos. A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste item 7, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.



VII. Inexistência de rendimento predeterminado. O valor unitário das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos nos itens 13.4 e 13.5 abaixo. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, da Cedente e de suas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro, ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior ao valor delas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o seu limite máximo de remuneração.

VIII. Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários. O mercado secundário existente no Brasil para



negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

- IX. Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino e dos Ativos Financeiros. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros, que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com a taxa pré-fixada que for utilizada para o cálculo do respectivo Preço de Aquisição, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no item 17 abaixo. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será atualizado diariamente utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do disposto nos itens 13.4 e 13.5 abaixo, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.

- X. Risco de descontinuidade do Fundo em razão de resgate ou amortização antecipada das Quotas. Conforme previsto nos itens 12, 18 e 19 abaixo, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior à respectiva Data de Resgate ou Data de Amortização, conforme o caso, podendo inclusive efetuar tais pagamentos em Direitos Creditórios. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos



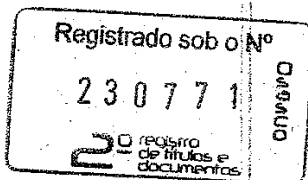
com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

XI. Risco de Descontinuidade do Fundo por insuficiência de Originação de Direitos Creditórios. Não há garantia de que a Cedente conseguirá originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima poderá dar causa à amortização compulsória de Quotas Seniores nos termos do item 14.4 abaixo.

XII. Risco decorrente da fixação do preço dos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (*marked-to-market*), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

XIII. As Quotas Subordinadas Mezanino se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis e o risco inerente a eles, bem como aos Ativos Financeiros, e, ainda, a possibilidade de ocorrência de Amortizações Extraordinárias de Quotas Seniores, nos termos do item 19.1 abaixo, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

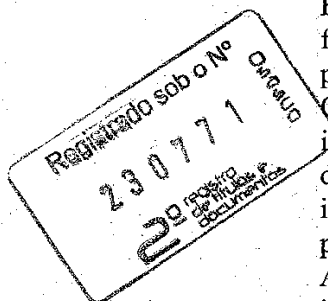
XIV. Quorum qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior. O Regulamento do Fundo estabelece quorum qualificado para a Assembleia Geral deliberar sobre determinadas matérias de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade de certas matérias dependerem da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação de certas matérias pelos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino



e/ou Quotas Subordinadas Junior, em algumas circunstâncias, poderá acarretar limitações às atividades do Fundo.

7.3 Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se:

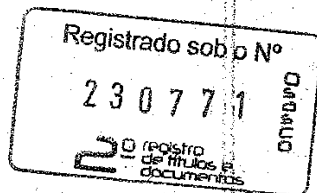
- I. Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios. Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para os Direitos Creditórios; e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos Creditórios; e (ii) de qualquer tipo de coobrigação ou direito de regresso do Fundo contra a Cedente, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- II. Risco de crédito dos Clientes (sacados) e ausência de garantia de pagamento dos Direitos Creditórios. A Cedente somente se responsabiliza pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios Elegíveis com a característica de títulos executivos extrajudiciais. A Cedente, o Administrador e o Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes. Assim, a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Adicionalmente, a política de investimento do Fundo estabelece limites de concentração de investimentos em Direitos Creditórios de um mesmo Cliente, o que não impede uma concentração maior na carteira do Fundo em Direitos Creditórios de Clientes pertencentes a um mesmo grupo econômico, o que poderá diminuir a eficiência da diluição do risco de concentração da carteira do Fundo. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Clientes, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, incluindo em razão de instauração de pedidos de falência, recuperação judicial, de planos de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência contra os Clientes, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes a suas Quotas. A Agência de Classificação de Risco analisou o histórico de inadimplência da carteira de direitos creditórios de titularidade da Cedente para o período compreendido entre 1 de novembro de 2005 e 31 de outubro de 2008 (totalizando 36 meses).
- III. Critérios de Elegibilidade. Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de



aquisição pelo Fundo. A seleção é baseada em critérios de frequência e regularidade dos Clientes na realização de compras de Produtos e em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. Os Critérios de Elegibilidade foram estruturados com base na análise histórica da carteira de recebíveis da Cedente, de forma a permitir que a carteira de Direitos Creditórios do Fundo apresente características semelhantes àquela, ao menos no que se refere aos níveis de adimplência e pontualidade nos pagamentos. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Clientes, a qual, por sua vez, está sujeita ao cenário macroeconômico brasileiro. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Clientes.

IV. Constituição sucessiva de Direitos Creditórios. Não obstante os Direitos Creditórios sejam lastreados em operações de compra e venda mercantil já realizadas (créditos "performados"), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pela Cedente ao Fundo depende (i) da Cedente continuar a fabricar e/ou comercializar Produtos, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; (ii) dos Clientes adquirirem os Produtos e efetuarem o respectivo pagamento; e (iii) da oferta de Direitos Creditórios pela Cedente prioritariamente ao Chemical III - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, enquanto houver quotas desse fundo em circulação. A Cedente dispõe da infraestrutura que suporta a continuidade da fabricação e/ou comercialização dos Produtos, o que não é suficiente para assegurar que a produção da Cedente e a demanda pelos Produtos permanecerão nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, a manutenção da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente para o Fundo. Adicionalmente, eventuais pedidos de recuperação judicial ou a implementação de planos de recuperação extrajudicial da Cedente, ou ainda a implementação de procedimentos de natureza similar, também poderão afetar negativamente a capacidade e continuidade da geração de Direitos Creditórios pela Cedente.

V. Necessidade de aporte de recursos adicionais, caso aprovado pela Assembléia Geral, para proceder à Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios. Nos termos do Contrato de Cessão, o Fundo poderá, a critério da Cedente, utilizar Direitos Creditórios Permutáveis como Contraprestação na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis. Além disso, a Cedente tem a opção



de comprar os Direitos Creditórios Permutáveis e os Direitos Creditórios vencidos e não pagos de titularidade do Fundo. Não obstante as disposições acima, que têm por objetivo reduzir a necessidade de adoção de procedimentos judiciais ou extrajudiciais para cobrança dos Direitos Creditórios vencidos integrantes do seu Patrimônio Líquido, os respectivos custos e despesas, até o limite, por exercício anual do Fundo, de R\$93.000,00 (noventa e três mil reais), a ser atualizado na menor periodicidade admitida em lei, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. Este percentual será calculado após o respectivo pagamento, pelos Clientes cobrados, dos custos e despesas incorridos na Cobrança Judicial e Extrajudicial. O Fundo, por sua vez, somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança, uma vez ultrapassado o limite referido acima, caso os titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, se o caso, adianfem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção, o que será deliberado em Assembléia Geral. Caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino não aporem os recursos suficientes para tanto, na forma do item 22.2 abaixo, o Administrador e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não serão responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

- VI. Regularidade dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios. O Custodiante realizará auditoria periódica para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Em decorrência da expressiva diversificação de Clientes e significativo volume de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, o Custodiante, nos parâmetros definidos neste Regulamento, verificará por amostragem, de forma trimestral, após a cessão dos Direitos Creditórios, o lastro dos Direitos Creditórios, comunicando o resultado dessa verificação ao Administrador e à Agência de Classificação de Risco. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados neste Regulamento.



VII. Riscos operacionais e manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente e/ou terceiros. As rotinas e procedimentos operacionais estabelecidos no Contrato de Cessão, no Regulamento, no Contrato de Custódia e nos Convênios de Cobrança Bancária, estão sujeitos a falhas operacionais, tais como, mas não se limitando a, falhas nos procedimentos de cadastro, de Cobrança Bancária e/ou Cobrança Judicial e Extrajudicial, atraso na compensação bancária dos Avisos de Vencimento, fixação da política de crédito, controles internos adotados pela Cedente, bem como nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, os Bancos Cobradores e o Administrador. Ademais, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de depositária, nos termos do Contrato de Depósito. A guarda dos Documentos Comprobatórios pela Cedente, ou por terceiros por ela contratados, pode representar uma limitação em uma eventual necessidade do Fundo ter que realizar a Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelos Clientes.

VIII. Risco de pagamento dos Direitos Creditórios diretamente à Cedente. Na hipótese de os Clientes realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios diretamente para a Cedente, tanto no caso de Cobrança Administrativa, como no de Cobrança Judicial e Extrajudicial, a Cedente deverá repassar tais valores ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Cobrança. Não há garantia de que a Cedente repassará tais recursos ao Fundo, na forma estabelecida em tais contratos, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.

IX. Alterações na Política de Concessão de Crédito. A política de concessão de crédito da Cedente, constante do "Anexo III – Política de Crédito da Cedente", é determinada e periodicamente reavaliada pelos comitês de crédito da Cedente. Tais critérios de concessão de crédito constituem etapa relevante do processo de originação dos Direitos Creditórios e podem interferir na qualidade e/ou nos níveis de inadimplência de tais Direitos Creditórios. Eventuais alterações na política de concessão de crédito da Cedente não estão sujeitas à aprovação e/ou ratificação dos Quotistas, mas apenas aos procedimentos internos de aprovação pelos órgãos societários e/ou comitês aplicáveis da Cedente. Sendo assim, a alteração na política de concessão de crédito da Cedente poderá interferir no processo de originação e no perfil da carteira de Direitos Creditórios a ser cedida ao Fundo, o que poderá afetar o rendimento e/ou gerar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

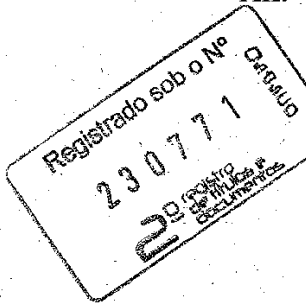


X. Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios. A titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Clientes inadimplentes. Todavia, a Cedente foi contratada pelo Fundo para a realização da Cobrança Judicial e Extrajudicial dos respectivos Direitos Creditórios, e a Cedente dispõe de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes extra e judicialmente. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que a Cedente consiga receber dos Clientes devedores os créditos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

XI. Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão. Apenas o Contrato de Cessão, no qual estão definidos todos os termos, condições e características da cessão dos Direitos Creditórios, será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo, na Cidade de Osasco, e da Cedente, na Cidade de Camaçari. Os Termos de Cessão não serão registrados. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa da Cedente e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão de direitos creditórios, conforme fundamentos descritos no fator de risco abaixo.

XII. Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios. O Administrador e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios em razão de tais Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações da Cedente e/ou de terceiros. A cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada em:

- (i) fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos Creditórios a Braskem esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos Creditórios a Braskem seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo



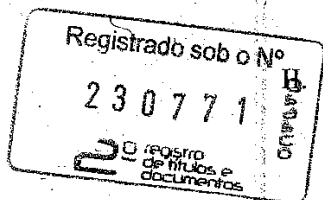
penda, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real; e

- (iii) fraude à execução fiscal, se a Braskem, quando da celebração da cessão dos Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra a Cedente.

8. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 8.1 O Custodiante, por conta e ordem do Fundo, somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios se estes atenderem, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade ("Crítérios de Elegibilidade"):

- I. sejam créditos em reais representados por duplicatas de venda mercantil ("Duplicatas") transmitidas ao Custodiante por meio eletrônico ou magnético, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
- depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, resultar em valor igual ou inferior a 3% (três por cento);
- III. não tenham data de vencimento original inferior a 9 (nove) dias contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento e superior a 90 (noventa) dias contados da data de saque das respectivas Duplicatas, observado que não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis cuja data de vencimento original das respectivas Duplicatas seja posterior (1) ao encerramento do Prazo de Duração ou (2) à última Data de Resgate de Quotas em circulação; e
- IV. sejam representados por Duplicatas sacadas contra Cliente que, cumulativamente, na Data de Aquisição e Pagamento: (a) conste da Relação de Clientes; (b) não tenha efetuado o pagamento de Direitos Creditórios em montante superior a 15% (quinze por cento) do total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, entre a 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores e a Data de Aquisição e Pagamento, com atraso superior a 15 (quinze) dias, contados da



data de vencimento das respectivas Duplicatas, tudo de acordo com a Base de Dados; (c) não seja devedor de Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido há mais de 30 (trinta) dias; (d) não tenha registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, pela Cedente ou por terceiros, ainda que na condição de garantidores, cujo valor do somatório destes títulos protestados seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para os Clientes, atualizado anualmente pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pela variação do IGP-M; e (f) não tenha processo de falência ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si.

- 8.1.1 A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, será definitiva.
- 8.1.2 A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível não dará ao Fundo qualquer recurso contra a Cedente.
- 8.1.3 Caso a Odebrecht S.A., acionista controlador, direto ou indireto, da Cedente, venha, direta ou indiretamente, durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, a constituir ou adquirir uma sociedade ou colocar em operação uma sociedade já existente, cujo objeto social seja substancialmente semelhante ao da Cedente, tal sociedade será considerada, a critério da Cedente, uma Cedente para todos os fins e efeitos do Contrato de Cessão, a partir da data em que o Fundo receber uma notificação da Cedente, acompanhada de termo de adesão dessa nova sociedade aos termos e condições do Contrato de Cessão. Tal nova Cedente estará sujeita, sem qualquer restrição, aos termos e condições do Contrato de Cessão e deste Regulamento. A Cedente e o Fundo deverão celebrar aditamento ao Contrato de Cessão para incluir tal nova Cedente.

INCLUSÃO DE NOVOS CLIENTES

Para a inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes, a Cedente deverá encaminhar ao Custodiante um relatório e arquivo eletrônico preparados por empresa de auditoria independente de renome internacional, nos quais constem as seguintes informações sobre o Novo Cliente, apuradas em período não inferior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de elaboração do relatório ("Relatório Especial de Revisão"): (i) a razão social e CNPJ/MF do Novo Cliente; (ii) valor total de compras do Novo Cliente; e (iii) dados detalhados e individualizados relativos às Notas Fiscais Fatura emitidas, incluindo data de emissão, data de vencimento e data de efetivo pagamento.



9.1.1 Após receber as informações mencionadas no item 9.1 acima, o Custodiante verificará, com base no Relatório Especial de Revisão, se o Novo Cliente: (i) apresenta títulos vencidos e não pagos (em aberto), respeitado o Prazo Máximo de Atraso; (ii) não tenha atrasado mais de 20% (vinte por cento) do total faturado para o respectivo Novo Cliente; (iii) não tenha registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, pela Cedente ou por terceiros, ainda que na condição de garantidores, cujo valor do somatório destes títulos protestados seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), atualizado anualmente pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pela variação do IGP-M; e (iv) não tenha processo de falência ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si. O Custodiante terá até 10 (dez) Dias Úteis, a partir do recebimento do Relatório Especial de Revisão, para realizar os procedimentos de verificação mencionados acima e, desde que satisfeitas as condições aqui previstas, incluir o Novo Cliente na Relação de Clientes.

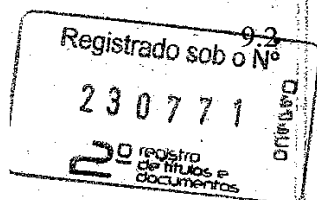
9.1.2 Na hipótese de (i) fusão de um Cliente com uma ou mais empresas que não constem da Relação de Clientes; ou (ii) incorporação de um Cliente por uma empresa que não conste da Relação de Clientes, a inclusão (1) da empresa que resultar da fusão; ou (2) da incorporadora, na Relação de Clientes, observará o procedimento estabelecido neste item para a inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes.

Na hipótese de fusão ou incorporação de 2 (dois) ou mais Clientes que constem da Relação de Clientes, a empresa resultante da fusão ou a incorporadora será incluída na Relação de Clientes com base nas informações consolidadas dos Clientes que lhe deram origem constantes da Base de Dados.

9.3 Na hipótese de fusão, incorporação, aquisição ou outro processo de reestruturação societária envolvendo a Cedente e outra sociedade ou companhia que resulte num número relevante de novos Clientes potenciais, a Cedente poderá, por iniciativa e custos próprios, incluir tais novos Clientes na Relação de Clientes, mediante o procedimento estabelecido no item 9.1 acima.

10. ORIGINAÇÃO, CESSÃO E COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 10.1 A política de crédito da Cedente com relação aos Clientes é aquela que consta do "Anexo III – Política de Crédito da Cedente", observado que eventuais alterações na referida política deverão ser informadas pela Cedente ao Administrador e à Agência de Classificação de Risco.
- 10.2 Os procedimentos de oferta, aquisição e cobrança dos Direitos Creditórios observará os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança, e o disposto nos itens abaixo.



- 10.3 A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente para o Fundo será considerada formalizada na Data de Aquisição e Pagamento, ocasião em que o Custodiante enviará por meio eletrônico, ao Fundo e à Cedente, o Termo de Cessão, observados os procedimentos definidos no Contrato de Cessão. Os Direitos Creditórios serão considerados cedidos, nos termos do Contrato de Cessão, no momento da confirmação, por meio eletrônico, do recebimento do Termo de Cessão pela Cedente. O Contrato de Cessão, nos termos do qual a promessa e a cessão de Direitos Creditórios são formalizadas, será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos para fins de validade perante terceiros, sendo que nenhum outro documento (inclusive o Termo de Cessão) será registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos e nenhum procedimento adicional será necessário para a perfeita cessão dos Direitos Creditórios.
- 10.4 A Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios será feita pelos Bancos Cobradores, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária, por meio da emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes.
- 10.5 Em virtude da relação comercial existente entre a Cedente e os Clientes, a Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, integrantes do Patrimônio Líquido, será feita pela Cedente conforme o Contrato de Cobrança, observado o disposto no Item 22.2 abaixo.
- 10.6 A Cedente adotará os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cobrança para efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, integrantes do Patrimônio Líquido, dentre os quais se incluem: (a) ligação telefônica e/ou e-mail de cobrança no caso dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis; (b) protesto dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis; e (c) Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos em prazo superior a 90 (noventa) Dias Úteis.
- 10.7 Nos termos da Cláusula 6.4 do Contrato de Cessão, a Cedente tem a opção de recomprar Direitos Creditórios integrantes do Patrimônio Líquido pelo seu valor nominal mediante a utilização de moeda corrente nacional ou Direitos Creditórios Elegíveis.
- 10.8 O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação dos títulos representativos dos Direitos Creditórios a protesto, ou pela inserção dos Clientes inadimplentes em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado por seu Administrador, ou terceiro por ele indicado, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.



11. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

11.1 O Administrador cobrará taxa de administração correspondente a (i) 0,18% (dezoito centésimos por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, acrescida de (ii) um montante fixo de R\$1.666,67 (um mil seiscentos e sessenta e sete reais) por mês, sendo que o montante mensal da remuneração do Administrador não poderá ser inferior a R\$16.666,67 (dezesesseis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos). A taxa de administração inclui a taxa de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo e será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da taxa de administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e o último dia do mês a que se referir o pagamento da taxa de administração. Não será cobrada taxa de performance.

11.2 Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas ("Encargos do Fundo"):

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- III. despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- IV. honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria, encarregada da revisão das documentações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- V. emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, observado o disposto no item 22 abaixo;
- VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- VIII. contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e



IX. honorários e despesas devidos à Agência de Classificação de Risco.

- 11.3. Caso o montante total dos Encargos do Fundo ultrapassem 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido, em um período de 12 (doze) meses anterior a cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o Administrador convocará a Assembleia Geral para que os Quotistas definam as providências a serem adotadas pelo Administrador.
- 11.4. Quaisquer despesas não previstas neste item 11 como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.
- 11.5. O Administrador poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada no item 11.1 acima.
- 11.6. Sem prejuízo das responsabilidades do Administrador e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou do próprio Administrador, observado que tais órgãos não poderão ser remunerados.

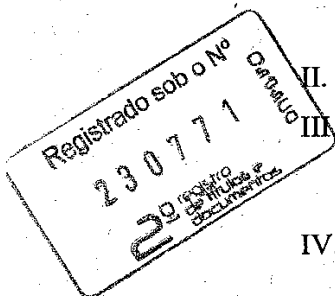
12. QUOTAS

- 12.1. O Fundo emitirá, para distribuição pública, uma classe, em série única de até 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Quotas Seniores, mediante preenchimento do respectivo Suplemento, na forma do Anexo I a este Regulamento.

12.1.1 As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- I. prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas Mezanino e às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;
- II. Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais);
- III. seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no item 13.4 abaixo;
- IV. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observadas as disposições deste Regulamento, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto; e
- V. o valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Sênior no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

12.1.2 Fator *Spread* das Quotas Seniores, conforme indicado no respectivo Suplemento, será apurado por instituição financeira integrante do sistema



de distribuição de títulos e valores mobiliários, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Colocação.

12.1.3 As Quotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Quotas Subordinadas Junior e as Quotas Subordinadas Mezanino, de forma que o Fundo atenda, na forma prevista no Regulamento, aos Índices de Cobertura. Na hipótese de durante o período de distribuição não serem subscritas e integralizadas Quotas Subordinadas Junior e Quotas Subordinadas Mezanino em montante que permita a subscrição e distribuição do montante de Quotas Seniores estabelecido neste item 12.1, o saldo de Quotas Seniores excedente ao número de Quotas Seniores passíveis de subscrição e distribuição será cancelado pelo Administrador independentemente de deliberação pela Assembleia Geral. As Quotas Seniores passíveis de subscrição sem a violação dos Índices de Cobertura que não forem colocadas junto a investidores serão integralmente subscritas pelos Coordenadores.

12.2 O Fundo emitirá duas classes de quotas subordinadas, sendo: (i) até 18.000 (dezoito mil) Quotas Subordinadas Mezanino, que também serão objeto de distribuição pública; e (ii) a qualquer tempo, durante o Prazo de Duração, um número indeterminado de Quotas Subordinadas Junior, que não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas pela Cedente e/ou suas Partes Relacionadas.

12.2.1 As Quotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- I. subordinam-se apenas às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- II. serão amortizadas e resgatadas conforme o item 14.3.2 abaixo e respectivo Suplemento, observada a prioridade das Quotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nos termos do item 18.4 abaixo e/ou no término do Prazo de Duração;
- III. um Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais); e
- IV. seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no item 13.5 abaixo;
- V. observado o disposto no item 24 abaixo, direito de votar nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto;
- VI. ressalvada a preferência das Quotas Seniores, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinada Mezanino;



VII. o valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Subordinado Mezanino no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

12.2.2 O Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme indicado no respectivo Suplemento, será apurado por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Colocação.

12.2.3 Os termos e condições das Quotas Subordinadas Mezanino devem estar, necessariamente, previstos no respectivo Suplemento, na forma do Anexo II a este Regulamento.

12.2.4 O saldo não colocado das Quotas Subordinadas Mezanino durante o período de distribuição será cancelado pelo Administrador independentemente de deliberação pela Assembleia Geral.

12.3 As Quotas Subordinadas Junior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

I. subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino, respectivamente, para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;

II. somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nos termos do item 18.4 abaixo e/ou no término do Prazo de Duração;

III. um Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais);

IV. seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no item 13.6 abaixo;

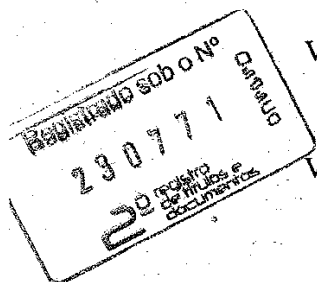
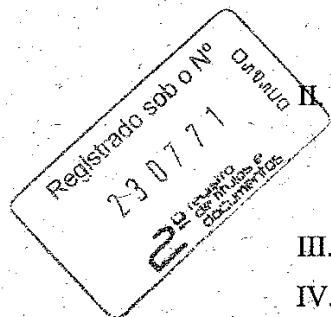
V. observado o disposto no item 24 abaixo, direito de votar nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada Junior corresponderá 1 (um) voto; e

VI. ressalvada a preferência das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Junior.

12.4 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

12.5 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação, nos termos do item 18.2 abaixo.

12.6 O somatório do valor das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.



- 12.7 O somatório do valor total das Quotas Subordinadas Junior e das Quotas Subordinadas Mezanino deverá representar, na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo, 9,20% (nove inteiros e vinte centésimos por cento).

13. EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

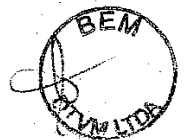
- 13.1 As Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão emitidas por seu valor calculado na forma dos itens 13.4, 13.5 e 13.6 abaixo, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen, exclusivamente na Conta Corrente Autorizada do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

- 13.1.1 Observados os termos do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, a aplicação em Quotas Subordinadas Junior poderá ser efetuada pela Cedente ou suas Partes Relacionadas também em Direitos Creditórios Elegíveis.



A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com o Administrador, observado o disposto no item 13.1 acima e as normas e regulamentos aplicáveis.

- 13.2.1 Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pelo Administrador ou pelo Custodiante nos termos deste Regulamento, quando aplicável.
- 13.2.2 O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação do Administrador, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.
- 13.3 Não serão cobradas taxas de performance, ingresso ou de saída pelo Administrador.
- 13.4 A partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo



número de Quotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread_{Sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

VQS_T valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";

VQS_{T-1} valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, VQS_{T-1} será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior;

VAE_{T-1} valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

VAP_{T-1} valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DI_{T-1} Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e

$Spread_{Sn}$ Fator *Spread* das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no respectivo Suplemento. Exemplo: Se o Fator *Spread* for 0,50% ao ano, então $Spread_{Sn} = 0,50$.

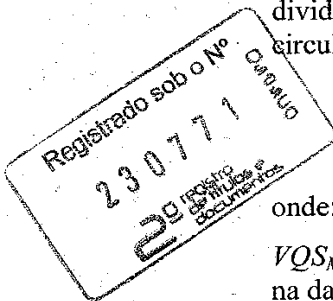
- 13.5 Nas mesmas datas de cálculo do valor unitário das Quotas Seniores, o valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino será calculado para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido subtraído do valor total das Quotas Seniores, dividido pelo respectivo número de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQSM_T = (VQSM_{T-1} - VAPM_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread_{Me}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$VQSM_T$ valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino calculado na data "T";

$VQSM_{T-1}$ valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSM_{T-1}$ será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Subordinada Mezanino;



$VAPM_{T-1}$ valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Subordinada Mezanino, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DI_{T-1} Taxa DI, referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e

$Spread_{Mz}$ Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no respectivo Suplemento. Exemplo: Se o Fator *Spread* for 3,00% ao ano, então $Spread_{Mz} = 3,00$.

13.5.1 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinada Mezanino, será utilizada, em substituição, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

13.5.2 Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral, dentro de 2 (dois) Dias Úteis, para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, o(s) respectivo(s) novo(s) parâmetro(s) a ser(em) utilizado(s) para a definição do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino. Neste caso, os titulares das Quotas Subordinadas Junior poderão sugerir parâmetro(s) alternativo(s), sendo certo, entretanto, que caso os titulares de Quotas Subordinadas Junior não concordem com o(s) novo(s) parâmetro(s) aprovado(s) na Assembleia Geral, terão o poder de vetar a adoção do(s) referido(s) parâmetro(s), observado o quorum de deliberação estabelecido no item 24.5 abaixo. Da mesma forma, caso os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino não concordem com o(s) novo(s) parâmetro(s) definido pelo titulares das Quotas Seniores para definição do valor dessa classe de Quotas, poderão vetar sua adoção, observado o quorum de deliberação estabelecido no item 24.4.2 abaixo. Até a data de deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s) será utilizada, para cálculo do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino, quando da deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s).

13.5.3 Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, definidos nos itens 13.4 e 13.5 acima, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser



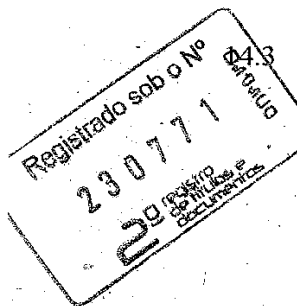
prioritariamente alocada, respectivamente, aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Cedente, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior às estabelecidas, respectivamente, nos itens 13.4 e 13.5 acima, as quais representam o limite máximo de remuneração possível para estas classes de quotas.

- 13.6 Nas mesmas datas referidas nos itens 13.4 e 13.5 acima, as Quotas Subordinadas Junior terão o seu respectivo valor unitário calculado para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este valor será equivalente à divisão do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor total das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, pelo número de Quotas Subordinadas Junior em circulação.
- 13.7 O Fundo somente poderá emitir as Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino caso atenda aos Índices de Cobertura, depois de computada, *pro forma*, às referidas emissões.

14. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS E RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE

- 14.1 Observadas as disposições deste Regulamento, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.
- 14.2 À Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão, respeitado o disposto no item 14.3 abaixo, nas datas "T" indicadas nos respectivos Suplementos ("Datas de Amortização").

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 21 abaixo, e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua Disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Seniores e, posteriormente, desde que respeitado, *pro forma*, o Índice de Cobertura Sênior, à Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as seguintes fórmulas:



14.3.1 para Quotas Seniores:

$$VAP_T = VQS_T - ([R\$1.000] - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

VAP_T valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

VQS_T valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

SAM_{T-1} somatório de AM_T efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$ somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

PPS_T percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento.

AM_T AMT apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [R\$1.000] \times PPS_T$$

14.3.2 para as Quotas Subordinadas Mezanino:

$$VAPM_T = VQSM_T - ([R\$1.000] - SAMM_{T-1}) + AMM_T,$$

onde:

$VAPM_T$ valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Subordinada Mezanino na Data de Amortização "T";

$VQSM_T$ valor unitário da Quota Subordinada Mezanino na Data de Amortização "T";

$SAMM_{T-1}$ somatório de AMM_T efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Subordinada Mezanino até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

PPM_T percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento;

AMM_T AMM_T apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AMM_T = [R\$1.000] \times PPM_T$$



14.3.3 As Amortizações Periódicas das Quotas Subordinadas Mezanino serão realizadas desde que respeitado, *pro forma*, o Índice de Cobertura Sênior.

14.3.4 Na hipótese de diferimento do pagamento de qualquer Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino devido ao não atendimento do Índice de Cobertura Sênior, o pagamento será feito em data posterior, assim que for verificado o atendimento, *pro forma*, do Índice de Cobertura Sênior. Neste caso, para efeitos de cálculo do valor a ser pago a título de Amortização Periódica será aplicada a fórmula do item (b) acima considerando a data do efetivo pagamento como data "T".

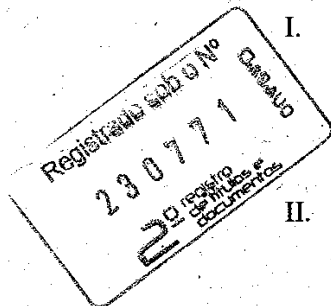
14.3.5 Na sequência da ocorrência de um diferimento no pagamento da Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, o Administrador verificará o Índice de Cobertura Sênior diariamente até que o pagamento da referida Amortização Periódica seja realizado.

14.4 Sempre que o Fundo deixar de atender à Alocação Mínima, apurada diariamente pelo Administrador, o Fundo deverá promover a amortização compulsória de parcela do valor das Quotas Seniores, de forma que, computada, *pro forma*, a referida amortização, o Fundo volte a atender à Alocação Mínima, sempre observado o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura, na forma do item 20 abaixo.

14.5 Os titulares das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

14.6 O Administrador deverá constituir reserva monetária ("Reserva de Amortização e Resgate") formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento (i) do valor de integralização das Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo ("Disponibilidades"), destinada ao pagamento da próxima Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino ou do resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso, de acordo com o cronograma abaixo:

- I. até 30 (trinta) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 30% (trinta por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino; e
- II. até 10 (dez) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização e até 10 (dez) Dias Úteis antes das Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino.



14.6.1 Na determinação dos montantes a serem segregados na Reserva de Amortização e Resgate, será sempre considerado o valor integral estimado da próxima Amortização Periódica na respectiva Data de Amortização, sendo o Fator *Spread* das Quotas Seniores e o Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino aplicados, neste caso, sobre a Taxa DI Futura para o cálculo do rendimento projetado.

14.7 Observado o disposto neste item 14, as aplicações financeiras dos recursos segregados na Reserva de Amortização e Resgate deverão ser realizadas, preferencialmente, por períodos completos compreendidos entre a data em que os recursos transferidos à Reserva de Amortização e Resgate estiverem disponíveis para aplicação e, para fins de resgate da respectiva aplicação financeira, as Datas de Disponibilidade. Tais aplicações financeiras não poderão ter data de resgate posterior à Data de Disponibilidade (inclusive).

14.8 A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, 10 (dez) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou 10 (dez) Dias Úteis antes das Datas de Resgate, conforme o caso, ("Data de Verificação de Amortização"), o Custodiante, por ordem e conta do Fundo, verificará se o saldo da Reserva de Amortização e Resgate atende ao disposto no item 14.6 acima.

14.8.1 Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate não atender ao disposto no item 14.6 acima, o Custodiante comunicará imediatamente o fato ao Administrador que deverá, a partir da respectiva Data de Verificação de Amortização, inclusive, (i) interromper a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, e (ii) destinar todas as Disponibilidades para recomposição da Reserva de Amortização e Resgate, até que esta atenda ao disposto no item 14.6 acima. Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate atender ao disposto no item 14.6 acima, o valor excedente da Reserva de Amortização e Resgate será destinado à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

14.8.2 Para verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate, serão considerados (i) o saldo dos recursos financeiros ali segregados; e (ii) o valor de resgate dos investimentos realizados com tais recursos, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos respectivos investimentos. No caso de aplicações financeiras remuneradas a taxas pré-fixadas, será considerado o valor de resgate das respectivas aplicações, e no caso das aplicações financeiras remuneradas a taxas pós-fixadas, serão consideradas (i) a taxa de remuneração da respectiva aplicação no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Verificação de Amortização; e/ou (ii) a variação diária de quota de fundo de investimento, projetando-se as mesmas até a respectiva Data de Disponibilidade.



15. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

15.1 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 21 abaixo, o Administrador deverá, conforme o caso, transferir ou creditar, na Data de Disponibilidade, as Disponibilidades (i) segregadas na Reserva de Amortização e Resgate; (ii) depositadas na Conta Corrente Autorizada do Fundo; sendo que as verbas ali creditadas serão transferidas aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nas respectivas Datas de Amortização ou Datas de Resgate, conforme o caso, no montante apurado conforme os itens 13.4, 13.5 e 14.3 acima.

15.1.1 O Administrador efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen.

15.1.2 Os recursos depositados nas Contas Correntes Autorizadas do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador no Dia Útil imediatamente anterior ao da realização do referido pagamento.

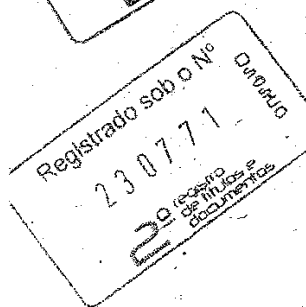
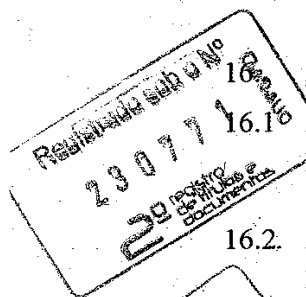
15.1.3 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 21 abaixo, os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no item 18.4 abaixo, mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior em circulação, conforme o caso.

15.1.4 Caso a Data de Disponibilidade não seja um Dia Útil, tais recursos deverão estar disponíveis até o 1º (primeiro) Dia Útil anterior. Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, o Administrador efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem a incidência de qualquer acréscimo aos valores devidos.

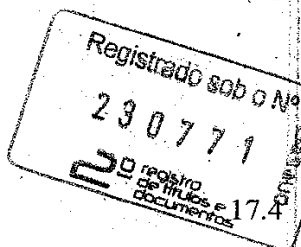
REGISTRO PARA NEGOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no MDC da CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica dessas quotas.

16.2. As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para negociação no SFF da CETIP e, a critério do Administrador, no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.



- 16.2.1 Caso as Quotas Seniores e/ou as Quotas Subordinadas Mezanino sejam registradas nos termos do item 16.2 acima, caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.
- 16.3 Na hipótese de negociação de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino em entidade integrante do mercado secundário, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista observará os procedimentos estabelecidos pela respectiva entidade de mercado de balcão organizado em que as Quotas estejam admitidas à negociação, observando-se que o intermediário deverá verificar a condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.
17. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO
- 17.1 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.
- 17.2 Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.
- 17.3 Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos integrantes da carteira do Fundo deverão ser integralmente provisionados no 20º (vigésimo) dia após o respectivo vencimento, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, acrescido dos rendimentos auferidos.
- 17.4 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Administrador e aceitos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.
- 17.4.1 Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.
- 17.5 As perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das mesmas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.



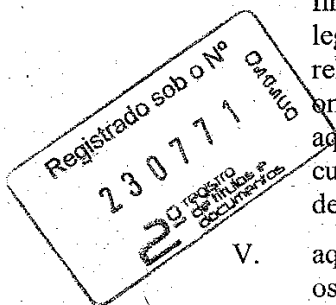
17.6 É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras do Fundo, de informações que abranjam, além daqueles previstos na Instrução CVM 356/01 e demais legislação e regulamentação aplicáveis, os seguintes aspectos:

- (i) atendimento, pelo Fundo, aos Índices de Cobertura, nos termos deste Regulamento, e à Alocação Mínima, no período a que se referirem as respectivas demonstrações financeiras; e
- (ii) comportamento e perfil de inadimplência dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

18. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

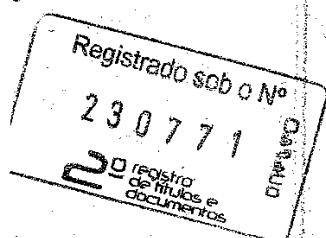
18.1 São considerados eventos de avaliação do Fundo ("Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- II. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do prazo do recebimento da referida notificação;
- III. criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- IV. ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do País ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar o curso normal das aquisições de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e o cumprimento de suas obrigações perante os Quotistas nos termos deste Regulamento;
- V. aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, em percentual superior a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido, conforme



vier a ser apurado pela Empresa de Auditoria, de forma cumulativa, desde a primeira Data de Aquisição e Pagamento;

- VI. não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Amortização e Resgate, em 2 (duas) Datas de Verificação de Amortização consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação de Amortização alternadas;
- VII. caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- VIII. amortização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior em desacordo com o disposto no Regulamento;
- IX. rescisão do Contrato de Custódia nos termos do referido instrumento;
- X. ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão;
- XI. não observância, por parte da Cedente, dos deveres e obrigações previstos no Contrato de Cobrança;
- XII. se, por 2 (duas) vezes consecutivas ou 3 (três) vezes alternadas, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo eventualmente pagos pelos Clientes diretamente à Cedente, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, mediante informação disponibilizada pela Cedente, conforme disposto no Contrato de Cessão, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura, não obstante a obrigação assumida pela Cedente de transferi-los ao Fundo nos termos da alínea (v), da Cláusula 8 do Contrato de Cessão;
- XIII. se, por 2 (duas) vezes consecutivas ou 3 (três) vezes alternadas, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, venha a ser recusado pelo respectivo Cliente em virtude (1) de rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, e/ou (2) do não recebimento dos Produtos, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, mediante informação disponibilizada pela Cedente, conforme disposto no Contrato de Cessão, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura;



XIV. se, por 2 (duas) vezes consecutivas ou 3 (três) vezes alternadas, os Direitos Creditórios Permutáveis aceitos como Contraprestação, pela Cedente, nos termos da Cláusula 6.2, item (i), do Contrato de Cessão, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, for igual ou superior a 12% (doze por cento) do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura; e

XV. não realização da Amortização Extraordinária das Quotas Seniores, nos termos previstos no item 19 abaixo.

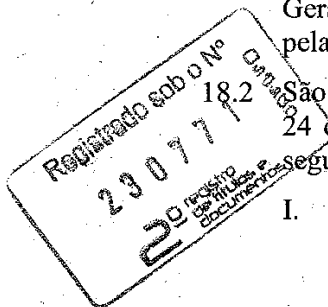
18.1.1 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador comunicará os Quotistas acerca do fato, nos termos do item 27.1 abaixo, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso.

18.1.2 O Administrador convocará, no Dia Útil subsequente ao dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo. Neste caso, o Administrador, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembleia Geral. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos nos item 18.2.1, 18.2.2 e 18.2.3 abaixo.

18.1.3 Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no item 18.1.2 acima, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação antecipada do Fundo.

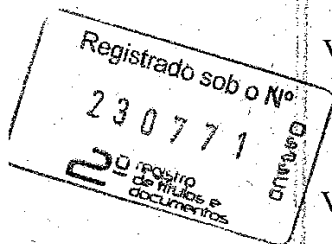
18.2 São considerados eventos de liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356/01 ("Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. não pagamento, em até 3 (três) Dias Úteis contados das Datas de Amortização e/ou das Datas de Resgate, do valor da Amortização Periódica e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino;
- II. cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua



substituição por outra instituição, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;

- III. caso não seja determinado pelos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, e devidamente aprovado pelos titulares das Quotas Subordinadas Junior, novo(s) parâmetro(s) de apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, na Assembleia Geral a ser realizada conforme previsto nos itens 13.5.1 e 13.5.2 acima;
- IV. caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembleia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no item 22 abaixo, na forma ali estabelecida;
- V. resilição do Contrato de Cessão ou do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, nos termos dos referidos instrumentos;
- VI. caso a Cedente deixe de comunicar ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento desta;
- VII. caso os titulares das Quotas Seniores ou, caso aplicável, das Quotas Subordinadas Mezanino, venham a deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação nos termos do item 18.1.2 acima;
- VIII. caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.1.4 acima;
- IX. caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.3 acima;
- X. ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição do Contrato de Cessão e do Evento de Revisão previsto na Cláusula 9.1, inciso III do Contrato de Cessão;
- XI. caso o Percentual de Inadimplência alcance nível igual ou superior a 2% (dois por cento) por 2 (duas) Datas de Verificação dos Índices de Cobertura consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação dos Índices de Cobertura alternadas;
- XII. não reenquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura, observados os prazos estabelecidos no item 20 abaixo; e.
- XIII. redução de mais de 3 (três) níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores ou de mais de 2 (dois) níveis na classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino. A redução de um nível, de dois níveis ou de três níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores não caracterizará Evento de Avaliação.



Da mesma forma a redução de um nível ou de dois níveis na classificação das Quotas Subordinadas Mezanino não caracterizará Evento de Avaliação.

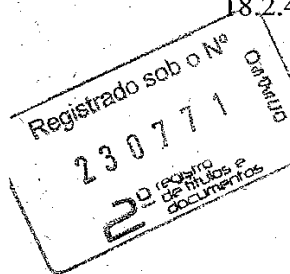
18.2.1 Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas, observado o disposto no item 27.1 abaixo; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, definidos nos itens 18.2.2 abaixo e seguintes.

18.2.2 Na ocorrência da hipótese prevista no item 18.2.1 acima e na hipótese de os Quotistas deliberarem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem acerca da interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. A instalação da referida Assembleia Geral dependerá, em primeira convocação, da presença de Quotistas representantes de 95% (noventa e cinco por cento) das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, de qualquer número de Quotistas. A deliberação da interrupção dos procedimentos de liquidação deverá observar o quorum estabelecido no item 24.4.4 abaixo. É assegurado aos titulares de Quotas Seniores, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos titulares de Quotas Seniores dissidentes, pelo seu respectivo valor, calculado de acordo com o item 13.4 acima.

18.2.3 Na hipótese de não ser aprovada a interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do item 18.2.2 acima, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

18.2.4 Observada a ordem de alocação dos recursos definida no item 21 abaixo e a deliberação dos Quotistas na Assembleia Geral referida no item 18.2.2 acima, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo (i) resiliará o Contrato de Cessão; e (ii) procederá ao resgate antecipado, total ou parcial, das Quotas Seniores, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, sendo que, quando os recursos depositados na Conta Corrente Autorizada do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (a) o valor de resgate das Quotas Seniores e (b) R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), o Administrador debitará a Conta Corrente Autorizada do Fundo.

18.3 Os procedimentos descritos no item 18.2 acima somente poderão ser interrompidos (i) após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o



Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, seguindo as mesmas prerrogativas definidas para as Quotas Seniores, e, posteriormente, das Quotas Subordinadas Junior ou (ii) mediante a deliberação de Quotistas em Assembleia Geral, nos termos do item 18.2.3 acima.

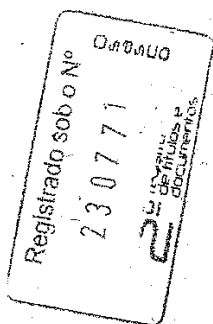
- 18.4 Caso, 60 (sessenta) dias após a última data de vencimento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no item 18.2.2 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, o Administrador realizará o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação.

- 18.4.1 Para fins do disposto no item 18.4 acima, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. O Administrador deverá notificar os Quotistas, na forma do item 27.1 abaixo, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas fizer jus.

- 18.4.2 Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em circulação.

19. AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

- 19.1 O Administrador, a seu exclusivo critério e sem que haja qualquer imputação de qualquer multa, compensatória ou punitiva, poderá proceder à amortização antecipada, integral ou parcial das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e/ou à Alocação Mínima, observado o disposto no item 20 abaixo e no item 14.4 acima, respectivamente ("Amortização Extraordinária"). O Administrador informará imediatamente aos titulares das Quotas Seniores, por meio de comunicação aos seus representantes indicados na forma do item 13.2.1 acima ("Aviso de Amortização Extraordinária"), da realização da Amortização Extraordinária, o valor total da Amortização Extraordinária e o valor da Amortização



Extraordinária relativa as Quotas Seniores de titularidade do respectivo Quotista, conforme o caso.

19.1.1 A Amortização Extraordinária das Quotas Seniores será realizada impreterivelmente a partir do 5º (quinto) Dia Útil contado do encaminhamento do Aviso de Amortização Extraordinária, observado, no que for aplicável, o disposto nos itens 15 acima, 20 e 21 abaixo.

19.1.2 A Amortização Extraordinária beneficiará todos os titulares de Quotas Seniores sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação.

19.1.3 Na hipótese prevista no item 19.1 acima, a Amortização Extraordinária será feita, prioritariamente, sobre o valor nominal da respectiva Quota.

20. ENQUADRAMENTO AOS ÍNDICES DE COBERTURA

20.1 Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, o Administrador verificará, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, se (i) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores se encontra em um nível não inferior ao respectivo índice de cobertura ("Índice de Cobertura Sênior") e, da mesma forma, (ii) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o somatório do valor total das Quotas Seniores e do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino, calculada com cinco casas decimais, se encontra em um nível não inferior ao respectivo índice de cobertura ("Índice de Cobertura Mezanino") e, conjuntamente com o Índice de Cobertura Senior, "Índices de Cobertura", estabelecidos nas tabelas abaixo:

Índice de Cobertura Sênior	Média do Percentual de Inadimplência (MI(%))*
110%	$MI(\%) < 1,5\%$
112%	$1,5\% \leq MI(\%) < 2,0\%$
115%	$MI(\%) \geq 2,0\%$

*: MI(%) - é a média aritmética do I(%) dos últimos 3 (três) meses.

Índice de Cobertura Mezanino	Média do Percentual de Inadimplência (MI(%))*
102,041%	Não aplicável

20.1.1 A apuração do percentual de inadimplência a que se refere a tabela supra será realizada pelo Custodiante a partir da Base de Dados de acordo com a seguinte expressão ("Percentual de Inadimplência"):



$$I(\%) = \frac{D_j}{D_t}$$

onde:

$I(\%)$ é o Percentual de Inadimplência;

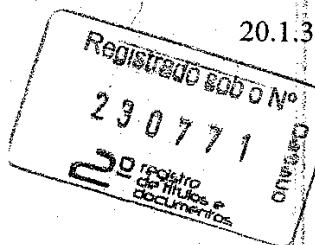
D_j é o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo vencidos e não pagos a mais de 19 (dezenove) dias na Data de Verificação dos Índices de Cobertura, acrescido do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos a mais de 19 (dezenove) dias que foram aceitos, pela Cedente, após este prazo, como Contraprestação, nos termos do Contrato de Cessão, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior; e

D_t é o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que compõem a carteira do Fundo na Data de Verificação dos Índices de Cobertura.

20.1.2 O Índice de Cobertura Senior será, obrigatoriamente, de 110% (cento e dez por cento) no período de 90 (noventa) dias contado da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, devendo, após o decurso deste prazo, ser calculado a cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura.

20.1.3 Caso, em qualquer Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o Fundo não atenda à qualquer dos Índices de Cobertura, o Administrador deverá notificar a Cedente, por meio eletrônico, de acordo com o modelo constante do Anexo I ao Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior ("Aviso de Desenquadramento"). A Cedente deverá, observado o disposto no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, devolver ao Administrador, com cópia para o Custodiante, o Aviso de Desenquadramento, indicando:

- I. que procederá à integralização de Quotas Subordinadas Junior em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis em número suficiente para (a) o reenquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura; e (b) a manutenção da totalidade de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;
- II. que procederá à integralização parcial de Quotas Subordinadas Junior em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis, hipótese em que será reduzido, mediante Amortização Extraordinária, o valor das Quotas Seniores em circulação, de modo que o Fundo atenda aos Índices de Cobertura;
- III. que não procederá à integralização de Quotas Subordinadas Junior, hipótese em que será reduzido, mediante Amortização



Extraordinária, o valor das Quotas Seniores em circulação, de modo que o Fundo atenda aos Índices de Cobertura; ou

IV. que resiliará o Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto no mesmo.

20.1.4 Na hipótese dos incisos I e II do item 20.1.3 acima, a integralização das Quotas Subordinadas Junior será efetivada na forma indicada pela Cedente e observados os procedimentos estabelecidos no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, de forma que considerada, pro forma, a integralização pretendida, o Fundo volte a atender aos Índices de Cobertura.

20.1.5 Na hipótese do inciso IV do item 20.1.3 acima, o Administrador procederá à liquidação antecipada do Fundo, conforme os procedimentos estabelecidos nos itens 18.2.1 a 18.2.4 acima.

20.1.6 Caso a Cedente não devolva o Aviso de Desenquadramento nos termos do item 20.1.3 acima, o Administrador adotará os procedimentos previstos no item 19 acima com vistas à Amortização Extraordinária das Quotas Seniores até que o Fundo volte a atender aos Índices de Cobertura.

20.2 Caso, em qualquer Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o resultado da relação a que se refere o item (ii) do item 20.1 acima seja superior ao Índice de Cobertura Mezanino ("Excesso de Cobertura"), o Fundo deverá aplicar o valor correspondente ao Excesso de Cobertura para:

- I. adquirir Direitos Creditórios Elegíveis ou Ativos Financeiros, nos termos do item 6.1 acima; e
- II. desde que o Índice de Cobertura Mezanino seja maior que 102,881%, amortizar as Quotas Subordinadas Junior em montante tal que, após referida amortização, o Índice de Cobertura Mezanino seja igual ou maior que 102,249%.

20.2.1 O Fundo somente procederá à amortização das Quotas Subordinadas Junior, conforme estabelecido no inciso II acima, desde que atenda, pro forma, ao Índice de Cobertura Sênior.



ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

21.1 Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- I. pagamento dos Encargos do Fundo;
- II. formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário



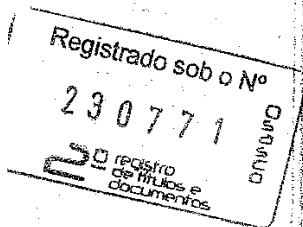
imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;

- III. devolução aos titulares de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do item 22 abaixo, por meio do resgate ou amortização de Quotas Seniores, na proporção de suas respectivas contribuições;
- IV. constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Seniores, observado o disposto no item 14 acima;
- V. pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- VI. constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Subordinadas Mezanino, observado o disposto no item 14 acima;
- VII. pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Mezanino;
- VIII. pagamento do Preço de Aquisição;
- IX. formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- X. pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

22. CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS DO FUNDO

22.1 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, observado o disposto no Item 22.2 abaixo, não estando a Cedente, o Administrador, o Gestor ou o Custodiante de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Cedente, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou da Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no item 22.2 abaixo.

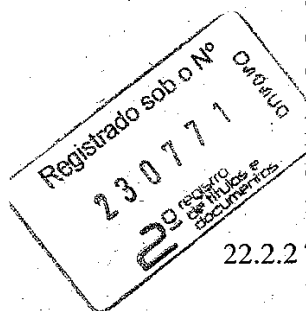
22.2 As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite, por



exercício anual do Fundo, de R\$93.000,00 (noventa e três mil reais), o qual será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da 1ª Data de Emissão, pela variação acumulada do IGP-M. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, hipótese em que os titulares das Quotas Seniores aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de Quotas Seniores, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação. Caso os titulares das Quotas Seniores decidirem por não aportar tais recursos, os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim poderão decidir por fazê-lo, hipótese em que os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de Quotas Senior, considerando o valor da participação de cada Quotista Mezanino no valor total das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo nos termos acima serão reembolsados por meio do resgate ou amortização das Quotas Seniores então integralizadas, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento e observado o disposto no item 21 acima. Não obstante o acima disposto, os titulares de Quotas Seniores e os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino poderão, em comum acordo, decidir por aportarem conjuntamente a parcela necessária para os fins acima mencionados, na proporção das respectivas participações no Fundo.

22.2.1 Fica, desde já, estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item 22.2 acima; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo, direto ou indireto, sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste item 22.

22.2.2 Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do item 22.2 acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o

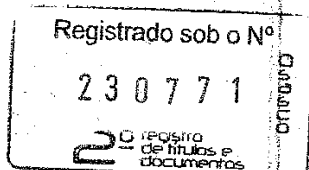


contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

23. CUSTODIANTE

23.1 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia e neste Regulamento, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- I. zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão, que sejam de sua responsabilidade;
- II. receber e fazer a guarda e custódia física, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados;
- III. receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria e encerramento do exercício de balanço, por parte do Administrador, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
 - (i) extratos da Conta Corrente Autorizada do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante nas Contas Correntes Autorizadas da Cedente;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- IV. sistematizar e organizar, em ordem cronológica, a documentação referida na alínea (ii) acima identificada por Cliente;
- V. efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a estes ativos;



- VI. receber e realizar a Cobrança Bancária, por si ou terceiros contratados para este fim, dos valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, bem como efetuar a liquidação física e financeira destes, nos termos do Contrato de Custódia;
- VII. efetuar o controle do fluxo de caixa do Fundo, com registro dos respectivos lançamentos em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;
- VIII. efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, de acordo com as instruções do Administrador, nos termos da legislação aplicável;
- IX. verificar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem ofertados pela Cedente ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade a cada cessão, com base em arquivos eletrônicos enviados pela Cedente;
- X. informar à Agência de Classificação de Risco, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência (i) de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e (ii) o descumprimento, pelo Administrador, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão ou no Contrato de Custódia ou no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior;
- XI. notificar o Administrador, no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar da ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pela Cedente, de suas obrigações originárias do Contrato de Cessão, do Contrato de Custódia ou do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior; e
- XII. monitorar, por amostragem estatística trimestral, a existência do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos estabelecidos no item 23.1.1 abaixo.

23.1.1 A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos do item XII do item 23.1 acima será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n = \frac{N \times \frac{1}{E_0^2}}{N + \frac{1}{E_0^2}}$$

onde:

E_0

Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será de 10,0% (dez por cento), considerando principalmente os



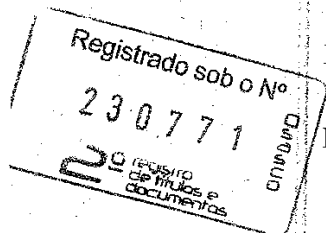
seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade da Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e

N

tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

23.2 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem do Administrador:

- I. a abrir e movimentar, em nome do Fundo, (i) as Contas Correntes Autorizadas do Fundo; (ii) as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- II. a dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros; e
- III. a efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto e observado o disposto no item 21 acima.



24. ASSEMBLEIA GERAL

24.1 Sem prejuízo das demais competências previstas neste Regulamento, a Assembleia Geral compete privativamente, observados os respectivos quora de deliberação definidos neste Regulamento:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- II. alterar o Regulamento;
- III. deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco;
- IV. deliberar sobre a elevação da taxa de administração e encargos cobrados pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução;



- V. deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração; e
- VI. deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

24.1.1 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes ou entidades de mercado de balcão organizado em que as Quotas do Fundo sejam admitidas à negociação, bem como de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contado da divulgação do fato aos Quotistas.

24.2 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, no mínimo, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou correio eletrônico enviados aos representantes dos Quotistas indicados na forma do item 13.2.1 acima, e, a critério do Administrador, por meio de aviso publicado no periódico mencionado no item 27.1 abaixo, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

24.2.1 A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

24.2.2 A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

24.2.3 A presidência da Assembleia Geral caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Administrador; ou (ii) ao Quotista eleito pelos titulares das Quotas Seniores presentes, ou, na sua ausência, dos Quotistas Subordinados Mezanino presentes.

24.2.4 Sem prejuízo do disposto no item 24.2.5 abaixo, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias



Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

24.2.5 Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

24.3 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

24.4 Ressalvado o disposto nos itens 24.4.1 a 24.4.4 abaixo e no item 24.5 abaixo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pela maioria dos votos dos titulares das Quotas presentes à Assembleia Geral.

24.4.1 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem:

I. 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação, para alteração dos itens 8 (Critérios de Elegibilidade), 12 (Quotas), 13 (Emissão, Integralização e Valor das Quotas) e 14 acima (Amortização e Resgate), deste inciso I e do inciso II abaixo;

II. 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação para:

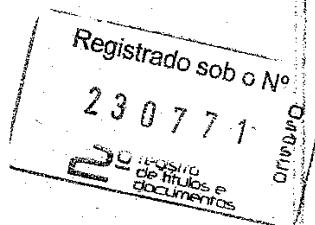
(a) a aprovação de alteração dos quora de instalação ou deliberação estabelecidos neste Regulamento, ressalvado o disposto no inciso I acima;

(b) a aprovação de alteração dos itens 6 (Objetivo do Fundo e Política de Investimento), 18 (Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação), 19 (Amortização Extraordinária), 20 (Índices de Cobertura) e 21 acima (Ordem de Alocação de Recursos); e

(c) a aprovação para a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão, exceto no caso de aditamento para inclusão de nova Cedente, nos termos do item 8.1.3 acima.

III. mais da metade das Quotas Seniores em circulação para a deliberação a que se refere o item 22.2 acima (aporte adicional de recursos);

IV. mais da metade das Quotas Seniores em circulação para a qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada; e



- V. mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral para aprovação de qualquer matéria de interesse dos titulares de Quotas Seniores para o qual não exista outro quorum previsto no presente Regulamento.

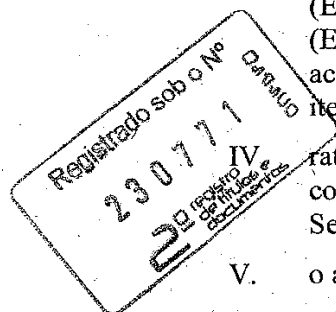
24.4.2 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem mais da metade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação para:

- I. as deliberações a que se referem os itens 5.3.2 (direito de voto das Quotas Subordinadas Mezanino), 13.5.2 (extinção da Taxa DI) e 22.2 acima (aporte adicional de recursos);
- II. a aprovação para a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão que importe em alteração às Cláusulas 1.3 (promessa de cessão de Direitos Creditórios em quantidades mínimas), 6 (Preço de Aquisição) e 9.2 (Eventos de Resilição) do Contrato de Cessão;
- III. a aprovação de alterações nos itens 8 (Critérios de Elegibilidade), 9.1 (inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes), 12.2 (emissão de Quotas Subordinadas e características das Quotas Subordinadas Mezanino), 12.3 (características das Quotas Subordinadas Junior), 13.5 (valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.1 (resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.2 (Datas de Amortização), 14.3.2 (amortização das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.4 (amortização compulsória de Quotas Seniores), 14.5 (amortização e resgate de Quotas limitadas às hipóteses previstas no Regulamento), 14.6 (Reserva de Amortização e Resgate), 14.8 (Data de Verificação de Amortização), 17.3 (critério de provisionamento dos Direitos Creditórios), 17.5 (perdas e provisões com Ativos Financeiros), 18.1 (Eventos de Avaliação), 18.2 (Eventos de Liquidação), 20.1 (Índices de Cobertura), 20.2 (Excesso de Cobertura), 21.1 (ordem de alocação de recursos), 24.5 acima (direitos de voto das Quotas Subordinadas Junior) e neste item 24.4.2;

- IV. ratificar a deliberação de qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada, tomada pelos titulares das Quotas Seniores nos termos do inciso IV do item 24.4.1 acima; e
- V. o aumento na remuneração das Quotas Seniores.

24.4.3 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão de votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas presentes:

- (i) deliberações a que se referem os itens 4.1.4, 4.2 e 4.3 acima (substituição ou renúncia do Administrador);



(ii) aprovação de alteração ao item 11 acima (Taxa de Administração e Encargos do Fundo); e

(iii) aprovação de incorporação, fusão, cisão ou liquidação do fundo.

24.4.4 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, a interrupção dos procedimentos de liquidação a ser deliberada na Assembleia Geral prevista no item 18.2.2 acima dependerá de votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, 95% (noventa e cinco por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação 95% (noventa e cinco por cento) das Quotas presentes.

24.4.5 Para efeito da constituição de quaisquer dos quora de deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino de titularidade da Cedente e/ou de suas Partes Relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas, caso a Cedente e/ou suas Partes Relacionadas venham a ser titulares de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino.

24.5 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, a deliberação a que se refere o item 13.5.2 acima (extinção da Taxa DI), o aumento na remuneração das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, bem como aquelas que impliquem alterações: (a) dos Eventos de Avaliação; (b) dos Eventos de Liquidação; (c) do item 8 (Critérios de Elegibilidade); e/ou (d) das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Junior dependerão da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas Junior em circulação.

24.6 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quora estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

24.7 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse.

24.8 Ao tratar dos quoruns aplicáveis para a aprovação de matérias pela Assembleia Geral, as referências a itens deste Regulamento e a cláusulas do Contratos de Cessão estão acompanhadas de textos explicativos inseridos entre parênteses, os quais possuem finalidade meramente elucidativa. Havendo conflito entre tais textos explicativos e as referências a itens deste Regulamento e a cláusulas do Contratos de Cessão, deverão prevalecer as referências a tais itens e cláusulas.

25. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

25.1 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.



25.2 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- I. opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- II. demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- III. notas explicativas contendo as informações referidas no item 17.6 acima e outras informações julgadas pela Empresa de Auditoria como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

25.2.1 A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do item 5.4 acima.

25.3 O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 28 de fevereiro de cada ano.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores das disponibilidades em moeda corrente nacional, dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma do item 17 acima, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos itens 17.3 e 17.5 acima.

26.1.1 Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, da Cedente e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

27. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

27.1 A convocação de Assembleia Geral, bem como quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.

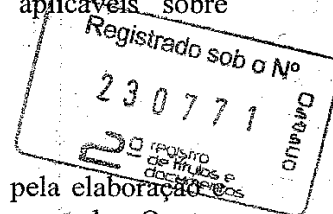
27.1.1 As publicações referidas no item 27.1 acima deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem Quotas.



- 27.1.2 Qualquer mudança no periódico referido no item 27.1 acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum residual da alínea V do item 24.4.1 acima.
- 27.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocadas à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre:
- I. o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
 - II. a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
 - III. o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo e dos Ativos Financeiros, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.
- 27.3 Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar as notas conferidas pela Agência de Classificação de Risco às Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.
- 27.4 O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:
- I. de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - II. de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.
- 27.5 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM e vem observar as regras aplicáveis sobre publicidade de informações relativas ao Fundo.

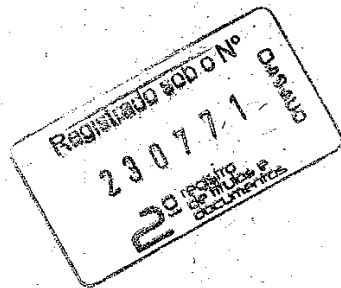
28. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

- 28.1 A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Seniores Mezanino. As classificações de risco deverão ser atualizadas, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador.
- 28.1.1 Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.



29. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 29.1 Não obstante o previsto no item 13.5.3 acima, em caso de recebimento, pelo Fundo, de quaisquer valores pagos pela Cedente a título de penalidade, conforme previsto na Cláusula 11 do Contrato de Cessão, o Administrador deverá repassar diretamente tais valores aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, na proporção das respectivas participações no Fundo.
- 29.2 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.
- 29.3 Fica eleito o foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



REGULAMENTO DO CHEMICAL IV - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO I

MODELO DE SUPLEMENTO ÚNICO - QUOTAS SENIORES

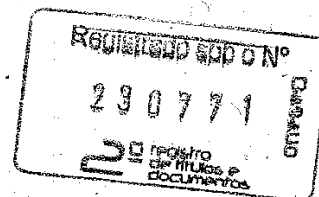
Montante das Quotas R\$227.000.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões de reais)

Quantidade de Quotas 227.000 (duzentas e vinte e sete mil)

1ª Data de Emissão: [•]

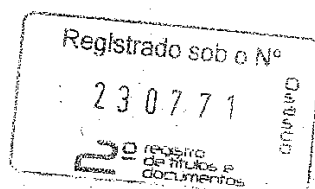
Data de Resgate: [•]

Fator Spread das Quotas [•]
Seniores:



Amortização Periódica:

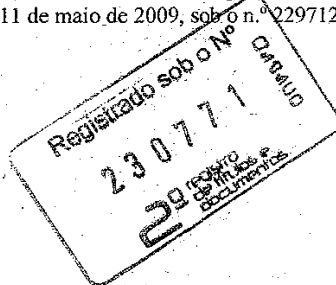
18 (dezoito) amortizações mensais, sendo que nas 6 (seis) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST) será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 13.4 do Regulamento, as 6 (seis) primeiras datas (T) representam amortização da Remuneração, não havendo, portanto, carência para o pagamento da mesma. A partir do 7º (sétimo) mês, inclusive, as 11 (onze) primeiras amortizações serão equivalentes a 8,33% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores, e a última amortização será equivalente a 8,37% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores



Data de Amortização (T)	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	0,0%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.]	8,33%
[.] (*)	8,37%

(*) Data de Resgate.

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 11 de maio de 2009, sob o n.º 229712, conforme aditado.)



REGULAMENTO DO CHEMICAL IV - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO II

MODELO DE SUPLEMENTO ÚNICO – QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

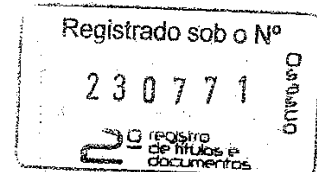
Montante das Quotas R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais)
Subordinadas Mezanino

Quantidade de Quotas 18.000 (dezoito mil)
Subordinadas Mezanino

1ª Data de Emissão [•]

Data de Resgate [•]

Fator *Spread* das Quotas [•]
Subordinadas Mezanino



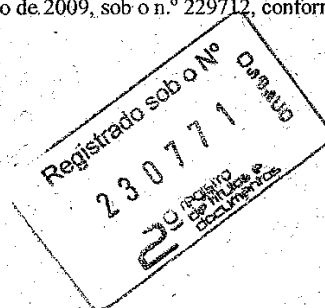
Amortização Periódica 18 (dezoito) amortizações mensais, sendo que, nas 6 (seis) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST) será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 13.5 do Regulamento, as 6 (seis) primeiras datas (T) representam amortização da Remuneração, não havendo, portanto, carência para o pagamento da mesma. A partir do 7º (sétimo) mês, inclusive, as 11 (onze) primeiras amortizações serão equivalentes a 8,33% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino, e a última amortização será equivalente a 8,37% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino:



Data de Amortização (T)	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)
[•]	0,0%
[•]	0,0%
[•]	0,0%
[•]	0,0%
[•]	0,0%
[•]	0,0%
[•]	8,33%
[•]	8,33%
[•]	8,33%
[•]	8,33%
[•]	8,33%
[•]	8,33%
[•]	8,33%
[•]	8,33%
[•]	8,33%
[•]	8,33%
[•] (*)	8,37%

(*) Data de Resgate.

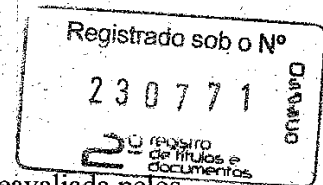
(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 11 de maio de 2009, sob o n.º 229712, conforme aditado.)



REGULAMENTO DO CHEMICAL IV - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO III

POLÍTICA DE CRÉDITO DA CEDENTE



A política de crédito da Cedente é determinada e periodicamente reavaliada pelos seus respectivos comitês de crédito que se dividem em (i) Comitê Corporativo, com funções normativas e estratégicas; e (ii) os Comitês de Alçadas, com funções operacionais.

Comitê Corporativo de Gestão de Risco de Crédito

Comitê formado pelo Diretor Presidente ("DP"), pelos responsáveis pelas Unidades de Negócios ("RUN"), pelo responsável por Finanças e Relações com Investidores ("RFRI"), pela Diretora Financeira ("DF"), pelo responsável pela Gestão de Crédito ("RGC"), pelo responsável por Apoio Funcional Jurídico ("RAFJ") e representante da área de Gestão de Riscos, que se reúnem periodicamente, tendo por objetivos:

1. atualizar permanentemente as diretrizes constantes nesta Política, analisando e aprovando propostas de alterações, contribuições e sugestões advindas da sua prática;
2. deliberar acerca de ações específicas que visem à preservação da saúde financeira da companhia, no tocante ao risco de crédito;
3. definir e acompanhar o grau de exposição ao risco da carteira de clientes;
4. acompanhar e avaliar a performance de pagamento da carteira de clientes, definindo metas de Inadimplência e Insolvência;
5. analisar e aprovar as informações sobre risco de crédito a serem incorporadas às Demonstrações Financeiras da companhia.

Comitês de Alçada

Os Comitês de Alçada são responsáveis pelas aprovações dos limites de crédito dos Clientes. As alçadas são estabelecidas levando em consideração o montante do limite de crédito a ser concedido, conforme estabelecido na tabela a seguir:



Definição dos Comitês e Participantes das Alçadas

Comitês de Alçada	AC	GC	RGC	DC+D F	RUN+ RFRI	DP
1 - Até R\$800 mil	X	X				
2 - Entre R\$800 mil e R\$5 milhões	X	X	X			
3 - Entre R\$5 milhões e R\$15 milhões	X	X	X	X		
4 - Acima de R\$15 milhões	X	X	X	X	X	
5 - Será acionada em caso de não concordância no valor de alçada	X	X	X	X	X	X

AC – Analista de Crédito, GC - Gerente de Conta , RGC - Resp. Gestão de Crédito, DC - Diretoria Comercial, DF -Diretoria Financeira, RUN - Responsável pela Unidade de Negócios, RFRI - Resp. por Finanças e Relações com Investidores, DP - Diretor Presidente.

Os Comitês de Alçada reúnem-se periodicamente de acordo com a necessidade de análise de processos de concessão de crédito.

Procedimentos para a Concessão do Crédito

O processo de concessão de crédito da Cedente inicia-se pela definição do Risco Técnico dos Clientes e determinação do Limite Técnico para a realização de compras a prazo, seguindo o seguinte fluxo:

- (i) coleta das informações cadastrais dos Clientes;
- (ii) levantamento das informações históricas e de relacionamento junto ao mercado;
- (iii) avaliação destas informações pelos gerentes comerciais e pela área de gestão de crédito;
- (iv) análise para definição do risco e limite técnico dos Clientes pela área de gestão de crédito; e
- (v) envio da análise para a definição do limite de crédito pela alçada competente.

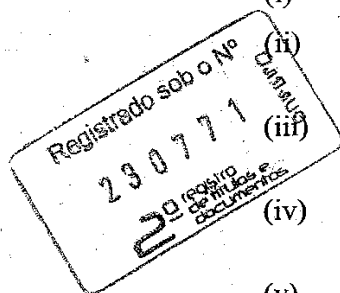
Definição do Risco Técnico dos Clientes

É composta por duas análises distintas e complementares: a qualitativa e a financeira.

Análise Qualitativa

A análise qualitativa envolve os seguintes aspectos explorando os "C's" da análise de crédito: ambiente econômico e financeiro; competência empresarial; garantias, intenção de pagamento, grupo econômico a que pertence, relacionamento com a Braskem e relatório de visita da área de crédito.

Nesta análise participa a área comercial através do Gerente Comercial e a área de crédito através do Analista de Crédito.



Análise Financeira

O resultado da análise financeira é a probabilidade de insolvência do Cliente, combinada com o resultado do score financeiro, que será obtida através da aplicação de modelos estatísticos. Essa análise será de responsabilidade da área de crédito, que também deve garantir a qualidade dos dados utilizados nos modelos.

Para a análise financeira serão utilizados os seguintes modelos:

- (i) Modelo SERASA: probabilidade de insolvência calculada e atribuída pelo SERASA (Rating/Scoring);
- (ii) Modelo Braskem: previsão de insolvência, calculado conforme modelo estatístico baseado no histórico da carteira de clientes.

A probabilidade de insolvência a ser adotada será o resultado mais conservador obtido da análise dos dois modelos.

Para análise do score financeiro se utiliza um modelo baseado em indicadores calculados dos balanços e demonstrativos de resultados das empresas.

A cada indicador foi atribuída uma nota de 1 a 5. Essa nota é definida adequando o indicador da empresa à distribuição dos indicadores de toda a base, identificando assim os padrões comparáveis de mercado.

O risco técnico final de cada cliente será a combinação da análise qualitativa, da probabilidade de insolvência e da avaliação gerada pelo *score* financeiro. Sua representação será por faixas de nível de risco de 1 a 5, conforme demonstrado na tabela abaixo:

<u>Nível de Risco</u>	<u>Grau de Risco</u>
Nível 1	Mínimo
Nível 2	Baixo
Nível 3	Médio
Nível 4	Alto
Nível 5	Muito Alto



Definição do Limite Técnico do Cliente

O limite técnico é o resultado da menor de três variáveis:

- (i) necessidade de crédito do cliente – onde se aplica um percentual de 12% sobre o faturamento anual líquido dos clientes. Este indicador foi definido estimando-se, através de regressão estatística, o histórico de volume de crédito utilizado pelos clientes;



- (ii) capacidade de transformação do cliente – trata-se do consumo mensal máximo que o cliente pode utilizar do produto fornecido pela Cedente; e
- (iii) pleito do gerente comercial – trata-se do volume mensal máximo que o gerente negociou com o cliente.

A definição do limite técnico determina, com base nas faixas de alçadas, qual alçada aprovará o limite de crédito final.

Relação entre Risco e Limite

Depois de calculado o risco técnico este é comparado ao risco aceitável da Cedente, como uma referência para solicitação ou não de garantias sobre o limite de crédito final.

Risco Aceitável (RA)

É a perda provável máxima aceita por cliente. Foi definido com base no risco histórico da carteira e ratificada pelo comitê corporativo como nível de risco 3.

Segmentação da Carteira de Clientes

Com o objetivo de estabelecer critérios diferenciados para a análise de risco de crédito de clientes e para o gerenciamento do risco da carteira de crédito, os clientes da Braskem são segmentados das seguintes formas:

- (i) Segmentação por porte;
- (ii) Segmentação por origem de capital;
- (iii) Segmentação por área de negócio;
- (iv) Segmentação por região de atuação; e
- (v) Aplicação do cliente.



Operacionalização da liberação de crédito

Com base nos limites de crédito disponíveis são determinados os procedimentos para a liberação e operacionalização da venda a prazo.

Operações dentro do limite de crédito

Pedido de venda a prazo é liberado automaticamente pelo sistema informatizado, desde que o valor da operação não seja superior ao limite de crédito estabelecido e, ao mesmo tempo, não haja débito vencido (duplicatas e/ ou juros) há mais de 4 (quatro) dias.

Operações fora do limite de crédito

Todas as operações que excedam os limites de crédito definidos devem, obrigatoriamente, ser aprovados pelo comitê de alçada competente.

* * * *



Contrato de Cessão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

São partes deste "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"):

I. como cedente:

BRASKEM S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno 1561, e escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas 8501, 25º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 42.150.391/0001-70, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Cedente");

II. como cessionário:

CHEMICAL IV - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado de acordo com o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356"), inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 10.842.004/0001-70 ("Fundo" e, em conjunto com a Cedente, "Partes", ou, individualmente, "Parte"), neste ato representado na forma de seu regulamento por BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, neste ato representada na forma do seu contrato social ("Administrador"); e

III. como interveniente anuente:

BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Custodiante");

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Contrato que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 11 de maio de 2009, sob o n.º 229712, conforme aditado ("Regulamento").)

resolvem celebrar este Contrato, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

1. PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS
 - 1.1 A Cedente declara e assegura que é legítima e única titular dos direitos creditórios que detém e que venha a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes, representadas por Notas Fiscais Faturas, conforme o modelo constante do Anexo I a este Contrato de Cessão ("Direitos Creditórios"), cujas duplicatas de venda mercantil ("Duplicatas") serão transmitidas por meio eletrônico, conforme arquivo cujo *layout* consta do Anexo II a este Contrato de Cessão, observado que eventuais alterações do referido *layout* serão definidas de comum acordo entre as Partes e incorporadas a este Contrato de Cessão mediante correspondência, constituindo-se, a partir de então, o novo *layout* no Anexo II a este Contrato de Cessão.
 - 1.2 A Cedente, neste ato e em regular forma de direito, promete, em caráter irrevogável e irretratável, ceder ao Fundo os Direitos Creditórios, representados pelas Duplicatas, e o Fundo se obriga a adquiri-los de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato de Cessão e no Regulamento.
 - 1.3 Para os fins da Cláusula 1.2 acima, a Cedente obriga-se, também em caráter irrevogável e irretratável, a oferecer, contínua e prioritariamente ao Fundo, observada a prioridade previamente estabelecida quando da constituição do Chemical III – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, Direitos Creditórios, para que o Fundo os adquira em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita ao Administrador manter o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e à Alocação Mínima, sem prejuízo do disposto na Cláusula 10 abaixo, assim como de qualquer outro direito, faculdade ou prerrogativa da Cedente estabelecidos neste Contrato de Cessão.
 - 1.4 As Duplicatas serão cobradas pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, diretamente ou por meio de outras instituições financeiras habilitadas pela Cedente que vierem a ser contratadas pelo Custodiante, com a interveniência do Fundo e da Cedente, para proceder à Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária ("Bancos Cobradores"), por meio de bloqueto de cobrança ("Aviso de Vencimento"), conforme modelos constantes do Anexo III a este Contrato de Cessão, observado que eventuais alterações dos referidos modelos serão definidas de comum acordo entre as Partes e incorporadas a este Contrato de Cessão mediante correspondência, constituindo-se tais modelos, a partir de então, no Anexo III a este Contrato de Cessão.
 - 1.5 Para os fins do artigo 290 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, do Brasil ("Código Civil"), o Aviso de Vencimento servirá como notificação aos Clientes acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e será emitido, pelo Custodiante ou diretamente

- pelos Bancos Cobradores, com as seguintes mensagens, em destaque, no campo apropriado: "DIREITO DE CRÉDITO CEDIDO AO CHEMICAL IV - FIDC" e "PAGÁVEL SOMENTE EM BANCO". Nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária, o pagamento das Duplicatas referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo será diretamente direcionado para a conta corrente do Fundo que vier a ser indicada pelo Administrador.
- 1.6 A Cedente, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes. A Cedente é responsável pela originação, existência, correta constituição e formalização, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios cedidos com a característica de títulos executivos extrajudiciais, nos termos do Regulamento e deste Contrato de Cessão.
- 1.7 A obrigação do Fundo de adquirir Direitos Creditórios nos termos deste Contrato de Cessão, observada a existência de recursos e a ordem de alocação de recursos estabelecida no item 21 do Regulamento, é condicionada ao integral cumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão.
- 1.8 Os Direitos Creditórios compreendem, além do direito de crédito decorrente do financiamento da venda mercantil a prazo, todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como reajustes monetários, juros e encargos, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes à Cedente.

2. DECLARAÇÕES DAS PARTES

- 2.1 A Cedente declara e assegura ao Fundo e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato de Cessão e em cada Data de Aquisição e Pagamento (conforme abaixo definido) que:
- (i) é uma companhia validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação das sociedades por ações em vigor e com as normas da CVM em vigor aplicáveis às companhias abertas;
 - (ii) a celebração deste Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão, a assunção e o cumprimento das obrigações deles decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos Creditórios e à outorga de mandatos, não dependem e não dependerão de quaisquer autorizações dos seus órgãos deliberativos e executivos (assembleia geral, conselho de administração e diretoria), assim como de qualquer deliberação prévia de acionistas exigível por força de acordos de acionistas eventualmente arquivados em sua sede;
 - (iii) os seus representantes legais que assinam este Contrato de Cessão e os Termos de Cessão têm e terão poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos

termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram e terão os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor por ocasião das respectivas assinaturas;

- (iv) os Direitos Creditórios prometidos à cessão ao Fundo (a) foram devidamente constituídos de acordo com a legislação brasileira, são de sua legítima e exclusiva titularidade, não estão passíveis a quaisquer discussões comerciais, e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão prometida e o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por este adquiridos; (b) são representados por Documentos Comprobatórios (conforme definido no item 4.7 abaixo); (c) não foram objeto de cessão a terceiros; e (d) referem-se a Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados pela Cedente;
- (v) os Direitos Creditórios prometidos à cessão ao Fundo não foram objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Clientes e/ou por quaisquer terceiros, que possa, direta ou indiretamente, comprometer a sua característica de títulos líquidos, certos e exigíveis;
- (vi) os respectivos instrumentos contratuais por meio dos quais os Direitos Creditórios foram constituídos não têm qualquer restrição, proibição ou condição para a realização da cessão dos Direitos Creditórios objeto do presente Contrato de Cessão;
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato de Cessão;
- (viii) os Direitos Creditórios prometidos à cessão ao Fundo não estão sujeitos a qualquer desconto, abatimento, compensação e/ou dedução de qualquer natureza pelo respectivo Cliente, quando da cessão ao Fundo;
- (ix) não há quaisquer protestos legítimos de títulos contra a Cedente, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), que será atualizado na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato de Cessão, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de protesto, a Cedente tiver comprovado ao Administrador que (a) o

protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;

- (x) seu sistema eletrônico para emissão de Notas Fiscais Fatura e Duplicatas dispõe de controles que não permitem a emissão sem lastro e/ou em duplicidade dos referidos documentos;
- (xi) os arquivos preparados de acordo com o modelo constante do Anexo II a este Contrato de Cessão e enviados por meio eletrônico ou magnético ao Custodiante não são e não serão emitidos sem a correspondente operação mercantil subjacente e não são e não serão passíveis de envio em duplicidade para o Custodiante e/ou para terceiros;
- (xii) seus auditores independentes efetuam a revisão limitada trimestral e auditoria anual da conciliação, elaborada pela Cedente, do saldo contábil com o saldo de contas a receber relativo a todas as suas vendas a prazo;
- (xiii) a celebração deste Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, ou a constituição em mora, ou o vencimento antecipado de quaisquer obrigações assumidas pela Cedente decorrentes de (a) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Cessão, dos quais a Cedente seja parte ou aos quais esteja vinculada, a qualquer título, qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Direitos Creditórios; (b) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Cedente, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e (c) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Cedente, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade;
- (xiv) exceto pelo registro deste Contrato de Cessão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, e pela notificação aos Clientes a ser realizada por meio dos Avisos de Vencimento, nos termos da Cláusula 1.2 acima, a Cedente não está sujeita a qualquer norma legal, regulamentar ou disposição contratual que a obrigue a notificar, arquivar, registrar ou obter qualquer tipo de aprovação ou autorização de qualquer autoridade, credor ou contraparte em contratos celebrados pela Cedente, para assegurar a validade, eficácia e exigibilidade em face da Cedente das obrigações por esta assumidas nos termos deste Contrato de Cessão;

- (xv) todos os Direitos Creditórios prometidos à cessão pela Cedente (a) têm e terão origem em legítimo e efetivo financiamento à venda mercantil de Produtos, realizada com estrita observância aos procedimentos estabelecidos no Anexo IV a este Contrato de Cessão ("Procedimentos de Venda"); e (ii) foram e serão gerados pelo sistema eletrônico a que se referem os itens (x) e (xi) acima;
 - (xvi) todos os Clientes da Relação de Clientes que constitui o Anexo II ao Contrato de Custódia encontram-se por esta cadastrados e identificados pelo correspondente número de inscrição no CNPJ/MF;
 - (xvii) a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis nos termos deste Contrato de Cessão não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo entre a Cedente e o Fundo e entre a Cedente e o Custodiante, assim como entre o Fundo e os Clientes;
 - (xviii) não há em curso nenhum Evento de Revisão com relação à Cedente e não tem conhecimento da ocorrência de nenhum Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação do Fundo na data de assinatura deste Contrato de Cessão e/ou na Data de Aquisição e Pagamento, conforme o caso;
 - (xix) não há qualquer ação, demanda ou processo, administrativo ou judicial, ou ainda controvérsias, dúvidas e/ou contestações de qualquer espécie pendentes contra si, ou sobre os Direitos Creditórios e/ou no qual a Cedente esteja envolvida ou seja parte interessada, que de qualquer forma impliquem ou possam implicar impedimento à celebração do presente Contrato de Cessão;
 - (xx) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações indispensáveis ao seu funcionamento e cuja falta possa causar um impacto nas atividades da Cedente, inclusive as licenças ambientais relevantes, foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados;
e
 - (xxi) este Contrato de Cessão é, e os Termos de Cessão serão, por ocasião de sua celebração, validamente celebrados, constituindo obrigação legal, válida e vinculante, sendo exequível contra a Cedente de acordo com os seus termos.
- 2.2 O Administrador, devidamente autorizado na forma do Regulamento, declara e assegura, em nome do Fundo e, conforme o caso, em seu próprio nome, na data de assinatura deste Contrato de Cessão e em cada Data de Aquisição e Pagamento, que:
- (i) o Fundo é uma comunhão de interesses validamente constituída sob a forma de condomínio fechado, na forma da Instrução CVM 356, estando apto a cumprir as normas da CVM aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios;

- (ii) é uma instituição financeira, validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento, possuindo todas as condições técnicas e operacionais para prestar os serviços de administração do Fundo;
 - (iii) a celebração deste Contrato de Cessão e a assunção e o cumprimento das obrigações deste decorrentes, assim como dos demais instrumentos legais relacionados com a promessa de cessão de Direitos Creditórios ora avençada, estão devidamente autorizados pelo Regulamento, e/ou pelos atos constitutivos do Administrador, conforme o caso;
 - (iv) os representantes legais do Fundo e do Administrador que assinam este Contrato de Cessão e os Termos de Cessão têm e terão poderes regulamentares e estatutários para tanto, assim como para assumir, em nome próprio ou por conta e ordem do Fundo, as obrigações deste decorrentes;
 - (v) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados e seus livros contábeis estão regularmente abertos e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, estando, também, devidamente atualizados; e
 - (vi) encontra-se técnica e operacionalmente habilitado e autorizado a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável.
3. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE
- 3.1 O Custodiante, por ordem e conta do Fundo, somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios se estes atenderem, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade ("Crítérios de Elegibilidade"):
- (i) sejam créditos em reais representados por Duplicatas transmitidas ao Custodiante por meio eletrônico ou magnético, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
 - (ii) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, resultar em valor igual ou inferior a 3% (três por cento);

- (iii) não tenham data de vencimento original inferior a 9 (nove) dias contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento e superior a 90 (noventa) dias contados da data de saque das respectivas Duplicatas, observado que não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis cuja data de vencimento original das respectivas Duplicatas seja posterior (a) ao encerramento do Prazo de Duração ou (b) à última Data de Resgate de Quotas em circulação; e
- (iv) sejam representados por Duplicatas sacadas contra Cliente que, cumulativamente, na Data de Aquisição e Pagamento:
 - (a) conste da Relação de Clientes;
 - (b) não tenha efetuado o pagamento de Direitos Creditórios em montante superior a 15% (quinze por cento) do total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, entre a 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores e a Data de Aquisição e Pagamento, com atraso superior a 15 (quinze) dias, contados da data de vencimento das respectivas Duplicatas, tudo de acordo com a Base de Dados;
 - (c) não seja devedor de Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido há mais de 30 (trinta) dias;
 - (d) não tenha registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, pela Cedente ou por terceiros, ainda que na condição de garantidores, cujo valor do somatório destes títulos protestados seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para os Clientes, atualizado anualmente pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pela variação do IGP-M; e
 - (e) não tenha processo de falência ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si.
- 3.2 Na hipótese de aquisição de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 5.2, 5.3 e 5.4 abaixo.
- 3.3 A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos deste Contrato de Cessão e do Regulamento, será definitiva.
- 3.4 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.2 acima, os Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Fundo nos termos deste Contrato de Cessão que, por qualquer razão e a qualquer tempo, após a respectiva aquisição, deixem de atender aos Critérios de Elegibilidade, não poderão ser reclamados, a qualquer título, pelo Fundo perante a Cedente.

4. FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E CUSTÓDIA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

- 4.1 A Cedente, na data em que ofertar Direitos Creditórios ao Fundo, deverá enviar ao Custodiante, até as 15h (quinze horas), arquivo em formato eletrônico contendo as informações relativas aos Direitos Creditórios Elegíveis ofertados para cessão ao Fundo.
- 4.2 O Administrador deverá informar à Cedente, mediante envio de correio eletrônico, o montante de recursos disponíveis para aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo.
- 4.3 A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente para o Fundo será considerada formalizada na data (i) da confirmação, pelo Custodiante, do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade; e (ii) do pagamento do Preço de Aquisição ("Data de Aquisição e Pagamento").
- 4.4 Na Data de Aquisição e Pagamento, o Custodiante enviará ao Fundo e à Cedente, por meio eletrônico, relatório de cessão preparado na forma do modelo constante do Anexo V a este Contrato de Cessão ("Termo de Cessão"). As rotinas e procedimentos operacionais relativos ao envio e recebimento dos Termos de Cessão são aqueles estabelecidos no Contrato de Custódia, observado que a Cedente e o Fundo deverão assinar, no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, os Termos de Cessão com a relação aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo no mês anterior ao da respectiva assinatura.
- 4.5 Ressalvado o disposto na Cláusula 5.1 abaixo, a cessão formalizada será irrevogável e irretroatável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente, da plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes à Cedente.
- 4.6 Para fins de atendimento do artigo 290 do Código Civil, a notificação aos Clientes observará o disposto na Cláusula 1.5 acima.
- 4.7 O Fundo, por intermédio do Custodiante, neste ato, constitui a Cedente como depositária, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil e sob as penas ali previstas, e a Cedente obriga-se a manter os documentos abaixo relacionados, por Direito Creditório adquirido pelo Fundo ("Documentos Comprobatórios"), nos termos do Contrato de Depósito e Outras Avenças, firmado entre a Cedente e o Custodiante, com a interveniência do Fundo ("Contrato de Depósito"):
- (i) "Vendas FOB" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional):
- (a) Nota Fiscal Fatura; e

- (b) tíquete de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes;
- (ii) "Vendas CIF" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional):
 - (a) Nota Fiscal Fatura;
 - (b) Conhecimento de Embarque dos Produtos; e
 - (c) comprovante de entrega dos Produtos aos Clientes; e
- (iii) "Vendas por Tubovia":
 - (a) Nota Fiscal Fatura; e
 - (b) relatório de leitura do medidor da tubovia.

5. RESOLUÇÃO DA CESSÃO

- 5.1 Considerar-se-á resolvida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão (os itens abaixo, em conjunto, "Condições Resolutivas da Cessão"):
- (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, não seja efetuado pelo respectivo Cliente em virtude de:
 - (a) rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, ou de reclamações razoáveis e comprovadas de qualquer outra natureza e referentes ao cumprimento pela Cedente das suas obrigações em relação aos Direitos Creditórios;
 - (b) não recebimento dos Produtos; e/ou
 - (c) apresentação, pelo Cliente, de qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, dos Direitos Creditórios, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade da Cedente;
 - (ii) dos Direitos Creditórios que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios, pela Cedente, previamente à oferta destes à cessão para o Fundo;
 - (iii) dos Direitos Creditórios que decorram de venda de Produtos que tenha sido alterada ou cancelada, total ou parcialmente, por qualquer motivo; ou

- (iv) dos Direitos Creditórios passíveis de quaisquer discussões comerciais.
- 5.2 Sem prejuízo da resolução da cessão operar-se de pleno direito e sem qualquer outra formalidade, a Cedente deverá notificar o Fundo e o Custodiante da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a ocorrência tiver efetivamente chegado a seu conhecimento.
- 5.3 Na hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, estará a Cedente obrigada a restituir ao Fundo, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a Cedente receber notificação enviada pelo Fundo ou pelo Custodiante solicitando o seu pagamento, observado o disposto na Cláusula 7 abaixo, em moeda corrente nacional, mediante depósito na Conta Corrente Autorizada do Fundo, o valor dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, calculado com base no Preço de Aquisição atualizado *pro rata temporis* desde a Data de Aquisição e Pagamento até a data da restituição integral dos valores devidos pela resolução da cessão.
- 5.4 Para os efeitos desta Cláusula, a Cedente desde já autoriza o Custodiante, em caráter irrevogável e irretratável, a transferir recursos líquidos da Conta Corrente Autorizada da Cedente para a Conta Corrente Autorizada do Fundo até o integral pagamento do montante devido de acordo com a Cláusula 5.3 acima, conforme autorizações firmadas na agência onde a Cedente mantém a Conta Corrente Autorizada da Cedente.

6. PREÇO DE AQUISIÇÃO E CONTRAPRESTAÇÕES

- 6.1 Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, o Custodiante, em nome e por conta do Fundo, pagará à Cedente, na Data de Aquisição e Pagamento, o valor certo e ajustado calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Preço de Aquisição"):

$$PA_{y;T} = \frac{VN_y}{\left[\left(1 + \frac{DIF_T}{100} \right) \times \left(1 + \frac{\left(\frac{Spread_{Sn} \times M_{Sn;T}}{100} \right) + \left(\frac{Spread_{Mz} \times M_{Mz;T}}{100} \right)}{M_{Sn;T} + M_{Mz;T}} \right) \times \left(1 + \frac{C}{100} \right) \right]^{\frac{d_y}{252}}}$$

onde:

$y = 1, 2 \dots n$ Direito Creditório Elegível a ser adquirido;

$PA_{y;T}$ Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível "y" na Data de Aquisição "T";

VN_y valor nominal do Direito Creditório Elegível "y" objeto da aquisição;

$DIFT$	cotação da Taxa DI futura, na Data de Aquisição e Pagamento "T", referente a contratos com prazo de vencimento mais próximo à Faixa de Vencimento, constante do Anexo VII a este Contrato de Cessão (" <u>Taxa DI Futura</u> "), a que pertence o respectivo " d_y ", negociados na BM&FBOVESPA. Tal cotação deverá se situar dentro do intervalo das Taxas DI Futuras negociadas na respectiva Data de Aquisição e Pagamento para cada prazo. Exemplo: se a Taxa DI Futura for 12,00%, então $DIFT = 12,00$;
$Spread_{Sn}$	Fator Spread das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no respectivo Suplemento. Exemplo: se o Fator Spread for 0,50% ao ano, então $Spread_{Sn} = 0,50$;
$M_{Sn;T}$	valor da totalidade das Quotas Seniores em circulação na Data de Aquisição e Pagamento "T";
$Spread_{Mz}$	Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no respectivo Suplemento. Exemplo: se o Fator Spread for 3,00% ao ano, então $Spread_{Mz} = 3,00$;
$MM_{z;T}$	valor da totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação na Data de Aquisição e Pagamento "T";
C	$C = 2,00$; e
d_y	número de Dias Úteis compreendido entre a Data de Aquisição e Pagamento, inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível "y" a ser adquirido pelo Fundo, exclusive.

6.2 Para o pagamento do Preço de Aquisição, o Fundo deverá, compulsoriamente, com a estrita observância da ordem aqui prevista, realizar as seguintes contraprestações ("Contraprestações"):

- (i) dação em pagamento de todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham sido liquidados pelo Cliente dentro do respectivo Prazo Máximo de Atraso ("Direitos Creditórios Permutáveis"), observados os seguintes procedimentos:
 - (a) o Fundo oferecerá à Cedente, no Dia Útil imediatamente posterior à data em que os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo tornarem-se Direitos Creditórios Permutáveis, por meio de carta preparada na forma do Anexo VI a este Contrato de Cessão ("Carta de Oferta de Direitos Creditórios Permutáveis"), enviada por meio eletrônico, observado que eventuais alterações do referido modelo serão definidas de comum acordo entre as Partes e incorporadas a este Contrato de Cessão mediante correspondência epistolar, constituindo-se, a partir de então,

no Anexo VI a este Contrato de Cessão, na referida data, todos os Direitos Creditórios Permutáveis de que dispuser na data da oferta, observado o disposto nas alíneas (g) e (h) abaixo;

- (b) a Cedente poderá, a seu exclusivo juízo, aceitar ou não a oferta de Direitos Creditórios Permutáveis referida na alínea (a) acima;
- (c) caso a Cedente aceite, total ou parcialmente, a oferta de Direitos Creditórios Permutáveis referida na alínea (a) acima, a Cedente deverá devolver a Carta de Oferta de Direitos Creditórios Permutáveis ao Fundo, por meio eletrônico, no prazo de até 7 (sete) dias contados da data do seu recebimento, indicando quais dos Direitos Creditórios Permutáveis listados no referido documento são aceitos como Contraprestação;
- (d) decorrido o prazo referido na alínea (c) acima sem manifestação da Cedente, considerar-se-ão recusados todos os Direitos Creditórios Permutáveis oferecidos pelo Fundo;
- (e) caso a Cedente, expressa ou tacitamente, recuse a oferta de Direitos Creditórios Permutáveis, o Fundo, após 15 (quinze) dias da data de vencimento da respectiva Duplicata, tomará as providências definidas no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança para cobrança dos valores relativos aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos;
- (f) os Direitos Creditórios Permutáveis aceitos pela Cedente serão utilizados como Contraprestação pelo seu valor nominal na data da devolução da Carta de Oferta de Direitos Creditórios Permutáveis, se for uma Data de Aquisição e Pagamento, ou na Data de Aquisição e Pagamento imediatamente subsequente à referida data de devolução, quando a cessão dos Direitos Creditórios Permutáveis à Cedente será considerada perfeita e acabada;
- (g) a utilização dos Direitos Creditórios Permutáveis no pagamento do Preço de Aquisição realizar-se-á sempre a partir daquele com vencimento mais antigo para o mais recente;
- (h) caso o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Permutáveis seja inferior ao Preço de Aquisição a ser pago, o Fundo deverá acrescentar moeda corrente nacional a este somatório, até que a soma do valor das duas Contraprestações seja igual ao Preço de Aquisição a ser pago; e

- (i) caso o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Permutáveis seja superior ao Preço de Aquisição a ser pago, o Fundo deverá excluir Direitos Creditórios Permutáveis até que este somatório atinja valor imediatamente inferior ao Preço de Aquisição a ser pago, aplicando-se, então, o disposto na alínea (h) acima; e/ou
 - (ii) moeda corrente nacional.
- 6.3 A cessão dos Direitos Creditórios Permutáveis, seja em virtude de sua aceitação pela Cedente como Contraprestação, seja em virtude do exercício da opção a que se refere a Cláusula 6.4 abaixo, será considerada irrevogável e irretratável, com a transferência para a Cedente, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, da plena titularidade dos Direitos Creditórios Permutáveis, juntamente com todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.
- 6.4 A Cedente poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, adquirir Direitos Creditórios Permutáveis, em moeda corrente nacional, pelo seu valor nominal.
- 6.5 Caso a Cedente exerça a opção de compra a que se refere a Cláusula 6.4 acima, a Cedente deverá notificar o Fundo, por intermédio do Custodiante, de sua decisão de adquirir Direitos Creditórios Permutáveis, informando quais os Direitos Creditórios Permutáveis que pretende adquirir. A cessão dos Direitos Creditórios Permutáveis à Cedente será considerada perfeita e acabada na data do recebimento, pelo Custodiante, da referida notificação, o qual fica, desde já, autorizado a transferir, no Dia Útil imediatamente posterior ao recebimento da referida notificação, recursos líquidos da Conta Corrente Autorizada da Cedente para a Conta Corrente Autorizada do Fundo no valor exato do montante total de Direitos Creditórios Permutáveis adquiridos pela Cedente, sem qualquer dedução ou retenção, a qualquer título, observado o disposto na Cláusula 7 abaixo, inclusive no que se refere à quitação do pagamento.
- 6.6 A Cedente poderá, a qualquer tempo entre a data de cessão de qualquer Direito Creditório Elegível ao Fundo e o último dia, inclusive, do Prazo Máximo de Atraso, adquirir tal Direito Creditório pelo seu respectivo valor nominal, mediante (i) pagamento em moeda corrente nacional, aplicando-se, nessa hipótese, *mutatis mutandis*, o disposto na Cláusula 6.4 acima e na Cláusula 7 abaixo; ou (ii) dação em pagamento de novos Direitos Creditórios Elegíveis, aplicando-se, nessa hipótese, *mutatis mutandis*, o disposto na Cláusula 6.1 acima, na Cláusula 6.2 acima, alíneas (h) e (i), e na Cláusula 6.4 acima.

7. FORMA DE PAGAMENTO

- 7.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.3 abaixo, todos os pagamentos em moeda corrente nacional a serem efetuados pela Cedente ao Fundo e por este àquela em razão das obrigações previstas neste Contrato de Cessão deverão ser efetuados por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, para as seguintes contas correntes:
- (i) quando devidos ao Fundo, mediante crédito na conta corrente n.º 612.677-4, mantida na agência n.º 2856 do Custodiante, valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e, após o efetivo crédito, como recibo de quitação; e
 - (ii) quando devidos à Cedente, mediante crédito na conta corrente de n.º 18741-0, mantida na agência n.º 0826-5 do Banco Bradesco S.A., valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.
- 7.2 Todo e qualquer pagamento efetuado em contas correntes outras que não as expressamente relacionadas na Cláusula 7.1 acima ou em qualquer conta corrente de titularidade do Fundo ("Contas Correntes Autorizadas do Fundo") ou da Cedente que vierem a ser expressamente indicadas, respectivamente, pelo Administrador ou pela Cedente ("Contas Correntes Autorizadas da Cedente" e, conjuntamente com as Contas Correntes Autorizadas do Fundo, "Contas Correntes Autorizadas") será considerado ineficaz em relação ao beneficiário do referido pagamento, não valendo o comprovante de depósito, nesse caso, como recibo de quitação. Nesta hipótese, o depositante ficará sujeito à repetição do pagamento na respectiva Conta Corrente Autorizada. No caso dos pagamentos efetuados em cheque, a quitação do pagamento ficará condicionada à efetiva compensação e liquidação do respectivo cheque pelo sistema de compensação.
- 7.3 Quaisquer valores devidos à Cedente, pelo Fundo, a qualquer título, poderão ser pagos mediante a utilização de "cheque OP" ou outro tipo de ordem de pagamento bancária, desde que autorizado pela Cedente, nas respectivas datas em que forem devidos nos termos deste Contrato de Cessão, valendo, nessa hipótese, a confirmação da liquidação da respectiva ordem de pagamento como recibo de quitação.
- 7.4 Quaisquer valores devidos ao Fundo, pela Cedente, e por aquele a esta, nos termos deste Contrato de Cessão e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, desde que líquidos, certos e exigíveis, poderão ser compensados, nas respectivas datas de pagamento, com créditos que a Parte devedora tenha contra a Parte credora.
- 7.5 O(s) valor(es) que não for(em) compensado(s), no todo ou em parte, será(ão) pago(s) pela Cedente ao Fundo ou por este àquela, nas respectivas datas de pagamento, ficando o Custodiante, desde já, expressamente autorizado pela Cedente e pelo Fundo, em caráter irrevogável e

- irretratável, na qualidade de mandatário, a transferir recursos líquidos entre as respectivas Contas Correntes Autorizadas da Cedente e do Fundo, desde que tenha comunicado, por meio de aviso de débito, à Cedente ou ao Fundo, conforme o caso, com antecedência de 1 (um) Dia Útil da data do débito. Caso a Cedente ou o Fundo não disponham de recursos nas Contas Correntes Autorizadas suficientes para débito do(s) respectivo(s) valor(es) não compensado(s), a Cedente ou o Fundo, conforme o caso, deverão, no mesmo prazo, efetuar o pagamento ao Fundo ou à Cedente, em moeda corrente nacional.
- 7.6 Operada a compensação prevista na Cláusula 7.4 acima, o Custodiante enviará comunicação, no prazo de 1 (um) Dia Útil, à Cedente e ao Fundo, informando (i) o valor compensado; e (ii) contra quais créditos foi operada a compensação. A entrega da comunicação referida nesta Cláusula valerá como recibo de quitação do pagamento feito por compensação.
- 7.7 A compensação de que trata a Cláusula 7.4 acima será efetuada somente entre créditos cujos valores tenham sido creditados nas Contas Correntes Autorizadas da Cedente e/ou nas Contas Correntes Autorizadas do Fundo.

8. OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

- 8.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão, a Cedente expressamente obriga-se a:
- (i) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas na Cláusula 2.1 acima, mantendo o Fundo informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade da declaração, se o caso;
 - (ii) não ceder a terceiros os Direitos Creditórios Elegíveis prometidos à cessão para o Fundo nos termos deste Contrato de Cessão e não alterar os termos e condições dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo;
 - (iii) comunicar ao Fundo a ocorrência de quaisquer Eventos de Revisão (conforme definido abaixo) e/ou Eventos de Resilição (conforme definido abaixo) de que venha a tomar conhecimento;
 - (iv) cumprir e fazer com que seus diretores, funcionários e prestadores de serviços cumpram os Procedimentos de Venda e todos os termos e condições deste Contrato de Cessão, do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior e do Contrato de Custódia;
 - (v) transferir ao Fundo e comunicar ao Custodiante, por meio eletrônico, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis da verificação do seu recebimento, por meio da Cedente, quaisquer valores que eventualmente venha a receber de Clientes com relação aos Direitos

Creditórios de titularidade do Fundo, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que a Cedente aceita sua nomeação como depositária, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, dos referidos valores até a sua efetiva transferência;

- (vi) permitir ao Fundo e ao Custodiante, ou a quem for por estes indicado, por escrito, acesso a todos os dados e informações relacionados aos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos, bem como fornecer, sem qualquer custo adicional, todos os meios e documentos a estes relacionados e adotar todas as medidas, para que os prestadores de serviços por este contratado verifiquem o cumprimento, pela Cedente, dos Procedimentos de Venda, sem qualquer custo para a Cedente;
- (vii) praticar todos os atos que estiverem a seu alcance, com a mesma diligência que aplica aos próprios créditos, para que os Clientes honrem as obrigações relacionadas com os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança;
- (viii) encaminhar ao Fundo (a) no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do encerramento de cada trimestre do exercício social em curso, cópias de suas demonstrações financeiras trimestrais; e (ii) no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados do encerramento de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício social encerrado;
- (ix) entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato de Cessão, cópia (a) do seu estatuto social; e (b) dos instrumentos comprobatórios dos poderes conferidos a seus representantes para assinatura deste Contrato de Cessão;
- (x) sem prejuízo da obrigação a que se refere o item (xii) abaixo, entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato e sempre que houver uma atualização, cópia (a) do seu estatuto social atualizado; e (b) dos instrumentos comprobatórios dos poderes conferidos a seus representantes que representarem a Cedente na assinatura de cada Termo de Cessão;
- (xi) encaminhar ao Fundo, na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, cópia do parecer jurídico favorável de seu assessor legal contratado para a assessoria jurídica na constituição do Fundo, abordando os aspectos relativos à (a) regularidade da constituição do Fundo, e (b) regularidade dos documentos que formalizam a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo;
- (xii) encaminhar ao Fundo, no prazo de 15 (quinze) dias de sua aprovação, cópias (a) das deliberações relativas a qualquer alteração no seu objeto social preponderante; e (b) de qualquer alteração nos instrumentos comprobatórios de poderes nos termos

deste Contrato de Cessão, do Contrato de Custódia ou do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior;

- (xiii) encaminhar ao Fundo, no prazo de até 3 (três) dias contado da data em que estiverem disponíveis ao público, quaisquer deliberações societárias que possam afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas neste Contrato de Cessão;
 - (xiv) encaminhar ao Fundo, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data do recebimento da citação, cópia de pedido de falência contra si apresentado por terceiros ou cópia do pedido de recuperação judicial por si ajuizado;
 - (xv) encaminhar ao Fundo, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da respectiva deliberação, cópia de qualquer proposta de pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução e/ou liquidação aprovada por seus órgãos societários;
 - (xvi) entregar ao Fundo, na data de assinatura deste Contrato de Cessão, cópia da sua política de crédito vigente e, se alterada, cópia da respectiva alteração, no prazo de até 15 (quinze) dias do início da vigência da referida alteração;
 - (xvii) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários e prestadores de serviços façam cumprir, no que tange à concessão de crédito a Clientes, a sua política de crédito e cobrança vigente;
 - (xviii) efetuar, de acordo com as práticas contábeis praticadas no Brasil, os respectivos lançamentos contábeis necessários à caracterização da cessão irrevogável e irretroatável dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo; e
 - (xix) observar os procedimentos para inclusão de Novo Cliente conforme estabelecidos no item 9 do Regulamento.
- 8.2 As obrigações previstas na Cláusula 8.1 acima para as quais não tenha sido estabelecido prazo específico serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Cedente, de notificação enviada pelo Custodiante ou pelo Fundo, nos termos da Cláusula 13 abaixo, exigindo o cumprimento da obrigação respectiva.

9. EVENTOS DE REVISÃO E EVENTOS DE RESILIÇÃO

- 9.1 São considerados eventos de revisão ("Eventos de Revisão") quaisquer das seguintes ocorrências:
- (i) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das declarações, das obrigações de fazer e/ou não fazer deste Contrato de Cessão que não seja um Evento de Resilição e que, a critério do Fundo, possa comprometer (a) a aquisição sucessiva dos Direitos Creditórios

Elegíveis; e/ou (b) a capacidade do Fundo de cumprir com seus pagamentos e demais compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o façam no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento da referida notificação;

- (ii) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante da Cedente;
- (iii) decretação de falência de qualquer das sociedades controladoras da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial por qualquer uma das sociedades controladoras da Cedente, de modo a, necessariamente, a critério da Administradora ou dos Quotistas reunidos em assembleia geral, (a) implicar na incapacidade técnica da Cedente em continuar suas atividades industriais e, por consequência, afetar a geração de Direitos Creditórios Elegíveis para cessão ao Fundo; (b) causar prejuízos notórios e comprovados à imagem e à credibilidade da Cedente perante seus investidores, afetando a atratividade do Fundo perante o mercado; (c) obstar ou impedir a capacidade da controladora da Cedente em aportar os recursos financeiros de que a Cedente efetivamente necessite para viabilizar a continuidade de suas atividades industriais durante o prazo de vigência do Fundo; ou (d) obstar ou impedir, à luz da legislação vigente, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo pela Cedente;
- (iv) protesto legítimo de títulos contra a Cedente ou qualquer Controlada, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da 1ª Data de Emissão, pelo IGP-M, ou seu contravalor em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Administrador que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo. Para os fins deste item e dos itens abaixo, considera-se "Controlada" qualquer sociedade, entidade ou pessoa jurídica (1) na qual a Cedente detenha, direta e isoladamente, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação ou quota com direito a voto; e (2) em relação à qual a Cedente detenha o poder de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da respectiva sociedade, entidade ou pessoa jurídica;
- (v) não pagamento pela Cedente ou por qualquer Controlada, de qualquer Dívida (conforme definido abaixo) cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), atualizado mensalmente a partir da 1ª Data de Emissão, pelo IGP-M, ou seu contravalor em outras moedas, se tal

inadimplemento não for sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento de tal Dívida, antecipada ou prevista no respectivo contrato (incluindo, se aplicável, o eventual prazo de cura previsto no respectivo contrato) ressalvado que não será considerada vencida qualquer Dívida que seja objeto de contestação legítima e de boa-fé por parte da Cedente ou Controlada (conforme o caso). Para os fins deste item, considera-se "Dívida" qualquer obrigação pecuniária classificada como empréstimos, financiamentos ou emissões públicas ou privadas de títulos e valores mobiliários, conversíveis ou não, no mercado local e/ou internacional, conforme reportado nas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis da Cedente, elaboradas segundo os princípios contábeis determinados pela legislação brasileira e pela regulamentação da CVM; e

- (vi) caso ocorra qualquer dos Eventos de Avaliação, nos termos do Regulamento.
- 9.1.1 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará as providências estabelecidas nos itens 18.3 e seguintes do Regulamento para os Eventos de Avaliação do Fundo e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.
- 9.2 São considerados eventos de resilição ("Eventos de Resilição"), quaisquer das seguintes ocorrências:
- (i) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Cedente;
 - (ii) dissolução e/ou liquidação da Cedente;
 - (iii) existência de evidências de que a Cedente tenha (a) emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Notas Fiscais Fatura e/ou Duplicatas sem lastro e/ou em duplicidade; ou (b) oferecido ao Fundo Direitos Creditórios sobre os quais recaiam quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos prévia ou concomitantemente à oferta ao Fundo; ou
 - (iv) caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação, nos termos do Regulamento.
- 9.2.1 A ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição facultará ao Fundo a imediata resilição deste Contrato de Cessão, devendo este observar o disposto nos itens 18.2 e seguintes do Regulamento.
- 9.2.2 O exercício da faculdade referida na Cláusula 9.2.1 acima não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao Fundo e não obstará a aplicação, nos termos deste Contrato de Cessão, das penalidades

previstas na Cláusula 11 abaixo, cujos termos sobreviverão ao término deste Contrato de Cessão.

10. RESILIÇÃO PELA CEDENTE

10.1 A Cedente poderá resilir este Contrato de Cessão mediante comunicação ao Fundo, com cópia para o Custodiante, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data de resilição, sem qualquer ônus, encargo ou penalidade para a Cedente, somente na hipótese de:

- (i) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, bem como mudança na interpretação da legislação tributária por autoridade competente que, da mesma forma, implique em oneração relevante no processo de origem de Direitos Creditórios Elegíveis ou das operações previstas neste Contrato de Cessão;
- (ii) modificações do Regulamento aprovadas pelos Quotistas reunidos em assembleia geral que, comprovadamente, alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato de Cessão e/ou que tornem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para a Cedente; ou
- (iii) alteração na legislação aplicável ao Fundo que acarrete mudança prejudicial na forma de contabilização da cessão de Direitos Creditórios ora pactuada pela Cedente.

10.2 O exercício do direito de resilição de que trata esta Cláusula 10 não eximirá a Cedente do integral e pontual cumprimento (i) das obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão, dos Termos de Cessão celebrados e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior e que sejam exigíveis na data do recebimento, pelo Fundo, da comunicação referida na Cláusula 10.1 acima, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações; ou (ii) das obrigações decorrentes das Condições Resolutivas da Cessão referentes a Direitos Creditórios cedidos até a data data do recebimento, pelo Fundo, da comunicação referida na Cláusula 10.1 acima.

10.3 Na hipótese de resilição nos termos desta Cláusula 10, o Fundo adotará as providências estabelecidas nos itens 18.2 e seguintes do Regulamento.

11. PENALIDADES

11.1 O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato de Cessão caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da

- Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido.
- 11.2 A Cedente não será, todavia, penalizada em virtude de inadimplemento que tenha sido causado por falhas de sistema e/ou de comunicação atribuídos ao Custodiante e/ou ao Fundo.
- 11.3 O inadimplemento pelo Fundo das obrigações, de qualquer natureza, previstas neste Contrato de Cessão só será penalizado na forma da Cláusula 11.1 acima se a Cedente comprovar a ocorrência de culpa, dolo ou má-fé do Administrador e/ou do Custodiante no descumprimento de tais obrigações. Não serão penalizáveis quaisquer atrasos que decorram de falhas de sistema e/ou de comunicação do Custodiante e/ou do Administrador, os quais, não obstante, deverão diligenciar para a imediata correção de tais falhas.
- 11.4 O inadimplemento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas nos termos deste Contrato de Cessão, do qual tenham sido notificadas para regularizar e não o façam no prazo assinado na respectiva notificação e/ou aviso, prazo este que, em nenhuma hipótese, será inferior a 5 (cinco) Dias Úteis, obrigará a Cedente ao pagamento ao Fundo de uma multa convencional, não compensatória, de R\$1.000,00 (um mil reais), valor que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M, por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.1 acima, na Cláusula 9 acima e da cobrança de perdas e danos incorridos pelo Fundo em decorrência de tal inadimplemento e que execerem o valor da multa convencional.

12. CONFIDENCIALIDADE

- 12.1 Cada uma das Partes e o Custodiante (em conjunto, "Partes Obrigadas" e, individualmente, "Parte Obrigada") obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade dos dados e informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das outras Partes Obrigadas (incluindo, sem limitação, todos os segredos e/ou informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude deste Contrato de Cessão e do Regulamento ("Informações Confidenciais"), ficando desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações

- Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato de Cessão ("Representantes") e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas.
- 12.2 As Partes Obrigadas obrigam-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula por parte de quaisquer dos Representantes.
- 12.3 Caso qualquer das Partes Obrigadas ou qualquer de seus Representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial, do Regulamento ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, sem prejuízo do atendimento tempestivo à determinação legal ou administrativa, tal Parte Obrigada deverá comunicar imediatamente as outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas, se possível e em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não sejam tempestivas ou não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do atendimento do dever legal de divulgação das informações requisitadas.
- 12.4 Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes; e (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes da referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso em função deste Contrato de Cessão.
- 12.5 O dever de confidencialidade a que se refere esta Cláusula não se aplicará à utilização, pelo Fundo, de Informações Confidenciais para (i) a elaboração dos documentos necessários à concretização da emissão e distribuição pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino de emissão do Fundo, se o caso, (ii) elaboração de quaisquer documentos relacionados à constituição ou ao regular funcionamento do Fundo; ou (iii) a cobrança em juízo e/ou execução do presente Contrato de Cessão.
- 12.6 O dever de confidencialidade previsto nesta Cláusula 12 sobreviverá ao término deste Contrato de Cessão pelo prazo de 5 (cinco) anos, inclusive após a extinção ou a rescisão deste Contrato de Cessão.

13. COMUNICAÇÕES

13.1 Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes e pelo Custodiante nos termos deste Contrato de Cessão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) para a Cedente:

Braskem S.A.

Avenida das Nações Unidas 8.501 – 25º andar

05425-070 São Paulo, SP

At.: Rodrigo Menck
Marcelo Rossini
Julcimar Ferreira
Renata Guedes

E-mail: rodrigo.menck@braskem.com.br
marcelo.rossini@braskem.com.br
julcimar.ferreira@braskem.com.br
renata.guedes@braskem.com.br

Fac-símile: (11) 3576-9532

(ii) para o Administrador:

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar

06029-900 Osasco, SP

At.: Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli

Telefone: (11) 3684-4522

Fac-símile: (11) 3684-5645

Correio Eletrônico: bemdtvm@bradesco.com.br

(iii) para o Custodiante:

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia

Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

06029-900 Osasco, SP

At.: Luis Cláudio de Freitas Coelho Pereira

Telefone: (11) 3684-4522

Fac-símile: (11) 3684-5645

Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br

- (iv) para a Agência de Classificação de Risco (sempre com cópia para a Administradora):

Moody's América Latina Ltda.
Avenida das Nações Unidas 12.551, 16º andar, cj. 1601
04571-010 São Paulo, SP
At.: Martín Fernández Romero
e-mail: Martin.Fernandez-Romero@moodys.com
Fac-símile: (11) 4816.2345

- 13.2 Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo nos termos deste Contrato de Cessão devem ser emitidas com cópia para o Custodiante, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Fundo.
- 13.3 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (*answer back*), via *e-mail* ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins desta Cláusula, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via *e-mail* ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1 As partes reconhecem este Contrato de Cessão e os Termos de Cessão, quando celebrados na forma estabelecida por este Contrato de Cessão, como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 14.2 Para os fins deste Contrato Cessão e dos Termos de Cessão, quando celebrados na forma estabelecida por este Contrato de Cessão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.
- 14.3 Observados os prazos específicos estabelecidos neste Contrato, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato de Cessão que não tenham prazo específico estipulado serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Cedente ou pelo Fundo, da notificação que constituir a respectiva Parte em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica; ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio

das medidas a que se refere o artigo 461, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil.

- 14.4 As Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada na Cláusula 14.3 acima, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.
- 14.5 O presente Contrato de Cessão vigorará pelo Prazo de Duração do Fundo.
- 14.6 Caso a Odebrecht S.A., acionista controlador, direto ou indireto, da Cedente, venha, direta ou indiretamente, durante o prazo de vigência deste Contrato de Cessão, constituir ou adquirir uma sociedade ou colocar em operação uma sociedade já existente, cujo objeto social seja substancialmente semelhante ao da Cedente, tal sociedade será considerada, a critério da Cedente, uma Cedente para todos os fins e efeitos deste Contrato de Cessão, a partir da data em que o Fundo receber uma notificação da Cedente, acompanhada de termo de adesão dessa nova sociedade aos termos e condições deste Contrato de Cessão. Tal nova Cedente estará sujeita, sem qualquer restrição, aos termos e condições deste Contrato de Cessão e do Regulamento. As Partes deverão celebrar aditamento a este Contrato de Cessão para incluir tal nova Cedente.
- 14.7 Em caso de inclusão de nova Cedente nos termos da Cláusula 14.6 acima, cada uma das Cedentes será solidariamente responsável, nos termos dos artigos 264, 265 e 275 e seguintes do Código Civil, pelo cumprimento das obrigações assumidas pelas demais nos termos deste Contrato de Cessão.
- 14.8 Os Direitos Creditórios ofertados e que não forem adquiridos pelo Fundo, assim como os Direitos Creditórios que venham a ser adquiridos pela Cedente nos termos deste Contrato de Cessão, poderão ser utilizados livremente pela Cedente em qualquer tipo de transação ou negócio.
- 14.9 A Cedente declara ter recebido, na data de assinatura deste Contrato de Cessão, uma cópia autenticada (i) do Regulamento; e (ii) do Prospecto, conhecendo seu inteiro teor e estando de pleno acordo com os termos e condições neles estabelecidos, especialmente com relação aos dispositivos dos mencionados documentos referidos neste Contrato de Cessão, reconhecendo como válidos todos os deveres e obrigações previstos nos instrumentos ora referidos, cujo cumprimento dependa do adimplemento das obrigações assumidas pela Cedente nos termos deste Contrato de Cessão.
- 14.10 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 1.1, 1.4 e 6.2 acima, item (i), alínea (a), toda e qualquer modificação deste Contrato de Cessão somente será válida e eficaz se feita por escrito, por meio de aditamento assinado pelas Partes e pelo Custodiante.
- 14.11 Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato de Cessão não cria nem estabelece qualquer outra relação comercial entre a Cedente e o Fundo.

- 14.12 As Partes celebram este Contrato de Cessão em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.
- 14.13 Os anexos a este Contrato de Cessão ("Anexos") são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvidas entre o Contrato de Cessão e seus Anexos prevalecerão as disposições do Contrato de Cessão, dado o caráter complementar dos Anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e incindibilidade das disposições do Contrato de Cessão e dos Anexos, que deverão ser interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.
- 14.14 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato de Cessão, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato de Cessão.
- 14.15 O presente Contrato de Cessão constitui o único e integral acordo entre as Partes, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.
- 14.16 Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato de Cessão, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.
- 14.17 Este Contrato de Cessão e seus aditamentos, se houver, serão registrados em Ofício de Títulos e Documentos da Comarca de Camaçari, Estado da Bahia (às expensas da Cedente), e na Comarca de Osasco, Estado de São Paulo (às expensas do Fundo), dentro do prazo de 20 (vinte) dias da data das respectivas assinaturas.
- 14.18 Todas as disposições contidas neste Contrato de Cessão que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.
- 14.19 As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Contrato de Cessão foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
- 14.20 Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Contrato de Cessão for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato de Cessão não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

15. FORO

- 15.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato de Cessão ou de qualquer Termo de Cessão.

E, por estarem justas e contratadas, firmam este Contrato de Cessão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Osasco, 15 de junho de 2009.

(As assinaturas seguem nas 4 (quatro) páginas seguintes.)


(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 15 de junho de 2009 entre Chemical IV - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, e Braskem S.A., com a interveniência do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 1/4).

BRASKEM S.A.



Nome: Alexandre Perazzo de Almeida
Cargo: CPF 641.913.625-34



Nome: Marcela Drehmet
Cargo:



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 15 de junho de 2009 entre Chemical IV - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, e Braskem S.A., com a intervenção do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 2/4).

CHEMICAL IV - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA
(REPRESENTADO POR
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.)


Nome: 97239 - Fabiano Beldigon Késica


Nome: 115034 - Marly Antonietta Lungre

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 15 de junho de 2009 entre Chemical IV - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, e Braskem S.A., com a intervenção do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 3/4).

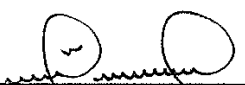
BANCO BRADESCO S.A.


Nome: _____
07229 - Fabiano Bodignon Kosaka



Nome: _____
115034 - Maria Antonietta Lunardi

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 15 de junho de 2009 entre Chemical IV - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, e Braskem S.A., com a interveniência do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 4/4).

Testemunhas:



Nome: **Cássia de Oliveira**
Id.: RG 45.155.121-7 SSP/SP
CPF/MF: CPF/MF 342.086.718-23



Nome: **Karina Arsani Lasso**
Id.: RG 34.751.856-4 SSP/SP
CPF/MF: CPF/MF 343.890.818-29

NOTAS FISCAIS FATURA DA CEDENTE

219

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO II

LAYOUT DO ARQUIVO

Layout do Arquivo Remessa Aquisição – "Header Label"

NOME DO CAMPO	POSIÇÃO		PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001	001	N(001)	0
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO REMESSA	002	002	N(001)	1
LITERAL REMESSA	003	009	A(007)	REMESSA
CÓDIGO DE SERVIÇO	010	011	N(002)	01
LITERAL SERVIÇO	012	026	A(015)	FUNDO RECEBÍVEL
CÓDIGO DA EMPRESA	027	046	N(020)	ZEROS ESQUERDA A
NOME DA EMPRESA	047	076	A(030)	
NÚMERO DO BRADESCO NA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO	077	079	N(003)	237
NOME DO BANCO POR EXTENSO	080	094	A(015)	BRADESCO
DATA DA GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	095	100	N(006)	DDMMAA
BRANCOS	101	108	A(008)	
IDENTIFICAÇÃO DO SISTEMA	109	110	A(002)	MX - PAG 19
N.º SEQUENCIAL DO ARQUIVO	111	117	N(007)	SEQUENCIAL – PAG 19
CÓDIGO DO BANCO CUSTODIANTE DOS RECEBÍVEIS	118	120	N(003)	
CÓDIGO DO FUNDO	121	131	A(011)	FDCCHEMICAL
CNPJ/MF DA EMPRESA CEDENTE	132	146	A(015)	
BRANCOS	147	394	A(248)	
N.º SEQUENCIAL DO REGISTRO DE UM EM UM	395	400	N(006)	000001
A = ALFA NUMÉRICO – CAIXA ALTA		N = NUMÉRICO		

Layout do Arquivo Remessa Aquisição – Registro Transação "Tipo 1"

NOME DO CAMPO	POSIÇÃO		PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001	001	N(001)	1
AGÊNCIA DE DÉBITO	002	006	N(005)	PAG 19
DÍGITO DA AGÊNCIA DE DÉBITO	007	007	A(001)	PAG 19
RAZÃO DA CONTA CORRENTE	008	012	N(005)	PAG 19
CONTA CORRENTE	013	019	N(007)	PAG 19
DÍGITO DA CONTA CORRENTE	020	020	A(001)	PAG 19
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CEDENTE NO BANCO	021	037	A(017)	PAG 20
N.º CONTROLE DO PARTICIPANTE	038	062	A(025)	PAG 20
CÓDIGO DO BANCO A SER DEBITADO NA COMPENSAÇÃO	063	065	N(003)	237
ZEROS	066	070	N(005)	00000
IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	071	081	N(011)	NOSSO NÚMERO C/ S/ REGISTRO

NOME DO CAMPO	POSIÇÃO		PICTURE	CONTEÚDO
DIGITO DE AUTO CONFERENCIA DO NOSSO NÚMERO	082	082	A(001)	DÍGITO N/N PAG 20
DESCONTO BONIFICAÇÃO POR DIA	083	092	N(010)	
CONDIÇÃO PARA EMISSÃO DA PAPELETA DE COBRANÇA	093	093	N(001)	PAG 22
IDENT. SE EMITE PAPELETA PARA DÉBITO AUTOMÁTICO	094	094	A(001)	N OU <> N
IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO DO BANCO	095	104	A(010)	
INDICADOR RATEIO CRÉDITO	105	105	A(001)	R PAG 22
ENDEREÇAMENTO PARA AVISO DO DÉBITO AUTOMÁTICO EM C/C	106	106	N(001)	PAG 22
BRANCOS	107	108	A(002)	
IDENTIFICAÇÃO OCORRÊNCIA	109	110	N(002)	PAG 22
N.º DO DOCUMENTO	111	120	A(010)	
DATA DO VENCIMENTO DO TÍTULO	121	126	N(006)	DDMMAA
VALOR DO TÍTULO	127	139	N(013)	SEM PONTO E SEM VIRGULA
BANCO ENCARGADO DA COBRANÇA	140	142	N(003)	
AGÊNCIA DEPOSITÁRIA	143	147	N(005)	
ESPECIE DE TÍTULO	148	149	N(002)	NOTA 01
IDENTIFICAÇÃO	150	150	A(001)	A – ACEITO / N – NÃO ACEITO
DATA DA EMISSÃO DO TÍTULO	151	156	N(006)	DDMMAA
1a INSTRUÇÃO	157	158	N(002)	PAG 23
2a INSTRUÇÃO	159	160	N(002)	PAG 23
VALOR A SER COBRADO POR DIA DE ATRASO	161	173	N(013)	PAG 23
DATA LIMITE P/ CONCESSÃO DE DESCONTO	174	179	N(006)	DDMMAA
VALOR DO DESCONTO	180	192	N(013)	
VALOR DO IOF	193	205	N(013)	
VALOR DO ABATIMENTO A SER CONCEDIDO OU CANCELADO	206	218	N(013)	
IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE INSCRIÇÃO DO SACADO	219	220	N(002)	
N.º INSCRIÇÃO DO SACADO	221	234	N(014)	CNPJ / CPF
NOME DO SACADO	235	274	A(040)	
ENDEREÇO COMPLETO	275	314	A(040)	
1a MENSAGEM	315	326	A(012)	
CEP	327	331	N(005)	
SUFIXO DO CEP	332	334	N(003)	
SACADOR / AVALISTA OU 2a MENSAGEM	335	394	A(060)	
N.º SEQUENCIAL DO REGISTRO	395	400	N(006)	
A = ALFA NUMÉRICO – CAIXA ALTA		N = NUMÉRICO		

Layout do Arquivo - Remessa – "Registro Trailer"

NOME DO CAMPO	POSIÇÃO		PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001	001	N(001)	"9"
BRANCOS	002	394	A(393)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL DE	395	400	N(006)	N.º SEUQNCIAL DO ÚLTIMO

REGISTRO				REGISTRO
A = ALFA NUMÉRICO – CAIXA ALTA	N = NUMÉRICO			

Layout do Arquivo - Retorno - Registro "Header Label"

NOME DO CAMPO	POSICÃO		PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001	001	N(001)	0
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO RETORNO	002	002	N(001)	2
LITERAL RETORNO	003	009	A(007)	RETORNO
CÓDIGO DE SERVIÇO	010	011	N(002)	01
LITERAL SERVIÇO	012	026	A(015)	FUNDO RECEBÍVEL
CÓDIGO DA EMPRESA	027	046	N(020)	ZEROS ESQUERDA A
NOME DA EMPRESA	047	076	A(030)	RAZÃO SOCIAL
NÚMERO DO BRADESCO NA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO	077	079	N(003)	237
NOME DO BANCO POR EXTENSO	080	094	A(015)	BRADESCO
DATA DA GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	095	100	N(006)	DDMMAA
ZEROS	101	108	N(008)	ZEROS
N.º AVISO BANCÁRIO	109	113	N(005)	N.º AVISO
BRANCOS	114	379	(266)	BRANCOS
DATA DO CRÉDITO	380	385	N(006)	DDMMAA
BRANCOS	386	394	(009)	BRANCOS
N.º SEQUENCIAL DO REGISTRO DE UM EM UM	395	400	N(006)	000001
A = ALFA NUMÉRICO – CAIXA ALTA		N = NUMÉRICO		

Layout do Arquivo Retorno - Registro de Transação "Tipo 1"

NOME DO CAMPO	POSICÃO		PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO (*)	001	001	N(001)	1
TIPO DE INSCRIÇÃO EMPRESA (*)	002	003	N(002)	01-CPF / 02 – CNPJ / 99-OUTROS
NÚMERO INSCRIÇÃO DA EMPRESA (*)	004	017	N(014)	CNPJ/CPF N.º FILIAL CONTROLE
ZEROS	018	020	A(003)	ZEROS
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CEDENTE NO BANCO (*)	021	037	A(017)	ZERO / CARTEIRA / AGÊNCIA / C/C
N.º CONTROLE DO PARTICIPANTE	038	062	A(025)	USO DA EMPRESA
ZEROS	063	070	N(008)	ZEROS
IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO (*)	071	082	A(012)	
USO DO BANCO	083	092	A(010)	BRANCOS
USO DO BANCO	093	104	A(012)	ZEROS
INDICADOR DE RATEIO CRÉDITO	105	105	(001)	"R"
ZEROS	106	107	N(002)	ZEROS
CARTEIRA	108	108	N(001)	CARTEIRA
IDENTIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA (*)	109	110	N(002)	
DATA OCORRÊNCIA NO BANCO (*)	111	116	N(006)	DDMMAA
NÚMERO DO DOCUMENTO	117	126	A(010)	NÚMERO DO DOCUMENTO

NOME DO CAMPO	POSIÇÃO		PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO (*)	127	146	A(020)	
DATA VENCIMENTO DO TÍTULO	147	152	N(006)	DDMMAA
VALOR DO TÍTULO	153	165	N(013)	VALOR DO TÍTULO
BANCO COBRADOR	166	168	N(003)	CÓDIGO DO BANCO COMPENSAÇÃO
AGÊNCIA COBRADORA (*)	169	173	N(005)	CÓDIGO DA AGÊNCIA BANCO COBRADOR
ESPÉCIE DO TÍTULO	174	175	A(002)	BRANCO
DESPESAS DE COBRANÇA PARA OS CÓDIGOS DE OCORRÊNCIA 02 - ENTRADA CONFIRMADA 28 - DÉBITO DE TARIFAS	176	188	N(013)	VALOR DESPESA
OUTRAS DESPESAS CUSTAS DE PROTESTO	189	201	N(013)	VALOR OUTRAS DESPESAS
JUROS OPERAÇÃO EM ATRASO	202	214	N(013)	
IOF DEVIDO	215	227	N(013)	VALOR DO IOF
ABATIMENTO CONCEDIDO SOBRE O TÍTULO	228	240	N(013)	VALOR ABATIMENTO CONCEDIDO
DESCONTO CONCEDIDO	241	253	N(013)	VALOR DESCONTO CONCEDIDO
VALOR PAGO	254	266	N(013)	VALOR PAGO
JUROS DE MORA	267	279	N(013)	JUROS DE MORA
OUTROS CRÉDITOS	280	292	N(013)	
BRANCOS	293	294	A(002)	BRANCOS
MOTIVO DO CÓDIGO DE OCORRÊNCIA 19 (CONFIRMAÇÃO DE INSTRUÇÃO DE PROTESTO)	295	295	A(001)	A - ACEITO / D - DESPREZADO
DATA DO CRÉDITO	296	301	N(006)	DDMMAA
BRANCOS	302	318	A(017)	BRANCOS
MOTIVOS DAS REJEIÇÕES PARA OS CÓDIGOS DE OCORRÊNCIA DA POSIÇÃO 109 A 110	319	328	N(010)	MOTIVO
BRANCOS	329	394	(066)	BRANCOS
N.º SEQUENCIAL DE REGISTRO	395	400	N(006)	NÚMERO SEQUENCIAL REGISTRO
A = ALFA NUMÉRICO – CAIXA ALTA		N = NUMÉRICO		

Layout do Arquivo Retorno - Registro "Trailer"

NOME DO CAMPO	POSIÇÃO		PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001	001	N(001)	"9"
IDENTIFICAÇÃO DO RETORNO	002	002	N(001)	2
IDENTIFICAÇÃO TIPO DE REGISTRO	003	004	N(002)	01
CÓDIGO DO BANCO	005	007	N(003)	237
BRANCOS	008	017	A(010)	BRANCOS
QUANTIDADE DE TÍTULOS EM COBRANÇA	018	025	N(008)	QTDE TÍTULOS DE COBRANÇA
VALOR TOTAL EM COBRANÇA	026	039	N(014)	VALOR TOTAL EM COBRANÇA
N.º DO AVISO BANCÁRIO	040	047	N(008)	N.º DO AVISO BANCÁRIO
BRANCOS	048	057	A(010)	BRANCOS
QTDE DE REGISTROS-OCORRÊNCIA 02 - CONFIRMAÇÃO DE ENTRADAS	058	062	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 02 - CONFIRMAÇÃO DE ENTRADAS	063	074	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS-OCORRÊNCIA 06 - LIQUIDAÇÃO	075	086	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 06 - LIQUIDAÇÃO	087	091	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 06	092	103	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 09 E 10-TÍTULOS BAIXADOS	104	108	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 09 E 10 - TÍTULOS BAIXADOS	109	120	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DE REGISTROS - OCORRÊNCIA 13 - ABATIMENTO CANCELADO	121	125	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 13 - ABATIMENTO CANCELADO	126	137	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 14 - VENCIMENTO ALTERADO	138	142	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 14 - VENCIMENTO ALTERADO	143	154	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS-OCORRÊNCIA 12 - ABATIMENTO CONCEDIDO	155	159	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 12 - ABATIMENTO CONCEDIDO	160	171	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS-OCORRÊNCIA 19- CONFIRMAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROTESTO	172	176	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 19 - CONFIRMAÇÃO DA INSTRUÇÃO DE PROTESTO	177	188	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
BRANCOS	189	362	A(174)	BRANCOS
VALOR TOTAL DOS RATEIOS EFETUADOS	363	377	N(015)	VALOR TOTAL RATEIOS
QUANTIDADE TOTAL DOS RATEIOS EFETUADOS	378	385	N(008)	QUANTIDADE RATEIOS EFETUADOS
BRANCOS	386	394	A(009)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO	395	400	N(006)	N.º SEQUENCIAL DO REGISTRO

AVISOS DE VENCIMENTO

225

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO IV

PROCEDIMENTOS DE VENDA E CONSTITUIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

1. Área Comercial

1.1 Formalização das Ordens

1.1.1 As vendas dos Produtos são efetuadas mediante pedidos apresentados pelos Clientes ("Ordens") diretamente aos assistentes de vendas da Cedente ("Assistentes Comerciais"), que são os responsáveis pelo recebimento e pela inserção das Ordens no sistema integrado de controle de recebimento de matéria-prima, estoque, faturamento, finanças e contabilidade da Cedente ("SAP").

1.1.2 Na venda de petroquímicos básicos e utilidades, em geral realizada mediante contratos de fornecimento, as Ordens são inseridas mensalmente no SAP com base em um planejamento anual de vendas definido diretamente com cada Cliente. As Ordens referentes aos demais Produtos são recebidas por meio de ligação telefônica, fax, e-mail ou pelo portal da Cedente na Internet ou, ainda, por meio de contato direto do Cliente com os gerentes de conta da Cedente ("GC"), que as encaminham a seus Assistentes Comerciais para inserção no SAP. Estas Ordens são inseridas no SAP com numeração sequencial e, se atenderem aos parâmetros de crédito previamente definidos e à disponibilidade de Produtos em estoque, são confirmadas.

1.2 Bloqueio de Ordens

1.2.1 As Ordens não confirmadas são bloqueadas pelo SAP. O bloqueio de Ordens ocorre nas seguintes hipóteses:

- (i) limite de crédito excedido: automaticamente o sistema (SAP) bloqueia as Ordens quando o somatório destas, adicionado ao somatório das Duplicatas em aberto (vencidas ou vincendas), for superior ao limite de crédito apurado e aprovado internamente para o referido Cliente; e
- (ii) títulos em aberto: automaticamente o sistema (SAP) bloqueia as Ordens, quando o Cliente possuir Duplicatas em atraso perante a Cedente por prazo igual ou superior a 4 (quatro) dias.

1.3 Liberação das Ordens

1.3.1 As Ordens bloqueadas pelo SAP são verificadas pela Área de Gestão de Crédito.

- 1.3.2 A liberação das Ordens bloqueadas pode ser autorizada, caso a caso, dependendo das condições que provocaram o bloqueio e de acordo com as alçadas estabelecidas na política de crédito e cobrança da Cedente.

2. Unidades de Produção e Faturamento

2.1 Identificação das Ordens e Contratação do Transporte

- 2.1.1 As unidades de produção e faturamento da Cedente ("UPF"), atualmente em número total de 25, identificam as Ordens processadas e liberadas e verificam, por meio do SAP, a forma contratada para o transporte dos Produtos, conforme segue:

- (i) Unidade de Insumos Básicos
 - (a) Vendas CIF: a UPF procede à contratação de transportadora;
 - (b) Vendas FOB: a UPF aguarda a chegada do transportador contratado pelo Cliente;
 - (c) Vendas por Cabotagem: a UPF procede à contratação de transportadora, que realiza o transporte por via marítima; e
 - (d) Vendas por Tubovia: a UPF fornece os Produtos diretamente ao Cliente através de dutos.
- (ii) Unidade de Vinílicos e Unidade de Poliolefinas
 - (a) Vendas CIF: a UPF procede à contratação de transportadora;
 - (b) Vendas FOB: a UPF aguarda a chegada do transportador contratado pelo Cliente; e
 - (c) Vendas por Cabotagem: a UPF usualmente procede à contratação de transportadora, que realiza o transporte por via marítima.

3. Carregamento dos Produtos e Faturamento

O carregamento dos Produtos só é autorizado pelo SAP caso o Cliente não possua qualquer restrição creditícia que tenha surgido após o processamento e liberação da respectiva Ordem.

3.1 Transporte em Caminhões

- 3.1.1 Qualquer que seja a modalidade de venda (CIF ou FOB), o carregamento dos Produtos no caminhão é feito no armazém de produto acabado da respectiva UPF.
- 3.1.2 Concluído o carregamento, caso a venda tenha sido contratada na modalidade CIF, é emitido o comprovante de embarque dos Produtos. O caminhão carregado passa pela balança para pesagem e registro eletrônico dos dados da transportadora na UPF. No ato da pesagem, é emitido um tíquete de balança que registra a quantidade de Produtos embarcada, sendo

- entregue ao motorista do caminhão responsável pelo transporte uma via do respectivo tíquete.
- 3.1.3 No caso das vendas na modalidade CIF, o recibo de entrega dos Produtos é entregue ao motorista, que deverá colher a assinatura do Cliente no referido comprovante quando da efetiva entrega.
- 3.1.4 No caso das vendas na modalidade FOB, o recibo de entrega dos Produtos é firmado pelo próprio motorista que efetuará o transporte até o destino final. O recibo de entrega fica retido na UPF.
- 3.1.5 A emissão da Nota Fiscal Fatura de cada venda realizada é feita em 5 (cinco) vias. O SAP só emite as Notas Fiscais Fatura após a conclusão do carregamento dos Produtos e não registra mais de uma Nota Fiscal Fatura com o mesmo número.
- 3.2 Transporte por Cabotagem
- 3.2.1 Nas vendas cujo transporte ocorre por cabotagem, os Produtos são transferidos por tubovia ou caminhões desde a respectiva UPF até o Porto de Aratú ou até o píer privado da Cedente, localizado em Maceió.
- 3.2.2 Após a chegada dos Produtos, estes são transportados por via marítima até outros portos no Brasil, por transportadora contratada pela Cedente. A modalidade das vendas por cabotagem é usualmente CIF até o porto de destino, onde os Clientes retiram os Produtos.
- 3.2.3 A emissão da Nota Fiscal Fatura pode ocorrer tanto na UPF de origem quanto no porto de destino, sempre de acordo com o procedimento descrito no sub-item "Transporte por Caminhões" acima. O comprovante de entrega dos Produtos é firmado pelo motorista da transportadora contratada pelo Cliente, quando da retirada dos Produtos no porto de destino.
- 3.3 Transporte por Tubovia
- 3.3.1 Nas vendas cuja entrega dos Produtos é realizada por tubovia, a cada decêndio ou diariamente, dependendo do caso, é feita a leitura do medidor da tubovia para verificação da quantidade de Produto que foi bombeada. O Cliente assina a leitura do medidor, que vale como recibo de entrega dos Produtos, e, em seguida, é emitida a Nota Fiscal Fatura, de acordo com o procedimento descrito no sub-item "Transporte por Caminhões" acima.
4. Área Financeira
- 4.1 As vendas a prazo com vencimento superior a 9 (nove) dias são selecionadas e as respectivas Duplicatas são transmitidas, por meio eletrônico ou magnético, ao Custodiante, que efetuará a cobrança por meio dos Avisos de Vencimento. Através do SAP, a área financeira pode consultar, em tempo real, o registro de todas as Duplicatas enviadas para cobrança.

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO V

TERMO DE CESSÃO

Termo de Cessão n.º [•]

Cedente:

Braskem S.A.

Endereço: Rua Eteno 1.561, Camaçari, BA

CNPJ/MF n.º 42.150.391/0001-70

Cessionário:

Chemical IV – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria

Petroquímica

CNPJ/MF n.º 09.266.450/00001-03

Administrador:

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Osasco, SP

CNPJ: 00.066.670/0001-00

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Termo de Cessão que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 11 de maio de 2009, sob o n.º 229712, conforme aditado ("Regulamento").)

Preço de Aquisição: R\$[•] ([•]).

1. O presente Termo de Cessão, firmado por meio eletrônico entre a Cedente e o Fundo, conforme o disposto na Cláusula 4 do Contrato de Cessão, formaliza a cessão, pela Cedente ao Cessionário, sem qualquer direito de regresso ou coobrigação da Cedente, dos Direitos Creditórios descritos na relação de Direitos Creditórios Cedidos, anexa ao presente Termo de Cessão, pelo Preço de Aquisição acima especificado, mediante crédito na Conta Corrente Autorizada da Cedente, pelo que a Cedente outorga ao Cessionário a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, seja a que tempo e título for.
2. A entrega dos Documentos Comprobatórios deverá observar os termos e condições do Contrato de Depósito.
3. Todas as condições relativas à presente cessão que não estiverem expressamente estabelecidas neste Termo de Cessão encontram-se descritas no Contrato de Cessão.

4. A Cedente reitera, por meio da assinatura do presente Termo de Cessão, a veracidade, validade e eficácia da totalidade das declarações prestadas ao Fundo na Cláusula 2.1 do Contrato de Cessão.

Sem prejuízo da formalização deste Termo de Cessão por meio eletrônico, as Partes, ora o firmam em 4 (quatro) vias, cada qual com o mesmo teor e para um único propósito e efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Osasco, [•] de [•] de [•].

Braskem S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Chemical IV -

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica
(Representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

Cargo:

Nome:

Id.:

CPF/MF

Nome:

Id.:

CPF/MF

ANEXO AO TERMO DE CESSÃO N.º [•] DE [•] DE [•] DE [•].

(Nome do Fundo)

(CNPJ da Cedente) (Nome da Cedente)

N.º REGISTRO COBRANÇA BANCÁRIA	CPF/CNPJ	NOME DO SACADO	DATA DE EMIÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR FACE (R\$)	VALOR DE AQUISIÇÃO (R\$)
TOTAIS:					Qtde de Títulos: [•]	

TAXA DE DESCONTO: [•],[•]%

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO VI

CARTA DE OFERTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS PERMUTÁVEIS

[LOGO]

[Local e Data]

À Braskem S.A.
Av. das Nações Unidas 8501, 25º andar
05425-070 São Paulo, SP

At.: Rodrigo Menck
 Marcelo Rossini
 Julcimar Ferreira
 Renata Guedes

Ref.: Oferta de Direitos Creditórios Permutáveis

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre a Braskem S.A. ("Cedente") e o Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, com a interveniência do Banco Bradesco S.A. ("Custodiante") ("Contrato de Cessão").

Serve a presente para apresentar-lhes, nos termos da alínea 6.2(i)(a) da Cláusula 6.2 do Contrato de Cessão, o quadro abaixo contendo a lista dos Direitos Creditórios Permutáveis que oferecemos a V. Sas. para utilização como Contraprestação.

Os Direitos Creditórios Permutáveis que forem aceitos por V. Sas. deverão ser assinalados com um "X" na coluna "De Acordo".

Possível Data de Aquisição e Pagamento: ____/____/____

Sacado	Cedente	Data de Emissão NF	Data de Vencimento da Duplicata	Valor Nominal (R\$)	Data Limite para Utilização	De Acordo
TOTAL						

Ante o exposto, solicitamos a manifestação de V. Sas. acerca dos Direitos Creditórios Permutáveis a serem aceitos como Contraprestação, nos termos da alínea 6.2(i)(f) da Cláusula 6.2 do Contrato de Cessão, por meio do retorno desta correspondência devidamente assinada, por meio eletrônico, no prazo de até 7 (sete) dias contados do recebimento desta carta.

Os termos e expressões definidas referidos neste instrumento e aqui não definidos, terão o significado que lhes é atribuído no Contrato de Cessão ou no Regulamento.

Sendo o que se apresentava, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

CHEMICAL IV – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

De Acordo:

BRASKEM S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO VII

FAIXAS DE VENCIMENTO E TAXA DI FUTURA

Para a definição da Taxa DI Futura que será utilizada para o cálculo do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, nos termos da Cláusula 6.2 do Contrato de Cessão, o Administrador observará a tabela a seguir:

Faixas de Vencimento do dy	Referência para Taxa DI Futura
Entre 8 e 37 dias	Contratos com prazo de 30 dias
Entre 38 e 52 dias	Interpolação entre contratos com prazo de 30 dias e contratos com prazo de 60 dias
Entre 53 e 67 dias	Contratos com prazo de 60 dias
Entre 68 e 82 dias	Interpolação entre contratos com prazo de 60 dias e contratos com prazo de 90 dias
Entre 83 e 90 dias	Contratos com prazo de 90 dias

Suplemento das Quotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PRIMEIRO ADITAMENTO AO SUPLEMENTO ÚNICO – QUOTAS SENIORES
DATADO DE 29 DE JUNHO DE 2009

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, na qualidade de administradora do CHEMICAL IV – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA, resolve alterar as referências à 1ª Data de Emissão, fazendo os ajustes correspondentes.

Montante das Quotas Seniores:	R\$227.000.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões de reais)
Quantidade de Quotas Seniores:	227.000 (duzentas e vinte e sete mil)
1ª Data de Emissão:	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas.
Data de Resgate:	18 (dezoito) meses a contar da 1ª Data de Emissão.
Fator Spread das Quotas Seniores:	1,4%.
Amortização Periódica:	18 (dezoito) amortizações mensais, sendo que nas 6 (seis) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST) será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 13.4 do Regulamento, as 6 (seis) primeiras datas (T) representam amortização da Remuneração, não havendo, portanto, carência para o pagamento da mesma. A partir do 7º (sétimo) mês, inclusive, as 11 (onze) primeiras amortizações serão equivalentes a 8,33% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores, e a última amortização será equivalente a 8,37% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores;



Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

Amortização (T)	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)
1ª amortização	0,0%
2ª amortização	0,0%
3ª amortização	0,0%
4ª amortização	0,0%
5ª amortização	0,0%
6ª amortização	0,0%
7ª amortização	8,33%
8ª amortização	8,33%
9ª amortização	8,33%
10ª amortização	8,33%
11ª amortização	8,33%
12ª amortização	8,33%
13ª amortização	8,33%
14ª amortização	8,33%
15ª amortização	8,33%
16ª amortização	8,33%
17ª amortização	8,33%
18ª amortização (*)	8,37%

(*) Data de Resgate.

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 11 de maio de 2009, sob o n.º 229712, conforme aditado.)

(Página 2/2 do Primeiro Aditamento ao Suplemento Único)

**2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS
DE OSASCO - SP**

Rua Dante Bastiani, 249

Centro - Osasco - SP - CEP 06013-030

APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E

MICROFILMADO SOB N.º 231182, DO LIVRO B

Osasco, 29 de junho de 2009

JOÃO M. MARTINEZ / ANDRÉA C. S. OSALMEIDA
PRISCILA VIEIRA / SONIA MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTOCOLADO N.º 231182

Total pago R\$ 41,49 este valor inclui 32% devidos
ao Estado e 20% à CAOT Previdência da IPESP, e de

R\$ 25,93 devido ao Cofre.

Registrado sob o N.º

231182

OSASCO

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

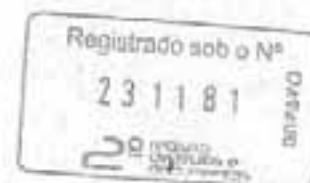


Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO SUPLEMENTO ÚNICO
- QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO
DATADO DE 29 DE JUNHO DE 2009**



BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, na qualidade de administradora do CHEMICAL IV - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA, resolve alterar as referências à 1ª Data de Emissão, fazendo os ajustes correspondentes.

Montante das Quotas Subordinadas Mezanino:	R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais)
Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino:	18.000 (dezoito mil)
1ª Data de Emissão:	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas.
Data de Resgate:	18 (dezoito) meses a contar da 1ª Data de Emissão.
Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino:	7,5%.
Amortização Periódica:	18 (dezoito) amortizações mensais, sendo que, nas 6 (seis) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST) será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 13.5 do Regulamento, as 6 (seis) primeiras datas (T) representam amortização da Remuneração, não havendo, portanto, carência para o pagamento da mesma. A partir do 7º (sétimo) mês, inclusive, as 11 (onze) primeiras amortizações serão equivalentes a 8,33% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino, e a última amortização será equivalente a 8,37% do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino.



Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

Amortização (T)	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)
1ª amortização	0,0%
2ª amortização	0,0%
3ª amortização	0,0%
4ª amortização	0,0%
5ª amortização	0,0%
6ª amortização	0,0%
7ª amortização	8,33%
8ª amortização	8,33%
9ª amortização	8,33%
10ª amortização	8,33%
11ª amortização	8,33%
12ª amortização	8,33%
13ª amortização	8,33%
14ª amortização	8,33%
15ª amortização	8,33%
16ª amortização	8,33%
17ª amortização	8,33%
18ª amortização (*)	8,37%

(*) Data de Resgate.



(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 11 de maio de 2009, sob o n.º 229712, conforme aditado.)

(Página 2/2 do Primeiro Aditamento ao Suplemento Único)

2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS
DE OSASCO - SP

Rua Dante Urubatan, 249
Centro - Osasco - SP - CEP 06013-030
APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E
MICROFILMADO SOB N.º 231181 DO LIVRO E
Osasco 29 de Junho de 2009

JOÃO M. MARIANO / ANDREA C. B. DE ALMEIDA
PRISCILA VIEIRA / SONIA MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTOCOLADO N.º 231181

Total pago R\$ 41,49 este valor inclui 32% devidos
ao Estado e 20% à CARI Previdência do IFESP, sobre
R\$ 25,93 devido ao Oficial.



Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

Declaração do Administrador, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Bradesco




DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

A **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00, representada na forma de seu Contrato Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, na qualidade de Administradora (a "Administradora") do **CHEMICAL IV - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS INDÚSTRIA PETROQUÍMICA** (o "FUNDO"), vem nos termos do artigo 56, da Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 e posteriores alterações, da Comissão de Valores Mobiliários, **DECLARAR** que:

- (a) o Prospecto da Oferta: (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Cotas, do Fundo, das Cedentes e das suas atividades, bem como dos riscos inerentes às atividades das Cedentes e ao investimento nas Cotas Seniores, no contexto da Oferta;
- (b) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução n.º 400 da Comissão de Valores Mobiliários.

Osasco, 04 de maio de 2009.


BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS Ltda.

Arnaldo Alves Vieira

Cassiano Ricardo Scarpelli



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Declaração do Coordenador Líder, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.933.830-0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), na qualidade de coordenador líder da distribuição pública de até 227.000.000 (duzentas e vinte e sete milhões) Quotas Seniores e até 18.000.000 (dezoito milhões) Quotas Subordinadas Mezanino, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Oferta"), do "Chemical IV – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica" ("Fundo"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar, exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, que (i) o prospecto relativo à Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e do Fundo, da sua política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira e da taxa de administração devida à instituição administradora, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes, e permite uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes e (ii) tomou as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que as informações prestadas a respeito Fundo no âmbito da Oferta fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.

São Paulo, 07 de maio de 2009.

BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Nome: Francisco Cláudio Duda
Cargo: Diretor-Gerente

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



RISK ADVISORY SERVICES

Grupo Braskem

Relatório relativo à aplicação de procedimentos pré-acordados
31 de outubro de 2008

ADVISORY

AUDIT • TAX • ADVISORY

- Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pelo Grupo Braskem. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo. Nenhuma decisão de adquirir as quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas no relatório. O conteúdo deste relatório deve ser cuidadosamente analisado, considerando todas as informações contidas no prospecto.





KPMG Risk Advisory Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel
Fax Nacional
Internacional
Internet

55 (11) 2183-3000
55 (11) 2183-3001
55 (11) 2183-3034
www.kpmg.com.br

À

Braskem S.A.
São Paulo - SP

07 de maio de 2009

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 25 de outubro de 2008, apresentamos nossas constatações relativas à revisão especial da carteira de recebíveis da empresa Braskem S.A. ("Braskem" ou "Originador"). Tais recebíveis são representados por duplicatas comerciais decorrentes de vendas a prazo, de resinas termoplásticas às empresas transformadoras de plástico (terceira geração) para fabricarem embalagens, brinquedos, componentes automotivos, utilidades domésticas, peças para a indústria eletroeletrônica e para a construção civil.

Nossos trabalhos tiveram como objetivo apresentar nossas constatações sobre a *performance* dos pagamentos dos clientes, bem como levantar informações sobre procedimentos operacionais e respectivos controles relacionados a faturamento e cobrança dos recebíveis.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pelo Originador, para o período compreendido entre 1º de novembro de 2005 e 31 de outubro de 2008. Indicamos ainda neste relatório as fontes das demais informações apresentadas.

Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório. Nossos trabalhos foram executados no período de 5 de novembro de 2008 a 11 de março de 2009 e basearam-se no sistema de controles internos vigente durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes do Grupo Braskem e limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da Braskem S.A. no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Pedro Vitor Zago
Diretor

Fernando Jun Miranda Omori
Gerente Sênior

KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e filial integrante da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative.

Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel.: 55 (11) 2183-3290
Fax: 55 (11) 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fernando Jun Miranda
Omori
Gerente sênior
Tel.: 55 (11) 2183-3381
Fax: 55 (11) 2183-3001
fjomori@kpmg.com.br

Descrição	Página
Objetivos do trabalho e base para preparação das informações	4
Descrição dos procedimentos realizados	5
Apresentação da carteira de recebíveis	6
Conciliação da base de dados e descrição procedimentos de crédito e cobrança	23
Verificação Física das características do contrato	25
Descrição dos Procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis	26



Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.1 - Identificação do faturamento sujeito à securitização (FLS)

Descrição	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	%Acum.	Quantidade de Faturas	%	%Acum.
Total Base de Dados	40.377.832	100,00%		538.977	100,00%	
Eliminações						
(-) Outros faturamentos não analisados *	1.237.601	3,07%	3,1%	9.990	1,85%	1,9%
Operações Intercompany :						
(-) Copesul - Cia. Petroquímica do Sul - CNPJ 88.948.492/0001-92	498.791	1,24%	4,3%	157	0,03%	1,9%
(-) Ipiranga Química S.A - CNPJ 62.227.509/0012-81	143.601	0,36%	4,7%	2.198	0,41%	2,3%
(-) Ipiranga Comercial Química S.A - CNPJ 62.227.509/0004-71	18.244	0,05%	4,7%	128	0,02%	2,3%
(-) Ipiranga Petroquímica S.A - CNPJ 88.939.236/0001-39	39.537	0,10%	4,8%	219	0,04%	2,4%
(-) Braskem Distribuidora Ltda. - CNPJ 01.944.031/0003-25	133.310	0,33%	5,1%	1.003	0,19%	2,5%
(-) Braskem S/A - CNPJ 42.150.391/0018-19	1.201	0,00%	5,1%	15	0,00%	2,5%
(-) Cia. Alagoas Industrial Cinal - CNPJ 08.444.655/0001-60	704	0,00%	5,1%	24	0,00%	2,5%
(-) Faturas emitidas fora do período de análise	10	0,00%	5,1%	552	0,10%	2,7%
(-) Faturas com referência despadronizada	27.678	0,07%	5,2%	371	0,07%	2,7%
(-) Faturas com data vencimento inferior a Data de Emissão	31.505	0,08%	5,3%	248	0,05%	2,8%
(-) Faturas canceladas **	700.733	1,74%	7,0%	5518	1,02%	3,8%
Total FLS	37.544.916	92,98%		518.554	96,21%	

* Faturas com códigos de tipo de documento: DF, DG, DJ, KD, PD, DS, DZ, DB, DA e DP

** Faturas canceladas referem-se a cancelamentos, devoluções e erros operacionais.



Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.2 - Características gerais da carteira de recebíveis

Características	
Período sob Análise -	Nov/05 a Out/08 (36 meses)
Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	37.544.916
Média Mensal de Originação - R\$(000)	1.042.914
Quantidade de Faturas -	518.554
Média de Faturas Originadas (mês)	14.404
Ticket Médio das Faturas R\$(000)	72.403
Prazo médio das Faturas (em dias)	28

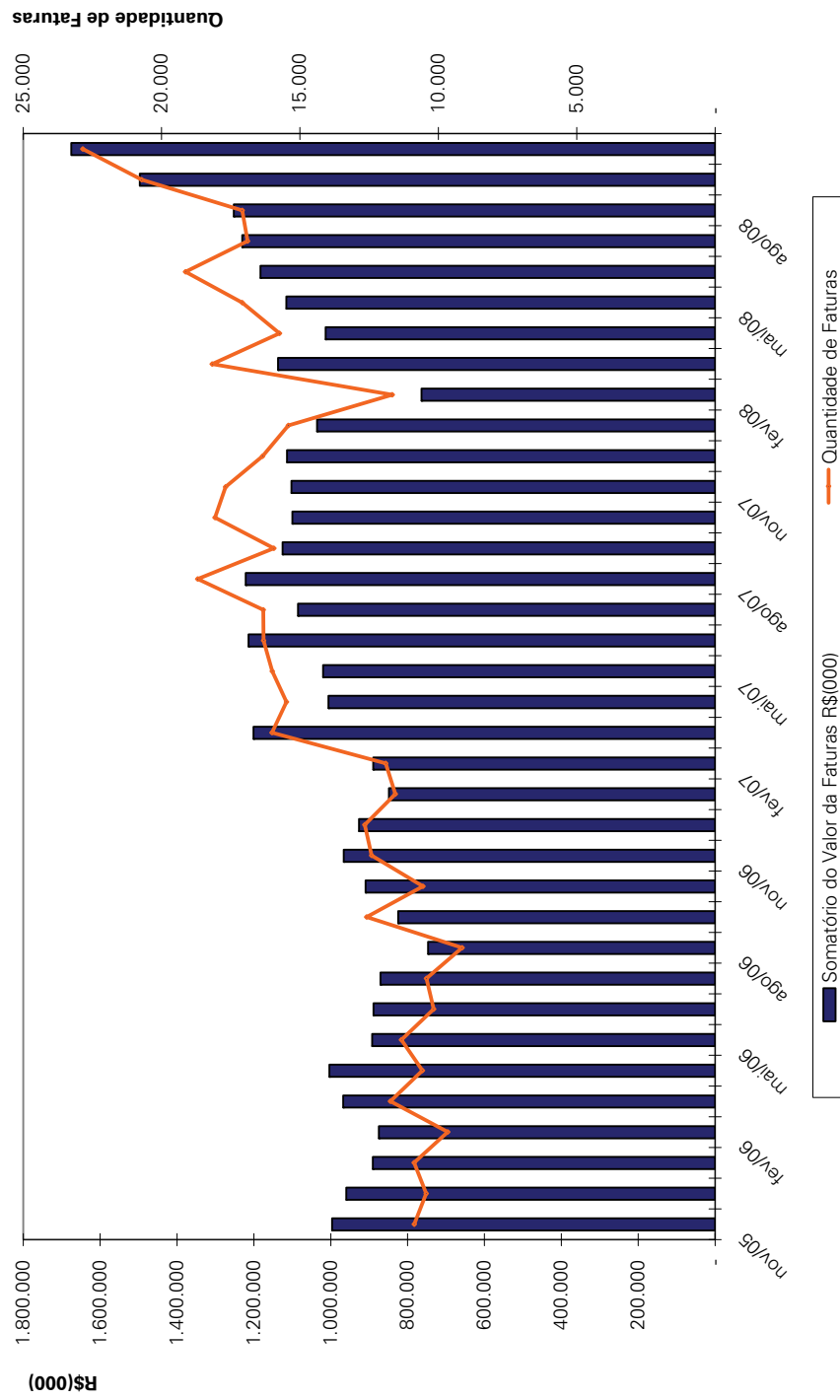
Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.3 - Distribuição do volume financeiro

Origem	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)			Quantidade de Faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)			Quantidade de Faturas	% Acum.			%	% Acum.			%
nov/05	996.478	2,65%	2,65%	10.869	2,10%	2,10%	mai/07	1.019.793	2,72%	2,72%	47,10%	16.003	3,09%	3,09%	43,27%	
dez/05	959.344	2,56%	5,21%	10.439	2,01%	4,11%	jun/07	1.213.995	3,23%	3,23%	50,33%	16.317	3,15%	3,15%	46,42%	
jan/06	890.792	2,37%	7,58%	10.876	2,10%	6,21%	jul/07	1.084.942	2,89%	2,89%	53,22%	16.326	3,15%	3,15%	49,57%	
fev/06	874.940	2,33%	9,91%	9.661	1,86%	8,07%	ago/07	1.221.059	3,25%	3,25%	56,47%	18.694	3,61%	3,61%	53,17%	
mar/06	967.484	2,58%	12,49%	11.730	2,26%	10,33%	set/07	1.125.475	3,00%	3,00%	59,47%	15.947	3,08%	3,08%	56,25%	
abr/06	1.003.571	2,67%	15,16%	10.570	2,04%	12,37%	out/07	1.099.851	2,93%	2,93%	62,40%	18.069	3,48%	3,48%	59,73%	
mai/06	892.289	2,38%	17,54%	11.337	2,19%	14,56%	nov/07	1.102.171	2,94%	2,94%	65,33%	17.688	3,41%	3,41%	63,14%	
jun/06	888.653	2,37%	19,91%	10.164	1,96%	16,52%	dez/07	1.113.548	2,97%	2,97%	68,30%	16.354	3,15%	3,15%	66,30%	
jul/06	870.591	2,32%	22,22%	10.428	2,01%	18,53%	jan/08	1.035.424	2,76%	2,76%	71,06%	15.421	2,97%	2,97%	69,27%	
ago/06	746.535	1,99%	24,21%	9.139	1,76%	20,29%	fev/08	763.821	2,03%	2,03%	73,09%	11.667	2,25%	2,25%	71,52%	
set/06	824.646	2,20%	26,41%	12.587	2,43%	22,72%	mar/08	1.137.138	3,03%	3,03%	76,12%	18.173	3,50%	3,50%	75,02%	
out/06	909.686	2,42%	28,83%	10.559	2,04%	24,75%	abr/08	1.013.378	2,70%	2,70%	78,82%	15.737	3,03%	3,03%	78,06%	
nov/06	966.351	2,57%	31,41%	12.407	2,39%	27,15%	mai/08	1.115.442	2,97%	2,97%	81,79%	17.090	3,30%	3,30%	81,35%	
dez/06	926.312	2,47%	33,87%	12.654	2,44%	29,59%	jun/08	1.182.825	3,15%	3,15%	84,94%	19.139	3,69%	3,69%	85,04%	
jan/07	848.203	2,26%	36,13%	11.557	2,23%	31,81%	jul/08	1.230.292	3,28%	3,28%	88,22%	16.889	3,26%	3,26%	88,30%	
fev/07	889.335	2,37%	38,50%	11.906	2,30%	34,11%	ago/08	1.252.014	3,33%	3,33%	91,55%	17.089	3,30%	3,30%	91,60%	
mar/07	1.201.226	3,20%	41,70%	16.012	3,09%	37,20%	set/08	1.496.713	3,99%	3,99%	95,54%	20.722	4,00%	4,00%	95,59%	
abr/07	1.005.855	2,68%	44,38%	15.484	2,99%	40,18%	out/08	1.674.747	4,46%	4,46%	100,00%	22.850	4,41%	4,41%	100,00%	
Total								37.544.916	100,00%	100,00%		518.554	100,00%			

Apresentação da carteira de recebíveis

Gráfico 2.1 - Distribuição do volume financeiro



Apresentação da carteira de recebíveis

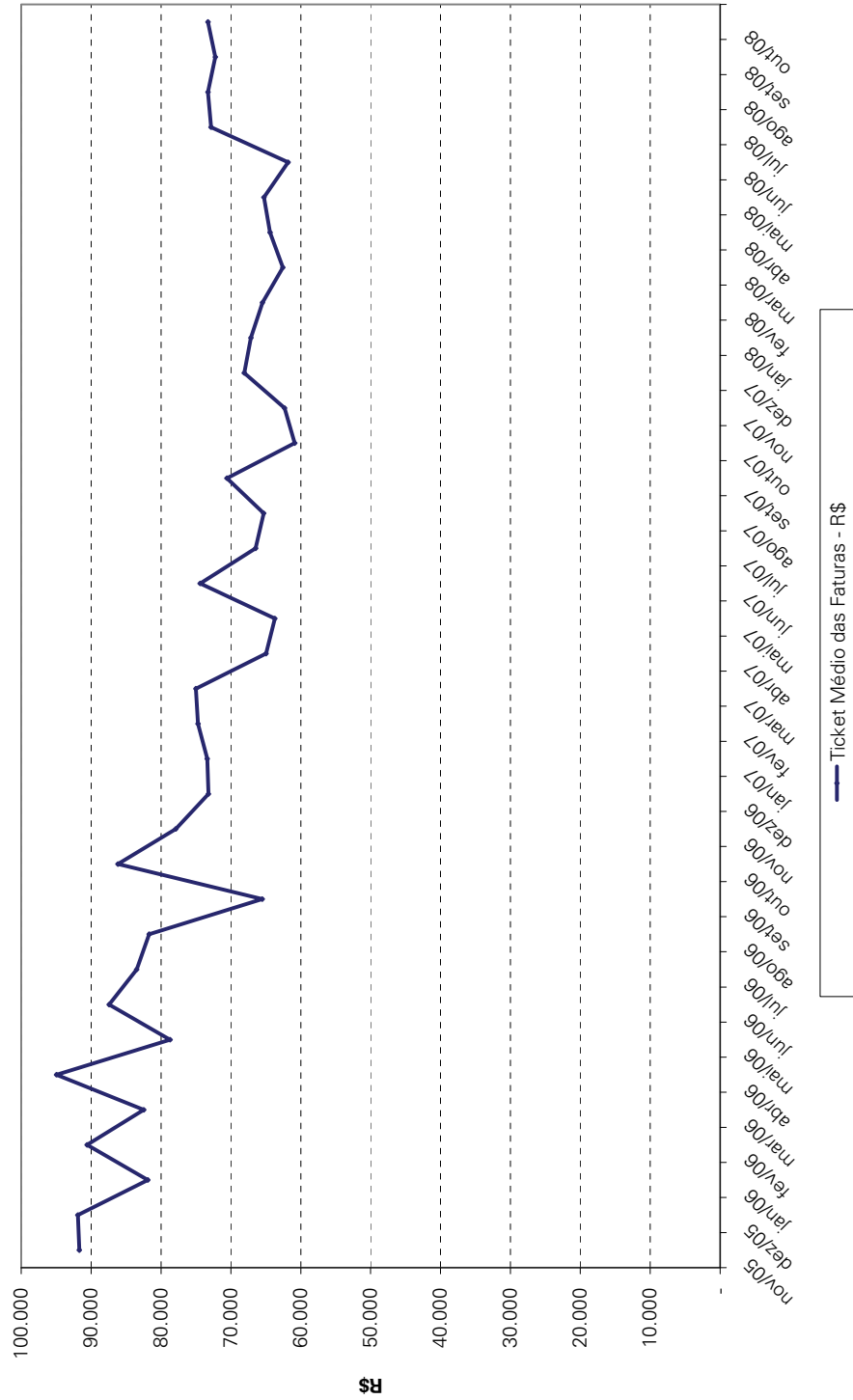
Tabela 2.4 - Ticket médio mensal das faturas

Origem	Ticket Médio das Faturas - R\$	Origem	Ticket Médio das Faturas - R\$
nov/05	91.681	mai/07	63.725
dez/05	91.900	jun/07	74.401
jan/06	81.904	jul/07	66.455
fev/06	90.564	ago/07	65.318
mar/06	82.479	set/07	70.576
abr/06	94.945	out/07	60.869
mai/06	78.706	nov/07	62.312
jun/06	87.431	dez/07	68.090
jul/06	83.486	jan/08	67.144
ago/06	81.687	fev/08	65.468
set/06	65.516	mar/08	62.573
out/06	86.153	abr/08	64.395
nov/06	77.888	mai/08	65.269
dez/06	73.203	jun/08	61.802
jan/07	73.393	jul/08	72.846
fev/07	74.696	ago/08	73.264
mar/07	75.020	set/08	72.228
abr/07	64.961	out/08	73.293
		Total	72.403



Apresentação da carteira de recebíveis

Gráfico 2.2 - Ticket médio mensal das faturas

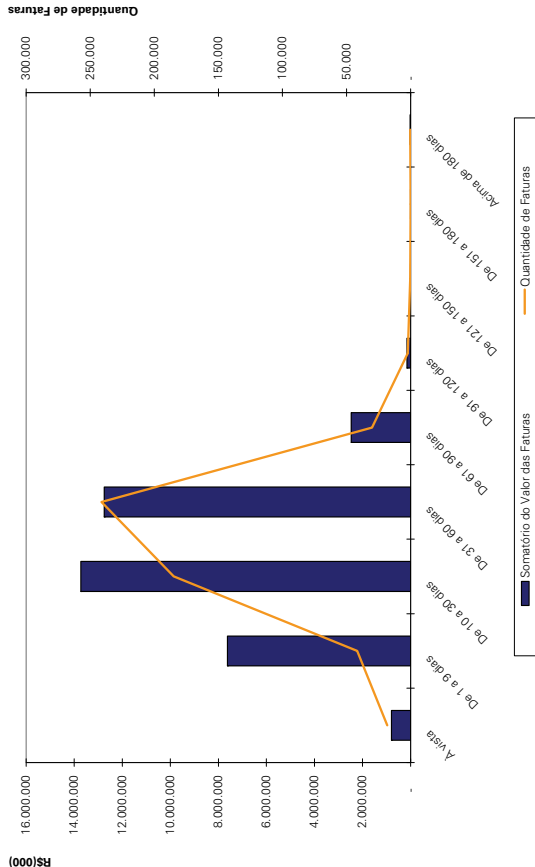


Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.5 e Gráfico 2.3 - Distribuição do volume financeiro das vendas por prazo médio de vendas

Prazo Médio (Em dias)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de Faturas	% Acum.
À vista	793.354	2,11%	18.219	3,51%
De 1 a 9 dias	7.621.058	20,30%	41.732	8,05%
De 10 a 30 dias	13.721.524	36,55%	184.867	35,65%
De 31 a 60 dias	12.754.418	33,97%	241.114	46,50%
De 61 a 90 dias	2.469.094	6,58%	30.074	5,80%
De 91 a 120 dias	151.611	0,40%	2.117	0,41%
De 121 a 150 dias	8.520	0,02%	181	0,03%
De 151 a 180 dias	7.963	0,02%	43	0,01%
Acima de 180 dias	17.376	0,05%	207	0,04%
Total	37.544.916	100,00%	518.554	100,00%

Prazo Médio Ponderado 28 dias



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 56611
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.6 - Distribuição do volume financeiro de vendas por faixas de valor

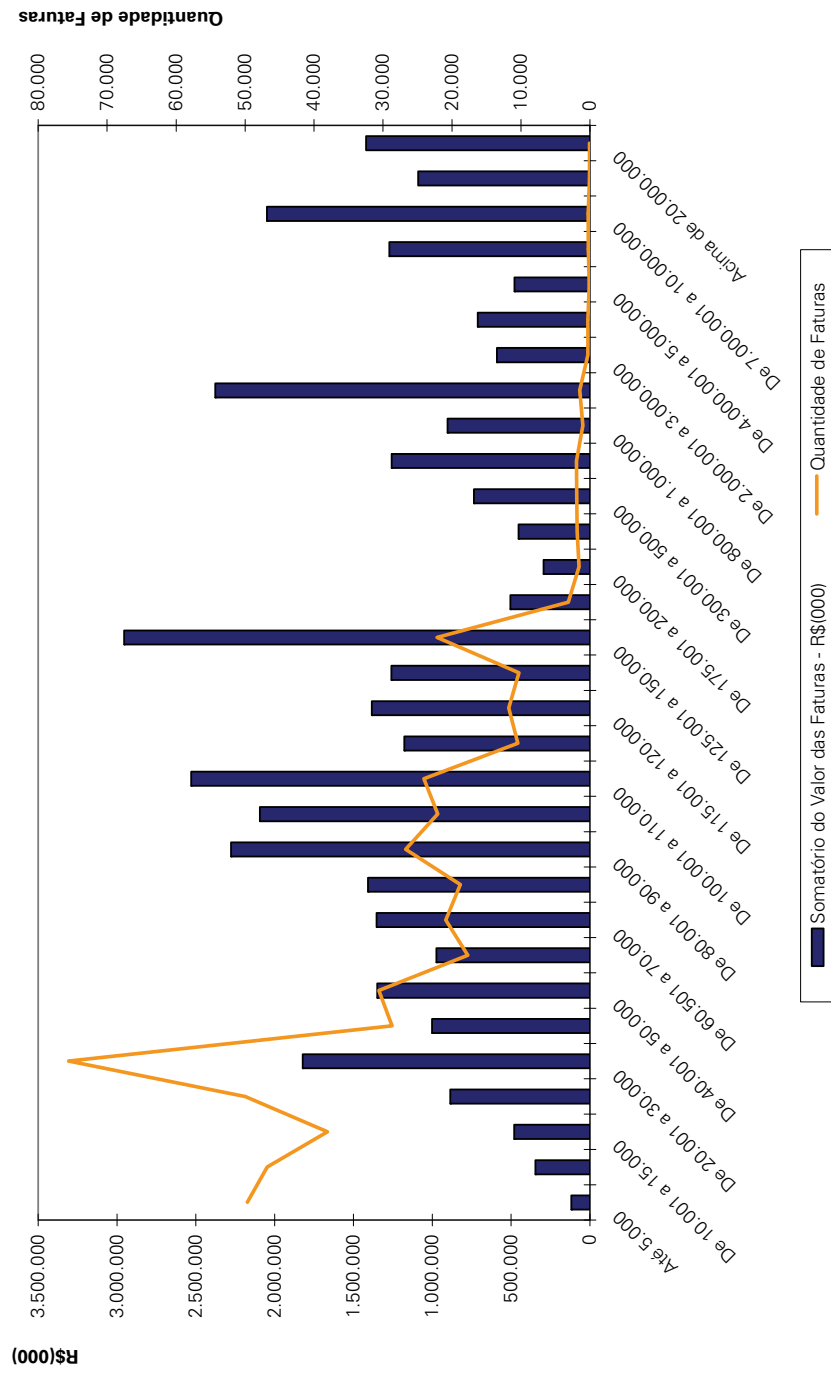
Faixas de Valor das Faturas (em R\$)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de Faturas	%	% Acum.
Até 5.000	118.921	0,32%	0,32%	49.676	9,58%	9,58%
De 5.001 a 10.000	346.725	0,92%	1,24%	46.798	9,02%	18,60%
De 10.001 a 15.000	480.229	1,28%	2,52%	38.052	7,34%	25,94%
De 15.001 a 20.000	885.376	2,36%	4,88%	49.974	9,64%	35,58%
De 20.001 a 30.000	1.822.591	4,85%	9,73%	75.569	14,57%	50,15%
De 30.001 a 40.000	1.000.550	2,66%	12,40%	28.693	5,53%	55,69%
De 40.001 a 50.000	1.348.984	3,59%	15,99%	30.596	5,90%	61,59%
De 50.001 a 60.000	974.235	2,59%	18,58%	17.710	3,42%	65,00%
De 60.501 a 70.000	1.353.002	3,60%	22,19%	20.899	4,03%	69,03%
De 70.001 a 80.000	1.407.570	3,75%	25,94%	18.786	3,62%	72,65%
De 80.001 a 90.000	2.276.140	6,06%	32,00%	26.726	5,15%	77,81%
De 90.001 a 100.000	2.093.866	5,58%	37,58%	22.065	4,26%	82,06%
De 100.001 a 110.000	2.529.205	6,74%	44,31%	24.069	4,64%	86,71%
De 110.001 a 115.000	1.176.776	3,13%	47,45%	10.464	2,02%	88,72%
De 115.001 a 120.000	1.383.774	3,69%	51,13%	11.785	2,27%	91,00%
De 120.001 a 125.000	1.259.571	3,35%	54,49%	10.286	1,98%	92,98%
De 125.001 a 150.000	2.954.033	7,87%	62,36%	22.159	4,27%	97,25%
De 150.001 a 175.000	504.843	1,34%	63,70%	3.144	0,61%	97,86%
De 175.001 a 200.000	293.765	0,78%	64,48%	1.587	0,31%	98,16%
De 200.001 a 300.000	453.454	1,21%	65,69%	1.855	0,36%	98,52%
De 300.001 a 500.000	735.411	1,96%	67,65%	1.901	0,37%	98,89%
De 500.001 a 800.000	1.258.387	3,35%	71,00%	1.951	0,38%	99,27%
De 800.001 a 1.000.000	902.702	2,40%	73,41%	1.008	0,19%	99,46%
De 1.000.001 a 2.000.000	2.375.678	6,33%	79,73%	1.490	0,29%	99,75%
De 2.000.001 a 3.000.000	589.350	1,57%	81,30%	299	0,06%	99,80%
De 3.000.001 a 4.000.000	710.755	1,89%	83,20%	291	0,06%	99,86%
De 4.000.001 a 5.000.000	478.685	1,27%	84,47%	107	0,02%	99,88%
De 5.000.001 a 7.000.000	1.272.666	3,39%	87,86%	231	0,04%	99,93%
De 7.000.001 a 10.000.000	2.048.141	5,46%	93,32%	250	0,05%	99,97%
De 10.000.001 a 20.000.000	1.089.503	2,90%	96,22%	82	0,02%	99,99%
Acima de 20.000.000	1.420.028	3,78%	100,00%	51	0,01%	100,00%
Total	37.544.916	100,00%		518.554	100,00%	



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 56611
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis

Gráfico 2.4 - Distribuição do volume financeiro de vendas por faixas de valor



Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.7 - Identificação dos 30 maiores clientes no período

#	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de Faturas	%	% Acum.
1	Ciente 1	2.060.518	5,49%	1.923	0,37%	0,37%
2	Ciente 2	1.632.291	4,35%	950	0,18%	0,55%
3	Ciente 3	1.418.106	3,78%	2.868	0,55%	1,11%
4	Ciente 4	1.134.295	3,02%	475	0,09%	1,20%
5	Ciente 5	1.085.701	2,89%	3.303	0,64%	1,84%
6	Ciente 6	998.826	2,66%	14.935	2,88%	4,72%
7	Ciente 7	880.791	2,35%	523	0,10%	4,82%
8	Ciente 8	875.080	2,33%	7.880	1,52%	6,34%
9	Ciente 9	686.237	1,83%	7.695	1,48%	7,82%
10	Ciente 10	662.758	1,77%	488	0,09%	7,91%
11	Ciente 11	546.151	1,45%	5.109	0,99%	8,90%
12	Ciente 12	501.430	1,34%	331	0,06%	8,96%
13	Ciente 13	477.066	1,27%	6.559	1,26%	10,23%
14	Ciente 14	472.683	1,26%	370	0,07%	10,30%
15	Ciente 15	468.432	1,25%	902	0,17%	10,47%
16	Ciente 16	430.575	1,15%	4.368	0,84%	11,32%
17	Ciente 17	425.830	1,13%	14.850	2,86%	14,18%
18	Ciente 18	420.123	1,12%	2.737	0,53%	14,71%
19	Ciente 19	412.549	1,10%	5.276	1,02%	15,73%
20	Ciente 20	399.738	1,06%	3.310	0,64%	16,36%
21	Ciente 21	348.225	0,93%	11.664	2,25%	18,61%
22	Ciente 22	346.890	0,92%	5.458	1,05%	19,67%
23	Ciente 23	321.050	0,86%	7.086	1,37%	21,03%
24	Ciente 24	320.940	0,85%	5.788	1,12%	22,15%
25	Ciente 25	271.877	0,72%	222	0,04%	22,19%
26	Ciente 26	254.831	0,68%	3.978	0,77%	22,96%
27	Ciente 27	254.026	0,68%	3.150	0,61%	23,57%
28	Ciente 28	247.441	0,66%	2.660	0,51%	24,08%
29	Ciente 29	212.421	0,57%	1.674	0,32%	24,40%
30	Ciente 30	205.644	0,55%	2.918	0,56%	24,96%
Total 30 Maiores		18.772.524	50,00%	129.451	24,96%	
Demais (2.317 Clientes)		18.772.392	50,00%	389.103	75,04%	
Total		37.544.916	100,00%	518.554	100,00%	



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 56611
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.8 – Concentração dos clientes

Cliente	Somatório do valor das Faturas R\$(000)	%	%Acum.	Quantidade de Faturas	%	%Acum
1 ao 30	18.772.524	50,00%	50,00%	129.451	24,96%	24,96%
31 ao 100	7.507.320	20,00%	70,00%	100.772	19,43%	44,40%
101 ao 300	6.521.296	17,37%	87,37%	122.763	23,67%	68,07%
Total 300 maiores	32.801.140	87,37%		352.986	68,07%	
301 ao 500	2.302.480	6,13%	93,50%	63.552	12,26%	80,33%
501 ao 700	1.152.939	3,07%	96,57%	42.826	8,26%	88,59%
701 ao 1000	802.784	2,14%	98,71%	32.232	6,22%	94,80%
Total 1000 maiores	4.258.203	11,34%		138.610	26,73%	
Demais (1347)	485.574	1,29%	100,00%	26.958	5,20%	100,00%
Total FLS	37.544.916	100,00%		518.554	100,00%	



Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.9 - Aging - Distribuição dos prazos de pagamento das faturas sob análise

Faixas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	%Acum.	Descrição	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.
Total sob análise	37.544.916			Montante faturado no período sob análise	37.544.916	100,00%
Faturas a vencer em 31 de outubro de 2008	1.913.379			Montante a vencer em 31 de outubro de 2008	1.913.379	5,10%
Faturas vencidas e/ou liquidadas até 31 de outubro de 2008	35.631.537			Montante vencido e não liquidado até 31 de outubro de 2008	158.356	0,42%
Faturas antecipadas acima de 180 dias	7.302	0,02%		Montante liquidado	35.473.180	94,48%
Faturas antecipadas de 151 a 180 dias	493	0,00%	0,02%			
Faturas antecipadas de 121 a 150 dias	1.723	0,00%	0,03%			
Faturas antecipadas de 91 a 120 dias	5.489	0,02%	0,04%			
Faturas antecipadas de 61 a 90 dias	148.653	0,42%	0,46%			
Faturas antecipadas de 31 a 60 dias	422.848	1,19%	1,65%			
Faturas antecipadas de 16 a 30 dias	752.303	2,11%	3,76%			
Faturas antecipadas de 11 a 15 dias	369.704	1,04%	4,79%			
Faturas antecipadas de 4 a 10 dias	1.488.623	4,18%	8,97%			
Faturas antecipadas de 1 a 3 dias	1.395.639	3,92%	12,89%			
Faturas liquidadas no vencimento	26.221.049	73,59%	86,48%	Performance das liquidações	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.
Faturas liquidadas de 1 a 10 dias de atraso	2.641.954	7,41%		Montante liquidado em < - 180 dias	7.302	0,02%
Faturas liquidadas de 11 a 15 dias de atraso	709.781	1,99%		Montante liquidado entre -180 e -151 dias	493	0,00%
Faturas liquidadas de 16 a 30 dias de atraso	454.354	1,28%		Montante liquidado entre -150 e -121 dias	1.723	0,00%
Faturas liquidadas de 31 a 60 dias de atraso	308.305	0,87%		Montante liquidado entre -120 e -91 dias	5.489	0,02%
Faturas liquidadas de 61 a 90 dias de atraso	114.100	0,32%		Montante liquidado entre -90 e -61 dias	148.653	0,42%
Faturas liquidadas de 91 a 120 dias de atraso	94.120	0,26%		Montante liquidado entre -61 e -31 dias	422.848	1,19%
Faturas liquidadas de 121 a 150 dias de atraso	66.424	0,19%		Montante liquidado entre -30 e -16 dias	752.303	2,12%
Faturas liquidadas de 151 a 180 dias de atraso	54.903	0,15%		Montante liquidado entre -15 e -11 dias	369.704	1,04%
Faturas liquidadas acima de 180 dias de atraso	215.415	0,60%		Montante liquidado entre -10 e -4 dias	1.488.623	4,20%
				Montante liquidado entre -3 e -1 dias	1.395.639	3,93%
				Montante liquidado em dia	26.221.049	73,92%
Faturas vencidas e não liquidadas até 3 dias	91.251	0,26%		Montante liquidado entre +1 e +10 dias	2.641.954	7,45%
Faturas vencidas e não liquidadas de 4 a 10 dias	13.382	0,04%		Montante liquidado entre +11 e +15 dias	709.781	2,00%
Faturas vencidas e não liquidadas de 11 a 15 dias	4.267	0,01%		Montante liquidado entre +16 e +30 dias	454.354	1,28%
Faturas vencidas e não liquidadas de 16 a 30 dias	12.276	0,03%		Montante liquidado entre +31 e +60 dias	308.305	0,87%
Faturas vencidas e não liquidadas de 31 a 60 dias	17.165	0,05%		Montante liquidado entre +61 e +90 dias	114.100	0,32%
Faturas vencidas e não liquidadas de 61 a 90 dias	6.622	0,02%		Montante liquidado entre +91 e +120 dias	94.120	0,27%
Faturas vencidas e não liquidadas de 91 a 120 dias	3.150	0,01%		Montante liquidado entre +121 e +150 dias	66.424	0,19%
Faturas vencidas e não liquidadas de 121 a 150 dias	655	0,00%		Montante liquidado entre +151 e +180 dias	54.903	0,15%
Faturas vencidas e não liquidadas de 151 a 180 dias	503	0,00%		Montante liquidado em + 180 dias	215.415	0,61%
Faturas vencidas e não liquidadas acima de 180 dias	9.085	0,03%		Montante liquidado	35.473.180	100,00%

Segundo representantes da Braskem, a cobrança da empresa é realizada em D + 1 e o sistema registra apenas a data em que é processado o movimento e não a data real de pagamento. Em razão dessa limitação do sistema adicionamos à faixa “faturas liquidadas no vencimento” as faturas liquidadas com atraso de até três dias.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDM5 56611
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.10 - Matriz triangular e desvio-padrão

Quinzenas	Média	Desvio Padrão	Quinzenas	Média	Desvio Padrão
1a	88,92%	7,83%	37a	99,99%	0,01%
2a	96,39%	4,55%	38a	99,99%	0,01%
3a	97,22%	4,47%	39a	99,99%	0,01%
4a	97,60%	4,38%	40a	99,99%	0,01%
5a	97,78%	4,39%	41a	99,99%	0,01%
6a	97,92%	4,41%	42a	99,99%	0,01%
7a	98,08%	4,44%	43a	99,99%	0,01%
8a	98,19%	4,48%	44a	99,99%	0,01%
9a	98,29%	4,50%	45a	99,99%	0,01%
10a	98,37%	4,50%	46a	99,99%	0,01%
11a	98,46%	4,51%	47a	99,99%	0,01%
12a	98,52%	4,52%	48a	99,99%	0,01%
13a	98,60%	4,53%	49a	99,99%	0,01%
14a	98,69%	4,53%	50a	100,00%	0,01%
15a	98,75%	4,54%	51a	100,00%	0,01%
16a	98,82%	4,54%	52a	100,00%	0,01%
17a	98,91%	4,52%	53a	100,00%	0,01%
18a	99,06%	4,45%	54a	100,00%	0,01%
19a	99,35%	3,96%	55a	100,00%	0,01%
20a	99,91%	0,13%	56a	100,00%	0,01%
21a	99,93%	0,11%	57a	100,00%	0,01%
22a	99,94%	0,09%	58a	100,00%	0,01%
23a	99,95%	0,06%	59a	100,00%	0,01%
24a	99,96%	0,05%	60a	100,00%	0,01%
25a	99,96%	0,05%	61a	100,00%	0,00%
26a	99,97%	0,04%	62a	100,00%	0,00%
27a	99,97%	0,03%	63a	100,00%	0,00%
28a	99,98%	0,03%	64a	100,00%	0,00%
29a	99,98%	0,02%	65a	100,00%	0,00%
30a	99,98%	0,02%	66a	100,00%	0,00%
31a	99,98%	0,02%	67a	100,00%	0,00%
32a	99,99%	0,01%	68a	100,00%	0,00%
33a	99,99%	0,01%	69a	100,00%	0,00%
34a	99,99%	0,01%	70a	100,00%	0,00%
35a	99,99%	0,01%	71a	100,00%	0,00%
36a	99,99%	0,01%	72a	100,00%	0,00%

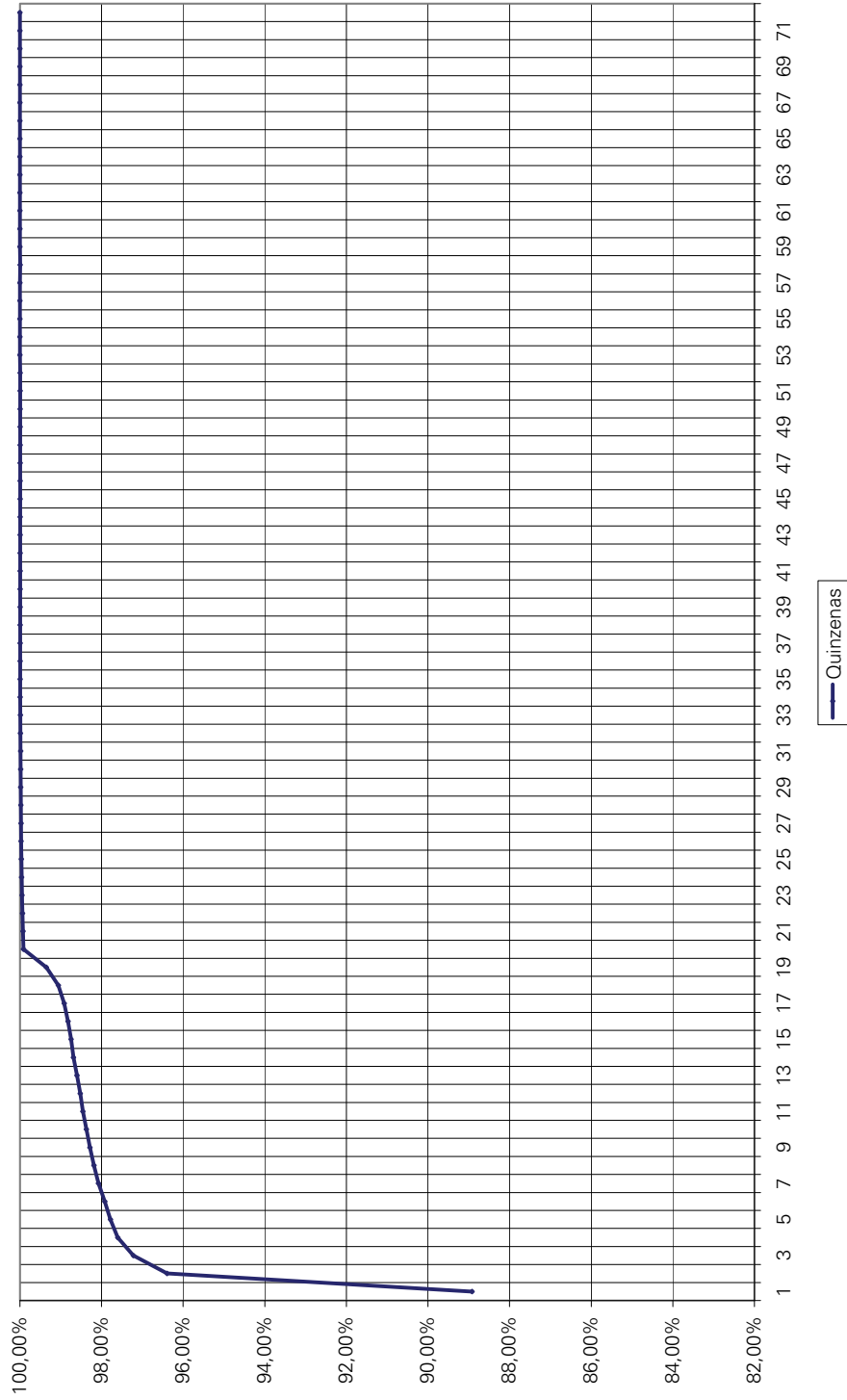
Nos anexos I e II, apresentamos a “matriz triangular” e desvios - padrão do período de 36 meses sob análise.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 56611
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis

Gráfico 2.5 - Representação gráfica da matriz triangular



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 56611
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.11 - Eventos de prorrogação de vencimento

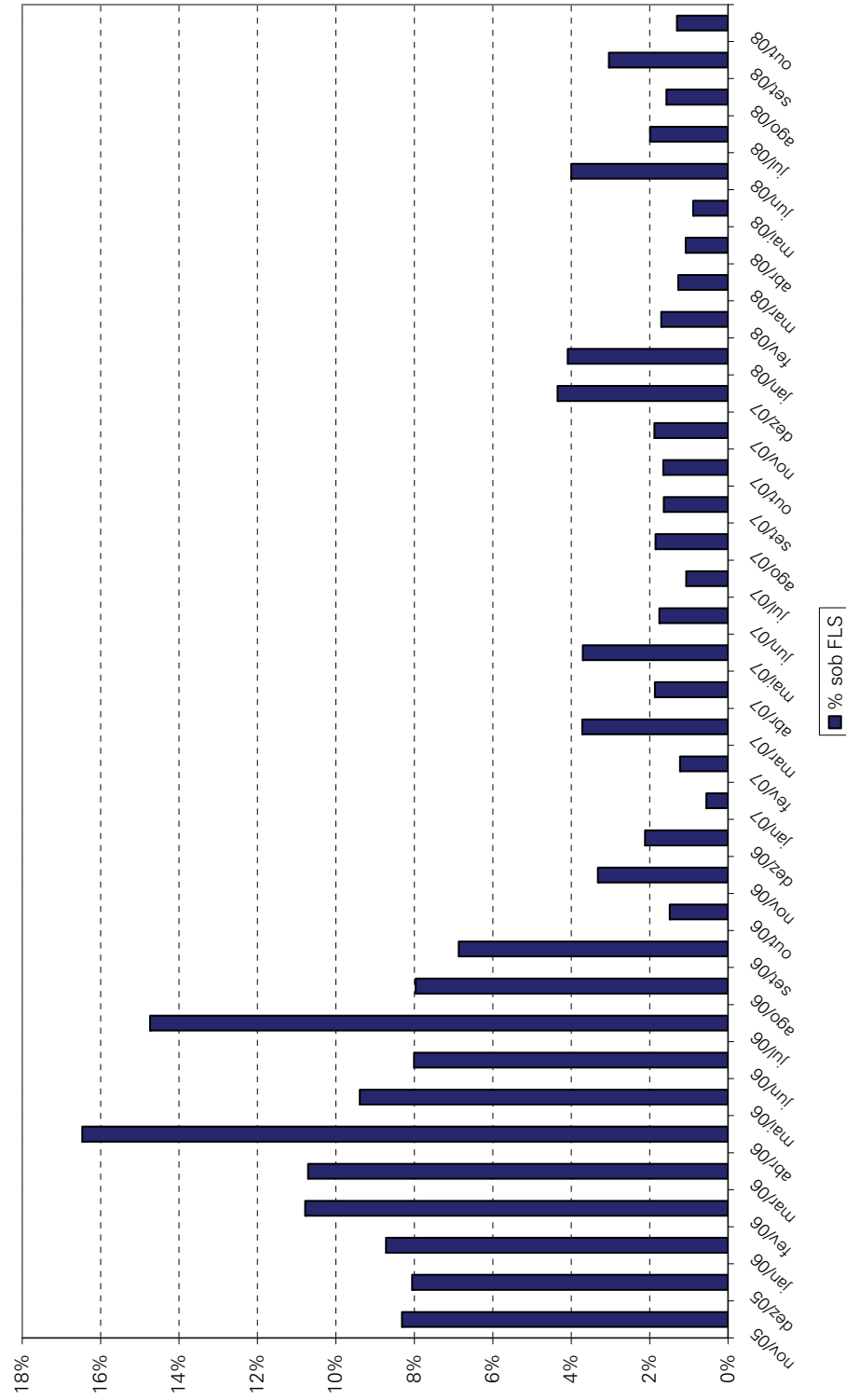
Origem	Prorrogações			FLS	
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sob FLS	Quantidade de Faturas	% sob FLS	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)
nov/05	72.104	7,24%	995	9,15%	996.478
dez/05	67.732	7,06%	734	7,03%	959.344
jan/06	74.160	8,33%	694	6,38%	890.792
fev/06	89.248	10,20%	643	6,66%	874.940
mar/06	95.655	9,89%	928	7,91%	967.484
abr/06	163.649	16,31%	898	8,50%	1.003.571
mai/06	74.732	8,36%	779	6,87%	892.289
jun/06	73.354	8,25%	732	7,20%	888.653
jul/06	128.339	14,74%	752	7,21%	870.591
ago/06	57.110	7,65%	472	5,16%	746.535
set/06	56.657	6,87%	741	5,89%	824.646
out/06	13.548	1,49%	132	1,25%	909.686
nov/06	32.098	3,32%	467	3,76%	966.351
dez/06	19.656	2,12%	218	1,72%	926.312
jan/07	4.673	0,55%	58	0,50%	848.203
fev/07	10.904	1,23%	199	1,67%	889.335
mar/07	44.670	3,72%	672	4,20%	1.201.226
abr/07	18.786	1,87%	420	2,71%	1.005.855
mai/07	37.754	3,70%	621	3,88%	1.019.793
jun/07	21.297	1,75%	355	2,18%	1.213.995
jul/07	11.625	1,07%	235	1,44%	1.084.942
ago/07	22.562	1,85%	330	1,77%	1.221.059
set/07	18.435	1,64%	415	2,60%	1.125.475
out/07	18.165	1,65%	315	1,74%	1.099.851
nov/07	20.732	1,88%	359	2,03%	1.102.171
dez/07	48.402	4,35%	732	4,48%	1.113.548
jan/08	42.324	4,09%	322	2,09%	1.035.424
fev/08	13.005	1,70%	222	1,90%	763.821
mar/08	14.505	1,28%	304	1,67%	1.137.138
abr/08	10.963	1,08%	339	2,15%	1.013.378
mai/08	9.908	0,89%	173	1,01%	1.115.442
jun/08	47.268	4,00%	1.063	5,55%	1.182.825
jul/08	24.421	1,98%	506	3,00%	1.230.292
ago/08	19.708	1,57%	413	2,42%	1.252.014
set/08	45.442	3,04%	460	2,22%	1.496.713
out/08	21.823	1,30%	358	1,57%	1.674.747
Total	1.545.414	4,12%	18.056	3,48%	37.544.916
					518.554

Segundo representantes da Braskem, a partir do mês de setembro de 2006 houve alterações nos procedimentos internos na concessão de prorrogações.



Apresentação da carteira de recebíveis

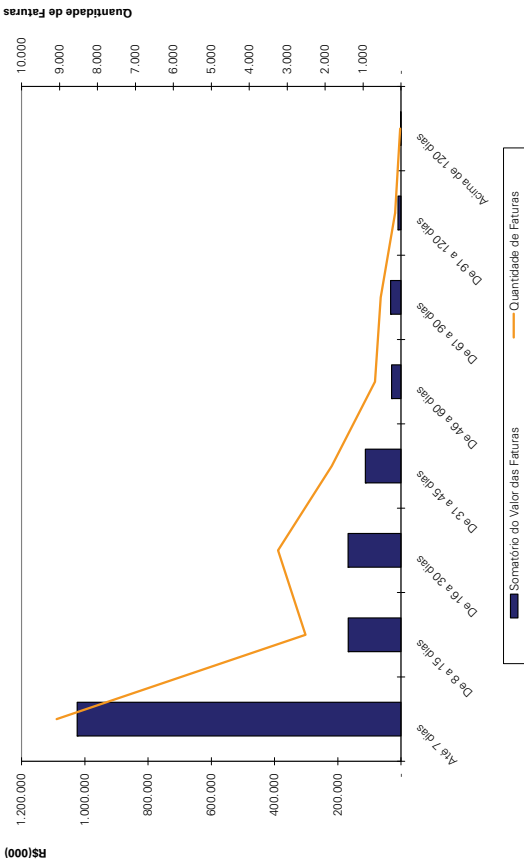
Gráfico 2.6 - Eventos de prorrogação de vencimento



Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.12 e Gráfico 2.7 - Prazo médio das prorrogações de vencimento

Prazo Médio (Em dias)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de Faturas	% Acum.
Até 7 dias	1.024.089	68,09%	9.076	50,27%
De 8 a 15 dias	167.242	10,22%	2.516	13,93%
De 16 a 30 dias	167.664	10,27%	3.242	17,96%
De 31 a 45 dias	112.914	6,93%	1.828	10,12%
De 46 a 60 dias	29.650	1,82%	684	3,79%
De 61 a 90 dias	32.806	2,00%	534	2,96%
De 91 a 120 dias	9.592	0,59%	155	0,86%
Acima de 120 dias	1.456	0,09%	21	0,12%
Total	1.545.414	100,00%	18.056	100,00%



Seção 3.1 - Conciliação da base de dados

Base de dados sujeita à análise

A base de dados sujeita à análise nos foi fornecida pela área de Tecnologia da Braskem, contemplando o faturamento correspondente ao período de 1º de novembro de 2005 a 31 de outubro de 2008.

Conciliação da base de dados

Com o intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia da Braskem com os respectivos balancetes contábeis. Para tanto, selecionamos quatro meses: dezembro de 2007, março de 2008, junho de 2008 e outubro de 2008. Os resultados estão apresentados a seguir:

Mês	Somatório do Valor das Faturas sob análises - R\$(000) (A)	Somatório do Valor das Faturas Intercompany - R\$ (000) (B)	(A) + (B)	Saldo Contábil Vendas Produtos MI - R\$(000)	Saldo Contábil Vendas Produtos MI (SAB 104)** - R\$(000)	Saldo Contábil para Conciliação - R\$(000)	Diferença*** - R\$(000)	Representatividade da Diferença - %
dez/07	1.113.548	9.599	1.123.147	1.094.658	46.973	1.141.631	18.484	1,69%
mar/08	1.137.138	21.499	1.158.637	1.057.531	101.945	1.159.476	839	0,08%
jun/08	1.182.825	15.070	1.197.895	1.089.618	100.445	1.190.063	(7.832)	-0,72%
out/08	1.674.747	50.506	1.725.253	1.882.822	(121.510)	1.761.312	36.059	1,92%
Total Testado			5.204.932					
			13,6%					
Total FLS para conciliação*			38.380.305					100,0%
Total não testado			33.175.373					86,4%

* O total do FLS para conciliação considera os seguintes aspectos:

Descrição	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)
Total Base de Dados	40.377.832
(-) Outros faturamentos não analisados	1.237.601
(-) Faturas emitidas fora do período de análise	10
(-) Faturas com referência despadronizada	27.678
(-) Faturas com Data Vencto. Original inferior a Data de Emissão	31.505
(-) Faturas canceladas	700.733
Total FLS para conciliação	38.380.305
(-) Total operações intercompany	835.388
Total FLS para análise da carteira	37.544.916



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 56611 KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Seção 3.1 - Conciliação da base de dados

**Saldo Contábil Vendas Produtos MI (SAB 104) refere-se aos produtos faturados e não entregues ao cliente, por conta de fretes, produção, etc.

*** Segundo representantes da Braskem, a natureza das divergências apontadas apresentam as seguintes principais razões:

- A cada final de trimestre calendário, base para a entrega das informações trimestrais ao mercado, é efetuado um ajuste nos saldos contábeis. Tal ajuste, de acordo com representantes da Braskem, decorre de uma prática contábil conservadora, que requer a obtenção de confirmação por parte do Sacado, de recebimento e aceite da mercadoria, para que a venda apontada na base de dados possa ser efetivamente registrada como faturamento contábil daquele período.
- Esta prática resulta em um saldo contábil inferior à base de dados nos meses de cada final de trimestre calendário, e compensação destes valores "represados" no primeiro mês subsequente.

Comentário sobre procedimento de conciliação:

A aplicação dos procedimentos descritos nessa seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências, que foram consideradas imateriais na avaliação do Grupo Estruturador, no contexto da avaliação do perfil da carteira e de seu desempenho no período sob análise.

Seção 3.2 - Verificação de faturas

Com o objetivo de se estabelecer um apropriado nível de confiança nos dados disponibilizados pela Braskem S.A., selecionamos uma amostragem de 100 faturas constantes na base de dados disponibilizada para a realização dos testes e confrontamos com os respectivos “espelhos” das notas fiscais extraídas do sistema de faturamento. Apresentamos a seguir o resultado da aplicação deste procedimento:

Procedimentos	Sem				Com				Não			
	Divergência		Divergência		Divergência		Aplicável		Identificado		Total	
Verificação do "CNPJ"	100		0		0		0		0		100	
Verificação da "Razão Social"	100		0		0		0		0		100	
Verificação da "Data de Emissão"	100		0		0		0		0		100	
Verificação "Data de Vencimento"	100		0		0		0		0		100	
Verificação da "Data de Pagamento" *	100		0		0		0		0		100	
Verificação do "Valor da Nota Fiscal"	100		0		0		0		0		100	
Verificação do "Número de Referência"	100		0		0		0		0		100	
Verificação do "Número do Documento" (Lançamento no SAP)	100		0		0		0		0		100	

* Verificamos que apenas uma fatura da amostra apresenta-se vencida e fomos informados por representantes da Braskem que uma renegociação está sendo programada. Adicionalmente verificamos e-mail de cobrança enviado em 15 de dezembro de 2008.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis

Levantamento dos procedimentos de originação

Em relação ao levantamento dos controles que envolvem a estrutura de crédito da Braskem, executamos uma revisão da estrutura de originação dos recebíveis. Tais informações foram obtidas por indagação aos analistas e aos gerentes da Braskem e em conformidade com as informações contidas nos manuais de crédito do Originador, sendo testadas quanto à sua eficácia por meio de procedimentos de simulação e revisão com base em amostragem.

Estrutura da área comercial

A área Comercial da Braskem é responsável por todo o relacionamento feito com os clientes e está segmentada por tipos de negócio, denominados insumos básicos, poliolefinas e vinílicos. A força de vendas está representada por:

- 1 diretor (com 3 gerentes de poliolefinas)
- 2 diretores (com 3 gerentes de vinílicos)
- 1 diretor (com 1 gerente de insumos)
- 55 gerentes comerciais
- aproximadamente 40 assistentes comerciais.

Cadastro

A Braskem possui um Manual de Normas e Procedimentos (PR – 0104-00001) no qual estão descritos os padrões e as normas estabelecidos para o cadastro e a concessão de Limite de Crédito (LC) aos novos clientes. Segundo representantes da área de Crédito e Cobrança, um novo Manual está em fase de revisão para a melhoria do processo. Os gerentes comerciais, durante suas visitas para prospecção de novos clientes, preenchem um formulário com os dados comerciais (razão social, CNPJ, inscrição estadual, nome dos sócios, endereço do estabelecimento) e os dados financeiros (vendas mensais, principais fornecedores, referências bancárias). Adicionalmente, são solicitados os seguintes documentos para abertura de cadastro:

- Contrato social e alterações (empresas Ltda. e empresários)
- Cartão CNPJ
- Atas de assembleias (empresas S.A. e S.C.)
- Estatuto social (empresas S.A. e S.C.)
- Procuração, se aplicável
- Documentos de constituição de firma individual (empresários)
- Atos constitutivos registrados em cartórios (sociedade simples)
- Questionário de Crédito e Questionário Comercial



Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Os assistentes comerciais são responsáveis por inserir os dados cadastrais no SAP.

Após o cadastro, o gerente-comercial disponibiliza à área de Crédito os documentos utilizados para o cadastro, os três últimos balanços patrimoniais e a análise qualitativa de responsabilidade da área Comercial com as seguintes avaliações:

- Condições - Ambiente econômico-financeiro (desfavorável, estável ou favorável)
- Capacidade - Competência empresarial (ruim, regular ou boa)
- Garantias (insuficientes ou suficientes)
- Avaliação qualitativa comercial (impressão final sobre o cliente - Alto, médio ou baixo risco)
- Outras informações (porte da empresa, capacidade de transformação, pleito de limite de crédito pelo Comercial, prazo de pagamento, preço médio, principais concorrentes)
- Comentário geral do gerente-comercial (parecer comercial)

A área de Crédito também é informada quando um pedido de venda inserido no SAP fica bloqueado por inexistência de Limite de Crédito aprovado.

Verificação: constatamos que os pedidos de venda ficam bloqueados automaticamente pela inexistência de Limite de Crédito aprovado.

Controle sistêmico: o sistema está parametrizado para bloquear pedidos de vendas cujo cliente não possui Limite de Crédito aprovado.

Análise de crédito

Apresentados os documentos da empresa a ser analisada. Conforme mencionado, a área de Crédito inicia suas análises pelas principais atividades, a seguir :

- Consulta à Serasa
- Análise financeira (probabilidade de insolvência do cliente)
- Cálculo do risco técnico do cliente (probabilidade percentual de perda de cada cliente nos créditos a serem concedidos)
- Cálculo do risco de crédito do cliente ou do risco da operação
- Consultas com os principais fornecedores do possível cliente
- Consultas informais nos principais bancos

As informações citadas e a análise qualitativa de responsabilidade do Comercial são inseridas no sistema de crédito "Visionário", o qual está parametrizado para calcular a insolvência, o risco técnico, o risco da operação, o Limite de Crédito e a alçada responsável pela aprovação.

Após os cálculos e a análise, o analista de crédito registra o parecer da área de Crédito. A análise será realizada novamente uma vez ao ano ou assim que surgir a necessidade.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDM5 56611
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Verificação: observamos no sistema de crédito “Visionário” que a inserção dos dados é realizada manualmente, porém o resultado não tem intervenção manual. A análise do resultado é feita por profissionais experientes do setor. Verificamos que o sistema Visionário está conectado à Serasa, o que permite importar informações como o balanço patrimonial da empresa sob análise. O sistema Visionário realiza o cálculo do risco.

Após a análise de crédito, o analista inicia o processo de aprovações pela ferramenta “Workflow” no SAP. Na tela do SAP “Modificar adm. Crédito de Cliente” o status do cliente é alterado “WLC” (Workflow), indicando “em aprovação”. Segundo representantes da Braskem, a ferramenta “Workflow” foi implementada em outubro de 2006; anteriormente a essa data, as aprovações eram realizadas por assinatura manual no relatório do sistema “Visionário”.

Verificação: o SAP está parametrizado com o sistema “Visionário”, para buscar as informações de limite e alçadas.

Alçadas de aprovação:

As alçadas são estabelecidas, considerando o montante do Limite de Crédito a ser concedido, conforme segue:

Definição dos Comitês de Alçada:

Intervalos de Limites de Créditos	
1	Limite de Crédito até R\$ 800 mil
2	Limite de Crédito de R\$ 801 a R\$ 5 milhões
3	Limite de Crédito de R\$ 5 a R\$ 12 milhões
4	Limite de Crédito acima de R\$ 12 milhões

Participantes dos Comitês de Alçadas

Comitês de Alçada	AC	GC	RGC	DC + DF	RUN + RFRI	DP*
1	X	X				
2	X	X	X	X		
3	X	X	X	X	X	
4	X	X	X	X	X	X

AC - Analista de Crédito **GC** - Gerente de Cliente , **RGC** – Responsável por Gestão de Crédito, **DC** - Diretoria Comercial, **DF** - Diretoria Financeira, **RUN** - Responsável pela Unidade de Negócios, **RFRI** - Responsável por Finanças e Relações com Investidores, **DP** - Diretor-presidente.

* Em decisões acima de R\$ 12 milhões, o diretor-presidente tem o voto de minerva caso não haja concordância entre os votos das Diretorias Comercial e Financeira.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Verificação: as alçadas estão parametrizadas no sistema. Um e-mail automático é disparado para os participantes do Comitê que, por meio de login e senha próprios, realizam suas análises e suas aprovações/reprovações pelo sistema.

Controle sistêmico: cada participante visualiza somente o que lhe diz respeito e os analistas de crédito visualizam apenas com qual participante está a análise". Com todas as aprovações realizadas, o processo é finalizado.

Reuniões de Comitê de crédito

As reuniões dos Comitês de Crédito ocorrem trimestralmente, nas quais são analisados os limites de crédito superiores a R\$ 12 milhões. Tais reuniões deverão ser registradas em atas pela área de Crédito, responsável também pelo seu arquivamento.

A utilização do Workflow acontecerá após a reunião para efeito de formalização no sistema e liberação do limite para comercialização.

Verificação: verificamos as atas de reuniões de comitês, porém em alguns casos o Workflow não estava finalizado. Segundo representantes da Braskem, a implantação dessa ferramenta é considerada recente e, em alguns casos, a liberação do limite é realizada, visto que foi aprovada em reunião de Comitê.

Os Limites de Crédito devem ser revistos pelos Comitês de Alçada competentes anualmente ou, excepcionalmente, em casos de:

- Alterações significativas do perfil de risco dos clientes.
- Instabilidade econômica e setorial.
- Alterações significativas nos preços dos produtos.
- Alterações nas políticas de exposição ao risco de crédito da Braskem.
- Políticas específicas de venda definidas pela Braskem.

Pedidos de venda bloqueados automaticamente

O sistema SAP está parametrizado para bloquear automaticamente pedidos de venda inseridos pelo Comercial nas seguintes situações:

- Limite de Crédito inexistente (cliente novo - sem análise de crédito)
- Limite de Crédito ultrapassado
- Limite de Crédito vencido
- Fatura vencida após quatro dias da data de vencimento.

Verificação: a área de Crédito é responsável pelo acompanhamento, pela análise e pelo desbloqueio de determinado pedido de venda. Não existem limites de alçadas preestabelecidos; os analistas de crédito possuem autonomia para liberação. Segundo representantes da área de Crédito, em casos delicados, os superiores são informados por telefone ou e-mail.

A análise de crédito tem validade de 90 dias; se o cliente não efetuar nenhuma compra nesse período, o sistema bloqueia automaticamente o limite estabelecido. Para que o cliente faça novos pedidos, é necessária uma nova solicitação da área Comercial.

Para que ocorra diminuição no nível de risco do cliente e, conseqüentemente, aumento no prazo de pagamentos, é necessário que o cliente possua um bom volume de compras e, principalmente, apresente pontualidade em seus pagamentos.

A área de Crédito pode pedir algum tipo de garantia por parte de clientes que solicitem limites superiores ao aprovado; para isso, é necessário que a diretoria-financeira aprove a garantia oferecida pelo cliente.

Somente são aceitas garantias reais, que podem ser: hipoteca, penhor mercantil de medicamentos/perfumaria, carta de fiança e confissão de dívida.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Controle sistêmico: no momento da liberação de pedido bloqueado ocorre o registro do usuário e o comentário. No final de cada mês, é emitido um relatório de "exposição", por tipo de bloqueio, o qual menciona os valores, a porcentagem, o usuário, os comentários etc. Tal relatório é assinado pelo Gerente de Cliente (GC), pelo Responsável por Gestão de Crédito (RGC), pela Diretoria Comercial (DC), pela Diretoria Financeira (DF), pelo Responsável pela Unidade de Negócios (RUN), pelo Responsável por Finanças e Relações com Investidores (RFR) e pelo Diretor-presidente (DP).

Teste de aderência – KPMG I

Cadastro

Com o objetivo de testar a aderência dos documentos necessários para confecção de cadastro, verificamos 8 casos de clientes cadastrados e os resultados apurados foram os seguintes:

Cliente	Atas Cliente	Contrato Social	Procuração	Ultima Alteração Contratual	Cartão CNPJ	Estatuto Social Vigor	Ultimo Balanco	Garantia
Cliente 1	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	n/a
Cliente 2	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Cliente 3	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	n/a
Cliente 4	✓	(a)	✓	✓	✓	n/a	✓	✓
Cliente 5	n/a	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Cliente 6	n/a	(a)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Cliente 7	n/a	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Cliente 8	n/a	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

- ✓ Conforme documentação analisada
- n/a Não aplicável
- (a) N/a Porque é uma empresa S.A



Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Teste de aderência – KPMG II

Análise de crédito

Com o objetivo de testar a aderência aos processos de análises de crédito apontados, foi realizada a verificação das análises de crédito referente a 8 clientes selecionados aleatoriamente, cujos resultados apurados foram:

Cliente	Análise Qualitativa		Aprovação Limite de Crédito	Consulta Serasa	Ata Comitê de Crédito	Relatório		Histórico Faturamento Brasken	Análise Sist. Visionário	Data Análise Sist. Visionário
	Comercial					Aprovação Workflow				
Cliente 1	✓		✓	✓	✓	n/a	✓	✓	✓	27/06/08
Cliente 2	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	20/03/08
Cliente 3	✓		✓	✓	✓	n/a	✓	✓	✓	03/09/08
Cliente 4	✓		✓	✓	✓	n/a	✓	✓	✓	22/04/08
Cliente 5	✓		✓	✓	n/a	✓	✓	✓	✓	25/03/08
Cliente 6	✓		(c)	✓	n/a	(c)	✓	✓	✓	08/05/08
Cliente 7	(b)		(b)	✓	n/a	n/a	✓	✓	✓	28/12/08
Cliente 8	✓		✓	✓	n/a	✓	✓	✓	✓	10/12/08

✓ Conforme documentação analisada

n/a Não aplicável

(b) Análise em andamento

(c) Em fase de aprovação



Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Levantamento dos procedimentos de cobrança

Os procedimentos de cobrança da Braskem têm por finalidade inibir a inadimplência e estabelecer melhores formas de abordagem aos clientes que descumprirem os contratos/acordos ou parte deles.

A cobrança deve ser realizada nas seguintes etapas:

- Bloqueio automático de novos pedidos - Após quatro dias de atraso
- Ligação telefônica, e-mail de cobrança ou notificação extrajudicial - Até cinco dias úteis de atraso
- Protesto - Até 30 dias de atraso em duplicatas ou juros, caso não haja manifestação de renegociação da dívida
- Limite de Crédito zerado - Atrasos superiores a 30 dias, caso não haja manifestação de renegociação da dívida
- Execução judicial - Definida em Comitê de Alçada competente, cabendo recurso à alçada superior

Os procedimentos citados são executados pelos analistas de cobrança de cada tipo de negócio. Determinados procedimentos dependem de cada cliente e do sentimento da área Comercial. Os analistas de cobrança monitoram os títulos vencidos por meio do relatório "Partidas individuais de clientes", o qual demonstra analiticamente a data de emissão, a data de vencimento, os dias de atraso, o montante, o tipo de bloqueio etc.

Tipos de negociação

Segundo representantes da Braskem, o nível de negociações de dívida é satisfatório, e, em agosto de 2007, detinha apenas 0,34% de inadimplência.

Prorrogações

A solicitação de prorrogação é realizada pela área Comercial pelo sistema Prorroga para títulos não vencidos e por prazo de até 30 dias. A área de Crédito recebe a solicitação e a envia para aprovações de acordo com as seguintes alçadas:

Alçadas	Responsável
Até R\$ 600 mil	Responsável pela área de Crédito
De R\$ 601 mil a R\$ 1.500 mil	Diretor-comercial
De R\$ 1.501 mil a R\$ 5.000 mil	Diretor-financeiro
De R\$ 5.001 mil a R\$ 10.000 mil	Vice-presidente - Unidade de Negócio
Acima de R\$ 10.001 mil	Vice-presidente-financeiro



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 56611
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Após as aprovações de acordo com alçadas, a Tesouraria altera manualmente a data de vencimento no SAP e finaliza o processo no sistema Prorroga.

Juros

Nos casos em que os pagamentos foram efetuados com atraso e sem negociação do percentual de juros, a Tesouraria emite nota de débito para o cliente na ordem de 3,5%. Em negociações/parcelamentos, os juros são negociados de acordo com cada caso.

Inadimplência com formalização de acordo

Após o vencimento dos títulos e constatada a inadimplência, caberá à área de Crédito e Cobrança, com o apoio do Jurídico e, em apoio ao Comercial, negociar um acordo formal com o cliente (geralmente um contrato de confissão de dívida ou uma cessão de crédito).

Toda vez que houver formalização de acordo, o Limite de Crédito deverá ser reavaliado. A área de Crédito e Cobrança deverá indicar quais garantias serão necessárias para respaldar a dívida, e o Jurídico será o responsável pela formalização de tais garantias.

A área de Crédito e Cobrança encaminhará o acordo ao responsável de Contas a Receber para que ele acompanhe os pagamentos relativos ao acordo.

O responsável de Contas a receber deverá avisar a área de Crédito e Cobrança em caso de não-cumprimento do acordo pelo cliente. Nesse caso, a área de Crédito e Cobrança encaminhará ao Jurídico a documentação necessária para a impetração da ação judicial cabível.

Inadimplência sem formalização de acordo

Findo o prazo de 30 dias a contar do vencimento dos títulos sem a formalização do acordo, os títulos deverão ser encaminhados ao cartório para protesto.

Caso, após o protesto dos títulos, não haja acordo com o cliente, o RGC encaminhará ao RAFJ a documentação necessária para a impetração da ação judicial cabível, ficando sob a responsabilidade do RAFJ, mediante solicitação, a emissão de relatórios de acompanhamento às áreas envolvidas.

Após a impetração da ação judicial, é facultado ao RGC, com o apoio do RAFJ, formalizar, nos autos do processo, acordo que vise ao recebimento do crédito, o qual deverá seguir o mesmo trâmite do acordo extrajudicial.

Inadimplência por recuperação judicial ou extrajudicial

Todo cliente concordatário terá o seu Limite de Crédito cancelado.

Procedimentos em casos de falência

Tão logo se tome conhecimento do fato, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

- Cancelamento do Limite de Crédito
- O Jurídico, de posse do valor dos títulos envolvidos na dívida e da documentação pertinente, tomará as providências legais cabíveis.

Os procedimentos e as ações de cobrança são registrados no SAP, na tela “Modificar informações de cobrança”.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Provisão para Devedores Duvidosos

A PDD é calculada da seguinte forma:

- 90 a 180 dias de atraso - 50% de provisionamento
- Acima desse período - 100% de provisionamento.

No início de cada mês, o analista de crédito e cobrança “roda” pelo SAP a “Transação de PDD”, marcando os devidos títulos com a sigla “PD”. Independentemente de o título fazer parte da PDD, a área de Cobrança não cessa a tentativa de recebimento ou negociação.



Matriz triangular

286

Matriz triangular

Matriz triangular

287

Anexo II

Desvio padrão

[illegible]

	1a	2a	3a	4a	5a	6a	7a	8a	9a	10a	11a	12a	13a	14a	15a	16a	17a	18a	19a	20a	21a	22a	23a	24a	25a	26a
1	98.02	98.39	97.22	97.60	97.78	97.92	98.08	98.19	98.29	98.37	98.46	98.52	98.60	98.69	98.75	98.82	98.91	99.05	99.35	99.91	99.93	99.94	99.95	99.96	99.98	99.97
2	7.83	4.16	4.47	4.38	4.39	4.41	4.48	4.44	4.50	4.50	4.51	4.52	4.53	4.53	4.54	4.54	4.52	4.40	3.96	0.13	0.11	0.09	0.00	0.05	0.08	0.04

Anexo II

Desvio padrão

[illegible]

Desvio padrão

Desvio padrão

[illegible]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Súmula e Relatório da Agência de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Rating Action: Chemical IV - FIDC Indústria Petroquímica

Moody's Atribui ratings para as Quotas Seniores e Subordinadas Mezanino do FIDC Chemical IV -- FIDC Industria Petroquímica

Aproximadamente R\$ 227 milhões de Quotas Seniores e R\$ 18 milhões de Quotas Subordinadas Mezanino

Sao Paulo, May 14, 2009 -- A Moody's América Latina (Moody's) Atribuiu os rating preliminares de (P)Aaa.br (Escala nacional brasileira) e (P)Baa3 (Escala global de moeda local) às Quotas Seniores e (P)Ba1.br (Escala nacional brasileira) e (P)B2 (Escala global de moeda local) às Quotas Mezanino, a serem emitidas pelo Chemical IV -- FIDC Industria Petroquímica ("Chemical IV -- FIDC"), uma operação de securitização lastreada por uma carteira de recebíveis comerciais originados pela Braskem S.A.

Os ratings estão baseados nos seguintes fatores, dentre outros:

- Sobrecolateralização que irá variar de um mínimo de 110% a um máximo de 115% em benefício dos quotistas seniores, e 102.04% para os quotistas mezaninos para mitigar perdas, diluições e descasamentos potenciais de taxas de juros;

- Os critérios de elegibilidade dos recebíveis adquiridos pelo Chemical IV - FIDC, os quais incluem limites de concentração por cliente, atrasos por clientes e prazo máximo do recebível;

- A capacidade do Banco Bradesco S.A. (Com ratings de depósito bancário Aaa.br em escala nacional brasileira e A1 em escala global de moeda local);

- A estrutura legal da operação, que inclui a impossibilidade de falência do emissor.

O originador é a Braskem S.A., uma empresa de petroquímicos brasileira de grande porte com ratings Aa2.br (Escala nacional brasileira) e Ba1 (Escala global de moeda local).

A transferência dos recebíveis do originador ao emissor está estruturada como uma venda perfeita e acabada, com cessão definitiva dos contratos tal qual prevista nos documentos da operação sob o Código civil brasileiro.

O Chemical IV -- FIDC terá um prazo de 18 meses, com as quotas seniores e subordinadas mezanino sendo amortizadas em 12 pagamentos iguais e mensais após um período de carência de 6 meses. Os juros de ambas as séries seniores e subordinadas mezanino serão pagos mensalmente somente durante o período de amortização.

Mais detalhes sobre a análise da Moody's do Chemical IV -- FIDC poderão ser encontrados no relatório a ser divulgado intitulado "Chemical IV -- FIDC Relatório Preliminar de Nova Emissão" a ser publicado nos websites da Moody's, www.moody.com e www.moody.com.br.

A metodologia principal utilizada para atribuir rating a essa operação é "Moody's Approach to Rating Trade Receivables Backed Transactions", que pode ser encontrada no website da Moody's, www.moody.com, no diretório Credit Policy & Methodology, no subdiretório "Methodologies". Outras metodologias e fatores que possam ter sido consideradas neste processo de rating também podem ser encontrados no diretório Credit Policy & Methodologies.

A ação de rating completa é:

Chemical IV -- FIDC Quotas Seniores -- (P)Aaa.br (Escala nacional brasileira) & (P)Baa3 (Escala global de moeda local)

Chemical IV -- FIDC Quotas Mezanino -- (P)Ba1.br (Escala nacional brasileira) & (P)B2 (Escala global de moeda local)

New York

Maria Muller
Senior Vice President
Structured Finance Group
Moody's Investors Service
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

Buenos Aires
Martin Fernandez Romero
Analyst
Structured Finance Group

CREDIT RATINGS ARE MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC.'S (MIS) CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MIS DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS DO NOT CONSTITUTE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS ARE NOT RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. CREDIT RATINGS DO NOT COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MIS ISSUES ITS CREDIT RATINGS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.

© Copyright 2009, Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors including Moody's Assurance Company, Inc. (together, "MOODY'S"). All rights reserved.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY COPYRIGHT LAW AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, such information is provided "as is" without warranty of any kind and MOODY'S, in particular, makes no representation or warranty, express or implied, as to the accuracy, timeliness, completeness, merchantability or fitness for any particular purpose of any such information. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The credit ratings and financial reporting analysis observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER. Each rating or other opinion must be weighed solely as one factor in any investment decision made by or on behalf of any user of the information contained herein, and each such user must accordingly make its own study and evaluation of each security and of each issuer and guarantor of, and each provider of credit support for, each security that it may consider purchasing, holding or selling.

MOODY'S hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MOODY'S have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MOODY'S for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to approximately \$2,400,000. Moody's Corporation (MCO) and its wholly-owned credit rating agency subsidiary, Moody's Investors Service (MIS), also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually on Moody's website at www.moody's.com under the heading "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy."

CHEMICAL IV - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

DATA DE FECHAMENTO:

A ser definida

AUTORES:

Martín Fernández Romero
AVP/Analyst
Structured Finance Group
(54) 11 4816-2332
Martin.Fernandez-Romero@moodys.com

Paulo Fugulin
Associate Analyst
Structured Finance Group
(55) 11 3043-7300
Paulo.Fugulin@moodys.com

CONTATOS:

Maria I. Muller
Senior Vice President
Structured Finance Group
(212) 553-4309
Maria.Muller@moodys.com

Johann Grieneisen
AVP/Analyst
Structured Finance Group
(55) 11 3043-7305
Johann.Grieneisen@moodys.com

Linda Stesney
Managing Director
Structured Finance Group
(212) 553-3691
Linda.Stesney@moodys.com

MOODY'S CLIENT SERVICES:

New York
+1-212-553-1653
Tokyo
+81-3-5408-4100
London
+44-20-7772-5454
Hong Kong
+852-3551-3077
Sydney
+61-2-9270-8100
Singapore
+65-6398-8308

WEBSITES:

www.moodys.com
www.moodys.com.br



Moody's Investors Service

Este Relatório de Nova Emissão aborda a estrutura e as características da transação proposta com em informações fornecidas à Moody's até 10 de maio de 2009.

Potenciais investidores devem atentar para o fato de que certos fatores relacionados a esta transação ainda estão por serem finalizados. Após o recebimento e revisão conclusiva de toda a documentação legal, de maneira satisfatória, a Moody's irá designar um rating definitivo para esta transação, o qual pode vir a ser diferente do rating apresentado neste Relatório. A Moody's disseminará a atribuição do rating definitivo através de seu serviço de contato com investidores.

Este Relatório não é uma oferta de venda ou solicitação de compra e não deve ser utilizado ou circulado em conjunto a estes.

Descrição	Montante (R\$ mil)	% Montante Original	Rendimento (mensal) *	Pagamento de Juros	Amortização Principal	Prazo (meses)	Rating Global de Moeda Local	Rating em Escala Nacional
Cotas Sênior	227,000	90,8%	CDI + 3,0%	Mensal	Mensal	18	(P)Baa3	(P)Aaa.br
Cotas Subordinadas								
Mezanino	18,000	7,2%	CDI + 7,5%	Mensal	Mensal	18	(P)B2	(P)Ba1.br
Cotas Subordinadas Junior	5,000	2,0%	N/A	Eve ntual	Remanesce nte	18	Sem Rating	Sem Rating
Total	250,000	100,0%						

* A ser definido em processo de bookbuilding

OPINIÃO

A Moody's América Latina ("Moody's") atribuiu os ratings preliminares **(P)Aaa.br** na escala nacional brasileira¹ e **(P)Baa3** na escala global em moeda local às cotas sênior e **(P)Ba1.br** na escala nacional brasileira e **(P)B2** na escala global em moeda local às cotas subordinadas mezanino a

¹ Os ratings da Moody's em Escala Nacional são opiniões sobre a idoneidade creditícia relativa de emissores dentro de um país em particular e não foram concebidos para serem comparados entre países. Os ratings em Escala Nacional têm um modificador por país. Neste caso, o sufixo ".br" significa que o rating de crédito é um rating em Escala Nacional para uma entidade domiciliada no Brasil.

29 de maio de 2009

serem emitidas pelo Chemical IV - FIDC (o "Fundo" ou o "Emissor"). Trata-se de uma operação de securitização por meio da cessão de direitos creditórios existentes e elegíveis originados pela Braskem S.A. (Braskem). Os ratings preliminares baseiam-se, principalmente, nos seguintes fatores:

- Suporte de crédito na forma de sobre-colateralização dinâmica, a qual variará entre um mínimo de 110% e um máximo de 115% do total de cotas sênior em circulação;
- Suporte mínimo de crédito na forma de sobre-colateralização dinâmica, a qual variará entre um mínimo de 102,249% e um máximo de 102,881%;
- Critérios estritos de elegibilidade para a cessão de direitos creditórios, incluindo limites de concentração por cliente, inadimplência por cliente e prazo mínimo e máximo de vencimento dos direitos creditórios;
- Capacidade do Banco Bradesco S.A. (com rating de depósito bancário de **A1** em escala global em moeda local e de **Aaa.br** em escala nacional brasileira) de atuar como Custodiante da operação;
- Estrutura legal da operação, incluindo a imunidade à falência do Fundo. A cessão de direitos creditórios entre a Braskem e o Fundo está estruturada como uma venda perfeita e acabada e em definitivo dos direitos creditórios, tal qual estipulada no Código Civil brasileiro.

Ao atribuir os ratings, a Moody's considerou fatores específicos à securitização de recebíveis comerciais, tais como: giro da carteira, volume de vendas, diluição (devoluções, descontos, bonificações, etc.), inadimplência, baixas de recebíveis, concentrações por cliente, custos de transação e fatores específicos do mercado brasileiro, tais como a possibilidade de um aumento abrupto das taxas de juros que possa impactar a qualidade de crédito da operação.

RESUMO DO RATING

O Chemical IV- FIDC é um fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC"), constituído sob a forma de condomínio fechado, direcionado somente a investidores qualificados - os quais incluem investidores corporativos e de "private banking", fundos de pensão, companhias seguradoras e outros fundos de investimento - criado de acordo com a Instrução 356/01 da CVM. O prazo de duração do fundo será de 18 meses a contar a partir da data inicial de emissão das cotas, com seis meses de carência. Durante o período de carência, não haverá pagamento de principal a ambas as cotas. Os pagamentos de principal às cotas sênior e mezanino ocorrerão em doze prestações mensais após o período de carência. O pagamento de juros para ambas as séries ocorrerá mensalmente, sem período de carência.

O Chemical IV – FIDC é o quarto FIDC a ser estruturado pela Braskem. O Chemical I e II foram integralmente liquidados. O Chemical III teve início em 19 de março de 2008 e está vigente. Os três fundos tem apresentado desempenho conforme as expectativas da Moody's.

Pagamento de Rendimento e Principal das Cotas Sênior. As cotas sênior possuem uma meta de retorno equivalente ao pagamento de um spread máximo sobre a taxa de CDI de [3,0%]. Tal rendimento será apurado diariamente no cálculo do valor da cota e pago mensalmente, sem período de carência. O pagamento de principal ocorrerá em doze parcelas iguais e consecutivas após o período de carência de seis meses. O último pagamento aos cotistas sênior está previsto para ocorrer dezoito meses após a data de início do Fundo.

Pagamento de Rendimento e Principal das Cotas Subordinadas Mezanino. O Fundo possui uma meta de retorno aos cotistas subordinado mezanino equivalente ao pagamento de um spread sobre a taxa de CDI de [7,5%]. Tal rendimento será apurado diariamente no cálculo do valor da cota e pago mensalmente, sem período de carência. O cálculo do rendimento será baseado no montante remanescente das cotas subordinadas mezanino em circulação. O pagamento de principal ocorrerá logo após a amortização das cotas sênior nas datas pré-estabelecidas.

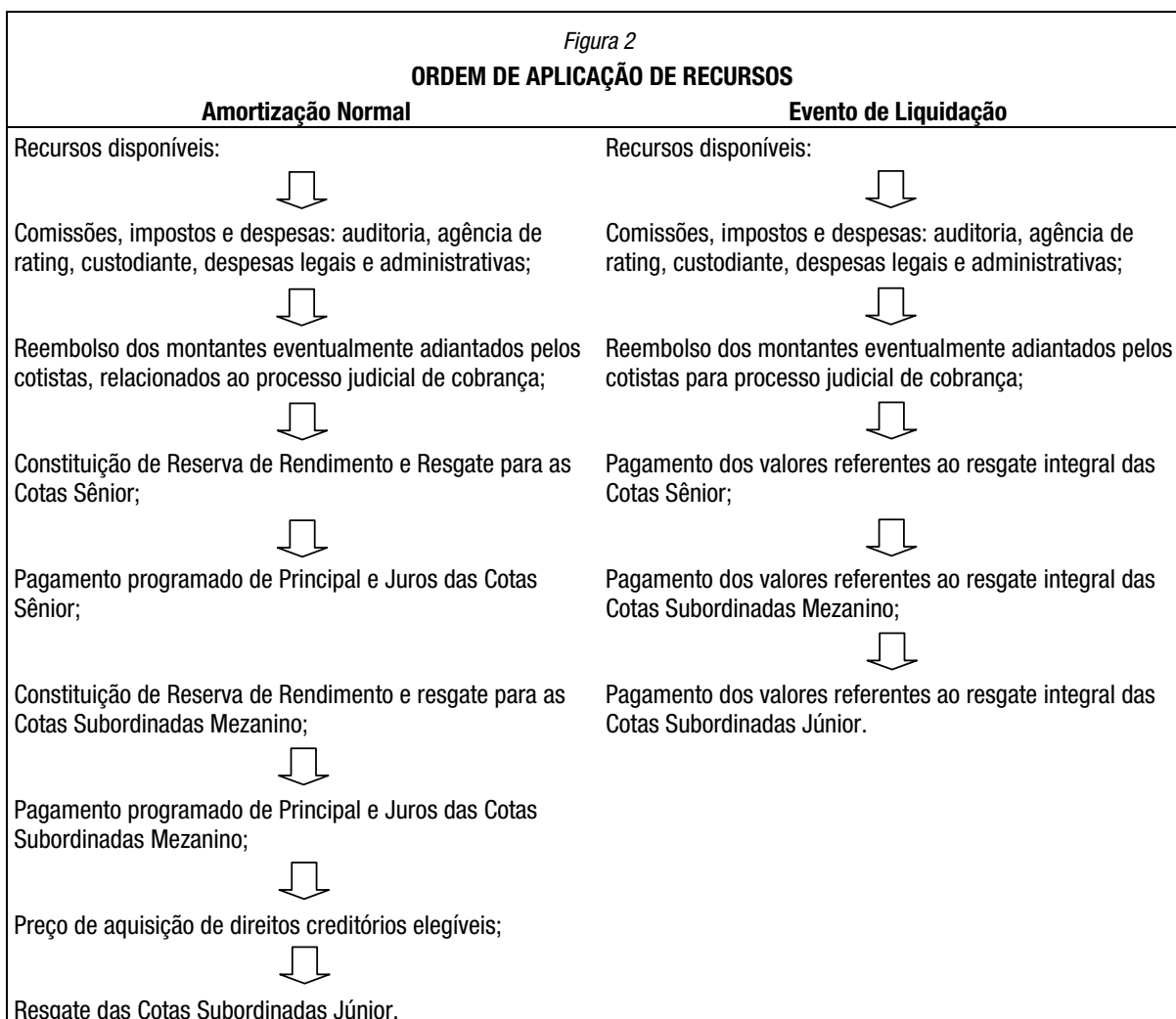
Resgate das Cotas Subordinadas Júnior. As cotas subordinadas júnior somente serão resgatadas após o pagamento integral das cotas sênior e subordinadas mezanino e/ou quando o suporte mínimo de crédito, na forma de sobre-colateralização, atingir ou exceder a 102,881%. Se houver suporte de crédito superior ao referido patamar, o Administrador, atuando em nome do Fundo, poderá autorizar resgate de

cotas subordinadas júnior até o atendimento do percentual mínimo de suporte de 102,249%, conforme definido no regulamento.

Constituição da Reserva de Rendimento e Resgate. Com a finalidade de segregar recursos suficientes para o pagamento de rendimento e o resgate de cotas, o Administrador, agindo por ordem e conta do Fundo, deverá constituir reserva monetária interrompendo, se necessário for, a aquisição de recebíveis nos prazos que precedem o pagamento de juros e principal. O Fundo irá, então, reter quaisquer fluxos de caixa para depositá-los em uma conta reserva, seguindo as proporções e prazos estipulados na *Figura 1*:

<i>Figura 1</i>	
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA DE RENDIMENTO E RESGATE	
Dias antes da Data do Pagamento de Rendimento e Resgate	% dos Pagamentos de Rendimento e Resgate
30	30%
10	100%

Ordem de Aplicação de Recursos. Em cada data de amortização e/ou resgate de cotas, todos os recursos disponíveis do Fundo serão distribuídos de acordo com a seguinte ordem de aplicação de recursos:



Nível de Suporte de Crédito. A Moody's considerou o nível de suporte de crédito da emissão oferecido por meio do Índice de Cobertura, que variará da seguinte maneira:

Figura 3

ÍNDICE DE COBERTURA - COTAS SÊNIOR	
MI(%) - Atrasos > 19 dias em média móvel de 3 meses sobre o saldo da carteira	Índice de Cobertura Sênior (PL / Cotas Sênior)
MI(%) < 1,5%	110,0%
1,5% < MI(%) < 2,0%	112,0%
MI(%) ≥ 2,0%	115,0%

<p><i>Figura 4</i></p> <p>ÍNDICE DE COBERTURA - COTAS MEZANINO</p>	
Para qualquer nível de inadimplência	102,041%

Com base na informação a ser divulgada pelo Custodiante, o Administrador irá calcular e monitorar os Índices de Cobertura de crédito das cotas sênior e subordinadas mezanino antes de qualquer nova aquisição de recebíveis. Desta maneira, o administrador irá assegurar que a transação continuará enquadrada, ou seja, que o total de ativos do Fundo excederá as cotas sênior e subordinadas mezanino em circulação, de modo a atender aos Índices de Cobertura. A fórmula para o cálculo do índice de cobertura é como segue:

$$\text{Índice de cobertura cota sênior} = \frac{\text{Total de Ativos (Recebíveis líquidos de provisões, Caixa e Outros Investimentos)}}{\text{Cotas sênior em circulação}}$$

$$\text{Índice de cobertura cota sub. mezanino} = \frac{\text{Total de Ativos (Recebíveis líquidos de provisões, Caixa e Outros Investimentos)}}{(\text{Cotas sênior} + \text{sub. mezanino em circulação})}$$

Se os Índices de Cobertura estiverem abaixo do mínimo estabelecido (*Figura 3 e 4*), a Braskem poderá subscrever cotas júnior adicionais, de modo a corrigir o desenquadramento. Se não houver a correção do desenquadramento, o Administrador, por conta e ordem do Fundo, poderá decidir pela amortização extraordinária de cotas sênior.

Taxa Mínima de Cessão. De forma a assegurar um retorno mínimo para cobrir seus passivos, o Fundo somente poderá comprar recebíveis originados pela Braskem a uma taxa de desconto pré-fixada equivalente à média ponderada das taxas de juros pagas às cotas sênior e subordinada mezanino, acrescida de 2,0% ao ano.

Recompra de Direitos Creditórios Diluídos ou em Atraso. No caso de recebíveis em atraso e/ou diluídos, serão tomadas as seguintes providências:

- Em caso de diluição, a Braskem tem a obrigação de recomprar do Fundo tais direitos creditórios diluídos, pelo valor de face correspondente;
- Em caso de direitos creditórios em atrasos, a Braskem possui a opção - mas não a obrigação - de recomprar do Fundo tais direitos creditórios pelo valor de face correspondente.

Cabe ressaltar que, nos seus pressupostos de modelagem, a Moody's não atribuiu nenhum crédito aos fluxos de caixa advindos das recompras, por opção da Cedente, de recebíveis atrasados.

Eventos de Liquidação: Na ocorrência dos seguintes eventos, o Fundo deverá interromper a compra de direitos creditórios e todos os recursos deles advindos, incluindo recuperações, serão utilizados para repagar os cotistas sênior e cotistas subordinados mezanino (conforme previsto na *Figura 2*). Dentre os eventos de liquidação, destacamos os seguintes:

- Decretação de falência da Braskem, bem como o requerimento de autofalência ou protocolação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Braskem;
- Caso não ocorra a substituição do Administrador, na hipótese de sua renúncia;
- Caso não ocorra a substituição do Custodiante, na hipótese de cessação dos serviços por este prestados;

- Não pagamento, em até 3 dias, do valor da amortização e/ou do valor de resgate das cotas sênior e subordinada mezanino;
- Atrasos acima de 19 dias superiores a 2% (dois por cento) do saldo de recebíveis por duas datas de verificação consecutivas ou três alternadas;

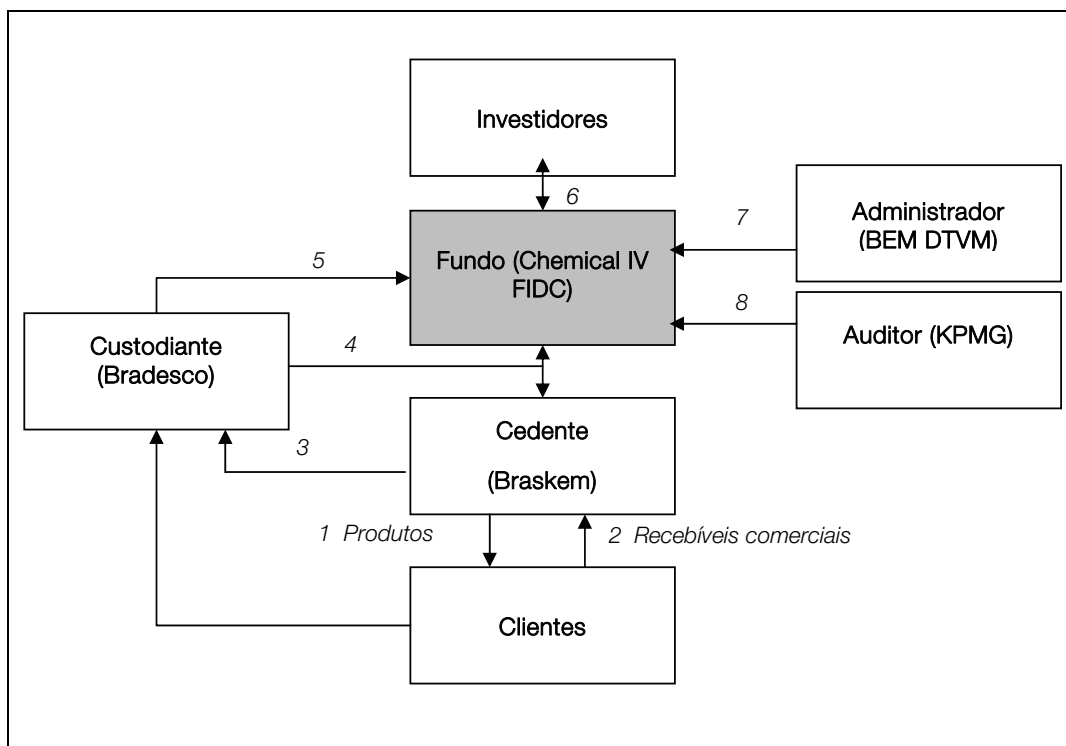
Eventos de avaliação. Dentre os mais importantes eventos de avaliação, destacamos:

- O não reenquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura;
- Existência de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade em proporção superior a 0,50% do patrimônio líquido;
- Devoluções / não recebimentos de produtos pelos clientes iguais ou superiores a 5% do patrimônio líquido do Fundo, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas;
- Pagamentos realizados pelos clientes diretamente à Cedente iguais ou superiores a 5% do patrimônio líquido do Fundo, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas;
- Recompra pela Cedente dos títulos com atraso igual ou superior a 12% do patrimônio líquido do Fundo por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas;
- Não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Rendimento e Resgate, em duas datas de verificação consecutivas ou em três alternadas;
- Taxa DI seja igual ou superior a 1,3 vez a Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- Inobservância da ordem de aplicação dos recursos, conforme expresso na *Figura 2*.

Caso ocorra um evento de avaliação, o Administrador, agindo por ordem e conta do Fundo, deverá comunicar ao Custodiante a ocorrência do evento e suspender, imediatamente, os procedimentos de aquisição de direitos creditórios e os seguintes passos deverão ser observados:

- Os detentores das cotas deverão receber um comunicado do Administrador;
- O Administrador deverá convocar uma assembléia geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo;
- Todos os fluxos de caixa disponíveis, incluindo recuperações, serão utilizados para amortizar antecipadamente as cotas sênior e subordinada mezanino, se houver decisão de liquidar o Fundo

ESTRUTURA DA OPERAÇÃO



1. A cedente emite notas fiscais advindas de operações de compra e venda mercantil, a prazo, de produtos a seus clientes. Para os propósitos do Fundo, os pagamentos realizados por boleto bancário ou depósitos bancários serão diretamente recolhidos em uma conta segregada mantida no Banco Bradesco, em nome do Fundo;
2. Simultaneamente às operações de compra e venda mercantil, os direitos creditórios são criados a partir de notas fiscais, as quais são representadas por duplicatas de venda mercantil a serem sacadas por meio eletrônico. As notas fiscais usadas pela Cedente são impressas em formulários oficiais da Receita Federal brasileira, e qualquer falsificação ou abuso destes formulários é considerado crime;
3. A Braskem envia as informações sobre os direitos creditórios oriundos das vendas de seus produtos por meio eletrônico para o Custodiante, o qual verifica se tais direitos creditórios estão em conformidade com os critérios de elegibilidade;
4. Após verificar quais direitos creditórios atendem aos critérios de elegibilidade, o Custodiante enviará um relatório de cessão ao Fundo e à Cedente informando-a quais direitos creditórios são passíveis de cessão ao Fundo. O preço de aquisição é pago à Cedente. Simultaneamente, o Administrador envia um aviso de cobrança aos clientes da Cedente através dos bancos cobradores;
5. Os clientes fazem o pagamento dos avisos de cobrança relativos aos direitos creditórios cedidos ao Fundo e os recursos são creditados diretamente em conta corrente de titularidade do Fundo;
6. Fundo efetuará a amortização e/ou resgate de cotas com os recursos advindos do fluxo de caixa resultante do pagamento dos direitos creditórios cedidos ao Fundo;

7. BEM DTVM Ltda. é o Administrador do Fundo, sendo civil e criminalmente responsável pelos atos por ordem e conta do Fundo. O administrador do Fundo deve assegurar que todos os participantes da operação executem suas funções adequadamente, além de fornecer relatórios compilados pelo custodiante às agências de rating e investidores;
8. A KPMG periodicamente auditará os demonstrativos financeiros do Fundo de acordo com as exigências legais e documentais do programa de securitização.

FUNDAMENTOS DE RATING

Metodologia Aplicada aos Ratings

A metodologia principal utilizada para atribuir rating a essa operação é “Moody’s Approach to Rating Trade Receivables Backed Transactions”, que pode ser encontrada no website da Moody’s, www.moody.com, no diretório “Credit Policy & Methodology”, no subdiretório “Methodologies”. Outras metodologias e fatores que possam ter sido consideradas neste processo de rating também podem ser encontrados no diretório “Credit Policy & Methodologies”.

Ao atribuir os ratings **(P)Baa3/(P)Aaa.br** às cotas sênior e **(P)B2/(P)Ba1.br** às cotas subordinadas mezanino, a Moody’s considerou o nível de suporte de crédito proporcionado pela subordinação e excesso de spread, assim como o desempenho dos recebíveis comerciais elegíveis e passíveis de cessão ao Fundo. Adicionalmente, a Moody’s levou em consideração fatores comuns a todas as securitizações de recebíveis comerciais, tais como giro da carteira, pontualidade de pagamento, diluição, comportamento da inadimplência e das perdas.

As Figuras 6 e 7 ilustram as principais variáveis utilizadas na modelagem das simulações. A Moody’s avaliou a capacidade de repagamento da operação em um cenário de “liquidação antecipada” da carteira de recebíveis comerciais. O rating atribuído a esta operação está relacionado ao nível de perda esperada resultante de diversas simulações de Monte Carlo.

As premissas utilizadas pela Moody’s provieram da análise da carteira da Braskem durante o período compreendido entre outubro de 2005 a março de 2009. As perdas atingiram uma média mensal de 0,7%²; as diluições apresentaram uma média mensal de 0,12% e o giro da carteira, derivado da análise da carteira durante somente os últimos 12 meses, atingiu uma média mensal de 41,3 dias.

A análise da Moody’s foi baseada nos efeitos que as variáveis mencionadas, simuladas sob estresse, teriam sobre o fluxo de caixa da operação, de modo a se determinar uma perda esperada para cada uma das classes. Essa perda esperada foi analisada em conjunto com outros fatores subjetivos relacionados à operação e à empresa de modo a se determinar um rating apropriado.

Em sua análise, a Moody’s não atribuiu crédito a quaisquer fluxos de caixa advindos de recompras voluntárias de direitos creditórios inadimplentes pela Cedente. A Moody’s também entende que a recompra voluntária pela Cedente tende a diminuir o efeito das diluições e dos atrasos efetivamente ocorridos na carteira do Fundo, não refletindo a real qualidade de crédito da carteira cedida. A Moody’s observa que a Braskem é obrigada a informar ao Custodiante o nível de recompras e substituições que ocorrem no Fundo.

A cedente é obrigada a recomprar os direitos creditórios diluídos e possui a faculdade de recomprar direitos creditórios atrasados (no período entre março de 2008 e abril de 2009, as recompras médias mensais realizadas no FIDC Chemical III, uma operação anterior, atingiram cerca de 2% do patrimônio líquido do Fundo). Desta maneira, a Moody’s acredita que o suporte ativo que pode ser oferecido a esta operação relacione, em certa medida, o rating da operação ao rating da Braskem.

² As perdas foram calculadas a partir dos atrasos entre 61 e 90 dias acrescidos das baixas de direitos creditórios apuradas mensalmente.

Os níveis de diluição, pagamentos diretos à Cedente, recompras e atrasos estão sendo monitorados por gatilhos prescritos nos Eventos de Avaliação.

A modelagem quantitativa da Moody's objetiva verificar se a proteção de crédito, mediante subordinação e excesso de spread é suficiente para mitigar as perdas derivadas de atrasos e diluições.

Originação e Aprovação de Crédito. A Braskem participa em diversos setores do mercado petroquímico do Brasil.

Os pedidos dos clientes são feitos através da Internet, por e-mail, telefone ou fax, gerando as notas fiscais. A Braskem usa um processo de aprovação de crédito uniforme para seus segmentos de negócios, e o limite de crédito de cada cliente é definido de acordo com a política interna de concessão de crédito. O limite de cada cliente leva em consideração as informações de crédito e os dados de atrasos em pagamentos. Sempre que há uma venda, o limite de crédito do cliente é verificado. Se o cliente ultrapassar seu limite de crédito, ou se estiver em atraso superior a quatro dias no pagamento de qualquer duplicata, o sistema de crédito e cobrança da Braskem automaticamente rejeitará novas vendas a este cliente. Exceções são tratadas caso a caso, e são aprovadas (ou não) de acordo com o nível de alçada estabelecido pela política interna de concessão de crédito da Braskem.

Crítérios de Elegibilidade. O Custodiante verificará individualmente, com base em arquivos eletrônicos, se os direitos creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo atendem aos critérios de elegibilidade estabelecidos nos documentos da transação. Tais critérios de elegibilidade incluem:

- Atrasos acima de 15 dias de clientes elegíveis não ultrapassem 15% do saldo de recebíveis cedido ao Fundo de cada cliente;
- Concentração máxima por cliente de 3% (três por cento);
- Os direitos creditórios passíveis de cessão não tenham data de vencimento inferior a 9 (nove) dias e superior a 90 (noventa) dias;
- O cliente não pode ter títulos cedidos ao Fundo com atraso superior a 30 dias;
- O cliente não tenha processo de falência, ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si.

Práticas de Relacionamento com Clientes e Cobrança. A Braskem atuará como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos direitos creditórios cedidos ao Fundo, bem como administrará o relacionamento com estes clientes, seguindo as mesmas práticas de administração de suas vendas a prazo feitas em sua própria carteira. O Fundo, por sua vez, administrará as cobranças adimplentes, as quais serão feitas através dos bancos cobradores.

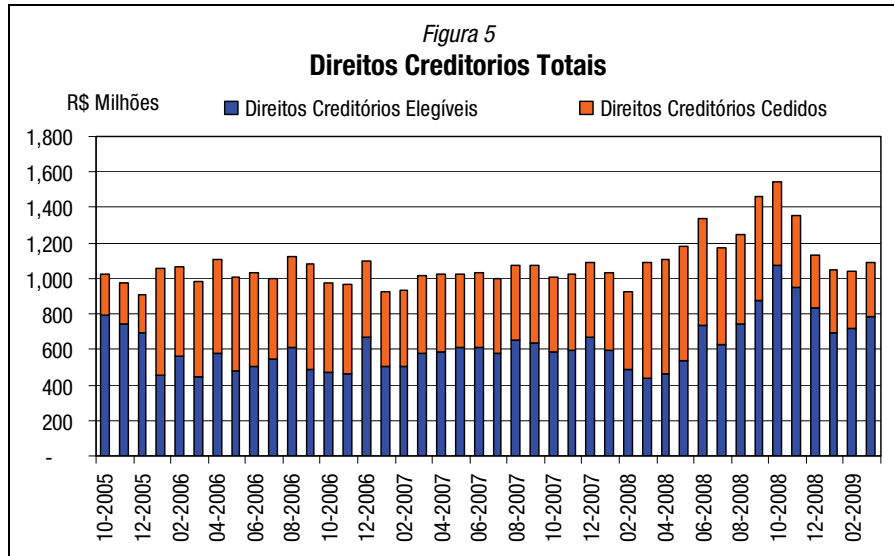
A Braskem gerencia toda a cobrança extrajudicial e judicial usando seu departamento jurídico e de cobrança, e seus procedimentos de cobrança incluem os seguintes passos:

- Protesto dos direitos creditórios vencidos e não pagos no prazo de até 30 dias;
- Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos em prazo superior a 90 dias.

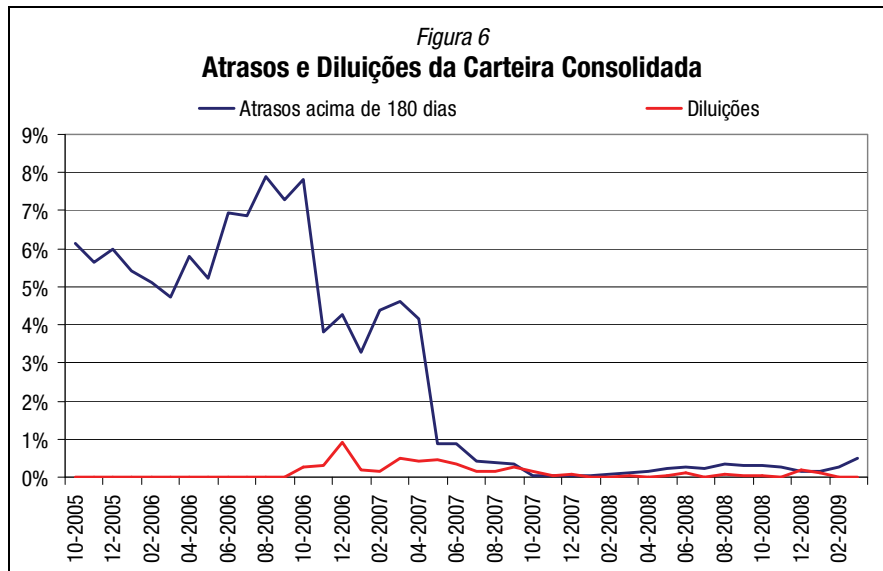
DESEMPENHO DA CARTEIRA DE RECEBÍVEIS DA CEDENTE

A Moody's analisou a carteira de direitos creditórios da Braskem entre outubro de 2005 e março de 2009. Neste intervalo, a cedente originou direitos creditórios (vendas) no montante de R\$ 50,299 bilhões.

O valor dos direitos creditórios elegíveis (definidos como direitos creditórios denominados em reais livres de diluições, baixas contábeis, concentrações excedentes e aqueles que foram cedidos) atingiu uma média mensal de R\$ 622,957 milhões, cuja evolução pode ser visualizada na *Figura 5*.

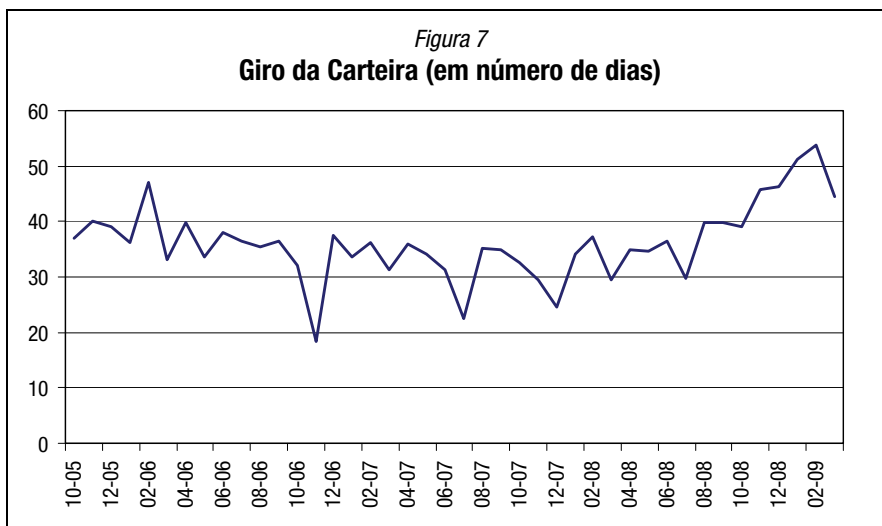


A Figura 6 ilustra o desempenho da carteira consolidada da Braskem em relação a atrasos e diluições. Os atrasos são calculados como sendo os direitos creditórios em atraso por mais de 180 dias sobre a carteira consolidada.³ A queda nos atrasos é explicada pelos seguintes fatores: (i) baixa de direitos creditórios ; (ii) melhora nas condições gerais de mercado no Brasil e (iii) aplicação de políticas de crédito mais rigorosas.



³ A Brakem provisiona integralmente qualquer recebível em atraso por mais de 180 dias. Não há regra pré-estabelecida para baixas e estas ocorrem de modo discricionário.

Conforme *Figura 7*, o giro da carteira de recebíveis apresentou aumento no primeiro trimestre de 2009, explicado pela decisão da Braskem de conceder maior prazo aos seus clientes.



PARTICIPANTES DA TRANSAÇÃO

Originador, Cedente e Agente de Recebimento. Braskem possui rating **Ba1** (Escala global em moeda local) e **Aa2.br** (Escala nacional brasileira). A perspectiva é estável.

A Braskem é a maior companhia petroquímica no Brasil e América Latina, operando duas plantas com escala global de craqueamento de nafta e diversas plantas de segunda geração com uma capacidade de produção anual de aproximadamente 10 milhões de toneladas de olefinas, poliolefinas, vinílicos, aromáticos e gasolina automotiva. A Braskem reportou receita líquida consolidada de aproximadamente USD 8 bilhões no ano fiscal de 2008.

Atualmente, cerca de 62,3% das ações com direito a voto são direta e indiretamente mantidas pela Odebrecht S.A. (sem rating), empresa holding de um dos maiores conglomerados no Brasil, gerando receitas anuais de cerca de US\$ 13 bilhões. Além da Braskem, o grupo Odebrecht também controla a Construtora Norberto Odebrecht S.A., a maior empresa de engenharia e construção da América Latina.

Administrador. BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (rating **A1** na escala global em moeda local e **Aaa.br** na escala nacional brasileira), uma subsidiária integral do Bradesco, é o Administrador do Fundo, sendo responsável pela intermediação das relações com os agentes externos, incluindo a CVM, auditores, investidores e agência de rating. De acordo com a Instrução 356/01, o Administrador é civil e criminalmente responsável por todas as ações impetradas em nome do Fundo.

O Administrador subcontratou o Custodiante para realizar todas as funções prescritas no regulamento. A ausência de Administrador, por qualquer motivo, irá deflagrar evento de liquidação.

Custodiante. O Banco Bradesco S.A., a quem a Moody's atribuiu o rating **Aaa.br** para depósitos bancários na escala nacional brasileira e **A1** em escala global em moeda local, será o custodiante desta operação. As funções do Custodiante estão descritas no Contrato de Custódia do Fundo.

ASPECTOS LEGAIS

A Moody's acredita que a estrutura legal da transação possui provisões adequadas para a segurança dos cotistas. Os principais aspectos legais considerados na análise da Moody's foram os seguintes:

A Segregação de Ativos entre a Cedente e o Fundo é Perfeita e Acabada. A segregação de risco entre a Braskem ("cedente") e o Chemical IV FIDC ("emissor") existe mediante cessão perfeita e acabada de direitos creditórios da cedente ao emissor, de acordo com o Código Civil brasileiro. A decretação de falência da cedente não afetará os ativos do emissor, uma vez que os ativos do emissor estão legalmente resguardados dos credores da cedente.

Imunidade à Falência do FIDC é Regulada por Marco Regulatório Estabelecido. Pelo fato de os FIDCs serem um condomínio de cotistas de acordo com o Código Civil, eles não podem ter a sua falência decretada. O limite das obrigações de um FIDC para os seus cotistas é equivalente ao valor de mercado de seus ativos. O valor destes ativos deverá ser refletido no valor do patrimônio líquido de um FIDC, o qual nunca poderá ser inferior a zero.

SUMÁRIO DA TRANSAÇÃO

Cotas Sênior:	(P) Aaa.br em escala nacional brasileira & (P) Baa3 em escala global em moeda local
Cotas Subordinadas Mezanino:	(P) Ba1.br em escala nacional brasileira & (P) B2 em escala global em moeda local
Cotas Subordinadas Júnior:	Sem Rating
Emissor:	Chemical IV– Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Indústria Petroquímica
Tipo de Ativo:	Recebíveis comerciais existentes originados pela Braskem resultantes de operações de venda a prazo de seus produtos a seus clientes elegíveis.
Grupo Estruturador:	BB Banco de Investimento S/A(líder), Caixa Econômica Federal e UBS Pactual
Cedente:	Braskem S.A (Aa2.br em escala nacional brasileira & Ba1 em escala global em moeda local)
Administrador:	BEM DVTM (subsidiária integral do Banco Bradesco S.A.)
Custodiante:	Banco Bradesco S.A. (Aaa.br em escala nacional brasileira & A1 em escala global em moeda local)
Auditor Externo:	KPMG Auditores Independentes
Assessor Jurídico (Emissor):	Pinheiro Guimarães Advogados

SF167005

OS RATINGS DE CRÉDITO SÃO OPINIÕES ATUAIS DA MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC. (MIS) A RESPEITO DOS RISCOS RELATIVOS FUTUROS DAS ENTIDADES, CRÉDITOS, TÍTULOS DE DÍVIDAS OU ASSEMELHADOS. A MIS DEFINE RISCO DE CRÉDITO COMO O RISCO DE UMA ENTIDADE NÃO CUMPRIR COM SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS OU FINANCEIRAS NO PRAZO ESTIPULADO, E UMA ESTIMATIVA DAS PERDAS FINANCEIRAS NO CASO DE DESCUMPRIMENTO ("default"). OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO TRATAM DE OUTROS RISCOS, INCLUINDO MAS NÃO LIMITADOS A: RISCO DE LIQUIDEZ, DE VALOR DE MERCADO OU DE VOLATILIDADE DO PREÇO. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO SÃO DECLARAÇÕES SOBRE UM FATO ATUAL OU PASSADO. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO DEVEM SER TOMADOS COMO CONSELHO DE INVESTIMENTO OU FINANCEIRO, NEM COMO RECOMENDAÇÕES DE COMPRA, VENDA OU DETENÇÃO DE TÍTULOS DETERMINADOS. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO AVALIAM A ADEQUAÇÃO DE UM INVESTIMENTO PARA UM DETERMINADO INVESTIDOR. A MIS EMITE SEUS RATINGS DE CRÉDITO COM A EXPECTATIVA E COM BASE NO ENTENDIMENTO DE QUE CADA INVESTIDOR FARÁ SEU PRÓPRIO ESTUDO E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS QUE CONSIDERE COMPRAR, CONTINUAR DETENDO OU VENDER.

© Direitos autorais: 2009, Moody's Investors Service, Inc., e/ou suas licenciadas, sociedades controladoras, sob controle comum ou controladas (em conjunto, a "MOODY'S"). Todos os direitos reservados. **AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO PROTEGIDAS PELA LEGISLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS E NÃO PODEM SER COPIADAS, REPRODUZIDAS, TRANSMITIDAS, DIVULGADAS, REVENDIDAS OU ARMAZENADAS PARA USO SUBSEQÜENTE PARA QUALQUER DESSES FINS, NO TODO OU EM PARTE, DE QUALQUER FORMA OU MEIO, POR QUALQUER PESSOA, SEM O CONSENTIMENTO PRÉVIO, POR ESCRITO, DA MOODY'S.** Todas as informações contidas neste documento foram obtidas pela MOODY'S junto a fontes que ela considera precisas e confiáveis. Devido à possibilidade de erro humano ou mecânico, bem como outros fatores, contudo, essas informações são fornecidas "no estado em que se encontram", sem garantia de qualquer tipo, e a MOODY'S não presta, a respeito dessas informações, qualquer declaração ou garantia, expressa ou implícita, quanto à precisão, grau de atualização, completude, valor comercial ou adequação a qualquer fim específico. Em nenhum caso a MOODY'S será responsável perante qualquer pessoa, física ou jurídica, por (a) perdas ou danos causados, sofridos ou relacionados, no todo ou em parte, a erro (por negligência ou não) ou circunstâncias diversas, dentro ou fora da esfera de controle da MOODY'S ou de seus diretores, administradores, empregados ou agentes, em relação à obtenção, compilação, análise, interpretação, comunicação, publicação ou transferência dessas informações, ou (b) danos diretos ou indiretos de qualquer natureza (incluindo, sem limitação, lucros cessantes), resultantes do uso ou incapacidade de usar essas informações, mesmo se a MOODY'S for avisada com antecedência sobre a possibilidade de ocorrência desses danos. Os ratings de crédito e os comentários de análise de relatórios financeiros, se houver, constituirão parte das informações contidas neste documento, e poderão ser interpretados somente como manifestação de opinião, e não como declaração de fato ou recomendação para a compra, venda ou detenção de valores mobiliários. **A MOODY'S NÃO PRESTA NENHUMA GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, QUANTO À PRECISÃO, GRAU DE ATUALIZAÇÃO, COMPLETUDE, VALOR COMERCIAL OU ADEQUAÇÃO A QUALQUER FIM ESPECÍFICO DE QUALQUER RATING, OUTRA OPINIÃO OU INFORMAÇÃO.** Cada rating ou outra opinião deve ser considerado apenas como um fator para uma decisão de investimento tomada por um usuário das informações contidas neste documento, ou em nome desses usuários. Os usuários devem, conseqüentemente, realizar seu próprio estudo e avaliação de cada valor mobiliário, emissor, garantidor e fornecedor de suporte de crédito, para cada valor mobiliário que possam considerar comprar, deter ou vender.

A MOODY'S, neste ato, divulga que a maioria dos emissores de títulos de dívida (incluindo títulos corporativos e municipais, debêntures, notes e notas promissórias) e de ações preferenciais classificadas pela MOODY'S se obrigou, antes da atribuição de qualquer rating, a pagar à MOODY'S, por serviços de avaliação e rating por ela prestados, honorários de US\$1.500 a aproximadamente US\$2.400.000. A Moody's Corporation (MCO) e sua subsidiária integral, a agência de classificação de risco Moody's Investors Service (MIS), também mantêm políticas e procedimentos a fim de preservar a independência dos ratings e dos processos de rating da MIS. São incluídas anualmente no website da Moody's — www.moody.com —, sob o título "Shareholder Relations — Corporate Governance — Director and Shareholder Affiliation Policy", informações acerca de relações societárias que possam existir entre diretores da MCO e entidades classificadas por ratings, e entre entidades que possuem ratings da MIS e que também informaram publicamente à SEC (Security and Exchange Commission — EUA) deter participação acionária maior que 5% na MCO. Esse rating foi preparado sem levar em consideração seus objetivos, necessidades ou situação financeira. Você deve, antes de utilizar essa opinião, verificar se é apropriada aos seus objetivos, necessidades e situação financeira.

* Este documento foi preparado originalmente em inglês e posteriormente traduzido para diversas outras línguas, inclusive o português. Em caso de divergência ou conflito entre as versões, a versão original em Inglês prevalecerá.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Padronizadas da Cedente relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e respectivos pareceres dos auditores independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS****EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS****Reapresentação Espontânea****Divulgação Externa****Data-Base - 31/12/2006****Legislação Societária**

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Eteno, 1561				COPEC	
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			5 - UF
42810-000		Camaçari			BA
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
071	3632-5200	-	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
071	3632-5200	-	-		
15 - E-MAIL					
www.braskem.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Av. das Nações Unidas, 4777			Alto Pinheiros	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
05477-000	São Paulo			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
011	3443-9531	-	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
011	3443-9532	-	-	
16 - E-MAIL				
carlos.fadigas@braskem.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2006	31/12/2006
2 - Penúltimo	01/01/2005	31/12/2005
3 - Antepenúltimo	01/01/2004	31/12/2004
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM
Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes		00287-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
Marco Aurélio de Castro e Melo		078.020.188-46

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2006	2 31/12/2005	3 31/12/2004
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	123.492	120.860	30.215.025
2 - Preferenciais	246.910	241.664	60.420.832
3 - Total	370.402	362.524	90.635.857
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	14.363	468	116.837
6 - Total	14.363	468	116.837

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1020 - Petroquímicos e Borracha
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Fabricação de produtos petroquímicos
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	13/12/2005	Dividendo	18/04/2006	PNA	0,1543050000
02	RCA	13/12/2005	Dividendo	18/04/2006	ON	0,1543050000
03	RCA	13/12/2005	Juros Sobre Capital Próprio	18/04/2006	PNA	0,7461450000
04	RCA	13/12/2005	Juros Sobre Capital Próprio	13/12/2005	PNB	0,5639400000
05	RCA	13/12/2005	Juros Sobre Capital Próprio	18/04/2006	ON	0,7461450000

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
07/02/2007	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
1	Ativo Total	15.751.832	14.907.941	16.591.523
1.01	Ativo Circulante	4.909.025	4.135.108	4.690.295
1.01.01	Disponibilidades	1.974.931	1.464.593	1.556.869
1.01.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	1.125.925	1.461.090	1.556.869
1.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	849.006	3.503	0
1.01.02	Créditos	1.319.625	1.290.562	1.740.974
1.01.02.01	Clientes	891.794	963.333	1.265.921
1.01.02.02	Créditos Diversos	427.831	327.229	475.053
1.01.02.02.01	Tributos a Recuperar	336.350	263.677	381.774
1.01.02.02.02	Imp. Renda e Contrib. Social Diferidos	19.573	19.573	0
1.01.02.02.03	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	71.908	43.979	93.279
1.01.03	Estoques	1.443.876	1.250.072	1.259.557
1.01.04	Outros	170.593	129.881	132.895
1.01.04.04	Demais Contas a Receber	170.593	129.881	132.895
1.02	Ativo Não Circulante	10.842.807	10.772.833	11.901.228
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.546.968	1.523.659	1.380.805
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.268.368	1.444.150	633.932
1.02.01.01.01	Títulos e Valores Mobiliários	63.460	636.303	61.422
1.02.01.01.02	Contas a Receber de Clientes	51.766	47.479	18.247
1.02.01.01.03	Estoques	22.946	71.817	47.669
1.02.01.01.04	Tributos a Recuperar	698.497	395.975	175.894
1.02.01.01.05	Imposto de Renda Diferido	361.089	257.677	301.527
1.02.01.01.06	Dep. Judiciais / Empréstimos Compulsórios	70.610	34.899	29.173
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	229.308	57.181	745.765
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	135	17.779	34.280
1.02.01.02.02	Com Controladas	188.440	2.481	2.804
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	40.733	36.921	708.681
1.02.01.03	Outros	49.292	22.328	1.108
1.02.02	Ativo Permanente	9.295.839	9.249.174	10.520.423
1.02.02.01	Investimentos	1.847.297	2.058.838	3.487.359
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	1.079.953	707.061	504.583
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	530.063	544.864	602.636
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	239.759	509.249	2.019.521
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	(10.845)	289.300	352.255
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	8.367	8.364	8.364
1.02.02.02	Imobilizado	5.994.130	5.675.397	5.203.822
1.02.02.03	Intangível	129.126	28.060	15.568
1.02.02.04	Diferido	1.325.286	1.486.879	1.813.674

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
2	Passivo Total	15.751.832	14.907.941	16.591.523
2.01	Passivo Circulante	5.294.054	3.786.085	5.441.314
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	675.674	612.227	1.435.094
2.01.02	Debêntures	1.157.356	9.295	4.969
2.01.03	Fornecedores	2.907.312	2.529.824	2.282.592
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	86.670	167.131	158.546
2.01.05	Dividendos a Pagar	40.221	290.953	183.873
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	1.147.804
2.01.08	Outros	426.821	176.655	228.436
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	122.115	100.603	72.243
2.01.08.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	10.810	23.581
2.01.08.03	Demais Provisões e Contas a Pagar	304.706	65.242	132.612
2.02	Passivo Não Circulante	6.010.264	6.474.755	6.915.179
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.989.204	6.449.100	6.884.929
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.591.687	3.331.415	3.315.086
2.02.01.02	Debêntures	950.000	1.599.347	1.167.870
2.02.01.03	Provisões	0	199.797	535.604
2.02.01.03.01	Provisão para Perda com Investimentos	0	199.797	535.604
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	7.050	3.372	671.381
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	1.440.467	1.315.169	1.194.988
2.02.01.06.01	Impostos e Contribuições	1.279.698	1.158.471	1.011.831
2.02.01.06.02	Fornecedores	21.426	29.746	74.107
2.02.01.06.03	Incentivo de Longo Prazo	2.272	0	0
2.02.01.06.04	Imp.Renda/Contribuição Social Diferidos	7.935	8.525	9.115
2.02.01.06.05	Planos de Previdência	58.554	58.554	0
2.02.01.06.06	Demais Contas a Pagar	70.582	59.873	99.935
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	21.060	25.655	30.250
2.04	Patrimônio Líquido	4.447.514	4.647.101	4.235.030
2.04.01	Capital Social Realizado	3.508.272	3.402.968	3.402.968
2.04.02	Reservas de Capital	408.650	396.821	344.782
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	530.592	847.312	487.280
2.04.04.01	Legal	72.811	68.923	34.634
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	652.336	780.294	454.551

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2006	4 -31/12/2005	5 -31/12/2004
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	(194.555)	(1.905)	(1.905)
2.04.04.07.01	Ações em Tesouraria	(194.555)	(1.905)	(1.905)
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	14.256.071	15.131.915	14.094.556
3.01.01	Mercado Interno	11.831.709	12.736.053	12.136.932
3.01.02	Mercado Externo	2.424.362	2.395.862	1.957.624
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3.324.628)	(3.639.630)	(3.312.950)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	10.931.443	11.492.285	10.781.606
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(9.303.288)	(9.276.273)	(8.120.344)
3.05	Resultado Bruto	1.628.155	2.216.012	2.661.262
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1.657.226)	(1.426.816)	(1.986.195)
3.06.01	Com Vendas	(283.847)	(199.638)	(229.488)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(474.033)	(448.378)	(324.688)
3.06.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	(464.847)	(437.909)	(314.577)
3.06.02.02	Honorários da Administração	(9.186)	(10.469)	(10.111)
3.06.03	Financeiras	(781.307)	(614.913)	(1.100.868)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	54.948	(62.109)	(26.072)
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(836.255)	(552.804)	(1.074.796)
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(836.255)	(552.804)	(1.074.796)
3.06.03.02.02	Juros Sobre Capital Próprio	0	(270.000)	(170.000)
3.06.03.02.03	Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	0	270.000	170.000
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	260.663	123.968	35.379
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(500.107)	(424.466)	(371.220)
3.06.05.01	Depreciações e Amortizações	(371.329)	(370.389)	(370.124)
3.06.05.02	Outras Despesas Operacionais	(128.778)	(54.077)	(1.096)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	121.405	136.611	4.690
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	172.783	222.129	169.952
3.06.06.02	Amortização Deságio, Líquida	(61.648)	(385.717)	(283.988)
3.06.06.03	Variação Cambial	2.709	21.341	(8.767)
3.06.06.04	Reversão Provisão Perda em Controladas	6.469	280.702	124.434
3.06.06.05	Outros	1.092	(1.844)	3.059
3.07	Resultado Operacional	(29.071)	789.196	675.067
3.08	Resultado Não Operacional	7.748	(24.865)	(26.544)
3.08.01	Receitas	8.692	5.891	3.037
3.08.02	Despesas	(944)	(30.756)	(29.581)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(21.323)	764.331	648.523
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(444)	(54.869)	(92.341)
3.11	IR Diferido	99.520	(23.687)	136.497
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	77.753	685.775	692.679

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	356.039	362.056	90.519.020
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,21838	1,89411	0,00765
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
4.01	Origens	3.787.121	3.968.483	6.174.805
4.01.01	Das Operações	676.188	1.212.923	1.251.499
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	77.753	685.775	692.679
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	598.435	527.148	558.820
4.01.01.02.01	Depreciações, Amortizações e Exaustões	865.255	766.340	720.432
4.01.01.02.02	Amortização de Ágio(Deságio), Líquida	61.648	385.717	283.988
4.01.01.02.03	Equivalência Patrimonial	(172.783)	(222.129)	(169.952)
4.01.01.02.04	Variação Cambial sobre Investimentos	(2.709)	(21.341)	8.767
4.01.01.02.05	Valor Residual Ativo Permanente Baixado	963	1.067	2.368
4.01.01.02.06	Provisão para Perda de Ativo Permanente	0	0	18.199
4.01.01.02.07	Imposto de Renda Diferido	(99.520)	23.687	(136.497)
4.01.01.02.08	Juros e Var.Monetária de L.Prazo, Líq.	64.137	(42.513)	(63.646)
4.01.01.02.09	Concessão de Direito de Uso	0	(58.240)	0
4.01.01.02.10	Provisão Perda em Investimentos	(6.469)	(280.702)	(124.434)
4.01.01.02.11	Ganhos(Perdas) de Part. Investim./Outros	(1.092)	2.293	(2.576)
4.01.01.02.12	Recup. de Créditos Tributários, Líquidos	(94.352)	0	0
4.01.01.02.13	Outros	(16.643)	(27.031)	22.171
4.01.02	Dos Acionistas	105.304	0	1.219.182
4.01.02.01	Aumento de Capital	105.304	0	1.210.950
4.01.02.02	Permuta de Ações em Tesouraria	0	0	8.232
4.01.03	De Terceiros	3.005.629	2.755.560	3.704.124
4.01.03.01	Transferência do RLP p/Ativo Circulante	364.668	30.093	505.337
4.01.03.02	Ingressos de Recursos / Aumento do ELP	10.686	58.266	103.526
4.01.03.03	Redução do Realizável a Longo Prazo	21.968	59.618	35.322
4.01.03.04	Aumento do Conta Corrente Passivo, Líq.	0	0	39.403
4.01.03.05	Ingressos de Financiamentos no ELP	2.119.979	1.206.300	2.763.808
4.01.03.06	Dividendos a Receber	175.970	336.681	192.295
4.01.03.07	Incentivos Fiscais	11.829	52.039	63.748
4.01.03.08	Outros	0	2.289	685
4.01.03.09	CCL - Empresas Incorporadas/adquirida	300.529	1.010.274	0
4.02	Aplicações	4.521.173	2.868.441	4.912.449
4.02.01	Dividendos Propostos e JCP a Pagar	36.933	325.743	204.178
4.02.02	Redução do ELP/Transf.p/ Circulante	141.510	24.993	553.397
4.02.03	Acréscimo no RLP	121.783	976.908	67.070
4.02.04	Acréscimo Ativo Permanente-Investimentos	523.278	121.739	75.015
4.02.05	Acréscimo Ativo Permanente - Imobilizado	910.166	855.436	368.349
4.02.06	Acréscimo Ativo Permanente - Diferido	35.213	82.477	509.823
4.02.07	Capital Circ Líq - Empresa Incorporada	0	0	162.582
4.02.08	Transf. Financ. do RLP p/ Circulante	1.757.673	481.145	2.072.035
4.02.09	Liquidação de Fianciamentos do ELP	619.652	0	900.000
4.02.10	Redução Conta Corrente Passivo, Líq.	182.315	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
4.02.11	Recompra de Ações / Debentures	192.650	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(734.052)	1.100.042	1.262.356
4.04	Variação do Ativo Circulante	773.917	(555.187)	2.153.297
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	4.135.108	4.690.295	2.536.998
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	4.909.025	4.135.108	4.690.295
4.05	Variação do Passivo Circulante	1.507.972	(1.655.229)	890.941
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	3.786.085	5.441.314	4.550.373
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	5.294.057	3.786.085	5.441.314

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial		396.821	0	847.312	0	4.647.101
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores		0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	105.304	0	0	0	0	105.304
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	(192.650)	0	0	0	(192.650)
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	77.753	77.753
5.07	Destinações	0	0	0	40.820	(77.753)	(36.933)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	3.888	(3.888)	0
5.07.02	Dividendos Propostos	0	0	0	0	(36.933)	(36.933)
5.07.03	Retenção de Lucros	0	0	0	36.932	(36.932)	0
5.08	Outros	0	11.829	0	(164.890)	0	(153.061)
5.08.01	Incentivos Fiscais	0	11.829	0	0	0	11.829
5.08.02	Efeito da Mudança de Critério Contábil	0	0	0	0	(164.890)	(164.890)
5.08.03	Transf. Res.p/Aborção Ajuste Exerc. Anter.	0	0	0	(164.890)	164.890	0
5.09	Saldo Final	3.508.272	216.000	0	723.242	0	4.447.514

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	3.402.968	344.782	0	487.280	0	4.235.030
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	685.775	685.775
5.07	Destinações	0	0	0	34.289	(34.289)	0
5.08	Outros	0	52.039	0	325.743	(651.486)	(273.704)
5.08.01	Incentivos Fiscais	0	52.039	0	0	0	52.039
5.08.02	Retenção de Lucros	0	0	0	325.743	(325.743)	0
5.08.03	Dividendos propostos	0	0	0	0	(55.743)	(55.743)
5.08.04	Juros sobre capital próprio	0	0	0	0	(270.000)	(270.000)
5.09	Saldo Final	3.402.968	396.821	0	847.312	0	4.647.101

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.887.422	744.315	0	(10.137)	(463.281)	2.158.319
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	1.515.546	0	0	0	0	1.515.546
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	8.232	0	8.232
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	692.679	692.679
5.07	Destinações	0	0	0	34.634	(34.634)	0
5.08	Outros	0	(399.533)	0	454.551	(194.764)	(139.746)
5.08.01	Incentivos Fiscais	0	63.748	0	0	0	63.748
5.08.02	Absorção de Prejuízos Fiscais	0	(463.281)	0	0	463.281	0
5.08.03	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	(170.000)	(170.000)
5.08.04	Retenção de Lucros	0	0	0	454.551	(454.551)	0
5.08.05	Dividendos Propostos	0	0	0	0	(34.178)	(34.178)
5.08.06	Dividendos Prescritos	0	0	0	0	684	684
5.09	Saldo Final	3.402.968	344.782	0	487.280	0	4.235.030

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
1	Ativo Total	16.304.322	15.590.751	15.050.267
1.01	Ativo Circulante	5.950.996	5.837.458	5.668.249
1.01.01	Disponibilidades	1.960.952	2.281.534	1.815.554
1.01.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	1.547.061	2.135.740	1.793.955
1.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	413.891	145.794	21.599
1.01.02	Créditos	2.023.565	1.840.159	2.117.291
1.01.02.01	Clientes	1.594.858	1.493.312	1.630.629
1.01.02.02	Créditos Diversos	428.707	346.847	486.662
1.01.02.02.01	Tributos a Recuperar	408.082	324.868	476.011
1.01.02.02.02	Imp.Renda e Contrib. Social Diferidos	20.625	21.979	10.651
1.01.03	Estoques	1.767.275	1.567.453	1.562.414
1.01.04	Outros	199.204	148.312	172.990
1.02	Ativo Não Circulante	10.353.326	9.753.293	9.382.018
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.597.161	1.062.573	775.264
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.497.775	994.756	730.972
1.02.01.01.01	Títulos e Valores Mobiliários	1.628	325	61.961
1.02.01.01.02	Contas a Receber de Clientes	52.542	49.676	23.146
1.02.01.01.03	Estoques	22.946	75.783	50.369
1.02.01.01.04	Tributos a Recuperar	953.102	559.423	251.260
1.02.01.01.05	Imposto de Renda Diferido	377.041	273.027	315.302
1.02.01.01.06	Dep. Judiciais e Empréstimo Compulsório	90.516	36.522	28.934
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	40.733	40.560	35.181
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	40.733	40.560	35.181
1.02.01.03	Outros	58.653	27.257	9.111
1.02.02	Ativo Permanente	8.756.165	8.690.720	8.606.754
1.02.02.01	Investimentos	46.771	66.179	46.509
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	26.187	25.761	4.851
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	6.528	6.206	5.838
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	14.056	34.212	35.820
1.02.02.02	Imobilizado	6.688.699	6.364.361	5.842.936
1.02.02.03	Intangível	129.450	28.395	16.138
1.02.02.04	Diferido	1.891.245	2.231.785	2.701.171

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
2	Passivo Total	16.304.322	15.590.751	15.050.267
2.01	Passivo Circulante	5.506.952	4.444.097	4.595.300
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	653.898	1.120.391	1.808.376
2.01.02	Debêntures	1.157.687	9.295	4.969
2.01.03	Fornecedores	3.022.085	2.580.173	2.059.977
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	122.840	192.169	179.656
2.01.05	Dividendos a Pagar	41.425	299.202	191.648
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	3.081	8
2.01.08	Outros	509.017	239.786	350.666
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	148.935	135.961	98.526
2.01.08.02	Demais Provisões e Contas a Pagar	345.657	84.823	200.672
2.01.08.03	Imposto de Renda e Contribuição Social	14.425	19.002	51.468
2.02	Passivo Não Circulante	6.463.716	6.489.656	6.068.241
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	6.433.311	6.401.715	5.975.011
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.935.794	3.261.594	3.261.337
2.02.01.02	Debêntures	982.190	1.599.347	1.167.870
2.02.01.03	Provisões	0	9.280	0
2.02.01.03.01	Provisão para Perda com Investimentos	0	9.280	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	4.353	0	104.636
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	438	3.044	11.128
2.02.01.06	Outros	1.510.536	1.528.450	1.430.040
2.02.01.06.01	Impostos e Contribuições	1.321.961	1.324.358	1.216.148
2.02.01.06.02	Fornecedores	21.426	29.746	74.107
2.02.01.06.03	Incentivo de Longo Prazo	2.272	0	0
2.02.01.06.04	Imp. de Renda/Contrib. Social Diferidos	17.274	10.445	11.656
2.02.01.06.05	Planos de Previdência Privada	64.205	65.116	64.779
2.02.01.06.06	Demais Contas a Pagar	83.398	98.785	63.350
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	30.405	87.941	93.230
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	21.767	121.232	203.093
2.04	Patrimônio Líquido	4.311.887	4.535.766	4.183.633
2.04.01	Capital Social Realizado	3.508.272	3.402.968	3.402.968
2.04.02	Reservas de Capital	408.650	396.821	344.782
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	394.965	735.977	435.883
2.04.04.01	Legal	72.811	72.811	30.805
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2006	4 -31/12/2005	5 -31/12/2004
2.04.04.05	Retenção de Lucros	577.708	678.181	420.093
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	(255.554)	(15.015)	(15.015)
2.04.04.07.01	Ações em Tesouraria	(255.554)	(15.015)	(15.015)
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	16.545.278	17.043.335	16.200.199
3.01.01	Mercado Interno	13.028.432	14.099.136	13.579.361
3.01.02	Mercado Externo	3.516.846	2.944.199	2.620.838
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3.552.582)	(3.968.255)	(3.810.710)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	12.992.696	13.075.080	12.389.489
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(10.792.056)	(10.361.716)	(9.222.970)
3.05	Resultado Bruto	2.200.640	2.713.364	3.166.519
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(2.117.670)	(1.939.061)	(2.340.012)
3.06.01	Com Vendas	(398.953)	(261.880)	(290.967)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(552.461)	(525.174)	(386.064)
3.06.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	(539.515)	(510.082)	(373.329)
3.06.02.02	Honorários da Administração	(12.946)	(15.092)	(12.735)
3.06.03	Financeiras	(938.408)	(709.376)	(1.238.617)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	159.519	(33.619)	68.632
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1.097.927)	(675.757)	(1.307.249)
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(1.097.927)	(675.757)	(1.307.249)
3.06.03.02.02	Juros Sobre Capital Próprio	0	(270.000)	(170.000)
3.06.03.02.03	Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	0	270.000	170.000
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	310.046	22.753	42.994
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(508.997)	(355.563)	(359.741)
3.06.05.01	Depreciações e Amortizações	(385.093)	(355.563)	(359.741)
3.06.05.02	Outras Despesas Operacionais	(123.904)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(28.897)	(109.821)	(107.617)
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	801	1.287	663
3.06.06.02	Amortização Deságio, Líquida	(57.758)	(152.539)	(152.729)
3.06.06.03	Variação Cambial	(1.423)	3.629	(9.645)
3.06.06.04	Reversão Provisão Perda em Controladas	0	0	(7.500)
3.06.06.05	Incentivos Fiscais	20.504	39.225	44.979
3.06.06.06	Outros	8.979	(1.423)	16.615
3.07	Resultado Operacional	82.970	774.303	826.507
3.08	Resultado Não Operacional	7.120	(25.156)	(29.820)
3.08.01	Receitas	9.854	5.941	54.100
3.08.02	Despesas	(2.734)	(31.097)	(83.920)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	90.090	749.147	796.687
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(88.054)	(147.737)	(226.470)
3.11	IR Diferido	100.906	(29.641)	141.375
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(1.593)	54.068	(24.565)
3.12.01	Participações	(1.593)	54.068	(24.565)
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2006 a 31/12/2006	4 -01/01/2005 a 31/12/2005	5 -01/01/2004 a 31/12/2004
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	101.349	625.837	687.027
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	356.039	362.056	90.519.020
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,28466	1,72856	0,00759
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
4.01	Origens	3.671.566	3.802.257	6.522.777
4.01.01	Das Operações	955.415	1.474.448	1.439.714
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	101.349	625.837	687.027
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	854.066	848.611	752.687
4.01.01.02.01	Depreciações, Amortizações e Exaustões	962.399	841.493	798.033
4.01.01.02.02	Amortização de Ágio (Deságio), Líquida	57.758	152.539	152.729
4.01.01.02.03	Equivalência Patrimonial	(801)	(1.287)	(663)
4.01.01.02.04	Variação Cambial sobre Investimentos	1.423	(3.629)	9.645
4.01.01.02.05	Valor Residual Ativo Permanente Baixado	4.403	5.056	5.513
4.01.01.02.06	Provisão p/Perda em Ativo Permanente	0	0	18.199
4.01.01.02.07	Juros e Var. Monet.de Longo Prazo, Liq.	90.393	(54.369)	(99.465)
4.01.01.02.08	Imposto de Renda Diferido	(100.906)	29.641	(141.375)
4.01.01.02.09	Provisão(Reversão) Prov.Perda Investim.	0	0	7.500
4.01.01.02.10	Ganhos (Perdas) de Part.Invest.-Outros	(11.437)	2.188	(16.030)
4.01.01.02.11	Participação dos Minoritários	1.593	(54.068)	24.565
4.01.01.02.12	Incentivos Fiscais	(20.504)	(39.225)	(44.979)
4.01.01.02.13	Recup.de Créditos Tributários, Líquidos	(94.491)	0	0
4.01.01.02.14	Concessão de Direito de Uso	(19.657)	(3.640)	0
4.01.01.02.15	Outros	(16.107)	(26.088)	39.015
4.01.02	Dos Acionistas	110.860	2.688	1.219.393
4.01.02.01	Aumento de Capital	110.860	2.531	1.210.950
4.01.02.02	Permuta de Ações em Tesouraria	0	0	8.232
4.01.02.03	Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	0	157	211
4.01.03	De Terceiros	2.605.291	2.325.121	3.863.670
4.01.03.01	Transf. do RLP p/Ativo Circulante	168.344	66.423	509.993
4.01.03.02	Aumento do ELP	55.296	429.911	351.878
4.01.03.03	Redução do Realizável a Longo Prazo	28.389	123.347	44.601
4.01.03.04	Ingressos de Financiamentos no ELP	2.234.789	1.606.197	2.843.926
4.01.03.05	Dividendos a Receber	2.000	2.000	0
4.01.03.06	Incentivos Fiscais	32.430	91.422	112.562
4.01.03.07	CCL Inicial Empresas Incluídas na Cons	84.043	0	26
4.01.03.08	Outros	0	5.821	684
4.02	Aplicações	4.620.883	3.481.845	5.094.164
4.02.01	Dividendos Propostos e JCP a Pagar	66.236	331.300	209.833
4.02.02	Redução do ELP/Transf. p/ Circulante	173.610	319.211	174.454
4.02.03	Acréscimo no RLP	202.437	507.647	123.629
4.02.04	Acréscimo Ativo Permanente - Invest.	483.013	22.463	23.648
4.02.05	Acréscimo Ativo Permanente - Imobilizado	1.056.547	965.285	442.286
4.02.06	Acréscimo Ativo Permanente - Diferido	40.312	87.589	549.395
4.02.07	Liquidação de Financiamento do ELP	634.000	617.228	1.347.059
4.02.08	Redução de Conta Corrente Passivo, Liq.	4.295	117.823	55.531

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Representação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
4.02.09	Transf. Financiamento do LP p/Circulante	1.767.783	504.231	2.168.329
4.02.10	Recompra de Ações / Debentures	192.650	9.068	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(949.317)	320.412	1.428.613
4.04	Variação do Ativo Circulante	113.538	169.209	1.482.166
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	5.837.458	5.668.249	4.186.083
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	5.950.996	5.837.458	5.668.249
4.05	Variação do Passivo Circulante	1.062.855	(151.203)	53.553
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	4.444.097	4.595.300	4.541.747
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	5.506.952	4.444.097	4.595.300

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Aos Administradores e Acionistas

Braskem S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Braskem S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da Braskem S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Braskem S.A. e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras. Os exames das demonstrações financeiras das investidas Petroflex Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e Politeño Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2005, que representam investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes e o nosso parecer, no que se refere ao valor desses investimentos e aos lucros por eles produzidos, nos montantes de R\$ 61.117 mil e R\$ 3.528 mil, respectivamente, em 2006 e R\$ 223.783 mil e R\$ 45.560 mil, respectivamente, em 2005, está baseado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das companhias, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração das companhias, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

- 3 Com base em nossos exames e nos pareceres de responsabilidade de outros auditores independentes, somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Braskem S.A. e da Braskem S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da Braskem S.A. dos exercícios findos nessas datas, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 Conforme descrito nas Notas 17(c) e 21 às demonstrações financeiras, a Braskem S.A. e determinadas controladas estão envolvidas em processos judiciais significativos, que incluem a não sujeição à contribuição social sobre o lucro e ação judicial relativa à validade da Cláusula Quarta da Convenção Coletiva dos Trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas Petroquímicas, Químicas, Plásticas e afins do Estado da Bahia – SINDIQUÍMICA. Com base na opinião dos assessores jurídicos externos e da administração da companhia, não são esperadas perdas relevantes para esses processos. Sendo assim, as demonstrações financeiras da companhia não incluem quaisquer provisões para fazer face a eventuais efeitos decorrentes das referidas ações.
- 5 A administração da OPP Química S.A., então controlada indireta, incorporada pela Braskem S.A. em março de 2003, baseada em decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, registrou no resultado do exercício findo em 2002, crédito de Imposto sobre Produto Industrializado - IPI no montante de R\$ 1.030.125 mil. Apesar da interposição de Agravo Regimental pela Fazenda Nacional e dos autos de infração, conforme descritos na Nota 9(a), a administração mantém seu entendimento, com base na avaliação de seus advogados, de que não há alterações significativas no registro efetuado pela então controlada.
- 6 Conforme descrito nas Notas 11, 12 e 13 às demonstrações financeiras, a companhia e algumas controladas constituíram ágios na aquisição de investimentos suportados em mais-valia do ativo imobilizado e rentabilidade futura das investidas, os quais estão sendo amortizados de acordo com o prazo de retorno definido em laudos de avaliação de peritos independentes e projeções financeiras da sua administração. A manutenção desses ágios e do atual critério de amortização está condicionada à realização das projeções dos fluxos de caixa e das receitas e despesas utilizadas pelos peritos na determinação da mais-valia e da rentabilidade futura dos investimentos.
- 7 A companhia possui saldo de ICMS a recuperar em 31 de dezembro de 2006, no montante de R\$ 675.428 mil (2005 – R\$ 412.865 mil) na controladora, e R\$ 936.333 mil (2005 – R\$ 556.917 mil) no consolidado, cuja realização depende da implementação das ações descritas na Nota 9(b) às demonstrações financeiras.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

- 8 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo principal de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, que estão sendo apresentadas nos Anexos I e II, para propiciar informações suplementares sobre a companhia e suas controladas, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 7 de fevereiro de 2007

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA

Marco Aurélio de Castro e Melo
Contador CRC 1SP153070/O-3 "S" BA

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BRASKEM 2006

A Administração da Braskem S.A. ("Braskem") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006. Os comentários apresentados são relativos aos resultados consolidados e refletem a estrutura societária da Braskem em 31 de dezembro de 2006.

Os resultados aqui demonstrados contemplam ajustes para a eliminação dos efeitos da consolidação proporcional conforme Instrução CVM 247, consolidando apenas os investimentos sob gestão integral da Braskem e, portanto, reconhecendo as participações na Companhia Petroquímica do Sul (Copesul), na Petroflex Indústria e Comércio S.A. (Petroflex), e na Politen - no período que compreende todo o ano de 2005 e o 1T06 - através de Equivalência Patrimonial. A partir de abril de 2006, as demonstrações financeiras da Braskem passaram a consolidar os resultados da Politen, em função da aquisição do controle dessa empresa pela Braskem naquele mês.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2006 foi marcado por um cenário adverso para a indústria petroquímica brasileira. A combinação de preços elevados de petróleo e de nafta associados à alta volatilidade dessas duas *commodities* no mercado internacional, além do excesso momentâneo de capacidade de polietileno no mercado brasileiro, impactou a rentabilidade do setor e da Braskem em grande parte de 2006.

Nesse contexto, a Companhia conseguiu implementar com disciplina todos os seus projetos principais e evoluiu de maneira consistente em seus fundamentos empresariais durante o ano, tendo como destaque o fortalecimento da sua plataforma de crescimento com foco em criação de valor.

A Companhia confirmou sua liderança no mercado latino-americano das resinas termoplásticas que estão no seu foco de atuação – polietileno (PE), polipropileno (PP) e PVC – por meio de investimentos significativos em expansão de capacidade e aquisições estratégicas, ao mesmo tempo em que avançou de forma acelerada na implementação de programas ligados ao aumento de eficiência e confiabilidade operacional e à melhoria de competitividade. Esses movimentos estão alinhados com a visão da Braskem de posicionar-se entre as 10 empresas líderes da petroquímica mundial em valor de mercado, tendo como estratégia a combinação de crescimento orgânico no mercado regional, novas alternativas de acesso à matéria-prima competitiva e a busca de oportunidades ligadas à internacionalização da Companhia.

Em 2006, o mercado brasileiro de resinas termoplásticas cresceu 9%, confirmando sua elasticidade histórica em relação ao PIB, em torno de 3 vezes na média dos últimos dez

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

anos. A diferença marcante de desempenho ao longo do ano, com um segundo semestre superior ao primeiro especialmente em termos de rentabilidade, indica que os efeitos da entrada de um novo concorrente doméstico de polietileno já foram absorvidos pelo mercado.

A Braskem acredita que a continuidade do processo de consolidação da petroquímica brasileira é fundamental para a melhoria da competitividade do setor. Nesse sentido, adquiriu em 2006 o controle da Politen, em operação já aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, por unanimidade e sem restrições, reconhecendo mais uma vez o mercado internacional como o mercado relevante para a petroquímica brasileira. A aquisição da Politen permitiu a melhoria de portfólio de produtos e de clientes, bem como o fortalecimento da liderança da Companhia no mercado de polietileno, proporcionando a adição de 360 mil toneladas à sua capacidade anual de produção dessa resina por meio de uma unidade industrial localizada em Camaçari. A Braskem confirma o volume de sinergias anunciadas no momento da aquisição, com valor presente líquido de US\$ 110 milhões a ser realizado a partir de 2007, e destaca que a integração operacional já foi concluída e que oportunidades adicionais de sinergias estão sendo identificadas.

A Petroquímica Paulínia, peça importante na estratégia de crescimento da Companhia, teve sua construção iniciada em 2006. Essa *joint venture* com a Petroquisa, na qual a Braskem tem participação de 60%, vai operar uma nova fábrica de polipropileno com capacidade anual de até 350 mil toneladas em Paulínia, interior de São Paulo. Além de escala mundial, acesso a matéria-prima competitiva e tecnologia de ponta fornecida pela própria Braskem, a unidade contará com os benefícios de localizar-se no centro do principal mercado consumidor do Brasil. A licença de instalação já foi concedida pelo órgão ambiental e a implantação do projeto está com o cronograma em dia, prevendo-se a entrada em operação para o final do primeiro trimestre de 2008.

No contexto internacional, o acesso a matérias-primas em condições competitivas é o diferencial de dois projetos em estudos na Venezuela, que deverão contar com escala global e tecnologia atualizada: o projeto de uma unidade de polipropileno, com capacidade anual de 400 mil toneladas, planejada para operar no final de 2009; e um complexo petroquímico integrado a partir de gás natural na região de Jose, composto por uma central de insumos básicos com capacidade para produzir 1,2 milhão de toneladas de eteno integrada a unidades de produção de polietilenos e outros produtos. Além de suprir o mercado venezuelano e os países do Pacto Andino, as novas unidades deverão servir como plataforma de exportações para os mercados do Hemisfério Norte.

Os estudos preliminares de viabilidade técnica e econômica indicaram perspectivas atraentes para ambos os projetos que estão em fase de detalhamento e modelagem societária. Os projetos contemplam participações societárias paritárias entre Braskem e Pequiven. Com o objetivo de acelerar o andamento desses projetos, a Braskem já conta com uma equipe experiente baseada na Venezuela.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para dar sustentação ao seu processo de crescimento, a Companhia investiu em um novo sistema integrado de gestão, cujas operações foram iniciadas em 2006 conforme o prazo previsto no âmbito do programa Fórmula Braskem, que também revisou todos os processos de negócios da Companhia, resultando em simplificação de processos, redução de custos e melhoria de competitividade. O investimento total previsto para o projeto, que terá a segunda etapa de implantação em 2007, é de R\$ 130 milhões e o valor presente líquido positivo dos ganhos de produtividade é de R\$ 260 milhões.

O programa Braskem +, focado em excelência operacional e melhoria de produtividade, proporcionou ganhos de R\$ 437 milhões até dezembro de 2006, em bases anualizadas e recorrentes, montante 4% acima do inicialmente previsto para ser atingido apenas no final de 2007, antecipando em um ano os resultados planejados. A qualidade da gestão permitiu a aceleração do projeto e a identificação de oportunidades adicionais de ganhos que vão permitir à Companhia continuar melhorando seu desempenho.

Em linha com seu compromisso de criar mais valor para todos os acionistas, a Braskem reforçou sua atuação em tecnologia e inovação com a abertura em Camaçari, na Bahia, de um novo centro de desenvolvimento dedicado ao polietileno de ultra alto peso molecular – **UTEC®**, resina de alto valor agregado da qual a Companhia é uma das maiores produtoras mundiais. A unidade já atua de forma coordenada com o Centro de Tecnologia e Inovação de Triunfo-RS, o mais moderno e bem equipado da petroquímica na América Latina, dedicado a apoiar os clientes no desenvolvimento de produtos, processos e aplicações.

Além de contribuir para elevar a competitividade da cadeia produtiva da indústria petroquímica e dos plásticos, a prioridade dada à inovação e tecnologia sustenta um dos pilares estratégicos da Companhia, que é a sua autonomia tecnológica. Como resultado, a Braskem foi pioneira no lançamento no mercado brasileiro de um polipropileno com nano partículas, a primeira resina produzida no país baseada na nanotecnologia, considerada a fronteira mais promissora da ciência dos materiais e dos polímeros em particular. Assumiu também posição de destaque na pesquisa dos chamados “polímeros verdes”, feitos a partir de matérias-primas renováveis cujo processo de produção já é protegido por registros de patentes depositados pela Braskem. A Braskem possui um conjunto de 151 patentes detidas no Brasil e no exterior, das quais 14 foram obtidas em 2006.

A Braskem foi apontada como uma força emergente no cenário internacional pela empresa americana de consultoria *Boston Consulting Group*, que elaborou um ranking com 100 companhias de países em desenvolvimento – as “desafiantes globais” – em condições de competir com as grandes corporações transnacionais. Um dos principais diferenciais competitivos da Braskem apontados pelo estudo, onde aparecem outras 11 empresas brasileiras, foi justamente sua competência em inovação e tecnologia.

Essa posição de destaque está alicerçada na trajetória de crescimento obtida pela Braskem nos últimos anos. Em 2006, seu faturamento bruto em dólares norte-americanos, a moeda de referência do setor petroquímico, cresceu 10% em relação ao ano anterior, passando

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

de US\$ 6,3 bilhões para US\$ 6,9 bilhões. Em reais, o faturamento bruto foi de R\$ 15 bilhões, em linha com o de 2005, refletindo o impacto negativo do efeito cambial. A receita líquida teve um incremento de 13% também em dólar, totalizando US\$ 5,4 bilhões, ou R\$ 11,7 bilhões, R\$ 100 milhões acima do montante do ano anterior.

As exportações da Braskem cresceram 44% em 2006, atingindo uma receita recorde de US\$ 1,4 bilhão, que reflete iniciativas importantes desenvolvidas pela Companhia desde 2005 para aumentar sua presença no mercado global, em alinhamento com sua estratégia de internacionalização. Essas iniciativas culminaram com a criação de filiais na Argentina e Europa, bem como o fortalecimento da *Braskem América*, permitindo a prestação de melhores serviços aos clientes internacionais por meio de equipes próprias e centros locais de distribuição, com melhoria de rentabilidade das operações, além do desenvolvimento de novos mercados.

O EBITDA da Braskem totalizou US\$ 758 milhões em 2006, que se comparam aos US\$ 851 milhões registrados no ano anterior, refletindo principalmente os efeitos da alta do petróleo, que impactaram significativamente os custos de nafta, além de uma concorrência acirrada no mercado brasileiro de polietileno. Em reais, o EBITDA foi R\$ 1,6 bilhão, um recuo de 21% em relação a 2005, impactado adicionalmente pela valorização cambial. O lucro líquido anual foi de R\$ 82 milhões, comparado aos R\$ 680 milhões registrados no período anterior.

Os investimentos operacionais realizados em 2006 totalizaram R\$ 719 milhões, em linha com o valor registrado no ano anterior. Esses recursos foram aplicados em programas de competitividade empresarial, automação industrial, em aumentos de capacidade nas unidades industriais, a exemplo da planta de isopreno, em tecnologia, bem como em saúde, segurança e meio ambiente.

Disciplina de capital, redução do custo financeiro e o alongamento do perfil do endividamento são compromissos permanentes da gestão financeira da Braskem. Em linha com esses objetivos, a Companhia realizou com sucesso em 2006 uma série de emissões no mercado de capitais, com destaque para um *bond* perpétuo no montante de US\$ 200 milhões e taxa de 9% ao ano.

No encerramento do exercício, o valor do endividamento líquido da Companhia era de R\$ 4,5 bilhões, com prazo médio de mais de 16 anos e perfil de maturação compatível com a geração de caixa prevista em cada ano. A relação entre a dívida líquida e o EBITDA alcançava 2,7 vezes comparada com 1,7 registrada em dezembro de 2005, em decorrência dos investimentos feitos pela Companhia, o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no valor de R\$ 326 milhões, o programa de recompra de ações da Companhia no montante de R\$ 182 milhões, e a aquisição do controle da Politen, com desembolso inicial de R\$ 238 milhões.

Pelo segundo ano consecutivo, a Braskem foi qualificada para integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo, uma carteira diferenciada

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

de ações de empresas que se destacam na promoção do desenvolvimento sustentável, da responsabilidade social e da governança corporativa – princípios e valores assumidos pela Companhia na sua criação, em 2002, por meio de um Compromisso Público.

Na seção de governança corporativa, vale ainda destacar a certificação da Braskem na lei Sarbanes-Oxley com um ano de antecedência à sua entrada em vigor, além da eleição de 2 novos conselheiros independentes no Conselho de Administração.

Agradecimentos

A Administração da Braskem renova os agradecimentos a seus acionistas, clientes e fornecedores pela confiança mais uma vez depositada na Companhia em 2006 e que nos estimula a prosseguir no caminho da excelência.

Adicionalmente, cabe ressaltar que as conquistas alcançadas nesse período não teriam sido possíveis sem a dedicação e competência demonstradas pelas equipes da Braskem, que prepararam o caminho para o plano de crescimento da Companhia para os próximos anos. Pelo segundo ano consecutivo, nossos integrantes colocaram a Braskem no ranking das melhores empresas brasileiras para se trabalhar, o que é reflexo do empenho da Companhia em proporcionar um ambiente de trabalho estimulante e de alto desempenho.

2. Perspectivas

As expectativas da Braskem apontam para a manutenção de um sólido desempenho econômico mundial para os próximos anos, com crescimento nas principais economias. Esse cenário favorece a indústria petroquímica em função da elasticidade existente entre a demanda por produtos petroquímicos e a taxa de crescimento econômico. As perspectivas são de que as taxas de utilização de capacidade permaneçam em níveis elevados nos próximos anos, em razão do equilíbrio no balanço projetado entre a demanda por resinas termoplásticas no mercado internacional e as previsões de atraso na entrada de novas capacidades produtivas.

Em relação à nafta, principal matéria-prima da Braskem, observa-se uma forte correlação do seu preço com a cotação do petróleo no mercado mundial. Com base no balanço global entre oferta de demanda de petróleo, espera-se em 2007 uma cotação média da nafta inferior a verificada em 2006. A combinação de preços de resinas sustentados e nafta a custos inferiores sinaliza uma potencial melhoria da rentabilidade do negócio em 2007.

No plano doméstico, a Braskem trabalha com um cenário de crescimento sustentado da economia, com inflação sob controle e possibilidade de reduções adicionais nas taxas de juros, resultando em estímulo para o crescimento da economia e do consumo. A expectativa de melhoria da renda disponível, aumento de crédito disponível e do nível de atividade na construção civil, entre outros fatores, sinaliza para um incremento do mercado brasileiro de resinas termoplásticas de 8 a 10% ao ano. A redução de estoques

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ocorrida na cadeia produtiva no final do ano, em função do fator preços, cria condições ainda mais favoráveis para um aumento adicional da demanda ao longo de 2007.

A Braskem deverá se beneficiar desse cenário na medida em que terá todas as suas unidades industriais em condições de operar com altas taxas de utilização em 2007, já que antecipou para 2006 paradas em unidades de produção de eteno e de PE, anteriormente programadas para 2007.

Considerando o cenário descrito anteriormente associado à implementação dos programas de competitividade já concluídos em 2006, como o *Fórmula Braskem* e o *Braskem +*, a Braskem está preparada para capturar plenamente, a partir de 2007, os ganhos esperados com esses programas, com redução nos seus custos de operação e impactos potenciais positivos sobre os resultados da empresa.

A Braskem prossegue firme na sua estratégia de crescimento associado à criação de valor para todos os seus acionistas. A Companhia estará atenta às oportunidades de consolidação da indústria petroquímica brasileira, pois tem a crença de que esse processo resultará em importante aumento de competitividade para o setor, cada vez mais necessário em um ambiente globalizado. Adicionalmente, a Braskem deverá aumentar a sua capacidade de produção através da implementação de novos projetos, sempre preservando a sua disciplina de capital, em investimentos que proporcionem retornos acima do custo de capital da empresa.

Dentro desse contexto, a Braskem está desenvolvendo um conjunto de projetos de crescimento, com potencial de dobrar a sua capacidade de produção anual de resinas para próximo de 5 milhões de toneladas. Esses projetos, caso implementados, resultarão em um maior equilíbrio entre as principais fontes de matéria-prima (nafta e gás), com redução dos custos de produção da Companhia e, conseqüentemente, estabelecerão um novo patamar de escala e competitividade. Esses projetos são detalhados a seguir:

- Petroquímica Paulínia, *joint venture* com a Petroquisa, para produção de 350 mil toneladas de PP a partir do primeiro trimestre de 2008;
- unidade de 400 mil toneladas de PP na Venezuela, em parceria com a Pequiven, com início das operações previsto para o final de 2009;
- aumentos de capacidade em unidades já existentes ("desgargalamentos") na Unidade de Insumos Básicos, programada para 2010, e também em PE e PVC;
- uma nova planta de PP, a ser construída no Pólo Petroquímico de Camaçari, com início de operação prevista para 2011;
- Complexo de Olefinas de Jose, na Venezuela, que envolve a construção de uma unidade de produção de eteno, a partir de gás natural, com capacidade de 1,2 milhão de toneladas integrada a plantas de polietileno e outras unidades de 2ª geração. Essas plantas têm início das operações previsto para o final de 2011.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3. Desempenho Operacional

▪ 3.1 Performance Industrial

A estratégia operacional da Braskem baseia-se na otimização dos ativos através da manutenção de elevadas taxas de utilização de capacidade das unidades industriais, priorizando a comercialização de produtos de maior valor agregado, em mercados e segmentos mais rentáveis.

Em 2006, essa estratégia, aliada à maior capacidade produtiva das plantas devido à aceleração do programa Braskem + e de investimentos em adição de capacidade, permitiu à Companhia manter seus níveis de produção em comparação a 2005, ainda que alguns eventos adversos tenham afetado as taxas de utilização do período.

Volume de Produção Total - ton	2006 (D)	2005 (E)	Var% (D)/(E)
UN Poliolefinas			
. PE's	971.484 *	772.166	26
. PP	542.781	528.980	3
. Total (PE's + PP)	1.514.265	1.301.146	16
UN Vinílicos			
. PVC	444.056	447.376	(1)
. Soda Líquida	449.847	459.676	(2)
UN Insumos Básicos			
. Eteno	1.103.969	1.165.319	(5)
. Propeno	520.413	562.048	(7)
. BTX**	639.898	673.854	(5)

*Contempla 236 mil toneladas de produção da Políteno

**BTX - Benzeno, Tolueno, Ortóxileno e Paraxileno

A **Unidade de Negócios de Poliolefinas** apresentou um volume de produção 16% maior em 2006 do que o do ano anterior, com acréscimo de 26% no PE, devido principalmente à aquisição do controle da Políteno, que adicionou cerca de 236 mil toneladas no período de abril a dezembro de 2006. Além disso, a boa operabilidade das unidades de PP, que atingiram 97% de taxa de utilização, contribuiu de forma importante para a superação em 3% da produção do ano anterior.

Na **Unidade de Negócios de Vinílicos**, a produção do PVC ficou em linha com a de 2005, apesar da restrição no fornecimento de eteno, devido à parada não programada na Unidade de Insumos Básicos no 2T06.

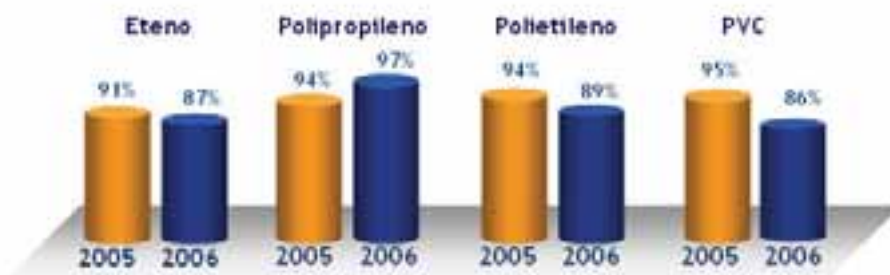
00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2006, a **Unidade de Negócios de Insumos Básicos** registrou uma redução de produção da ordem de 5% para os seus principais produtos, eteno e propeno, na comparação com o ano anterior. Essa redução ocorreu devido a algumas dificuldades operacionais, conforme detalhado a seguir:

- paradas de manutenção programadas e/ou antecipadas nas unidades de eteno, PE e PVC;
- problemas operacionais em clientes importantes de eteno e propeno no primeiro semestre de 2006; e
- o balanço de oferta e demanda de PE no mercado interno.



Apoiada no potencial de melhor rentabilidade no horizonte de curto prazo, a parada de manutenção da unidade de Olefinas I, anteriormente programada para início de 2007, foi dividida em duas. Uma mini-parada foi realizada ainda em dezembro de 2006, com a realização de serviços prioritários, e outra parada ocorrerá em 2008.

Com a implementação dessa estratégia, é possível estimar maiores taxas de utilização de capacidade e volumes de produção mais elevados em 2007.

3.2 - Performance Comercial

Em 2006 a Braskem confirmou o seu foco no desenvolvimento de produtos e soluções de maior valor agregado, apoiado em uma estrutura diferenciada de inovação e tecnologia, o que resultou em um aumento de rentabilidade na comercialização de seus produtos.

O mercado de resinas termoplásticas no Brasil, confirmando sua elasticidade histórica com o crescimento do produto interno bruto, cresceu 9% em 2006 – 8% para PE, 12% para PP e 8% para PVC.

Dado esse cenário de crescimento e a estratégia comercial da Braskem, a Companhia consolidou sua posição de liderança no mercado regional em 2006. No mercado doméstico, o volume de vendas de resinas termoplásticas (PE, PP e PVC) atingiu 1,5 milhão de toneladas, 12% acima dos 1,3 milhão de toneladas vendidos em 2005. Já o

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

volume de exportação de resinas pela Braskem foi de 500 mil toneladas, 17% acima do realizado em 2005.

A tabela abaixo compreende os volumes vendidos tanto no mercado doméstico como no mercado externo:

Volume de Vendas Total - ton	2006 (D)	2005 (E)	Var% (D)/(E)
UN Poliolefinas			
. PE's	995.178	768.167	30
. PP	529.944	517.502	2
. Total (PE's + PP)	1.525.122	1.285.669	19
UN Vinílicos			
. PVC	432.754	441.940	(2)
. Soda Líquida	430.074	464.620	(7)
UN Insumos Básicos			
. Eteno *	307.862	581.070	(47)
. Propeno	435.961	479.430	(9)
. BTX**	529.544	594.442	(11)

* Reduzido em 2006 em 232.186 toneladas devido à transferência para Polieteno entre abril e dezembro

**BTX - Benzeno, Tolueno, Ortóxileno e Paraxileno

Na **Unidade de Negócios de Poliolefinas**, as vendas de PP no mercado interno cresceram 8% em 2006 na comparação com 2005. O volume de importações brasileiras de PP também apresentou crescimento, de 23%, ocorrido principalmente no primeiro semestre, em função da apreciação do real. Com o maior direcionamento das vendas para o mercado local, as exportações de PP apresentaram queda de 21%. Já as vendas totais de polietilenos (PE) cresceram 30% quando comparadas às de 2005, impulsionadas pela aquisição do controle da Polieteno, que entre abril e dezembro adicionou cerca de 220 mil toneladas em vendas para os mercados doméstico e de exportação, em que pese o desequilíbrio temporário entre oferta e demanda do produto em função da entrada de um novo competidor na região a partir do 2T06.

Na **Unidade de Negócios de Vinílicos**, as vendas domésticas de PVC cresceram 6% em 2006, impulsionadas principalmente pelo crescimento do setor de construção civil (tubos, conexões e perfis). Dada a manutenção do volume produzido e o maior redirecionamento das vendas para o mercado doméstico, as exportações de PVC foram menores em 2006. O volume vendido total de PVC caiu 2% em 2006 quando comparado com 2005.

Na **Unidade de Negócios de Insumos Básicos**, os volumes vendidos de eteno foram impactados em 232 mil toneladas pelas transferências para a Polieteno após a aquisição do seu controle pela Braskem em abril de 2006, já que anteriormente esse volume era considerado como volume vendido. Excluindo-se essa transferência a queda seria de 7%. O volume vendido de propeno por sua vez decresceu em 9%. A queda nas vendas desses

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

produtos é também consequência do menor volume produzido devido a paradas de manutenção programadas e/ou antecipadas e a problemas operacionais com clientes.

3.3 – Gestão da Competitividade

✓ 3.3.1 Conclusão Antecipada em 1 ano do Programa Braskem +

A antecipação em um ano dos resultados alcançados permitirá à Braskem, já a partir de 2007, contar plenamente com os ganhos anuais e recorrentes de R\$ 437 milhões decorrentes das diversas iniciativas do programa. Iniciado em 2004, o programa "**Braskem +**" tem como objetivo posicionar a Companhia entre as empresas mais competitivas do setor petroquímico internacional. Com o "**Braskem +**" amplia-se a capacidade de criação de valor da Braskem em todas as etapas do ciclo petroquímico.

Os benefícios do "**Braskem +**" nas diversas unidades industriais da Braskem incluem, dentre outros:

- Aumento da eficiência na produção de eteno/propeno, com economia anual de R\$ 46 milhões;
- Aumento da eficiência energética na geração de vapor, com economia de R\$ 29 milhões/ano;
- Ganho de rendimento nas unidades de PVC através da otimização dos ciclos de reação com captura anual de R\$ 31 milhões;
- Redução do consumo de vapor na planta de aromáticos e de utilidades, com captura anual de R\$ 74 milhões;
- Implementação de software de melhoria do planejamento e programação da produção, com ganhos anuais de R\$ 48 milhões;
- Aumento de eficiência de liquefação do cloro, com ganho anual de R\$ 10 milhões.



✓ 3.3.2 Implantação do Projeto Fórmula Braskem

De outubro de 2005 a setembro de 2006, a Braskem trabalhou na implementação de um novo sistema integrado de gestão, o Fórmula Braskem, através de uma *software* que é referência no setor petroquímico mundial. O sistema entrou em operação com sucesso em 1º de outubro de 2006, após 1 ano de dedicação de uma equipe de cerca de 120 integrantes que reviu todos os processos de negócios. Para o sucesso do projeto foi fundamental o intenso processo de gestão da mudança que resultou em uma grande sinergia entre todas as áreas da empresa. O investimento no projeto, que terá a segunda

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

fase implementada em agosto de 2007, é de R\$ 130 milhões, sendo que R\$ 91 milhões foram desembolsados em 2006. Com a implantação do sistema, a Companhia já iniciou a captura de benefícios, com uma concentração nas áreas comerciais, e de logística e suprimentos.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

4.1 - Receita Líquida

Com o ambiente de crescimento de mercado combinado com o aumento de capacidade de PE, resultante da aquisição do controle da Políteno, o volume vendido de resinas termoplásticas pela Braskem cresceu 13%, ou 230 mil toneladas.

Esse cenário, aliado a melhores preços no mercado internacional, a partir de maio, levou a um crescimento em 2006 dos preços médios das resinas da Braskem em 10%, quando cotados em dólares, moeda que referencia os preços no mercado petroquímico. Essa elevação de preços, no mercado doméstico, ocorreu somente no 2º semestre.

Desse modo, a Braskem apurou uma receita líquida de US\$ 5,4 bilhões em 2006, 13% maior que os US\$ 4,8 bilhões registrados em 2005. Com a apreciação média do Real frente ao dólar, em 10,6% durante 2006, a receita líquida, quando expressa em reais, foi de R\$ 11,7 bilhões comparada à receita de R\$ 11,6 bilhões obtida durante o ano de 2005.

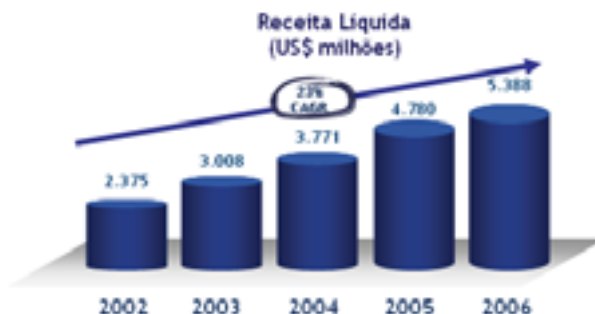


Desde a sua criação, em 2002, a Braskem vem consistentemente aumentando sua receita líquida em dólares a uma taxa composta de 23% ao ano. Esse acréscimo é consequência dos investimentos realizados na melhoria de produtividade, aumento de competitividade, aumentos de capacidade e realização de aquisições que vieram ampliar a escala e complementar o portfólio de produtos da Companhia. Quando expressa em reais, em função da apreciação da moeda, a receita líquida da Braskem apresenta crescimento a uma taxa composta de 14%.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

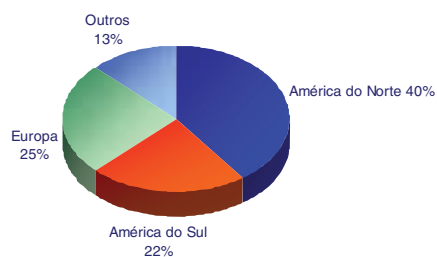


4.1.1 - Exportações

A Braskem, desde 2005, tem ampliado de maneira consistente os investimentos objetivando reforçar sua presença internacional. Em linha com essa estratégia, a Companhia inaugurou operações comerciais e de distribuição na Europa, nos EUA e na Argentina. Como consequência, o volume exportado aumentou e as receitas com exportações tiveram um crescimento expressivo de 44%, em 2006, atingindo US\$ 1,4 bilhão (26% da receita líquida), comparado a US\$ 1,0 bilhão em 2005 (20% da receita líquida).



DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES (2006)



Se considerarmos o período desde o início da criação da Companhia, as exportações evoluíram a uma taxa composta de 35% ao ano, tendo crescido quase US\$ 1 bilhão nos últimos 5 anos. Mesmo com o crescimento de suas exportações, a Braskem manteve sua posição de liderança em todos os segmentos, sempre buscando a excelência no atendimento às necessidades dos clientes.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

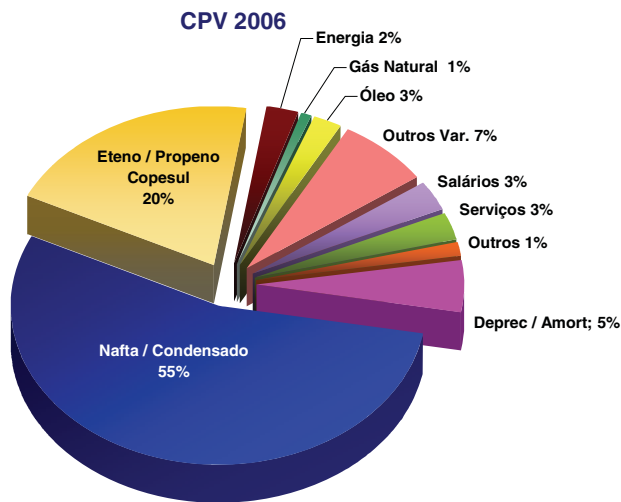
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



4.2 – Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

Em 2006, o Custo dos Produtos Vendidos (CPV) da Braskem totalizou R\$ 9,9 bilhões, o que representou um acréscimo de 6% em relação ao apurado em 2005, que foi de R\$ 9,3 bilhões.

O CPV da Companhia em 2006 foi impactado em R\$ 756 milhões por aumentos nos custos de matéria prima e energia. Destes, R\$ 720 milhões referem-se ao aumento dos custos da nafta, dada a alta de 19% no preço de referência internacional - nafta ARA (Antuérpia, Amsterdã e Roterdã) - no período, decorrente do substancial aumento no preço do petróleo. Os R\$ 36 milhões restantes referem-se a maiores custos com energia elétrica, gás natural, vapor, óleo combustível e outras utilidades, dado o maior preço da energia elétrica adquirida e a maior utilização de óleo combustível, em função da menor disponibilidade de gás natural para a Unidade de Insumos Básicos. A apreciação média do real em 10,6% no ano compensou parcialmente esses efeitos negativos em R\$ 630 milhões.



Durante o ano de 2006, a Braskem adquiriu 4.168 mil toneladas de nafta, das quais 3.123 mil toneladas (75%) foram adquiridas da Petrobras – sua principal fornecedora de matéria-prima. O restante, 1.045 mil toneladas (25%), foi importado diretamente pela Companhia, principalmente de países do norte da África e da Venezuela.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os custos com depreciação e amortização atingiram R\$ 525 milhões em 2006, um montante 28% superior aos R\$ 410 milhões apurados em 2005. Essa variação decorreu principalmente da ativação de projetos concluídos em 2005 e no 1S06, e da revisão dos prazos para depreciação das paradas programadas de manutenção. A partir de janeiro de 2006, a Companhia, acompanhou a Interpretação Técnica nº 01/2006 do IBRACON e adotou como prática contábil o registro dos gastos realizados com paradas programadas de manutenção como adição de ativo imobilizado, não mais diferindo os gastos com esse tipo de parada, que passaram a ser depreciadas até o início da parada subsequente, afetando o montante depreciado no período.

▪ 4.3 - Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Durante o ano de 2006 as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (DVGA's) totalizaram R\$ 874 milhões comparadas aos R\$ 688 milhões registrados em 2005.

As despesas gerais e administrativas cresceram R\$ 45 milhões, sendo que R\$ 26 milhões referem-se a despesas da Politeo, consolidadas a partir de abril de 2006, quando a Braskem adquiriu o seu controle, e R\$ 15 milhões são despesas não-recorrentes relativas à integração da Politeo e reestruturação nos negócios de Poliolefinas, PET e caprolactama.

As despesas com vendas foram as que mais cresceram, com variação de R\$ 142 milhões no período, devido a: (i) o aumento das despesas com exportações no montante de R\$ 25 milhões; (ii) o aumento de R\$ 59 milhões em provisão para devedores duvidosos, sendo que R\$ 16 milhões referem-se a ajuste de critério de provisionamento na Politeo e R\$ 39 milhões a recuperação não-recorrente de créditos ocorrida em 2005; (iii) os R\$ 21 milhões de despesas com vendas da Politeo, consolidadas de abril a dezembro; (iv) maiores despesas com logística de distribuição e armazenagem, no valor de R\$ 30 milhões; e (v) os R\$ 5 milhões a maior em gastos fixos devido principalmente à abertura de escritórios de venda e distribuição na Argentina, Europa e EUA.

▪ 4.4 – Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Durante o ano de 2006 as outras receitas operacionais foram de R\$ 157 milhões comparadas a R\$ 70 milhões em 2005. Essa variação deve-se a uma receita operacional não-recorrente, derivada de reversão de provisão de PIS/Cofins, em função de ação judicial transitada em julgado, no valor de R\$ 112 milhões, no primeiro trimestre de 2006.

▪ 4.5 – EBITDA

O EBITDA da Braskem em 2006 alcançou R\$ 1,6 bilhão, o que correspondeu a um montante 21% inferior ao EBITDA de R\$ 2,1 bilhões, registrado em 2005. Quando traduzido em dólares, o EBITDA anual reduziu-se 11% entre os períodos, ficando em torno de US\$ 758 milhões em 2006 contra US\$ 851 milhões em 2005.

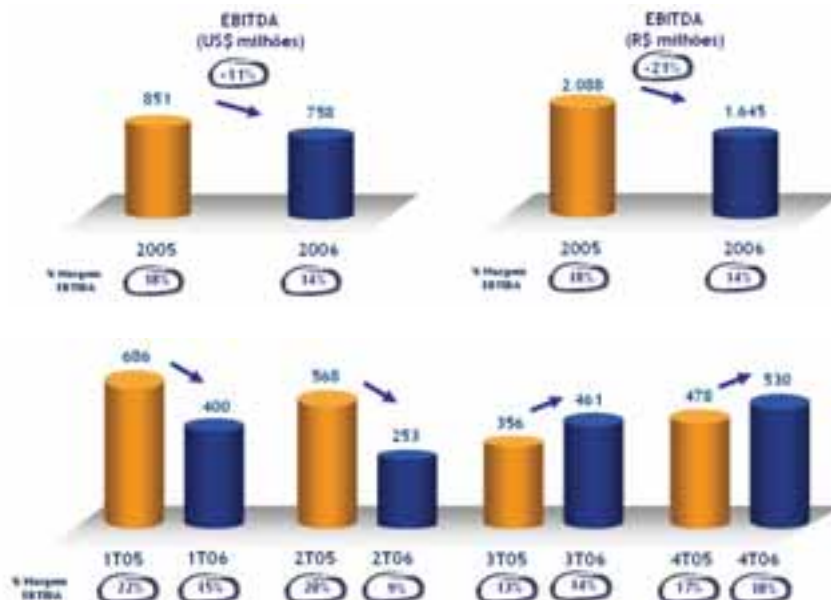
00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os principais fatores que impactaram a redução do EBITDA foram (i) o aumento significativo do preço da nafta, nossa principal matéria-prima, seguindo a tendência de alta do petróleo; e (ii) a apreciação média de 10,6% do real frente ao dólar no ano, já que 100% das receitas da Companhia são relacionadas ao dólar, enquanto que apenas 80% dos custos são referenciados nessa moeda.

O resultado de 2006 começou a apresentar uma melhoria já a partir do início do segundo semestre do ano, impulsionado pela recuperação dos preços das resinas. Esse cenário se intensificou no quarto trimestre, com um EBITDA de R\$ 530 milhões, o equivalente a um terço do resultado anual, e margem de EBITDA de 18%, o dobro da margem do segundo trimestre do ano.



4.6 - Participações em Sociedades Controladas e Coligadas

Os resultados da Braskem em 2006 com investimentos reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (*Participações em Sociedades Controladas e Coligadas*), excluindo-se os efeitos das amortizações de ágios decorrentes, principalmente, dos investimentos na Copesul e Petroflex, foi de R\$ 198 milhões, 8% abaixo dos R\$ 215 milhões registrados em 2005. Parte da variação é explicada pela consolidação integral da Politenio em 2006, dada a aquisição do seu controle pela Braskem em abril último. O valor do resultado da participação de 34% na Politenio, em 2005, foi de R\$ 29 milhões. Vale destacar, o bom desempenho operacional e financeiro da Copesul no ano de 2006, com impacto de R\$ 182 milhões no resultado da Braskem, R\$ 20 milhões a mais do que

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

em 2005. A Braskem controla a Copesul em conjunto com a Ipiranga Petroquímica, com 29,46% do seu capital total.

(R\$ mil)		
Participações em Soc. Ligadas	2006	2005
Equivalência Patr. Coligadas	195.911	212.377
. Copesul	181.467	161.963
. Outros	14.444	50.414
Variação Cambial	(1.382)	3.629
Outros	3.383	(582)
Sub Total (antes das amortizações)	197.912	215.424
Amortizações de Ágios / Deságios	(57.757) *	(152.539)
TOTAL	140.155	62.885

* Inclui R\$ 53 milhões de realização do deságio da Polialden

Ao final do segundo trimestre de 2006, a Braskem incorporou a Polialden. Esse movimento societário teve alguns efeitos no resultado, dentre os quais destacamos: (i) realização do deságio, no valor de R\$ 53 milhões; (ii) transferência da amortização do ágio referente a esse investimento para a linha de despesa com depreciação e amortização, a partir de junho de 2006, e (iii) crédito de imposto de renda, no montante de R\$ 76 milhões, referente à incorporação do ágio desde a aquisição da Polialden até o momento da incorporação. Os itens (i) e (ii) são os principais fatores que justificam a queda de 62% nas amortizações de ágios/deságios em 2006 comparado com 2005.

▪ 4.7 - Resultado Financeiro Líquido

O aumento do endividamento líquido impactou o resultado financeiro líquido da Braskem, que foi uma despesa de R\$ 902 milhões em 2006 comparada a uma despesa de R\$ 652 milhões em 2005. O fortalecimento do real favoreceu o resultado financeiro em 2005 e em 2006, sendo que esse efeito foi maior em 2005, já que a apreciação média do real no período foi de 16,8% comparada a 10,6% em 2006. Essa diferença é a principal responsável pela variação de R\$ 139 milhões em variação cambial, entre os períodos.

Excluindo-se os efeitos da variação cambial e monetária, a Braskem registrou uma despesa de R\$ 781 milhões, o que representa um aumento de 18% se compararmos com o resultado financeiro de 2005, que foi uma despesa de R\$ 663 milhões.

Este aumento de R\$ 118 milhões é resultante de: (a) aumento com despesas decorrentes de operações financeiras estruturadas no ano; (b) resultados de contratos de *hedge* de taxa, moeda e operacionais; (c) aumento de juros sobre capital de giro operacional e (d) aumento de base de provisões tributárias com incidência de juros SELIC.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(R\$ Milhões)	2006	2005
Resultado Financeiro Líquido	(902)	(652)
Variação Cambial	101	240
Variação Monetária	(222)	(229)
Resultado Fin excluindo-se a VC e VM	(781)	(663)

▪ 4.8 – Lucro Líquido

O lucro líquido da Braskem alcançou R\$ 82 milhões em 2006 comparado a um lucro líquido de R\$ 680 milhões em 2005. Este resultado reflete principalmente a redução no resultado operacional e no resultado financeiro.

▪ 4.9 – Estrutura de Capital, Liquidez e Rating

A classificação do risco da Braskem evoluiu positivamente em 2006, o que contribuiu para a redução de custos de captação e estruturação de operações financeiras, que garantiram o alcance de metas importantes quanto ao perfil de endividamento e ao aumento do prazo médio de amortização da dívida. A agência de classificação de risco "Standard & Poors" elevou a Braskem, em escala nacional, de 'brAA-' com outlook positivo para 'brAA' com outlook estável. Já a agência "Fitch Ratings" elevou o rating em escala global, de "BB", com perspectiva positiva, para "BB+", com perspectiva estável para moeda estrangeira e moeda local; e o rating em escala nacional de longo prazo, de "AA-(bra)" para "AA(bra)", ambas com perspectiva estável.

Dentro do seu compromisso com a disciplina de capital e com a realização de investimentos com retorno acima do seu custo de capital, a Braskem desembolsou R\$ 869 milhões em 2006, entre: (i) investimentos operacionais e (ii) programas de competitividade empresarial, totalizando R\$ 719 milhões, e paradas programadas para manutenção, no montante de R\$ 150 milhões. Além disso, pagou dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas num valor de R\$ 326 milhões, adquiriu o controle da Políteno pelo montante inicial de R\$ 238 milhões e realizou um programa de recompra de ações com desembolso de R\$ 182 milhões.

Nesse contexto, a dívida líquida ao final de 2006 foi de R\$ 4,5 bilhões comparada à dívida líquida de R\$ 3,4 bilhões registrada em dezembro de 2005. Quando expressa em dólares norte-americanos, a dívida líquida da Braskem passou de US\$ 1,5 bilhão em 2005 para US\$ 2,1 bilhões em 31 de dezembro de 2006. O nível de alavancagem financeira da Braskem, mensurado pelo indicador "Dívida Líquida / EBITDA", passou de 1,63 em 2005, para 2,74 em 31 de dezembro de 2006.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



A dívida líquida de 2005 difere em R\$ 570 milhões da dívida líquida publicada no relatório de administração de 2005, devido à inclusão posterior da Instrução CVM 408 e do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/ SEP Nº 01/2006, que estipula o reconhecimento dos FIDCs como endividamento.

Durante 2006, a Companhia concentrou seus esforços na extensão do prazo médio do endividamento, que atingiu 16 anos, garantindo adequação do perfil de seus vencimentos anuais e maior eficiência na alocação de recursos para seu capital de giro operacional, além da redução de sua exposição cambial. Ao final de 2006 o endividamento atrelado ao dólar norte-americano correspondia a 49%, comparado a 54% ao final de 2005.

A Braskem atualmente possui cobertura cambial para todos os vencimentos operacionais e financeiros, em dólares, para os próximos 24 meses, composta por saldos de caixa aplicados em dólares, saldo projetado de exportações e importações e, quando necessário, instrumentos financeiros compatíveis com as obrigações e direitos vinculados à variação cambial.

O gráfico a seguir ilustra a agenda de amortização da Companhia em 31 de dezembro de 2006:

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



5. Investimentos

Em 2006, os investimentos de capital da Braskem totalizaram R\$ 719 milhões (não inclui juros capitalizados no valor de R\$ 83 milhões) comparados a R\$ 717 milhões em 2005. Esses recursos foram aplicados em projetos com retornos atrativos, tais como: (1) adições de capacidade nas unidades industriais (desgargalamentos), (2) programas de competitividade empresarial, *Braskem +* e *Fórmula Braskem*, e (3) de atualização tecnológica; além disso, foram feitos importantes investimentos na área de saúde, segurança e meio ambiente.

Os principais investimentos em aumentos de capacidade produtiva realizados em 2006 foram:

- R\$ 80 milhões na Unidade de Insumos Básicos – expansão da capacidade de produção de isopreno, com entrada em operação em novembro de



00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2006 e adição de 8 mil toneladas ou 48% da capacidade de produção existente;

- R\$ 10 milhões no “desgargalamento” de uma unidade de PE, com adição de capacidade de 30 mil toneladas de PE de maior valor agregado, principalmente na linha de produção do Braskem Flexus®, com entrada em operação em setembro último.

Além disso, os investimentos em sistemas de informação e no programa Fórmula Braskem totalizaram R\$ 97 milhões.

Além desses investimentos, a Companhia realizou desembolsos no valor de R\$ 150 milhões em paradas programadas para manutenção, em linha com o objetivo de manter suas plantas operando com altos níveis de confiabilidade.

Dentro do processo de consolidação da indústria petroquímica brasileira, em abril de 2006 a Braskem adquiriu o controle da Politen, passando a deter 100% do capital votante e 96,2% do capital total da empresa, pelo montante inicial equivalente a US\$ 111 milhões. O valor final a ser pago será calculado em função do desempenho da Politen nos próximos 18 meses, refletindo a evolução do “spread” entre os polietilenos e o eteno no mercado brasileiro, através de fórmula acordada entre as partes.

Com a conclusão dos programas de competitividade (Braskem + e Fórmula Braskem) e dos investimentos em adições de capacidade a unidades já existentes (“desgargalamentos”), a Braskem prosseguirá na busca por projetos que lhe permitam crescer com geração de valor, e para tanto pretende investir cerca de R\$ 550 milhões em 2007. Neste montante, além de investimentos que visam manter a competitividade de suas unidades industriais, incluem-se investimentos para aumento de capacidade na Unidade de Insumos Básicos, como a conversão de MTBE em ETBE, utilizando uma fonte de matéria-prima renovável (etanol) com valor agregado superior, e estudos para o lançamento de resinas hidrocarbônicas no final desta década, valorizando correntes disponíveis no processo, visando ao mercado de adesivos, além de compostos de plástico e borracha, tintas e vernizes.

No âmbito de paradas programadas para manutenção estão previstos cerca de R\$ 150 milhões para 2007.

6. Inovação & Tecnologia

Com o lançamento da primeira resina brasileira produzida com o uso da nanotecnologia, a Braskem ultrapassou em 2006 uma nova fronteira tecnológica em termos de aplicação do polipropileno e potencialmente de outros termoplásticos no país, consolidando-se como uma das principais forças no desenvolvimento de soluções inovadoras entre as empresas que atuam no mercado petroquímico regional. Essa primazia é resultado da prioridade com que a área de pesquisa e desenvolvimento é tratada pela Braskem, que tem na autonomia tecnológica um dos seus eixos estratégicos, além de refletir o compromisso da Companhia em criar valor para todos os seus acionistas e em contribuir para a melhoria da

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

competitividade de seus clientes e de toda a cadeia produtiva da petroquímica e dos plásticos.

Em linha com os mesmos objetivos, a Braskem vem desenvolvendo pesquisas para fabricação de resinas a partir de fontes renováveis de matéria-prima – os chamados polímeros verdes. Esses projetos envolvem parcerias com clientes estratégicos e estão sendo trabalhados dentro da lógica de valorização e melhoria de competitividade de toda a cadeia produtiva.

Essas conquistas exemplificam o empenho da Braskem em promover a sustentabilidade dos seus negócios e ao mesmo tempo em reforçar sua liderança no segmento de resinas de maior valor agregado com o objetivo de aumentar a rentabilidade das operações. Em 2006 a Companhia lançou 10 novas resinas, que somadas àquelas desenvolvidas em 2005 e 2004 já representam 20% da receita líquida de resinas termoplásticas comercializadas nos últimos três anos.

Para sustentar essa relevante participação, a Braskem mantém uma política consistente de investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento. No ano passado, esse montante totalizou R\$ 45 milhões, praticamente em linha com a média histórica dos últimos exercícios. Parte desses recursos foi destinada à criação em Camaçari de um centro de desenvolvimento focado no polietileno de ultra alto peso molecular, o **UTECC®**. Dessa forma, a Braskem reforça a atuação do Centro de Tecnologia e Inovação Braskem. Como resultado desse trabalho, a Companhia depositou 14 novas patentes em 2006, passando a deter um total de 151 registros.

Entre os desenvolvimentos realizados em 2006, destaca-se o lançamento da resina **Idealis®**, um polietileno de alto peso molecular utilizado em equipamentos para a indústria de alimentos e automobilística, voltado principalmente para o mercado europeu. Vale também mencionar uma resina de polipropileno em processo de lançamento para aplicação em embalagens de rafia de alto desempenho destinadas ao agro negócio e à construção civil. Na área do PVC, uma novidade importante foi o desenvolvimento de um composto utilizado em tapetes pela indústria automobilística.

Pela dedicação e desempenho alcançado em pesquisa e desenvolvimento, a Braskem recebeu em 2006 o Prêmio Finep de Tecnologia e Inovação – Região Sul, atribuído ao sistema de gestão da inovação desenvolvido pela Companhia. Reconhecimento igualmente importante foi a conquista do Prêmio Anísio Teixeira, concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia, na categoria Empresa Inovadora.

7. Mercado de Capitais e Relações com Investidores

O número de ações em circulação da Braskem no mercado passou de 47% em 2005 para 49% do capital social total ("Free-Float") em 2006, devido à incorporação da Polialden com a emissão de 7,9 milhões de ações, parcialmente compensada pela recompra de ações para manutenção em tesouraria. Esse aumento contribuiu de forma significativa

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

para a manutenção de um bom patamar de liquidez das ações da Braskem na Bovespa no ano que passou.

O volume médio de títulos negociados da ação preferencial classe "A" da Braskem na Bovespa (BRKM5) apresentou aumento de 38% no ano, passando de 1,2 milhões de títulos negociados ao dia em 2005 para 1,6 milhões em 2006. O volume financeiro, entretanto, passou de R\$ 27,7 milhões diários em 2005 para R\$ 24,0 milhões diários em 2006, em virtude das menores cotações da Braskem no último ano.

No mesmo período, o mercado acionário brasileiro vivenciou o seu melhor momento para abertura de capital, resultando na entrada de 25 novas empresas na Bovespa, o que contribuiu para o aumento de 50% nas negociações e volumes financeiros da Bolsa. Essa movimentação, em conjunto com a manutenção da quantidade de negócios e menores preços médios da ação PNA da Braskem em 2006, em comparação com o ano anterior, resultou na redução da participação da Braskem no Ibovespa, que passou de 2,91% no primeiro quadrimestre de 2006 para 1,85% na carteira válida para o primeiro quadrimestre de 2007. Ainda assim, a Braskem é a 16ª em participação no índice.

Na Bolsa de Nova York – NYSE, o ADR da Braskem (BAK) apresentou redução de 4% no volume médio de títulos negociados, passando de 228 mil títulos diários em 2005 para 219 mil em 2006, o que pode ser explicado pela maior negociação de títulos na Bovespa. O volume financeiro médio de ADR apresentou redução de 32%, pelo mesmo motivo apresentado anteriormente seguido das menores cotações do ADR em 2006.

As ações preferenciais classe "A" da Braskem negociadas na BOVESPA ("BRKM5") encerraram o ano cotadas a R\$15,00 por ação. Os ADRs da Braskem (BAK) fecharam o ano cotados a US\$ 14,59 por ADR. Na Latibex, a seção da Bolsa de Madri destinada à negociação de ações de empresas latino-americanas, o valor da ação encerrou 2006 cotado a € 5,33.

Durante o exercício de 2006, a Braskem apresentou seus resultados trimestrais em várias regionais das Apimecs, bem como participou de vários eventos nacionais e internacionais objetivando aproximar ainda mais a empresa de seus investidores e permitir maior entendimento de seus fundamentos empresariais pelo mercado de capitais.

Em 2006, a Braskem reportou 2 importantes movimentos societários, que ratificaram o interesse da Companhia na consolidação do setor petroquímico regional. Em 4 de abril de 2006, a Braskem passou a deter 100% do capital votante da Politenó; e, em 31 de maio de 2006, realizou a incorporação da Polialden, completando o ciclo de movimentos societários que se iniciaram quando da sua criação.

A Braskem, com o objetivo de capturar um potencial importante de criação de valor para os seus acionistas, realizou entre maio e outubro de 2006 um programa de recompra de ações. Foram adquiridas 13,1 milhões de ações preferenciais classe "A" (PNA), o que levou a Braskem a deter 14,4 milhões de ações PNA em tesouraria ao final do programa.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desempenho das ações BRKM5	31/12/05	31/3/06	30/6/06	30/9/06	31/12/06
Cotação de Fechamento (R\$ por ação)	18,07	15,96	13,29	13,53	15,00
Rentabilidade no Trimestre (em %)	(17)	(12)	(17)	2	11
Rentabilidade Acumulada (em %)*	603	521	417	426	483
Rentabilidade Ibovespa Acumulada (em %)*	197	237	225	223	295
Volume Médio Diário (R\$ mil)	25.489	26.921	24.256	21.513	23.306
Capitalização de Mercado (em R\$ milhões)	6.694	5.912	4.923	5.012	5.556
Capitalização de Mercado (em US\$ milhões)	2.860	2.721	2.274	2.305	2.599
Desempenho dos ADRs BAK (1ADR = 2 BRKM5)	31/12/05	31/3/06	30/6/06	30/9/06	31/12/06
Cotação de Fechamento (US\$ por ADR)	16,21	14,91	12,19	12,59	14,59
Rentabilidade no Trimestre (em %)	(22)	(8)	(18)	3	16
Rentabilidade Acumulada (em %)*	882	804	639	663	784
Volume Médio Diário (US\$ mil)	3.927	4.881	3.032	2.212	2.165
Composição acionária	31/12/05	31/3/06	30/6/06	30/9/06	31/12/06
Total de Ações (em milhares)	362.524	362.524	370.402	370.402	370.402
. Ordinárias (ON) - BRKM3	120.860	120.860	123.492	123.492	123.492
. Preferenciais classe "A" (PNA) - BRKM5	240.860	240.860	246.107	246.107	246.107
. Preferenciais classe "B" (PNB)	803	803	803	803	803
(-) Tesouraria (PNA) - BRKM5	(467)	(467)	(4.471)	(11.163)	(14.363)
= Total de Ações (ex Tesouraria)	362.056	362.056	365.931	359.239	356.039

Fontes: Econômica/Braskem

*data-base 31/12/2002

7.1 – Dividendos

O Conselho de Administração da Braskem, em alinhamento com a política de distribuição de dividendos da Companhia, aprovou o pagamento de R\$ 36,9 milhões, ou R\$ 0,159 por ação, em dividendos somente para os acionistas detentores de ações preferenciais classe "A" e "B" e detentores de "American Depositary Receipts" (ADR's). O valor unitário para os detentores de ADR é de R\$ 0,318 por ADR. Esses valores estão sujeitos à aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

8. Sustentabilidade

O bem estar, a saúde e a segurança de seus integrantes, parceiros e das comunidades vizinhas são valores essenciais para a Braskem. O desafio em alinhar projetos e estratégias às grandes metas da Companhia foi enfatizado nos treinamentos constantes oferecidos aos seus integrantes e parceiros nessas áreas, fortalecendo a uniformização dos procedimentos em todas as unidades da Braskem.

Nesse contexto, a Braskem consolidou em 2006 suas ações, práticas e estratégias nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente (SSMA), integrando-as em um ambicioso programa intitulado "Sempre Excelência em SSMA", elencando 16 Elementos Estratégicos (EE's) que orientarão toda a Organização para tornar-se uma referência mundial nesse campo e realizar sua visão estratégica.

A Companhia destina investimentos significativos para a área de SSMA, que em 2006 alcançaram o montante de R\$ 152 milhões, e que possibilitaram a manutenção dos seus indicadores nessa área em patamares compatíveis com os melhores padrões internacionais e superiores à média da indústria química e petroquímica brasileira.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Braskem deu continuidade às ações previstas para confirmar sua presença no Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bolsa de Valores de São Paulo. Conquistado pelo segundo ano consecutivo, esse reconhecimento demonstra o alinhamento entre as práticas adotadas pela empresa e o seu Compromisso Público firmado em 2002, quando foi criada. Mais do que fazer parte do seleto grupo de empresas brasileiras de capital aberto que se destacam na promoção do desenvolvimento sustentável, nas questões de responsabilidade social e de governança corporativa, esse reconhecimento significa para a Braskem o caminho em direção à excelência empresarial.

Em 2006, a taxa de frequência de acidentes com e sem afastamento foi de 1,7 por milhão de horas homem trabalhadas, incluindo integrantes e parceiros.

Atendendo ao programa de melhoria contínua, a Braskem faz esforços importantes visando à valorização e reaproveitamento de efluentes líquidos, que lhe valeram em 2006 o prêmio “*Ecoimagination*”, importante reconhecimento internacional outorgado pela *General Electric* às empresas com soluções mais criativas voltadas à proteção ambiental. O prêmio foi conferido ao programa de reuso de água implementado nas unidades da Braskem em Alagoas.

Com a finalidade de criar valor e promover a sustentabilidade de seus negócios, a Braskem tem focado na identificação de oportunidades para projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Com esse objetivo, a Companhia realizou em 2006 um inventário de emissão de gases em suas 14 unidades industriais que podem ter impacto no efeito estufa e classificou cerca de 25 projetos para redução significativa desse impacto, visando melhorar ainda mais o desempenho ambiental da Companhia.

No aspecto da ecoeficiência, vale destacar a redução de 3% no consumo de energia e de 2% no consumo de água em relação ao ano anterior.

Contribuir para o desenvolvimento das comunidades das quais participa é também um importante compromisso da Braskem. Nesse sentido, a Companhia promove um conjunto consistente de programas orientados por sua Política de Responsabilidade Social, com foco de atuação em educação ambiental, inclusão social e incentivo cultural, nos quais investiu cerca de R\$ 10 milhões em 2006. A estruturação de um programa corporativo de Voluntariado teve grande impulso nesse período, com a mobilização de mais de 160 integrantes em vários estados.

No Rio Grande do Sul, a Companhia criou em 2006 o Prêmio *Braskem em Cena*, baseado na bem sucedida experiência do *Prêmio Braskem de Teatro* que há anos estimula a arte dramática na Bahia. A iniciativa contempla também o intercâmbio na montagem de peças premiadas entre os dois estados. Além disso, o novo concurso levou teatro até pessoas sem acesso à cultura, com a exibição de peças para comunidades carentes como a de Vila Pinto, na periferia de Porto Alegre, onde a Braskem também apóia um programa de triagem e reciclagem de plásticos.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dentro da mesma estratégia, em 2006 foi realizada pela primeira vez na capital gaúcha a Maratona de Revezamento Braskem, integrada à tradicional Maratona Internacional de Porto Alegre. O evento teve o mesmo sucesso da Meia Maratona Braskem de Revezamento de Salvador, que contou em sua terceira edição com a participação de aproximadamente 3 mil atletas, incluindo nomes com destaque internacional nesse esporte.

Em Alagoas, a regata de pescadores Ecovela, que promove conscientização ambiental dos moradores na área coberta pelo projeto Lagoa Viva, teve seu alcance ampliado e atingiu praticamente todas as comunidades situadas ao redor do complexo lagunar Mundaú-Manguaba.

Essas ações são exemplos do compromisso da Braskem em contribuir para o crescimento econômico em harmonia com o desenvolvimento sócio ambiental, de forma a incrementar a sustentabilidade de seus negócios. Esse comprometimento se reflete em detalhes no Relatório de Sustentabilidade Empresarial elaborado pela Companhia, seguindo as diretrizes e indicadores do *Global Reporting Initiative* (GRI).

8.1. Governança Corporativa

A Braskem, de acordo com o Compromisso Público divulgado quando da sua criação em 16 de agosto de 2002, reafirma o seu compromisso de buscar o alinhamento dos interesses de todos os acionistas, seu comprometimento com a ética, a competitividade e a excelência em todas as suas ações, de forma a garantir o melhor retorno aos acionistas, agregando valor a seu patrimônio e remunerando o seu capital.

Com essa visão, a Braskem desenvolveu um modelo para o bom funcionamento da sua Governança Corporativa. Além do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, com poderes ampliados conforme previsto pela Lei *Sarbanes-Oxley*, foram consolidados comitês de apoio ao Conselho de Administração, cuja função básica é a de avaliar assuntos de interesse desse Conselho visando aprimorar em qualidade e velocidade o processo de deliberação.

Destacamos a evolução da Governança Corporativa da Braskem no ano de 2006 pelas seguintes ações e/ou reconhecimentos:

- ✓ antecipação em um ano da certificação de conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, confirmando o compromisso da Companhia com altos padrões de Governança Corporativa. A Braskem implantou novos processos a fim de se adequar aos dispositivos da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, relativos aos controles internos sobre as suas demonstrações financeiras consolidadas;
- ✓ implementação do plano de incentivo de longo prazo que permite o alinhamento de interesses dos executivos da empresa com a geração de valor para o acionista. Aprovado em setembro de 2005, passou a vigorar no ano de 2006, permitindo vincular a remuneração dos executivos à valorização da ação no longo prazo;

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- ✓ implementação do Comitê de Ética atuando em conjunto com a Auditoria Interna e o Conselho Fiscal. Sua função é registrar, tratar, recomendar e promover as decisões para solucionar as denúncias recebidas por meio da linha de ética - canal de comunicação com sigilo garantido para denúncias de violação ao Código de Conduta;
- ✓ eleição de 2 novos conselheiros titulares independentes, passo adicional de grande importância para evolução da governança corporativa conforme as melhores práticas, como indicado inclusive nos níveis diferenciados de governança da Bovespa, bem como nas orientações da Lei *Sarbanes-Oxley*;
- ✓ consolidação do sistema de informações do Conselho de Administração que é acessado à partir do Portal Braskem, disponibilizando as informações necessárias para o exercício de seus papéis e responsabilidades com segurança, transparência, equidade e rapidez.
- ✓ reconhecimento como uma das duas empresas com o maior rating de governança corporativa entre as brasileiras, pela agência GMI (*GovernanceMetrics International*). O rating global médio dos mercados emergentes foi de 4,3 em uma escala de 1 a 10, sendo que a Braskem apresentou rating global de 6,0, 40% acima da média dos emergentes e 88% acima da média das empresas brasileiras analisadas, que foi de 3,2;
- ✓ reconhecimento como uma das 200 empresas com melhor reputação em todo o mundo (a 4ª em um universo de 8 empresas brasileiras mencionadas), de acordo com avaliação realizada em 2006 pela organização internacional *Reputation Institute*;
- ✓ renovação da participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial, conforme anunciado pela Bovespa em dezembro de 2006. Criado pela Bolsa de Valores de São Paulo em parceria com entidades profissionais ligadas ao mercado de capitais, além da Fundação Getúlio Vargas, Instituto Ethos e Ministério do Meio Ambiente, o índice tem como objetivo oferecer aos investidores uma opção de carteira composta por ações de empresas que apresentam reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial. Em 2006, 34 empresas se classificaram para compor o índice.

Vale ressaltar também alguns pontos que caracterizam ou diferenciam a Braskem em seu modelo de Governança Corporativa:

- ✓ Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA desde 13 de fevereiro de 2003;
- ✓ "Tag Along" de 100% para todos os acionistas da Braskem em caso de alienação de controle;
- ✓ Conselho Fiscal com poderes ampliados conforme previsto pela Lei Sarbanes-Oxley;

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- ✓ Código de Conduta, onde se definem os valores, princípios e práticas que guiam nossa conduta corporativa, revisado periodicamente a fim de mantê-lo constantemente alinhado às exigências legais e melhores práticas;
- ✓ Calendário de Eventos Corporativos, divulgado no início de cada ano;
- ✓ Políticas Corporativas, dentre as quais destacamos a de Negociação de Valores Mobiliários, de Gestão Financeira, de Responsabilidade Social, de Seguros e Garantias e de Saúde, Segurança e Meio Ambiente;
- ✓ Divulgação do Relatório de Sustentabilidade Empresarial - RSE - baseado na estrutura editorial proposta pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS, em consonância com as iniciativas mundiais difundidas pelo World Business Council for Sustainable Development – WBCSD.

▪ **8.1.1 - Auditoria Externa**

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Em conformidade com o estabelecido na Instrução CVM-381/03, a soma dos serviços prestados pela firma de auditoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa foi inferior a 5% do valor total de seus honorários.

9. Desenvolvimento de Pessoas

As pessoas que compõem a Braskem estão no centro da estratégia de crescimento da Companhia, alicerçada pela confiança na capacidade de autodesenvolvimento de seus integrantes e no seu genuíno interesse em servir ao cliente, sólidos pilares da nossa cultura empresarial. A qualidade das equipes é fator chave para alcançarmos a visão de posicionar a Braskem entre as 10 principais empresas petroquímicas internacionais.

De acordo com os princípios e diretrizes fundadores da nossa cultura empresarial, onde se destacam ainda a delegação planejada e o estímulo ao empresariamento, a Braskem está continuamente empenhada em proporcionar aos seus integrantes um ambiente estimulante e de alta performance, oferecendo oportunidades de crescimento e valorização profissional e pessoal ao longo de toda a carreira. Com esse objetivo, a Braskem conta com um avançado sistema de desenvolvimento de competências, através do qual cada pessoa, com o apoio de seu líder, pode planejar a própria evolução no trabalho. A participação dos integrantes é prevista e estimulada no processo de

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

planejamento das metas e resultados da Companhia, que geram uma remuneração variável proporcional à contribuição de cada um para os resultados alcançados.

A Braskem mantém um conjunto consistente de programas voltados à atração, retenção e motivação de talentos, nos quais investiu mais de R\$ 13 milhões em 2006, desenvolvidos com o apoio de instituições renomadas de ensino como a Fundação Dom Cabral e a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Vale destacar nesse conjunto o MBA Braskem, em parceria com a FGV, que iniciou no ano passado o curso para a segunda turma.

Visando dar suporte à sua estratégia de crescimento, a Braskem fortaleceu em 2006 a ênfase à qualificação de lideranças com o lançamento do Programa de Desenvolvimento de Empresário – PDE, além de prosseguir com as ações tradicionais voltadas à capacitação de seus integrantes – como os programas de Desenvolvimento de Competências, de Desenvolvimento Individual e de Formação de Novos Operadores. O PDE tem como diferenciais a troca de experiências entre as várias gerações de líderes da Organização, o aprofundamento da cultura empresarial e o contato com clientes e representantes de outros elos da cadeia produtiva.

Com pouco mais de quatro anos de existência, a Braskem tornou-se uma das mais procuradas pelos jovens que se formam nas melhores universidades do país, como atestam a qualidade e a quantidade dos candidatos inscritos nos Programas de Trainees e de Estágios da Braskem – cerca de 16 mil em cada um.

Ambas as iniciativas acabam de obter novo reconhecimento público pelo seu alto nível de qualidade. O Programa de Estágio foi apontado como um dos melhores do país pelo Centro de Integração Empresa-Escola/Ibope Solutions, enquanto o de Trainees, que resulta de uma parceria com a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, recebeu o Top de RH – Bahia.

O empenho em aprimorar cada vez mais a gestão de pessoas proporcionou pelo segundo ano consecutivo a qualificação da Braskem como uma das melhores empresas para se trabalhar no país, de acordo com o Guia Exame/Você S.A. 2006. A conquista reflete a avaliação que os próprios integrantes fazem sobre o ambiente de trabalho e as oportunidades de crescimento profissional que a Companhia oferece, aferida e analisada segundo critérios editoriais independentes.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Anexos

Braskem (Consolidado) em R\$ MILHÕES.

Exclui os efeitos da consolidação proporcional (CVM 247)

Exclui os efeitos da consolidação proporcional (CVM-247) e inclui efeitos da instrução CVM-408

Demonstração de Resultado	2006	2005	Var. (%)
Receita Bruta	14.991	15.200	(1)
Receita Líquida	11.719	11.615	1
Custo dos Produtos Vendidos	(9.882)	(9.319)	6
Lucro Bruto	1.837	2.296	(20)
Despesas com Vendas	(348)	(206)	69
Despesas Gerais e Administrativas	(527)	(482)	9
Depreciação e Amortização	(380)	(350)	8
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	157	70	125
Participação em Sociedades Ligadas	140	63	123
.Resultado de Equivalência Patrimonial	198	215	(8)
.Amortização de Ágio/Deságio	(58)	(153)	(62)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	880	1.391	(37)
Resultado Financeiro Líquido	(902)	(652)	38
Lucro Operacional	(22)	739	-
Outras Receitas (Despesas) Não Operacionais	8	(25)	-
Lucro antes do IR e CS	(14)	714	-
Imposto de renda / Contribuição Social	97	(88)	-
Resultado Antes da Participação de Minoritários	83	626	(87)
Participação de Minoritários	(2)	54	-
Lucro (Prejuízo) Líquido	82	680	(88)
EBITDA	1.645	2.088	(21)
Margem EBITDA	14,0%	18,0%	-4,0 p.p.
-Depreciação e Amortização	904	760	19
. Custo	525	410	28
. Despesas	380	350	8

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exclui os efeitos da consolidação proporcional (CVM-247) e inclui efeitos da instrução CVM-408

ATIVO	31/12/2006	31/12/2005	Var. (%)
Circulante	5.467	5.394	1
. Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras	1.780	2.205	(19)
. Contas a Receber	1.491	1.359	10
. Estoques	1.565	1.358	15
. Impostos a Recuperar	362	299	21
. Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	60	37	63
. Despesas do Exercício Seguinte	79	43	83
. Outros	129	93	39
Realizável a Longo Prazo	1.534	1.123	37
. Sociedades Ligadas	39	55	(30)
. Depósitos Judiciais e Compulsórios	82	164	(50)
. IR e CS Diferidos	369	277	33
. Impostos a Recuperar	912	480	90
. Outros	132	147	(10)
Permanente	8.849	8.842	0
. Investimentos	792	1.252	(37)
. Imobilizado	6.326	5.829	9
. Diferido	1.731	1.761	(2)
Total do Ativo	15.850	15.359	3
PASSIVO E P.L.	31/12/2006	31/12/2005	Var. (%)
Circulante	5.249	4.144	27
. Fornecedores	3.081	2.654	16
. Financiamentos	1.564	822	90
. Salários e Encargos Sociais	128	106	21
. Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	41	298	(86)
. Imposto de Renda a Pagar	1	0	-
. Impostos a Recolher	100	191	(48)
. Adiantamentos de Clientes	25	36	(30)
. Outros	308	38	714
Exigível a Longo Prazo	6.202	6.416	(3)
. Financiamentos	4.730	4.788	(1)
. Impostos e Contribuições a Recolher	1.297	1.453	(11)
. Outros	175	175	(0)
Resultados de Exercícios Futuros	30	87	(66)
Participação Acionistas Minoritários	22	121	(82)
Patrimônio Líquido	4.347	4.590	(5)
. Capital Social	3.508	3.403	3
. Reservas de Capital	409	397	3
. Ações em Tesouraria	(256)	(15)	1.602
. Reserva de lucros	685	806	(15)
Total do Passivo e PL	15.850	15.359	3

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Reconciliação PL e Resultado - CVM 247 (R\$ milhões)

	PL	Lucro
	31/12/06	2006
Consolidado Real - não contempla CVM 247	4.347	82
Exclusão do ganho na cessão de direito de uso entre empresas ligadas	(35)	20
Consolidado contemplando CVM 247	4.312	101

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

- (a) A Braskem S.A. ("Braskem" ou "Companhia"), com sede em Camaçari - BA, e 14 unidades de produção localizadas nos Estados de Alagoas, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, produz petroquímicos básicos como eteno, propeno, benzeno e caprolactama, além de gasolina e GLP (gás de cozinha). No segmento de resinas termoplásticas produz polietileno, polipropileno, PVC e polietileno teraftalato ("PET"). Além desses, a Companhia tem como objeto social a importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos, combustíveis e a produção e fornecimento de insumos consumidos pelas empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari, tais como: vapor, água, ar comprimido, energia elétrica, bem como a prestação de diversos serviços a essas empresas e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

As operações da Companhia estão organizadas em quatro Unidades de Negócios: Insumos Básicos, Poliolefinas, Vinílicos e Desenvolvimento de Negócios. Cada uma assume a responsabilidade empresarial de desenvolver o ciclo completo de seu negócio.

- (b) Em função das debêntures conversíveis, devidas ao acionista ODBPAR Investimentos S.A. ("ODBPARG") no montante de R\$ 1.130.752 (Nota 15), em 31 de dezembro de 2006 o capital circulante líquido da Companhia apresenta-se negativo em R\$ 385.029.

(c) **Reorganização societária**

Desde a sua formação, em 16 de agosto de 2002, a Companhia vem passando por amplo processo de reorganização societária, divulgada ao mercado através de fatos relevantes, cujos principais eventos, em 2005 e 2006, podem ser assim sumariados:

- . Em fevereiro de 2005, por meio de Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado com a Petrobras Química - Petroquisa S.A. ("Petroquisa"), a Companhia adquiriu 23.465.165 ações representativas de 13,74% do capital social da Companhia Alagoas Industrial ("CINAL"), no valor de R\$ 13.402. Nesta operação, a Companhia reconheceu ágio de R\$ 433 que foi integralmente amortizado por estar fundamentado em outras razões econômicas.
- . Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de março de 2005, foi aprovada a incorporação da controlada Odebrecht Química S.A. ("Odequi") com base em laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil, emitido por peritos independentes, na data-base de 31 de dezembro de 2004, no montante de R\$ 1.340.749. As variações

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

patrimoniais da Odequi ocorridas no 1º trimestre de 2005 foram reconhecidas no resultado da Braskem em conta de equivalência patrimonial.

- Em 25 de abril de 2005, o capital social da Braskem Incorporated Limited ("Braskem Inc"), foi aumentado pela Companhia em US\$ 40,000 mil (equivalentes a R\$ 101.400), passando de US\$ 95 mil para US\$ 40,095 mil, com a emissão de 40.000.000 cotas. A capitalização foi efetuada mediante aporte em dinheiro. Esta operação gerou: (i) ágio de R\$ 6.579, o qual foi integralmente amortizado por estar fundamentado em outras razões econômicas; e (ii) reversão da provisão para perda na investida, no mesmo montante do ágio amortizado.
- Em 29 de abril de 2005, conforme divulgado em Fato Relevante, a Odebrecht S.A. ("Odebrecht"), a Nordeste Química S.A. ("NORQUISA"), a ODBPAR INV e a Petroquisa celebraram, com a interveniência da Companhia e da Petróleo Brasileiro S.A. ("PETROBRAS"), o Segundo Aditivo para a Celebração de Acordo de Acionistas da Braskem, através do qual foi outorgado à Petroquisa uma Opção para aumentar para até 30% a sua participação no capital votante da Companhia através da integralização de novas ações com as seguintes participações societárias: (i) empresas petroquímicas localizadas no Pólo Petroquímico de Triunfo, Rio Grande do Sul e; (ii) outras empresas petroquímicas consideradas estratégicas pela Companhia. Em 31 de março de 2006, por falta de consenso entre os termos e condições apresentadas, a Petroquisa decidiu não exercer a opção de aumentar sua participação no capital votante da Companhia.
- Em reunião realizada em 22 de junho de 2005, os Conselhos de Administração da Companhia e da Petroquisa aprovaram o investimento de US\$ 240,000 mil para a construção de uma unidade industrial voltada à produção de polipropileno no município de Paulínia - SP. Esse investimento está a cargo da *joint venture* formada na constituição da Petroquímica Paulínia S.A. ("Petroquímica Paulínia"), em 16 de setembro de 2005. Em 5 de junho de 2006, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a revisão do valor do investimento para US\$ 356,000 mil.
- Em reunião realizada em 8 de novembro de 2005, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição de sociedade na Argentina, denominada Braskem Argentina S.R.L. ("Braskem Argentina"), constituída sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada, que tem como sócias a Companhia e a Braskem Distribuidora, com 98% e 2% do capital social, respectivamente.
- Em 30 de novembro de 2005, a Companhia aumentou o capital social da Braskem Distribuidora de R\$ 3.542 para R\$ 316.490, através de integralização de créditos detidos pela Companhia junto à própria controlada, no valor de R\$ 312.948. Nesta

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

operação, a Companhia reconheceu um ágio de R\$ 223.467, que foi integralmente amortizado por estar fundamentado em outras razões econômicas.

Em 4 de abril de 2006, conforme divulgado em “Fato Relevante”, a Braskem adquiriu 66,04% das ações ordinárias e 15,33% das preferenciais do capital da Politen Indústria e Comércio S.A. (“Politen”). Com esta aquisição, a Braskem passou a deter 100% do capital votante e 96,16% do capital total da Politen, empresa localizada no Pólo Petroquímico de Camaçari - Bahia e com capacidade de produção de 360 mil toneladas anuais de polietileno. O montante inicial pago pela Braskem foi de R\$ 237.500, equivalente a US\$ 111,300 mil, gerando um deságio de R\$ 73.404.

O valor final que a Companhia pagará pelas ações adquiridas será calculado em novembro de 2007, a partir do desempenho médio da Politen nos 18 meses seguintes à assinatura do contrato de compra e venda, em função da diferença entre os preços dos polietilenos e do eteno no mercado brasileiro e será objeto de auditoria por empresa independente indicada pela Braskem e pelos antigos acionistas. Para efeito de registro contábil do compromisso a pagar por esta aquisição, a Companhia projetou as variáveis que definirão o preço final das ações e, em 31 de dezembro de 2006, reconheceu provisão para o complemento de preço estimado, que está apresentada no passivo circulante, na rubrica “Demais provisões e contas a pagar”, revertendo o deságio e gerando ágio no montante de R\$ 79.788. A provisão poderá sofrer alterações em razão das oscilações de preços e condições de mercado até a data do efetivo pagamento.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2006, foi aprovada a incorporação da Polialden Petroquímica S.A. (“Polialden”), tendo como base o seu patrimônio líquido em 31 de março de 2006, no montante de R\$ 289.941. A relação de troca das ações da Polialden por ações da Braskem foi determinada com base nos patrimônios líquidos das Companhias, a valor de mercado, conforme laudos preparados por empresa especializada na data-base de 31 de março de 2006.

Como forma de estimular a realização da troca, as ações da Polialden detidas por terceiros foram substituídas por ações preferenciais classe “A”, de emissão da Companhia, na proporção de 33,62 ações da Braskem para cada lote de 1.000 ações da Polialden, o que correspondeu a um acréscimo 6,76% sobre a relação de substituição obtida com base nos Laudos de Avaliação dos Patrimônios Líquidos a mercado, conforme quadro a seguir:

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Braskem	Polialden
Número de ações emitidas	362.523.521	645.253.380
Valor PL contábil (em R\$)	4.650.559.014,63	289.940.899,44
Valor por ação com base no valor contábil (em R\$)	12,828	0,449
Valor PL a mercado (em R\$)	8.202.482.686,96	459.721.902,03
Valor por ação com base em PL a mercado (em R\$)	22,626	0,713
Relação de troca - PL a mercado	31,49	1.000
Relação de substituição das ações preferenciais da Polialden por ações preferenciais "A" da Braskem na incorporação	33,62	1.000

As variações patrimoniais da Polialden apuradas entre a data-base da incorporação e a efetiva incorporação foram reconhecidas no resultado da Companhia em conta de equivalência patrimonial. O saldo do ágio na data da incorporação, no valor de R\$ 337.328, fundamentado em rentabilidade futura, foi transferido para o ativo diferido.

Após a incorporação da Polialden, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 105.304, mediante emissão de 7.878.725 ações preferenciais classe "A" e passou a ser de R\$ 3.508.272 dividido em 123.492.142 ações ordinárias, 246.107.138 ações preferenciais classe "A" e 803.066 ações preferenciais classe "B" (Nota 20(a)).

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 20 de julho de 2006, foi aprovada a incorporação do acervo líquido cindido da Companhia Alagoas Industrial - CINAL, sociedade controlada pela Companhia.

De acordo com o Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido da CINAL, emitido por peritos independentes para a data-base de 31 de março de 2006, o valor contábil do acervo cindido e vertido para a Braskem foi de R\$ 58.212. As variações patrimoniais ocorridas entre a data-base da operação e a data da aprovação da cisão foram reconhecidas por equivalência patrimonial pela Companhia. Em consequência da cisão, o capital social da CINAL foi reduzido em R\$ 58.212, sendo canceladas 57.657.265 ações preferenciais.

Em reunião realizada em 29 de setembro de 2006, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição de sociedade na Holanda, denominada Braskem Europe B.V. ("Braskem Europa"), constituída sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada, com participação da Companhia em 100% do capital social constituído.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia e suas controladas, como participantes do processo de reestruturação societária, poderão ser afetadas econômica e/ou societariamente pelo desfecho deste processo.

(d) Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE

Em 14 de setembro de 2005, o CADE aprovou por unanimidade, e sem restrições, a mudança de controle da Companhia que havia sido notificada por possível ato de concentração econômica, em 2002.

Em 19 de julho de 2006, foi aprovada, por unanimidade, a operação de aquisição da Politeño (Nota 1(c)). Tal decisão tem como base o entendimento de que o mercado relevante para o setor petroquímico tem abrangência internacional e que, portanto, a operação não representa ameaça à concorrência.

(e) Grupamento das ações e desdobramento dos *American Depositary Shares* ("ADS")

Para facilitar as negociações e aumentar a liquidez das ações da Braskem, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de março de 2005, o grupamento de ações de todas as espécies e classes na proporção de 250 ações para cada ação. Em decorrência desta deliberação, foi aprovado, também, o desdobramento ("*split*") dos ADS's da Braskem, na razão de 2 ADS's para cada 1 ADS existente.

Os acionistas tiveram o prazo de 30 dias, a partir de 5 de abril de 2005, para o ajuste de suas posições. Após esse prazo, as frações de ações remanescentes foram grupadas em números inteiros e leiloadas de forma aglomerada na Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa") e o valor apurado foi proporcionalmente repassado aos seus detentores por meio de depósito em conta corrente.

A partir de 16 de maio de 2005, as ações passaram a ser cotadas e negociadas em lotes unitários na Bovespa e na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE"), de forma grupada e desdobrada, respectivamente.

(f) Governança corporativa

A Braskem aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa Diferenciada da Bovespa que estabelece, principalmente, o comprometimento da Companhia com melhorias na prestação de informações ao mercado e na dispersão acionária. A Companhia mantém seu plano de aderir ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, no futuro próximo.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, também, em atendimento às normas e procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON e Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Em decorrência da adoção da Deliberação CVM nº 488/05 e da Interpretação Técnica nº 01 do IBRACON, a Companhia efetuou reclassificações nas demonstrações financeiras do exercício anterior, conforme a seguir demonstrado:

Ativo	Controladora		
	Publicado 2005	Reclassificações	Reclassificado 2005
Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		19.573	19.573
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	277.250	(19.573)	257.677
Permanente			
Imobilizado	5.279.334	396.063	5.675.397
Intangível		28.060	28.060
Diferido	1.911.002	(424.123)	1.486.879
Ativo	Consolidado		
	Publicado 2005	Reclassificações	Reclassificado 2005
Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.406	19.573	21.979
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	292.600	(19.573)	273.027
Permanente			
Imobilizado	5.964.156	400.205	6.364.361
Intangível		28.395	28.395
Diferido	2.660.385	(428.600)	2.231.785

Na avaliação comparativa das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 com as demonstrações financeiras do exercício anterior, devem ser consideradas a consolidação integral da Politen, ocorrida a partir de 1º de abril de 2006, e a incorporação da Polialden (Nota 1(c)), ocorrida em 31 de maio de 2006. As demonstrações financeiras da Polialden, em 31 de dezembro de 2005, estão demonstradas a seguir e da Politen na Nota 3 (g):

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativo	2005	Passivo e patrimônio líquido	2005
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	176.884	Fornecedores	21.383
Contas a receber de clientes	51.100	Financiamentos	991
Impostos a recuperar	25.717	Salários e encargos sociais	3.686
Estoques	93.537	Imposto de renda a pagar	6.530
Despesas pagas antecipadamente	735	Impostos, taxas e contribuições	1.442
Demais contas a receber	3.098	Demais contas a pagar	1.703
		Dividendos propostos e a pagar	14.559
	<u>351.071</u>		<u>50.294</u>
Não circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo		Exigível a longo prazo	
Depósitos judiciais	21.980	Financiamentos	1.409
Impostos a recuperar	81.721	Impostos e contribuições	177.830
Estoques	3.966	Dividendos a pagar	5.698
Demais contas a receber	616	Demais contas a pagar	921
	<u>108.283</u>		<u>185.858</u>
Permanente			
Investimentos		Patrimônio líquido	
Em controlada e coligada	5.586	Capital social	200.000
Outros investimentos	4	Reserva de capital	66.676
Imobilizado	58.385	Reservas de lucros	27.929
Diferido	7.428		
	<u>71.403</u>		<u>294.605</u>
Total do ativo	<u>530.757</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>530.757</u>

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Exercício de 2005	Janeiro a Maio de 2006
Receita bruta das vendas		
Mercado interno	361.082	119.468
Mercado externo	133.248	41.518
Tributos, fretes e devoluções de vendas	(123.751)	(35.177)
Receita líquida de vendas	370.579	125.809
Custo dos produtos vendidos	(351.051)	(121.632)
Lucro bruto	19.528	4.177
Despesas (receitas) operacionais		
Com vendas	11.060	333
Gerais e administrativas	11.343	5.671
Honorários dos administradores	1.795	216
Depreciação e amortização	743	371
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	792	(115)
	25.733	6.476
Resultado de participações societárias		
Equivalência patrimonial	1.461	889
Variação cambial	(221)	(90)
Outros	100	
	1.340	799
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(25.914)	(14.244)
Receitas financeiras	51.055	14.632
	25.141	388
Lucro (prejuízo) operacional	20.276	(1.112)
Despesas não operacionais, líquidas	(13)	
Lucro antes do imposto de renda	20.263	(1.112)
Imposto de renda	(7.057)	4.585
Lucro líquido do exercício / período	13.206	3.473

Para propiciar informações suplementares ao mercado, a Companhia está apresentando a demonstração dos fluxos de caixa, elaborada de acordo com a NPC 20 do IBRACON e a demonstração do valor adicionado, elaborada de acordo com a NBCT 3.7 do CFC (Anexos I e II).

3 Principais práticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 7 de fevereiro de 2007.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, prazos de amortização do ativo diferido, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação das provisões para imposto de renda e outras similares.

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

A receita com venda de produtos é reconhecida quando o risco e a propriedade dos produtos são transferidos para os clientes. Essa transferência de propriedade ocorre quando o produto é entregue ao cliente ou ao seu transportador, dependendo da modalidade da venda.

A provisão para o imposto de renda e as despesas de ICMS são contabilizadas incluindo as parcelas de incentivos fiscais, sendo a parcela correspondente à isenção e redução desses tributos creditada em conta de reserva de capital.

Considerando as disposições da Deliberação CVM nº 273 e da Instrução CVM nº 371, o imposto de renda diferido é demonstrado pelo seu valor provável de realização, previsto para ocorrer conforme descrito na Nota 17(b).

As variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos são classificadas nas rubricas de "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras", respectivamente.

A Companhia reconhece, no resultado do exercício, o valor de mercado dos contratos de derivativos que façam contrapartida a realização de fluxos de caixa e passivos indexados em moeda estrangeira ou em taxas internacionais de juros.

O lucro líquido por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do encerramento do exercício.

(c) Ativos circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa consistem, principalmente, de depósitos à vista e aplicações com liquidez imediata ou vencimento em até 90 dias (Nota 4).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo custo ou mercado, o que for menor, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os instrumentos derivativos são mensurados pelo valor justo estimado, com base em cotações de mercado para instrumentos semelhantes em relação às taxas futuras de câmbio e de juros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos, tendo em vista o histórico de perdas da Companhia. Para determinação do valor dos créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avalia mensalmente os valores e as características do saldo das contas a receber de clientes.

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. Os estoques de materiais de manutenção são classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo considerando o histórico do consumo.

O imposto de renda diferido é reconhecido quando existem cenários favoráveis para sua realização. Periodicamente, os valores contabilizados são reavaliados em consonância com a Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02.

Os depósitos judiciais são apresentados deduzidos dos passivos contingentes a eles vinculados, em consonância com a Deliberação CVM nº 489/05.

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

(d) Ativo permanente

Demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com as seguintes práticas:

- as participações em sociedades controladas, controladas em conjunto, e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas do saldo de ágio/deságio a amortizar. O ágio é apurado como diferença entre o custo e o valor contábil dos ativos líquidos adquiridos. Os ágios existentes têm como fundamento econômico a rentabilidade futura dos investimentos e a mais-valia do ativo imobilizado, sendo amortizados em até 10 anos. Os ágios de empresas incorporadas são transferidos para o imobilizado ou diferido, quando fundamentados na mais-valia dos

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ativos ou na rentabilidade futura dos investimentos, respectivamente. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

- as participações em sociedades controladas no exterior são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e a variação cambial incidente no patrimônio é registrada em conta destacada no resultado operacional. As contas do balanço patrimonial e do resultado do exercício são convertidas em moeda nacional às taxas de câmbio vigentes na data de encerramento das demonstrações financeiras, nos termos da Deliberação CVM nº 28/86.
- o imobilizado é registrado pelo custo de aquisição/construção e, a partir de 1997, inclui a capitalização dos juros de financiamentos obtidos de terceiros durante o período de construção. Os juros capitalizados são incorporados aos bens e depreciados a partir do momento em que estes entram em operação.
- a depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 12.
- a amortização do diferido é realizada pelo prazo de até dez anos, a partir da data em que os benefícios começam a ser gerados.
- a partir de janeiro de 2006, em atendimento à Interpretação Técnica nº 01/2006 do IBRACON, a Companhia adotou como prática contábil o registro dos gastos realizados com paradas programadas para manutenção do ativo imobilizado na rubrica "Máquinas, equipamentos e instalações". Tais paradas ocorrem em períodos programados que variam de dois a seis anos e os respectivos gastos são depreciados até o início da seguinte correspondente parada (Nota 12).

(e) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos.

As provisões para perdas nos investimentos em sociedades controladas são constituídas sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades e classificadas no exigível a longo prazo, em contrapartida do resultado com participações em sociedades controladas e coligadas.

O plano de pensão de benefícios definidos é contabilizado com base nos cálculos efetuados por atuário independente, baseados em premissas fornecidas pela Companhia mencionadas na Nota 28.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As provisões para contingências são registradas com base em: (i) legislação existente (mesmo com a expectativa de que a legislação venha a ser considerada inconstitucional); (ii) necessidade de eliminação de ganhos contingentes nas compensações de créditos tributários advindos de disputas judiciais; e (iii) estimativas de pagamentos de indenizações consideradas como prováveis.

(f) Resultado de exercícios futuros

Em resultados de exercícios futuros são registrados os deságios de empresas incorporadas ou consolidadas, fundamentados na expectativa de resultado futuro.

(g) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da CVM e abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e entidades de propósito específico, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta e indiretamente, como a seguir apresentado:

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

			Participação no capital total - %	
			2006	2005
			Sede (País)	
Controladas				
Braskem Argentina	(i)	Argentina	98,00	98,00
Braskem America Inc. ("Braskem America")	(ii)	EUA	100,00	
Braskem Distribuidora		Brasil	100,00	100,00
Braskem Europa	(iii)	Holanda	100,00	
Braskem Inc		Ilhas Cayman	100,00	100,00
Braskem Participações		Brasil	100,00	100,00
Braskem International Ltd. ("Braskem International")	(iv)	Bahamas		100,00
CINAL	(v)	Brasil	100,00	86,82
CPP - Companhia Petroquímica Paulista ("CPP")		Brasil	79,70	79,70
Polialden	(vi)	Brasil		63,68
Politeno	(vii)	Brasil	96,16	
Tegal Terminal de Gases Ltda. ("Tegal")	(viii)	Brasil	95,83	90,79
Controladas em conjunto				
CETREL S.A. - Empresa de Proteção Ambiental ("CETREL")	(ix)			
Companhia Petroquímica do Sul ("COPESUL")	(x)	Brasil	49,03	48,02
Petroflex		Brasil	29,46	29,46
Petroquímica Paulínia	(xi)	Brasil	20,12	20,12
Politeno	(vii)	Brasil	60,00	60,00
				33,96
Entidades de Propósito Específico ("EPE's")				
Chemical Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Fundo Chemical")	(xii)			
	(xiii)	Brasil	100,00	11,58
Chemical Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Fundo Chemical II")	(xiii)	Brasil	9,19	9,09
Fundo Parin		Guernsey	100,00	100,00
Guardian-Protected Cell Company ("Guardian")	(xvii)	Guernsey		100,00
Sol-Fundo de Aplicação em Cotas de Fundos de Investimento ("FIQ Sol")		Brasil	100,00	100,00
Controlada direta da Poliaden				
Braskem America		EUA		100,00
Controlada direta da Braskem Participações				
Investimentos Petroquímicos Ltda. ("IPL")	(xv)	Brasil		100,00
Controlada direta da Copesul				
COPESUL International Trading Inc.		Bahamas	100,00	100,00
Controlada direta da IPL				
Braskem Importação	(xiv)	Brasil		100,00
Controladas diretas da Braskem Distribuidora				
Braskem Argentina		Argentina	2,00	2,00
Braskem Cayman Ltd.		Ilhas Cayman	100,00	100,00
Braskem Importação	(xiv)	Brasil	100,00	

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Participação no capital total - %	
		2006	2005
Controladas diretas da Cayman			
Overseas (xvi)	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Lantana	Bahamas	100,00	100,00
Controlada direta da Politen			
Politen Empreendimentos Ltda. ("Politen Empreendimentos")	Brasil	99,99	33,96
Controlada direta da Politen Empreendimentos			
Santeno Irrigações do Nordeste Ltda. ("Santeno")	Brasil	99,99	33,96

- (i) Considerando a participação da controlada Braskem Distribuidora, a participação da Braskem monta 100,00%.
- (ii) Controlada direta a partir da incorporação da Polialden (Nota 1(c)).
- (iii) Empresa constituída em setembro de 2006 (Nota 1(c)).
- (iv) Empresa extinta em março de 2006.
- (v) Aumento de participação em julho de 2006 (Nota 1(c)).
- (vi) Investimento incorporado em maio de 2006 (Nota 1(c)).
- (vii) Aumento de participação em abril de 2006 (Nota 1(c)).
- (viii) Aquisição de participação junto a empresa controlada.
- (ix) Investimentos consolidados proporcionalmente, conforme Instrução CVM nº 247/96.
- (x) Considerando a participação da controlada CINAL, a participação da Braskem monta 53,61%. Controlada em conjunto em função de disposições estatutárias.
- (xi) Controlada em conjunto em função de disposições do acordo de acionistas.
- (xii) Investimentos consolidados em atendimento à Instrução CVM nº 408/04.
- (xiii) Participação correspondente às cotas subordinadas detidas pela Braskem.
- (xiv) Com a incorporação da IPL, a Braskem Distribuidora passou a deter o investimento na Braskem Importação.
- (xv) Investimento incorporado pela Braskem Distribuidora em setembro de 2006.
- (xvi) Empresa em fase de extinção.
- (xvii) Fundo extinto em outubro de 2006.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos entre companhias, a equivalência no resultado, assim como os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os lucros não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

As participações dos acionistas minoritários no patrimônio e no resultado das controladas foram apresentadas separadamente nos balanços patrimoniais e nos resultados dos exercícios consolidados, respectivamente. A participação dos acionistas minoritários, em 31 de dezembro de 2006, corresponde às respectivas participações no capital da CPP, Politen e Tegal.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os ágios não eliminados na consolidação foram reclassificados para conta específica do ativo permanente que os fundamentaram, em consonância com a Instrução CVM nº 247/96. Os deságios são reclassificados para a rubrica "Resultados de exercícios futuros".

Conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 23 da Instrução Normativa CVM nº 247/96 e autorizada pelo Ofício/CVM/SNC/nº 004/2007, a Companhia não consolidou proporcionalmente as demonstrações financeiras da controlada em conjunto Companhia de Desenvolvimento Rio Verde - CODEVERDE. Esta controlada esta em fase pré-operacional e suas informações não apresentam alterações relevantes ou provocam distorções nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

O balanço patrimonial da CODEVERDE (não auditado), pode ser assim resumido:

	2006	2005
Ativo		
Circulante	304	405
Não circulante	102	88
Permanente	45.019	43.480
Total do ativo	45.425	43.973
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	100	100
Não circulante	1.438	1.059
Patrimônio líquido	43.887	42.814
Total do passivo e patrimônio líquido	45.425	43.973

Para melhor apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, a participação recíproca entre a Companhia e as controladas Braskem Participações e Politenó foi reclassificada como "Ações em tesouraria". O total de ações em poder das controladas, bem como a participação no capital total da Companhia estão apresentados abaixo:

	Braskem Participações	Politenó
Ações ordinárias	580.331	
Ações preferenciais classe "A"	290.165	2.186.133
Participação no capital total	0,24%	0,60%

A conciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício entre a controladora e o consolidado é a seguinte:

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2006	2005	2006	2005
Controladora	4.447.514	4.647.101	77.753	685.775
Participação recíproca apresentada como ações em tesouraria	(60.999)	(13.110)		
Efeitos oriundos da consolidação das EPE's				3.830
Exclusão do lucro nos estoques de controladas	(6.587)	(5.188)	(1.400)	758
Exclusão do ganho na venda de investimento entre empresas ligadas	(38.476)	(38.476)		
Exclusão de ganho em operações financeiras entre empresas ligadas	(12.829)	(14.044)	1.215	(14.044)
Reversão da amortização do ágio sobre venda de investimentos entre empresas ligadas	18.206	14.085	4.121	4.120
Exclusão do ganho na cessão de direito de uso entre empresas ligadas	(34.942)	(54.602)	19.660	(54.602)
Consolidado	<u>4.311.887</u>	<u>4.535.766</u>	<u>101.349</u>	<u>625.837</u>

Os balanços patrimoniais e demonstrações dos resultados das empresas controladas em conjunto e das EPE's, ajustados aos critérios contábeis da controladora, podem ser assim resumidos:

	Copesul		CETREL (i)		Petroflex (i)	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Ativo						
Circulante	1.261.805	907.875	25.509	24.337	604.958	499.468
Não circulante	154.618	154.906	12.298	15.007	31.373	29.121
Permanente	<u>1.050.182</u>	<u>1.125.823</u>	<u>131.221</u>	<u>111.503</u>	<u>436.975</u>	<u>384.339</u>
Total do ativo	<u>2.466.605</u>	<u>2.188.604</u>	<u>169.028</u>	<u>150.847</u>	<u>1.073.306</u>	<u>912.928</u>
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	840.694	701.645	20.309	20.911	390.661	474.929
Não circulante	325.751	246.450	39.245	31.945	375.828	159.108
Patrimônio líquido	<u>1.300.160</u>	<u>1.240.509</u>	<u>109.474</u>	<u>97.991</u>	<u>306.817</u>	<u>278.891</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.466.605</u>	<u>2.188.604</u>	<u>169.028</u>	<u>150.847</u>	<u>1.073.306</u>	<u>912.928</u>
Demonstração do resultado						
Receita líquida das vendas	6.299.224	5.552.571	106.191	98.218	1.361.549	1.373.204
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	<u>(5.292.355)</u>	<u>(4.610.378)</u>	<u>(73.970)</u>	<u>(79.561)</u>	<u>(1.197.017)</u>	<u>(1.088.881)</u>
Lucro bruto	<u>1.006.869</u>	<u>942.193</u>	<u>32.221</u>	<u>18.657</u>	<u>164.532</u>	<u>284.323</u>
Despesas operacionais, líquidas	(117.468)	(151.133)	(19.674)	(11.129)	(131.371)	(160.756)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	<u>(4.295)</u>	<u>5.406</u>	<u>198</u>	<u>270</u>	<u>945</u>	<u>(1.503)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	885.106	796.466	12.745	7.798	34.106	122.064
Imposto de renda e contribuição social	<u>(269.921)</u>	<u>(230.503)</u>	<u>(2.557)</u>	<u>(725)</u>	<u>(8.061)</u>	<u>(33.742)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>615.185</u>	<u>565.963</u>	<u>10.188</u>	<u>7.073</u>	<u>26.045</u>	<u>88.322</u>

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Políteno	Petroquímica Paulínia(*)	
	2005	2006	2005
Ativo			
Circulante	287.040	102.474	7.500
Não circulante	158.983	1	
Permanente	191.251	115.461	58.240
Total do ativo	637.274	217.936	65.740
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	141.704	3.814	
Não circulante	5.967	83.984	17.740
Patrimônio líquido	489.603	130.138	48.000
Total do passivo e patrimônio líquido	637.274	217.936	65.740
Demonstração do resultado			
Receita líquida das vendas	1.127.943		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(950.170)		
Lucro bruto	177.773		
Despesas operacionais, líquidas	(80.615)		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.158		
Imposto de renda e contribuição social	(33.787)		
Lucro líquido do exercício	63.371		

(*) Em fase pré-operacional

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Fundo Parin		Guardian	FIQ Sol	
	2006	2005	2005	2006	2005
Ativos	537.965	560.575	1.002.769	395.242	545.649
Passivos		187	469	12	7
Patrimônio líquido	537.965	560.388	1.002.300	395.230	545.642
Total do passivo e patrimônio líquido	537.965	560.575	1.002.769	395.242	545.649
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(14.839)	9.300	48.497	37.026	70.580

	Fundo Chemical		Fundo Chemical II	
	2006	2005	2006	2005
Ativos	6.133	228.373	442.557	444.550
Passivos	200	339	44	33
Patrimônio líquido	5.933	228.034	442.513	444.517
Total do passivo e patrimônio líquido	6.133	228.373	442.557	444.550
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(19.033)	39.024	68.555	4.518

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Caixa e bancos	130.128	110.759	140.179	141.953
Aplicações financeiras				
no Brasil	602.748	641.285	751.533	740.552
no exterior	393.049	709.046	655.349	1.253.235
	1.125.925	1.461.090	1.547.061	2.135.740

As aplicações financeiras no Brasil estão representadas, principalmente, por cotas de fundo exclusivo da Braskem que, por sua vez, detém cotas de fundos de investimentos locais a exemplo de fundos de renda fixa, fundos multiportfólio, fundos de investimentos em direitos creditórios e outros títulos de renda fixa. As aplicações no exterior consistem principalmente de títulos públicos com alta liquidez no mercado.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia busca manter um volume de disponibilidades suficientes para fazer frente:

(i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados no plano de negócios; e (iii) às condições adversas que possam reduzir sua tesouraria disponível.

Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de riscos e de investimentos; (ii) buscar uma alta pulverização da carteira consolidada; (iii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iv) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado, seja no Brasil ou no exterior.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Circulante				
Operações com derivativos		3.466	27.576	19.792
Títulos públicos emitidos no exterior	311.080		311.080	
Fundo de investimentos	537.926		63.960	122.089
Cotas subordinadas de fundo de investimentos em direitos creditórios e outros		37	11.275	3.913
	<u>849.006</u>	<u>3.503</u>	<u>413.891</u>	<u>145.794</u>
Realizável a longo prazo				
Fundo de investimentos		551.235		
Debêntures com participação nos lucros	6.826	7.305		
Cotas subordinadas de fundo de investimentos em direitos creditórios	46.612	66.791		
Outros	<u>10.022</u>	<u>10.972</u>	<u>1.628</u>	<u>325</u>
	<u>63.460</u>	<u>636.303</u>	<u>1.628</u>	<u>325</u>
Total	<u>912.466</u>	<u>639.806</u>	<u>415.519</u>	<u>146.119</u>

O fundo de investimentos registrado no ativo circulante tem a Braskem como única cotista. Sua carteira é composta por certificados de depósito (*time deposits*) emitido junto ao Banco Credit Suisse First Boston ("CSFB"), vencíveis em junho de 2007.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Cientes				
mercado interno	833.045	602.783	1.514.346	1.300.926
mercado externo	324.864	480.974	421.880	360.564
Duplicatas descontadas	(110.873)		(119.652)	
Adiantamentos sobre cambiais entregues	(2)		(15.824)	(31.243)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(103.474)	(72.945)	(153.350)	(87.259)
	943.560	1.010.812	1.647.400	1.542.988
No ativo não circulante	(51.766)	(47.479)	(52.542)	(49.676)
No ativo circulante	891.794	963.333	1.594.858	1.493.312

A Companhia adota uma política adicional de recebimento das contas a receber de clientes no mercado interno que consiste na alienação de títulos para fundos de investimentos em direitos creditórios (Fundos Chemical e Chemical II - Nota 3 (g)).

Em dezembro de 2006, a Companhia realizou operação de desconto de duplicatas assumindo junto à instituição bancária o compromisso de reembolso no caso de inadimplência dos clientes.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
No início do exercício	72.945	46.201	87.259	54.997
Adição pela consolidação integral da Políteno			15.525	
Adições classificadas em despesas com vendas	78.993	33.322	99.301	38.878
Recuperação de créditos provisionados	(48.464)	(6.663)	(48.615)	(6.730)
Baixa de títulos considerados incobráveis			(112)	(14)
Variação cambial		85	(8)	128
No final do exercício	103.474	72.945	153.350	87.259

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Produtos acabados e em processo	870.257	717.313	986.949	848.503
Matérias-primas, insumos de produção e embalagens	249.083	265.614	393.437	407.946
Materiais de manutenção (*)	298.779	303.749	344.566	347.233
Adiantamentos a fornecedores	48.034	43.715	64.009	47.333
Importações em andamento e outros	16.758	8.430	17.555	10.166
Provisão para ajuste ao valor de realização	(16.089)	(16.932)	(16.295)	(17.945)
Total	1.466.822	1.321.889	1.790.221	1.643.236
No ativo não circulante (*)	(22.946)	(71.817)	(22.946)	(75.783)
No ativo circulante	<u>1.443.876</u>	<u>1.250.072</u>	<u>1.767.275</u>	<u>1.567.453</u>

(*) Com base no histórico de consumo, parte dos estoques de materiais de manutenção foi classificada no realizável a longo prazo.

Os adiantamentos a fornecedores e os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição da principal matéria-prima da Companhia, a nafta petroquímica.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 Sociedades ligadas

(a) Controladora

	Ativo circulante			Saldos	
	Caixa e equivalentes	Títulos e valores mobiliários	Contas a receber de clientes	Títulos e valores mobiliários	Sociedades ligadas
Controladas					
Braskem América			27.838		
Braskem Argentina					
Braskem Distribuidora					126
Braskem Inc.			10.054		
Braskem Importação					
Braskem Participações					
Cayman			13		53
CINAL			1.916		2.390
CPP (i)					38
Lantana			13.301		
Politeno			25.177		180.974
Tegal (i)					4.859
Controladas em conjunto					
CETREL (i)			70		135
Copesul			2.440		
Petroflex			21.426		
EPE's					
Fundo Parin		537.926			
Fundo Sol	395.230				
FIDIC I				5.933	
FIDIC II				40.679	
Coligada					
Borealis			2.798		
Ligadas					
ODBPAR INV (ii)					
Construtora Norberto Odebrecht ("CNO")			7.687		
Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras")			48.741		38.868
Petrobras Distribuidora S.A.					
Outros					1.865
Em 31 de dezembro de 2006	395.230	537.926	161.461	46.612	229.308
Em 31 de dezembro de 2005	1.005.591		156.987	618.026	57.181

(i) Os valores apresentados em "Sociedades ligadas", no realizável a longo prazo, correspondem a adiantamentos para futuro aumento de capital.
(ii) Debêntures de emissão da Braskem (Nota 15)

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Saldos
	Fornecedores	Debêntures	Fornecedores	Debêntures	Sociedades ligadas
Controladas					
Braskem América	294				
Braskem Argentina	2.101				
Braskem Distribuidora					
Braskem Inc.					
Braskem Importação					1.361
Braskem Participações					5.689
Cayman					
CINAL	1.596				
CPP (i)					
Lantana					
Politeno	1.996				
Tegal (i)	5.913				
Controladas em conjunto					
CETREL (i)	1.302				
Copesul	508.262				
Petroflex					
EPE's					
Fundo Parin					
Fundo Sol					
FIDIC I					
FIDIC II					
Coligada					
Borealis					
Ligadas					
ODBPARG INV (ii)		1.130.752			
Construtora Norberto Odebrecht ("CNO")	6.666				
Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras")	604.758				
Petrobras Distribuidora S.A.	6.317		17.644		
Outros					
Em 31 de dezembro de 2006	1.139.205	1.130.752	17.644		7.050
Em 31 de dezembro de 2005	604.176		23.110	999.347	3.372

(iii) Os valores apresentados em "Sociedades ligadas", no realizável a longo prazo, correspondem a adiantamentos para futuro aumento de capital.

(iv) Debêntures de emissão da Braskem (Nota 15)

00482-0 BRASKEM S.A. 42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladora (continuação)

	Transações			
	Vendas de produtos	Compras de matérias-primas serviços e utilidades	Receitas Financeiras(iii)	Despesas financeiras
Braskem America	33.465			
Braskem Argentina		2.960		
Braskem Distribuidora			10	
Braskem Inc.	41.218			
Braskem Importação				179
Braskem Participações				539
Cayman	9.308			
CINAL	1.003	29.505	4	89
Lantana	228.112			
Polialden	136.983			
Politeno	993.769	15.565	7.325	143
Politeno Empreendimentos				65
Tegal		20.005	114	14
Controladas em conjunto				
CETREL	1.320	24.256		
Copesul	17.227	2.752.867		824
Petroflex	457.541		2.011	
EPE'S				
Fundo Parin			25.544	
Fundo Sol			37.027	
FIDIC I			(2.441)	22.993
FIDIC II			3.563	51.761
Coligada				
Borealis	122.061			
Ligadas				
ODBPARG INV (ii)				131.405
Construtora Norberto Odebrecht ("CNO")		136.218		
Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras")	71.422	4.902.758	3.371	6.202
Petrobras Distribuidora S.A.		295.167		9
Em 31 de dezembro de 2006	2.113.429	8.179.301	76.528	214.223
Em 31 de dezembro de 2005	2.960.039	7.371.333	184.081	221.996

(iii) Inclui juros sobre o capital próprio

42.150.391/0001-70

Consolidado

(b)

					Saldos
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante		
	Contas a receber de clientes	Sociedades ligadas	Fornecedores	Debêntures	Sociedades ligadas
Controladas em conjunto					
CETREL	32		604		
Copesul	435		358.523		
Petroflex	17.115				
Coligada					
Borealis	2.798				
Ligadas					
Alberto Pasqualini - REFAP S.A (parte relacionada da Copesul)	1.161		5.757		
Ipiranga Petroquímica S.A. (parte relacionada da Copesul)	4.564		986		
CNO	7.687		6.666		
Monsanto Nordeste S.A. (parte relacionada da CETREL)	248				
ODBP				1.130.752	
Petrobras	49.657	38.868	615.759		
Petrobras Distribuidora S.A.	18		6.453		
Petroquímica União S.A. (parte relacionada da Petroflex)			3.136		
Unipar Comércio e Distribuidora S.A. (parte relacionada da Petroflex)	75				
Outros		1.865			
Em 31 de dezembro de 2006	83.790	40.733	997.884	1.130.752	
Em 31 de dezembro de 2005	90.193	40.560	447.187		3.081

			Saldos
			Passivo não circulante
	Fornecedores	Debêntures	Sociedades ligadas
Controladas em conjunto			
CETREL			1.983
Copesul			
Petroflex			
Coligada			
Borealis			
Ligadas			
Alberto Pasqualini - REFAP S.A (parte relacionada da Copesul)			
Ipiranga Petroquímica S.A. (parte relacionada da Copesul)			
CNO			
Monsanto Nordeste S.A. (parte relacionada da CETREL)			2.808
ODBPAP			
Petrobras			
Petrobras Distribuidora S.A.	17.644		
Petroquímica União S.A. (parte relacionada da Petroflex)			
Unipar Comércio e Distribuidora S.A. (parte relacionada da Petroflex)			
Outros			
Em 31 de dezembro de 2006	17.644		4.791
Em 31 de dezembro de 2005	23.110	999.347	3.044

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consolidado (continuação)

	Transações			
	Vendas de produtos	Compras de matérias-primas serviços e utilidades	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Controlada				
Polleno	166.752			
Controladas em conjunto				
CETREL	612	11.253		
Copesul	12.152	1.941.845		824
Petroflex	365.488		1.606	
Coligada				
Borealis	122.061			
Ligadas				
Alberto Pasqualini - REFAP S.A (parte relacionada da Copesul)	22.767	264.904		
Ipiranga Petroquímica S.A. (parte relacionada da Copesul)	555.543	5.735	175	57
CNO		136.218		
Monsanto Nordeste S.A. (parte relacionada da CETREL)	3.684			
ODBP				131.405
Petrobras	78.899	5.390.504	3.371	6.202
Petrobras Distribuidora S.A.		298.095		9
Petroquímica União S.A. (parte relacionada da Petroflex)		22.881		
Unipar Comércio e Distribuidora S.A. (parte relacionada da Petroflex)	2.474			
Em 31 de dezembro de 2006	<u>1.330.432</u>	<u>8.071.435</u>	<u>5.152</u>	<u>138.497</u>
Em 31 de dezembro de 2005	<u>2.425.814</u>	<u>7.910.850</u>	<u>5.012</u>	<u>133.185</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em "Contas a receber de clientes" e "Fornecedores" são apresentados os saldos decorrentes, principalmente, das seguintes operações mercantis de compra e venda de produtos e serviços:

Vendas da Braskem:

<u>Empresa</u>	<u>Produtos/insumos</u>
Borealis / Cayman / Lantana / Braskem America Braskem Inc. Polialden / Politen Petroflex Petrobras	Resinas termoplásticas Petroquímicos básicos Eteno e utilidades Butadieno Gasolina

Compras da Braskem:

<u>Empresa</u>	<u>Produtos/insumos/serviços</u>
CINAL / Cetrel Copesul Petrobras Petrobras Distribuidora Polialden CNO Tegal	Utilidades, tratamento e incineração de resíduos Eteno, propeno e utilidades Nafta Óleo combustível Resinas termoplásticas Serviços de construção e manutenção Serviços de armazenagem de gases

Essas transações são realizadas em condições de preços e prazos equivalentes às médias praticadas com terceiros, considerando (i) para compra e venda de eteno, o processo de divisão de margem com as companhias de segunda geração e (ii) para a compra de nafta junto à Petrobras, o preço praticado no mercado europeu. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia também adquiriu nafta do exterior em volume equivalente a 25 % do seu consumo (2005 – 31%).

Em sociedades ligadas são apresentados os saldos de contas correntes com empresas do grupo, remunerados a 100% do CDI. As contas correntes são movimentadas através da utilização das disponibilidades diárias de recursos financeiros em caixa único para a liquidação de obrigações das correntistas. Fazem parte, como correntistas, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
IPI a recuperar (operações normais)	61.040	65.102	63.014	69.221
ICMS	675.428	412.865	936.333	556.917
PIS e Cofins	105.577	25.983	118.495	40.772
Imposto de importação	21.944	17.962	22.413	18.183
Finsocial	11.813	14.221	12.070	14.478
PIS – Decretos-lei 2.445 e 2.449/88	55.194	52.215	61.971	60.186
Imposto de renda e contribuição social	37.193	38.666	56.863	62.306
Imposto sobre lucro líquido - ILL	1.589	12.675	17.411	27.814
Outros	65.069	19.963	72.614	34.414
Total	1.034.847	659.652	1.361.184	884.291
No ativo circulante	(336.350)	(263.677)	(408.082)	(324.868)
No ativo não circulante	698.497	395.975	953.102	559.423

(a) IPI

No 1º trimestre de 2005, a Companhia concluiu a compensação do montante de crédito do IPI nas aquisições de matérias-primas tributadas à alíquota zero em relação às operações dos estabelecimentos da incorporada OPP Química ("OPP Química"), situados no Rio Grande do Sul. Esse crédito é decorrente de ação proposta em julho de 2000, quando a OPP Química ajuizou medida judicial para sustentar a aplicação plena do princípio da não-cumulatividade deste imposto para os referidos estabelecimentos.

Em 19 de dezembro de 2002, o Supremo Tribunal Federal - "STF", baseado em suas decisões plenárias precedentes sobre a matéria, julgou o Recurso Extraordinário interposto pela Fazenda Nacional e confirmou integralmente a decisão do Tribunal Regional Federal - "TRF" da 4ª Região, reconhecendo o direito ao crédito de IPI sobre tais aquisições, abrangendo os dez anos anteriores à propositura da ação e a aplicação da respectiva correção monetária e taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - "SELIC", até a data do efetivo aproveitamento dos créditos.

A decisão do STF foi objeto de Agravo Regimental, ainda pendente de julgamento pela 2ª Turma do STF, no qual a Fazenda Nacional não mais questiona o direito ao crédito de IPI, nas aquisições de matérias-primas tributadas à alíquota zero, mas alega imprecisões da decisão quanto a aspectos relativos ao caso de insumos e matérias-primas não tributados, à correção monetária dos créditos e à alíquota a ser utilizada para fins de cálculo dos créditos. Todavia, conforme posição dos advogados da Companhia, todos esses aspectos já foram definidos nos acórdãos do STF e do TRF favoráveis à OPP Química, ou mesmo nas decisões plenárias precedentes do STF, razão pela qual o referido Agravo Regimental não apresenta qualquer possibilidade de modificação da decisão favorável à incorporada OPP Química, em que pese o próprio STF estar

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

rediscutindo a matéria em uma ação análoga, envolvendo outro contribuinte, cujo julgamento encontra-se suspenso.

Em dezembro de 2002, a OPP Química reconheceu contabilmente o indébito tributário em questão no valor de R\$ 1.030.125, o qual foi compensado pela Companhia com o próprio IPI e demais tributos federais devidos.

Em 28 de setembro de 2006, a Companhia foi intimada da lavratura de quatro autos de infração relacionados com as compensações dos créditos de IPI em questão nos estabelecimentos da incorporada OPP Química, no Rio Grande do Sul, contra os quais a Companhia apresentou defesas administrativas.

Dois dos autos de infração foram lavrados exclusivamente para prevenir a decadência dos créditos apurados nos dez anos anteriores à adoção da medida judicial pela Companhia e montam R\$ 308.629. Ocorre que as compensações da Companhia estão protegidas pelo trânsito em julgado material de decisão favorável proferida pelo Supremo Tribunal Federal, o que demonstra a insubsistência da exigência da fiscalização.

Os dois outros autos de infração, no montante de R\$ 791.371, foram lavrados com base no entendimento de que a Companhia não possui decisão favorável quanto aos créditos decorrentes das futuras aquisições de matérias-primas. Contudo, as decisões judiciais da Companhia garantem a manutenção plena e permanente do direito à compensação. Os advogados externos da Companhia consideram prováveis as chances de êxito nos quatro processos administrativos em questão.

A Companhia tem, ainda, ações judiciais semelhantes para suas filiais localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia e Alagoas (Nota 16(ii)).

(b) ICMS

A Companhia acumula créditos de ICMS, basicamente em decorrência de expressivo volume de exportações as quais gozam da imunidade deste imposto, bem como por saídas internas beneficiadas pelas legislações Estaduais com diferimento (ICMS adiado para etapa seguinte).

A Administração da Companhia está priorizando uma série de ações no sentido de maximizar a utilização desses créditos e, atualmente, não são esperados prejuízos na realização dos mesmos.

Dentre as ações mantidas pela Administração, destacam-se:

Obtenção junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul de autorização para transferência de créditos para terceiros, conforme previsto no Termo de Acordo TSC 036/06, publicado no Diário Oficial em 19 de outubro de 2006.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- . Autorização pelo Governo do Estado da Bahia para ampliação do percentual de redução da base de cálculo do ICMS incidente sobre a nafta petroquímica importada de 40% para 60%, conforme previsto nos parágrafos 9º e 10º do artigo 347 do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia (Decreto 9.681/2005).
- . Ampliação da base de cálculo do ICMS nas vendas de combustíveis para industrial refinador de 40% para 100%, conforme previsão do artigo 347 do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia.
- . Substituição de exportação de co-produtos por operações no mercado interno, com clientes já identificados.
- . Início de operações de importação de insumos utilizando-se das prerrogativas previstas na legislação aduaneira, garantindo menor geração de créditos de ICMS.

Considerando a projeção da Administração da Companhia quanto ao prazo de realização desses créditos, que em 31 de dezembro de 2006 montam R\$ 675.428 (2005 – R\$ 412.865) – controladora, R\$ 936.333 (2005 - R\$ 556.917) – consolidado, os montantes de R\$ 539.033 (2005 - R\$ 221.819) – controladora e R\$ 596.640 (2005 - R\$ 349.203) – consolidado, foram classificados no ativo não circulante.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10 Depósitos judiciais e empréstimo compulsório - Realizável a longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Depósitos judiciais				
Contingências tributárias	16.268	13.325	29.713	12.697
Contingências trabalhistas e outros	35.362	9.476	41.254	11.571
Depósito compulsório				
Compulsório Eletrobrás	18.980	12.098	19.549	12.254
	<u>70.610</u>	<u>34.899</u>	<u>90.516</u>	<u>36.522</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 Investimentos

(a) Informações sobre os investimentos

	Quantidades de ações ou cotas possuídas (em milhares)					Participação no capital total (%)		Participação no capital votante (%)	
			2006	2005	Total	2006	2005	2006	2005
	Ações ON	Ações PN	Cotas	Total					
Controladas									
Braskem America (i)	40			40		100,00		100,00	
Braskem International					5		100,00		100,00
Braskem Inc.	40.095			40.095	40.095	100,00	100,00	100,00	100,00
Braskem Participações	6.500.000			6.500.000	6.500.000	100,00	100,00	100,00	100,00
Braskem Distribuidora			31.649	31.649	31.649	100,00	100,00	100,00	100,00
Braskem Argentina (i)			19.600	19.600		98,00	98,00	98,00	98,00
Braskem Europa (i)			500	500		100,00		100,00	
CINAL	92.587			92.587	130.446	100,00	86,82	100,00	86,82
CPP	8.465			8.465	8.465	79,70	79,70	79,70	79,70
Polialden					410.904		63,68		100,00
Politeno	62.422.578	1.190.136		63.612.714		96,16		100,00	
Tegal			23.157	23.157	21.938	95,83	90,79	95,83	90,79
Controladas em conjunto									
CETREL	730			730	715	49,03	48,02	49,03	48,02
CODEVERDE	9.755			9.755	9.639	35,55	35,52	35,55	35,52
Copesul	44.255			44.255	44.255	29,46	29,46	29,46	29,46
Petroflex	4.759	2.321		7.080	7.080	20,12	20,12	20,14	20,14
Petroquímica Paulínia	67.582			67.582	45.000	60,00	93,75	60,00	93,75
Politeno					22.466.167		33,96		33,96
Coligadas									
Borealis	18.949			18.949	18.949	20,00	20,00	20,00	20,00
Rionil			3.061	3.061	3.061	33,33	33,33	33,33	33,33
Sansuy			271	271	271	20,00	20,00	20,00	20,00
Informações sobre os investimentos das controladas									
Braskem Distribuidora									
Cayman	900			900	900	100,00	100,00	100,00	100,00
Braskem Argentina (i)			400	400		2,00	2,00	2,00	2,00
Braskem Importação			252.818	252.818		100,00		100,00	
Braskem Participações									
IPL					295		100,00		100,00
IPL									
Braskem Importação					252.818		100,00		100,00
Cayman									
Overseas (i)	1			1	1	100,00	100,00	100,00	100,00
Lantana	5			5	5	100,00	100,00	100,00	100,00
Polialden									
Braskem America					40		100,00		100,00
Cinal									
CETREL	68			68	68	4,58	4,58	4,58	4,58
Politeno									
Politeno Empreendimentos			24	24	24	99,99	99,99	99,99	99,99
Politeno Empreendimentos									
Santeno			2.966	2.966	2.966	99,99	99,99	99,99	99,99

(i) Quantidade de ações ou cotas expressas em unidades.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Informações sobre os investimentos (continuação)

	Lucro líquido (prejuízo) do exercício, ajustado		Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado	
	2006	2005	2006	2005
Controladas				
Braskem América	879		5.668	
Braskem Europa	(139)		1.217	
Braskem Inc.	(58.386)	23.951	53.512	122.509
Braskem International		84.419		(190.517)
Braskem Participações	1.189	(17)	21.749	20.560
Braskem Argentina	2.069		2.209	
Braskem Distribuidora	22.544	(239.102)	99.932	77.388
CINAL	2.209	(3.697)	24.782	80.784
CPP			10.621	10.621
Polialden		13.206		294.608
Politeno	13.678		495.447	
Tegal	(1.562)	(3.413)	14.143	15.705
Controladas em conjunto				
CETREL	10.188	7.073	109.474	97.991
CODEVERDE			43.887	42.814
Copesul	615.185	565.963	1.300.160	1.240.509
Petroflex	26.045	88.322	306.817	278.891
Petroquímica Paulínia			130.138	48.000
Politeno		63.371		489.603
Coligadas				
Borealis	13.725	13.423	117.906	114.115
Rionil	254	72	6.070	5.838
Sansuy	(10.214)	(12.701)	(25.359)	4.962
Informações sobre os investimentos das controladas				
Braskem Distribuidora				
Cayman	25.625	(250.621)	5.539	(21.990)
Braskem Argentina	2.069		2.209	
Braskem Importação	147		526	
Braskem Participações				
IPL		85		391
IPL				
Braskem Importação		161		379
Cayman				
Lantana	(165.067)	(2.952)	(202.973)	(17.730)
Overseas	186.404	(826)		(87.186)
CINAL				
CETREL	10.188	7.073	109.474	97.991
Polialden				
Braskem America		1.424		5.238
Politeno				
Politeno Empreendimentos	930		14.185	
Politeno Empreendimentos				
Santeno	287		1.693	

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dividendos propostos nos exercícios

	2006	2005
Controladas		
Politeno	12.951	
Controladas em conjunto		
Copesul	556.311	464.062
Petroflex	2.362	9.450
Politeno		46.561
Coligadas		
Borealis		10.000

Cotação das empresas ligadas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo:

	Tipo	Código	Cotação (R\$)		Unidade de negociação
			2006	2005	
Politeno	PNA	PLTO5	10,50	19,18	Lote de mil
	PNB	PLTO6	5,45	5,01	Lote de mil
Copesul	ON	CPSL3	38,10	27,90	Lote unitário
Petroflex	ON	PEFX3	14,40	16,61	Lote unitário
	PNA	PEFX5	14,85	16,26	Lote unitário

(b) Movimentação dos investimentos das controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Controladas e controladas em conjunto				
	2006				
	Braskem Distribuidora	Braskem America	Braskem Inc.	Braskem Participações	Braskem Europa
Em 1º de janeiro	77.388		122.509	20.560	
Adição por permuta / compra de ações / incorporação (i)		6.013			
Adição por aumento de capital / constituição					1.376
Baixa por transferência / alienação / incorporação / cisão					
Equivalência patrimonial	22.544	14	(58.386)	1.189	(139)
Variação cambial sobre investimento no exterior		(359)	(10.611)		(20)
Outros					
Em 31 de dezembro	<u>99.932</u>	<u>5.668</u>	<u>53.512</u>	<u>21.749</u>	<u>1.217</u>

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladas e controladas em conjunto			
	2006			
	CETREL	CINAL	COPESUL	Polialden(iii)
Em 1º de janeiro	60.476	61.428	556.512	487.735
Adição por permuta / compra de ações / incorporação (i)	2.296	10.911		
Adição por aumento de capital / constituição				
Baixa por transferência / alienação / incorporação / cisão		(58.212)		(188.777)
Dividendos (proposição) / reversão			(163.893)	
Equivalência patrimonial	5.557	2.023	181.467	1.168
Constituição de (ágio) deságio	(2.795)	(78)	(32.274)	37.202
Transferências de ágios na incorporação (ii)				(337.328)
Outros		(21)		
Em 31 de dezembro	<u>65.534</u>	<u>16.051</u>	<u>541.812</u>	

Movimentação dos investimentos das controladas, controladas em conjunto e coligadas (continuação)

	Controladas e controladas em conjunto			
	2006			
	Petroquímica Paulínia	Petroflex	Politeno(iii)	Tegal
Em 1º de janeiro	45.000	55.497	508.679	14.258
Adição por permuta / compra de ações / incorporação (i)			310.908	757
Adição por aumento de capital / constituição	73.582			
Baixa por transferência / alienação / incorporação / cisão	(40.500)			
Dividendos (proposição) / reversão		2.092	(12.169)	
Equivalência patrimonial		3.528	11.412	(1.462)
Constituição de (ágio) deságio			79.788	2.917
Amortização de (ágio) deságio			(60.751)	(2.917)
Variação cambial sobre investimento no exterior				
Transferências de ágios na incorporação (ii)				
Em 31 de dezembro	<u>78.082</u>	<u>61.117</u>	<u>837.867</u>	<u>13.553</u>

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladas e controladas em conjunto		
	2006		2005
	Outros	Total	Total
Em 1º de janeiro	14.671	2.024.713	3.474.144
Adição por permuta / compra de ações / incorporação (i)	138	331.023	163.906
Adição por aumento de capital / constituição		74.958	442.307
Baixa por transferência / alienação / incorporação / cisão		(287.489)	(1.515.880)
Dividendos (proposição) / reversão		(173.970)	(334.681)
Equivalência patrimonial	2.025	170.940	221.357
Constituição de ágio(deságio)		82.705	
Amortização de (ágio) deságio	(35)	(61.648)	(385.717)
Variação cambial sobre investimento no exterior		(10.990)	(43.044)
Transferências de ágios na incorporação (ii)		(337.328)	
Outros	433	412	2.321
Em 31 de dezembro	17.232	1.813.326	2.024.713

- (i) As adições por incorporação foram advindas, principalmente, da reestruturação societária descrita na Nota 1(c).
(ii) Ágio transferido na incorporação da Polialden da conta de investimentos para o diferido nos termos da Instrução CVM nº 319/99.
(iii) A equivalência patrimonial contempla o efeito da distribuição de dividendos para as ações preferenciais incentivadas.

	Coligadas				
	2006				2005
	Borealis	Rionil	Sansuy	Total	Total
Em 1º de janeiro	22.823	1.946	992	25.761	4.851
Transferência de investimento					22.138
Equivalência patrimonial	2.758	77	(992)	1.843	772
Dividendos	(2.000)			(2.000)	(2.000)
Em 31 de dezembro	23.581	2.023		25.604	25.761

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ágios (deságios) contidos nos investimentos

	Controladora						
	2006						2005
	Cetrel (i)	Cinal	Copesul (ii)	Polialden (ii)	Politeno (ii)	Outros	Total
Custo do ágio	15.622		309.121	510.674	492.270	2.917	1.330.604
Ágio na aquisição de ações(iii)					79.788		79.788
(-) Amortização acumulada	(3.763)		(150.347)	(173.346)	(212.628)	(2.917)	(543.001)
Transferência por incorporação				(337.328)			(337.328)
Valor do deságio		(8.731)				(2.114)	(10.845)
Ágio (deságio) líquido	11.859	(8.731)	158.774		359.430	(2.114)	519.218

(i) Ágio fundamentado em mais-valia de imobilizado, com amortização até 2015.

(ii) Ágios fundamentados em rentabilidade futura, com amortização até 2011.

(iii) Ágio estimado para as ações adquiridas em abril de 2006 (Nota 1(c)), cujo valor definitivo será apurado em novembro de 2007.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ágios estão apresentados no ativo imobilizado ou diferido e os deságios como resultado de exercícios futuros, em conformidade com a Instrução CVM nº 247/96.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Provisão para perdas com investimentos

				Controladora
				Provisão para perda com investimentos – Exigível a longo prazo
				2006 2005
	Braskem International	Outros	Total	Total
No início do exercício	190.517	9.280	199.797	535.604
Complemento/(reversão) da provisão				
Por extinção de companhia	(170.349)		(170.349)	
Sobre resultado operacional	(6.469)		(6.469)	(280.702)
Sobre resultado não operacional				4.154
Variação cambial sobre patrimônio líquido	(13.699)		(13.699)	(64.385)
Outros		(9.280)	(9.280)	5.126
No final do exercício				199.797

(c) Informações das principais empresas investidas com atividades operacionais

Copesul

A Copesul tem como objeto social a fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos e combustíveis, a prestação de serviços utilizáveis pelas empresas componentes do Pólo Petroquímico de Triunfo - RS e a gestão dos serviços de logística pertinentes a seus terminais hidroviários e terrestres.

Polialden

A Polialden, incorporada em 31 de maio de 2006 (Nota 1(c)), tinha por objetivo a fabricação, processamento, comércio, importação, exportação e quaisquer outras atividades relacionadas com a produção ou venda de polietileno de alta densidade e outros produtos químicos e petroquímicos. A principal matéria-prima para os seus produtos é o eteno, que era fornecido pela Braskem. A Polialden operava uma unidade industrial em Camaçari – BA.

Politeno

A Politeno tem por objetivo a fabricação, processamento, comércio direto ou por representação e consignação, exportação, importação e transporte de polietileno e produtos correlatos, bem como a participação em outras sociedades. A principal matéria-prima para todos os seus produtos é o eteno, fornecido pela Braskem. A Politeno opera uma unidade industrial em Camaçari - BA. Em 4 de abril de 2006, a Companhia adquiriu ações ordinárias e preferenciais do capital da Politeno passando a ser detentora de 100% do capital votante e de 96,16% do capital total (Nota 1(c)).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CETREL

A CETREL tem por objetivo supervisionar, coordenar, operar e monitorar sistemas de proteção ambiental; promover pesquisas na área de controle ambiental e na reciclagem de resíduos e outros recuperáveis nas emissões industriais e urbanas; monitorar os níveis de poluição ambiental da qualidade do ar, dos recursos hídricos e de outros elementos vitais; realizar diagnósticos ambientais; elaborar e implementar projetos de soluções relacionados à engenharia ambiental; desenvolver e implantar sistemas de gestão ambiental e de qualidade e análises laboratoriais, treinamentos, educação ambiental e também especificação, diligenciamento e intermediação de compras de materiais destinados a sistemas de proteção ambiental.

CINAL

Até julho de 2006, a CINAL tinha como objeto social a implantação do Núcleo Industrial Básico do Pólo Cloroquímico de Alagoas e a produção e venda de bens e serviços diversos, tais como vapor, água industrial, tratamento de resíduos industriais e incineração de resíduos organoclorados para as empresas instaladas no referido Núcleo Industrial. Em julho de 2006, os ativos ligados à produção de vapor, água industrial e outros insumos industriais foram cindidos e incorporados pela Companhia (Nota 1(c)).

Petroquímica Paulínia

Em 16 de setembro de 2005, a Braskem e a Petroquisa constituíram a Petroquímica Paulínia que será responsável pela implementação e operação da nova unidade de polipropileno a ser construída no município de Paulínia – SP. A Petroquímica Paulínia terá como matéria-prima o propeno grau polímero a ser fornecido pela Petrobras e utilizará tecnologia de última geração de domínio da Braskem. A cessão de uso dessa tecnologia, em dezembro de 2005, gerou um ganho de R\$ 58.240. O início da operação deste empreendimento está previsto para o primeiro semestre de 2008.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Imobilizado e intangível

	Controladora		
	2006	2005	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado			
Terrenos	21.267		21.267
Edifícios e benfeitorias	896.296	(388.829)	507.467
Máquinas, equipamentos e instalações	7.306.514	(3.405.634)	3.900.880
Minas e poços	27.634	(23.008)	4.626
Moveis e utensílios	44.005	(34.377)	9.628
Equipamentos de informática	63.268	(49.864)	13.404
Paradas para manutenção em andamento	77.843		77.843
Projetos em andamento	1.376.339		1.376.339
Outros	128.411	(45.735)	82.676
	9.941.577	(3.947.447)	5.994.130
Intangível			
Marcas e patentes	512	(500)	12
Tecnologia	45.806	(32.048)	13.758
Direitos de uso	131.452	(16.096)	115.356
	177.770	(48.644)	129.126
	10.119.347	(3.996.091)	6.123.256

	Consolidado			
	2006	2005		Taxas médias anuais de depreciação (%)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado				
Terrenos	61.341		61.341	43.379
Edifícios e benfeitorias	1.067.114	(475.011)	592.103	554.621
Máquinas, equipamentos e instalações	9.086.296	(4.789.421)	4.296.875	4.609.654
Minas e poços	28.519	(23.704)	4.815	3.917
Moveis e utensílios	59.949	(43.508)	16.441	6.936
Equipamentos de informática	85.652	(63.806)	21.846	12.811
Paradas para manutenção em andamento	77.843		77.843	103.115
Projetos em andamento	1.523.781		1.523.781	960.027
Outros	173.843	(80.189)	93.654	69.901
	12.164.338	(5.475.639)	6.688.699	6.364.361
Intangível				
Marcas e patentes	692	(515)	177	22
Tecnologia	45.806	(32.048)	13.758	18.075
Direitos de uso	131.660	(16.145)	115.515	10.298
	178.158	(48.708)	129.450	28.395
	12.342.496	(5.524.347)	6.818.149	6.392.756

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os projetos em andamento correspondem, principalmente, aos projetos de expansão da capacidade de unidades industriais, melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, projetos de excelência nas áreas de manutenção e produção, além de programas nas áreas de saúde, tecnologia e segurança e juros capitalizados no montante de R\$ 104.566, apurados com base na taxa média dos financiamentos existentes.

Em 31 de dezembro de 2006, o saldo do imobilizado da Companhia inclui mais-valia, na forma de ágio, decorrente de incorporação de controladas, no montante líquido de R\$ 819.754 (2005 - R\$ 878.857), em conformidade com a Instrução CVM nº 319/99.

A partir de janeiro de 2006, em atendimento à Interpretação Técnica nº 01/2006 do IBRACON, a Companhia adotou como prática contábil o registro dos gastos realizados com paradas programadas para manutenção na rubrica "Máquinas, equipamentos e instalações". Tais paradas ocorrem em períodos programados que variam de dois a seis anos e os respectivos gastos são depreciados como custo de produção até o início da seguinte correspondente parada. Até dezembro de 2005, os gastos dessas paradas eram registrados no ativo diferido e amortizados como custo de produção, também até o início da seguinte correspondente parada.

Também como reflexo da adoção da Interpretação Técnica nº 01/2006, a Companhia reconheceu, no 1º trimestre de 2006, depreciação adicional de máquinas e equipamentos no montante de R\$ 164.890. Por se tratar de mudança de critério contábil e de depreciação relativa a exercícios anteriores a 2006, esse valor foi registrado no Patrimônio Líquido, na rubrica de "Prejuízos acumulados", conforme previsto na Interpretação Técnica nº 01/2006 e artigo 186 da Lei das Sociedades por Ações.

13 Diferido

	Controladora			
	2006		2005	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Despesas com organização e implantação de sistemas	323.762	(206.297)	117.465	138.300
Despesas com operações estruturadas	314.443	(169.834)	144.609	195.877
Ágio de investimentos incorporados/consolidados (i)	1.865.551	(848.478)	1.017.073	1.099.231
Pesquisa e desenvolvimento	59.798	(24.982)	34.816	40.411
Despesas pré-operacionais e outros	17.507	(6.184)	11.323	13.060
	<u>2.581.061</u>	<u>(1.255.775)</u>	<u>1.325.286</u>	<u>1.486.879</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado				Taxas médias anuais de amortização (%)
	2006		2005		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Despesas com organização e implantação de sistemas	381.886	(247.960)	133.926	163.372	20,0
Despesas com operações estruturadas	382.473	(223.796)	158.677	223.827	20,0
Ágio de investimentos incorporados/consolidados (i)	2.379.498	(848.478)	1.531.020	1.768.852	14,2
Pesquisa e desenvolvimento	102.652	(54.762)	47.890	56.572	11,8
Despesas pré-operacionais e outros	25.916	(6.184)	19.732	19.162	13,5
	3.272.425	(1.381.180)	1.891.245	2.231.785	

- (i) Os ágios provenientes de investimentos incorporados ou consolidados são fundamentados em rentabilidade futura e estão sendo amortizados no prazo de até 10 anos, conforme laudos emitidos por peritos independentes. O registro desses ágios no grupo de diferido está em conformidade com a Instrução CVM nº 319/99.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14

Financiamentos

		Controladora	
Encargos financeiros anuais		2006	2005
Moeda estrangeira			
Eurobonds	Nota 14(a)	2.218.789	1.294.005
Pré-pagamentos de exportações	Nota 14(b)	312.457	592.044
Medium - Term Notes	Nota 14(c)	763.523	1.277.405
Financiamentos de matérias-primas	2006 Variação cambial do YEN + juros pré-fixados de 6,70%	1.302	
	2006 Variação cambial do US\$ + juros médios de 5,73%	3.397	
	2005 Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,68%		28.682
Financiamentos de ativo permanente	2006 Variação cambial do US\$ + juros de 9,73%	8.022	
	2005 Variação cambial do US\$ + juros de 8,81%		17.560
	2006/2005 Variação cambial do US\$ + juros pré-fixados de 7,14%	613	12.651
BNDES	2006 Juros fixos médios de 10,00% + correção monetária pós-fixada (UMBDES)	39.558	
	2005 Juros fixos de 10,43%+ correção monetária pós-fixada (UMBDES)		43.946
Capital de giro	2006 Variação cambial do US\$ + juros de 8,10%	168.678	
	2006 Variação cambial do US\$ + juros de 6,91%	3.988	
Moeda nacional			
BNDES	2006 Juros fixos de 4,00% +TJLP	263.248	
	2005 Juros fixos de 3,94% +TJLP		134.931
BNB	2006 Juros fixos de 11,81%.	125.273	
	2005 Juros fixos de 11,90%.		60.270
FINEP	2006/2005 Variação cambial do US\$ + correção pós-fixada (TJLP)	76.630	22.191
Compra de ações	2005 Juros fixos de 4,00% + correção monetária pós-fixada (TJLP)		176.339
Financiamentos para projetos (NEXI)	2006/2005 Variação cambial do YEN + juros de 0,95% acima da TIBOR	281.883	283.618
Total		4.267.361	3.943.642
No Passivo circulante		(675.674)	(612.227)
No Passivo não circulante		3.591.687	3.331.415

(i) UMBDES = Unidade monetária do BNDES.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Financiamentos (continuação)

		Consolidado	
		2006	2005
Moeda estrangeira			
Eurobonds	Nota 14(a)	1.715.792	743.217
Adiantamentos de contratos de câmbio	2006 Variação cambial do US\$ + juros de 5,60% ou juros pré-fixados de 7,11% 2005 Variação cambial do US\$ + juros de 5,00% ou juros pré-fixados de 11,75%	63.013	36.251
Pré-pagamentos de exportações	Nota 14(b)	324.899	595.934
Medium - Term Notes	Nota 14(c)	763.523	1.277.405
Financiamentos de matérias-primas	2006 Variação cambial do YEN + juros pré-fixados de 6,70% 2005 Variação cambial do YEN + juros pré-fixados de 6,90% 2006 Variação cambial do US\$ + juros médios de 5,73% 2005 Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,68% 2006 Variação cambial do EUR + juros médios de 2,00% acima da LIBOR semestral	1.302 20.870 1.799	2.399 45.329
Financiamentos de ativo permanente	2006 Variação cambial do US\$ + juros de 9,73% 2005 Variação cambial do US\$ + juros de 8,81% 2006/2005 Variação cambial do US\$ + juros pré-fixados de 7,14%	8.832 613	20.203 13.079
BNDES	2006 Juros fixos médios de 10,00% + correção monetária pós-fixada (UMBNDDES) 2005 Juros fixos de 10,43%+ correção monetária pós-fixada (UMBNDDES) 2006/2005 Variação cambial do US\$ + juros médios 8,70%	40.934 3.120	43.946 2.481
Capital de giro	2006 Variação cambial do US\$ + juros de 8,10% 2006 Variação cambial do US\$ + juros de 6,91% 2005 Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,49%	168.678 3.988	10.348
Moeda nacional			
Capital de giro	2006/2005 Juros fixos de 13,42% + correção monetária pós-fixada (CDI)	6.689	73.752
Fundos de investimentos em direitos creditórios	2006/2005 Nota 14(g)	422.288	646.322
FINAME	2006/2005 Juros fixos de 7,50% + TJLP	12.955	30.175
BNDES	2006 Juros fixos de 4,00% + TJLP 2005 Juros fixos de 3,94% + TJLP	345.977	145.130
BNB	2006 Juros fixos de 11,81%. 2005 Juros fixos de 11,90%.	135.004	62.887
FINEP	2006/2005 Variação cambial do US\$ + correção pós-fixada (TJLP)	83.648	31.513
Compra de ações	2005 Juros fixos de 4,00% + correção monetária pós-fixada (TJLP)		176.339
Financiamentos para projetos (NEXI)	2006/2005 Variação cambial do YEN + juros de 0,95% acima da TIBOR	281.883	283.618
Vendor		183.885	141.657
Total		4.589.692	4.381.985
No Passivo circulante		(653.898)	(1.120.391)
No Passivo não circulante		3.935.794	3.261.594

(i) UMBNDES = Unidade monetária do BNDES.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Eurobonds

Em abril de 2006, a Companhia concluiu a emissão de *bonds* perpétuos no montante de US\$ 200,000 mil. Os *bonds* são resgatáveis, a critério da Companhia, em 360 meses e trimestralmente a partir de 2011. Os recursos obtidos foram utilizados para o financiamento do capital de giro e aquisição das ações da Politenio.

Em setembro de 2006, a Companhia aprovou a emissão de "*bonds*" no valor de US\$ 275,000 mil, com juros anuais de 8% e vencimento em dez anos. Os recursos obtidos tiveram por finalidade principal a recompra parcial das Medium-Term Notes ("MTN") da 3ª *tranche* (Nota 14(c)).

Composição das operações:

Data da emissão	Valor da emissão US\$ mil	Vencimento	Juros % a.a.	Controladora		Consolidado	
				2006	2005	2006	2005
jun/1997	150,000	jun/2007	9,00	321.101	351.632	321.101	351.632
jul/1997	250,000	jun/2015	9,38	538.537	589.747	35.540	38.959
jun/2005	150,000	sem vencimento	9,75	321.990	352.626	321.990	352.626
abr/2006	200,000	sem vencimento	9,00	435.175		435.175	
set/2006	275,000	jan/2017	8,00	601.986		601.986	
				<u>2.218.789</u>	<u>1.294.005</u>	<u>1.715.792</u>	<u>743.217</u>

(b) Pré-pagamentos de exportações

Composição das operações:

Data	Valor da operação US\$ mil	Prazo de liquidação	Encargos (% a.a.)	Controladora		Consolidado	
				2006	2005	2006	2005
dez/2002	97,200	jun/2006	1,25 + LIBOR semestral		37.289		37.289
mar/2003	15,000	mar/2006	2,10 + LIBOR semestral		9.443		9.443
jun/2004	200,000	jun/2009	1,45 + LIBOR semestral	268.160	410.656	268.160	410.656
ago/2004	50,000	out/2006	3,00 + LIBOR trimestral		47.477		47.477
jan/2005	45,000	jan/2008	1,55 + LIBOR trimestral	44.297	87.179	44.297	87.179
jan/2005	28,000	jan/2008	1,66 + LIBOR semestral			12.442	3.890
				<u>312.457</u>	<u>592.044</u>	<u>324.899</u>	<u>595.934</u>

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Programa Medium-Term Notes ("MTN")

Composição das operações:

Emissão	Valor da emissão US\$ mil	Data da Emissão	Vencimento	Juros a.a.	Controladora e Consolidado	
					2006	2005
3ª tranche	275,000	nov/2003	nov/2008	12,50%	197.522	657.742
4ª tranche	250,000	jan/2004	jan/2014	11,75%	566.001	619.663
					<u>763.523</u>	<u>1.277.405</u>

Com a finalidade de reestruturar sua dívida, a Companhia recomprou em setembro de 2006, parte dos títulos da 3ª *tranche*, no valor de US\$ 184,600 mil, correspondente a 67% da emissão original. A Companhia pagou aos detentores, além do principal, o valor dos juros incorridos e a incorrer, descontados a valor presente.

(d) FINAME, BNDES e BNB

Esses empréstimos decorrem de diversas operações destinadas à ampliação de capacidade produtiva, projetos ambientais, investimentos em centros de controle operacional, laboratório e estação de tratamento de efluentes. O principal e os encargos são exigíveis mensalmente, até junho de 2016.

Em junho de 2005, foi aprovada nova linha de crédito junto ao BNDES, no valor de R\$ 384.600, sendo liberado, até 31 de dezembro de 2006, o montante de R\$ 295.335.

(e) Compra de ações

Esse empréstimo referia-se à aquisição, junto ao BNDESPAR, de 1 bilhão de ações da Braskem Participações, em setembro de 2001, pela incorporada Nova Camaçari Participações S.A. O principal da dívida foi pago em parcela única, em agosto de 2006.

(f) Financiamentos para projetos

Em março e setembro de 2005, a Companhia captou empréstimos em moeda japonesa junto à Nippon Export and Investment Insurance ("NEXI"), no montante de YEN 5,256,500 mil - R\$ 136.496 e YEN 6,628,200 mil - R\$ 141.529, respectivamente. O valor do principal será pago em 11 parcelas, a partir de março de 2007, sendo o vencimento final em junho de 2012.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Como parte integrante de sua política de gerenciamento de riscos (Nota 22), a Companhia realizou contratos de "swap" na totalidade dessas dívidas, alterando os encargos financeiros anuais da parcela liberada em março de 2007 para 101,59% do CDI e das parcelas liberadas em setembro de 2005 para 104,29% e 103,98% do CDI. O contrato de "swap" foi realizado com banco estrangeiro de 1ª linha e suas características de vencimento, moedas, taxas e montantes se adequam perfeitamente ao contrato da dívida. O resultado desse contrato está apresentado no resultado financeiro, na rubrica de "Variação monetária de financiamentos" (Nota 23).

(g) Fundos de investimentos em direitos creditórios

Esses financiamentos originam-se da consolidação dos fundos de investimentos em direitos creditórios ("FIDC"), denominados Chemical e Chemical II. Os FIDC's captaram recursos através da venda de cotas sênior, com remuneração atrelada à variação do CDI. Os regulamentos dos FIDC's prevêm, ainda, a emissão de cotas subordinadas cujo objetivo é manter o respectivo equilíbrio patrimonial. A remuneração dessas cotas é apurada a partir da rentabilidade dos fundos. Em 31 de dezembro de 2006, as cotas subordinadas desses FIDC's eram de propriedade da Companhia. Considerando critérios de seleção determinados pelo administrador do FIDC os fundos adquirem duplicatas emitidas pela Braskem com os recursos disponíveis (Nota (6)).

O fundo Chemical resgatou as cotas sênior em dezembro de 2006 (2005 - R\$ 201.639), cuja remuneração era de 113,5% do CDI.

O fundo Chemical II emitiu a primeira série de cotas sênior em dezembro de 2005, com remuneração de 103,75% do CDI e resgate previsto para dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo dessas cotas é de R\$ 401.834 (2005 - R\$ 404.122).

(h) Agenda de pagamentos e garantias

O montante de financiamentos a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
2007		596.949		348.516
2008	456.129	857.428	876.842	1.284.137
2009	211.522	147.555	260.296	157.263
2010	150.603	89.037	193.324	86.280
2011	109.697	61.847	127.813	49.448
2012 em diante	2.663.736	1.578.599	2.477.519	1.335.950
	<u>3.591.687</u>	<u>3.331.415</u>	<u>3.935.794</u>	<u>3.261.594</u>

A Companhia concedeu garantias para os financiamentos de curto e longo prazo, conforme indicado abaixo:

Controladora				
	Vencimento	Total Garantido	Valor do financiamento	Garantias
BNB	jan/2016	125.273	125.273	Máquinas e equipamentos
BNDES	jan/2012	302.806	302.806	Máquinas e equipamentos
Debêntures da 1ª e 12ª séries	jun/2009	1.282.481	2.107.356	Ações e direitos creditórios
NEXI	mar/2012	213.890	281.883	Apólice de seguro
FINEP	mar/2012	76.630	76.630	Carta de fiança
Demais instituições	nov/2007 a dez/2008	57.631	186.000	Aval / fianças e notas promissórias
	Total	<u>2.058.711</u>	<u>3.079.948</u>	

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia é garantidora direta de financiamentos das controladas em conjunto Petroflex e Petroquímica Paulínia nos montantes de R\$ 6.406 (2005 - R\$ 16.700) e R\$ 339.720, respectivamente. Essas garantias representam o valor máximo de possíveis pagamentos futuros (não descontados) que a Companhia poderá vir a ser requerida a exercer.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Debêntures

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 13 de abril de 2005, aprovou a 13ª emissão de debêntures. Foram emitidas 30.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, perfazendo um total de R\$ 300.000. Essas debêntures foram subscritas e integralizadas em 30 de junho de 2005.

Em reunião realizada em 2 de agosto de 2006, o Conselho de Administração aprovou a 14ª emissão de 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, perfazendo um total de R\$ 500.000. Essas debêntures foram subscritas e integralizadas em 1º de setembro de 2006.

Em reunião realizada em 29 de novembro de 2006, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 1.500 debêntures da 12ª emissão, cujo vencimento seria em junho de 2009.

Composição das operações:

Emissão	Valor unitário	Vencimento	Remuneração	Pagamento da remuneração	Controladora	
					2006	2005
1ª (i)	R\$ 10	jul/2007	Var.TJLP + juros de 5% a.a	No vencimento	1.130.752	999.348
12ª (ii)	R\$ 100	jun/2009	117,00% do CDI	Semestral, a partir de dez/2004	151.729	304.920
13ª (ii)	R\$ 10	jun/2009	104,10% do CDI	Semestral, a partir de dez/2005	303.074	304.374
14ª (ii)	R\$ 10	set/2011	103,50% do CDI	Semestral, a partir de mar/2007	521.801	
					<u>2.107.356</u>	<u>1.608.642</u>

(i) Emissão particular de debêntures conversíveis em ações preferenciais classe "A". Atualmente esses títulos estão em poder do acionista ODBPARINV (Nota 8).

(ii) Emissões públicas de debêntures não conversíveis em ações.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação das debêntures em 2006 e 2005 é a seguinte:

	Controladora	
	2006	2005
Saldo em 1º de janeiro	1.608.642	1.172.839
Encargos financeiros	248.622	229.448
Emissão	500.000	300.000
Amortização / cancelamento	(249.908)	(93.645)
Saldo no final do exercício	2.107.356	1.608.642
No Passivo circulante	(1.157.356)	(9.295)
No Passivo não circulante	950.000	1.599.347

Em janeiro de 2006, a controlada em conjunto Petroflex aprovou a 4ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor total da emissão de R\$ 160.000, representada por 16.000 debêntures de valor unitário de R\$ 10.000, vencimento em dezembro de 2010 e remuneração de 104,5% do CDI.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 Impostos e contribuições a recolher - Passivo não circulante

		Controladora		Consolidado	
		2006	2005	2006	2005
Compensação de créditos de IPI					
IPI - crédito prêmio de exportação	(i)	646.641	550.263	647.778	550.263
IPI - alíquota zero	(ii)	505.852	308.728	505.852	466.301
IPI - material de consumo imobilizado		44.593	37.673	54.746	37.673
Outros impostos e contribuições a recolher					
PIS /COFINS - Lei nº 9.718/98	(iii)	134.573	285.521	146.769	316.081
Salário educação, SAT e INSS		32.520	33.360	37.149	40.784
PAES-Lei nº. 10.684	(iv)	36.596	43.151	36.596	43.151
Outros		7.374	2.746	21.522	9.802
(-) Passivos com depósitos judiciais		(128.451)	(102.971)	(128.451)	(139.697)
		<u>1.279.698</u>	<u>1.158.471</u>	<u>1.321.961</u>	<u>1.324.358</u>

A Companhia está questionando judicialmente alterações na legislação tributária e mantém provisão dos valores envolvidos, devidamente atualizados, não registrando ativos contingentes.

(i) IPI - Crédito prêmio de exportação

A Companhia, através de processos próprios e de empresas incorporadas, questiona a vigência do crédito-prêmio do IPI, instituído pelo Decreto-Lei nº 491/69, como estímulo às exportações de produtos manufaturados. Referidos processos, em sua maioria, obtiveram decisões favoráveis nos tribunais inferiores, não havendo, por enquanto, decisões definitivas.

Os advogados externos da Companhia entendem como possíveis as chances de êxito nas ações. Está em julgamento no STJ ação idêntica, envolvendo outro contribuinte, cujo julgamento encontra-se suspenso. Até o momento, a maioria dos Ministros tem entendimento favorável à subsistência do benefício após 1983.

(ii) IPI - Alíquota zero

As incorporadas OPP Química, Trikem e Polialden possuem ações questionando o direito ao crédito de IPI nas aquisições de matérias-primas e insumos isentos, não tributados ou tributados à alíquota zero. Esses processos, em sua maioria, obtiveram decisões favoráveis nos tribunais inferiores, não havendo decisões definitivas. Os advogados externos da Companhia entendem como possíveis as chances de êxito nas ações, sendo que a questão está sendo reapreciada pelo STF.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iii) PIS/COFINS - Lei nº. 9.718/98

A Companhia, em diferentes processos próprios e de empresas incorporadas, questiona a constitucionalidade das ampliações das bases de cálculo do PIS e da COFINS decorrentes da Lei nº 9.718/98.

Em fevereiro de 2006, se tornaram definitivas decisões favoráveis em processos iniciados pela Companhia em março de 1999. Como consequência, o passivo exigível, no valor de R\$ 89.622, foi revertido para o resultado do período (Nota 24).

Tendo em vista que em novembro de 2005, o Plenário do STF pacificou o entendimento acerca da inconstitucionalidade da majoração das bases de cálculo do PIS e da COFINS determinada pela referida lei, a Companhia, com base ainda na posição de seus advogados externos, entende como certas as chances de êxito nos demais processos, cujo impacto positivo em seu resultado será de R\$ 106.941, considerando os valores provisionados em 31 de dezembro de 2006.

Algumas destas ações também envolviam discussão sobre a majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%. Considerando que os advogados externos da Companhia entendem que as chances de êxito são remotas nesta matéria e em face de recente decisão desfavorável do STF, a Companhia decidiu desistir desta parte da discussão na maioria das ações, quitando a dívida através de pagamento à vista. Este procedimento gerou um resultado positivo de R\$ 13.768, por conta da redução de multa e juros que estavam provisionados (Nota 24).

(iv) Parcelamento Especial - PAES - Lei nº. 10.684/03

Em agosto de 2003, a incorporada Trikem optou por desistir da ação relativa à contestação da majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%, instituída pela Lei nº 9.718/98, para usufruir das condições de pagamento favoráveis estabelecidas pelo programa de parcelamento especial (PAES), instituído pela Lei Federal nº 10.684/03. O montante devido está sendo liquidado em 120 parcelas mensais. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo é de R\$ 43.151, sendo R\$ 6.555 classificado no passivo circulante e R\$ 36.596 no passivo não circulante (2005 - R\$ 49.706, sendo R\$ 6.555 no passivo circulante e R\$ 43.151 no passivo não circulante).

Em que pese a regularidade dos pagamentos e o preenchimento de todos os requisitos legais por parte da Companhia, a PFN a excluiu do PAES em duas oportunidades, sendo que, em ambos os casos, a Companhia obteve decisões judiciais para determinar sua manutenção no referido programa de parcelamento. A Administração, com base na posição dos seus advogados externos, entende que o parcelamento será mantido como inicialmente requerido.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

(a) Imposto de renda corrente - controladora

	2006	2005
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(21.323)	764.331
Ajustes ao lucro (prejuízo) do exercício		
Adições permanentes	34.134	67.519
Adições temporárias	259.109	477.375
Exclusões permanentes	(215.985)	(252.889)
Exclusões temporárias	(260.363)	(459.479)
Juros sobre o capital próprio		(270.000)
Lucro tributável antes da compensação de prejuízo fiscal / (prejuízo fiscal)	(204.428)	326.857
Compensação de prejuízo fiscal (30%)		(98.057)
Lucro tributável no exercício / (prejuízo fiscal)	(204.428)	228.800
Imposto de renda (15%) e adicional (10%)		57.176
Outras	(444)	(2.307)
Despesa de imposto de renda no exercício	(444)	54.869

Em 2006, devido à apuração de prejuízo fiscal, não houve benefício de isenção/redução do imposto de renda (2005 - R\$ 44.244).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Imposto de renda diferido

(i) Composição do imposto de renda diferido - controladora

Em consonância com o disposto pela Deliberação CVM nº 273/98, que aprovou o pronunciamento do IBRACON sobre a contabilização do Imposto de renda, e pela Instrução CVM nº 371/02, a Companhia possui os seguintes saldos contábeis de imposto de renda diferido:

Composição do Imposto de renda diferido calculado:	2006	2005
Prejuízos fiscais a compensar	648.848	441.068
Ágios amortizados contabilmente sobre investimentos em empresas incorporadas	401.659	151.163
Despesas temporariamente indedutíveis	485.743	534.469
Potencial base de cálculo para o imposto de renda diferido	1.536.250	1.126.700
Potencial imposto de renda diferido (25%)	384.062	281.675
Parcela não registrada do imposto de renda diferido	(3.400)	(4.425)
Imposto de renda diferido ativo	380.662	277.250
No ativo circulante	(19.573)	(19.573)
No ativo não circulante	361.089	257.677
Movimentação:		
Saldo inicial do exercício	277.250	301.527
Saldo incorporado da Polialden	4.482	
Constituição de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais	51.945	(24.672)
Constituição de imposto de renda sobre ágio amortizado da incorporada Polialden	75.875	
Imposto de renda diferido sobre ágios amortizados de empresas incorporadas	(12.227)	(3.374)
Imposto de renda diferido sobre provisões temporárias	(16.663)	3.769
Saldo final	380.662	277.250
Imposto de renda diferido passivo sobre depreciação acelerada incentivada:		
Saldo inicial do exercício	(8.525)	(9.115)
Realização de imposto de renda diferido	590	590
Saldo final do exercício	(7.935)	(8.525)
Imposto de renda diferido no resultado	99.520	(23.687)

O ativo diferido de imposto de renda decorrente de prejuízos fiscais e diferenças temporárias é reconhecido contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos e comerciais aprovados pela Administração da Companhia.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Nos termos da Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estornou o imposto de renda sobre os efeitos da Interpretação Técnica 01/2006, contabilizado durante o primeiro trimestre de 2006.

(ii) Período estimado de realização do imposto de renda diferido ativo

O ativo de imposto de renda diferido limita-se aos valores cuja compensação está amparada por projeções de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente, realizados pela Companhia em até 10 anos, considerando-se, inclusive, a limitação de compensação de prejuízos fiscais em até 30% do lucro tributável e os benefícios fiscais de isenção e redução do imposto.

Considerando as premissas de preços, câmbio, taxas de juros, crescimento de mercado e outras variáveis relevantes que determinaram o seu plano de negócios, a Companhia elaborou, para a data-base de 31 de dezembro de 2006, o plano com a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros. Tais estudos revelam que o crédito de imposto de renda sobre prejuízos fiscais, no montante de R\$ 162.212, será integralmente consumido entre os exercícios de 2009 a 2012.

Os créditos de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais têm a seguinte expectativa de realização:

2009	13.875
2010	47.100
2011	95.325
2012	5.912
	<u>162.212</u>

Os créditos de imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias, formados basicamente por ágios, já amortizados contabilmente, no valor de R\$ 97.015 e provisões contábeis, no montante de R\$ 121.435, fundamentam-se pelo seu total aproveitamento em função das realizações contábeis dos ágios e provisões.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os créditos de imposto de renda diferido sobre ágios têm a seguinte expectativa de realização:

2007	19.573
2008	19.573
2009	20.126
2010	20.126
2011	11.224
2012 a 2014	4.343
2015 a 2016	2.050
	<u>97.015</u>

Não foram considerados no registro contábil do imposto de renda diferido ativo a parcela dos ágios já amortizados contabilmente sobre investimentos em empresas incorporadas, cuja realização dar-se-á em prazo superior a 10 anos (R\$ 13.600).

Com relação às despesas temporariamente indedutíveis, o imposto de renda diferido, foi constituído sobre as despesas com tributos que estão sendo questionados judicialmente e outras despesas operacionais, a exemplo do excesso da provisão para devedores duvidosos.

Como a base tributável do imposto de renda decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não-tributáveis, despesas não-dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Contribuição social sobre o lucro ("CSL")

Em face da discussão quanto à constitucionalidade da Lei nº 7.689/88, a Companhia e suas incorporadas OPP Química, Trikem e Polialden ajuizaram ação ordinária para o não recolhimento da CSL, tendo a decisão favorável às empresas transitado em julgado.

No entanto, a União Federal ajuizou ação rescisória para os processos da Companhia, da Trikem e da Polialden com o objetivo de reverter a referida decisão, sob o fundamento de que, posteriormente à decisão definitiva proferida em favor das empresas, o Plenário do STF havia declarado a constitucionalidade dessa contribuição, exceto para o ano de 1988. No caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, de modo que, juridicamente, continuou válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A ação rescisória aguarda o julgamento de uma série de recursos que pretendem a apreciação da matéria pelo STJ e pelo STF. Em que pese a pendência da ação rescisória e a suspensão da exigibilidade desses débitos, a Receita Federal vem lavrando autos de infração contra a Companhia e suas incorporadas, contra os quais têm sido apresentadas defesas administrativas.

Com base na opinião de seus advogados externos a Companhia acredita que, possivelmente: (i) deverá obter êxito em seus pleitos de manutenção do não-recolhimento e; (ii) em caso de perda da ação rescisória, a decisão não poderia retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da lei, motivo pelo qual a Companhia não registra provisão para esta contribuição.

Caso seja estabelecida judicialmente a retroatividade da contribuição, contrariando o entendimento expresso em pareceres dos advogados externos, a Companhia avalia ser remota a possibilidade de cobrança de multa. Desta forma, o montante devido, corrigido monetariamente, e atualizado pela taxa SELIC seria de aproximadamente, R\$ 743.000 (2005 - R\$ 652.000), excluindo a multa.

18 Incentivos fiscais

(a) Imposto de renda pessoa jurídica

Até o ano-base de 2011, a Companhia tem o direito ao benefício de redução de 75% no imposto de renda devido sobre o lucro proveniente da venda de petroquímicos básicos e utilidades. As duas plantas de polietileno, instaladas em Camaçari, gozam da mesma redução até os anos-base de 2011 e 2012. A planta de PVC, em Camaçari, também usufruirá do benefício até o ano-base de 2013. As plantas de PVC, em Alagoas, e de PET, em Camaçari, estão isentas de imposto de renda apurado sobre o resultado das suas operações industriais até o exercício de 2008.

As produções de soda cáustica, cloro, dicloroetano e caprolactama possuem o benefício de redução de 75% da alíquota de imposto de renda até o exercício de 2012.

Ao final de cada exercício social, na hipótese de existir lucro decorrente das operações incentivadas, o valor correspondente ao imposto de renda é registrado como despesa do exercício e creditado em conta de reserva de capital que somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

A Companhia é detentora de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Estados do Rio Grande do Sul e Alagoas, por meio do Fundo de Operação da Empresa - FUNDOPEM e

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas - PRODESIN, respectivamente. Esses incentivos objetivam a implantação e a expansão de indústrias naqueles estados. O incentivo apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foi de R\$ 12.909 (2005 – R\$ 7.795).

19 Incentivo de longo prazo

A Braskem criou em 2006, um Plano de Incentivo de Longo Prazo de modo a possibilitar a aquisição de Unidades de Investimento pelos integrantes dos programas estratégicos (unidade Alfa).

A avaliação de cada Unidade de Investimento Alfa corresponde à média do fechamento das cotações de ações preferenciais classe “A” da Braskem, na Bolsa de Valores de São Paulo, entre os meses de outubro de 2005 e março de 2006, equivalente a R\$ 18,14.

Para incentivar a aquisição das Unidades de Investimento Alfa pelos integrantes habilitados ao programa, a Braskem concedeu 1 (uma) Unidade de Investimento adicional para cada Unidade de Investimento por eles adquirida (unidade Beta). Somente a partir do quinto ano é que as unidades Beta podem ser resgatadas a razão de 20% para o primeiro ano e 10% nos anos subsequentes. As unidades Beta não resgatadas nos prazos mencionados transformam-se em unidades Alfa. O valor dessas unidades foi estabelecido a partir da projeção do valor da ação preferencial classe “A” da Companhia.

As unidades Alfa terão rendimento equivalente aos dividendos e/ou juros sobre capital próprio atribuídos às ações preferenciais classe “A” da Braskem.

A composição e custo das Unidades de Investimento, em 31 de dezembro de 2006, estão assim demonstrados:

	Quantidade	Valor
Unidades de Investimento		
Emitidas (unidades Alfa)	95.710	1.736
Bonificadas (unidades Beta)	95.710	536
Total	191.420	2.272

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2006, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.508.272 e está representado por 123.492.142 ações ordinárias, 246.107.138 ações preferenciais classe "A" e 803.066 ações preferenciais classe "B", sem valor nominal. Na mesma data, o capital social autorizado da Companhia é de 488.000.000 ações, sendo, 175.680.000 ações ordinárias, 307.440.000 ações preferenciais classe "A" e 4.880.000 ações preferenciais classe "B".

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2006, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 105.304, por conta da incorporação da controlada Polialden (Nota 1(c)), com a emissão 7.878.725 ações preferenciais classe "A". Na mesma data, foi aprovada a conversão de 2.632.043 ações preferenciais classe "A" em ações ordinárias à razão de uma ação preferencial para uma ação ordinária.

(b) Direitos das ações

As ações preferenciais não concedem direito a voto, mas asseguram um dividendo prioritário não cumulativo de 6% a.a. sobre seu valor unitário, de acordo com os lucros disponíveis para distribuição. Somente as ações preferenciais classe "A" terão participação igual às ações ordinárias no lucro remanescente, e estas somente terão direito ao dividendo após o pagamento do dividendo prioritário aos portadores de ações preferenciais. Somente as ações preferenciais classe "A" têm, ainda, assegurada a igualdade de condições às ações ordinárias na distribuição de ações resultantes de incorporação de outras reservas. As ações preferenciais classe "B" não são conversíveis em ações ordinárias. No entanto, após esgotado o prazo de intransferibilidade previsto na legislação especial, poderão ser convertidas em ações preferenciais classe "A" a qualquer tempo, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe "B" para cada ação preferencial classe "A".

Na eventual liquidação da Companhia, será assegurada às ações preferenciais classes "A" e "B" prioridade no reembolso do capital.

Aos acionistas é garantido um dividendo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme previsto nos Memorandos de Entendimentos para Celebração de Acordo de Acionistas, a Companhia deverá distribuir, a título de dividendos, um percentual não inferior a 50% do lucro líquido disponível no respectivo exercício, desde que sejam

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

mantidas as reservas necessárias e suficientes para a eficiente operação e o desenvolvimento de seus negócios.

Consoante termos pactuados na emissão das Medium-Term Notes (Nota 14 (c)), o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio fica limitado ao dobro dos dividendos mínimos das ações preferenciais previstos no estatuto social da Companhia. Ainda de acordo com os termos da 12ª emissão de debêntures (Nota (15)), o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio está limitado ao maior valor entre 50% do lucro líquido do exercício ou 6% do valor unitário das ações preferenciais classes “A” e “B” da Companhia.

(c) Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 3 de maio de 2006, foi aprovado o Programa de Recompra de Ações da Companhia. Esse programa, que foi encerrado em 23 de outubro de 2006, teve como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais classe “A” para manutenção em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento, sem redução do capital social. Foram adquiridas 13.131.054 ações preferenciais classe “A” ao custo médio de R\$ 13,88. Os valores mínimo e máximo ao longo do mesmo período foram de R\$ 9,97 e R\$ 15,89 por ação, respectivamente.

Em julho de 2006, foram adquiridas 765.079 ações preferenciais classe “A”, provenientes dos acionistas dissidentes da Polialden.

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia mantém em tesouraria 14.363.480 ações preferenciais classe “A” (2005 – 467.347 ações) pelo valor total de R\$ 194.555. O valor total dessas ações, calculado com base na cotação média do último pregão de 2006, é de R\$ 218.469.

(d) Reserva de retenção de lucros

Refere-se à retenção do saldo de lucros acumulados, a fim de atender aos projetos de expansão estabelecidos no plano de negócios, conforme previsto em orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia e submetido à aprovação da Assembléia Geral, observado o disposto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações (LSA). Ressalte-se que, em atendimento à Interpretação Técnica nº 01/2006, do IBRACON e artigo 186 da LSA, a Companhia reconheceu, no 1º trimestre de 2006, depreciação adicional em conta de Lucros (Prejuízos) Acumulados (Nota 12), tendo revertido parte desta reserva, no valor de R\$ 164.890, para absorção dos efeitos deste ajuste decorrentes de exercícios anteriores.

(e) Destinação do resultado

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) 25% para o pagamento de dividendos obrigatórios, não cumulativos, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais. Quando o valor do dividendo prioritário pago às ações preferenciais for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada: (i) no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais; (ii) se ainda houver saldo remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe "A", em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo.

Os dividendos propostos pela Administração, sujeitos à aprovação da assembléia geral, são os seguintes:

	2006	2005
Lucro líquido do exercício	77.753	685.775
Parcela destinada à reserva legal	(3.888)	(34.289)
Lucro líquido ajustado para o cálculo do dividendo	73.865	651.486
Distribuição do lucro:		
Juros sobre o capital próprio (Nota 20(f))		
Ações ordinárias - R\$ 0,746		90.179
Ações preferenciais classe A - R\$ 0,746		179.368
Ações preferenciais classe B - R\$ 0,563		453
		270.000
Dividendos propostos		
Ações ordinárias - (2005 - R\$ 0,154)		18.649
Ações preferenciais classe A - R\$ 0,159 (2005 - R\$ 0,154)	36.805	37.094
Ações preferenciais classe B - R\$ 0,159	128	
Total de dividendos propostos	36.933	55.743
Total de juros sobre o capital próprio e dividendos	36.933	325.743
Valor destinado à reserva de lucros	36.932	325.743
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	18.466	162.872

O valor destinado à reserva de lucros, em 2006, está vinculado a orçamento de capital contido no Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

realizada em 14 de dezembro de 2006, e será submetido a deliberação da Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2007.

(f) Juros sobre o capital próprio

Em 29 de dezembro de 2005, a Diretoria aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 270.000, sendo (i) R\$ 179.368 aos acionistas detentores de ações preferenciais classe "A" e detentores de American Depositary Receipts ("ADR"), correspondendo ao valor bruto de R\$ 0,746145 por ação e de R\$ 1,492290 por ADR; (ii) R\$ 452 aos acionistas detentores de ações preferenciais classe "B", o que correspondem ao valor bruto de R\$ 0,563940 por ação, equivalente a 6% do valor unitário da ação, conforme estabelecido no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, e (iii) R\$ 90.179 aos acionistas detentores de ações ordinárias, o que correspondem ao valor bruto de R\$ 0,746145 por ação. O pagamento foi iniciado em 18 de abril de 2006.

Os juros sobre o capital próprio foram apurados com base na posição acionária de 31 de dezembro de 2005, imputando-se o referido valor aos dividendos prioritários e obrigatórios do exercício de 2005, nos termos da Lei nº 9.249/95 e do parágrafo 6º do artigo 44 do Estatuto Social. O imposto de renda na fonte incidente sobre os juros creditados foi de R\$ 35.515 e o benefício sobre o imposto de renda da Companhia foi de R\$ 67.500.

Para fins de divulgação, a despesa com juros sobre o capital próprio foi revertida na própria demonstração do resultado do exercício, no grupo "Despesas (receitas) financeiras", e demonstrada, também, na mutação do patrimônio líquido, em atendimento à Deliberação CVM nº 207/96.

21 Contingências

(a) Convenção coletiva dos trabalhadores - Cláusula 4a.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas Petroquímicas, Químicas, Plásticas e afins do Estado da Bahia ("SINDIQUÍMICA") e o Sindicato da Indústria Petroquímica e Resinas Sintéticas no Estado da Bahia ("SINPEQ") discutem, judicialmente, a exigibilidade da cláusula de indexação de salários constante da convenção coletiva de trabalho em face de norma de ordem pública (plano econômico) instituída em 1990 e que restringiu reajustes salariais. A Companhia operava fábricas na região em 1990 e é membro do SINPEQ.

O sindicato dos empregados pleiteia o reajustamento dos salários de forma retroativa. Em dezembro de 2002, o STF confirmou decisão anterior do Tribunal Superior do Trabalho determinando que lei de política econômica prevalece sobre a convenção coletiva e,

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

portanto, nenhum reajuste é devido. Essa decisão vem sendo objeto de recursos do SINDIQUÍMICA sendo que ainda não há decisão definitiva.

A Administração, com base na opinião dos seus advogados externos, entende que o desfecho da ação será favorável ao SINPEQ e, desta forma, não foi provisionado qualquer valor em relação a essa causa.

(b) Ações preferenciais incentivadas

Alguns acionistas detentores de ações preferenciais classe "B" da Companhia, emitidas no âmbito de programa de incentivo fiscal ("ações preferenciais incentivadas"), alegam que têm direito a participar na distribuição de lucros em condições de igualdade com os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais "A".

Questão idêntica foi enfrentada pela incorporada Polialden no âmbito da CVM, tendo o Colegiado da CVM, em 10 de agosto de 2000, corroborado entendimento da incorporada Polialden no sentido de que: "os dividendos atribuídos às ações preferenciais são no mínimo de 6% ..., e tem por limite 8% desse mesmo valor ou o equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, prevalecendo o montante que for maior, como vem sendo praticado pela sociedade nos últimos 10 anos; tais ações não fazem jus aos lucros remanescentes, visto que o estatuto estabelece com precisão o limite de participação de tais ações."

A maioria das decisões já proferidas no julgamento dessas questões é favorável à Companhia e sua incorporada Polialden, razão pela qual a maior parte dos depósitos judiciais efetuados pela Polialden por força de decisões liminares obtidas por alguns acionistas, em valores correspondentes à suposta diferença dos dividendos deliberados nas Assembléias Gerais Ordinárias de 2002 e 2004, já foi levantada em favor da Companhia, permanecendo depositado apenas o valor relativo ao dividendo distribuído em 2004, referente a um determinado acionista, no valor histórico de R\$ 804.

Os advogados externos da Companhia entendem como prováveis as chances de êxito nestes processos, respaldando-se ainda em pareceres de renomados juristas e em recentes decisões judiciais proferidas sobre a mesma matéria, além daquela proferida pela CVM, razão pela qual a Companhia mantém observância à regra estabelecida no seu Estatuto Social quanto ao pagamento de dividendos às ações preferenciais incentivadas, limitando os valores pagos ao equivalente a 6% sobre o valor unitário do capital social, observado o limite de 25% do dividendo obrigatório, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

(c) Compensação de créditos tributários

Entre maio e outubro de 2000, as incorporadas OPP Química e Trikem realizaram compensações de tributos federais próprios com créditos-prêmio de IPI cedidos por

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

empresa comercial exportadora ("Cedente"). As referidas compensações foram homologadas pelas autoridades fiscais em São Paulo (DERAT/SP), através da emissão de Documentos Comprobatórios de Compensação ("DCC's"), cuja expedição se deu por força de liminar em Mandado de Segurança ("MS SP"). A Cedente também impetrou Mandado de Segurança contra as autoridades fiscais no Rio de Janeiro (DERAT/RJ) ("MS RJ"), objetivando, da mesma forma, assegurar o direito ao ressarcimento do crédito-prêmio de IPI e sua compensação, inclusive com débitos de terceiros. O MS SP foi extinto sem julgamento do mérito, firmando-se assim a competência da autoridade administrativa e da jurisdição do Rio de Janeiro para dispor sobre o crédito da Cedente.

Em junho de 2005, a DERAT/SP editou portarias que cancelaram os DCC's. Com base nas referidas portarias, a Delegacia da Receita Federal em Camaçari/BA encaminhou cartas-cobrança para a Companhia. Contra essas cobranças foram apresentadas manifestações de inconformidade, que não foram processadas administrativamente. Assim, em dezembro de 2005, foi inscrito em Dívida Ativa o montante de R\$ 276.620 referente aos supostos débitos da Companhia, provenientes destas compensações.

Diversas medidas judiciais e administrativas foram adotadas pela Cedente e pela Companhia para demonstrar a regularidade e a legalidade das referidas compensações, em relação às quais os advogados de ambas as empresas classificam as possibilidades de êxito como prováveis, principalmente em função da validade e liquidez inequívoca dos créditos, confirmada em auditoria específica realizada pela DERAT/RJ.

Finalmente, em 3 de outubro de 2005, a Cedente obteve no Supremo Tribunal Federal decisão judicial favorável transitada em julgado no MS RJ, assegurando o direito definitivo ao aproveitamento dos créditos-prêmio de IPI relativos a todas as suas exportações, inclusive mediante compensações com débitos de terceiros. À vista da referida decisão, os advogados da Cedente e da Companhia entendem que as compensações efetuadas pelas incorporadas e devidamente homologadas pela DERAT/SP estão necessariamente convalidadas, razão pela qual também entendem como inexistentes os débitos tributários que estão sendo imputados à Companhia. Independentemente da referida decisão judicial transitada em julgado no MS RJ, os advogados da Cedente e da Companhia, além de jurista consultado a respeito do tema, entendem que os débitos objeto dos pedidos de compensação pelas incorporadas já estão totalmente extintos por força do instituto da decadência.

Em janeiro de 2006, a Companhia foi intimada a apresentar garantia à execução fiscal no valor referido acima, a qual foi apresentada sob forma de apólice de seguro garantia judicial.

Não obstante os advogados da Companhia avaliarem as chances de êxito de todas as demandas acima como prováveis, na hipótese de insucesso em todos os processos, a Companhia ainda terá assegurado o valor exigido pela Fazenda Nacional através de

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ressarcimento integral junto à Cedente, conforme firmado em contrato de cessão celebrado em 2000.

(d) INSS

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais tendo por objeto matérias previdenciárias, os quais, em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, totalizavam aproximadamente R\$ 164.800 e R\$ 169.800. Desse valor, a Companhia depositou R\$ 15.100 em juízo, ao passo que R\$ 18.200 encontram-se garantidos por uma parcela de seus estoques.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus advogados externos, que julgam como possíveis as possibilidades de êxito com esses processos, entende não ser devido qualquer valor relativo a essas notificações e, portanto, não constituiu provisões para esse fim.

(e) Outras demandas judiciais da Companhia e suas controladas

A Companhia possui ações cíveis ajuizadas pelo controlador de uma ex-distribuidora de soda cáustica e pela transportadora que prestava serviços para essa ex-distribuidora, cujos valores, em 31 de dezembro de 2006, totalizavam R\$ 25.826 (2005 – R\$ 169.854). Os autores tentam obter reparação de danos relativos ao alegado descumprimento do contrato de distribuição pela Companhia. A avaliação da Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos responsáveis pela condução dos casos, é que as ações possivelmente serão julgadas improcedentes e, por esta razão, não foram constituídas provisões.

No segundo trimestre de 2005, os Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas e Químicas de Triunfo (RS) e de Camaçari (BA) ajuizaram ações reclamatórias requerendo o pagamento de horas extras em diversas ações. Para essas ações foram apresentadas as devidas contestações e a Administração da Companhia, baseada na posição de seus assessores jurídicos, não espera ter perdas ao final desses julgamentos.

A Companhia é ré em procedimento arbitral instaurado por uma empresa de transporte marítimo, em trâmite na cidade do Rio de Janeiro. Recentemente, os árbitros solicitaram perícia técnica em relação ao objeto e extensão da contenda tendo esta sido avaliada potencialmente em R\$ 29.000. A avaliação da Administração, contudo, suportada pelas opiniões dos assessores jurídicos externos responsáveis pela condução do caso, é que o procedimento possivelmente será julgado improcedente e, por esta razão, não foram constituídas provisões.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro 2006, a Companhia era reclamada em, aproximadamente, 1.200 ações trabalhistas, incluindo as mencionadas anteriormente, cujos valores envolvidos totalizavam, aproximadamente, R\$ 260.200 (2005 - R\$ 223.400). Com base nas avaliações dos assessores jurídicos externos, grande parte dessas ações deverá ser julgada procedente à Companhia.

Para os processos de natureza cível e trabalhista com perda provável, a Companhia mantém provisão de R\$ 13.328 (consolidado R\$ 21.886) - (2005 - R\$ 7.930 controladora - R\$ 12.262 consolidado).

22 Instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de riscos

A Companhia opera no mercado bancário e de crédito nacional e internacional, captando recursos para manter suas operações e investimentos, ficando exposta, principalmente, aos riscos de mercado decorrentes das variações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras e de juros.

A Companhia mantém uma política de gerenciamento de riscos aprovada e revista pela Administração. Estas normas proíbem negociação especulativa, venda a descoberto e determinam a diversificação de instrumentos e contrapartes. Os limites e a qualidade de crédito das contrapartes são revistos periodicamente e definidos de acordo com as normas aprovadas pela Administração da Companhia. Os ganhos e as perdas decorrentes das atividades de hedge são reconhecidos mensalmente no resultado.

Para a cobertura da exposição aos riscos de mercado são utilizadas diversas formas de "hedge" de moeda utilizando-se, ou não, caixa. As formas mais comuns de cobertura da exposição aos riscos de mercado que utilizam-se de caixa, adotadas pela Companhia, são aplicações no exterior (certificados de depósito, títulos denominados em dólar, fundos estrangeiros, "time deposits" e "Over") e opções ("Put" e "Call"). As formas de "hedge" cambial sem a utilização de caixa são os "swaps" (troca de moeda estrangeira por CDI) e "forwards".

Para proteger-se da exposição dos riscos cambiais e de taxas de juros de contratos de financiamentos, a Companhia adotou a seguinte metodologia: cobertura cambial do principal e dos juros com vencimentos nos 12 meses seguintes, para, ao menos (i) 60% da dívida atrelada à exportação ("trade finance"), exceto adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) de até seis meses e de adiantamentos de contrato de exportação (ACE); e (ii) 75% da dívida não atrelada a exportações ("non trade finance").

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Exposição a riscos cambiais

A Companhia utiliza empréstimos e financiamentos de longo prazo para financiar suas operações, incluindo o fluxo de caixa e os financiamentos de projetos. Parte dos empréstimos de longo prazo é vinculada ao dólar norte-americano (Nota 14).

(c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros em função de seu endividamento. A dívida em moeda estrangeira, vinculada às taxas de juros flutuantes, está sujeita, principalmente, à flutuação da LIBOR. Já a dívida em moeda nacional, vinculada às taxas de juros domésticos, está sujeita, principalmente, à flutuação da TJLP e à variação do CDI.

(d) Exposição a riscos de commodities

A Companhia está exposta à variação de preços de diversas “*commodities*” petroquímicas, em especial, a de sua principal matéria-prima: a nafta. Dado que a Companhia procura repassar as oscilações de preços dessa matéria-prima provocadas pela flutuação da cotação internacional, parte de suas vendas podem ser realizadas através de contratos a preços fixos ou com banda de flutuação máxima e/ou mínima. Tais contratos podem ser acordos comerciais ou contratos de derivativos associados a vendas a realizar-se no futuro.

(e) Exposição a risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e outras contas a receber, onde a empresa fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Operações com derivativos

Em 31 de dezembro de 2006, existiam na Companhia os seguintes contratos de derivativos:

Descrição	Vencimento	Valor nominal	Valor de mercado (i)	
			Controladora	Consolidado
			Dez/06	Dez/06
Real / US\$ - Opção ("Put US\$")	fev/2007	US\$ 306,000 mil	(11.592)	(11.592)
Real + CDI / Iene + Tibor (swap)	mar/2012	R\$ 136.000	(45.203)	(45.203)
Real + CDI / Iene + Tibor (swap)	jun/2012	R\$ 143.000	(22.790)	(22.790)
Real + CDI / US\$ (swap)	mai/2007	US\$ 100,000 mil	(24.311)	(24.311)
Real + CDI / US\$ (swap)	fev/2007	US\$ 200,000 mil	(19.069)	(19.069)
Tax Sparing I	jun/2007	US\$ 134,000 mil		24
Tax Sparing II	jun/2015	US\$ 100,000 mil		120
Total Return Swap	dez/2007	US\$ 410,000 mil		10.155
Benzeno	jan/2007	146,7 mil tons		(6.921)

(i) O valor de mercado representa o valor a receber (a pagar) caso as operações fossem liquidadas em 31 de dezembro de 2006.

Para determinar o valor de mercado estimado dos derivativos são utilizadas cotações de operações semelhantes ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro bem como metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

Todos os contratos de derivativos vigentes têm o único propósito de compensar perdas e ganhos financeiros ("hedge") de outros ativos ou passivos existentes na Companhia. Portanto, eles estão vinculados a compras, vendas, aplicações financeiras ou a contratos de dívida.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23

Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receitas financeiras:				
Receita de juros	108.368	128.260	140.051	140.131
Variação monetária de aplicações financeiras, partes relacionadas e contas a receber	52.993	14.768	48.149	17.705
Variação monetária de impostos a recuperar	43.706	4.984	48.575	7.616
Ganhos em operações com derivativos	1.830	11.454	114.112	45.695
Variação cambial sobre ativos em moeda estrangeira	(185.898)	(281.349)	(204.225)	(288.846)
Outros	33.949	59.774	12.857	44.080
	<u>54.948</u>	<u>(62.109)</u>	<u>159.519</u>	<u>(33.619)</u>
Despesas financeiras:				
Despesas de juros de financiamentos e partes relacionadas	(314.181)	(355.568)	(287.776)	(346.999)
Variação monetária de financiamentos e partes relacionadas	(254.861)	(236.088)	(255.515)	(203.080)
Variação monetária e juros com tributos e fornecedores	(161.007)	(140.728)	(178.508)	(169.669)
Perdas em operações com derivativos	(16.952)	(36.420)	(161.958)	(61.485)
Despesas com operações de vendedor	(119.662)	(108.144)	(119.662)	(108.242)
Descontos concedidos	(47.948)	(35.631)	(137.996)	(88.375)
Variação cambial sobre passivos em moeda estrangeira	343.641	560.705	333.368	556.884
Tributos e encargos sobre operações financeiras	(219.328)	(101.731)	(228.437)	(110.621)
Juros sobre o capital próprio		(270.000)		(270.000)
Reversão dos juros sobre o capital próprio		270.000		270.000
Outros	(45.957)	(99.199)	(61.443)	(144.170)
	<u>(836.255)</u>	<u>(552.804)</u>	<u>(1.097.927)</u>	<u>(675.757)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(781.307)</u>	<u>(614.913)</u>	<u>(938.408)</u>	<u>(709.376)</u>

24

Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receitas (despesas)				
Aluguéis de instalações e concessão de direito de uso	25.767	58.458	45.423	3.914
Recuperação de tributos (Nota 16 (iii))	125.753	655	125.890	3.364
Recuperação de custos e despesas / ajustes de inventário	(9.734)	11.084	(9.275)	10.463
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	<u>(9.901)</u>	<u>(306)</u>	<u>24.104</u>	<u>5.012</u>
	<u>131.885</u>	<u>69.891</u>	<u>186.142</u>	<u>22.753</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25 Resultado não-operacional

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receitas (despesas)				
Ganho de participação em investimentos	2.377	5.172	2.377	5.443
Resultado na alienação de ativo permanente	(837)	720	(496)	753
Reversão (provisão) para perda em investimentos	(21)	(4.203)	(21)	(4.265)
Provisão para perda/desmobilização de ativos		(22.449)		(22.449)
Outras (despesas) e receitas não operacionais, líquidas	6.229	(4.105)	5.260	(4.638)
	<u>7.748</u>	<u>(24.865)</u>	<u>7.120</u>	<u>(25.156)</u>

26 Cobertura de seguros

A Companhia possui um amplo programa de gerenciamento de riscos que proporciona cobertura e proteção para todos os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção da produção, através de uma apólice do tipo "All Risks". Esta apólice estabelece o valor para dano máximo provável, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza da atividade da Companhia e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2006, o montante da cobertura de seguros para os estoques, imobilizado e lucros cessantes da Companhia é de R\$12.109.589 por evento, sendo que a soma de todos os ativos segurados é de R\$ 17.250.314.

27 Negociação de ações no exterior - NYSE e LATIBEX

(a) Programa de American Depositary Receipts ("ADRs")

Os ADS's da Companhia são negociados na NYSE, com as seguintes características:

- . Espécie das ações: preferenciais classe "A".
- . Cada ADS representa 2 ações, negociado com o código "BAK".
- . Banco depositário no exterior: The Bank of New York ("BONY") - agência Nova York.
- . Banco custodiante no Brasil: Banco Itaú S.A.

(b) LATIBEX

As ações preferenciais classe "A" da Companhia são negociadas na LATIBEX, o mercado das empresas latino-americanas cotadas em Euros na Bolsa de Madrid, com o código "XBRK", custodiadas pelo Banco Itaú S.A. A LATIBEX promoveu os ajustes e mudanças ao processo de cotação e negociação de forma a se alinhar aos novos padrões que foram

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

adotados na Bovespa. Desta forma, a partir de 16 de maio de 2005, as ações são negociadas em lotes unitários.

28 Planos de previdência privada

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados conforme procedimentos previstos na Deliberação CVM nº 371/2000.

A formação da Braskem (Nota 1(c)) ocorreu com a integração de seis empresas patrocinadoras de três diferentes planos de previdência, administrados pela Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS ("PETROS"), PREVINOR - Associação de Previdência Privada ("PREVINOR") e ODEPREV - Odebrecht Previdência ("ODEPREV"). Além da Companhia patrocinar diferentes planos de previdência privadas, cerca de 800 integrantes não possuíam qualquer plano de previdência patrocinado pela Companhia, uma vez que, desde a sua criação, novos benefícios não foram concedidos aos seus funcionários. A Administração suspendeu a inclusão de novos participantes nos três planos com o objetivo de encontrar solução única para todos os integrantes, priorizando a legalidade do processo e a manutenção da integridade do patrimônio financeiro dos participantes dos planos.

Especialistas contratados pela Companhia recomendaram a ODEPREV como única entidade de previdência complementar a ser patrocinada pela Companhia. Adicionalmente, foi oferecido aos integrantes não participantes dos planos PETROS e PREVINOR a opção de ingresso no plano ODEPREV, com data retroativa a 16 de agosto de 2002.

Em junho 2005, a Companhia comunicou à PETROS e à PREVINOR sua intenção de retirada dos patrocínios, a partir do dia 30 daquele mês. Em relação à PETROS, o cálculo das reservas matemáticas dos participantes foi concluído em novembro de 2006 e enviado, no mesmo mês, para a aprovação da Secretaria de Previdência Complementar, órgão do Ministério da Previdência Social, que tem por objetivo regulamentar e fiscalizar os planos de previdência privada. A Companhia mantém provisão de R\$ 58.554, considerada suficiente para fazer face ao eventual desembolso quando da liquidação dos compromissos deste plano. No exercício de 2005, as contribuições da Companhia para a PETROS totalizaram R\$ 2.841 e a dos participantes R\$ 1.791.

Em relação a PREVINOR, foram concluídos os cálculos da reserva, a qual mostrou-se superavitária, não havendo necessidade de aportes da Companhia. A retirada do patrocínio foi aprovada pela Secretaria da Previdência Complementar e os compromissos com os participantes do plano serão liquidados no primeiro semestre de 2007. No exercício de 2005, as contribuições da Companhia totalizaram R\$ 628, e a dos participantes R\$ 354.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os benefícios dos assistidos e pensionistas continuarão a ser pagos regularmente até a conclusão dos processos.

A controlada Politenio era patrocinadora de um plano de contribuição definida administrado pela PREVINOR. Em dezembro de 2006, a Politenio comunicou à PREVINOR sua intenção de retirada do plano, com efeito a partir do final daquele mês. Os cálculos das reservas a serem restituídas aos participantes do plano estão sendo elaboradas por peritos independentes para posterior análise e aprovação por parte da Secretaria da Previdência Complementar. Os benefícios dos assistidos e pensionistas continuarão a ser pagos até a conclusão do processo.

Em dezembro de 2006, a massa de participantes na PREVINOR era de 221 participantes ativos. Em 2006, as contribuições da Politenio, totalizaram R\$ 1.489 (2005 - R\$ 1.604) e as dos participantes R\$ 905 (2005 - R\$ 1.035).

(a) ODEPREV

A Companhia mantém um plano de contribuição definida para seus empregados administrado pela ODEPREV, entidade fechada de previdência privada instituída pela Odebrecht S.A. A ODEPREV proporciona aos seus participantes, integrantes das empresas patrocinadoras, o Plano Optativo de contribuição definida, no qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria onde são acumuladas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

O Conselho de Curadores da ODEPREV define prévia e anualmente, no plano de custeio, os parâmetros para as contribuições dos participantes e das companhias patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos no plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das cotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá ser exigida nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte da companhia patrocinadora para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham se aposentar.

Em 31 de dezembro de 2006, a massa de participantes na ODEPREV está composta por 2.354 participantes ativos (2005 - 2.131) e as contribuições da Companhia em 2006, foram de R\$ 7.888 (2005 - R\$ 4.631) e dos participantes de R\$ 13.189 (2005 - R\$ 9.348).

(b) COPESUL

A controlada em conjunto Copesul participa do plano de benefício definido administrado pela PETROS. Conforme previsto no regulamento da PETROS e legislação pertinente, caso se verifique relevante insuficiência de reservas técnicas, as mantenedoras e

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

participantes contribuirão com aporte financeiro adicional ou haverá uma adequação dos benefícios do plano aos recursos disponíveis. Não ocorreu, até 31 de dezembro de 2006, necessidade de qualquer suplementação.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 371/2000, que aprovou a NPC nº 26 do IBRACON - "Contabilização de Benefícios a Empregados", a Copesul procedeu a avaliação atuarial do plano, apresentando o seguinte resultado:

	2006	2005
Valor justo dos ativos do plano	388.007	337.726
Valor presente das obrigações atuariais	405.849	357.317
Passivo atuarial	(17.842)	(19.591)
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	(17.842)	(19.591)
Passivo atuarial já provisionado	8.850	7.080
Passivo atuarial líquido	(8.992)	(12.511)

As premissas atuariais na data do balanço são as seguintes :

	2005 e 2006
Taxa de desconto real	6% a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	6% a.a.
Crescimento real dos salários	2% a.a. até 47 anos e nulo após 48 anos

As contribuições da Copesul, em 2006, totalizaram R\$ 5.573 (2005 – R\$ 5.906).

Adicionalmente, a Copesul é, também, mantenedora de um plano de benefício definido denominado Plano Copesul de Previdência Complementar – COPESULPREV, voltado aos colaboradores não integrantes do plano PETROS. As contribuições da Copesul durante 2006 totalizaram R\$ 1.129 (2005 - R\$ 1.089).

(c) PETROFLEX

A controlada em conjunto Petroflex é mantenedora da PETROS e da PREVINOR. O plano mantido na PETROS é de benefício definido e do PREVINOR de contribuição definida e de benefício definido, neste último caso, voltado a três colaboradores. Até 31 de dezembro de 2006, a Petroflex não foi solicitada a efetuar complementação para suprir reservas técnicas em razão de insuficiência no plano.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 371/2000, que aprovou a NPC nº 26 do IBRACON - "Contabilização de Benefícios a Empregados", a Petroflex procedeu a avaliação atuarial do plano, apresentando o seguinte resultado:

	2006	2005
Valor justo dos ativos do plano	579.546	489.717
Valor presente das obrigações atuariais	512.479	458.028
Valor justo dos ativos excedente ao valor presente das obrigações atuariais	67.067	31.689
Ganhos atuariais não reconhecidos	82.195	53.936
Passivo atuarial líquido	(15.128)	(22.247)

29 Compromissos de compra de matéria-prima

A Companhia mantém contratos de compra de energia elétrica para consumo em suas instalações industriais localizadas nos estados de Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul. O compromisso anual mínimo estabelecido nesses contratos, cujo prazo é de quatro anos, monta R\$ 102.340.

A Companhia adquire, da Copesul, eteno e propeno para suas unidades do Pólo Petroquímico do Sul mediante um contrato que se estende até 2014. O compromisso mínimo anual de compra corresponde a 268.200 toneladas métricas de eteno e 262.200 toneladas métricas de propeno. Considerando-se os preços vigentes em 31 de dezembro de 2006, esse compromisso corresponde a R\$ 1.262.401 (não auditado). Se a Companhia não adquirir o volume mínimo, ela deverá pagar 40% do preço atual da quantidade não comprada. Com base em 40% dos preços praticados em 31 de dezembro de 2006, este valor seria de R\$ 504.960 (não auditado).

A Braskem compra nafta mediante contratos com volume mínimo anual de compra equivalente a R\$ 5.752.598 (não auditado), com base no preço de mercado praticado em 31 de dezembro de 2006.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I

Informações suplementares Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora (Reclassificado)		Consolidado (Reclassificado)	
	2006	2005	2006	2005
Lucro líquido do exercício	77.753	685.775	101.349	625.837
Ajuste para reconciliação do lucro líquido:				
Depreciação, amortização e exaustão	865.255	766.340	962.399	841.493
Amortização de ágio (deságio), líquida	61.648	385.717	57.758	152.539
Participações em sociedades controladas e coligadas	(172.783)	(222.129)	(801)	(1.287)
Reversão de provisão para perda de investimentos	(6.469)	(280.702)		
Incentivos fiscais			(20.504)	(39.225)
Variação cambial sobre investimentos	(2.709)	(21.341)	1.423	(3.629)
Ganhos (perdas) de participação em investimentos e outros	(1.092)	2.293	(11.721)	2.188
Ganhos (perdas) na baixa de ativo permanente	86	(720)	1.420	2.224
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	485.328	374.670	311.557	411.678
Participação dos acionistas minoritários			1.593	(54.068)
Reconhecimento de créditos tributários, líquidos	(94.352)		(94.491)	
Imposto de renda diferido	(99.520)	23.687	(100.906)	29.641
Concessão de direito de uso		(58.240)		(3.640)
Outros	2.778	(31.828)	5.603	(27.136)
	<u>1.115.923</u>	<u>1.623.522</u>	<u>1.214.679</u>	<u>1.936.615</u>
Efeito de incorporações no caixa de controladas	147.698	2	8.751	4
Efeitos financeiros de caixa	<u>290.536</u>	<u>198.867</u>	<u>203.453</u>	<u>156.199</u>
Geração de caixa antes das variações do capital circulante operacional	<u>1.554.157</u>	<u>1.822.391</u>	<u>1.426.883</u>	<u>2.092.818</u>
Variação do capital circulante operacional				
Títulos e valores mobiliários	(348.913)	(611.203)	(347.091)	(82.127)
Contas a receber de clientes	125.468	273.356	53.858	161.709
Estoques	(122.607)	(28.980)	(148.185)	(51.533)
Tributos a recuperar	(386.594)	(88.431)	(462.545)	(130.282)
Despesas antecipadas	(56.992)	15.857	(56.683)	15.998
Dividendos recebidos	175.970	385.984	2.000	2.000
Demais contas a receber	(13.968)	(23.957)	(34.625)	(30.113)
Fornecedores	355.115	248.711	415.044	485.080
Tributos, taxas e contribuições	(58.283)	(22.071)	(66.463)	(79.328)
Incentivos fiscais	11.829	52.039	32.430	91.178
Adiantamentos de clientes	(23.301)	18.343	(24.420)	(559)
Demais contas a pagar	<u>127.558</u>	<u>(32.130)</u>	<u>133.347</u>	<u>(52.482)</u>
Geração de caixa operacional antes dos efeitos financeiros	<u>1.339.439</u>	<u>2.009.909</u>	<u>923.550</u>	<u>2.422.359</u>
Exclusão de efeitos financeiros de caixa	<u>(290.536)</u>	<u>(198.867)</u>	<u>(203.453)</u>	<u>(156.199)</u>
Geração de caixa operacional contábil	<u>1.048.903</u>	<u>1.811.042</u>	<u>720.097</u>	<u>2.266.160</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora (Reclassificado)		Consolidado (Reclassificado)	
	2006	2005	2006	2005
Recursos recebidos na venda de investimentos	877	1.787	877	1.787
Adições ao investimento	(262.859)	(155.577)	(222.745)	(33.981)
Adições ao imobilizado e Intangível	(808.260)	(820.306)	(953.003)	(930.155)
Adições ao diferido	(35.214)	(82.477)	(40.283)	(87.589)
Aplicação de caixa em investimentos	(1.105.456)	(1.056.573)	(1.215.154)	(1.049.938)
Dívida de curto prazo				
Captações	1.956.949	346.820	2.793.519	1.311.554
Pagamentos	(3.036.822)	(2.193.003)	(3.926.742)	(2.846.826)
Dívida de longo prazo				
Captações	2.119.979	1.206.300	2.235.793	1.624.739
Pagamentos	(619.654)		(659.063)	(617.228)
Partes relacionadas				
Captações	45.985	841.883	229	201
Pagamentos	(230.223)	(848.310)	(4.109)	(124.654)
Dividendos pagos a acionistas e participações dos acionistas minoritários	(322.176)	(203.938)	(343.398)	(208.742)
Integralização de capital			5.381	2.531
Ações em tesouraria	(192.650)		(192.650)	
Outros			(2.582)	(16.012)
Aplicação de caixa em financiamentos	(278.612)	(850.248)	(93.622)	(874.437)
Geração (aplicação) de caixa e equivalentes	(335.165)	(95.779)	(588.679)	341.785
Representado por				
Caixa e equivalentes, no início do exercício	1.461.090	1.556.869	2.135.740	1.793.955
Caixa e equivalentes, no final do exercício	1.125.925	1.461.090	1.547.061	2.135.740
Geração (aplicação) de caixa e equivalentes	(335.165)	(95.779)	(588.679)	341.785

Essa demonstração foi preparada seguindo os critérios descritos nas Normas e Procedimentos Contábeis - NPC 20 - Demonstração do Fluxo de Caixa, emitido pelo IBRACON.

Principais transações que não impactaram o caixa

As seguintes transações que não afetaram o caixa, foram excluídas das demonstrações do fluxo de caixa:

- Emissão de ações da Companhia e utilização de ações em tesouraria para aquisição de participação de minoritários de suas empresas controladas (Nota 1(c));
- Capitalização de investimento com cessão de direito de uso (Nota 1(c)).
- Aquisição de ações da Politeño com liquidação prevista para novembro de 2007 (Nota 1(c)).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO II

Informações suplementares
Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2006	(Reclassificado) 2005	2006	(Reclassificado) 2005
1- Receitas	14.321.757	15.051.272	16.653.876	16.936.958
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14.212.653	14.994.236	16.510.672	16.922.683
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30.529)	(26.744)	(50.678)	(32.276)
1.3 Recuperação de tributos	125.753	655	125.890	969
1.4 Outras receitas operacionais, líquidas	6.132	107.990	61.007	70.738
1.5 Outras receitas (despesas) não operacionais, líquidas	7.748	(24.865)	6.985	(25.156)
2- Insumos adquiridos de terceiros	(11.859.201)	(11.128.811)	(13.908.845)	(12.099.568)
2.1 Matérias-primas consumidas	(10.833.867)	(10.028.518)	(12.628.277)	(10.779.920)
2.2 Custo dos produtos revendidos	(22.633)	(69.808)	(17.270)	(21.075)
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.002.701)	(1.030.485)	(1.263.298)	(1.298.573)
- Produção	(327.061)	(396.755)	(442.603)	(533.238)
- Vendas	(141.884)	(137.905)	(218.127)	(174.641)
- Administrativas	(207.068)	(181.132)	(249.616)	(217.224)
- Despesas com fretes	(326.688)	(314.693)	(352.952)	(373.470)
3- Valor adicionado bruto	2.462.556	3.922.461	2.745.031	4.837.390
4- Retenções	(865.255)	(766.340)	(962.399)	(841.493)
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	(865.255)	(766.340)	(962.399)	(841.493)
5-Valor adicionado produzido pela Companhia	1.597.301	3.156.121	1.782.632	3.995.897
6- Valor adicionado recebido em transferência	176.353	74.502	53.740	(139.575)
6.1 Resultado de equivalência patrimonial	121.405	136.611	(28.897)	(109.821)
6.2 Receitas financeiras	54.948	(62.109)	82.637	(26.754)
7- Valor adicionado total a distribuir	1.773.654	3.230.623	1.836.372	3.856.322

00482-0 BRASKEM S.A. 42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	(Reclassificado)		(Reclassificado)	
	2006	2005	2006	2005
8- Distribuição do valor adicionado	1.773.654	3.230.623	1.836.373	3.856.322
8.1- Pessoal e encargos	413.882	442.096	517.885	544.541
Salários e encargos	318.497	335.122	406.933	419.469
Honorários dos administradores	9.186	10.469	12.946	13.911
Outros benefícios	86.199	96.505	98.006	111.161
8.2- Impostos, taxas e contribuições	432.878	1.521.669	176.377	2.006.106
Federais	475.488	1.260.685	535.988	1.612.866
Estaduais	(35.663)	305.611	(340.617)	472.200
Municipais	4.882	7.412	9.041	10.853
(-) Incentivos	(11.829)	(52.039)	(28.035)	(89.813)
8.3- Juros e aluguéis	837.312	529.044	1.011.135	646.208
Juros	725.175	465.945	897.228	581.165
Aluguéis	112.137	63.099	113.907	65.043
8.4- Distribuição aos acionistas	36.933	325.743	36.933	325.743
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	36.933	325.743	36.933	325.743
8.5- Participação dos minoritários nos lucros retidos			1.593	(54.068)
8.6- Lucros retidos do exercício	52.649	412.071	92.450	387.792
Reserva legal	3.888	34.289	3.888	34.289
Retenção de lucros	36.932	325.743	60.527	265.805
Incentivos fiscais	11.829	52.039	28.035	87.698

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

15.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

REAPRESENTAÇÃO ESPONTÂNEA EM 09/02/2007

ITEM 11.01 – Notas Explicativas

Nota: 14 - Financiamentos

- Reapresentação dos quadros de financiamentos da Controladora e do Consolidado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2006

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	8
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	10
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	11
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004	12
07	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	13
07	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	14
08	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	16
09	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS	18
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	20
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	23
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	54
15	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	132

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00482-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL BRASKEM S.A.	3 - CNPJ 42.150.391/0001-70
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Eteno, 1561		2 - BAIRRO OU DISTRITO COPEC	
3 - CEP 42810-000	4 - MUNICÍPIO Camaçari		5 - UF BA
6 - DDD 71	7 - TELEFONE 3632-5200	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
11 - DDD 71	12 - FAX 3632-5200	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL www.braskem.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Carlos José Fadigas de Souza Filho			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. das Nações Unidas, 4777		3 - BAIRRO OU DISTRITO Alto Pinheiros	
4 - CEP 05477-000	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3443-9531	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
12 - DDD 11	13 - FAX 3343-9532	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL carlos.fadigas@braskem.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2007	31/12/2007
2 - Penúltimo	01/01/2006	31/12/2006
3 - Antepenúltimo	01/01/2005	31/12/2005
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG Auditores Independentes		5 - CÓDIGO CVM 00418-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Anselmo Neves Macedo		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 033.169.788-28

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2007	2 31/12/2006	3 31/12/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	149.811	123.492	120.860
2 - Preferenciais	299.622	246.910	241.664
3 - Total	449.433	370.402	362.524
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	16.595	14.409	468
6 - Total	16.595	14.409	468

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1020 - Petroquímicos e Borracha
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Indústria Petroquímica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Parcial

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
01	08.486.375/0001-15	Alclor Química de Alagoas Ltda.
02	16.151.532/0001-60	CODEVERDE Cia. Desenvolvimento Rio Verde
03	94.845.674/0001-30	Refinaria Petroquímica Ipiranga S.A.

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	PROPOSTA		Dividendo		ON	0,6440000000
02	PROPOSTA		Dividendo		PNA	0,6440000000
03	PROPOSTA		Dividendo		PNB	0,6440000000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00482-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL BRASKEM S.A.	3 - CNPJ 42.150.391/0001-70
---------------------------	--	--------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 19/02/2008	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	16.632.385	15.751.832	14.907.941
1.01	Ativo Circulante	4.303.223	4.909.025	4.135.108
1.01.01	Disponibilidades	1.264.273	1.974.931	1.464.593
1.01.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	1.071.600	1.125.925	1.461.090
1.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	192.673	849.006	3.503
1.01.02	Créditos	1.448.869	1.319.625	1.290.562
1.01.02.01	Clientes	1.059.661	891.794	963.333
1.01.02.02	Créditos Diversos	389.208	427.831	327.229
1.01.02.02.01	Tributos a Recuperar	170.650	336.350	263.677
1.01.02.02.02	Imp. Renda e Contrib. Social Diferidos	36.725	19.573	19.573
1.01.02.02.03	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	45.135	71.908	43.979
1.01.02.02.04	Investimento em alienação	136.698	0	0
1.01.03	Estoques	1.468.180	1.443.876	1.250.072
1.01.04	Outros	121.901	170.593	129.881
1.01.04.04	Demais Contas a Receber	121.901	170.593	129.881
1.02	Ativo Não Circulante	12.329.162	10.842.807	10.772.833
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.832.679	1.546.968	1.523.659
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.733.815	1.268.368	1.444.150
1.02.01.01.01	Títulos e Valores Mobiliários	273.998	63.460	636.303
1.02.01.01.02	Contas a Receber de Clientes	41.464	51.766	47.479
1.02.01.01.03	Estoques	22.790	22.946	71.817
1.02.01.01.04	Tributos a Recuperar	932.652	698.497	395.975
1.02.01.01.05	Imposto de Renda Diferido	366.480	361.089	257.677
1.02.01.01.06	Dep.Judiciais / Empréstimos Compulsórios	96.431	70.610	34.899
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	64.604	229.308	57.181
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	135	17.779
1.02.01.02.02	Com Controladas	20.219	188.440	2.481
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	44.385	40.733	36.921
1.02.01.03	Outros	34.260	49.292	22.328
1.02.02	Ativo Permanente	10.496.483	9.295.839	9.249.174
1.02.02.01	Investimentos	2.572.066	1.847.297	2.058.838
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	692.234	1.079.953	707.061
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	158.675	530.063	544.864
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	204.819	239.759	509.249
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	(10.845)	(10.845)	289.300
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	8.239	8.367	8.364
1.02.02.01.06	Adiantamento p/aquisição de investimento	1.518.944	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	6.391.685	5.994.130	5.675.397
1.02.02.03	Intangível	159.222	129.126	28.060
1.02.02.04	Diferido	1.373.510	1.325.286	1.486.879

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	16.632.385	15.751.832	14.907.941
2.01	Passivo Circulante	4.336.378	5.294.054	3.786.085
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	416.577	675.674	612.227
2.01.02	Debêntures	20.474	1.157.356	9.295
2.01.03	Fornecedores	2.365.462	2.907.312	2.529.824
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	93.961	86.670	167.131
2.01.05	Dividendos a Pagar	281.241	40.221	290.953
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	1.158.663	426.821	176.655
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	183.164	122.115	100.603
2.01.08.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0	10.810
2.01.08.03	Demais Provisões e Contas a Pagar	975.499	304.706	65.242
2.02	Passivo Não Circulante	6.451.208	6.010.264	6.474.755
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	6.434.743	5.989.204	6.449.100
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.371.393	3.591.687	3.331.415
2.02.01.02	Debêntures	800.000	950.000	1.599.347
2.02.01.03	Provisões	0	0	199.797
2.02.01.03.01	Provisão para Perda com Investimentos	0	0	199.797
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	16.789	7.050	3.372
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	1.246.561	1.440.467	1.315.169
2.02.01.06.01	Impostos e Contribuições	1.105.110	1.279.698	1.158.471
2.02.01.06.02	Fornecedores	26.338	21.426	29.746
2.02.01.06.03	Incentivo de Longo Prazo	4.879	2.272	0
2.02.01.06.04	Imp.Renda/Contribuição Social Diferidos	7.346	7.935	8.525
2.02.01.06.05	Planos de Previdência	19.565	58.554	58.554
2.02.01.06.06	Demais Contas a Pagar	83.323	70.582	59.873
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	16.465	21.060	25.655
2.04	Patrimônio Líquido	5.844.799	4.447.514	4.647.101
2.04.01	Capital Social Realizado	4.640.947	3.508.272	3.402.968
2.04.02	Reservas de Capital	458.144	408.650	396.821
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	745.708	530.592	847.312
2.04.04.01	Legal	99.972	72.811	68.923
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	890.192	652.336	780.294

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	(244.456)	(194.555)	(1.905)
2.04.04.07.01	Ações em Tesouraria	(244.456)	(194.555)	(1.905)
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	15.800.243	14.256.071	15.131.915
3.01.01	Mercado Interno	12.891.884	11.831.709	12.736.053
3.01.02	Mercado Externo	2.908.359	2.424.362	2.395.862
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3.665.767)	(3.324.628)	(3.639.630)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	12.134.476	10.931.443	11.492.285
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(10.148.506)	(9.303.288)	(9.276.273)
3.05	Resultado Bruto	1.985.970	1.628.155	2.216.012
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1.372.815)	(1.657.226)	(1.426.816)
3.06.01	Com Vendas	(398.032)	(283.847)	(199.638)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(554.999)	(474.033)	(448.378)
3.06.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	(545.810)	(464.847)	(437.909)
3.06.02.02	Honorários da Administração	(9.189)	(9.186)	(10.469)
3.06.03	Financeiras	(205.418)	(781.307)	(614.913)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	(146.761)	54.948	(62.109)
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(58.657)	(836.255)	(552.804)
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(58.657)	(836.255)	(552.804)
3.06.03.02.02	Juros Sobre Capital Próprio	0	0	(270.000)
3.06.03.02.03	Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	0	0	270.000
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	230.072	260.663	123.968
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(537.622)	(500.107)	(424.466)
3.06.05.01	Depreciações e Amortizações	(434.637)	(371.329)	(370.389)
3.06.05.02	Outras Despesas Operacionais	(102.985)	(128.778)	(54.077)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	93.184	121.405	136.611
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	179.300	172.783	222.129
3.06.06.02	Amortização Deságio, Líquida	(72.928)	(61.648)	(385.717)
3.06.06.03	Variação Cambial	(10.613)	2.709	21.341
3.06.06.04	Reversão Provisão Perda em Controladas	(2.659)	6.469	280.702
3.06.06.05	Outros	84	1.092	(1.844)
3.07	Resultado Operacional	613.155	(29.071)	789.196
3.08	Resultado Não Operacional	(31.760)	7.748	(24.865)
3.08.01	Receitas	12.556	8.692	5.891
3.08.02	Despesas	(44.316)	(944)	(30.756)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	581.395	(21.323)	764.331
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(49.592)	(444)	(54.869)
3.11	IR Diferido	11.417	99.520	(23.687)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	543.220	77.753	685.775

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2007 a 31/12/2007	4 -01/01/2006 a 31/12/2006	5 -01/01/2005 a 31/12/2005
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	432.838	355.993	362.056
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,25502	0,21841	1,89411
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	4.190.819	3.787.121	3.968.483
4.01.01	Das Operações	699.675	676.188	1.212.923
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	543.220	77.753	685.775
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	156.455	598.435	527.148
4.01.01.02.01	Depreciações, Amortizações e Exaustões	932.095	865.255	766.340
4.01.01.02.02	Amortização de Ágio(Deságio), Líquida	72.928	61.648	385.717
4.01.01.02.03	Equivalência Patrimonial	(179.300)	(172.783)	(222.129)
4.01.01.02.04	Variação Cambial sobre Investimentos	10.613	(2.709)	(21.341)
4.01.01.02.05	Valor Residual Ativo Permanente Baixado	16.094	963	1.067
4.01.01.02.06	Provisão para Perda de Ativo Permanente	0	0	0
4.01.01.02.07	Imposto de Renda Diferido	(11.417)	(99.520)	23.687
4.01.01.02.08	Juros e Var.Monetária de L.Prazo, Líq.	(566.533)	64.137	(42.513)
4.01.01.02.09	Concessão de Direito de Uso	0	0	(58.240)
4.01.01.02.10	Provisão Perda em Investimentos	2.659	(6.469)	(280.702)
4.01.01.02.11	Ganhos(Perdas) de Part. Investim./Outros	(84)	(1.092)	2.293
4.01.01.02.12	Recup. de Créditos Tributários, Líquidos	(110.704)	(94.352)	0
4.01.01.02.13	Outros	(9.896)	(16.643)	(27.031)
4.01.02	Dos Acionistas	1.132.675	105.304	0
4.01.02.01	Aumento de Capital	1.132.675	105.304	0
4.01.02.02	Permuta de Ações em Tesouraria	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	2.358.469	3.005.629	2.755.560
4.01.03.01	Transferência do RLP p/Ativo Circulante	189.799	364.668	30.093
4.01.03.02	Ingressos de Recursos / Aumento do ELP	18.630	10.686	58.266
4.01.03.03	Redução do Realizável a Longo Prazo	185.354	21.968	59.618
4.01.03.04	Aumento do Conta Corrente Passivo, Líq.	0	0	0
4.01.03.05	Ingressos de Financiamentos no ELP	1.618.923	2.119.979	1.206.300
4.01.03.06	Dividendos a Receber	22.845	175.970	336.681
4.01.03.07	Incentivos Fiscais	49.494	11.829	52.039
4.01.03.08	Outros	930	0	2.289
4.01.03.09	CCL - Empresas Incorporadas/adquirida	272.494	300.529	1.010.274
4.02	Aplicações	3.838.945	4.521.173	2.868.441
4.02.01	Dividendos Propostos e JCP a Pagar	278.457	36.933	325.743
4.02.02	Redução do ELP/Transf.p/ Circulante	238.720	141.510	24.993
4.02.03	Acréscimo no RLP	363.020	121.783	976.908
4.02.04	Acréscimo Ativo Permanente-Investimentos	1.646.258	523.278	121.739
4.02.05	Acréscimo Ativo Permanente - Imobilizado	793.610	910.166	855.436
4.02.06	Acréscimo Ativo Permanente - Diferido	72.862	35.213	82.477
4.02.07	Capital Circ Líq - Empresa Incorporada	0	0	0
4.02.08	Transf. Financ. do RLP p/ Circulante	16.204	1.757.673	481.145
4.02.09	Liquidação de Financiamentos do ELP	315.817	619.652	0
4.02.10	Redução Conta Corrente Passivo, Líq.	64.096	182.315	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.02.11	Recompra de Ações / Debentures	49.901	192.650	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	351.874	(734.052)	1.100.042
4.04	Variação do Ativo Circulante	(605.802)	773.917	(555.187)
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	4.909.025	4.135.108	4.690.295
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	4.303.223	4.909.025	4.135.108
4.05	Variação do Passivo Circulante	(957.676)	1.507.972	(1.655.229)
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	5.294.054	3.786.085	5.441.314
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	4.336.378	5.294.057	3.786.085

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	3.508.272	408.650		0	530.592	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores		0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	1.132.675	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	(49.901)	0	(49.901)
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	543.220	543.220
5.07	Destinações	0	0	0	265.017	(543.474)	(278.457)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	27.161	(27.161)	0
5.07.02	Dividendos Propostos	0	0	0	0	(278.457)	(278.457)
5.07.03	Retenção de Lucros	0	0	0	237.602	(237.602)	0
5.07.04	Transferência para Reserva	0	0	0	0	254	254
5.08	Outros	0	49.494	0	0	0	49.748
5.08.01	Incentivos Fiscais	0	49.494	0	0	0	49.494
5.08.02	Dividendos Prescritos	0	0	0	0	254	254
5.09	Saldo Final	4.640.947	458.144	0	745.708	0	5.844.799

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	3.402.968	396.821	0	847.312	0	4.647.101
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	105.304	0	0	0	0	105.304
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	(192.650)	0	(192.650)
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	77.753	77.753
5.07	Destinações	0	0	0	40.820	(77.753)	(36.933)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	3.888	(3.888)	0
5.07.02	Dividendos Propostos	0	0	0	0	(36.933)	(36.933)
5.07.03	Retenção de Lucros	0	0	0	36.932	(36.932)	0
5.08	Outros	0	11.829	0	(164.890)	0	(153.061)
5.08.01	Incentivos Fiscais	0	11.829	0	0	0	11.829
5.08.02	Efeito da Mudança de Critério Contábil	0	0	0	0	(164.890)	(164.890)
5.08.03	Transf. Res.p/Aborção Ajuste Exerc.Anter.	0	0	0	(164.890)	164.890	0
5.09	Saldo Final	3.508.272	408.650	0	530.592	0	4.447.514

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	3.402.968	344.782	0	487.280	0	4.235.030
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	685.775	685.775
5.07	Destinações	0	0	0	34.289	(34.289)	0
5.08	Outros	0	52.039	0	325.743	(651.486)	(273.704)
5.08.01	Incentivos Fiscais	0	52.039	0	0	0	52.039
5.08.02	Retenção de Lucros	0	0	0	325.743	(325.743)	0
5.08.03	Dividendos propostos	0	0	0	0	(55.743)	(55.743)
5.08.04	Juros sobre capital próprio	0	0	0	0	(270.000)	(270.000)
5.09	Saldo Final	3.402.968	396.821	0	847.312	0	4.647.101

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	20.892.001	16.304.322	15.590.751
1.01	Ativo Circulante	6.596.287	5.950.996	5.837.458
1.01.01	Disponibilidades	2.138.850	1.960.952	2.281.534
1.01.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	1.890.151	1.547.061	2.135.740
1.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	248.699	413.891	145.794
1.01.02	Créditos	2.006.965	2.023.565	1.840.159
1.01.02.01	Clientes	1.496.976	1.594.858	1.493.312
1.01.02.02	Créditos Diversos	509.989	428.707	346.847
1.01.02.02.01	Tributos a Recuperar	310.311	408.082	324.868
1.01.02.02.02	Imp.Renda e Contrib. Social Diferidos	62.980	20.625	21.979
1.01.02.02.03	Investimentos em alienação	136.698	0	0
1.01.03	Estoques	2.264.272	1.767.275	1.567.453
1.01.04	Outros	186.200	199.204	148.312
1.02	Ativo Não Circulante	14.295.714	10.353.326	9.753.293
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.959.104	1.597.161	1.062.573
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.862.620	1.497.775	994.756
1.02.01.01.01	Títulos e Valores Mobiliários	119.789	1.628	325
1.02.01.01.02	Contas a Receber de Clientes	41.927	52.542	49.676
1.02.01.01.03	Estoques	22.790	22.946	75.783
1.02.01.01.04	Tributos a Recuperar	1.175.008	953.102	559.423
1.02.01.01.05	Imposto de Renda Diferido	395.452	377.041	273.027
1.02.01.01.06	Dep. Judiciais e Empréstimo Compulsório	107.654	90.516	36.522
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	48.531	40.733	40.560
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	48.531	40.733	40.560
1.02.01.03	Outros	47.953	58.653	27.257
1.02.02	Ativo Permanente	12.336.610	8.756.165	8.690.720
1.02.02.01	Investimentos	1.073.183	46.771	66.179
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	24.445	26.187	25.761
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	6.912	6.528	6.206
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	13.840	14.056	34.212
1.02.02.01.06	Adiantamento p/aquisição de investimento	1.027.986	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	8.404.079	6.688.699	6.364.361
1.02.02.03	Intangível	172.418	129.450	28.395
1.02.02.04	Diferido	2.686.930	1.891.245	2.231.785

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	20.892.001	16.304.322	15.590.751
2.01	Passivo Circulante	5.922.906	5.506.952	4.444.097
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.068.351	653.898	1.120.391
2.01.02	Debêntures	111.632	1.157.687	9.295
2.01.03	Fornecedores	2.967.929	3.022.085	2.580.173
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	161.825	122.840	192.169
2.01.05	Dividendos a Pagar	307.945	41.425	299.202
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	3.081
2.01.08	Outros	1.305.224	509.017	239.786
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	260.807	148.935	135.961
2.01.08.02	Demais Provisões e Contas a Pagar	1.029.052	345.657	84.823
2.01.08.03	Imposto de Renda e Contribuição Social	15.365	14.425	19.002
2.02	Passivo Não Circulante	8.614.127	6.463.716	6.489.656
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	8.588.931	6.433.311	6.401.715
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.401.947	3.935.794	3.261.594
2.02.01.02	Debêntures	800.000	982.190	1.599.347
2.02.01.03	Provisões	0	0	9.280
2.02.01.03.01	Provisão para Perda com Investimentos	0	0	9.280
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	4.353	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	438	3.044
2.02.01.06	Outros	1.386.984	1.510.536	1.528.450
2.02.01.06.01	Impostos e Contribuições	1.145.816	1.321.961	1.324.358
2.02.01.06.02	Fornecedores	29.654	21.426	29.746
2.02.01.06.03	Incentivo de Longo Prazo	4.879	2.272	0
2.02.01.06.04	Imp. de Renda/Contrib. Social Diferidos	64.451	17.274	10.445
2.02.01.06.05	Planos de Previdência Privada	35.727	64.205	65.116
2.02.01.06.06	Demais Contas a Pagar	106.457	83.398	98.785
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	25.196	30.405	87.941
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	597.949	21.767	121.232
2.04	Patrimônio Líquido	5.757.019	4.311.887	4.535.766
2.04.01	Capital Social Realizado	4.640.947	3.508.272	3.402.968
2.04.02	Reservas de Capital	458.144	408.650	396.821
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	657.928	394.965	735.977
2.04.04.01	Legal	99.972	72.811	72.811
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
2.04.04.05	Retenção de Lucros	815.522	577.708	678.181
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	(257.566)	(255.554)	(15.015)
2.04.04.07.01	Ações em Tesouraria	(257.566)	(255.554)	(15.015)
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	22.463.780	16.545.278	17.043.335
3.01.01	Mercado Interno	17.939.011	13.028.432	14.099.136
3.01.02	Mercado Externo	4.524.769	3.516.846	2.944.199
3.02	Deduções da Receita Bruta	(4.784.396)	(3.552.582)	(3.968.255)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	17.679.384	12.992.696	13.075.080
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(14.440.942)	(10.792.056)	(10.361.716)
3.05	Resultado Bruto	3.238.442	2.200.640	2.713.364
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1.987.058)	(2.117.670)	(1.939.061)
3.06.01	Com Vendas	(554.243)	(398.953)	(261.880)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(684.324)	(552.461)	(525.174)
3.06.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	(671.475)	(539.515)	(510.082)
3.06.02.02	Honorários da Administração	(12.849)	(12.946)	(15.092)
3.06.03	Financeiras	(293.639)	(938.408)	(709.376)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	(113.541)	159.519	(33.619)
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(180.098)	(1.097.927)	(675.757)
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(180.098)	(1.097.927)	(675.757)
3.06.03.02.02	Juros Sobre Capital Próprio	0	0	(270.000)
3.06.03.02.03	Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	0	0	270.000
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	316.407	310.046	22.753
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(663.988)	(508.997)	(355.563)
3.06.05.01	Depreciações e Amortizações	(479.046)	(385.093)	(355.563)
3.06.05.02	Outras Despesas Operacionais	(184.942)	(123.904)	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(107.271)	(28.897)	(109.821)
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	(147)	801	1.287
3.06.06.02	Amortização Deságio, Líquida	(106.238)	(57.758)	(152.539)
3.06.06.03	Variação Cambial	(11.572)	(1.423)	3.629
3.06.06.04	Reversão Provisão Perda em Controladas	0	0	0
3.06.06.05	Incentivos Fiscais	3.448	20.504	39.225
3.06.06.06	Outros	7.238	8.979	(1.423)
3.07	Resultado Operacional	1.251.384	82.970	774.303
3.08	Resultado Não Operacional	(67.224)	7.120	(25.156)
3.08.01	Receitas	8.002	9.854	5.941
3.08.02	Despesas	(75.226)	(2.734)	(31.097)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.184.160	90.090	749.147
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(273.686)	(88.054)	(147.737)
3.11	IR Diferido	(103.289)	100.906	(29.641)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(259.601)	(1.593)	54.068
3.12.01	Participações	(259.601)	(1.593)	54.068
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	547.584	101.349	625.837
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	432.838	355.993	362.056
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,26510	0,28469	1,72856
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	6.992.836	3.671.566	3.802.257
4.01.01	Das Operações	1.367.264	955.415	1.474.448
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	547.584	101.349	625.837
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	819.680	854.066	848.611
4.01.01.02.01	Depreciações, Amortizações e Exaustões	1.203.622	962.399	841.493
4.01.01.02.02	Amortização de Ágio (Deságio), Líquida	106.238	57.758	152.539
4.01.01.02.03	Equivalência Patrimonial	147	(801)	(1.287)
4.01.01.02.04	Variação Cambial sobre Investimentos	11.572	1.423	(3.629)
4.01.01.02.05	Valor Residual Ativo Permanente Baixado	26.409	4.403	5.056
4.01.01.02.06	Provisão p/Perda em Ativo Permanente	0	0	0
4.01.01.02.07	Juros e Var. Monet.de Longo Prazo, Liq.	(719.373)	90.393	(54.369)
4.01.01.02.08	Imposto de Renda Diferido	103.737	(100.906)	29.641
4.01.01.02.09	Provisão(Reversão) Prov.Perda Investim.	0	0	0
4.01.01.02.10	Ganhos (Perdas) de Part.Invest.-Outros	1.459	(11.437)	2.188
4.01.01.02.11	Participação dos Minoritários	240.892	1.593	(54.068)
4.01.01.02.12	Incentivos Fiscais	(3.448)	(20.504)	(39.225)
4.01.01.02.13	Recup.de Créditos Tributários, Líquidos	(110.111)	(94.491)	0
4.01.01.02.14	Concessão de Direito de Uso	0	(19.657)	(3.640)
4.01.01.02.15	Outros	(41.464)	(16.107)	(26.088)
4.01.02	Dos Acionistas	1.166.603	110.860	2.688
4.01.02.01	Aumento de Capital	1.132.675	110.860	2.531
4.01.02.02	Permuta de Ações em Tesouraria	0	0	0
4.01.02.03	Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	0	0	157
4.01.02.04	Efeito do ccl na mudança de participação	33.928	0	0
4.01.03	De Terceiros	4.458.969	2.605.291	2.325.121
4.01.03.01	Transf. do RLP p/Ativo Circulante	194.626	168.344	66.423
4.01.03.02	Aumento do ELP	33.095	55.296	429.911
4.01.03.03	Redução do Realizável a Longo Prazo	295.879	28.389	123.347
4.01.03.04	Ingressos de Financiamentos no ELP	3.579.840	2.234.789	1.606.197
4.01.03.05	Dividendos a Receber	2.000	2.000	2.000
4.01.03.06	Incentivos Fiscais	53.130	32.430	91.422
4.01.03.07	CCL Inicial Empresas Incluídas na Cons	285.762	84.043	0
4.01.03.08	Outros	14.637	0	5.821
4.02	Aplicações	6.763.499	4.620.883	3.481.845
4.02.01	Dividendos Propostos e JCP a Pagar	302.916	66.236	331.300
4.02.02	Redução do ELP/Transf. p/ Circulante	753.261	173.610	319.211
4.02.03	Acréscimo no RLP	204.213	202.437	507.647
4.02.04	Acréscimo Ativo Permanente - Invest.	1.980.462	483.013	22.463
4.02.05	Acréscimo Ativo Permanente - Imobilizado	1.377.263	1.056.547	965.285
4.02.06	Acréscimo Ativo Permanente - Diferido	1.149.230	40.312	87.589
4.02.07	Liquidação de Financiamento do ELP	399.557	634.000	617.228

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2007 a 31/12/2007	4 -01/01/2006 a 31/12/2006	5 -01/01/2005 a 31/12/2005
4.02.08	Redução de Conta Corrente Passivo, Líq.	3.887	4.295	117.823
4.02.09	Transf. Financiamento do LP p/Circulante	482.560	1.767.783	504.231
4.02.10	Recompra de Ações / Debentures	110.150	192.650	9.068
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	229.337	(949.317)	320.412
4.04	Variação do Ativo Circulante	645.291	113.538	169.209
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	5.950.996	5.837.458	5.668.249
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	6.596.287	5.950.996	5.837.458
4.05	Variação do Passivo Circulante	415.954	1.062.855	(151.203)
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	5.506.952	4.444.097	4.595.300
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	5.922.906	5.506.952	4.444.097

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Braskem S.A.
Camaçari - BA

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Braskem e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras das controladas Copesul - Companhia Petroquímica do Sul e Ipiranga Química S.A. em 31 de dezembro de 2007 foram examinadas por outros auditores independentes, e a nossa opinião, no que se refere ao valor dos investimentos e do resultado decorrentes dessas controladas, está baseada exclusivamente nos relatórios emitidos por esses auditores.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião e baseados nos pareceres de responsabilidade de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Braskem S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 (b), a Companhia tem acumulado créditos de ICMS ao longo dos últimos exercícios, provenientes substancialmente da diferença entre as alíquotas das entradas e saídas dos insumos e produtos, saídas internas incentivadas com diferimento da tributação e vendas destinadas ao mercado externo. A realização desses créditos depende do sucesso na implantação dos planos da Administração descritos nesta mesma Nota Explicativa. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 não contemplam quaisquer ajustes relativos à recuperação desses créditos em decorrência dessa incerteza.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

- 5 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17 (c), face à discussão quanto à constitucionalidade da Lei nº 7.689/88, a Companhia, em processo que também envolve suas incorporadas OPP Química, Trikem e Polialden, está discutindo judicialmente o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro (CSL). A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que avaliaram a perspectiva de êxito como possível, acredita que deverá obter êxito em seus pleitos de manutenção do não-recolhimento e, em caso de perda da ação rescisória, a decisão não poderia retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da lei. Conseqüentemente, para fins de elaboração dessas demonstrações financeiras não foi constituída provisão para eventuais desfechos desfavoráveis dos autos de infração, bem como para os exercícios ainda não fiscalizados pela Receita Federal.
- 6 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 (a) a OPP Química S.A., incorporada pela Companhia em 2003, fundamentada na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu contabilmente créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no montante de R\$ 1.030.125 mil (R\$ 2.506.923 mil atualizado até 31 de dezembro de 2007), os quais foram compensados com o próprio IPI e outros tributos federais. Embora esta decisão tenha sido objeto de Agravo Regimental pela Fazenda Nacional, pendente de julgamento pela 2ª Turma do STF, e pelos autos de infração lavrados contra a Companhia, a Administração baseada na opinião de seus assessores jurídicos considera prováveis as chances de êxito, razão pela qual, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.
- 7 Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 11, 12 e 13, a Companhia e certas controladas registraram ágio na aquisição de investimentos fundamentados economicamente na mais valia dos ativos e na rentabilidade futura das investidas, os quais estão sendo amortizados pelo prazo de realização constante dos laudos de avaliação. A manutenção do registro desses ágios está condicionada à concretização das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa e das receitas e despesas.
- 8 As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram um parecer, sem ressalvas, datado de 7 de fevereiro de 2007, contendo ênfases sobre os mesmos assuntos comentados nos parágrafos 4, 5, 6 e 7 acima e quanto ao fato da Companhia e suas controladas estarem envolvidas em processo judicial que discute a validade da Cláusula Quarta da Convenção Coletiva dos Trabalhadores do SINDIQUÍMICA. Este assunto foi reavaliado em 2007 e maiores detalhes encontram-se descritos na Nota Explicativa nº 21 (a).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

- 9 Nosso exame foi efetuado com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, tomadas em conjunto.

19 de fevereiro de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-S-BA

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6-S-BA

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BRASKEM 2007

A Administração da Braskem S.A. ("Braskem") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007.

Com a aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga pela Braskem e Petrobras, na proporção de 60/40, respectivamente, a Braskem assumiu a gestão desses ativos a partir de 18 de abril de 2007. Dessa forma, esse relatório se baseia em informações consolidadas que incluem 100% dos resultados da Ipiranga Química, da Ipiranga Petroquímica e da Copesul, com a respectiva eliminação das participações de minoritários em todas essas empresas, bem como a consolidação proporcional, de acordo com a instrução CVM 247, das participações na Petroflex Indústria e Comércio S/A (Petroflex), em processo de alienação, e na Cetrel S.A. - Empresa de Proteção Ambiental. Para facilitar a comparação, as informações relativas ao ano de 2006 estão em base pro forma, como se a referida aquisição, e seus efeitos na consolidação, tivessem ocorrido em 01 de janeiro de 2006.

1. Mensagem da Administração

A Braskem alcançou uma seqüência de conquistas estratégicas em 2007, ano em que confirmou sua capacidade de liderar movimentos marcantes na petroquímica nacional e de obter alto desempenho econômico-financeiro. A aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga em parceria com a Petrobras, anunciada em março de 2007, foi um passo decisivo no processo de consolidação do setor no país e representou uma evolução expressiva no porte e no nível de competitividade da Braskem, permitindo-lhe avançar em sua estratégia de crescimento com criação de valor e firmar-se como o terceiro maior produtor petroquímico das Américas.

Dentro do processo de integração, a Braskem concluiu em outubro de 2007 o fechamento de capital da Copesul, que já teve seu registro em bolsa cancelado.

Paralelamente, equipes formadas por integrantes da Braskem, Copesul e Ipiranga concluíram o trabalho de identificação das melhores práticas em cada empresa, confirmando o potencial de sinergias de aproximadamente US\$ 1,1 bilhão em valor presente líquido.

No final de novembro, a Companhia anunciou um novo acordo com a Petrobras, pelo qual esta decidiu aportar na Braskem suas participações minoritárias na Copesul, Ipiranga Petroquímica, Ipiranga Química e Petroquímica Paulínia, além da opção de aporte da Petroquímica Triunfo. Pelo acordo, a Petrobras ampliará sua participação acionária na Braskem de 6,8% para 25% do capital total.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Esse acordo encerra um ciclo de reestruturação da petroquímica brasileira e teve uma importância fundamental para a Braskem, ampliando sua capacidade de geração de caixa, o que permitiu acelerar seu processo de crescimento posicionando-a como 11ª empresa petroquímica global em *enterprise value*.

Essa iniciativa também permitiu o estabelecimento de um novo modelo de organização para a petroquímica brasileira em torno de duas empresas consolidadas e integradas capazes de atuar em condições competitivas na economia global. Nesse contexto, como acionista minoritário relevante e principal fornecedora de matéria-prima, a Petrobras assume um papel cada vez mais importante para o desenvolvimento do setor.

Em paralelo, a Braskem concluiu a etapa de aquisição e integração da Politen, que adicionou 360 mil toneladas anuais de polietileno da Companhia, com o pagamento final de cerca de R\$ 250 milhões à Suzano Petroquímica, Sumitomo e Itochu como ajuste de preço calculado pela fórmula de *earn out*.

Com a integração e consolidação de todos esses ativos, a Braskem ampliou sua vantagem sobre os concorrentes em termos de capacidade produtiva e porte empresarial: passou a contar com 2,5 milhões de toneladas/ano de eteno e 3,3 milhões de toneladas/ano de resinas termoplásticas, com uma receita bruta em 2007 de R\$ 24 bilhões, equivalentes a US\$ 12,3 bilhões, e EBITDA de R\$ 3,2 bilhões, ou US\$ 1,6 bilhão.

A Companhia confirmou ainda para março de 2008 o início das operações da Petroquímica Paulínia, localizada no estado de São Paulo, que vai ampliar em 350 mil toneladas anuais sua capacidade de polipropileno (PP). A iniciativa representa o primeiro passo na diversificação da matriz de matéria-prima nas operações da Braskem e vai permitir a consolidação da sua liderança em PP na América Latina e sua posição como 2º maior produtor dessa resina nas Américas. Além de matéria-prima de refinarias da Petrobras próximas à unidade, a planta conta com tecnologia atualizada de domínio da Braskem, escala mundial e proximidade com o principal mercado de consumo do país. O projeto está sendo implementado dentro do custo e prazo previstos, evidenciando as competências da Braskem na administração de projetos, que serão transferidas para a execução da unidade de polipropileno na Venezuela.

A Braskem também obteve progressos significativos em outra frente de seu programa de crescimento, que combina acesso a matéria-prima competitiva e os primeiros passos em seu processo de internacionalização. Foram constituídas as empresas que devem implementar dois grandes projetos na Venezuela em parceria com a Pequiven. Um projeto, com início de operação previsto para o final de 2010, contempla a construção de uma unidade de PP, com capacidade de 450 mil toneladas anuais, integrada com uma unidade de desidrogenação de propano, o que representa um crescimento de 40% sobre a capacidade de produção da Braskem nessa resina. O outro projeto se refere a uma unidade com capacidade anual de 1,3 milhão de toneladas de eteno a partir de etano de gás natural integrada à produção de polietileno (PE) com capacidade de 1,1 milhão, cuja

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

partida deverá ocorrer no final de 2012, aumentando em mais de 50% a capacidade produtiva de PE da Braskem.

O investimento total previsto para ambos os projetos é de aproximadamente US\$ 3,5 bilhões, a serem financiados através de *project finance*. Braskem e Pequiven terão participações paritárias nos projetos e o aporte da Braskem está estimado em cerca de US\$ 500 milhões até 2012. Os termos acertados entre as empresas para fornecimento das matérias-primas garantem um nível de competitividade comparável às unidades produtivas existentes no Oriente Médio. Além disso, estão alinhados aos critérios de competitividade da Braskem, que combinam escala global, tecnologia atualizada e acesso a matéria-prima em condições competitivas.

Inovação e autonomia tecnológica são direcionadores importantes da estratégia de criação de valor da Braskem e alavancas da sua rentabilidade. Uma das linhas de pesquisa e desenvolvimento da Companhia está voltada ao uso de matérias-primas renováveis para a produção de resinas, que culminou em 2007 com o anúncio do primeiro polietileno 100% verde com certificação internacional. A Braskem opera sua planta-piloto a plena carga para amostragem do polietileno verde junto aos clientes e tem projeto para implementar uma unidade industrial com capacidade para 200 mil toneladas anuais e começo de operação previsto para o início de 2010. Pela relevância do desenvolvimento, a Braskem conquistou o Global Bioplastics Award na categoria "Best Innovation in Bioplastics", concedido pela revista European Bioplastics News.

Do ponto de vista operacional, a Braskem teve um excelente desempenho industrial e comercial, com recordes de produção em várias unidades, melhorias do seu mix de produtos e maiores volumes vendidos. As vendas de resinas termoplásticas da Braskem no mercado doméstico tiveram um crescimento médio de 8% em relação a 2006, chegando a 16% no caso do PVC. Essa evolução demonstra mais uma vez a capacidade de superação da Braskem diante de um cenário adverso como o de 2007, que combinou fortes pressões de custo decorrentes da elevação do preço do petróleo, que chegou a romper a barreira dos US\$ 100 por barril.

A receita líquida da Braskem em 2007 teve um incremento de 11% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 18,8 bilhões, equivalentes a US\$ 9,7 bilhões. Esse desempenho traduz os maiores volumes vendidos no mercado doméstico e o crescimento de 12% nas exportações, que alcançaram 24% da receita líquida, ou US\$ 2,3 bilhões. A receita com exportações reflete o aumento de preços no mercado internacional e uma melhor valorização dos nossos produtos proporcionada pela comercialização direta aos clientes por meio de operações próprias de distribuição na Argentina, Estados Unidos e Europa.

A Braskem ampliou sua capacidade de geração de caixa traduzida pelo EBITDA de R\$ 3,2 bilhões em 2007, com crescimento de 5% na comparação com 2006. Nesse contexto a margem EBITDA, que reflete a rentabilidade da Companhia, se manteve em torno de 17% e está entre as melhores da petroquímica global.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O lucro antes da participação dos minoritários (participação da Petrobras nos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga) atingiu R\$ 1 bilhão, um marco histórico para a Braskem que estabelece um novo patamar para a empresa. O lucro líquido alcançou R\$ 568 milhões, cerca de 4 vezes maior que o lucro do ano anterior.

O Conselho de Administração da Braskem está encaminhando à aprovação da Assembléia Geral Ordinária a proposta de pagamento de R\$ 278,5 milhões em dividendos aos acionistas da Companhia.

No tocante à gestão financeira, cabe destacar a mais competitiva operação de empréstimo-ponte já realizada por uma empresa brasileira, que colocou à disposição da Braskem US\$ 1,2 bilhão para fazer frente aos compromissos assumidos com a aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga. A aquisição, além de aumentar o porte e competitividade da Braskem, contribuiu para melhorar seu nível de alavancagem financeira, com uma redução da relação dívida líquida sobre EBITDA para cerca de 2 vezes em 2007. Com isso, as agências internacionais de análise de risco de crédito elevaram o *rating* da Braskem, que está a um nível do grau de investimento.

Em linha com o objetivo de focar-se cada vez mais em seus negócios estratégicos, a Braskem alienou em 2007 suas participações nas empresas Petroflex, Rionil e Santeno. Ao longo do ano, outro fato relevante foi a decisão da Odebrecht de converter debêntures no valor de R\$ 1,2 bilhão em ações da Braskem, confirmando a confiança do acionista controlador na perspectiva de valorização da Companhia.

Como parte de seu compromisso com a sustentabilidade, a Braskem progrediu de forma consistente em seus indicadores de Saúde, Segurança e Meio Ambiente – SSMA, prosseguindo na trajetória de evolução que vem se mantendo desde sua criação. Em 2007, cabe destacar uma melhoria significativa na área de segurança do trabalho, evidenciada por uma redução de 40% na taxa de frequência de acidentes de suas unidades, o que coloca a Braskem como uma das empresas-líderes no seu segmento. Além disso, ocorreram reduções na geração de resíduos e efluentes quando comparadas a 2006. A Companhia investiu R\$ 130 milhões em programas na área de SSMA em 2007.

Na área da responsabilidade social, a Braskem aprimorou seu conjunto de programas com foco em educação ambiental, inclusão social e promoção cultural, fortalecido por iniciativas que já eram patrocinadas pela Copesul, como Fronteiras do Pensamento, e pela Ipiranga. Esses programas estão alinhados com o compromisso da Companhia de contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que atua.

O processo de consolidação dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga amplia e valoriza o pool de talentos da Braskem, fortalecendo as competências necessárias para apoiar seus programas de crescimento e internacionalização. Ao mesmo tempo, esse processo abre perspectivas de desenvolvimento profissional e pessoal a todos os integrantes da Companhia.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Braskem foi indicada como empresa modelo em sustentabilidade pela Revista Exame em 2007 e, pelo terceiro ano consecutivo, foi qualificada para integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bolsa de Valores de São Paulo, uma carteira que reúne ações de empresas que se destacam por suas práticas ligadas à responsabilidade social e ambiental e à governança corporativa. Também em 2007 foi indicada como a empresa brasileira com melhor padrão de governança corporativa na Latibex - Bolsa de Madri.

Agradecimentos

A Administração da Braskem, depois de um ano tão rico em conquistas, renova os agradecimentos a seus acionistas, clientes e fornecedores pela confiança mais uma vez depositada na Companhia em 2007. Essa parceria constitui a base que nos estimula a perseguir sempre o caminho da excelência.

Adicionalmente, cabe ressaltar que os marcos históricos alcançados nesse período são resultado do incansável comprometimento, dedicação e competência demonstrados pelas equipes da Braskem, Copesul e Ipiranga, que possibilitaram à Companhia evoluir de forma ímpar em 2007 e renovar a confiança na plena realização de sua visão de negócios para os próximos anos. Pelo terceiro ano consecutivo, nossos integrantes colocaram a Braskem no ranking das melhores empresas brasileiras para se trabalhar, o que é reflexo do empenho da Companhia em proporcionar um ambiente de trabalho estimulante, recompensador e de alto desempenho.

2. Perspectivas

O cenário macroeconômico mundial, ainda que influenciado no curto prazo pelas incertezas da dinâmica da economia norte-americana e seus impactos no resto do mundo, aponta para um crescimento consistente da economia global. Está claro também que o Brasil encontra-se mais preparado para enfrentar uma eventual redução no ritmo de crescimento da economia mundial em função das melhores condições macroeconômicas do país, evidenciadas por reservas cambiais de US\$ 185 bilhões, a maior da nossa história.

Nesse contexto, a Braskem acredita que a petroquímica mundial se beneficiará das altas taxas de crescimento em mercados petroquímicos relevantes, como a China e a Índia, apoiadas principalmente pela demanda de seus mercados domésticos. Além disso, o volume de oferta de eteno previsto para entrar em operação em 2008 representa um crescimento de cerca de 3% sobre a produção de 2007, permitindo assumir para 2008 elevadas taxas de utilização de capacidade de eteno e, por consequência, preços estáveis para as resinas com uma rentabilidade adequada, mesmo com os aumentos recentes das matérias-primas.

A Braskem trabalha com um cenário de crescimento do PIB brasileiro de 4,5% em 2008 sustentado pela demanda interna, que resulta do aumento da renda disponível e de linhas de crédito competitivas e com prazos alongados. Coerente com esse cenário, o mercado

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

de resinas termoplásticas deverá crescer entre 8% e 10% no Brasil em 2008 com destaque para os setores de construção civil, automobilístico e agronegócio, entre outros. A Braskem espera se beneficiar desse cenário por meio de sua posição de liderança no mercado combinada com uma estrutura diferenciada de produtos e serviços baseada na inovação e tecnologia. É importante observar que em 2008 as duas centrais petroquímicas da Braskem irão realizar paradas programadas para manutenção, segundo o seguinte cronograma preliminar: Copesul em abril e Unidade de Camaçari em maio. A Companhia já tomou as medidas necessárias para que estas paradas não afetem o suprimento de resinas para seus clientes no mercado doméstico.

Os investimentos programados para 2008 devem atingir R\$ 1,3 bilhão, incluindo as paradas programadas para manutenção mencionadas acima.

No âmbito estratégico, a Braskem avançou de forma importante em 2007 nas três frentes de sua estratégia de crescimento associada à criação de valor para todos os seus acionistas: consolidação da indústria petroquímica brasileira, flexibilização da matriz energética por meio de acesso a matérias-primas competitivas, fator cada vez mais primordial para a garantia da competitividade em um ambiente globalizado, e inovação, com o desenvolvimento do polímero verde a partir de matéria-prima renovável.

Neste contexto, a conclusão do processo de aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga deve ocorrer ainda no 1T08, já tendo sido aprovados praticamente todos os atos societários necessários. O movimento de consolidação está sendo avaliado pelo CADE e a Companhia acredita que, seguindo as decisões recentes no setor, o CADE deve aprovar a operação sem restrições, pois há o entendimento de que o mercado internacional é a referência para o setor petroquímico nacional.

Dando prosseguimento ao processo de consolidação da indústria petroquímica brasileira, a Braskem comunicou ao mercado em 30 de novembro a celebração de acordo entre Petrobras/Petroquisa e Odebrecht, com o compromisso da Petrobras de integrar à Braskem suas participações minoritárias na Ipiranga Química, Ipiranga Petroquímica, Copesul, Petroquímica Paulínia e a opção de aportar a Petroquímica Triunfo. Com esses aportes, que devem estar concluídos até o 1S08, a Petrobras/Petroquisa passam a deter 25% do capital total da Braskem, sendo 30% do capital votante.

O valor das sinergias oriundas desse processo de integração monta a US\$ 1,1 bilhão, em valor presente líquido. O início da captura deste ganho ocorreu no 4T07 e a Companhia está concentrada em realizar esses ganhos dentro dos próximos dois anos. Quando expressas em bases anuais e recorrentes, a Braskem tem expectativa de capturar cerca de R\$ 200 milhões em EBITDA, sendo mais de R\$ 100 milhões já em 2008.

A entrada em operação da Petroquímica Paulínia se dará ao final de março de 2008. A planta, com capacidade de 350 mil toneladas de PP, representa investimento total de R\$ 704 milhões, com financiamento de 65% feito principalmente pelo BNDES.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Adicionalmente, a Braskem deverá aumentar a sua capacidade de produção através da implementação de novos projetos, sempre preservando a sua disciplina de capital, em investimentos que proporcionem retornos acima do custo de capital da empresa. Esses novos projetos incluem expansões adicionais de capacidade em plantas já existentes: (i) expansões de PE e PP em estudo no Complexo de Triunfo e (ii) expansão de capacidade de PVC entre 150 e 200 mil toneladas, programada para 2010. Além disso, também está sendo estudada uma nova planta de PP, em Camaçari, para 2012.

Dentro dos projetos de crescimento com melhoria da competitividade através de acesso a matéria-prima competitiva, a Braskem também está trabalhando em dois projetos na Venezuela, em parceria paritária com a Pequiven. Os volumes de PP e PE se destinarão a atender ao mercado venezuelano de resinas e fornecerão uma base competitiva para exportação para a América do Norte, Europa e costa oeste da América do Sul.

Os acordos de acionistas referentes a essas empresas já foram assinados e se pautam nas mais modernas práticas de Governança Corporativa, com predominância das decisões de consenso e definição clara da atuação de cada parceiro. Em 2008, essas *joint ventures* trabalharão na estruturação do *project finance* com a participação de agências multi-laterais de crédito, agências de crédito à exportação, bancos privados e de fomento.

O Conselho de Administração da Braskem aprovou, em 15 de janeiro de 2008, aportes no valor de US\$ 91 milhões no período 2008/2009 para finalização dos estudos e engenharia de ambos os projetos. Após a conclusão destes estudos a Companhia e a Pequiven deverão tomar a decisão final de investimento.

No âmbito da inovação, a Braskem está desenvolvendo projeto para implantar uma nova planta para produção de polietileno verde a partir do etanol de cana-de-açúcar com entrada em operação prevista para o início de 2010 e com capacidade para 200 mil toneladas/ano. Primeira empresa a produzir mundialmente um polietileno certificado com matéria-prima 100% renovável, a Braskem está operando sua unidade-piloto de polímero verde a plena capacidade – 12 toneladas/ano - no Centro de Tecnologia e Inovação da Companhia. Nesse período, também tem projetos em andamento com várias empresas líderes em seus segmentos no mercado internacional e no Brasil, interessadas em serem parceiras nesse projeto de avanço tecnológico com impactos positivos no caminho da sustentabilidade.

Todas essas frentes de crescimento objetivam posicionar a Braskem como uma das 10 maiores petroquímicas globais, em *enterprise value*, criando valor para todos os seus acionistas.

3. Desempenho Operacional

▪ 3.1 Performance Industrial

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A estratégia operacional da Braskem baseia-se na utilização otimizada de seus ativos através da manutenção de elevadas taxas de utilização de capacidade em todas as unidades industriais sob sua gestão, priorizando a comercialização de produtos de maior valor agregado, em mercados e segmentos mais rentáveis. Como resultado desse esforço, a Companhia tem apresentado patamares elevados de confiabilidade operacional com menor volatilidade nas taxas de utilização de capacidade das suas unidades industriais.

Em 2007, essa estratégia, aliada à maior eficiência operacional das plantas devido à conclusão do programa Braskem +, permitiu à Companhia estabelecer novos recordes de volume de produção e crescer em todos os seus principais produtos.

A tabela abaixo contempla o crescimento de produção dos principais produtos da Companhia:

Volume de Produção Total - ton	2007	2006	Var%
Poliolefinas			
. PE's	1.649.546	1.606.403	3
. PP	708.687	689.091	3
. Total (PE's + PP)	2.358.233	2.295.494	3
Vinílicos			
. PVC	465.422	444.056	5
. Soda Líquida	458.557	449.847	2
Insumos Básicos			
. Eteno	2.366.149	2.303.984	3
. Propeno	1.184.042	1.154.078	3
. BTX*	970.529	943.736	3

*BTX - Benzeno, Tolueno, Ortóxileno e Paraxileno

3.2 - Performance Comercial

Em 2007 a Braskem confirmou seu foco no desenvolvimento de produtos e soluções de maior valor agregado, apoiado em uma estrutura diferenciada de inovação e tecnologia. Esses fatores aliados à política comercial de alinhamento dos preços domésticos aos preços internacionais resultaram em aumento de volume e em melhores preços para os seus produtos.

O mercado de resinas termoplásticas no Brasil, confirmando sua elasticidade histórica com o crescimento do Produto Interno Bruto, cresceu 10% em 2007 – 7% para PE, 10% para PP e 15% para PVC, impulsionado pelos setores de construção civil, automotivo, de embalagens, eletro-eletrônicos e do agronegócio, entre outros. A valorização do real em

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

relação ao dólar tem beneficiado as importações de resinas e de manufaturados, que tiveram um aumento de cerca de 20% em 2007.

Dado esse cenário de crescimento e a estratégia comercial da Braskem, a Companhia confirmou sua posição de liderança no mercado doméstico em 2007, com 52% de participação do mercado de resinas. No mercado doméstico, o volume de vendas de resinas termoplásticas (PE, PP e PVC) atingiu 2,1 milhões de toneladas, 8% acima dos 1,9 milhão de toneladas vendidos em 2006, com destaque para o PVC que cresceu 16%. Já o volume de exportação de resinas pela Braskem foi de 751 mil toneladas, em linha com o realizado em 2006.

Desde a aquisição da Politen em abril de 2006 e mais recentemente com a consolidação dos ativos da Copesul e Ipiranga Petroquímica, as operações da Braskem passaram a apresentar total integração entre a 2ª geração (resinas termoplásticas) e a 1ª geração (petroquímicos básicos). Essa integração tem possibilitado uma maior confiabilidade das operações e, conseqüentemente, melhor rentabilidade dos produtos.

A produção de polietileno e PVC utiliza 100% de eteno produzido internamente. O PP, a partir de 2008, passará a utilizar propeno de refinaria fornecido pela Petrobras, além do propeno fabricado internamente. A Braskem, que vende nos mercados doméstico e de exportação cerca de 20% do propeno que produz, vem reduzindo as exportações com o objetivo de agregar valor internamente a essa matéria-prima com a expansão de sua capacidade produtiva de PP.

A tabela abaixo compreende os volumes vendidos tanto no mercado doméstico como no mercado externo:

Volume de Vendas Total (toneladas)	2007	2006	Var%
Poliolefinas			
. PE's	1.619.659	1.569.254	3
. PP	715.945	679.332	5
. Total (PE's + PP)	2.335.604	2.248.586	4
Vinílicos			
. PVC	503.952	432.754	16
. Soda Líquida	452.752	427.942	6
Insumos Básicos			
. Eteno	501.728	461.549	9
. Propeno	474.207	451.032	5
. BTX*	910.349	827.471	10

*BTX - Benzeno, Tolueno, Ortóxileno e Paraxileno

4. Desempenho Econômico-Financeiro

▪ 4.1 - Receita

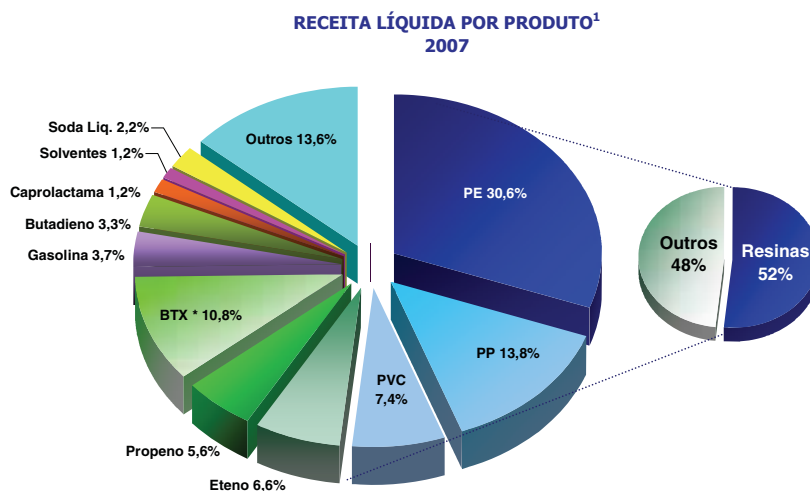
00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A receita bruta consolidada da Braskem foi de R\$ 23,9 bilhões em 2007, comparada a R\$ 21,6 bilhões em 2006, com crescimento de 11%. Em dólares, a receita bruta foi de US\$ 12,3 bilhões, com aumento de 24% em relação aos US\$ 9,9 bilhões registrados em 2006.

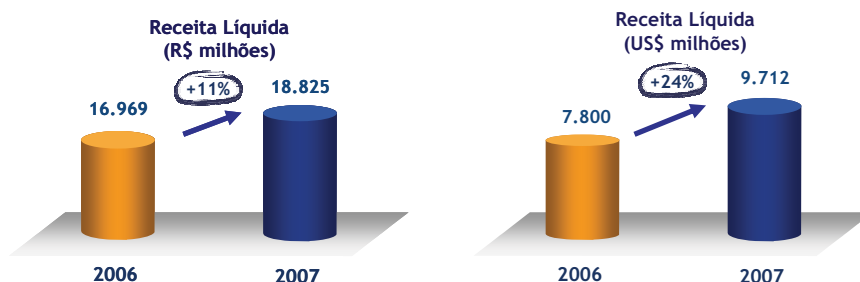
Da mesma forma, a receita líquida consolidada da Braskem foi de R\$ 19 bilhões em 2007, com aumento de 11% sobre a receita de R\$ 17 bilhões registrada no ano anterior. Em dólares, o crescimento da receita líquida alcançou 24% em 2007. Este desempenho é explicado pelo aumento de 8% no volume de resinas, eteno e propeno vendidos no mercado doméstico e pela melhoria dos preços internacionais de resinas em 10% e seu reflexo nos preços locais. O aumento de 10% no volume vendido de aromáticos (BTX – benzeno, tolueno e xilenos) bem como melhores preços destes produtos no mercado internacional também contribuíram para o crescimento de receita.



¹ Não inclui processamento de condensado e vendas da Ipiranga Química

* benzeno, tolueno, paraxileno e ortoxileno

Além disso, em 2007 a Copesul, com o objetivo de melhoria da produtividade e da competitividade, aumentou as operações de processamento de condensado nas Refinaria Ipiranga e Refinaria Alberto Pasqualini - Refap. Essas operações tiveram um impacto na receita líquida de 2007 de R\$ 932 milhões comparado a R\$ 165 milhões em 2006.

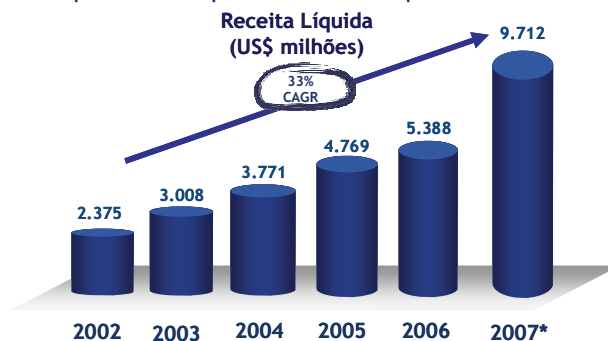


00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desde a sua criação, em 2002, a Braskem vem consistentemente aumentando sua receita líquida em dólares a uma taxa composta de 33% ao ano. Esse crescimento é consequência da participação ativa da Braskem nos movimentos de consolidação da petroquímica nacional, dos melhores preços, dos investimentos realizados na melhoria de produtividade, aumento de competitividade e aumentos de capacidade que vieram ampliar a escala e complementar o portfólio de produtos da Companhia.



*Pro forma Braskem consolidada. Demais períodos com dados reais.

4.1.1 - Exportações

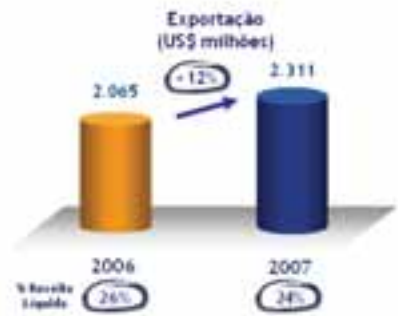
A Braskem tem investido no fortalecimento de sua presença no mercado internacional. Nesse sentido, a Companhia passou a estabelecer relacionamento direto com alguns de seus clientes internacionais desde 2006, através das operações próprias de distribuição na Europa, EUA e Argentina, mercados considerados estratégicos. Esse investimento tem se refletido em melhores mix de produtos vendidos, com produtos de maior valor agregado e melhor precificação nesses mercados, especialmente PE e PP.

Em 2007 as exportações atingiram US\$ 2,3 bilhões (24% da receita líquida total), comparada a US\$ 2,1 bilhões em 2006 (26% da receita líquida total). O aumento de 12%, em dólares, deve-se principalmente aos melhores preços de resinas, já que o volume exportado de resinas termoplásticas permaneceu no mesmo nível de 2006, e aos maiores volumes exportados de BTX, principalmente benzeno e paraxileno.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

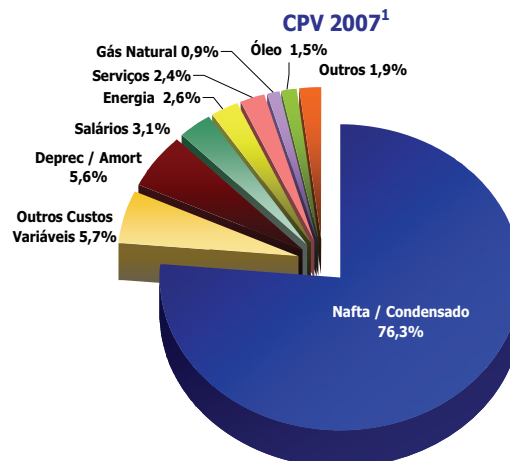
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES (2007)



Como consequência direta da abertura de operações de distribuição fora do Brasil, a Braskem vem mantendo elevadas suas exportações de resinas para América do Sul e crescido suas exportações para Europa, onde a Companhia aumentou as vendas diretas para os clientes finais e praticou melhores preços. Nesses mercados, as resinas correspondem a aproximadamente 65% das exportações. O volume exportado para a América do Norte é em sua maioria de aromáticos, principalmente benzeno.



¹ Não inclui processamento de condensado pela Copesul e custos da Ipiranga Química

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

▪ 4.2 – Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

Em 2007, o Custo dos Produtos Vendidos (CPV) da Braskem totalizou R\$ 15,2 bilhões, o que representou um acréscimo de 11% em relação ao apurado em 2006, que foi de R\$ 13,7 bilhões. Excluindo-se os custos relacionados ao processamento de condensado da Copesul de ambos os períodos, houve um crescimento de 6% derivado principalmente do aumento do volume vendido e do crescimento de 14% nos custos de nafta em dólares, com impacto de US\$ 885 milhões. A apreciação do real em 10% no período compensou em parte esses aumentos.

O preço médio da nafta ARA (Amsterdã – Roterdã – Antuérpia) em 2007 alcançou US\$ 676/t comparado a US\$ 565/t em 2006, com crescimento de 20%. Devido à apreciação média do real em 10% em 2007, esse aumento, quando expresso em reais, foi de 7%.

Durante 2007, a Braskem consolidada comprou 8.199 mil toneladas de nafta, das quais 5.013 mil toneladas (61%) foram adquiridas da Petrobras – sua principal fornecedora de matéria-prima. O restante, 3.186 mil toneladas (39%), foi importado diretamente pela Companhia, principalmente do norte da África e da Argentina.

Os custos da Companhia vêm sendo impactados negativamente, nos últimos 2 anos, pela escassez e irregularidade no fornecimento de gás natural em Camaçari. Em 2007, o impacto dos maiores custos de energia pelo uso de óleo combustível em substituição ao gás natural influenciou o resultado da Braskem em R\$ 52 milhões.

A depreciação e amortização incluídas no CPV atingiram R\$ 785 milhões em 2007, em linha com o apurado em 2006.

▪ 4.3 - Despesas Gerais e Administrativas e Despesas com Vendas

A Braskem está concentrada em manter seus custos e despesas fixas dentro de parâmetros que garantam a sua competitividade global. Dentro desse contexto, a Companhia iniciou, no 2T07, um programa de redução de custos e despesas fixas. A implementação do programa começou em agosto e os resultados desse programa serão capturados em sua plenitude em 2008 e são adicionais à captura esperada de sinergias da consolidação dos ativos petroquímicos do Complexo de Triunfo.

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 726 milhões comparadas a R\$ 692 milhões em 2006. Esse aumento de cerca de R\$ 34 milhões deve-se principalmente aos gastos relativos aos movimentos societários e de consolidação ocorridos no ano.

Durante o ano de 2007 as Despesas com Vendas foram de R\$ 585 milhões, com crescimento de R\$ 71 milhões em relação a 2006 pelos maiores volumes totais exportados em 2007, principalmente petroquímicos básicos.

▪ 4.4 – EBITDA

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O EBITDA consolidado da Braskem em 2007 alcançou R\$ 3,2 bilhões, com crescimento de 5% sobre o EBITDA de R\$ 3,0 bilhões registrados em 2006. Quando traduzido em dólares, o EBITDA anual cresceu 17% entre os períodos, alcançando US\$ 1,6 bilhão em 2007.

Os principais fatores que contribuíram para o incremento de EBITDA foram (i) o aumento do volume de resinas vendido no mercado doméstico; (ii) os melhores preços de resina no mercado internacional e seu reflexo nos preços domésticos; e (iii) maiores volumes e preços dos aromáticos (BTX) exportados. Esses fatores foram parcialmente compensados por maiores custos de nafta em 14% em dólares e pela apreciação média de 10% do Real frente ao dólar no ano, já que 100% das receitas da Companhia são relacionadas ao dólar, enquanto que cerca de 80% dos custos são referenciados nessa moeda.

A margem EBITDA de 2007 foi de 16,8% comparada a uma margem de 17,8% em 2006. Excluindo-se os impactos da revenda de condensado a margem em 2007 foi de 17,7% comparada a 18% em 2006, o que mostra a disciplina de gestão de resultados da Companhia em um cenário de grande pressão de custos de matéria-prima.

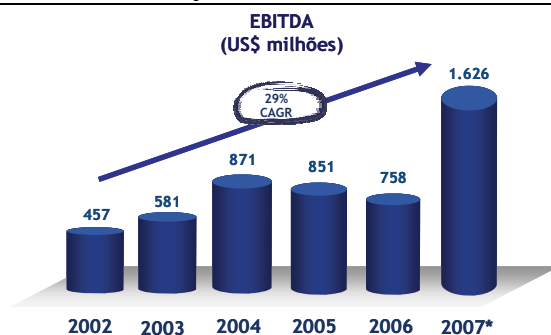


De forma semelhante ao que aconteceu com a receita líquida, a Braskem, desde sua criação em 2002, vem aumentando seu EBITDA em dólares a uma taxa composta de 29% ao ano. A taxa de crescimento bastante próxima do crescimento anual da receita líquida denota a capacidade da Braskem de gerar resultados em cenários mais desafiadores em termos de preços de matéria-prima, que desde 2002 já subiram mais de 200%, e de apreciação do real, que no mesmo período teve apreciação média de 33%.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



*Pro forma Braskem consolidada. Demais períodos com dados reais.

▪ **4.5 - Participações em Sociedades Controladas e Coligadas**

Os resultados da Braskem em 2007 com investimentos reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (*Participações em Sociedades Controladas e Coligadas*) foi uma despesa de R\$ 117 milhões comparada a uma despesa de R\$ 39 milhões em 2006. Esse valor contempla fundamentalmente as amortizações de ágio dos investimentos em Ipiranga Química, Copesul e Petroflex. Em 2006, ajustes no resultado da Copesul, decorrentes da uniformização de práticas na consolidação, contribuíram positivamente para a redução da despesa.

Durante 2007, a Braskem realizou alienações de participações na Petroflex, Rionil e Santeno Irrigações do Nordeste, concentrando sua atenção em seu negócio principal. A alienação da Petroflex ainda está em fase de processamento.

▪ **4.6 - Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro líquido da Braskem em 2007, antes dos efeitos da variação cambial e monetária, foi uma despesa de R\$ 913 milhões, o que representa uma redução de 12% se compararmos com o resultado financeiro de 2006, quando foi uma despesa de R\$ 1.034 milhões.

Esta redução de R\$ 120 milhões é decorrente principalmente da queda das despesas com juros e vendor derivada: (i) da capitalização das debêntures conversíveis, (ii) da redução dos custos de captação, e (iii) de antecipações das quitações dos contratos mais dispendiosos. Os custos de endividamento da Braskem em dólar foram reduzidos de 9,6% ao ano em dezembro de 2006 para 7,4% ao ano em dezembro de 2007.

Outro impacto positivo foi a contínua apreciação do real frente ao dólar norte-americano, que foi de 17,1% em 2007 comparada a 8,7% em 2006. Esta diferença na variação cambial, aliada à maior exposição do endividamento à moeda estrangeira, foi o principal responsável pelo ganho de R\$ 561 milhões em variação cambial comparando-se os períodos.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Adicionalmente, o ganho na variação monetária de R\$ 47 milhões, na comparação de 2007 com 2006, decorreu principalmente da capitalização das debêntures de R\$ 1,2 bilhão, ocorrida em julho de 2007, além da redução da taxa SELIC observada entre os períodos.

(R\$ Milhões)		
	2007	2006
Resultado Fin excluindo-se a VC e VM	(913)	(1.034)
Efeitos de variação cambial e monetária:		
Variação Cambial	800	239
Variação Monetária	(171)	(218)
Resultado Financeiro Líquido	(284)	(1.013)

Como resultado dos efeitos discutidos acima, o resultado financeiro líquido consolidado da Braskem foi uma despesa de R\$ 284 milhões em 2007, o que representa uma redução de R\$ 729 milhões em relação ao ano anterior, quando foi uma despesa de R\$ 1.013 milhões.

▪ 4.7 – Lucro Líquido

O lucro antes da participação dos minoritários (constituído principalmente pela participação da Petrobras nos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga) atingiu a marca de cerca de R\$ 1 bilhão em 2007.

O lucro líquido da Braskem, após participação dos minoritários, alcançou R\$ 568 milhões em 2007 comparado a um lucro líquido de R\$ 117 milhões em 2006. Este resultado reflete principalmente o melhor resultado operacional e financeiro no período. O lucro por ação evoluiu de forma significativa, passando de R\$ 0,31 para R\$ 1,26.

▪ 4.8 – Estrutura de Capital, Liquidez e Rating

Em 2007, a Companhia garantiu o financiamento da aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga e do fechamento de capital da Copesul por meio da captação de um empréstimo-ponte de US\$ 1,2 bilhão com prazo de dois anos e custos de Libor + 35 pp no primeiro ano e Libor + 55 pp no segundo ano. Com isto, o prazo médio do endividamento é de 11 anos comparado a 12 anos do final de 2006.

A Braskem está concentrada nas operações de refinanciamento do empréstimo-ponte, o que irá resultar na diminuição dos vencimentos previstos para 2009 aumentando o prazo médio do endividamento. O refinanciamento desse empréstimo-ponte resultará na adequação do perfil dos vencimentos anuais e garantirá maior eficiência na alocação de recursos para seu capital de giro operacional.

Ao final de 2007 o endividamento atrelado ao dólar norte-americano correspondia a 71%, comparado a 49% ao final de 2006, refletindo a redução do endividamento em Reais, pela

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

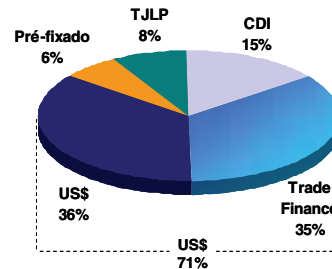
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

conversão das debêntures detidas pela Odebrecht em julho de 2007, e o aumento do endividamento em dólares decorrente do empréstimo-ponte contratado.

Endividamento Bruto por Categoria

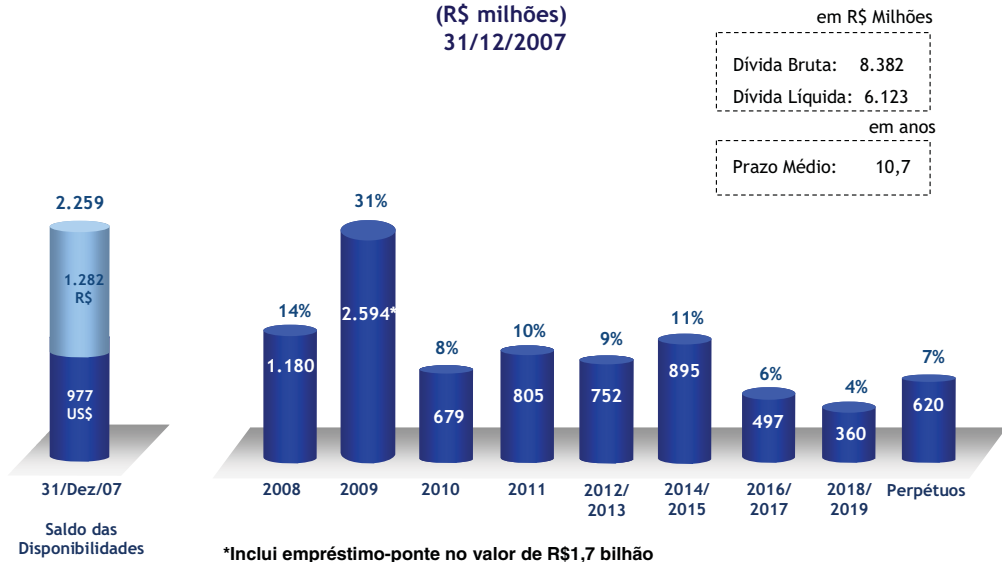


Endividamento Bruto por Indexador



O gráfico a seguir ilustra a agenda de amortização da Companhia em 31 de dezembro de 2007:

AGENDA DE AMORTIZAÇÃO (R\$ milhões) 31/12/2007



A dívida líquida ao final deste ano foi de R\$ 6,1 bilhões comparada aos R\$ 7,3 bilhões registrados em dezembro de 2006, representando uma redução de 16% entre os períodos. A conversão de R\$ 1,2 bilhão em debêntures foi a principal responsável por essa redução.

Quando expressa em dólares norte-americanos, a dívida líquida da Braskem passou de US\$ 3,4 bilhões em 2006 para US\$ 3,5 bilhões em 31 de dezembro de 2007. Esse

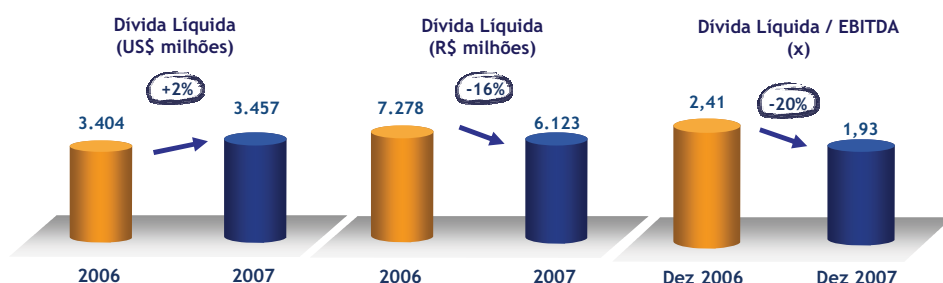
00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

crescimento, comparado à queda em Reais, explica-se pela apreciação do Real de 17% no período.

A Braskem melhorou seu nível de alavancagem financeira mensurado pelo indicador "Dívida Líquida / EBITDA", que passou de 2,41 x em 2006, para 1,93 x em 31 de dezembro de 2007. Com a conclusão do processo de aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga, com um desembolso estimado em R\$ 633 milhões e programado para o final de fevereiro de 2008, espera-se que a alavancagem financeira da Companhia, medida pelo indicador Dívida Líquida/EBITDA, seja de aproximadamente 2,2 x.



Os movimentos de consolidação realizados durante 2007, associados à capitalização das debêntures conversíveis, resultaram na melhoria da estrutura de capital e dos indicadores financeiros, de endividamento e de liquidez da Braskem.

Uma das conseqüências dessa melhoria evidencia-se na melhor classificação de risco da Braskem, cuja evolução positiva em 2007, é mostrada abaixo:

Classificação de Risco - Escala Global				
	2007		2006	
Fitch	BB+	Positiva	BB+	Estável
S&P	BB+	Estável	BB	Estável
Moody's	Ba1	Estável	-	

Pela primeira vez, a agência de classificação de risco *Moody's* atribuiu *rating* para a Braskem que, em escala global foi '*Ba1*' com perspectiva estável, tanto para moeda local quanto para moeda estrangeira. A agência de classificação de risco *Standard & Poors* elevou o *rating* em escala global de '*BB*' com perspectiva estável para '*BB+*' com perspectiva estável para moeda local e estrangeira. Já a agência *Fitch Ratings* melhorou a perspectiva do *rating* em escala global, de "*BB+*" com perspectiva estável para '*BB+*' com perspectiva positiva para moeda estrangeira e moeda local.

A Braskem está, portanto, posicionada a apenas um nível da classificação de '*Investment Grade*', nas três agências de classificação de risco.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

5. Efeitos da Aquisição dos Ativos Petroquímicos do Grupo Ipiranga

O avanço da consolidação da petroquímica brasileira realizado pela Braskem em 2007 trouxe significativos benefícios para a Companhia e fortaleceu sua posição como competidor global capacitado a assumir novos desafios na internacionalização competitiva de suas atividades.

No que se refere ao porte da Companhia, ocorreram importantes progressos em todos os campos, dentre os quais se destacam:

- 3ª companhia petroquímica das Américas, em capacidade de produção;
- 2ª companhia do mundo em margem de EBITDA, atrás apenas de um concorrente no Oriente Médio;
- 100% das resinas termoplásticas produzidas pela Braskem passaram a utilizar matéria-prima interna, aumentando a integração e potencial de sinergia dos ativos;
- a receita bruta aumentou R\$ 8 bilhões e a líquida R\$ 6,6 bilhões;
- o volume vendido de resinas termoplásticas aumentou 600 mil toneladas;
- o EBITDA aumentou em R\$ 1,4 bilhão e a margem sobre receita líquida passou de 14% para 17%;
- redução do nível de endividamento que estava maior que 2,5 vezes o EBITDA e após a aquisição ficou em torno de 2 vezes.

Toda essa melhoria ainda não contempla a captura de sinergias estimada em US\$ 1,1 bilhão, em valor presente líquido, em diversas frentes, de operacional a financeiro, nos próximos 2 anos.

6. Investimentos

Em 2007 os investimentos de capital da Braskem totalizaram R\$ 1,3 bilhão (não inclui juros capitalizados) comparados a R\$ 1,0 bilhão em 2006. Esses recursos foram aplicados nas áreas operacionais, de tecnologia, saúde, segurança e meio ambiente, e sistemas de informação, tendo beneficiado todas as unidades de negócio da Companhia. A conclusão da implantação da segunda fase do sistema integrado de gestão (Fórmula Braskem) ocorreu no 2T07 e envolveu investimentos de R\$ 39 milhões em 2007.

Foram desembolsados R\$ 263 milhões em paradas programadas para manutenção, em linha com o objetivo de manter suas plantas operando com altos níveis de confiabilidade.

Do valor de R\$ 351 milhões de aumento de capacidade, a parcela consolidada de 60% dos investimentos realizados na construção da Petroquímica Paulínia monta a R\$ 302 milhões.



00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os custos do projeto estão dentro do orçamento inicial e a entrada em operação está programada para o final de março de 2008, rigorosamente dentro do prazo anunciado, evidenciando a eficiência da Braskem na administração de seus projetos de crescimento.

Além desses investimentos operacionais, a Companhia também realizou investimentos na aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga da ordem de R\$ 2,4 bilhões, conforme já comentado.

7. Inovação & Tecnologia

A Braskem apresentou em 2007 evolução consistente em seu desempenho na área de tecnologia e inovação, projetando-se como um dos destaques internacionais no setor e consolidando-se como referência de excelência na pesquisa e desenvolvimento de polímeros verdes. O marco culminante dessa trajetória foi o lançamento do primeiro polietileno certificado mundialmente a conter matéria-prima 100% renovável, produzido a partir de etanol de cana-de-açúcar.

Para viabilizar o projeto de seu primeiro polímero verde, o polietileno de alta densidade, a Braskem implantou uma unidade-piloto para produção de eteno a partir de matérias-primas renováveis no seu Centro de Tecnologia e Inovação, em Triunfo-RS, com capacidade para 12 toneladas anuais que estão sendo direcionadas ao desenvolvimento comercial do produto. Amostras já estão sendo processadas industrialmente por clientes-alvo da resina no Brasil e no exterior, que atuam principalmente em segmentos como os de embalagem alimentícias, produtos de higiene pessoal e doméstica, cosméticos e automóveis, entre outros.

A Braskem está desenvolvendo projeto para a construção de uma nova planta com capacidade de 200 mil toneladas/ano, com previsão de entrar em operação no início de 2010. Como o polietileno verde possui as mesmas características e propriedades do polietileno tradicional já produzido pela Braskem, as empresas de manufaturas plásticas não precisarão realizar qualquer novo investimento em suas fábricas para usar o produto.

O projeto do polímero verde proporcionou à companhia um dos mais importantes reconhecimentos internacionais do setor relacionados com tecnologia, o prêmio *Bioplastics Awards 2007*, na categoria Best Innovation in Bioplastics. A iniciativa comprova ainda o comprometimento da Braskem com as questões relacionadas à sustentabilidade.

A nanotecnologia foi outra fronteira de pesquisa e desenvolvimento que apresentou importante expansão na Braskem em 2007. Somente na Unidade de Vinílicos, que tem no PVC seu principal foco de negócios, foram depositadas três novas patentes envolvendo a utilização de nanocompostos, com grandes possibilidades de evoluir para lançamentos comerciais ainda no decorrer deste ano.

Cabe ainda menção especial ao desenvolvimento da fibra de **UTEC®**, polietileno de ultra-alto peso molecular, indicada para coletes à prova de bala e blindagem de veículos

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

militares, que deverá estar disponível no mercado no decorrer de 2008. Sem similar no mercado doméstico, o produto contém alto valor agregado.

Novos produtos desenvolvidos pela Braskem nos últimos três anos foram responsáveis por 18% da receita obtida com a venda de resinas durante 2007. Como resultado da prioridade conferida à tecnologia e inovação, a Braskem depositou um total de 21 novas patentes envolvendo processos e produtos ao longo do ano, o que totaliza 187 patentes já depositadas. Os investimentos realizados nessa área totalizaram cerca de R\$ 50 milhões no período.

8. Mercado de Capitais e Relações com Investidores

As ações preferenciais classe "A" da Braskem negociadas na BOVESPA ("BRKM5") encerraram o ano de 2007 cotadas a R\$ 14,40 por ação, 3% abaixo do valor registrado ao final de 2006. A ação da Braskem foi pressionada pela alta de 56% nas cotações do petróleo no mesmo período, que possui forte correlação com a nafta, nossa principal matéria-prima.

Os ADRs da Braskem (BAK) negociados na NYSE fecharam 2007 cotados a US\$ 16,16 por ADR, alta de 11% no período, enquanto o Dow Jones Industrial apresentou alta de 6%, refletindo a cotação no mercado local e a valorização de 17% do Real no período.

As ações XBRK negociadas na Latibex fecharam o ano cotadas a € 5,65 por XBRK, alta de 6% no período, enquanto o FTSE100 Europa, apresentou alta de 4%.

O volume financeiro médio diário da ação preferencial classe "A" da Braskem na Bovespa (BRKM5) foi 8% maior em 2007 na comparação com 2006, passando de R\$ 24,0 milhões para R\$ 26,0 milhões. Na NYSE, o ADR da Braskem (BAK) apresentou volume financeiro médio diário de US\$ 3,8 milhões em 2007, 26% acima do volume apresentado no ano anterior. Na Latibex, a XBRK apresentou redução no volume financeiro diário de 10%, passando de € 62,8 mil em 2006 para € 56,8 mil em 2007.

Na carteira teórica do Ibovespa, válida para os meses de janeiro a abril de 2008, a Braskem ocupa a 28ª posição em liquidez na Bovespa, com 1,1% de participação no índice.

A Braskem recebeu pela primeira vez, no dia 25 de setembro de 2007, o Troféu Transparência da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), um prêmio conquistado por companhias de capital aberto e fechado que apresentam os balanços com melhor qualidade no país. Esse prêmio é um reconhecimento da qualidade da comunicação praticada pela Braskem e reforça a postura de transparência e respeito que pauta seu relacionamento com investidores, fornecedores, clientes e público em geral.

A Braskem participa mais uma vez do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), conforme anunciado pela Bovespa em novembro de 2007. Criado pela Bolsa de Valores de São Paulo em parceria com entidades profissionais ligadas ao mercado de capitais, além

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

da Fundação Getúlio Vargas, Instituto Ethos e Ministério do Meio Ambiente, o índice tem como objetivo oferecer aos investidores uma opção de carteira composta por ações de empresas que apresentam reconhecido comprometimento com a responsabilidade social, o meio ambiente e as melhores práticas de governança corporativa. Em 2007, 32 empresas se classificaram para compor o índice.

Em dezembro, a *Institutional Investor Magazine* divulgou uma pesquisa na qual a Braskem foi eleita *The Most Shareholder-Friendly Company* (A Companhia de melhor relacionamento com investidores) no setor de Químicos & Óleo e Gás. A pesquisa foi realizada entre investidores e analistas *sell side* em todo o mundo.

A Braskem avançou de forma significativa na consolidação da indústria petroquímica brasileira com a conclusão de movimentos societários relevantes como a aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga e da Copesul, além do acordo de investimentos assinado com a Petrobras, o que já foi amplamente divulgado ao mercado.

Como resultado desse processo, a Braskem adquiriu um novo porte empresarial, que combinado com a gestão eficiente dos ativos sob sua gestão, posiciona a empresa em novo patamar de competitividade o que deverá acelerar ainda mais o seu processo de crescimento. Nesse contexto, a Administração da Companhia entende que os impactos desses movimentos não estão refletidos no preço das suas ações e acredita fortemente no seu potencial de valorização.

▪ **8.1 – Dividendos**

O Conselho de Administração da Braskem, em alinhamento com a política de distribuição de dividendos da Companhia, está encaminhando para aprovação da Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada em 26 de março de 2008, proposta de pagamento de dividendos no valor de R\$ 278,5 milhões, ou R\$ 0,644624 por ação para os acionistas detentores de ações preferenciais classe "A" e "B", ações ordinárias e US\$ 0,727854 por ADR para os detentores de "*American Depositary Receipts*" (ADR's).

9. Sustentabilidade

A Braskem manteve sua trajetória de evolução em sustentabilidade, com destaque para o lançamento do primeiro polietileno verde certificado mundialmente feito a partir de matéria-prima 100% renovável. Além desse passo importante no campo da inovação, a Braskem tem evoluído continuamente na gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente - SSMA, refletindo ganhos proporcionados pelo programa SEMPRE Excelência em SSMA.

Lançado no final de 2006, esse programa visa consolidar a gestão, as práticas e estratégias em SSMA, tendo como foco a melhoria contínua das boas práticas e a prevenção de perdas de qualquer natureza através da aplicação de 16 Elementos Estratégicos – EEs. Sua implementação foi pactuada com todas as unidades da

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Companhia, que vão se submeter em breve a auditorias internas para verificar a evolução desse processo.

Os investimentos da Braskem em SSMA totalizaram R\$ 130 milhões e contribuíram para a evolução dos índices de performance da Companhia nesta área.

Em 2007, a taxa de frequência de acidentes, com e sem afastamento, considerando integrantes e parceiros, por milhão de horas trabalhadas foi de 1,0, uma redução de 41% em relação ao ano anterior. Em relação aos indicadores ambientais também houve progressos relevantes. A geração de efluentes líquidos apresentou redução de 12% em relação ao ano de 2006, enquanto a geração de resíduos sólidos se reduziu em 9% no mesmo período, acompanhando a tendência histórica mantida desde a criação da Companhia. O consumo de energia e de água em 2007 permaneceu nos mesmos patamares em relação ao verificado em 2006.

Sempre empenhada em promover melhorias ambientais, a Braskem vem analisando desde 2006 uma série de projetos para obtenção de créditos de carbono através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) previsto no Protocolo de Kioto. Nesse sentido, identificou em 2007 um projeto que trata da redução de gás de efeito estufa na Unidade de Caprolactama, em Camaçari, atualmente em fase de avaliação no Comitê da UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change*.

No âmbito do programa de pesquisa e desenvolvimento de produtos a partir de matérias-primas renováveis se destaca a produção do polietileno verde. A Braskem também iniciou a conversão das suas unidades de MTBE para ETBE, usado como aditivo na gasolina. Preferido pelo mercado em razão de suas vantagens ambientais, o novo produto confirmou sua qualidade superior nas análises de eco-eficiência realizadas pela Braskem. As unidades da Copesul já iniciaram a mudança e as de Camaçari estão se preparando para fazê-lo até 2009, quando a Braskem contará com produção de 300 mil toneladas ano de ETBE.

A Braskem formalizou em 2007 a adesão ao Pacto Global (The Global Compact), um programa da ONU coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cuja agenda visa fortalecer a Responsabilidade Social nos diferentes países, advogando princípios universais de Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção Ambiental e em favor da Ética. A decisão se baseou no entendimento de que os princípios universais do Pacto Global contribuirão para a estratégia de sustentabilidade do negócio e tornar a economia global mais inclusiva.

O desempenho em SSMA foi um dos fatores que levaram a Braskem a ser considerada "Empresa-Modelo em Sustentabilidade" pela Revista Exame em 2007, além de confirmar sua qualificação para integrar o ISE da Bovespa pela 3ª vez consecutiva.

No ano de 2007 a Braskem manteve, dentro de sua política de Responsabilidade Social, o apoio a projetos voltados à educação ambiental, inclusão social e promoção cultural, e

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

reforçou suas parcerias com o objetivo de ampliar o alcance dessas iniciativas e contribuir cada vez mais para o desenvolvimento das comunidades no entorno de suas fábricas.

O **Prêmio Braskem em Cena**, em seu segundo ano de existência, premiou os principais destaques do teatro gaúcho no festival Porto Alegre em Cena. O teatro baiano também foi reconhecido através do **Prêmio Braskem de Teatro**, que premiou 10 categorias do teatro no Teatro Castro Alves, em Salvador, BA. Ainda na área cultural, o **Prêmio Braskem Cultura e Arte**, que premia autores inéditos do cenário baiano, patrocinou a produção de dois novos CDs, duas exposições de artes plásticas, três livros e um curta-metragem.

No Rio Grande do Sul, cabe destacar ainda o Programa Fronteiras do Pensamento, promovido pela Copesul, que proporcionou ao público gaúcho a oportunidade de assistir a palestras com renomados intelectuais nacionais e internacionais sobre temas filosóficos, culturais e políticos de grande atualidade. O programa foi desdobrado em 26 eventos para 1.300 participantes inscritos, com direito a certificado de conclusão chancelado pelas universidades parceiras. Além disso, foram desenvolvidos projetos ambientais em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e com a Universidade do Rio Grande (FURG).

Reforçando sua preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida das comunidades que vivem ao redor de suas unidades industriais, a Braskem deu continuidade ao **Programa Lagoa Viva**, em Maceió, AL. O programa atuou em 22 municípios conscientizando professores, alunos e comunidades em torno das escolas participantes do programa para a questão ambiental e proporcionando às pessoas destas comunidades oficinas profissionalizantes. Com o mesmo objetivo de educar a população para a conservação do meio ambiente, o **Cinturão Verde**, uma área de conservação ambiental localizada no entorno de uma das unidades de Maceió, AL, atendeu mais de 11 mil crianças em visitas escolares realizadas durante todo ano.

O **Programa Faz Universitário**, realizado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia com o apoio da Braskem, oferece bolsas em universidades particulares para alunos do ensino público. No ano de 2007, a Braskem deu oportunidade para 180 alunos continuarem seus estudos.

A partir de outubro de 2007 a Braskem passou a ser associada do **GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas**, entidade que reúne as principais empresas e institutos para discutir e trocar experiências na área do Investimento Social Privado do país.

9.1. Governança Corporativa

A Braskem, de acordo com o Compromisso Público divulgado quando da sua criação em 16 de agosto de 2002, reafirma seu compromisso de buscar o alinhamento dos interesses de todos os acionistas, seu comprometimento com a ética, a competitividade e a

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

excelência em todas as suas ações, de forma a garantir o melhor retorno aos acionistas, agregando valor a seu patrimônio e remunerando o seu capital.

Com essa visão, a Braskem desenvolveu um modelo para o bom funcionamento da sua Governança Corporativa. Além do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, com poderes ampliados conforme previsto pela Lei *Sarbanes-Oxley*, a Companhia possui comitês de apoio ao Conselho de Administração, cuja função básica é a de avaliar assuntos de interesse desse Conselho visando aprimorar em qualidade e velocidade o processo de deliberação.

Destacamos algumas práticas de Governança Corporativa na Braskem que a colocam entre as empresas que se destacam a nível mundial:

- ✓ Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA desde 13 de fevereiro de 2003;
- ✓ "Tag Along" de 100% para todos os acionistas da Braskem em caso de alienação de controle;
- ✓ Conselho Fiscal com poderes ampliados conforme previsto pela Lei Sarbanes-Oxley;
- ✓ Código de Conduta, onde se definem os valores, princípios e práticas que guiam nossa conduta corporativa, revisado periodicamente a fim de mantê-lo constantemente alinhado às exigências legais e melhores práticas;
- ✓ Calendário de Eventos Corporativos, divulgado ao mercado no início de cada ano;
- ✓ Políticas Corporativas, dentre as quais se destaca a de Negociação de Valores Mobiliários, de Gestão Financeira, de Responsabilidade Social, de Seguros e Garantias, de Remuneração e de Saúde, Segurança e Meio Ambiente;
- ✓ Divulgação do Relatório de Sustentabilidade Empresarial - RSE - baseado nas diretrizes do GRI – *Global Reporting Initiatives*;
- ✓ Certificação de conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, confirmando o compromisso da Companhia com altos padrões de Governança Corporativa;
- ✓ Plano de incentivo de longo prazo que permite o alinhamento de interesses dos executivos da empresa com a geração de valor para o acionista. Aprovado em setembro de 2005, passou a vigorar a partir de 2006, permitindo vincular a remuneração dos executivos à valorização da ação no longo prazo;
- ✓ Comitê de Ética atuando em conjunto com a Auditoria Interna e o Conselho Fiscal. Sua função é registrar, tratar, recomendar e promover as decisões para solucionar as denúncias recebidas por meio da linha de ética - canal de comunicação com sigilo garantido para denúncias de violação ao Código de Conduta - visando garantir o cumprimento do mesmo e a melhoria contínua dos processos e dos controles internos da Companhia;

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- ✓ 4 conselheiros titulares independentes, passo de grande importância para evolução da governança corporativa conforme as melhores práticas, como indicado inclusive nos níveis diferenciados de governança da Bovespa, bem como nas orientações da Lei Sarbanes-Oxley;
- ✓ Sistema de informações do Conselho de Administração que é acessado a partir do Portal Braskem, disponibilizando as informações necessárias para o exercício de seus papéis e responsabilidades com segurança, transparência, equidade e rapidez;
- ✓ Reconhecimento como a melhor empresa listada no Latibex em Governança Corporativa – Premio Afinitas de Buen Gobierno Corporativo, onde concorreram 511 empresas de diversos países.

▪ **9.1.1 - Auditoria Externa**

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Em conformidade com o estabelecido na Instrução CVM-381/03, a soma dos serviços prestados pelas firmas de auditoria KPMG Auditores Independentes e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa foi inferior a 5% do valor total de seus respectivos honorários.

10. Desenvolvimento de Pessoas

Como protagonista do processo de reorganização da petroquímica brasileira, a Braskem demonstrou mais uma vez em 2007 sua capacidade de integrar novas equipes e culturas, evoluindo em qualidade e robustez a cada aquisição. A incorporação de novos talentos e competências através do controle de empresas como Ipiranga Petroquímica, Ipiranga Química e Copesul tem sido um importante vetor de desenvolvimento da Companhia, com a Tecnologia Empresarial Odebrecht – TEO atuando como pilar para assegurar consistência filosófica a esse crescimento.

Tornando-se participantes das equipes da Braskem, os novos integrantes têm acesso às oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal proporcionadas pela Companhia, cuja cultura empresarial valoriza a educação pelo e para o trabalho e o aprendizado contínuo. O conjunto de programas de desenvolvimento oferecidos visa aprimorar as múltiplas competências exigidas pela empresa, desde aquelas ligadas a habilidades técnicas até atributos como capacidade de liderança e de empresariamento dos negócios nos limites da delegação planejada acordada entre cada líder e seus liderados.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Entre essas iniciativas, cabe destacar programas já tradicionais como o de **Desenvolvimento de Líderes – PDL**, de **Desenvolvimento de Empresários – PDE** e o **MBA Braskem**, concebidos e aplicados por meio de parcerias com renomadas instituições de formação empresarial, como a Fundação Dom Cabral e a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. No total, em 2007 esses programas envolveram cerca de 300 mil horas em atividades de treinamento e capacitação, nas quais a Braskem investiu mais de R\$ 12 milhões.

A Braskem acredita na formação contínua de líderes e na convivência de diferentes gerações de empresários como caminho para a sustentabilidade. Visando estimular a renovação de talentos, a Companhia mantém o **Programa de Captação de Jovens**, que atraindo a cada ano os estudantes e formandos das melhores universidades do país. Esse fato ficou evidenciado pela qualidade e a quantidade dos candidatos inscritos nos **Programas de Trainees** e de **Estágios** da Companhia – cerca de 23.800 ao todo. O Programa de Trainee, que formará a 5ª turma em 2008, atingiu 1.500 candidatos por vaga.

Novos programas foram iniciados em 2007, como o de **Introdução à Cultura Odebrecht**, fundamental no processo de alinhamento filosófico para uma empresa em franco processo de crescimento e internacionalização, e o **Prêmio Destaque Braskem**. Esta iniciativa tem como objetivo estimular de forma sistemática e articulada a geração, registro, disseminação e apropriação do conhecimento na Companhia. Na primeira edição do concurso, aberto à participação das equipes da Braskem, a qualidade dos 162 projetos inscritos justificou a expectativa.

Pelo conjunto de iniciativas que compõem sua política de gestão de pessoas, a Braskem foi classificada em 2007, pelo terceiro ano consecutivo, entre as melhores empresas para se trabalhar no país, segundo o guia elaborado pelas revistas Exame e Você S.A., assim como uma das melhores empresas para os executivos trabalharem. Reconhecimentos dessa envergadura, combinados com as oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal geradas pelos projetos de crescimento da Companhia, representam importantes estímulos para as equipes da Braskem continuarem no rumo da excelência e de alto desempenho que sempre nortearam sua atuação.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Anexos

Braskem (Consolidado) em R\$ Milhões.

Demonstração de Resultado	2007	2006	Var. (%)
Receita Bruta	23.870	21.550	11
Receita Líquida	18.825	16.969	11
Custo dos Produtos Vendidos	(15.250)	(13.722)	11
Lucro Bruto	3.575	3.247	10
Despesas com Vendas	(585)	(514)	14
Despesas Gerais e Administrativas	(726)	(692)	5
Depreciação e Amortização	(484)	(401)	21
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	128	195	(35)
Participação em Sociedades Ligadas	(117)	(39)	197
.Resultado de Equivalência Patrimonial	3	77	(96)
.Amortização de Ágio/Deságio	(120)	(117)	3
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	1.791	1.796	(0)
Resultado Financeiro Líquido	(284)	(1.013)	(72)
Lucro Operacional	1.507	783	92
Outras Receitas (Despesas) Não Operacionais	(69)	(34)	106
Lucro antes do IR e CS	1.438	749	92
Imposto de renda / Contribuição Social	(462)	(185)	149
Participação dos Colaboradores	(19)	-	-
Resultado Antes da Participação de Minoritários	957	564	70
Participação de Minoritários	(389)	(447)	(13)
Lucro (Prejuízo) Líquido	568	117	387
Lucro por ação (LPA)	1,26	0,31	302
EBITDA	3.177	3.023	5
Margem EBITDA	16,9%	17,8%	-0,9 p.p.
-Depreciação e Amortização	1.268	1.188	7
. Custo	785	787	(0)
. Despesas	484	401	21

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ATIVO	31/12/2007	31/12/2006	Var. (%)
Circulante	6.596	7.533	-12
. Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras	2.139	2.202	-3
. Contas a Receber	1.497	2.127	-30
. Estoques	2.264	2.358	-4
. Impostos a Recuperar	310	530	-41
. Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	4	55	-93
. Despesas do Exercício Seguinte	73	100	-28
. Outros*	310	161	93
Realizável a Longo Prazo	1.959	1.978	-1
. Sociedades Ligadas	49	39	26
. Depósitos Judiciais e Compulsórios	108	104	4
. IR e CS Diferidos	395	531	-25
. Impostos a Recuperar	1.175	1.154	2
. Outros	232	151	54
Permanente	12.337	10.935	13
. Investimentos	1.073	638	68
. Imobilizado	8.576	8.112	6
. Diferido	2.687	2.184	23
Total do Ativo	20.892	20.446	2
PASSIVO E P.L.	31/12/2007	31/12/2006	Var. (%)
Circulante	5.923	7.029	-16
. Fornecedores	2.968	2.882	3
. Financiamentos	1.180	3.105	-62
. Salários e Encargos Sociais	261	211	24
. Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	308	179	72
. Imposto de Renda a Pagar	15	56	-72
. Impostos a Recolher	162	204	-21
. Adiantamentos de Clientes	23	30	-22
. Outros**	1.006	363	177
Exigível a Longo Prazo	8.589	7.995	7
. Financiamentos	7.202	6.378	13
. Impostos e Contribuições a Recolher	1.146	1.374	-17
. Outros	241	243	-1
Resultados de Exercícios Futuros	25	30	-17
Participação Acionistas Minoritários	598	1.050	-43
Patrimônio Líquido	5.757	4.342	33
. Capital Social	4.641	3.508	32
. Reservas de Capital	458	409	12
. Ações em Tesouraria	(258)	(256)	1
. Reserva de lucros	915	631	45
. Lucros Acumulados	0	50	-
Total do Passivo e PL	20.892	20.446	2

*Contempla R\$ 137 milhões em investimentos a alienar relativos a Petroflex

**Contempla R\$ 247 milhões referente à última parcela da aquisição da Politen e R\$ 633 milhões referente à parcela restante da aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Reconciliação Resultado 2007 - Pro Forma (R\$ milhões)

	2007	2006
Consolidado	548	101
Resultado da participação pro forma na Ipiranga Química e minoritários IPQ	25	49
Amortização de ágio das participações pro forma na Ipiranga Química e Petroquímica	(5)	(24)
Exclusão de lucros dos estoques	1	(21)
Encargos financeiros pro forma	(1)	14
Ajuste de IR Diferido	0	(4)
Consolidado Pro Forma	568	117

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

- (a) A Braskem S.A. ("Braskem" ou "Companhia"), com sede em Camaçari - BA, e 14 unidades de produção localizadas nos Estados de Alagoas, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, produz petroquímicos básicos como eteno, propeno, benzeno e caprolactama, além de gasolina e GLP (gás de cozinha). No segmento de resinas termoplásticas produz polietileno, polipropileno, PVC e polietileno teraftalato ("PET"). Além desses, a Companhia tem como objeto social a importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos, combustíveis e a produção e fornecimento de insumos consumidos pelas empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari, tais como: vapor, água, ar comprimido, energia elétrica, bem como a prestação de diversos serviços a essas empresas e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.
- (b) Em 16 de maio de 2007, a Companhia comunicou ao mercado a desativação de sua unidade de produção de DMT e a paralisação temporária da unidade de produção de resina PET, ambas instaladas em Camaçari - BA. O fornecimento da resina PET é mantido a todos os clientes da Braskem por meio de contrato de compra firmado com a M&G Polímeros Brasil S.A. A Companhia estuda a eventual retomada da produção de PET a partir de uma nova rota tecnológica que garanta custos competitivos para a cadeia de poliéster no Brasil.

(c) Eventos societários

Desde sua formação, em 16 de agosto de 2002, a Companhia vem passando por amplo processo de reorganização societária, divulgada ao mercado através de fatos relevantes, cujos principais eventos, em 2006 e 2007, podem ser assim sumariados:

- Em 4 de abril de 2006, a Braskem adquiriu 66,04% das ações ordinárias e 15,33% das preferenciais do capital da Políteno Indústria e Comércio S.A. ("Políteno"). Com essa aquisição, a Braskem passou a deter 100% do capital votante e 96,16% do capital total da Políteno, empresa localizada no Pólo Petroquímico de Camaçari - BA, com capacidade de produção de 360 mil toneladas anuais de polietileno. O montante inicial pago pela Braskem foi de R\$ 237.500.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor final das ações adquiridas foi calculado em novembro de 2007, a partir do desempenho médio da Politenos nos 18 meses seguintes à assinatura do contrato de compra e venda, em função da diferença entre os preços dos polietilenos e do eteno no mercado brasileiro, sendo objeto de auditoria por empresa independente indicada pela Braskem e pelos antigos acionistas. O saldo devido pela Braskem, no valor de R\$ 247.503, foi liquidado em janeiro de 2008 e está apresentado, em 31 de dezembro de 2007, no passivo circulante, na rubrica "Credores por aquisição de investimentos".

- Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2006, foi aprovada a incorporação da Polialden Petroquímica S.A. ("Polialden"), tendo como base seu patrimônio líquido em 31 de março de 2006, no montante de R\$ 289.941. A relação de troca das ações da Polialden por ações da Braskem foi determinada com base nos patrimônios líquidos das companhias, a valor de mercado, conforme laudos preparados por empresa especializada na data-base de 31 de março de 2006.

Como forma de estimular a realização da troca, as ações da Polialden detidas por terceiros foram substituídas por ações preferenciais classe "A", de emissão da Companhia, na proporção de 33,62 ações da Braskem para cada lote de 1.000 ações da Polialden, o que correspondeu a um acréscimo de 6,76% sobre a relação de substituição obtida com base nos Laudos de Avaliação dos Patrimônios Líquidos a mercado, conforme quadro a seguir:

	Braskem	Polialden
Número de ações emitidas	362.523.521	645.253.380
Valor PL contábil (em R\$)	4.650.559.014,63	289.940.899,44
Valor por ação com base no valor contábil (em R\$)	12,828	0,449
Valor PL a mercado (em R\$)	8.202.482.686,96	459.721.902,03
Valor por ação com base em PL a mercado (em R\$)	22,626	0,713
Relação de troca - PL a mercado	31,49	1.000
Relação de substituição das ações preferenciais da Polialden por ações preferenciais "A" da Braskem na incorporação	33,62	1.000

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As variações patrimoniais da Polialden apuradas entre a data-base da incorporação e a efetiva incorporação foram reconhecidas no resultado da Companhia em conta de equivalência patrimonial. O saldo do ágio na data da incorporação, no valor de R\$ 337.328, fundamentado em rentabilidade futura, foi transferido para o ativo diferido.

Após a incorporação da Polialden, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 105.304, mediante emissão de 7.878.725 ações preferenciais classe "A" e passou a ser de R\$ 3.508.272 dividido em 123.492.142 ações ordinárias, 246.107.138 ações preferenciais classe "A" e 803.066 ações preferenciais classe "B" (Nota 20(a)).

- Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 20 de julho de 2006, foi aprovada a incorporação do acervo líquido cindido da Companhia Alagoas Industrial - CINAL, sociedade controlada pela Companhia.

De acordo com o Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido da CINAL, emitido por peritos independentes para a data-base de 31 de março de 2006, o valor contábil do acervo cindido e vertido para a Braskem foi de R\$ 58.212. As variações patrimoniais ocorridas entre a data-base da operação e a data da aprovação da cisão continuaram sendo reconhecidas pela Companhia como resultado de equivalência patrimonial. Em consequência da cisão, o capital social da CINAL foi reduzido em R\$ 58.212, sendo canceladas 57.657.265 ações preferenciais.

- Em reunião realizada em 29 de setembro de 2006, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição de sociedade na Holanda, denominada Braskem Europe B.V. ("Braskem Europa"), sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada.
- Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2007, foi aprovada a incorporação da Politen, tendo como base seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2006, no montante de R\$ 498.983. A relação de troca das ações da Politen por ações da Braskem foi determinada com base nos patrimônios líquidos das companhias, a valor contábil, conforme laudos preparados por empresa especializada.

O capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 19.157, mediante emissão de 1.533.670 ações preferenciais classe "A", passando para R\$ 3.527.429, sendo composto por 123.978.672 ações ordinárias, 247.154.278 ações preferenciais classe "A" e 803.066 ações preferenciais classe "B".

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para manter a estrutura de capital vigente na Braskem, composta de 1/3 de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais, foi aprovada a conversão de 486.530 ações preferenciais classe "A" em ações ordinárias.

- Em 18 de abril de 2007, a Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar") por si, e na qualidade de comissária da Companhia e da Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), adquiriu por R\$ 2.113.107 o equivalente a 66,2% das ações ordinárias e 13,9% das ações preferenciais de emissão da Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. ("RPI"); 69,2% das ações ordinárias e 13,5% das ações preferenciais de emissão da Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A. ("DPPI") e 3,8% das ações ordinárias e 0,4% das ações preferenciais de emissão da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga ("CBPI"), que pertenciam aos acionistas controladores do Grupo Ipiranga. Daquele montante, a Companhia e a Petrobras pagaram R\$ 1.394.675, nos termos do contrato de comissão entre as partes.

Nos termos do acordo entre a Ultrapar, Braskem e Petrobras, a Companhia passou a deter o controle dos ativos petroquímicos, representados pela Ipiranga Química S.A. ("Ipiranga Química"), Ipiranga Petroquímica S.A. ("IPQ") e pela participação desta na Companhia Petroquímica do Sul ("Copesul"). Os ativos relacionados às operações de refino de petróleo, detidos pela RPI, passaram a ser compartilhados igualmente entre Petrobras, Ultrapar e Braskem.

Nos termos do mesmo acordo, a Ultrapar é a responsável por executar uma reorganização societária das empresas adquiridas com o objetivo de separar os ativos atribuídos a cada uma das empresas adquirentes.

Nos meses de outubro e novembro de 2007, através da Oferta Pública de Tag along, foram adquiridas as seguintes quantidades de ações ordinárias de emissão da RPI, DPPI e CBPI:

Aquisição	Ações ordinárias			
	RPI	DPPI	CBPI	Total
Quantidade de ações adquiridas	2.979.295	1.365.192	1.574.486	5.918.973
% de adesão	88,29%	82,06%	52,24%	73,51%
Valor total da aquisição	318.934	154.103	102.200	575.237

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 18 de dezembro de 2007, a Ultrapar incorporou as ações em circulação da RPI, DPPI e CBPI. O período para o exercício do direito de recesso pelos acionistas dissidentes das deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias em que foram aprovadas as incorporações encerrou-se em 21 de janeiro de 2008. Com isso, as ações da RPI, DPPI e CBPI deixaram de ser negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA") no dia 23 de janeiro de 2008 e seus antigos acionistas passaram a deter ações da Ultrapar, negociadas na BOVESPA sob o código UGPA4.

Essa incorporação de ações foi a última etapa do processo de aquisição da totalidade das ações da RPI, DPPI e CBPI pela Ultrapar. Para a Braskem, essa incorporação implicou no registro do valor final a ser pago à Ultrapar quando do recebimento de 60,00% das ações da Ipiranga Química e 33,33% das ações da RPI, o que deve ocorrer até o final de fevereiro de 2008 (Nota 11(c)).

Em relação a RPI, a Companhia passou a tratá-la como uma controlada em conjunto, considerando uma participação de 10,01% no seu capital total entre os meses de abril e setembro de 2007. Nos meses de outubro e novembro de 2007, essa participação passou a 13,14% e 13,38%, respectivamente. Em dezembro de 2007, a Companhia considerou a participação de 33,33%.

- Em 30 de abril de 2007, a Braskem adquiriu 3,11% e 1,06% das cotas do TEGAL – Terminal de Gases Ltda. ("Tegal") de propriedade da Oxitenor Nordeste S.A. Indústria e Comércio e Dow Brasil Nordeste Industrial Ltda., respectivamente. Com esta aquisição, a Braskem passou a deter 100% do capital da Tegal, empresa localizada no Porto de Aratu em Camaçari – BA, que tinha por objetivo a prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de armazenagem e movimentação de gases liquefeitos. O montante pago pela Braskem foi de R\$ 1.105, gerando ágio fundamentado em outras razões econômicas de R\$ 498, integralmente amortizado ao resultado, conforme Instrução CVM nº 247/96.
- Em 18 de junho de 2007, a Companhia foi notificada pela Odebrecht S.A. ("Odebrecht"), atual razão social da ODBPAR INV S.A., acerca do exercício de seu direito de converter em ações a totalidade de suas 59.185 debêntures conversíveis e subordinadas, nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Conversíveis e Subordinadas, quando do vencimento do contrato. As debêntures foram convertidas em 31 de julho de 2007 (Nota 20(a)).
- Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2007, foi aprovada a incorporação do TEGAL – Terminal de Gases Ltda. ("Tegal"), tendo como base seu patrimônio líquido em 31 de maio de 2007, no montante de R\$ 12.926. As variações patrimoniais ocorridas entre 31 de maio de 2007 e a data da incorporação continuaram sendo reconhecidas pela Braskem como equivalência patrimonial.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Em 28 de junho de 2007, a controlada indireta da Braskem, EDSP67 Participações S.A. ("EDSP67"), adquiriu a totalidade das ações em circulação da IPQ, representativas de 7,61% de seu capital total. Em virtude dessa aquisição, a CVM aprovou, em 18 de julho de 2007, o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da IPQ.

Em agosto de 2007, foi aprovada a incorporação da EDSP67 pela IPQ. Nessa operação não ocorreu cancelamento ou emissão de novas ações da IPQ, nem tampouco alteração em seu capital social.

- Em 15 de agosto de 2007, a Companhia exerceu o direito de preferência para aquisição das ações de emissão da Petroflex Indústria e Comércio S.A. ("Petroflex") de propriedade da SPQ Investimentos e Participações Ltda., empresa controlada pela Suzano Petroquímica S.A. ("Suzano"), em razão da alienação do controle desta última para a Petrobras.

Com a transferência das ações, a participação da Braskem no capital total da Petroflex passou de 20,12% para 33,53%, e no capital votante de 20,14% para 33,57%. O exercício do direito de preferência se deu ao valor patrimonial das ações da Petroflex, com desembolso de R\$ 61.022.

- Através de leilão realizado em 5 de outubro de 2007, relativo à Oferta Pública de Ações ("OPA") para cancelamento de registro da Copesul, a EDSP58 Participações S.A. ("EDSP58") adquiriu 34.040.927 ações ordinárias de emissão da Copesul, representativas de 98,63% das ações habilitadas a participar do leilão, pelo valor unitário de R\$ 38,02. A liquidação financeira ocorreu em 10 de outubro de 2007 e o montante desembolsado foi de R\$ 1.294.236.

Após verificar o cumprimento das normas aplicáveis à OPA, a CVM procedeu, em 18 de outubro de 2007, ao cancelamento do registro de companhia aberta da Copesul.

Considerando que restavam em circulação menos de 5% do total das ações da Copesul, o Conselho de Administração daquela controlada, em dezembro de 2007, convocou Assembléia Geral para deliberar sobre o resgate das mesmas.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Em 13 de novembro de 2007, a Braskem em conjunto com a UNIPAR – União de Indústrias Petroquímicas S.A. (“UNIPAR”) e outros acionistas minoritários da Petroflex celebraram com a empresa Lanxess Deutschland GmbH (“Lanxess”), contrato de venda de ações daquela controlada em conjunto. Estão sendo alienadas 17.102.002 ações ordinárias (72,38% dessa classe de ações) e 7.416.602 ações preferenciais (64,16% dessa classe de ações), o que representa 69,68% do capital da Petroflex. A Braskem e a UNIPAR, controladores da Petroflex, estão alienando a totalidade das ações que possuem daquela controlada em conjunto.

Os preços máximos de cada ação ordinária e preferencial classe “A” são de R\$ 22,86 e R\$ 18,29, respectivamente. Esses valores estão sujeitos aos ajustes usuais nesse tipo de operação, os quais serão verificados pela Lanxess por meio de procedimento previsto no contrato. A conclusão dessa venda deverá ocorrer até maio de 2008, quando deverão estar atendidas as cláusulas precedentes também previstas no contrato. Em decorrência desse processo de alienação, o valor do investimento na Petroflex foi transferido para o ativo circulante e está apresentado na rubrica “Investimento em alienação”. Conforme previsto na Instrução CVM nº 247/96, a Companhia continuará apurando o resultado de equivalência patrimonial sobre o investimento até a efetiva transferência das ações à empresa compradora.

- Em 30 de novembro de 2007, foi anunciada a celebração de um acordo entre a Petrobras, Petrobras Química S.A. – Petroquisa (“Petroquisa”) e Odebrecht com o objetivo de dar continuidade na consolidação da indústria petroquímica nacional, por meio da integração, na Braskem, dos seguintes ativos petroquímicos detidos pela Petrobras e Petroquisa:

- 37,3% do capital total da Copesul;
- 40% do capital total da Ipiranga Química e IPQ;
- 40% do capital total da Petroquímica Paulínia; e
- 100% do capital total da Petroquímica Triunfo (“Triunfo”).

A Petrobras e a Petroquisa terão a opção de integrar na Braskem até 100% do capital votante e total da Triunfo. Caso a integração não ocorra, a Petrobras e a Petroquisa poderão integrar caixa equivalente ao valor econômico deste ativo.

- Em 6 de dezembro de 2007, foi aprovada a incorporação da EDSP58 pela Copesul. Em decorrência da incorporação, foram canceladas 35.710.357 ações ordinárias de emissão da Copesul, de propriedade da EDSP58, com a redução do capital social em R\$ 378.360, que passou a ser de R\$ 531.640.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Em 16 de novembro de 2007, a Companhia e a Petrobras integralizaram ações do capital da Petroquímica Paulínia com ações da CPP – Companhia Petroquímica Paulista (“CPP”) avaliadas a mercado. Em 30 de novembro de 2007, foi aprovada a incorporação da CPP pela Petroquímica Paulínia.

A Companhia e suas controladas, como participantes do processo de reestruturação societária e de consolidação do setor petroquímico brasileiro, poderão ser afetadas econômica e/ou societariamente pelo desfecho deste processo.

(d) Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE

Em 25 de abril de 2007, a Companhia estabeleceu um Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação – APRO com o CADE, através do qual a Braskem se compromete a manter as condições usuais de livre concorrência do mercado de polietileno e polipropileno, anterior à aquisição dos ativos petroquímicos do grupo Ipiranga, em 18 de abril de 2007, se abstendo, até o julgamento da operação, de praticar, em relação aos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga:

- Qualquer alteração de natureza societária que implique em mudança de controle;
- Alterações substantivas nas suas instalações físicas e transferência ou renúncia aos direitos e obrigações relativos aos seus ativos, aí também incluídas marcas, patentes e carteira de clientes e fornecedores de matérias-primas;
- Descontinuar a utilização de marcas e produtos, ressalvado o disposto no Acordo de Investimentos, preservando a oferta da linha de produtos Ipiranga;
- Alterações substantivas nas estruturas, logística e práticas de distribuição e comercialização;
- Mudanças substantivas nas empresas que impliquem em dispensa de mão-de-obra e transferência de pessoal entre seus estabelecimentos de produção, distribuição, comercialização e pesquisa, quando caracterizadas como objetivando a integração das empresas; e
- Interrupção, sem justa causa e a critério do CADE, de projetos de investimento pré-aprovados pelo Conselho de Administração em todos os setores de atividade da empresa adquirida e de implementação de seus planos e metas de vendas.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O acordo poderá ser revisto a qualquer tempo, por iniciativa do CADE ou a pedido das requerentes, se estas, a critério do plenário do CADE, comprovarem que não subsistem os requisitos que motivaram a celebração do referido acordo.

Em relação à Copesul, o CADE não manifestou qualquer impedimento à operação tendo em vista que a Companhia e a Petrobras deverão manter suas posições de acionistas controlador e minoritário, respectivamente, da forma como estavam antes de 18 de abril de 2007, respeitado o Acordo de Acionistas existente.

(e) Governança corporativa

A Braskem aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa Diferenciada da BOVESPA que estabelece, principalmente, o comprometimento da Companhia com melhorias na prestação de informações ao mercado e na dispersão acionária. A Companhia mantém seu plano de aderir ao Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA, em futuro próximo.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, também, em atendimento às normas e procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Para propiciar informações suplementares ao mercado, a Companhia está apresentando a demonstração do fluxo de caixa, elaborada de acordo com a NPC 20 do IBRACON e a demonstração do valor adicionado, elaborada de acordo com a NBCT 3.7 do CFC nos Anexos I e II, respectivamente.

No passivo circulante relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, o valor da parcela devida por conta da aquisição da Politeo (Nota 1(c)), anteriormente contida na rubrica “Demais provisões e contas a pagar”, foi reclassificado para “Credores por aquisição de investimentos”.

Na avaliação comparativa das demonstrações do resultado da controladora, entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, devem ser considerados os seguintes eventos societários:

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Incorporação da Polialden, ocorrida em maio de 2006 (Nota 1(c)); e
- Incorporação da Politenio em abril de 2007 (Nota 1(c)).

As demonstrações dos resultados das companhias incorporadas estão apresentadas, de forma sintética, abaixo:

	Polialden	Politenio	
	Janeiro a maio de 2006	Janeiro a março de 2007	Exercício de 2006
Receita líquida de vendas	125.809	260.611	1.001.116
Custo dos produtos vendidos	(121.632)	(238.763)	(904.597)
Lucro bruto	4.177	21.848	96.519
Despesas operacionais, líquidas	(6.476)	(11.112)	(51.642)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(2.299)	10.736	44.877
Resultado de participações societárias	799	(35)	930
Resultado financeiro	388	(10.642)	(23.685)
Resultado não operacional		(25)	197
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(1.112)	34	22.319
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	4.585	(203)	(8.687)
Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício	3.473	(169)	13.632

3 Principais práticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2008.

(a) Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, prazos de amortização do ativo diferido e dos ágios de investimentos, provisões para passivos contingentes, determinação das provisões para imposto de renda e outras similares.

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A receita com venda de produtos é reconhecida quando o risco e a propriedade dos produtos são transferidos para os clientes. A transferência de propriedade ocorre quando o produto é entregue ao cliente ou ao seu transportador, dependendo da modalidade da venda.

A provisão para o imposto de renda e as despesas de ICMS são contabilizadas incluindo as parcelas de incentivos fiscais, sendo o montante correspondente à isenção e redução do imposto de renda creditado em conta de reserva de capital e a de ICMS no resultado do exercício.

Considerando as disposições da Deliberação CVM nº 273 e da Instrução CVM nº 371, o imposto de renda diferido é demonstrado pelo seu valor provável de realização, previsto para ocorrer conforme descrito na Nota 17(b).

As variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos são classificadas nas rubricas de "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras", respectivamente.

A Companhia reconhece, no resultado do exercício, o valor de mercado dos contratos de derivativos que façam contrapartida à realização de fluxos de caixa e passivos indexados em moeda estrangeira ou em taxas internacionais de juros.

O lucro líquido por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data de encerramento do exercício.

(c) Ativos circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa consistem, principalmente, de depósitos à vista e aplicações com liquidez imediata ou vencimento em até 90 dias (Nota 4).

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo custo ou mercado, o que for menor, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os instrumentos derivativos são mensurados pelo valor justo estimado, com base em cotações de mercado para instrumentos semelhantes em relação às taxas futuras de câmbio e de juros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas na sua realização, tendo em vista o histórico de perdas da Companhia. Para determinação do valor dos créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avalia, mensalmente, os valores e as características do saldo das contas a receber de clientes.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização. Os produtos acabados incluem o frete até o local da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. Os estoques de materiais de manutenção são classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo, considerando o histórico do consumo.

O imposto de renda diferido é calculado sobre os prejuízos fiscais e as despesas contábeis temporariamente indedutíveis para o cálculo do imposto de renda corrente. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Periodicamente, os valores contabilizados são reavaliados em consonância com a Deliberação CVM nº 273/98 e a Instrução CVM nº 371/02.

Os passivos contingentes são apresentados deduzidos dos depósitos judiciais a eles vinculados, em consonância com a Deliberação CVM nº 489/05.

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

(d) Ativo permanente

Demonstrado pelo custo corrigido, combinado com as seguintes práticas:

- As participações em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas do saldo de ágio/deságio a amortizar. Os ágios existentes têm como fundamento econômico a rentabilidade futura dos investimentos e a mais-valia do ativo imobilizado, sendo amortizados em até 20 anos. Os ágios de empresas incorporadas são transferidos para o imobilizado ou diferido, quando fundamentados na mais-valia dos ativos ou na rentabilidade futura dos investimentos, respectivamente. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.
- As participações em sociedades controladas no exterior são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e a variação cambial incidente no patrimônio líquido é registrada em conta destacada no resultado operacional. As contas do balanço patrimonial e do resultado do exercício são convertidas em moeda nacional às taxas de câmbio vigentes na data de encerramento das demonstrações financeiras, nos termos da Deliberação CVM nº 28/86.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- . O imobilizado e o intangível são registrados pelo custo de aquisição/construção. A partir de 1997, o imobilizado inclui a capitalização dos encargos de financiamentos obtidos de terceiros durante o período de construção nos termos da Deliberação CVM nº 193/96. Os encargos capitalizados são incorporados aos bens e depreciados / amortizados a partir do momento em que estes entram em operação.
- . A partir de janeiro de 2006, em atendimento à Interpretação Técnica nº 01/2006 do IBRACON, a Companhia adotou como prática contábil o registro dos gastos realizados com paradas programadas para manutenção do ativo imobilizado na rubrica "Máquinas, equipamentos e instalações". Tais paradas ocorrem em períodos programados que variam de dois a seis anos e os respectivos gastos são depreciados até o início da seguinte correspondente parada (Nota 12).
- . A depreciação de bens do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 12, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.
- . A amortização do diferido é realizada pelo prazo de até dez anos, a partir da data em que os benefícios começam a ser gerados.

(e) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos.

As provisões para perdas nos investimentos em sociedades controladas são constituídas sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades e classificadas no exigível a longo prazo, em contrapartida do resultado com participações em sociedades controladas e coligadas.

O plano de pensão de benefícios definidos é contabilizado com base nos cálculos efetuados por atuários independentes, baseados em premissas fornecidas pelas companhias mencionadas na Nota 28.

Provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Resultado de exercícios futuros

Em resultados de exercícios futuros são registrados os deságios de empresas incorporadas ou consolidadas, fundamentados na expectativa de resultado futuro.

(g) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da CVM e abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e entidades de propósito específico, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta e indiretamente, como a seguir apresentado:

			Participação no capital total - %	
			2007	2006
			Sede (País)	
Controladas				
Braskem Argentina	(i)	Argentina	98,00	98,00
Braskem America Inc. ("Braskem America")		EUA	100,00	100,00
Braskem Distribuidora e suas controladas		Brasil	100,00	100,00
Braskem Europa		Holanda	100,00	100,00
Braskem Inc e sua controlada		Ilhas Cayman	100,00	100,00
Braskem Participações		Brasil	100,00	100,00
CINAL		Brasil	100,00	100,00
Copesul e suas controladas	(ii)	Brasil	39,19	
CPP	(iv)	Brasil		79,70
Ipiranga Química e suas controladas	(v)	Brasil	60,00	
Politeno e suas controladas	(vi)	Brasil		96,16
Politeno Empreendimentos Ltda. ("Politeno Empreendimentos")		Brasil	100,00	
Tegal	(vii)	Brasil		95,83
Controladas em conjunto				
CETREL S.A. - Empresa de Proteção Ambiental ("CETREL")	(viii)	Brasil	49,89	49,03
Copesul e suas controladas	(ix)	Brasil		29,46
Petroflex	(iii)	Brasil		20,12
Petroquímica Paulínia	(x)	Brasil	60,00	60,00
Entidades de Propósito Específico ("EPE's")				
Chemical Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC I")	(xii)			
Chemical Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC II")	(xiii)	Brasil		100,00
Fundo Parin	(xiv)	Brasil		9,19
Sol-Fundo de Aplicação em Cotas de Fundos de Investimento ("FIQ Sol")		Guernsey	100,00	100,00
		Brasil	100,00	100,00

- (i) Considerando a participação da controlada Braskem Distribuidora, a participação da Braskem monta a 100,00%.
- (ii) Considerando a participação da controlada indireta IPQ, a participação da Braskem monta a 62,70%.
- (iii) Consolidada proporcionalmente até março de 2007, conforme Instrução CVM nº 247/96.
- (iv) Empresa incorporada à Petroquímica Paulínia em novembro de 2007.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (v) Investimento consolidado, a partir de abril de 2007, nos termos do acordo de aquisição do Grupo Ipiranga (Nota 1(c)).
- (vi) Empresa incorporada em 2 de abril de 2007 (Nota 1(c)). Até 31 de março de 2006, a Politen era consolidada proporcionalmente.
- (vii) Empresa incorporada em 31 de julho de 2007.
- (viii) Investimentos consolidados proporcionalmente, conforme Instrução CVM nº 247/96.
- (ix) Considerando a participação da controlada CINAL, a participação da Braskem monta a 54,55%. Controlada em conjunto em função de disposições estatutárias.
- (x) Investimento consolidado até novembro de 2007, devido ao processo de alienação (Nota 1(c)).
- (xi) Controlada em conjunto em função de disposição do acordo de acionistas.
- (xii) Investimentos consolidados em atendimento à Instrução CVM nº 408/04.
- (xiii) Fundo extinto em janeiro de 2007.
- (xiv) As cotas subordinadas detidas pela Braskem foram vendidas no trimestre findo em 31 de março de 2007.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos entre companhias, a equivalência no resultado, assim como os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os lucros não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

As participações dos acionistas minoritários no patrimônio e no resultado das controladas foram apresentadas separadamente nos balanços patrimoniais e nos resultados dos exercícios consolidados, respectivamente.

No resultado consolidado de 2007, a participação dos acionistas minoritários inclui as participações na EDSP58, Politen e Tegal calculadas até as datas das respectivas incorporações.

Os ágios não eliminados na consolidação foram reclassificados para conta específica do ativo permanente que os fundamentaram, em consonância com a Instrução CVM nº 247/96. Os deságios são reclassificados para a rubrica "Resultados de exercícios futuros".

Na avaliação comparativa das demonstrações do resultado consolidado deve ser considerada a consolidação integral da Ipiranga Química e da Copesul a partir de abril de 2007. Até o trimestre findo em 31 de março de 2007, a Copesul era consolidada proporcionalmente, conforme previsto na Instrução CVM nº 247/96.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para melhor apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, a participação recíproca entre a Companhia e as controladas Braskem Participações e Politeño foi reclassificada como "Ações em tesouraria". O total de ações em poder das controladas, bem como a participação no capital total da Companhia estão apresentados abaixo:

	Braskem Participações(i)	Politeño(ii)
Ações ordinárias	580.331	
Ações preferenciais classe "A"	290.165	2.186.133
Participação no capital total	0,24%	0,60%

(i) Em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(ii) Em 31 de dezembro de 2006

Conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 23 da Instrução Normativa CVM nº 247/96 e autorizada pelos Ofícios/CVM/SNC/nº 004/2008 e 005/2008, a Companhia não consolidou proporcionalmente as demonstrações financeiras das controladas em conjunto Companhia de Desenvolvimento Rio Verde – CODEVERDE e RPI. As informações destas controladas não apresentam alterações relevantes ou provocam distorções nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Os balanços patrimoniais e a demonstração do resultado sintéticos e ajustados de acordo com as práticas contábeis da Companhia, dessas controladas estão apresentadas a seguir:

Balanco Patrimonial	Codeverde (*)		RPI
	2007	2006	2007
Ativo			
Circulante	404	304	85.289
Não circulante			
Realizável a longo prazo	122	102	3.446
Permanente	46.621	45.019	34.752
Total do ativo	47.147	45.425	123.487
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	102	100	93.229
Não circulante	1.700	1.438	61.507
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	45.345	43.887	(31.249)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	47.147	45.425	123.487

(*) em fase pré-operacional

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	RPI
	2007
Demonstração do Resultado	
Receita líquida de vendas	620.958
Custo dos produtos vendidos	(596.153)
Lucro bruto	24.805
Despesas operacionais, líquidas	(23.207)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.598
Resultado financeiro	(5.006)
Resultado não operacional	426
Prejuízo antes dos impostos	(2.982)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	1.848
Prejuízo do exercício	(1.134)

A conciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício entre a controladora e o consolidado é a seguinte:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2007	2006	2007	2006
Controladora	5.844.799	4.447.514	543.220	77.753
Participação recíproca apresentada como ações em tesouraria	(13.110)	(60.999)		
Exclusão dos efeitos oriundos de lucro nos estoques de empresas controladas	(4.205)	(6.587)	6.789	(1.400)
Exclusão do ganho na venda de investimento entre empresas ligadas	(38.476)	(38.476)		
Exclusão de ganho em operações financeiras entre empresas ligadas	(10.628)	(12.829)	2.200	1.215
Reversão da amortização do ágio sobre venda de investimentos entre empresas ligadas	22.327	18.206	4.121	4.121
Exclusão do ganho na cessão de direito de uso entre empresas ligadas	(34.942)	(34.942)		19.660
Exclusão do ganho obtido em aporte de capital em empresa controlada	(8.746)		(8.746)	
Consolidado	5.757.019	4.311.887	547.584	101.349

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados das empresas controladas em conjunto e das EPE's, ajustados às práticas contábeis da Companhia, podem ser assim resumidos:

	Copesul		CETREL (i)		Petroflex (ii)	
	Janeiro a Março de 2007	2006	2007	2006	Janeiro a Novembro de 2007	2006
Ativo						
Circulante		1.261.805	31.830	25.509		604.958
Não circulante		154.618	11.928	12.298		31.373
Permanente		1.050.182	139.143	131.221		436.975
Total do ativo		2.466.605	182.901	169.028		1.073.306
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante		840.694	24.207	20.309		390.661
Não circulante		325.751	30.992	39.245		375.828
Patrimônio líquido		1.300.160	127.702	109.474		306.817
Total do passivo e patrimônio líquido		2.466.605	182.901	169.028		1.073.306
Demonstração do resultado						
Receita líquida das vendas	1.727.324	6.299.224	106.218	106.191	1.300.735	1.361.549
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.397.210)	(5.292.355)	(70.383)	(73.970)	(1.105.341)	(1.197.017)
Lucro bruto	330.114	1.006.869	35.835	32.221	195.394	164.532
Despesas operacionais, líquidas	(37.182)	(117.468)	(16.497)	(19.674)	(93.118)	(131.371)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(2.784)	(4.295)	(1.863)	198	(225)	945
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	290.148	885.106	17.475	12.745	102.051	34.106
Imposto de renda e contribuição social	(97.150)	(269.921)	(4.723)	(2.557)	(33.213)	(8.061)
Lucro líquido do período / exercício	192.998	615.185	12.752	10.188	68.838	26.045

(i) Balanço patrimonial e Demonstração do resultado com eliminação da reserva de reavaliação.

(ii) Investimento consolidado até novembro de 2007.

	Petroquímica Paulínia(*)	
	2007	2006
Ativo		
Circulante	155.785	102.474
Não circulante	1	1
Permanente	647.589	115.461
Total do ativo	803.375	217.936
Passivo		
Circulante	101.250	3.814
Não circulante	460.302	83.984
Patrimônio líquido	241.823	130.138
Total do passivo	803.375	217.936

(*) Em fase pré-operacional.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Fundo Parin		FIQ Sol		Fundo Chemical	Fundo Chemical II
	2007	2006	2007	2006	2006	2006
Ativos	458.368	537.965	258.768	395.242	6.133	442.557
Passivos				12	200	44
Patrimônio líquido	458.368	537.965	258.768	395.230	5.933	442.513
Total do passivo e patrimônio líquido	458.368	537.965	258.768	395.242	6.133	442.557
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(94.429)	(14.839)	30.270	37.026	(19.033)	68.555

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Caixa e bancos	298.861	130.128	578.820	140.179
Aplicações financeiras				
no Brasil	259.105	602.748	612.897	751.533
no exterior	513.634	393.049	698.434	655.349
	1.071.600	1.125.925	1.890.151	1.547.061

As aplicações financeiras da Companhia, no Brasil, estão representadas, principalmente, por cotas de fundo exclusivo da Braskem (FIQ Sol) que, por sua vez, detém cotas de fundos de investimentos locais, tais como, fundos de renda fixa, fundos multimercado, fundos de investimentos em direitos creditórios, assim como outros instrumentos de renda fixa. As aplicações no exterior consistem, principalmente, de instrumentos de renda fixa soberanos ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com alta liquidez no mercado.

As aplicações financeiras, no Brasil, da controlada Copesul, que montam a R\$ 346.870, em 31 de dezembro de 2007, estão representadas por cotas do Fundo de Investimento Financeiro Multimercado Copesul e depósitos a prazo fixo.

A Companhia busca manter um volume de disponibilidades suficientes para fazer frente a: (i) sua necessidade de capital de giro; (ii) os investimentos orçados no plano de negócios; e (iii) as condições adversas que possam demandar maior investimento em capital de giro.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de riscos e de investimentos; (ii) buscar uma alta pulverização da carteira consolidada; (iii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iv) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado, seja no Brasil ou no exterior.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
Títulos públicos emitidos no exterior		311.080		311.080
Fundo de investimentos	192.673	537.926	248.699	63.960
Cotas subordinadas de fundo de investimentos em direitos creditórios e outros				38.851
	192.673	849.006	248.699	413.891
Realizável a longo prazo				
Fundo de investimentos	265.695		118.141	
Cotas subordinadas de fundo de investimentos em direitos creditórios		46.612		
Outros	8.303	16.848	1.648	1.628
	273.998	63.460	119.789	1.628
Total	466.671	912.466	368.488	415.519

O fundo de investimentos da “Controladora” tem a Braskem como única cotista. Sua carteira é composta por certificados de depósito (*time deposits*) emitidos junto ao Banco Credit Suisse First Boston (“CSFB”).

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Clientes				
Mercado interno	1.218.089	833.045	1.697.187	1.514.346
Mercado externo	429.364	324.864	725.233	421.880
Duplicatas descontadas	(197.753)	(110.873)	(311.844)	(119.652)
Adiantamentos sobre cambiais entregues	(188.358)	(2)	(385.155)	(15.824)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(160.217)	(103.474)	(186.518)	(153.350)
	1.101.125	943.560	1.538.903	1.647.400
No ativo não circulante	(41.464)	(51.766)	(41.927)	(52.542)
No ativo circulante	1.059.661	891.794	1.496.976	1.594.858

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Companhia adota uma política adicional de recebimento das contas a receber de clientes no mercado interno que consiste na alienação de títulos para fundos de investimentos em direitos creditórios.

A Companhia realizou operação de desconto de duplicatas assumindo junto à instituição bancária o compromisso de reembolso no caso de inadimplência dos clientes.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
No início do exercício	103.474	72.945	153.350	87.259
Adição por aquisição de investimento			45.246	15.525
Adições classificadas em despesas com vendas	28.377	78.993	44.113	99.293
Adição por incorporação de controladas	54.741			
Recuperação de créditos provisionados	(26.375)	(48.464)	(31.255)	(48.615)
Baixa de títulos considerados incobráveis			(24.936)	(112)
No final do exercício	<u>160.217</u>	<u>103.474</u>	<u>186.518</u>	<u>153.350</u>

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Produtos acabados e em processo	829.111	870.257	1.152.137	986.949
Matérias-primas, insumos de produção e embalagens	317.687	249.083	651.373	393.437
Materiais de manutenção (*)	291.605	298.779	401.722	344.566
Adiantamentos a fornecedores	52.614	48.034	53.239	64.009
Importações em andamento e outros	19.166	16.758	47.928	17.555
Provisão para ajuste ao valor de realização	(19.213)	(16.089)	(19.337)	(16.295)
Total	1.490.970	1.466.822	2.287.062	1.790.221
No ativo não circulante (*)	(22.790)	(22.946)	(22.790)	(22.946)
No ativo circulante	<u>1.468.180</u>	<u>1.443.876</u>	<u>2.264.272</u>	<u>1.767.275</u>

(*) Com base no histórico de consumo, parte dos estoques de materiais de manutenção foi classificada no realizável a longo prazo.

Os adiantamentos a fornecedores e os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição da principal matéria-prima da Companhia, a nafta petroquímica.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 Sociedades ligadas

(a) Controladora

	Saldos	
	2007	2006
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		
Entidade de Propósito Específico		
FIQ Sol	258.768	395.230
Títulos e valores mobiliários		
Entidade de Propósito Específico		
Fundo Parin	192.673	537.926
Contas a receber		
Controladas e Controladas em conjunto		
Braskem America	18.010	27.838
Braskem Argentina	1.909	
Braskem Distribuidora	900	
Braskem Europa	43.627	
Braskem Inc.		10.054
Cayman		13
CINAL	1.533	1.916
Copesul	18.916	2.440
Lantana		13.301
Politeno		25.177
Ipiranga Química	3.984	
IPQ e suas controladas	5.271	
CETREL	41	70
Petroquímica Paulínia	4.622	
Petroflex	24.280	21.426
Coligada		
Borealis	10.742	2.798
Ligadas		
Construtora Norberto Odebrecht ("CNO")	6.304	7.687
Petrobras	54.718	48.741
Outros	528	
	195.385	161.461
Ativo não circulante		
Títulos e valores mobiliários		
Entidades de Propósito Específico		
FIDC I		5.933
FIDC II		40.679
Fundo Parin	265.695	
	265.695	46.612

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladora (continuação)

	Saldos	
	2007	2006
Sociedades ligadas		
Controladas e Controladas em conjunto		
Braskem Distribuidora (conta corrente)		126
Cayman (conta corrente)		53
CINAL (conta corrente)	9.806	2.390
Politeno (conta corrente)		180.974
Tegal (conta corrente)		4.859
Lantana (mútuo)	48	
CETREL (AFAC)		135
Petroquímica Paulínia (AFAC)	10.365	
Ligadas		
Petrobras (mútuo)	41.937	38.868
Outros	2.448	1.903
	<u>64.604</u>	<u>229.308</u>
Passivo circulante		
Fornecedores		
Controladas e Controladas em conjunto		
Braskem America		294
Braskem Argentina		2.101
Braskem Inc.	349	
CINAL	169	1.596
Tegal		5.913
Copesul	35.319	508.262
IPQ	434	
Politeno		1.996
CETREL	233	1.302
Ligadas		
CNO	17.521	6.666
Petrobras	558.976	604.758
Outros		6.317
	<u>613.001</u>	<u>1.139.205</u>
Debêntures		
Ligada		
ODBPARG		1.130.752
		<u>1.130.752</u>
Passivo não circulante		
Fornecedores		
Ligada		
Outros		17.644
		<u>17.644</u>

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladora (continuação)

	Saldos	
	2007	2006
Sociedades ligadas		
Controladas		
Braskem Importação (conta corrente)		1.361
Braskem Participações (conta corrente)		5.689
CINAL (conta corrente)	1.680	
Politeno Empreendimentos (conta corrente)	15.109	
	16.789	7.050
		Transações
	2007	2006
Vendas de produtos e serviços		
Controladas e Controladas em conjunto		
Braskem America	48.040	33.465
Braskem Argentina	7.464	
Braskem Distribuidora	56.851	
Braskem Europa	123.885	
Braskem Inc.	61.349	41.218
Cayman		9.308
CINAL	118	1.003
IPQ	13.492	
Ipiranga Química	19.354	
Lantana	106.485	228.112
Politeno	295.367	993.769
Polialden		136.983
CETREL	147	1.320
Copesul	6.340	17.227
Petroflex	456.822	457.541
Coligada		
Borealis	143.010	122.061
Ligada		
Petrobras	285.758	71.422
	1.624.482	2.113.429
Compras de matérias-primas, serviços e utilidades		
Controladas e Controladas em conjunto		
Braskem Argentina		2.960
CINAL	10.495	29.505
Politeno	11.977	15.565
Tegal	13.208	20.005
Copesul	2.390.915	2.752.867
CETREL	22.001	24.256
Ligadas		
CNO	120.285	136.218
Petrobras	4.564.943	4.902.758
Outros		295.167
	7.133.824	8.179.307

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladora (continuação)

	Transações	
	2007	2006
Receitas financeiras (*)		
Controladas		
Braskem America	(4.153)	
Braskem Argentina	(470)	
Braskem Distribuidora	249	10
Braskem Europa	(2.092)	
Braskem Inc.	(3.249)	
Cayman	(4)	
CINAL	180	4
Copesul	23.945	
Lantana	(3.237)	
Petroflex	4.631	2.011
Politeno	6.692	7.325
Tegal	105	114
Ligadas		
Petrobras	3.352	3.371
Outros	(369)	
EPE's		
Fundo Parin	(94.396)	25.544
FIQ Sol	30.431	37.027
FIDC I (fundo extinto em janeiro de 2007)		(2.441)
FIDC II	13.198	3.563
	<u>(25.187)</u>	<u>76.528</u>
Despesas financeiras		
Controladas		
Braskem Argentina	(441)	
Braskem Importação		179
Braskem Inc.	(730)	
Braskem Participações		539
CINAL		89
Copesul	37.887	824
Politeno		143
Politeno Empreendimentos	1.104	65
Tegal	85	14
Ligadas		
ODBPARG INV		131.405
Petrobras	49.942	
CNO		6.202
Outros		9
EPE's		
FIQ Sol		22.993
FIDC I		51.761
	<u>87.847</u>	<u>214.223</u>

(*) Inclui resultado da variação cambial sobre contas a receber, aplicações financeiras e contratos de mútuos.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	

(b) Consolidado

	Saldos	
	2007	2006
Ativo circulante		
Contas a receber		
Controladas e Controladas em conjunto		
CETREL	19	32
Copesul		1.721
Petroflex	457.108	17.115
Coligada		
Borealis	10.742	2.798
Ligadas		
CNO	6.304	7.687
IPQ (em 2006, parte relacionada Copesul)		4.564
Petrobras	54.909	49.657
Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A. (parte relacionada da Copesul)	26.184	1.161
Outros	782	341
	<u>556.048</u>	<u>85.076</u>
Demais contas a receber		
Controlada em conjunto		
CETREL	1.420	
	<u>1.420</u>	
Ativo não circulante		
Sociedades ligadas		
Controlada em conjunto		
Petroquímica Paulínia	4.146	
Ligadas		
Petrobras	41.937	38.868
Outros	2.448	1.865
	<u>48.531</u>	<u>40.733</u>
Passivo Circulante		
Fornecedores		
Controladas e Controladas em conjunto		
CETREL	106	604
Copesul		358.523
Ligadas		
CNO	17.521	6.666
IPQ		986
Petrobras	579.242	615.759
REFAP S.A.		5.757
Outros	2.601	9.589
	<u>599.470</u>	<u>997.884</u>
Debêntures		
Ligada		
ODBPAR INV		1.130.752
		<u>1.130.752</u>

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consolidado (continuação)

	Saldos	
	2007	2006
Passivo não circulante		
Fornecedores		
Ligada		
Outros		17.644
		<u>17.644</u>
Sociedades ligadas		
Controlada em conjunto		
CETREL		1.983
Ligada		
Monsanto Nordeste S.A.		2.808
		<u>4.791</u>
	Transações	
	2007	2006
Vendas de produtos e serviços		
Controladas e Controladas em conjunto		
Copesul		12.152
CETREL	67	612
Petroflex	336.277	365.488
Politeno		166.752
Coligada		
Borealis	143.010	122.061
Ligadas		
Monsanto Nordeste S.A.	13.730	3.684
Petrobras	286.113	78.899
REFAP S.A.	543.163	22.767
IPQ		555.543
Outros	1.708	2.474
	<u>1.324.068</u>	<u>1.330.432</u>
Compras de matérias-primas, serviços e utilidades		
Controlada		
Copesul	472.902	1.941.845
Controlada em conjunto		
CETREL	10.001	11.253
Ligadas		
CNO	120.285	136.218
IPQ		5.735
Petrobras	5.713.067	5.390.504
Petroquímica União S.A.		22.881
REFAP S.A.	1.654.220	264.904
Outros		298.095
	<u>7.970.475</u>	<u>8.071.435</u>

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consolidado (continuação)

	Transações	
	2007	2006
Receitas financeiras		
Ligadas		
IPQ		175
Petrobras	3.352	3.371
Petroflex		1.606
	<u>3.352</u>	<u>5.152</u>
Despesas financeiras		
Ligadas		
Copesul		824
IPQ		57
Petrobras	49.942	6.202
Odebrecht	74.825	131.405
Outros		9
	<u>124.767</u>	<u>138.497</u>

Em "Contas a receber de clientes" e "Fornecedores" são apresentados os saldos decorrentes, principalmente, das seguintes operações mercantis de compra e venda de produtos e serviços:

Vendas da Braskem:

Empresa	Produtos/insumos
Borealis / Cayman / Lantana / Braskem	
America/Braskem Europa/ Braskem	
Argentina / Braskem Distribuidora	Resinas termoplásticas
Braskem Inc.	Petroquímicos básicos
Politeno	Eteno e utilidades
Petroflex	Butadieno
Petrobras	Gasolina
Ipiranga Química / IPQ	Petroquímicos básicos/Resinas termoplásticas

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Compras da Braskem:

Empresa	Produtos/insumos/serviços
CINAL / CETREL	Utilidades, tratamento e incineração de resíduos
Copesul	Eteno, propeno e utilidades
Petrobras	Nafta
CNO	Serviços de construção e manutenção

Essas transações são realizadas em condições de preços e prazos equivalentes às médias praticadas com terceiros, considerando (i) para compra e venda de eteno, o preço praticado no mercado internacional, (ii) para a compra de nafta junto à Petrobras, o preço praticado no mercado europeu e (iii) para as vendas às sociedades controladas no exterior, o prazo de 180 dias, que é superior ao praticado com os demais clientes. No exercício de 2007, a Companhia também adquiriu nafta do exterior em volume equivalente a 27 % do seu consumo (2006 – 25%).

Em sociedades ligadas são apresentados os saldos de contas correntes com empresas do grupo, remunerados a 100% do CDI. As contas correntes são movimentadas através da utilização das disponibilidades diárias de recursos financeiros em caixa único para a liquidação de obrigações das correntistas. Fazem parte, como correntistas, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas no país.

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
IPI a recuperar (operações normais)	16.809	61.040	23.665	63.014
ICMS	897.375	675.428	1.106.541	936.333
PIS e Cofins	44.773	105.577	93.497	118.495
Finsocial		11.813		12.070
PIS – Decretos-lei 2.445 e 2.449/88	55.194	55.194	55.194	61.971
Imposto de renda e contribuição social	23.644	37.193	66.721	56.863
Imposto sobre lucro líquido - ILL			55.834	17.411
Outros	65.507	88.602	83.867	95.027
Total	1.103.302	1.034.847	1.485.319	1.361.184
No ativo circulante	(170.650)	(336.350)	(310.311)	(408.082)
No ativo não circulante	932.652	698.497	1.175.008	953.102

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) IPI

Em 19 de dezembro de 2002, o Supremo Tribunal Federal – STF (“STF”), baseado em suas decisões plenárias precedentes, julgou o Recurso Extraordinário interposto pela Fazenda Nacional e confirmou integralmente a decisão do Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (“TRF”), reconhecendo o direito ao crédito de IPI nas aquisições de matérias-primas tributadas à alíquota zero nos estabelecimentos da incorporada OPP Química (“OPP Química”) situados no Rio Grande do Sul. A decisão do STF confirmou o direito ao crédito de IPI sobre as compras realizadas nos dez anos anteriores à propositura da ação e à aplicação da taxa SELIC até a data do efetivo aproveitamento dos créditos. Essa ação foi proposta em julho de 2000, quando a OPP Química ajuizou medida judicial para sustentar a aplicação plena do princípio da não-cumulatividade desse imposto para os referidos estabelecimentos.

A decisão do STF foi objeto de Agravo Regimental em que a Fazenda Nacional não mais questiona o direito ao crédito de IPI nas aquisições de matérias-primas tributadas à alíquota zero, apenas alegando imprecisões da decisão quanto a aspectos relativos ao caso de insumos não tributados, à atualização monetária e à alíquota a ser utilizada para fins de cálculo dos créditos. Todavia, conforme a posição dos assessores jurídicos da Companhia, todos esses aspectos já foram definidos nos acórdãos do STF e do TRF favoráveis à OPP Química, ou mesmo nas decisões plenárias precedentes do STF, razão pela qual o referido Agravo Regimental apresenta remotas chances de modificar a decisão favorável à OPP Química, em que pese o STF ter revisto o seu posicionamento quanto à matéria de mérito em uma ação análoga envolvendo outro contribuinte.

Em razão dos aspectos mencionados anteriormente quanto à abrangência do Agravo Regimental, a OPP Química reconheceu, em dezembro de 2002, o indébito tributário em questão, no valor de R\$ 1.030.125, o qual foi compensado pela Companhia com o próprio IPI e demais tributos federais devidos. A compensação desse crédito foi concluída no 1º trimestre de 2005.

Durante 2006 e 2007, a Receita Federal lavrou diversos autos de infração contra a Companhia buscando prevenir a decadência dos débitos compensados com créditos apurados nos 10 anos anteriores à propositura da ação e exigir os débitos compensados pela Companhia com créditos apurados após dezembro de 2002. A Receita Federal também deixou de homologar, aproximadamente, 200 pedidos de compensação dos créditos com débitos federais devidos pela Companhia. Para todos esses procedimentos da Receita Federal, a Companhia propôs medidas administrativas e judiciais cujos êxitos são avaliados como prováveis pelos assessores jurídicos externos.

Os créditos utilizados pela Companhia, atualizados pela variação da SELIC, até dezembro de 2007, montam a R\$ 2.506.923. Desses créditos, os diversos procedimentos de cobrança referidos anteriormente já alcançam R\$ 2.263.519, aos quais se somam multas no valor total de R\$ 731.042. Os advogados externos da Companhia entendem que essas multas são indevidas em qualquer circunstância.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em sessão de julgamento realizada em 11 de dezembro de 2007, a Primeira Turma do STF deu provimento ao recurso de Agravo Regimental da União, por entender que o Recurso Extraordinário deveria ser reapreciado pela mesma, declarando insubsistente a decisão anterior da Corte. A referida decisão, contendo o teor dos votos dos Ministros que participaram do julgamento e suas respectivas fundamentações, ainda não foi publicada, razão pela qual a Braskem ainda não ingressou com os recursos cabíveis.

Pelas razões ora expostas, e por acreditar que a nova decisão restringe-se a aspectos meramente processuais, a Braskem, juntamente com seus assessores jurídicos, mantém o entendimento de ter havido o trânsito em julgado material da decisão que lhe garante o crédito de IPI sobre a aquisição de matérias-primas isentas e tributadas à alíquota zero, acreditando ainda que o novo julgamento do Recurso Extraordinário só poderá versar sobre as matérias objeto do Agravo Regimental, não podendo mais versar sobre o direito ao creditamento do IPI em si, uma vez que a discussão desta matéria específica está preclusa no processo.

A Companhia tem, ainda, ações judiciais semelhantes para suas filiais localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia e Alagoas (Nota 16(ii)).

(b) ICMS

A Companhia tem acumulado créditos de ICMS ao longo dos últimos exercícios provenientes, substancialmente, da diferença entre as alíquotas das entradas e saídas dos insumos e produtos, saídas internas incentivadas com diferimento da tributação e vendas destinadas ao mercado externo.

A Administração da Companhia vem priorizando uma série de ações no sentido de maximizar a utilização desses créditos e, atualmente, não são esperados prejuízos na realização dos mesmos. Dentre as ações mantidas pela Administração, destacam-se:

- Obtenção junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul de autorização para transferência de créditos para terceiros, conforme previsto no Termo de Acordo TSC 036/06, publicado no Diário Oficial em 19 de outubro de 2006.
- Autorização pelo Governo do Estado da Bahia para ampliação do percentual de redução da base de cálculo do ICMS incidente sobre a nafta petroquímica importada de 40% para 60%, conforme previsto nos parágrafos 9º e 10º do artigo 347 do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia (Decreto 9.681/2005).
- Ampliação da base de cálculo do ICMS nas vendas de combustíveis para industrial refinador de 40% para 100%, conforme previsão do artigo 347 do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Substituição de exportação de co-produtos por operações no mercado interno.
- Operações de importação de insumos utilizando-se das prerrogativas previstas na legislação aduaneira, garantindo menor geração de créditos de ICMS.

No saldo credor de ICMS da Companhia, em 31 de dezembro de 2007, estão adicionados R\$ 248.064, originados das incorporadas Politeo e Tegal. No consolidado, o incremento do saldo credor foi decorrente, basicamente, da consolidação dos ativos do Grupo Ipiranga, os quais apresentam saldos credores de R\$ 135.077.

Considerando a projeção da Administração da Companhia quanto ao prazo de realização desse ativo, em 31 de dezembro de 2007, os montantes de R\$ 765.454 e R\$ 865.086, para controladora e consolidado, respectivamente, foram classificados no ativo não circulante (2006 - controladora - R\$ 539.033 / consolidado - R\$ 596.640).

(c) ILL

Refere-se a crédito tributário de Imposto sobre lucro líquido recolhido pela controlada Copesul entre 1989 e 1991, em virtude desse imposto ter sido considerado inconstitucional, conforme Resolução do Senado Federal nº 82, de 18 de novembro de 1996. A Copesul busca, administrativamente, o direito de compensação deste crédito com outros tributos.

10 Depósitos judiciais e empréstimo compulsório - Realizável a longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Depósitos judiciais				
Contingências tributárias	54.862	16.268	63.626	29.713
Contingências trabalhistas e outros	22.589	35.362	23.597	41.254
Depósito compulsório				
Compulsório Eletrobrás	18.980	18.980	20.431	19.549
	<u>96.431</u>	<u>70.610</u>	<u>107.654</u>	<u>90.516</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 Investimentos

(a) Informações sobre os investimentos

	Quantidades de ações ou cotas possuídas (em milhares)				Participação no capital total (%)		Participação no capital votante (%)	
	2007		2006		2007	2006	2007	2006
	Ações ON	Ações PN	Cotas	Total				
Controladas								
Braskem America (i)	40			40	100	100	100	100
Braskem Argentina (i)			19.600	19.600	98	98	98	98
Braskem Inc.	40.095			40.095	100	100	100	100
Braskem Participações	6.500.000			6.500.000	100	100	100	100
Braskem Distribuidora			32.332	32.332	100	100	100	100
Braskem Europa (i)			3.838	3.838	100	100	100	100
CINAL	92.587			92.587	100	100	100	100
CPP (vi)				8.465		79,7		79,7
Copesul (xi)	44.255			44.255	39,19		39,19	
Politeno (ii)				63.612.714		96,16		100
Politeno Empreendimentos (xii)			24	24	99,99		99,99	
Tegal (iii)				23.157		95,83		95,83
Controladas em conjunto								
CETREL	745			745	49,89	49,03	49,89	49,03
CODEVERDE	9.894			9.894	35,53	35,55	35,53	35,55
Copesul (xi)				44.255		29,46		29,46
Petroflex (ix)	7.932	3.868		11.800	33,53	20,12	33,57	20,14
Petroquímica Paulínia	105.000			105.000	60	60	60	60
Coligadas								
Borealis	18.949			18.949	20	20	20	20
Rionil (iv)				3.061		33,33		33,33
Sansuy			271	271	20	20	20	20
Informações sobre os investimentos das controladas								
Braskem Distribuidora								
Braskem Argentina (i)			400	400	2	2	2	2
Braskem Importação			252.818	252.818	100	100	100	100
Cayman (viii)	900			900	100	100	100	100
Braskem Inc								
Lantana (v)	5			5	100		100	
Cayman								
Overseas (i) / (x)				1		100		100
Lantana (v)				5		100		100
CINAL								
CETREL	70			70	4,66	4,58	4,66	4,58
Politeno								
Politeno Empreendimentos (xii)				24		99,99		99,99
Politeno Empreendimentos (xii)								
Santeno (vii)				2.966		99,99		99,99

- (i) Quantidade de ações ou cotas expressas em unidades.
- (ii) Investimento incorporado em abril de 2007 (Nota 1(c)).
- (iii) Investimento incorporado em julho de 2007 (Nota 1(c)).
- (iv) Investimento alienado em setembro de 2007.
- (v) Investimento alienado para a Braskem Inc em agosto de 2007.
- (vi) Empresa incorporada à Petroquímica Paulínia em novembro de 2007.
- (vii) Investimento alienado em dezembro de 2007.
- (viii) Empresa em fase de extinção.
- (ix) Investimento em processo de alienação (Nota 1(c)).
- (x) Empresa extinta em janeiro de 2007.
- (xi) Investimento controlado pela Braskem a partir de abril de 2007 (Nota 1(c)).
- (xii) Controlada direta da Braskem após a incorporação da Politeno em abril de 2007 (Nota 1(c)).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Informações sobre os investimentos (continuação)

	Lucro líquido (prejuízo) do exercício, ajustado		Patrimônio líquido (passivo a descoberto), ajustado	
	2007	2006	2007	2006
Controladas				
Braskem América	509	879	4.829	5.668
Braskem Argentina	(1.424)	2.069	351	2.209
Braskem Europa	16	(139)	9.813	1.217
Braskem Inc.	(9.919)	(58.386)	34.414	53.512
Braskem Participações	(5.726)	1.189	16.023	21.749
Braskem Distribuidora	(17.741)	22.544	89.017	99.932
CINAL	1.146	2.209	25.928	24.782
Copesul	553.796		1.250.505	
CPP (iv)				10.621
Políteno (i)	(169)	13.678		495.447
Políteno Empreendimentos	1.256		15.441	
Tegal (i)	(118)	(1.562)		14.143
Controladas em conjunto				
CETREL	12.751	10.188	127.702	109.474
CODEVERDE			45.345	43.887
Copesul		615.185		1.300.160
Petroflex	75.757	26.045	375.547	306.817
Petroquímica Paulínia			241.823	130.138
Coligadas				
Borealis (iii)	11.372	13.725	119.267	117.906
Rionil (ii)	271	254		6.070
Sansuy (iii)	(5.504)	(10.214)	(30.866)	(25.359)
Informações sobre os investimentos das controladas				
Braskem Distribuidora				
Braskem Argentina	(1.424)	2.069	351	2.209
Braskem Importação	(466)	147	60	526
Cayman	(4.589)	25.625		5.539
Cayman				
Lantana		(165.067)		(202.973)
Overseas		186.404		
Braskem Inc				
Lantana	183.704		15.544	
CINAL				
CETREL	15.238	10.188	127.702	109.474
Políteno				
Políteno Empreendimentos		930		14.185
Políteno Empreendimentos				
Santeno (ii)	108	287		1.693

(i) Resultados apurados até a data da incorporação.

(ii) Resultados apurados até a data da alienação do investimento.

(iii) Resultados e patrimônios líquidos apurados até o mês de novembro de 2007.

(iv) Empresa que se encontrava em fase pré-operacional e foi incorporada à Petroquímica Paulínia em novembro de 2007.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dividendos e juros sobre capital próprio propostos

	2007	2006
Controladas e controladas em conjunto		
Copesul	131.527	556.311
Petroflex	4.631	2.362
Politeno		12.951
Coligadas		
Borealis		2.000

(b) Movimentação dos investimentos das controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Controladas e controladas em conjunto						
	2007						
	Braskem Distribuidora	Braskem America	Braskem Inc.	Braskem Participações	Braskem Europa	CETREL	CINAL COPESUL (iv)
Em 1º de janeiro	99.932	5.668	53.512	21.749	1.217	65.534	541.812
Adição por compra de ações / incorporação (i)						1.330	
Adição por aumento de capital	6.826				8.733		
Baixa por alienação / incorporação							
Dividendos / juros sobre capital próprio							(44.790)
Equivalência patrimonial	(17.741)	55	(9.919)	(5.726)	(21)	7.561	156.466
Constituição de ágio (deságio)						368	
Amortização de (ágio) deságio						(1.565)	(32.275)
Variação cambial sobre investimento no exterior		(894)	(9.179)		(116)		
Transferências de ágios na incorporação (ii)							
Outros						1.145	(13.621)
Em 31 de dezembro	89.017	4.829	34.414	16.023	9.813	74.373	607.592

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação dos investimentos das controladas, controladas em conjunto e coligadas (continuação)

Controladas e controladas em conjunto						
	2007					2006
	Petroquímica Paulínia	Petroflex (iii)	Politeno	Tegal	Outros	Total
Em 1º de janeiro	78.082	61.117	837.867	13.553	17.232	1.813.326
Adição por compra de ações/ incorporação (i)		49.346		608	14.703	65.987
Adição por aumento de capital	67.012				(9.343)	73.228
Baixa por alienação / incorporação			(478.286)	(14.024)	(8.465)	(500.775)
Transferência para o ativo circulante		(139.221)				(139.221)
Dividendos / juros sobre capital próprio						(44.790)
Equivalência patrimonial		17.277	(152)	(137)	(87)	148.722
Constituição de ágio (deságio)		11.676	26.824	498	10.224	49.590
Amortização de (ágio) deságio		(293)	(15.187)	(498)	(191)	(50.009)
Variação cambial sobre investimento no exterior					(424)	(10.613)
Transferências de ágios na incorporação (ii)			(371.066)			(371.066)
Outros		98			(971)	(13.349)
Em 31 de dezembro	145.094				22.678	1.021.030

- (i) As adições por incorporação foram advindas, principalmente, da reestruturação societária descrita na Nota 1(c).
(ii) Ágio transferido na incorporação da Politeno da conta de investimentos para o diferido nos termos da Instrução CVM nº 319/99.
(iii) Em novembro de 2007, com a celebração de contrato de venda das ações da Petroflex, o saldo do investimento foi transferido para a rubrica "Investimentos em alienação" no Ativo circulante, onde as movimentações normais desse investimento serão registradas até a data da efetiva transferência das ações. No mês de dezembro foram contabilizadas equivalência patrimonial positiva, no valor de R\$ 2.320 e juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 4.631.
(iv) O resultado da equivalência patrimonial na Copesul contempla a exclusão do lucro de produtos que ainda estão no estoque da Braskem, no valor de R\$ 8.980.

Movimentação dos investimentos das controladas, controladas em conjunto e coligadas (continuação)

Coligadas			
	2007		2006
	Borealis	Rionil	Total
Em 1º de janeiro	23.581	2.023	25.604
Equivalência patrimonial	2.272	(106)	2.166
Baixa por venda		(1.917)	(1.917)
Dividendos	(2.000)		(2.000)
Em 31 de dezembro	23.853		23.853

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ágios (deságios) contidos nos investimentos

	Controladora					
	2007					2006
	CETREL (i)	CINAL	Copesul (ii)	Politeno	Outros	Total
Custo do ágio	15.990		309.121	598.881	25.317	949.309
(-) Amortização acumulada	(5.328)		(182.622)	(227.815)	(3.899)	(419.664)
Transferência por incorporação				(371.066)		(371.066)
Valor do deságio		(8.731)			(2.115)	(10.845)
Ágio (deságio) líquido	10.662	(8.731)	126.499		19.303	147.733

(i) Ágio fundamentado em mais-valia de imobilizado, com amortização até 2015.

(ii) Ágio fundamentado em rentabilidade futura, com amortização até 2011.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ágios estão apresentados no ativo imobilizado ou diferido e os deságios como resultado de exercícios futuros, em conformidade com a Instrução CVM nº 247/96.

(c) Adiantamento para aquisição de investimentos

Nesta rubrica estão registrados os gastos com a aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga, conforme mencionado na Nota 1(c). O processo de aquisição das ações da RPI, DPPI e CBPI foi realizado em três etapas que consistiram no seguinte:

- Em abril de 2007, ocorreu a aquisição das ações ordinárias e preferenciais pertencentes aos acionistas controladores do Grupo Ipiranga. Para essa aquisição, a Braskem adiantou à Ultrapar o valor de R\$ 651.928. Em razão do disposto no acordo de acionistas firmado com a Ultrapar e a Petrobras, a Braskem, a partir desta aquisição, assumiu a gestão dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga. Como nova controladora desses ativos, a Companhia iniciou, em abril de 2007, a consolidação integral da Ipiranga Química, IPQ e Copesul considerando uma participação de 13,40% no capital total da Ipiranga Química.
- Nos meses de outubro e novembro de 2007, ocorreu a aquisição das ações ordinárias pertencentes aos acionistas minoritários da RPI, DPPI e CBPI, atendendo o previsto na Lei das Sociedades por Ações. Para esta aquisição, a Braskem adiantou à Ultrapar o valor de R\$ 203.713, e passou a considerar uma participação de 17,87% no capital total da Ipiranga Química para efeito de consolidação desses ativos.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Em dezembro de 2007, a Ultrapar procedeu à incorporação das ações preferenciais pertencentes aos acionistas minoritários das empresas adquiridas, passando a deter a totalidade das ações da RPI, DPPI e CBPI. Com a conclusão dessa etapa, a Companhia registrou a última parcela a ser remetida à Ultrapar, no valor de R\$ 633.488, que será desembolsada quando a Companhia receber da Ultrapar as ações da Ipiranga Química, o que deve ocorrer até o final de fevereiro de 2008. Essa parcela foi adicionada à conta do adiantamento para a aquisição do investimento em contrapartida da conta denominada "Credores por aquisição de investimentos". Com o reconhecimento contábil dessa etapa do processo de aquisição, a Companhia passou a considerar uma participação de 60% no capital total da Ipiranga Química para efeito de equivalência patrimonial e consolidação desses ativos.

Além dos valores destinados à compra das ações, a Companhia considerou como parte do custo do investimento os gastos diretamente relacionados com o processo que, até dezembro de 2007, montam a R\$ 22.002. Considerando todos os desembolsos já realizados, em dezembro de 2007 a Companhia apurou um ágio de R\$ 1.050.905, fundamentado na mais valia do imobilizado.

Entre abril e dezembro de 2007, a Companhia apurou um resultado positivo de equivalência patrimonial sobre a Ipiranga Química no valor de R\$ 30.732. Também neste período, foi reconhecido no resultado o valor de R\$ 22.919 a título de realização do ágio contido nessa aquisição.

(d) Informações sobre as principais investidas com atividades operacionais

Copesul

A Copesul tem como objeto social a fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos e combustíveis, a prestação de serviços para as empresas do Pólo Petroquímico de Triunfo - RS e a gestão dos serviços de logística pertinentes a seus terminais hidroviários e terrestres.

Em 6 de dezembro de 2007, a Copesul reduziu o capital no montante de R\$ 358.360, decorrente da incorporação da EDSP58 (Nota 1(c)).

Ipiranga Química

Atua na distribuição, comercialização e industrialização de solventes derivados de petróleo e de indústrias petroquímicas, na distribuição e comercialização de óleos de processo, outros insumos e derivados de petróleo, intermediários químicos, polímeros e especialidades químicas. A Ipiranga Química detém 100% do capital da IPQ a qual se dedica à produção e comercialização de polietileno e polipropileno.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Polialden

A Polialden, incorporada em 31 de maio de 2006 (Nota 1(c)), tinha por objetivo a fabricação, processamento, comércio, importação, exportação e quaisquer outras atividades relacionadas com a produção ou venda de polietileno de alta densidade e outros produtos químicos e petroquímicos. A principal matéria-prima para os seus produtos era o eteno fornecido pela Braskem. A Polialden operava uma unidade industrial em Camaçari – BA.

Politeno

A Politeno, incorporada em 2 de abril de 2007 (Nota 1(c)), tinha por objetivo a fabricação, processamento, comércio direto ou por representação e consignação, exportação, importação e transporte de polietileno e produtos correlatos, bem como a participação em outras sociedades. A principal matéria-prima para os seus produtos era o eteno fornecido pela Braskem. A Politeno operava uma unidade industrial em Camaçari - BA.

CETREL

A CETREL tem por objetivo supervisionar, coordenar, operar e monitorar sistemas de proteção ambiental; promover pesquisas na área de controle ambiental e na reciclagem de resíduos e outros recuperáveis nas emissões industriais e urbanas; monitorar os níveis de poluição ambiental da qualidade do ar, dos recursos hídricos e de outros elementos vitais; realizar diagnósticos ambientais; elaborar e implementar projetos de soluções relacionados à engenharia ambiental; desenvolver e implantar sistemas de gestão ambiental e de qualidade e análises laboratoriais, treinamentos, educação ambiental e também especificação, diligenciamento e intermediação de compras de materiais destinados a sistemas de proteção ambiental.

CINAL

Até julho de 2006, a CINAL tinha como objeto social a implantação do Núcleo Industrial Básico do Pólo Cloroquímico de Alagoas e a produção e venda de bens e serviços diversos, tais como vapor, água industrial, tratamento de resíduos industriais e incineração de resíduos organoclorados para as empresas instaladas no referido Núcleo Industrial. Em julho de 2006, os ativos ligados à produção de vapor, água industrial e outros insumos industriais foram cindidos e incorporados pela Companhia (Nota 1(c)).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Petroquímica Paulínia

A Petroquímica Paulínia foi constituída pela Braskem e Petroquisa em 16 de setembro de 2005 e é responsável pela implementação e futura operação da nova unidade de polipropileno que está em construção no município de Paulínia - SP. A Petroquímica Paulínia terá como matéria-prima o propeno grau polímero a ser fornecido pela Petrobras e utilizará tecnologia de última geração de domínio da Braskem. O início da operação deste empreendimento está previsto para o primeiro semestre de 2008.

12 Imobilizado e intangível

	Controladora				Consolidado				Taxas médias anuais de depreciação/amortização (%)
	Custo	Depreciação/amortização acumulada	2007 Líquido	2006 Líquido	Custo	Depreciação/amortização acumulada	2007 Líquido	2006 Líquido	
Imobilizado									
Terrenos	26.221		26.221	21.267	74.977		74.977	61.341	
Edifícios e benfeitorias	1.010.643	(467.008)	543.635	507.467	1.317.497	(586.826)	730.671	592.103	2,7
Máquinas, equipamentos e instalações	8.582.743	(4.015.653)	4.567.090	3.900.880	12.991.741	(7.377.554)	5.614.187	4.296.875	5,9
Minas e poços	8.536	(4.624)	3.912	4.626	9.609	(5.389)	4.220	4.815	10,6
Móveis e utensílios	64.875	(40.557)	24.318	9.628	79.650	(50.650)	29.000	16.441	10,0
Equipamentos de informática	85.202	(63.706)	21.496	13.404	142.640	(103.274)	39.366	21.846	20,0
Paradas para manutenção em andamento	75.566		75.566	77.843	95.502		95.502	77.843	
Projetos em andamento	971.996		971.996	1.271.773	1.599.305		1.599.305	1.419.215	
Encargos financeiros capitalizados	47.231		47.231	104.566	57.952		57.952	104.566	
Outros	173.373	(63.153)	110.220	82.676	250.032	(91.133)	158.899	93.654	16,0
	<u>11.046.386</u>	<u>(4.654.701)</u>	<u>6.391.685</u>	<u>5.994.130</u>	<u>16.618.905</u>	<u>(8.214.826)</u>	<u>8.404.079</u>	<u>6.688.699</u>	
Intangível									
Marcas e patentes	512	(506)	6	12	607	(573)	34	177	10,0
Tecnologia	34.491	(25.638)	8.853	13.758	35.134	(25.638)	9.496	13.758	12,3
Direitos de uso	197.445	(47.082)	150.363	115.356	215.564	(52.676)	162.888	115.515	19,8
	<u>232.448</u>	<u>(73.226)</u>	<u>159.222</u>	<u>129.126</u>	<u>251.305</u>	<u>(78.887)</u>	<u>172.418</u>	<u>129.450</u>	

Os projetos em andamento correspondem, principalmente, aos projetos de expansão da capacidade de unidades industriais, melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, projetos de excelência nas áreas de manutenção e produção, além de programas nas áreas de saúde e tecnologia.

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo do imobilizado da Companhia inclui mais-valia, na forma de ágio, decorrente de incorporação de controladas, no montante líquido de R\$ 765.747 (2006 - R\$ 819.754), em conformidade com a Instrução CVM nº 319/99.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A partir de janeiro de 2006, em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2006, a Companhia adotou como prática contábil o registro dos gastos realizados com paradas programadas para manutenção na rubrica "Máquinas, equipamentos e instalações". Tais paradas ocorrem em períodos programados que variam de dois a seis anos e os respectivos gastos são depreciados como custo de produção até o início da seguinte correspondente parada.

Também como reflexo da adoção ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2006, a Companhia reconheceu, no 1º trimestre de 2006, depreciação adicional de máquinas e equipamentos no montante de R\$ 164.890. Por se tratar de mudança de critério contábil e de depreciação relativa a exercícios anteriores a 2006, esse valor foi registrado no Patrimônio líquido, na rubrica de "Lucros / Prejuízos acumulados", conforme previsto no mencionado Ofício e no artigo 186 da Lei das Sociedades por Ações.

Movimentação do Imobilizado e Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Saldo no início do exercício	6.123.256	5.703.457	6.818.149	6.392.756
(+) Aquisições	812.392	910.166	1.396.044	1.056.547
(-) Alienações	(16.457)	(185.304)	(16.457)	(169.247)
(-) Transferências	(13.204)		(14.309)	
(+) Alterações societárias*	176.934	133.154	1.173.044	89.140
(-) Depreciações / amortizações	(532.014)	(438.217)	(779.859)	(551.047)
(+) Variação cambial			(115)	
Saldo no final do exercício	6.550.907	6.123.256	8.576.497	6.818.149

* Inclui incorporações de empresas, saldos iniciais de empresas consolidadas a partir da aquisição e baixa por desconsolidação de empresa em processo de alienação (Nota 1(c)).

13 Diferido

	Controladora				Consolidado				Taxas médias anuais de amortização (%)
	2007		2006		2007		2006		
	Amortização			Amortização					
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	
Despesas com organização e implantação de sistemas	256.470	(171.240)	85.230	117.465	300.910	(192.181)	108.729	133.926	17,9
Despesas com operações estruturadas	287.776	(191.535)	96.241	144.609	320.749	(219.566)	101.183	158.677	14,7
Ágio de investimentos incorporados/consolidados (i)	2.300.715	(1.146.424)	1.154.291	1.017.073	3.554.776	(1.150.022)	2.404.754	1.531.020	11,3
Despesas pré-operacionais e outros	75.175	(37.427)	37.748	46.139	215.771	(143.507)	72.264	67.622	9,8
	2.920.136	(1.546.626)	1.373.510	1.325.286	4.392.206	(1.705.276)	2.686.930	1.891.245	

(i) Os ágios provenientes de investimentos incorporados ou consolidados são fundamentados em rentabilidade futura e estão sendo amortizados no prazo de até 10 anos, conforme laudos emitidos por peritos independentes. O registro desses ágios no grupo de diferido está em conformidade com a Instrução CVM nº 319/99.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação do diferido

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Saldo no início do exercício	1.325.286	1.486.879	1.891.245	2.231.785
(+) Aquisições	72.862	35.213	1.149.230	40.312
(-) Alienações	(4.328)		(4.328)	
(-) Transferências	13.204		14.309	
(+) Alterações societárias	371.161	178.909	60.156	7.842
(-) Amortizações	(404.675)	(375.715)	(419.169)	(388.694)
Variação cambial			(4.513)	
Saldo no final do exercício	<u>1.373.510</u>	<u>1.325.286</u>	<u>2.686.930</u>	<u>1.891.245</u>

14 Financiamentos

			Controladora	
Encargos financeiros anuais			2007	2006
Moeda estrangeira				
Adiantamentos de contratos de câmbio	2007	Variação cambial do US\$ + juros médios de 5,45%	1.293	
Eurobonds		Nota 14(b)	1.845.627	2.218.789
Pré-pagamentos de exportações		Nota 14(c)	1.137.960	312.457
Medium - Term Notes		Nota 14(d)	632.567	763.523
Financiamentos de matérias-primas	2007/2006	Variação cambial do YEN + juros pré-fixados de 6,70%	383	1.302
	2007	Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,76%	18.293	
	2006	Variação cambial do US\$ + juros médios de 5,73%		3.397
	2007	Variação cambial do EUR + juros médios de 4,68%	1.671	
Financiamentos de ativos permanentes	2006	Variação cambial do US\$ + juros de 9,73%		8.022
	2006	Variação cambial do US\$ + juros pré-fixados de 7,14%		613
BNDES	2007	Juros fixos médios de 9,97% + correção monetária pós-fixada (UMBDES) (i)	30.370	
	2006	Juros fixos médios de 10,00% + correção monetária pós-fixada (UMBDES) (i)		39.558
Capital de giro	2007	Variação cambial do US\$ + juros médios de 7,94%	366.906	
	2006	Variação cambial do US\$ + juros médios de 8,10%		168.678
	2006	Variação cambial do US\$ + juros de 6,91%		3.988
Moeda nacional				
BNDES	2007	Juros fixos médios de 3,78% + TJLP	301.057	
	2006	Juros fixos médios de 4,00% + TJLP		263.248
BNB	2007	Juros fixos de 9,78%	156.351	
	2006	Juros fixos de 11,81%		125.273
FINEP	2007	TJLP	64.302	
	2006	Variação cambial do US\$ + correção pós-fixada (TJLP)		76.630
Financiamentos para projetos (NEXI)	2007/2006	Variação cambial do YEN + juros de 0,95% acima da TIBOR	<u>231.190</u>	<u>281.883</u>
Total			<u>4.787.970</u>	<u>4.267.361</u>
No Passivo circulante			<u>(416.577)</u>	<u>(675.674)</u>
No Passivo não circulante			<u>4.371.393</u>	<u>3.591.687</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Consolidado	
Encargos financeiros anuais		2007	2006
Moeda estrangeira			
Eurobonds	Nota 14(b)	1.401.196	1.715.792
Adiantamentos de contratos de câmbio	2007 Variação cambial do US\$ + juros médios de 5,65% 2006 Variação cambial do US\$ + juros de 5,60%aa ou juros pré-fixados de 7,11%	28.251	63.013
Pré-pagamentos de exportações	Nota 14(c)	1.623.294	324.899
Medium - Term Notes	Nota 14(d)	632.567	763.523
Financiamentos de matérias-primas	2007/2006 Variação cambial do YEN+ juros pré-fixados de 6,70% 2007 Variação cambial do US\$+ juros médios de 6,76% 2006 Variação cambial do US\$+ juros médios de 5,73% 2007 Variação cambial do EUR+ juros médios de 4,68% 2006 Variação cambial do EUR+ juros médios de 2,0% acima da LIBOR semestral	383 18.292 1.671	1.302 20.870 1.799
Financiamentos de ativo permanente	2007 Variação cambial do US\$ + 1,60% LIBOR anual 2007 Variação cambial do US\$ + 0,35% LIBOR quadrimestral 2006 Variação cambial do US\$ + juros pré-fixados de 7,14% 2006 Variação cambial do US\$ + juros de 9,73%	37.874 1.701.848	613 8.832
BNDES	2007 Juros fixos médios de 9,70% + correção monetária pós-fixada (UMBNDDES) 2006 Juros fixos de 10,00%+ correção monetária pós-fixada (UMBNDDES) 2006 Variação cambial do US\$ + juros médios de 8,70%	44.831	40.934 3.120
Capital de giro	2007 Variação cambial do US\$ + juros médios de 7,83% 2006 Variação cambial do US\$ + juros de 8,10% 2006 Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,91%	388.197	168.678 3.988
Moeda nacional			
Capital de giro	2007 102% do CDI 2006 Juros fixos de 13,42% + correção monetária pós-fixada (CDI)	128.852	6.689
Fundos de investimentos em direitos creditórios	2006 Nota 14(f)		422.288
FINAME	2007 Juros médios de 4,44% + TJLP 2006 Juros médios de 7,50% + TJLP	7.008	12.955
BNDES	2007 Juros fixos médios de 3,45% +TJLP 2006 Juros fixos médios de 3,94% a 4,00% +TJLP	667.465	345.977
BNB	2007 Juros fixos de 9,88% 2006 Juros fixos de 11,81%	165.854	135.004
FINEP	2007 Correção monetária pós-fixada (TJLP) 2006 Variação cambial do US\$ + correção pós-fixada (TJLP)	64.301	83.648
Financiamentos para projetos (NEXI)	2007/2006 Variação cambial do YEN + juros de 0,95% acima da TIBOR	231.190	281.883
Vendor	2007/2006 Juros médios de 11,55%	327.224	183.885
Total		7.470.298	4.589.692
No Passivo circulante		(1.068.351)	(653.898)
No Passivo não circulante		6.401.947	3.935.794

(i) UMBNDES = Unidade monetária do BNDES.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Financiamento de investimentos

Em abril de 2007, foi concluída a negociação para captação de até US\$ 1,2 bilhão, via empréstimo-ponte, visando financiar a aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga e o fechamento do capital da Copesul. Até 31 de dezembro de 2007, o montante liberado para a Companhia, acrescido dos correspondentes encargos, monta a R\$ 861.022, e está apresentado como "Pré-pagamento de exportações" (Nota 14 (c)). No consolidado, esse montante, acrescido do valor liberado para a controlada EDSP58, está apresentado como "Financiamentos de ativo permanente" e monta a R\$ 1.701.848.

(b) Eurobonds

Em abril de 2006, a Companhia concluiu a emissão de "bonds" perpétuos no montante de US\$ 200,000 mil, com juros anuais de 9,00%. Os "bonds" são resgatáveis, a critério da Companhia, em 360 meses e trimestralmente a partir de 2011. Os recursos obtidos foram utilizados para o financiamento do capital de giro e aquisição das ações da Políteno.

Em setembro de 2006, a Companhia aprovou a emissão de "bonds" no valor de US\$ 275,000 mil, com juros anuais de 8,00% e vencimento em dez anos. Os recursos obtidos tiveram por finalidade principal a recompra parcial das Medium-Term Notes ("MTN") da 3ª "tranche" (Nota 14(d)).

Em junho de 2007, a Companhia renegociou a taxa de juros e o prazo dos títulos emitidos em junho de 1997, passando-os de 9,00% para 8,25% a.a. e 2007 para 2024, respectivamente.

Composição das operações:

Data da emissão	Valor da emissão US\$ mil	Vencimento	Juros (% a.a.)	Controladora		Consolidado	
				2007	2006	2007	2006
jun/1997	150,000	jun/2024	8,25	265.999	321.101		321.101
jul/1997	250,000	jun/2015	9,38	446.169	538.537	267.737	35.540
jun/2005	150,000	sem vencimento	9,75	266.764	321.990	266.764	321.990
abr/2006	200,000	sem vencimento	9,00	360.536	435.175	360.536	435.175
set/2006	275,000	jan/2017	8,00	506.159	601.986	506.159	601.986
				<u>1.845.627</u>	<u>2.218.789</u>	<u>1.401.196</u>	<u>1.715.792</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Pré-pagamentos de exportações

Em abril de 2007, com objetivo de reestruturar sua dívida, a Companhia liquidou antecipadamente o contrato de pré-pagamento no valor de US\$ 200,000 mil, cujo vencimento seria em junho de 2009, através da contratação de um novo pré-pagamento no valor de US\$150,000 mil, com vencimento em abril de 2014.

Em abril e outubro de 2007, foram captados US\$ 330,000 mil e US\$ 150,000 mil, respectivamente, para financiamento da aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga (Nota 14(a)).

Composição das operações:

Data	Valor da operação US\$ mil	Prazo de liquidação	Encargos (% a.a)	Controladora		Consolidado	
				2007	2006	2007	2006
jun/2004	200,000	jun/2009	1,45 + LIBOR semestral		268.160		268.160
jan/2005	45,000	jan/2008	1,55 + LIBOR trimestral	7.326	44.297	7.326	44.297
mai/2006	392,000	jun/2008	Var.cambial US\$ + juros médios de 5,41			962	
mai/2006	10,000	mai/2009	Var.cambial US\$ + juros médios de 5,33			17.848	
mai/2006	20,000	jan/2010	Var.cambial US\$ + juros médios de 5,19			37.524	
abr/2007	150,000	abr/2014	0,77 + LIBOR semestral	269.612		269.612	
abr/2007	330,000	abr/2009	0,35 + LIBOR quadrimestral	591.946			
out/2007	150,000	out/2014	1,50 + LIBOR quadrimestral	269.076			12.442
out/2007	312,525	out/2014	1,50 + LIBOR quadrimestral			562.339	
jul/2006	435,000	ago/2011	Var.cambial US\$ + juros de 6,56			727.683	
				<u>1.137.960</u>	<u>312.457</u>	<u>1.623.294</u>	<u>324.899</u>

(d) Programa Medium-Term Notes ("MTN")

Com a finalidade de reestruturar sua dívida, a Companhia recomprou, em setembro de 2006, parte dos títulos da 3ª "tranche", no valor de US\$ 184,600 mil, correspondente a 67% da emissão original. A Companhia pagou aos detentores, além do principal, o valor dos juros incorridos e a incorrer, descontados a valor presente.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Composição das operações:

Emissão	Valor da emissão US\$ mil	Data da Emissão	Vencimento	Juros (%a.a.)	Controladora e Consolidado	
					2007	2006
3ª tranche	275,000	nov/2003	nov/2007	12,50	163.644	197.522
4ª tranche	250,000	jan/2004	jan/2014	11,75	468.923	566.001
					<u>632.567</u>	<u>763.523</u>

(e) Financiamentos para projetos

Em março e setembro de 2005, a Companhia captou empréstimos em moeda japonesa junto à Nippon Export and Investment Insurance ("NEXI"), no montante de YEN 5,256,500 mil - R\$ 136.496 e YEN 6,628,200 mil - R\$ 141.529, respectivamente. O valor do principal será pago em 11 parcelas, com a primeira vencendo em março de 2007 e a última em junho de 2012.

Como parte integrante de sua política de gerenciamento de riscos (Nota 22), a Companhia firmou contratos de "swap" na totalidade dessas dívidas alterando os encargos financeiros anuais da parcela liberada em março de 2005 para 101,59% do CDI e das parcelas liberadas em setembro de 2005 para 104,29% e 103,98% do CDI. Os contratos de "swap" foram realizados com bancos estrangeiros de 1ª linha e suas características de vencimento, moedas, taxas e montantes se adequam perfeitamente ao contrato da dívida. O resultado desse contrato está apresentado no resultado financeiro, na rubrica de "Variação monetária de financiamentos" (Nota 23).

(f) Fundos de investimentos em direitos creditórios

Esses financiamentos originam-se da consolidação dos fundos de investimentos em direitos creditórios ("FIDC"), denominados Chemical e Chemical II. Os FIDC's captaram recursos através da venda de cotas sênior, com remuneração atrelada à variação do CDI. Os regulamentos dos FIDC's prevêm, ainda, a emissão de cotas subordinadas cujo objetivo é manter o respectivo equilíbrio patrimonial. A remuneração dessas cotas é apurada a partir da rentabilidade dos fundos. Em 31 de dezembro de 2006, as cotas subordinadas desses FIDC's eram de propriedade da Companhia.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O fundo Chemical resgatou as cotas sênior em dezembro de 2006, cuja remuneração era de 113,5% do CDI.

O fundo Chemical II emitiu a primeira série de cotas sênior em dezembro de 2005, com remuneração de 103,75% do CDI e resgate previsto para dezembro de 2008. As cotas subordinadas detidas pela Companhia foram vendidas no trimestre findo em março de 2007, e em 31 de dezembro de 2006, o seu saldo era de R\$ 401.834

(g) Agenda de pagamentos

O montante de financiamentos a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2007	
	Controladora	Consolidado
2009	772.409	2.593.682
2010	181.674	378.680
2011	143.362	304.609
2012	57.698	329.059
2013 em diante	3.216.250	2.795.917
	<u>4.371.393</u>	<u>6.401.947</u>

(h) Garantias

A Companhia e suas controladas Copesul e IPQ, concederam garantias para os financiamentos de curto e longo prazo, conforme indicado abaixo:

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Braskem

		Total	Valor do	
	Vencimento	garantido	financiamento	Garantias
BNB	jan/16	156.351	156.351	Hipoteca, máquinas e equipamentos
BNDES	nov/12	331.427	331.427	Hipoteca, máquinas e equipamentos
NEXI	mar/12	154.477	231.190	Apólice de seguro
FINEP	mar/12	64.301	64.301	Hipoteca e carta de fiança
Pré-pagamentos	abr/14	276.937	1.137.960	Hipoteca e carta de fiança
Demais instituições	nov/2007 a dez/2012	20.347	388.546	Aval, fianças e notas promissórias
	Total	1.003.840	2.309.775	

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia é garantidora direta de financiamentos da controlada em conjunto Petroflex, no montante de R\$ 8.585 (2006 - R\$ 6.406), correspondente a 40% do valor da dívida tomada junto ao BNDES.

Em dezembro de 2006, a Companhia celebrou, em conjunto com a Petroquisa, um contrato de suporte com o BNDES por meio do qual a Braskem e Petroquisa se comprometem a prover, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Petroquímica Paulínia, recursos necessários para suprir eventuais insuficiências decorrentes de inadimplemento por parte daquela controlada em conjunto. Neste contexto, a Companhia poderá vir a desembolsar para a Petroquímica Paulínia o montante máximo de R\$ 339.720, sob a forma de aporte de capital ou mútuo.

Esses montantes representam o valor máximo de possíveis pagamentos futuros (não descontados a valor presente) que a Companhia poderá vir a exercer.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Copesul

	<u>Vencimento</u>	<u>Total garantido</u>	<u>Valor do financiamento</u>	<u>Garantias</u>
Pré-pagamentos	jan/10	56.335	56.335	Nota Promissória
BNDES	jan/14	407.926	144.731	Hipoteca, máquinas e equipamentos
BRDE	jul/09	5.939	5.939	Equipamentos financiados
Financiamento Capital Giro Exterior		21.291	21.291	Nota Promissória
Financiamento Capital Giro Brasil	abr/08	128.600	128.600	Nota de Crédito Exportação
Total		620.091	356.896	

A Copesul possui obrigações secundárias com instituições financeiras, nas quais é garantidora de operação de vendedor mantidas com a Petroflex no valor de R\$ 18.435, onde não são esperadas perdas decorrentes dessas obrigações.

IPQ

	<u>Vencimento</u>	<u>Total garantido</u>	<u>Valor do financiamento</u>	<u>Garantias</u>
Banco Santander do Brasil S/A	jun/13	173.077	173.077	Ações Copesul
Banco Bradesco S/A	jul/14	136.411	136.411	Ações Copesul
Banco Bradesco S/A	jun/08	11.162	11.162	Aval de acionista
Total		320.650	320.650	

(i) Encargos financeiros capitalizados

Conforme descrito na Nota 3(d), a Companhia adota como prática contábil a capitalização de encargos dos financiamentos durante o período de construção dos ativos, estabelecendo como política a aplicação da taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida aplicada ao saldo do ativo imobilizado em construção, sendo esse valor limitado ao montante dos encargos incorridos no período.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A taxa média praticada no período foi de 6,94% a.a. e os montantes capitalizados para os períodos estão divulgados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Encargos brutos	534.521	568.248	669.303	609.137
(-) Encargos financeiros capitalizados	(18.782)	(63.346)	(35.192)	(63.759)
Encargos financeiros líquidos	515.739	504.902	634.111	545.378

(j) Compromissos formais dos financiamentos (“Covenants”)

Alguns contratos de financiamentos da Companhia estabelecem limites para determinados quocientes ligados à capacidade de endividamento e de pagamentos de juros. Esses quocientes são os seguintes:

- Debêntures da 13ª e 14ª Emissão: Dívida líquida / EBITDA(*).
- Financiamento junto ao NEXI: Dívida líquida / EBITDA(**) e EBITDA(**) / juros líquidos da dívida.
- MTN: Dívida líquida / EBITDA(**).

(*) EBITDA - Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias mais depreciações e amortizações.

(**) EBITDA - Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias mais depreciações, amortizações e dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos.

Os “covenants” descritos acima são calculados trimestralmente em base consolidada da Companhia para os últimos 12 meses. A penalidade para o não cumprimento dos mesmos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Todos os compromissos estão sendo atendidos pela Companhia.

15 Debêntures

Em reunião realizada em 2 de agosto de 2006, o Conselho de Administração aprovou a 14ª emissão de 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, perfazendo um total de R\$ 500.000. Essas debêntures foram subscritas e integralizadas em 1º de setembro de 2006.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 4 de junho de 2007, a Companhia efetuou o resgate antecipado e total das debêntures em circulação de sua 12ª emissão pública, pelo valor nominal das debêntures, acrescido de sua remuneração calculada na forma estabelecida na cláusula 5.19 da escritura de emissão.

Composição das operações:

Emissão	Valor unitário	Vencimento	Remuneração	Pagamento da remuneração	Controladora		Consolidado	
					2007	2006	2007	2006
1ª.(i)	R\$ 10	jul/07	Var.TJLP + juros de 5% a.a	No vencimento		1.130.752		1.130.752
12ª.(ii)	R\$ 100	jun/09	117,0% do CDI	Semestral, a partir de dez/2004		151.729		151.729
13ª.(ii)	R\$ 10	jun/10	104,1% do CDI	Semestral, a partir de dez/2005	302.622	303.074	302.622	303.074
14ª.(ii)	R\$ 10	set/11	103,5% do CDI	Semestral, a partir de mar/2007	517.852	521.801	517.852	521.801
(iii)	R\$ 1	jun/08	100,0% do CDI	No vencimento			91.158	
4ª.(iv)	R\$ 10.000	dez/10	104,5% da acumulação das taxas médias diárias dos DIs	quadrimestral, a partir do 3º ano contados da data de emissão				32.521
					820.474	2.107.356	911.632	2.139.877

(i) Emissão particular de debêntures conversíveis que foram convertidas em ações preferenciais classe "A" em 31 de julho de 2007 (Nota 20(a)).

(ii) Emissões públicas de debêntures não conversíveis em ações.

(iii) Emissão da controlada Ipiranga Química.

(iv) Emissão da controlada em conjunto Petroflex.

A movimentação das debêntures em 2007 e 2006 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Saldo no início do exercício	2.107.356	1.608.642	2.139.877	1.608.579
Encargos financeiros	184.512	248.622	192.303	248.600
Emissão		500.000		532.500
Adição por aquisição de controlada			83.367	
Baixa por desconsolidação de controlada			(32.521)	
Amortização / cancelamento	(1.471.394)	(249.908)	(1.471.394)	(249.802)
Saldo no final do exercício	820.474	2.107.356	911.632	2.139.877
No Passivo circulante	(20.474)	(1.157.356)	(111.632)	(1.157.687)
No Passivo não circulante	800.000	950.000	800.000	982.190

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 Impostos e contribuições a recolher - Passivo não circulante

		Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
Compensação de créditos de IPI					
IPI - crédito prêmio de exportação	(i)	687.826	646.641	687.826	647.778
IPI - alíquota zero	(ii)	309.358	505.852	309.358	505.852
IPI - material de consumo imobilizado		42.529	44.593	42.529	54.746
Outros impostos e contribuições a recolher					
PIS /COFINS - Lei nº 9.718/98	(iii)	46.594	134.573	50.581	146.769
Salário educação, SAT e INSS		38.565	32.520	38.577	37.149
PAES-Lei nº. 10.684	(iv)	30.042	36.596	36.412	36.596
Outros		19.995	7.374	59.160	21.522
(-) Passivos com depósitos judiciais		(69.799)	(128.451)	(78.627)	(128.451)
		1.105.110	1.279.698	1.145.816	1.321.961

A Companhia está questionando judicialmente alterações na legislação tributária e mantém provisão dos valores envolvidos, devidamente atualizados, não registrando ativos contingentes.

(i) IPI - Crédito prêmio de exportação

A Companhia, através de processos próprios e de empresas incorporadas, questiona a vigência do crédito-prêmio do IPI, instituído pelo Decreto-Lei nº 491/69, como estímulo às exportações de produtos manufaturados. Os referidos processos, em sua maioria, obtiveram decisões favoráveis nos tribunais inferiores, não havendo, por enquanto, decisões definitivas.

Em julgamento de recurso de outro contribuinte que busca ver reconhecido o direito de utilização desse benefício fiscal até os dias atuais, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a rejeição da proposta de modulação dos efeitos prospectivos e a decisão de que o benefício foi extinto em 1990. Após a conclusão do julgamento no STJ, a matéria deverá ser encaminhada ao STF para a discussão do direito a utilização dos créditos após 1990, em face da aplicação do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) nº 41.

Os assessores jurídicos externos da Companhia entendem como possíveis as chances de êxito nas ações.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(ii) IPI - Alíquota zero

As incorporadas OPP Química, Trikem e Polialden possuem ações questionando o direito ao crédito de IPI nas aquisições de matérias-primas e insumos isentos, não tributados ou tributados à alíquota zero. Esses processos, em sua maioria, obtiveram decisões favoráveis nos tribunais inferiores.

Em julgamento de fevereiro de 2007 sobre o mesmo assunto, em um processo que não é da Companhia, houve decisão do STF contrária ao direito de compensação dos créditos de IPI alíquota zero por apertada maioria, 6 X 5. Neste mesmo processo, em junho de 2007, o Plenário do Supremo decidiu, por maioria de votos, pela impossibilidade de aplicação de efeitos exclusivamente futuros à decisão que reverteu decisão do próprio Plenário do STF favorável aos contribuintes neste tema. Esta decisão influiu no julgamento das ações das incorporadas OPP Química e Trikem, na Bahia, gerando um pagamento, em agosto de 2007, no valor de R\$ 127.317. Da mesma forma, do valor envolvido na ação da incorporada Polialden, R\$ 99.641, foi pago em outubro de 2007. O valor remanescente deste processo será objeto de defesa judicial.

A Companhia ainda possui decisão favorável sobre esta matéria para a ação da incorporada Trikem em Alagoas, o que garante a manutenção das compensações realizadas com estes créditos. A Companhia deverá pagar os valores que foram objeto de compensação quando a decisão neste caso concreto for revogada. Vale mencionar que todos os valores dessas ações possuem provisão contábil, o que evitará impacto no resultado da Companhia.

(iii) PIS/COFINS - Lei nº. 9.718/98

A Companhia, em diferentes processos próprios e de empresas incorporadas, questiona a constitucionalidade das ampliações das bases de cálculo do PIS e da COFINS decorrentes da Lei nº 9.718/98.

Em fevereiro de 2006, tornaram-se definitivas decisões favoráveis em processos iniciados pela Companhia em março de 1999, o que gerou um impacto positivo de R\$ 89.622 no resultado do 1º trimestre daquele ano.

Tendo em vista que, em novembro de 2005, o Plenário do STF pacificou o entendimento acerca da inconstitucionalidade da majoração das bases de cálculo do PIS e da COFINS determinada pela referida lei, a Companhia obteve o trânsito em julgado favorável em diversos processos de empresas incorporadas, com impacto positivo no resultado do exercício de 2007, no valor de R\$ 110.704 (Nota 24).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Algumas destas ações também envolviam discussão sobre a majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%. Considerando que os assessores jurídicos externos da Companhia entendem que as chances de êxito são remotas nesta matéria e em face de recente decisão desfavorável do STF, a Companhia decidiu desistir desta parte da discussão na maioria das ações, quitando a dívida através de pagamento à vista em 15 de dezembro de 2006.

(iv) Parcelamento Especial - PAES - Lei nº. 10.684/03

Em agosto de 2003, a incorporada Trikem optou por desistir da ação relativa à contestação da majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%, instituída pela Lei nº 9.718/98, para usufruir das condições de pagamento favoráveis estabelecidas pelo programa de parcelamento especial (PAES), instituído pela Lei Federal nº 10.684/03. O montante devido está sendo liquidado em 120 parcelas mensais. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo é de R\$ 36.597, sendo R\$ 6.555 classificado no passivo circulante e R\$ 30.042 no passivo não circulante (2006 - R\$ 43.151, sendo R\$ 6.555 no passivo circulante e R\$ 36.596 no passivo não circulante).

Em que pese a regularidade dos pagamentos e o preenchimento de todos os requisitos legais por parte da Companhia, a Procuradoria da Fazenda Nacional – “PFN” a excluiu do PAES em duas oportunidades, sendo que, em ambos os casos, a Companhia obteve decisões judiciais para determinar sua manutenção no referido programa de parcelamento. A Administração, com base na posição dos seus assessores externos, entende que o parcelamento será mantido como inicialmente requerido.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

(a) Imposto de renda corrente

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social e participação de acionistas minoritários	581.395	(21.323)	1.184.160	90.090
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(197.674)	7.250	(402.615)	(30.630)
Imposto de renda sobre equivalência patrimonial	36.186	43.873	(37)	4.209
Efeitos tributários da não sujeição à CSL (Nota 17(c))	52.326	(1.919)	52.326	5.740
Outras diferenças permanentes	(6.152)	(796)	13.969	(18.486)
Amortização de ágio	15.906	(17.476)	4.363	(16.524)
Tributos discutidos judicialmente	15.060	33.046	15.060	33.046
Prejuízos fiscais	8.232	(51.107)	20.999	(51.107)
Provisões e outras diferenças temporárias	26.640	(12.871)	25.384	(19.195)
Outros	(116)	(444)	(3.135)	4.893
Despesa de imposto de renda	(49.592)	(444)	(273.686)	(88.054)

Das despesas de imposto de renda da controladora, a parcela de R\$ 49.494 está coberta pelo benefício de isenção/redução. Em 2006, devido à apuração de prejuízo fiscal, não houve benefício de isenção/redução do imposto de renda.

(b) Imposto de renda diferido

(i) Composição do imposto de renda diferido

Em consonância com o disposto pela Deliberação CVM nº 273/98, que aprovou o pronunciamento do IBRACON sobre a contabilização do Imposto de renda, e pela Instrução CVM nº 371/02, a Companhia possui os seguintes saldos contábeis de imposto de renda diferido:

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Composição do imposto de renda diferido calculado:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Prejuízos fiscais a compensar	585.777	648.848	585.777	648.848
Ágios amortizados contabilmente sobre investimentos em empresas incorporadas	614.939	401.659	614.939	401.659
Despesas temporariamente indedutíveis	423.624	485.743	625.988	535.756
Potencial base de cálculo para o imposto de renda diferido	1.624.340	1.536.250	1.826.704	1.586.263
Potencial imposto de renda diferido (25%)	406.085	384.062	456.676	396.565
Parcela não registrada do imposto de renda diferido	(2.880)	(3.400)	(2.880)	(3.400)
Imposto de renda diferido ativo	403.205	380.662	453.796	393.165
No ativo circulante	(36.725)	(19.573)	(61.842)	(20.625)
No ativo não circulante	366.480	361.089	391.954	372.540
Movimentação:				
Saldo inicial do exercício	380.662	277.250	393.165	281.500
Saldo incorporado de controladas	8.612	4.482	8.612	4.482
Saldo consolidado Ipiranga			102.341	
Constituição de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais	(15.768)	51.945	(118.109)	51.945
Constituição de imposto de renda sobre ágio amortizado de empresas incorporadas	85.757	75.875	85.757	75.875
Imposto de renda diferido sobre ágios amortizados de empresas incorporadas	(31.917)	(12.227)	(31.917)	(12.227)
Imposto de renda diferido sobre provisões temporárias	(24.141)	(16.663)	13.947	(8.410)
Saldo final	403.205	380.662	453.796	393.165
Imposto de renda diferido passivo sobre depreciação acelerada incentivada:				
Saldo inicial do exercício	(7.935)	(8.525)	(14.802)	(8.525)
Realização (constituição) de imposto de renda diferido	589	590	(48.015)	(6.277)
Saldo final do exercício	(7.346)	(7.935)	(62.817)	(14.802)
Imposto de renda diferido no resultado	14.520	99.520	(98.337)	100.906

O ativo diferido de imposto de renda decorrente de prejuízos fiscais e diferenças temporárias é reconhecido contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos e comerciais aprovados pela Administração da Companhia.

(ii) Período estimado de realização do imposto de renda diferido ativo

O imposto de renda diferido ativo limita-se aos valores cuja compensação está amparada por projeções de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente, realizados pela Companhia em até 10 anos, considerando-se, inclusive, a limitação de compensação de prejuízos fiscais em até 30% do lucro tributável, além dos benefícios fiscais de isenção e redução do imposto.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Considerando as premissas de preços, câmbio, taxas de juros, crescimento de mercado e outras variáveis relevantes que determinaram o seu plano de negócios, a Companhia elaborou, para a data-base de 31 de dezembro de 2007, o plano com a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros. Tais estudos revelam que o crédito de imposto de renda sobre prejuízos fiscais, no montante de R\$ 146.445, será integralmente consumido entre os exercícios de 2008 a 2012.

Os créditos de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais têm a seguinte expectativa de realização:

	Controladora e Consolidado
2008	14.333
2009	2.359
2010	14.537
2011	24.043
2012	91.173
	146.445

Os créditos de imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias, formados basicamente por ágios, já amortizados contabilmente, no valor de R\$ 150.855 e provisões contábeis, no montante de R\$ 105.905, fundamentam-se pelo seu total aproveitamento em função das realizações contábeis dos ágios e provisões.

Os créditos de imposto de renda diferido sobre ágios têm a seguinte expectativa de realização:

	Controladora e Consolidado
2008	36.725
2009	37.277
2010	37.277
2011	28.375
2012	6.582
2013 a 2015	3.074
2016 a 2017	1.545
	150.855

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Não foi considerada no registro contábil do imposto de renda diferido ativo a parcela dos ágios já amortizados contabilmente sobre investimentos em empresas incorporadas, cuja realização dar-se-á em prazo superior a 10 anos (R\$ 11.519).

Com relação às despesas temporariamente indedutíveis, o imposto de renda diferido, foi constituído sobre as despesas com tributos que estão sendo questionados judicialmente e outras despesas operacionais, a exemplo do excesso da provisão para devedores duvidosos.

Como a base tributável do imposto de renda decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não-tributáveis, despesas não-dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Contribuição social sobre o lucro ("CSL")

Em face da discussão quanto à constitucionalidade da Lei nº 7.689/88, a Companhia e suas incorporadas OPP Química, Trikem e Polialden ajuizaram ação ordinária para o não recolhimento da CSL, tendo a decisão favorável às empresas transitado em julgado.

No entanto, a União Federal ajuizou ação rescisória para os processos da Companhia, da Trikem e da Polialden com o objetivo de reverter a referida decisão, sob o fundamento de que, posteriormente à decisão definitiva proferida em favor das empresas, o Plenário do STF havia declarado a constitucionalidade dessa contribuição, exceto para o ano de 1988. No caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, de modo que, juridicamente, continuou válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor.

A ação rescisória aguarda o julgamento de uma série de recursos que pretendem a apreciação da matéria pelo STJ e pelo STF. Em que pese a pendência da ação rescisória e a suspensão da exigibilidade desses débitos, a Receita Federal vem lavrando autos de infração contra a Companhia e suas incorporadas, contra os quais têm sido apresentadas defesas administrativas.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, que avaliaram a perspectiva de êxito como possível, acredita-se que: (i) deverá obter êxito em seus pleitos de manutenção do não-recolhimento e (ii) em caso de perda da ação rescisória, a decisão não poderia retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da lei, motivo pelo qual a Companhia não registra provisão para esta contribuição.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Caso seja estabelecida judicialmente a retroatividade da contribuição, contrariando o entendimento expresso em pareceres dos advogados externos, a Companhia avalia ser remota a possibilidade de cobrança de multa. Desta forma, o montante devido, corrigido monetariamente, e atualizado pela taxa SELIC seria de aproximadamente, R\$ 809.000 (2006 - R\$ 743.000), excluindo a multa.

(d) Contribuição social sobre o lucro, diferida

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo consolidado do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos inclui R\$ 3.339 (R\$ 1.306 em 2006) relativos à CSL diferida ativa sobre provisões indedutíveis da controlada Copesul. O saldo diferido passivo desses tributos inclui R\$ 8.505 (R\$ 578 em 2006) referente à CSL diferida constituída sobre variações cambiais não liquidadas e depreciação acelerada da Copesul. O resultado consolidado destes tributos contempla despesa de CSL diferida da Copesul no montante de R\$ 3.944.

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo consolidado do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos inclui R\$ 1.297 relativos à CSL diferida ativa sobre ágio na aquisição de investimentos e provisões indedutíveis da controlada Ipiranga Petroquímica. O saldo consolidado relativo a IRPJ e CSL diferidos passivos inclui R\$ 2.474 referentes à parcela da CSL diferida passiva constituída na IPQ sobre variação cambial não realizada. A despesa do diferimento destes tributos no Consolidado contempla valores apurados na IPQ relativos à receita de CSL no montante de R\$ 2.095.

Em 31 de dezembro de 2006, o saldo consolidado do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos contempla valores relativos à CSL da controlada Petroflex e da incorporada Politenos nos montantes de R\$ 972 e R\$ 2.223, respectivamente. O saldo consolidado referente ao IRPJ e CSL diferidos passivos inclui R\$ 1.894 relativos à CSL constituída na Petroflex.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18 Incentivos fiscais

(a) Imposto de renda

Até o ano-base de 2011, a Companhia tem o direito ao benefício de redução de 75% no imposto de renda devido sobre o lucro proveniente da venda de petroquímicos básicos e utilidades. As três plantas de polietileno, instaladas em Camaçari, gozam da mesma redução até os anos-base de 2011, 2012 e 2016. A planta de PVC, em Camaçari, também usufruirá do benefício até o ano-base de 2013. As plantas de PVC, em Alagoas, e de PET, em Camaçari, estão isentas de imposto de renda apurado sobre o resultado das suas operações industriais até o exercício de 2008.

As produções de soda cáustica, cloro, dicloroetano e caprolactama possuem o benefício de redução de 75% da alíquota de imposto de renda até o exercício de 2012.

Ao final de cada exercício social, na hipótese de existir lucro decorrente das operações incentivadas, o valor correspondente ao imposto de renda é registrado como despesa do exercício e creditado em conta de reserva de capital que somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

O incentivo apurado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foi de R\$ 49.494.

A partir do ano de 2006, a controlada Copesul passou a gozar dos incentivos fiscais previstos na Lei 11.196/05, Decreto 5.798/06 e da Portaria MCT nº 782/06.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

A Companhia é detentora de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Estados do Rio Grande do Sul e Alagoas, por meio do Fundo de Operação da Empresa - FUNDOPEM e do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas - PRODESIN, respectivamente. Esses incentivos objetivam a implantação e a expansão de indústrias naqueles estados. O incentivo é registrado no resultado do exercício, na rubrica de "Outras receitas operacionais". O montante apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foi de R\$ 15.855 (2006 – R\$ 12.909, classificado como reserva de capital).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19 Incentivo de longo prazo

Em setembro de 2005, foi aprovado em Assembléia de Acionistas um plano de benefícios denominado “Incentivo de longo prazo”, não baseado em ações da Companhia, através do qual colaboradores designados anualmente pela Administração podem adquirir títulos emitidos pela Companhia denominados “Unidade de investimento” e que tem por objetivo, dentre outros, fortalecer a convergência de interesses na criação de valor a longo prazo entre os colaboradores e os acionistas da Braskem, promover o senso de propriedade e motivar a visão e o comprometimento dos colaboradores com resultados de longo prazo.

A Unidade de investimento não atribui ao seu titular a condição de acionista da Braskem, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos.

Anualmente, o Conselho de Administração aprova os participantes elegíveis, a quantidade de unidades de investimento a ser emitida, o percentual de contrapartida da Companhia à aquisição feita pelos colaboradores e a quantidade de unidades ofertada por participante. A aceitação pelo participante implica em pagamento à vista do valor que lhe foi atribuído e a celebração do contrato de compra das unidades, sendo responsabilidade da Braskem a emissão do respectivo “Certificado de Unidades de investimento”.

A Unidade de investimento é emitida no 1º semestre de cada ano, sendo o seu valor atualizado anualmente de acordo com a média de cotação da ação preferencial classe “A” da Companhia nos encerramentos dos pregões, na BOVESPA, nos meses de outubro a março. Além da variação do seu valor nominal, a Unidade de investimento tem rendimento equivalente ao dividendo e/ou juros sobre o capital próprio distribuídos pela Braskem.

Existem três tipos de Unidade de investimento:

- unidade adquirida pelo participante, denominada “Alfa”;
- unidade recebida pelo participante à título de contrapartida da Braskem, denominada “Beta”; e
- unidade recebida pelo participante à título de rendimento, denominada “Gama”.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Unidade de investimento (e o seu correspondente certificado) é emitida em caráter personalíssimo e somente poderá ser alienada para a Braskem, por meio de resgate, com as seguintes condições:

- a partir do 5º ano, contado da 1ª aquisição, o adquirente pode resgatar até 20% do seu saldo acumulado de unidades de investimento; e
- a partir do 6º ano, o resgate está limitado a 10% do saldo acumulado.

A composição e o valor das unidades, em 31 de dezembro de 2007, são os seguintes:

	Quantidade	Valor
Unidades de Investimento		
Emitidas (unidades Alfa)	285.180	4.286
Bonificadas (unidades Beta)	285.180	593
Total	570.360	4.879

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2007, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 4.640.947, representado por 449.432.611 ações correspondendo à 149.810.870 ações ordinárias, 298.818.675 ações preferenciais classe "A" e 803.066 ações preferenciais classe "B", sem valor nominal. Na mesma data, o capital social autorizado da Companhia é de 488.000.000 ações, sendo, 175.680.000 ações ordinárias, 307.440.000 ações preferenciais classe "A" e 4.880.000 ações preferenciais classe "B".

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2006, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 105.304, por conta da incorporação da controlada Polialden (Nota 1(c)), com a emissão de 7.878.725 ações preferenciais classe "A". Na mesma data, foi aprovada a conversão de 2.632.043 ações preferenciais classe "A" em ações ordinárias à razão de uma ação preferencial para uma ação ordinária.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2007, foi aprovada a incorporação da Politeño (Nota 1(c)). Por conta desta incorporação, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 19.157, mediante emissão de 1.533.670 ações preferenciais classe "A", passando para R\$ 3.527.429. Adicionalmente, foi aprovada a conversão de 486.530 ações preferenciais classe "A" em ações ordinárias.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em decorrência do exercício do direito de conversão das debêntures da 1ª Emissão (Nota 1(c)), o capital social da Companhia foi aumentado em 31 de julho de 2007, no montante de

R\$ 1.113.518, com a emissão de 77.496.595 ações, sendo 25.832.198 ações ordinárias e 51.664.397 ações preferências classe "A", passando para R\$ 4.640.947.

(b) Direitos das ações

As ações preferenciais não concedem direito a voto mas asseguram, em cada exercício, um dividendo prioritário, não cumulativo de 6% sobre seu valor unitário, de acordo com os lucros disponíveis para distribuição. Somente as ações preferenciais classe "A" terão participação igual às ações ordinárias no lucro remanescente, e estas somente terão direito ao dividendo após o pagamento do dividendo prioritário aos portadores de ações preferenciais. Somente as ações preferenciais classe "A" têm, ainda, assegurada a igualdade de condições às ações ordinárias na distribuição de ações resultantes de incorporação de outras reservas. Apenas as ações preferenciais classe "A" poderão ser convertidas em ações ordinárias mediante deliberação da maioria do capital votante presente em Assembléia Geral. As ações preferenciais classe "B" podem ser convertidas em ações preferenciais classe "A", a qualquer tempo, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe "B" para cada ação preferencial classe "A", mediante simples solicitação por escrito à Companhia, desde que esgotado o prazo de intransferibilidade previsto na legislação especial que viabilizou a emissão e integralização destas ações com recursos de incentivos fiscais.

Na eventual liquidação da Companhia será assegurada às ações preferenciais classes "A" e "B" prioridade no reembolso do capital.

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme previsto nos Memorandos de Entendimentos para Celebração de Acordo de Acionistas, a Companhia deverá distribuir, a título de dividendos, um percentual não inferior a 50% do lucro líquido disponível no exercício, desde que sejam mantidas as reservas necessárias e suficientes para a eficiente operação e o desenvolvimento de seus negócios.

Consoante termos pactuados na emissão das Medium-Term Notes (Nota 14 (d)), o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio fica limitado ao dobro dos dividendos mínimos previstos no estatuto social da Companhia.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia mantém em tesouraria 16.595.000 ações preferenciais classe "A" (2006 – 14.408.867 ações) pelo valor total de R\$ 244.456. O valor total dessas ações, calculado com base na cotação média do último pregão de 2007, é de R\$ 243.449.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 3 de maio de 2006, foi aprovado o programa de recompra de ações da Companhia. Esse programa, que foi encerrado em 23 de outubro de 2006, teve como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais classe "A" para manutenção em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento, sem redução do capital social. Foram adquiridas 13.131.054 ações preferenciais classe "A" ao custo médio de R\$ 13,88. Os valores mínimo e máximo ao longo do mesmo período foram de R\$ 9,97 e R\$ 15,89 por ação, respectivamente.

Em julho de 2006, foram adquiridas 765.079 ações preferenciais classe "A", provenientes dos acionistas dissidentes da Polialden.

Com a incorporação da Politen (Nota 1(c)), foi desfeita a participação recíproca existente entre as empresas. As 2.186.133 ações preferenciais classe "A" da Companhia que pertenciam a Politen foram incorporadas às ações em tesouraria.

(d) Reserva de lucros para expansão

Refere-se à retenção do saldo de lucros acumulados, a fim de atender aos projetos de expansão estabelecidos no plano de negócios, conforme previsto em orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia e submetido à aprovação da Assembléia Geral, observado o disposto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações (LSA). Os lucros retidos para essa reserva, em 2006 e 2007, estão demonstrados na Nota 20 (e). Adicionalmente, em 2006, a Companhia utilizou R\$ 164.890 desta reserva para absorver o efeito da adoção da Interpretação Técnica nº 01/2006 do IBRACON (Nota 12).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(e) Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) 25% para o pagamento de dividendos obrigatórios, não cumulativos, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais. Quando o valor do dividendo prioritário pago às ações preferenciais for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada: (i) no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais; (ii) se ainda houver saldo remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe "A", em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo.

Os dividendos propostos pela Administração, sujeitos à aprovação da Assembléia Geral, são os seguintes:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício	543.220	77.753
Parcela destinada à reserva legal	(27.161)	(3.888)
Lucro líquido ajustado para o cálculo do dividendo	516.059	73.865
Distribuição do lucro:		
Dividendos propostos		
Ações ordinárias - R\$ 0,644 por ação	96.198	
Ações preferenciais classe A - R\$ 0,644 por ação (2006 - R\$ 0,159)	181.741	36.805
Ações preferenciais classe B - R\$ 0,644 por ação (2006 - R\$ 0,159)	518	128
Total de dividendos	278.457	36.933
Valor destinado à reserva de lucros para expansão	237.602	36.932
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	129.015	18.466

O valor destinado à reserva de lucros para expansão, em 2007, está vinculado a orçamento de capital contido no Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de dezembro de 2007, e será submetido à deliberação da Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2008.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21 Contingências

(a) Convenção coletiva dos trabalhadores - Cláusula 4ª

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas Petroquímicas, Químicas, Plásticas e afins do Estado da Bahia ("SINDIQUÍMICA") e o Sindicato da Indústria Petroquímica e Resinas Sintéticas no Estado da Bahia ("SINPEQ") discutem, judicialmente, a exigibilidade da cláusula de indexação de salários constante da convenção coletiva de trabalho em face de norma de ordem pública (plano econômico) instituída em 1990 e que restringiu reajustes salariais. A Companhia operava fábricas na região em 1990 e é membro do SINPEQ.

O sindicato dos empregados pleiteia o reajustamento dos salários de forma retroativa. Em dezembro de 2002, o STF confirmou decisão anterior do Tribunal Superior do Trabalho determinando que a lei de política econômica prevalece sobre a convenção coletiva e, portanto, nenhum reajuste é devido. Em 2003, o SINDIQUÍMICA opôs Embargos de Declaração contra esta última decisão, os quais, em 31 de maio de 2005, foram rejeitados por unanimidade.

Em 24 de outubro de 2005, o SINDIQUÍMICA interpôs Embargos de Divergência. O recurso foi encaminhado para a cota da Procuradoria Geral da República que apresentou parecer integralmente favorável ao SINPEQ em novembro de 2006. O julgamento do recurso foi iniciado em 28 de junho de 2007, estando suspenso por pedido de vistas de um dos julgadores.

A Administração, com base na opinião dos seus advogados externos, entende que o desfecho da ação será favorável ao SINPEQ e, desta forma, não foi provisionado qualquer valor em relação a essa causa.

(b) Ações preferenciais incentivadas

Alguns acionistas detentores de ações preferenciais classe "B" da Companhia, emitidas no âmbito de programa de incentivo fiscal ("ações preferenciais incentivadas"), alegam que têm direito a participar na distribuição de lucros em condições de igualdade com os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais "A".

Questão idêntica foi enfrentada pela incorporada Polialden no âmbito da CVM, tendo o Colegiado da CVM, em 10 de agosto de 2000, corroborado entendimento da incorporada Polialden no sentido de que: "os dividendos atribuídos às ações preferenciais são no mínimo de 6%, e tem por limite 8% desse mesmo valor ou o equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, prevalecendo o montante que for maior, como vem sendo praticado pela sociedade nos últimos 10 anos; tais ações não fazem jus aos lucros remanescentes, visto que o estatuto estabelece com precisão o limite de participação de tais ações".

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A maioria das decisões já proferidas no julgamento dessas questões é favorável à Companhia e sua incorporada Polialden, razão pela qual a maior parte dos depósitos judiciais efetuados pela Polialden por força de decisões liminares obtidas por alguns acionistas, em valores correspondentes à suposta diferença dos dividendos deliberados nas Assembléias Gerais Ordinárias de 2002 e 2004, já foi levantada em favor da Companhia, permanecendo depositado apenas o valor relativo ao dividendo distribuído em 2004, referente a um determinado acionista, no valor histórico de R\$ 804.

Os assessores jurídicos externos da Companhia entendem como prováveis as chances de êxito nestes processos, respaldando-se ainda em pareceres de renomados juristas e em recentes decisões judiciais proferidas sobre a mesma matéria, além daquela proferida pela CVM, razão pela qual a Companhia mantém observância à regra estabelecida no seu Estatuto Social quanto ao pagamento de dividendos às ações preferenciais incentivadas, limitando os valores pagos ao equivalente a 6% sobre o valor unitário do capital social, observado o limite de 25% do dividendo obrigatório, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

(c) **Compensação de créditos tributários**

Entre maio e outubro de 2000, as incorporadas OPP Química e Trikem realizaram compensações de tributos federais próprios com créditos-prêmio de IPI cedidos por empresa comercial exportadora ("Cedente"). As referidas compensações foram homologadas pelas autoridades fiscais em São Paulo (DERAT/SP), através da emissão de Documentos Comprobatórios de Compensação ("DCC's"), cuja expedição se deu por força de liminar em Mandado de Segurança ("MS SP"). A Cedente também impetrou Mandado de Segurança contra as autoridades fiscais no Rio de Janeiro (DERAT/RJ) ("MS RJ"), objetivando, da mesma forma, assegurar o direito ao ressarcimento do crédito-prêmio de IPI e sua compensação, inclusive com débitos de terceiros. O MS SP foi extinto sem julgamento do mérito, firmando-se assim a competência da autoridade administrativa e da jurisdição do Rio de Janeiro para dispor sobre o crédito da Cedente.

Em junho de 2005, a DERAT/SP editou portarias que cancelaram os DCC's. Com base nas referidas portarias, a Delegacia da Receita Federal em Camaçari - BA encaminhou cartas-cobrança para a Companhia. Contra essas cobranças foram apresentadas manifestações de inconformidade, que não foram processadas administrativamente. Assim, em dezembro de 2005, foi inscrito em Dívida Ativa o montante de R\$ 276.620 referente aos supostos débitos da Companhia, provenientes destas compensações.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Diversas medidas judiciais e administrativas foram adotadas pela Cedente e pela Companhia para demonstrar a regularidade e a legalidade das referidas compensações, em relação às quais os advogados de ambas as empresas classificam as possibilidades de êxito como prováveis, principalmente em função da validade e liquidez inequívoca dos créditos, confirmada em auditoria específica realizada pela DERAT/RJ.

Finalmente, em 3 de outubro de 2005, a Cedente obteve no Supremo Tribunal Federal decisão judicial favorável transitada em julgado no MS RJ, assegurando o direito definitivo ao aproveitamento dos créditos-prêmio de IPI relativos a todas as suas exportações, inclusive mediante compensações com débitos de terceiros. À vista da referida decisão, os advogados da Cedente e da Companhia entendem que as compensações efetuadas pelas incorporadas e devidamente homologadas pela DERAT/SP estão necessariamente convalidadas, razão pela qual também entendem como inexistentes os débitos tributários que estão sendo imputados à Companhia. Independentemente da referida decisão judicial transitada em julgado no MS RJ, os advogados da Cedente e da Companhia, além de jurista consultado a respeito do tema, entendem que os débitos objeto dos pedidos de compensação pelas incorporadas já estão totalmente extintos por força do instituto da decadência.

Em janeiro de 2006, a Companhia foi intimada a apresentar garantia à execução fiscal no valor referido acima, a qual foi apresentada sob forma de apólice de seguro garantia judicial.

Não obstante os advogados da Companhia avaliarem as chances de êxito de todas as demandas acima como prováveis, na hipótese de insucesso em todos os processos, a Companhia ainda terá assegurado o valor exigido pela Fazenda Nacional através de ressarcimento integral junto à Cedente, conforme firmado em contrato de cessão celebrado em 2000.

(d) INSS

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais tendo por objeto matérias previdenciárias, os quais, em 31 de dezembro de 2007, totalizavam R\$ 285.870, valor esse atualizado pela SELIC.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, que julgam como possíveis as possibilidades de êxito com esses processos, entende não ser devido qualquer valor relativo a essas notificações e, portanto, não constituiu provisões para esse fim.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(e) Outras demandas judiciais da Companhia e suas controladas

A Companhia possui ações cíveis ajuizadas pelo controlador de uma ex-distribuidora de soda cáustica e pela transportadora que prestava serviços para essa ex-distribuidora, cujos valores, em 31 de dezembro de 2007, totalizavam R\$ 27.507 (2006 – R\$ 25.826). Os autores tentam obter reparação de danos relativos ao alegado descumprimento do contrato de distribuição pela Companhia. A avaliação da Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos responsáveis pela condução dos casos, é que as ações possivelmente serão julgadas improcedentes e, por esta razão, não foram constituídas provisões.

No segundo trimestre de 2005, os Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas e Químicas de Triunfo - RS e de Camaçari - BA ajuizaram ações reclamationárias requerendo o pagamento de horas extras em diversas ações. Para essas ações foram apresentadas as devidas contestações e a Administração da Companhia, baseada na posição de seus assessores jurídicos, não espera ter perdas ao final desses julgamentos.

A Companhia era ré em procedimento arbitral instaurado por uma empresa de transporte marítimo que tramitou na cidade do Rio de Janeiro. Neste processo a Braskem foi condenada em virtude da quebra do equilíbrio contratual, desembolsando o montante de R\$ 10.363.

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia era reclamada em 1.218 ações indenizatórias e ações trabalhistas, incluídas as mencionadas anteriormente, cujos valores envolvidos totalizavam, aproximadamente, R\$ 292.261 (2006 - R\$ 260.200). Com base nas avaliações dos assessores jurídicos externos, grande parte dessas ações deverá ser julgada procedente à Companhia. Para os processos com perda provável, a Companhia mantém provisão de R\$ 25.005 (2006 - R\$ 13.328).

A controlada Copesul foi autuada pela SRF, em 1999, constituindo crédito de IRPJ e CSL no período-base de 1994, relativo à correção monetária de balanço e resultado de equivalência patrimonial, decorrentes do reconhecimento contábil de dividendos distribuídos por controlada no exterior. O montante atualizado da causa é de R\$ 21.308. O processo aguarda julgamento de recurso interposto pela Fazenda Nacional junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Os assessores jurídicos da Copesul avaliam como possível a chance de êxito desse processo.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22 Instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de riscos

A Companhia opera no mercado bancário e de crédito nacional e internacional, captando recursos para manter suas operações e investimentos, ficando exposta, principalmente, aos riscos de mercado decorrentes das variações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras, de juros e de “*commodities*”.

A Companhia mantém uma política de gerenciamento de riscos aprovada e revista pela Administração. Estas normas proíbem negociação especulativa, venda a descoberto e determinam a diversificação de instrumentos e contrapartes. Os limites e a qualidade de crédito das contrapartes são revistos periodicamente e definidos de acordo com as normas aprovadas pela Administração da Companhia. Os ganhos e as perdas decorrentes das atividades de “*hedge*” são reconhecidos mensalmente no resultado.

Para a cobertura da exposição aos riscos de mercado, diversos instrumentos podem ser utilizados, com ou sem caixa. As formas mais comuns de cobertura da exposição aos riscos de mercado com caixa, adotadas pela Companhia, são aplicações no exterior (certificados de depósito, títulos denominados em dólar, fundos de investimentos entre outros instrumentos) em USD. As formas de “*hedge*” cambial sem a utilização de caixa são os “*swaps*”, “*forwards*” e opções.

Para proteger-se da exposição dos riscos cambiais e de taxas de juros de contratos de financiamentos, a Companhia adotou a seguinte metodologia: cobertura cambial do principal e dos juros com vencimentos nos 12 meses seguintes, para, ao menos (i) 60% da dívida atrelada à exportação (“*trade finance*”), exceto adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) de até seis meses e de adiantamentos de contrato de exportação (ACE); e (ii) 75% da dívida não atrelada a exportações (“*non trade finance*”).

(b) Exposição a riscos cambiais

A Companhia utiliza empréstimos e financiamentos de longo prazo para financiar suas operações, incluindo o fluxo de caixa e os financiamentos de projetos. Parte dos empréstimos de longo prazo é vinculada a moedas diferentes do Real (Nota 14).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros em função de seu endividamento. A dívida em moeda estrangeira, vinculada às taxas de juros flutuantes, está sujeita, principalmente, à flutuação da LIBOR. Já a dívida em moeda nacional, vinculada às taxas de juros domésticos, está sujeita, principalmente, à flutuação da TJLP e à variação do CDI.

(d) Exposição a riscos de *commodities*

A Companhia está exposta à variação de preços de diversas "*commodities*" petroquímicas, em especial, a de sua principal matéria-prima: a nafta. A Companhia procura repassar as oscilações de preços dessa matéria-prima provocadas pela flutuação da cotação internacional. No entanto, parte de suas vendas podem ser realizadas através de contratos de preços fixos ou com banda de flutuação máxima e/ou mínima. Tais contratos podem ser acordos comerciais ou contratos de derivativos associados a vendas a realizar-se no futuro.

(e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e outras contas a receber, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Operações com derivativos

Em 31 de dezembro de 2007, existiam na Companhia os seguintes contratos de derivativos:

Descrição	Vencimento	Valor nominal	Valor de mercado (i)			
			Controladora		Consolidado	
			2007	2006	2007	2006
Real / US\$ - Opção ("Put US\$")	fev/2007	US\$ 306,000 mil		(11.592)		(11.592)
Real + CDI / Iene + Tibor (swap)	mar/2012	R\$ 136.000	(45.462)	(45.203)	(45.462)	(45.203)
Real + CDI / Iene + Tibor (swap)	jun/2012	R\$ 143.000	(31.251)	(22.790)	(31.251)	(22.790)
Real + CDI / US\$ (swap)	mai/2007	US\$ 100,000 mil		(24.311)		(24.311)
Real + CDI / US\$ (swap)	fev/2007	US\$ 200,000 mil		(19.069)		(19.069)
Tax Sparing I	jun/2007	US\$ 134,000 mil				24
Tax Sparing II	jun/2015	US\$ 100,000 mil			106	120
Total Return Swap	jun/2008	US\$ 410,000 mil			34.664	10.155
Benzene	jan/2007	146,7 mil tons				(6.921)
Swap Notas Austríacas	jan/2010	R\$ 259.622	(19.201)		(19.201)	
Swap Notas Austríacas	jan/2011	R\$ 243.480	(20.688)		(20.688)	
Swap Cupom vs Libor	jul/2008	US\$ 150,000 mil			216	

(i) O valor de mercado representa o valor a receber (a pagar) caso as operações fossem liquidadas em 31 de dezembro.

Para determinar o valor de mercado estimado dos derivativos são utilizadas cotações de operações semelhantes ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro bem como metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receitas financeiras:				
Receita de juros	105.303	108.368	134.727	140.051
Variação monetária de aplicações financeiras, partes relacionadas e contas a receber	34.259	52.993	24.694	48.149
Variação monetária de impostos a recuperar	7.404	43.706	12.212	48.575
Ganhos em operações com derivativos	14.189	1.830	47.253	114.112
Variação cambial sobre ativos em moeda estrangeira	(317.412)	(185.898)	(350.382)	(204.225)
Outros	9.496	33.949	17.955	12.857
	<u>(146.761)</u>	<u>54.948</u>	<u>(113.541)</u>	<u>159.519</u>
Despesas financeiras:				
Despesas de juros de financiamentos e partes relacionadas	(336.784)	(314.181)	(341.936)	(287.776)
Variação monetária de financiamentos e partes relacionadas	(215.119)	(254.861)	(203.780)	(255.515)
Variação monetária e juros com tributos e fornecedores	(113.854)	(161.007)	(123.846)	(178.508)
Perdas em operações com derivativos	(26.621)	(16.952)	(44.843)	(161.958)
Despesas com operações de vendor	(65.247)	(119.662)	(128.330)	(119.662)
Descontos concedidos	(36.696)	(47.948)	(137.622)	(137.996)
Variação cambial sobre passivos em moeda estrangeira	955.190	343.641	1.073.111	333.368
Tributos e encargos sobre operações financeiras	(169.537)	(219.328)	(274.673)	(228.437)
Outros	(49.989)	(45.957)	1.821	(61.443)
	<u>(58.657)</u>	<u>(836.255)</u>	<u>(180.098)</u>	<u>(1.097.927)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(205.418)</u>	<u>(781.307)</u>	<u>(293.639)</u>	<u>(938.408)</u>

24 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receitas (despesas)				
Aluguéis de instalações e concessão de direito de uso	24.318	25.767	24.318	45.423
Recuperação de tributos (Nota 16 (iii))	110.902	125.753	119.989	125.890
Ajustes de inventário	(21.270)	(9.734)	(21.185)	(9.275)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13.137	(9.901)	8.343	24.104
	<u>127.087</u>	<u>131.885</u>	<u>131.465</u>	<u>186.142</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25 Resultado não-operacional

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receitas (despesas)				
Ganho (perda) de participação em investimentos	(10.739)	2.356	(35.466)	2.356
Resultado na alienação de ativo permanente	176	(837)	(1.999)	(496)
Provisão para ajustes a valor de mercado de plantas	(13.807)		(13.807)	
Outras (despesas) e receitas não operacionais, líquidas	(7.390)	6.229	(15.952)	5.260
	<u>(31.760)</u>	<u>7.748</u>	<u>(67.224)</u>	<u>7.120</u>

26 Cobertura de seguros

(a) Controladora

A Companhia possui um amplo programa de gerenciamento de riscos que proporciona cobertura e proteção para todos os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção da produção, através de uma apólice do tipo "All Risks". Esta apólice estabelece o valor para dano máximo provável, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza da atividade da Companhia e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2007, limite máximo de indenização da cobertura de seguros para os estoques, imobilizado e lucros cessantes da Companhia é de US\$ 1,9 bilhão por evento, sendo que a soma de todos os ativos segurados é de R\$ 13.851.190. As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

(b) Controladas

Copesul

A Copesul adota política de contratação de seguros em níveis adequados para os riscos envolvidos em suas operações. Considerando as características de seus riscos, a administração contrata seguros com o conceito de perda máxima possível em um mesmo evento, mantendo coberturas para riscos operacionais, responsabilidades civil e lucros cessantes. Adicionalmente, a Copesul contrata seguros de transportes, vida em grupo, riscos diversos e veículos.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ipiranga Química e IPQ

As empresas do Grupo Ipiranga possuem um programa de seguros e gerenciamento de riscos que proporciona cobertura e proteção para todos os seus ativos patrimoniais seguráveis, incluindo cobertura de seguros para os riscos decorrentes de interrupção de produção, através de uma apólice de riscos operacionais negociadas com seguradoras nacionais e internacionais, através do Instituto de Resseguros do Brasil.

As coberturas e limites assegurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores de seguros locais, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela Administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

27 Negociação de ações no exterior - NYSE e LATIBEX

(a) New York Stock Exchange ("NYSE")

Os American Depositary Shares ("ADS's") da Companhia são negociados na NYSE, com as seguintes características:

- . Espécie das ações: preferenciais classe "A".
- . Cada ADS representa 2 ações, negociado com o código "BAK".
- . Banco depositário no exterior: The Bank of New York ("BONY") - agência Nova Iorque.
- . Banco custodiante no Brasil: Banco Itaú S.A.

(b) LATIBEX

As ações preferenciais classe "A" da Companhia são negociadas na LATIBEX, o mercado das empresas latino-americanas cotadas em Euros na Bolsa de Madrid, com o código "XBRK" e custodiadas pelo Banco Itaú S.A. As ações são negociadas em lotes unitários.

28 Planos de previdência privada

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são avaliados de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) PETROS / PREVINOR

Em junho 2005, a Companhia comunicou à PETROS e à PREVINOR sua intenção de retirada dos patrocínios, a partir do dia 30 daquele mês. Em relação à PETROS, o cálculo das reservas matemáticas dos participantes foi concluído em novembro de 2006 e enviado, no mesmo mês, para a aprovação da Secretaria de Previdência Complementar ("SPC"), órgão do Ministério da Previdência Social, que tem por objetivo regulamentar e fiscalizar os planos de previdência privada. A Companhia mantém provisão de R\$ 19.565 (2006 – R\$ 58.554), considerada suficiente para fazer face ao eventual desembolso quando da liquidação dos compromissos deste plano.

Os benefícios dos assistidos e pensionistas da PETROS continuarão a ser pagos regularmente até a conclusão do processo.

Em janeiro de 2007, a incorporada Politen, também patrocinadora da PREVINOR, comunicou a retirada do patrocínio a partir daquele mês. Os cálculos das reservas matemáticas foram concluídos, assim como, o Termo de Retirada de Patrocínio a ser entregue no SPC. Os planos mantidos pela Politen são superavitários, não havendo qualquer necessidade de desembolso pela Braskem.

Estima-se que o protocolo de entrega do Processo de Retirada de Patrocínio, será realizado no primeiro trimestre de 2008.

Em relação ao plano PREVINOR da incorporada Polialden, os compromissos com os participantes do plano foram liquidados no primeiro semestre de 2007, sem a necessidade de aportes da Companhia.

(b) ODEPREV

A Companhia mantém um plano de contribuição definida para seus empregados administrado pela ODEPREV, entidade fechada de previdência privada instituída pela Odebrecht S.A. A ODEPREV proporciona aos seus participantes, integrantes das empresas patrocinadoras, o Plano Optativo de contribuição definida, no qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria onde são acumuladas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Conselho de Curadores da ODEPREV define prévia e anualmente, no plano de custeio, os parâmetros para as contribuições dos participantes e das companhias patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos no plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das cotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá ser exigida nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte da companhia patrocinadora para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham se aposentar.

Em 31 de dezembro de 2007, a massa de participantes na ODEPREV está composta por 2.512 participantes ativos (2006 – 2.354) e as contribuições da Companhia em 2007, foram de R\$ 5.918 (2006 – R\$ 7.888) e dos participantes de R\$ 16.453 (2006 – R\$ 13.189).

(c) Copesul

A Copesul e os seus empregados contribuem como mantenedores da PETROS - Fundação Petrobras de Seguridade Social, em planos de aposentadoria e pensão de benefício definido. Em 2006, a taxa sobre o salário de contribuição foi de 12,93% sobre o total de proventos dos empregados vinculados ao plano. As contribuições efetuadas pela Copesul durante 2007 totalizaram R\$ 5.717 (2006 - R\$ 5.573).

Conforme previsão no regulamento da PETROS e legislação pertinente, caso se verifique relevante insuficiência de reservas técnicas, as mantenedoras e participantes contribuirão com aporte financeiro adicional ou haverá uma adequação dos benefícios do plano aos recursos disponíveis. Não ocorreu, até a data de encerramento do exercício, necessidade de qualquer suplementação por parte da controlada.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 371, de 13 de setembro de 2000, a Copesul procedeu à apuração do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2007 dos benefícios pós-emprego concedidos a seus colaboradores utilizando o método de avaliação - unidade de crédito projetado com base nas informações reais incorridas até a data de 30 de novembro de cada ano, apresentando o seguinte resultado:

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007	2006
Valor justo dos ativos do plano	437.417	388.007
Valor presente das obrigações atuariais	496.774	405.849
Passivo atuarial	(59.357)	(17.842)
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	(59.357)	(17.842)
Passivo atuarial já provisionado	8.850	8.850
Passivo atuarial líquido - não provisionado	(50.507)	(8.992)

Conforme Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a Copesul reconheceu a partir do exercício de 2002, mensalmente, o valor de R\$ 8.850, decorrente dos benefícios a que os colaboradores farão jus após o tempo de serviço, conforme estudo atuarial efetuado por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2001.

A avaliação atuarial em 30 de novembro de 2007 identificou que a Companhia terá necessidade de aumentar as contribuições futuras para adequar os benefícios, porém por estar enquadrada nos limites definidos pela Deliberação CVM nº 371 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, optou por não efetuar o ajuste do passivo atuarial complementar.

Os ganhos (perdas) identificados anteriormente estão relacionados à rentabilidade dos ativos do plano - diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente, sendo assim considerados ganhos (perdas) atuariais. A Copesul adota a política de reconhecer esses ganhos (perdas) como receita (despesa) apenas quando seus montantes acumulados excederem, em cada exercício, o maior dos seguintes limites: (i) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido e (ii) 10% do valor justo dos ativos do plano. A parcela a ser reconhecida é amortizada anualmente, dividindo-se seu montante pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais premissas atuariais na data do balanço são demonstradas a seguir:

	2007	2006
Taxa de desconto real	6%	6%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	6%	6%
Crescimento real dos salários	2% até 47 anos e nulo após 48 anos	2% até 47 anos e nulo após 48 anos
Bases biométricas		
Mortalidade para encargos de pensão e pecúlio (válidos)	AT-2000 Experiências	AT-2000 Experiências
Mortalidade para encargos de pensão e pecúlio (inválidos)	C.A.P. (*)	C.A.P. (*)
Invalidez	Álvaro Vindas (**)	Álvaro Vindas (**)
Outros encargos	Experiência STEA (***)	Experiência STEA (***)

(*) C.A.P. - Caixa de Aposentados e Pensionistas utilizada como base para desenvolver a tabela de mortalidade nos cálculos atuariais.

(**) Álvaro Vindas - Tabela de Invalidez utilizada nos cálculos atuariais.

(***) STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda.

O Conselho de Administração da Copesul, em maio de 2003, aprovou a institucionalização do Plano Copesul de Previdência Complementar, denominado COPESULPREV, um plano fechado, na modalidade de contribuição definida. Esse plano visa atender os colaboradores não abrangidos pelo antigo plano PETROS, hoje fechado a novos ingressos. A administração do plano se dará através da PETROS - Fundação Petrobras de Seguridade Social, de forma independente, desvinculado de qualquer outro plano de previdência hoje administrado por aquela entidade, atendendo os dispositivos da Lei Complementar nº 109/2001. As contribuições efetuadas pela Copesul durante 2007 totalizaram R\$ 1.350 (2006 - R\$ 1.129).

(d) Ipiranga Química e IPQ

As controladas Ipiranga Química e IPQ são patrocinadoras da Fundação Francisco Martins Bastos - FFMB, entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária aos funcionários das Empresas Petróleo Ipiranga.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, as Controladas efetuaram contribuições ao plano de benefício nos montantes de R\$ 1.736 para o benefício básico e de R\$ 516 para o benefício suplementar, respectivamente. Os valores relacionados aos benefícios complementares e ao plano previdenciário foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Forster & Crosby Ltda. em 31 de dezembro de 2007 e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a NPC 26.

A conciliação do passivo de benefícios pós-emprego em 31 de dezembro é como segue:

	2007
Valor presente das obrigações cobertas	(136.471)
Valor presente das obrigações descobertas	(11.017)
Valor justo dos ativos	153.170
Perdas atuariais não reconhecidas	(12.734)
	<hr/>
Passivo líquido de benefícios pós-emprego	(7.052)
	<hr/>
No passivo circulante	(1.712)
No passivo não circulante	(5.340)
	<hr/>

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais, a ser reconhecida como receita ou despesa, é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- (i) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- (ii) 10% do valor justo dos ativos do plano.

A parcela que exceder os limites será amortizada anualmente dividindo-se o seu montante pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores reconhecidos nas demonstrações dos resultados são conforme segue:

	2007
Custo do serviço corrente	3.103
Custo dos juros	13.185
Rendimento esperado sobre os ativos	(15.453)
Amortização de perdas atuariais	165
Contribuições dos empregados	(1.024)
Total de despesas (receitas) no ano	(24)

Os movimentos no passivo líquido de benefícios pós-emprego podem ser demonstrados como segue:

	2007
Passivo líquido no início do exercício	(6.819)
Despesas (receitas) no ano	70
Contribuições reais da Companhia no ano	1.641
Benefícios reais pagos no ano	776
ajustes	(2.720)
Passivo líquido no final do exercício	(7.052)

As principais premissas atuariais utilizadas são conforme segue (percentual ao ano):

	2007
. Taxa de desconto a valor presente da obrigação	10,2
. Taxa de retorno de longo prazo esperada para os	10,2
. Taxa média de crescimento salarial projetada	6,1
. Taxa de inflação (longo prazo)	4,0
. Taxa de crescimento dos serviços médicos	7,1

Premissas biométricas utilizadas:

- . Tábua de mortalidade - AT 1983 Basic desagregada em 10% (*)
- . Tábua de rotatividade - Towers Perrin ajustada
- . Tábua de mortalidade de inválidos - RRB 1983
- . Tábua de entrada de invalidez - RRB 1944 modificada

(*) Para o benefício de Seguro de Vida foi utilizada a tábua de mortalidade CSO-80.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os estudos realizados pela assessoria atuarial da FFMB, a Towers Perrin, apontaram impactos atuariais positivos no Plano a partir do exercício de 2005, com conseqüente redução nos passivos pós-emprego, relativos aos benefícios de aposentadoria. O impacto negativo no exercício de 2007 no valor de R\$ 233, foi reconhecido no resultado da empresa na rubrica "Outras receitas operacionais".

29 Compromissos de compra de matéria-prima

A Companhia mantém contratos de compra de energia elétrica para consumo em suas instalações industriais localizadas nos estados de Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul. O compromisso anual mínimo estabelecido nesses contratos, cujo prazo é de quatro anos, monta a R\$ 248.459.

A Companhia adquire, da Copesul, eteno e propeno para suas unidades do Pólo Petroquímico do Sul mediante um contrato que se estende até 2014. O compromisso mínimo anual de compra corresponde a 275.400 toneladas métricas de eteno e 267.720 toneladas métricas de propeno. Considerando-se os preços vigentes em 31 de dezembro de 2007, esse compromisso corresponde a R\$ 1.257.727 (não auditado). Se a Companhia não adquirir o volume mínimo, ela deverá pagar 40% do preço atual da quantidade não comprada. Com base em 40% dos preços praticados em 31 de dezembro de 2007, este valor seria de R\$ 484.512 (não auditado).

A Braskem compra nafta mediante contratos com volume mínimo anual de compra equivalente a R\$ 5.771.260 (não auditado), com base no preço de mercado praticado em 31 de dezembro de 2007.

30 Eventos subsequentes

A Lei nº 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Sociedades por Ações). Estas alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2008.

Dentre as principais alterações, destacam-se os seguintes assuntos que na avaliação da Administração poderão modificar a forma de apresentação das demonstrações financeiras e os critérios de apuração da posição patrimonial e financeira e do resultado da Braskem e suas controladas a partir do exercício a findar-se em 2008:

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Foi extinta a obrigatoriedade da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR, sendo substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. No caso das companhias abertas, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA também foi introduzida como publicação obrigatória. A título de informação suplementar, a Braskem já divulga a DFC em seus relatórios trimestrais e anuais e a DVA em seus relatórios anuais.
- Bens e direitos intangíveis foram segregados dos tangíveis, ficando o ativo permanente classificado em investimentos, imobilizado, intangível e diferido. No ativo intangível são classificados os bens incorpóreos, inclusive o “goodwill” adquirido.
- Foi criada a rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no Patrimônio Líquido. Serão considerados ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado e a variação cambial de investimentos societários no exterior (este item será objeto de deliberação da CVM em 2008).
- No Ativo diferido serão registrados, apenas, os gastos pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.
- Os incentivos fiscais não serão classificados como reserva de capital, passando a fazer parte do resultado do exercício. Por determinação dos órgãos da administração, a Assembléia Geral poderá destinar a parcela do lucro correspondente a estes incentivos para a formação da Reserva de incentivos fiscais, criada como parte das reservas de lucros e podendo ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Desde o final de 2006, a Braskem já adota essa classificação para os incentivos que não determinam a sua contabilização em reserva de capital.
- Adicionalmente, foram alterados os critérios de avaliação do ativo e do passivo, com destaque para os seguintes pontos:
 - Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A aplicação desse dispositivo está condicionado à norma regulatória a ser expedida pela CVM durante o ano 2008;
 - Instrumentos financeiros “disponíveis para venda” ou “destinados à negociação” passam a ser avaliados a valor de mercado; e

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.
- Nas operações de transformação, incorporação, fusão ou cisão, entre partes independentes e em que ocorra a efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada ou resultante da fusão ou cisão serão contabilizados pelo seu valor de mercado.
- As participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa, deverão ser incluídas na demonstração do resultado do exercício.
- Foi eliminada a possibilidade de registro de reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A nova Lei deu opção às companhias para manterem os saldos existentes e realizarem esses saldos dentro das regras atuais ou estornarem esses saldos até o final do exercício de 2008.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Anexo I Informações suplementares Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Lucro líquido do exercício	543.220	77.753	547.584	101.349
Ajuste para reconciliação do lucro líquido:				
Depreciação, amortização e exaustão	932.095	865.255	1.203.622	962.399
Amortização de ágio (deságio), líquida	72.928	61.648	106.238	57.758
Participações em sociedades controladas e coligadas	(179.300)	(172.783)	147	(801)
Provisão (reversão) para perda em investimentos	2.659	(6.469)	903	
Incentivos fiscais			(3.448)	(20.504)
Variação cambial sobre investimentos	10.613	(2.709)	11.572	1.423
Ganhos (perdas) de participação em investimentos e outros	(84)	(1.092)	(8.141)	(11.721)
Ganhos (perdas) na baixa de ativo permanente	19.868	86	29.082	1.420
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	(22.287)	485.328	(148.620)	311.557
Participação dos acionistas minoritários			240.892	1.593
Reconhecimento de créditos tributários, líquidos	(110.704)	(94.352)	(110.111)	(94.491)
Imposto de renda diferido	(11.417)	(99.520)	103.289	(100.906)
Outros	(28.853)	2.778	(42.454)	5.603
	<u>1.228.738</u>	<u>1.115.923</u>	<u>1.930.555</u>	<u>1.214.679</u>
Efeito de incorporações no caixa de controladas	5.796	147.698	193.831	8.751
Efeitos financeiros de caixa	<u>394.336</u>	<u>290.536</u>	<u>503.807</u>	<u>203.453</u>
Geração de caixa antes das variações do capital circulante operacional	<u>1.628.870</u>	<u>1.554.157</u>	<u>2.628.193</u>	<u>1.426.883</u>
Variação do capital circulante operacional				
Títulos e valores mobiliários	438.541	(348.913)	253.947	(347.091)
Contas a receber de clientes	34.646	125.468	493.813	53.858
Estoques	68.428	(122.607)	28.301	(148.185)
Tributos a recuperar	301.237	(386.594)	313.549	(462.545)
Despesas antecipadas	47.782	(56.992)	48.368	(56.683)
Dividendos recebidos	49.618	175.970	2.000	2.000
Demais contas a receber	67.546	(13.968)	40.907	(34.625)
Fornecedores	(554.028)	355.115	286.166	415.044
Tributos, taxas e contribuições	(452.571)	(58.283)	(556.373)	(66.463)
Incentivos fiscais	49.494	11.829	53.130	32.430
Adiantamentos de clientes	(2.014)	(23.301)	(12.200)	(24.420)
Demais contas a pagar	14.894	127.558	(7.546)	133.347
Geração de caixa operacional antes dos efeitos financeiros	<u>1.692.443</u>	<u>1.339.439</u>	<u>3.572.255</u>	<u>923.550</u>
Exclusão de efeitos financeiros de caixa	<u>(394.336)</u>	<u>(290.536)</u>	<u>(503.806)</u>	<u>(203.453)</u>
Geração de caixa operacional contábil	<u>1.298.107</u>	<u>1.048.903</u>	<u>3.068.449</u>	<u>720.097</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração dos fluxos de caixa (continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Recursos recebidos na venda de investimentos	15.183	877	28.829	877
Adições ao investimento	(1.009.035)	(262.859)	(1.345.522)	(222.745)
Adições ao imobilizado e intangível	(793.610)	(808.260)	(1.374.372)	(953.003)
Adições ao diferido	(5.375)	(35.214)	(1.081.802)	(40.283)
Aplicação de caixa em investimentos	(1.792.837)	(1.105.456)	(3.772.867)	(1.215.154)
Divida de curto prazo				
Captações	821.149	1.956.949	4.339.531	2.793.519
Pagamentos	(1.583.048)	(3.036.822)	(6.366.457)	(3.926.742)
Divida de longo prazo				
Captações	1.618.923	2.119.979	3.579.839	2.235.793
Pagamentos	(315.817)	(619.654)	(399.557)	(659.063)
Partes relacionadas				
Captações	71.218	45.985	1.987	229
Pagamentos	(135.288)	(230.223)	(5.848)	(4.109)
Dividendos pagos a acionistas e participações dos acionistas minoritários	(37.410)	(322.176)	(43.837)	(343.398)
Integralização de capital			1.511	5.381
Ações em tesouraria		(192.650)		(192.650)
Recompra de ações			(60.249)	
Outros	678		590	(2.582)
Aplicação de caixa em financiamentos	440.405	(278.612)	1.047.510	(93.622)
Geração (aplicação) de caixa e equivalentes	(54.325)	(335.165)	343.091	(588.679)
Representado por				
Caixa e equivalentes, no início do exercício	1.125.925	1.461.090	1.547.060	2.135.740
Caixa e equivalentes, no final do exercício	1.071.600	1.125.925	1.890.151	1.547.061
Geração (aplicação) de caixa e equivalentes	(54.325)	(335.165)	343.091	(588.679)

Essa demonstração foi preparada seguindo os critérios descritos nas Normas e Procedimentos Contábeis - NPC 20 - Demonstração do Fluxo de Caixa, emitido pelo IBRACON.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Principais transações que não impactaram o caixa

As seguintes transações que não afetaram o caixa foram excluídas das demonstrações do fluxo de caixa:

- . Emissão de ações da Companhia e utilização de ações em tesouraria para aquisição de participação de minoritários de suas empresas controladas (Nota 1(c));
- . Capitalização de investimento com cessão de direito de uso (Nota 1(c));
- . Aquisição de ações da Politeo com liquidação prevista para novembro de 2007 (Nota 1(c));
- . Conversão de debêntures em ações (Nota 15); e
- . Adiantamento à Ultrapar por conta da incorporação das ações preferenciais pertencentes aos acionistas minoritários das empresas adquiridas (Nota 11(c)).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Anexo II Informações suplementares Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
1- Receitas	15.800.191	14.321.757	22.229.385	16.653.876
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	15.722.721	14.212.653	22.178.003	16.510.672
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.002)	(30.529)	(12.858)	(50.678)
1.3 Recuperação de tributos	110.902	125.753	119.989	125.890
1.4 Outras receitas operacionais, líquidas	330	6.132	11.475	61.007
1.5 Outras receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(31.760)	7.748	(67.224)	6.985
2- Insumos adquiridos de terceiros	(13.761.341)	(11.859.201)	(18.207.581)	(13.908.845)
2.1 Matérias-primas consumidas	(12.596.019)	(10.833.867)	(16.174.067)	(12.628.277)
2.2 Custo dos produtos revendidos	(65.037)	(22.633)	(534.008)	(17.270)
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.100.285)	(1.002.701)	(1.499.506)	(1.263.298)
Produção	(161.315)	(327.061)	(342.236)	(442.603)
Vendas	(284.218)	(141.884)	(428.999)	(218.127)
Administrativas	(237.457)	(207.068)	(287.839)	(249.616)
Despesas com fretes	(417.295)	(326.688)	(440.432)	(352.952)
2.3 Perda/Recuperação de valores ativos				
3- Valor adicionado bruto	2.038.850	2.462.556	4.021.804	2.745.031
4- Retenções	(932.095)	(865.255)	(1.203.622)	(962.399)
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	(932.095)	(865.255)	(1.203.622)	(962.399)
5- Valor adicionado produzido pela Companhia	1.106.755	1.597.301	2.818.182	1.782.632
6- Valor adicionado recebido em transferência	(53.577)	176.353	(220.812)	53.741
6.1 Resultado de equivalência patrimonial	93.184	121.405	(107.271)	(28.897)
6.2 Receitas financeiras	(146.761)	54.948	(113.541)	82.638
7- Valor adicionado total a distribuir	1.053.178	1.773.654	2.597.370	1.836.373

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração do valor adicionado (continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
8- Distribuição do valor adicionado	1.053.178	1.773.654	2.597.370	1.836.373
8.1- Pessoal e encargos	358.131	413.882	588.794	517.885
Salários e encargos	189.940	319.352	377.188	407.788
Honorários dos administradores	9.189	8.331	15.685	12.091
Outros benefícios	159.002	86.199	195.921	98.006
8.2- Impostos, taxas e contribuições	21.996	432.878	998.397	176.377
Federais	662.470	475.488	1.436.182	535.988
Estaduais	(577.118)	(35.663)	(378.573)	(340.617)
Municipais	1.996	4.882	6.176	9.041
(-) Incentivos	(65.352)	(11.829)	(65.388)	(28.035)
8.3- Juros e aluguéis	80.338	837.312	172.523	1.011.135
Juros	(28.453)	725.175	55.688	897.228
Aluguéis	108.791	112.137	116.835	113.907
8.4- Distribuição aos acionistas	278.457	36.933	278.457	36.933
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	278.457	36.933	278.457	36.933
8.5- Participação dos minoritários nos lucros retidos			240.850	1.593
8.6- Lucros retidos do exercício	314.257	52.649	318.349	92.450
Reserva legal	27.161	3.888	27.332	3.888
Retenção de lucros	237.602	36.932	241.523	60.527
Incentivos fiscais	49.494	11.829	49.494	28.035

* * *

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

15.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Campo: 10.01 – Relatório de Administração

Inclusão de quadro de reconciliação do resultado 2007, pró-forma

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	9
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	11
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	12
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	13
07	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	14
07	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	15
08	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	17
09	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS	19
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	21
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	24
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	54
15	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	143

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00482-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL BRASKEM S.A.	3 - CNPJ 42.150.391/0001-70
4 - NIRE 2920006993		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Eteno, 1561		2 - BAIRRO OU DISTRITO COPEC	
3 - CEP 42810-000	4 - MUNICÍPIO Camaçari		5 - UF BA
6 - DDD 071	7 - TELEFONE 3413-1000	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
11 - DDD 071	12 - FAX 3632-5102	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL www.braskem.com.br			
10 - TELEX			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Carlos José Fadigas de Souza Filho			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. das Nações Unidas, 8.501 - 25o. and		3 - BAIRRO OU DISTRITO Pinheiros	
4 - CEP 05425-070	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 3576-9735	9 - TELEFONE 3576-9734	10 - TELEFONE -
12 - DDD 011	13 - FAX 3576-9532	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL carlos.fadigas@braskem.com.br			
11 - TELEX			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2008	31/12/2008
2 - Penúltimo	01/01/2007	31/12/2007
3 - Antepenúltimo	01/01/2006	31/12/2006
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG Auditores Independentes		5 - CÓDIGO CVM 00418-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Anselmo Neves Macedo		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 033.169.788-28

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2008	2 31/12/2007	3 31/12/2006
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	190.462	149.811	123.492
2 - Preferenciais	317.079	299.622	246.910
3 - Total	507.541	449.433	370.402
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	16.595	14.409
6 - Total	0	16.595	14.409

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1020 - Petroquímicos e Borracha
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Indústria Petroquímica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Parcial

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
01	08.486.375/0001-15	Alclor Química de Alagoas Ltda.
02	16.151.532/0001-60	CODEVERDE Cia. Desenvolvimento Rio Verde
03	94.845.674/0001-30	Refinaria Petroquímica Ipiranga S.A.

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	26/03/2008	Dividendo	07/04/2008	ON	0,6440000000
02	AGO	26/03/2008	Dividendo	07/04/2008	PNA	0,6440000000
03	AGO	26/03/2008	Dividendo	26/03/2008	PNB	0,6440000000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00482-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL BRASKEM S.A.	3 - CNPJ 42.150.391/0001-70
---------------------------	--	--------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 03/03/2009	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	22.711.352	17.084.175	15.751.832
1.01	Ativo Circulante	7.559.374	4.359.669	4.909.025
1.01.01	Disponibilidades	2.925.188	1.246.931	1.974.931
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.588.173	1.201.544	1.125.925
1.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	337.015	45.387	849.006
1.01.02	Créditos	955.260	1.155.735	891.794
1.01.02.01	Clientes	955.260	1.019.037	891.794
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	136.698	0
1.01.02.02.01	Investimentos em Alienação	0	136.698	0
1.01.03	Estoques	2.843.580	1.542.960	1.443.876
1.01.04	Outros	835.346	414.043	598.424
1.01.04.01	Tributos a Recuperar	585.392	171.413	336.350
1.01.04.02	Imp.Renda/C.Social Diferidos	56.018	59.560	19.573
1.01.04.03	Dividendos e JCP a Receber	7.162	45.135	71.908
1.01.04.04	Desp.Pagas Antecipadamente	65.298	57.260	76.049
1.01.04.05	Demais Contas a Receber	121.476	80.675	94.544
1.02	Ativo Não Circulante	15.151.978	12.724.506	10.842.807
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.158.625	2.389.085	1.546.968
1.02.01.01	Créditos Diversos	2.027.849	1.459.817	1.268.368
1.02.01.01.01	Títulos e Valores Mobiliários	9.717	0	63.460
1.02.01.01.02	Clientes	46.666	41.464	51.766
1.02.01.01.03	Estoques	20.637	22.790	22.946
1.02.01.01.04	Tributos a Recuperar	1.199.922	932.652	698.497
1.02.01.01.05	Imp.Renda/C.Social Diferidos	640.367	366.480	361.089
1.02.01.01.06	Dep.Judiciais/Emp.Compulsórios	110.540	96.431	70.610
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	85.924	895.017	229.308
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	830.461	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	85.924	64.556	229.308
1.02.01.03	Outros	44.852	34.251	49.292
1.02.01.03.01	Demais Contas a Receber	44.852	34.251	49.292
1.02.02	Ativo Permanente	12.993.353	10.335.421	9.295.839
1.02.02.01	Investimentos	389.246	2.396.167	1.847.297
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	23.044	23.853	25.604
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	354.357	845.131	1.813.326
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	11.845	8.239	8.367
1.02.02.01.06	Adto.p/Aquis.de Investimentos	0	1.518.944	0
1.02.02.02	Imobilizado	10.123.718	6.391.819	5.994.130
1.02.02.03	Intangível	2.372.942	1.485.790	129.126

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
1.02.02.04	Diferido	107.447	61.645	1.325.286

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	22.711.352	17.084.175	15.751.832
2.01	Passivo Circulante	7.489.102	4.410.636	5.294.054
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.114.301	425.346	675.674
2.01.02	Debêntures	26.276	20.474	1.157.356
2.01.03	Fornecedores	4.865.040	2.421.594	2.907.312
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	102.155	94.072	86.670
2.01.05	Dividendos a Pagar	6.604	281.241	40.221
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	374.726	1.167.909	426.821
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	206.144	183.649	122.115
2.01.08.02	Adiantamentos de Clientes	47.717	12.934	11.845
2.01.08.03	Demais Provisões e Contas a Pagar	120.865	90.178	90.847
2.01.08.04	Impost. de Renda e Contrib. Social Difer	0	157	48.822
2.01.08.05	Credores por Aquisição de Investimentos	0	880.991	153.192
2.02	Passivo Não Circulante	11.530.369	6.907.251	5.989.207
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	11.530.369	6.907.251	5.989.207
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.027.800	4.748.391	3.591.687
2.02.01.02	Debêntures	800.000	800.000	950.000
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	132.759	95.827	7.050
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	1.569.810	1.263.033	1.440.470
2.02.01.06.01	Fornecedores	18.675	26.338	21.426
2.02.01.06.02	Operações de "Hedge"	109.444	0	0
2.02.01.06.03	Impostos e Contribuições a Recolher	1.221.668	1.105.110	1.279.698
2.02.01.06.04	Incentivo de Longo Prazo	10.453	4.879	2.272
2.02.01.06.05	Imp de Renda e Contri Social Diferido	9.975	7.346	7.935
2.02.01.06.06	Planos de Previdência Privada	16.307	19.565	58.554
2.02.01.06.07	Demais Contas a Pagar	183.288	99.795	70.585
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	21.060
2.05	Patrimônio Líquido	3.691.881	5.766.288	4.447.511
2.05.01	Capital Social Realizado	5.375.802	4.640.947	3.508.272
2.05.02	Reservas de Capital	407.964	408.647	408.647
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	795.204	530.592
2.05.04.01	Legal	0	99.972	72.811
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	939.688	652.336
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	(244.456)	(194.555)
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	0	(244.456)	(194.555)
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(102.100)	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(102.100)	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(1.989.785)	(78.510)	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	16.126.265	17.342.383	14.256.071
3.01.01	Mercado Interno	14.309.912	12.880.213	11.831.709
3.01.02	Mercado Externo	1.816.353	4.462.170	2.424.362
3.02	Deduções da Receita Bruta	(4.076.509)	(3.679.928)	(3.324.628)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	12.049.756	13.662.455	10.931.443
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(10.076.411)	(11.509.209)	(9.303.288)
3.05	Resultado Bruto	1.973.345	2.153.246	1.628.155
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(4.561.069)	(1.514.768)	(1.657.226)
3.06.01	Com Vendas	(393.258)	(429.380)	(283.847)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(945.635)	(885.048)	(713.477)
3.06.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	(548.681)	(547.811)	(464.847)
3.06.02.02	Honorários dos Administradores	(12.290)	(9.189)	(9.186)
3.06.02.03	Depreciações e Amortizações	(438.642)	(455.195)	(371.329)
3.06.02.04	Outras Receitas Operacionais, Liquidas	53.978	127.147	131.885
3.06.03	Financeiras	(3.367.932)	(178.886)	(781.307)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	689.234	(543.672)	54.948
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(4.057.166)	364.786	(836.255)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	145.756	(21.454)	121.405
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	191.361	182.276	172.783
3.06.06.02	Amortização de Ágio e Deságio, Líquida	(36.035)	(200.965)	(61.648)
3.06.06.03	Provisão para Perda	(9.695)	(2.659)	6.469
3.06.06.04	Outros	125	(106)	1.092
3.06.06.05	Variação Cambial	0	0	2.709
3.07	Resultado Operacional	(2.587.724)	638.478	(29.071)
3.08	Resultado Não Operacional	(149.589)	(31.760)	7.748
3.08.01	Receitas	0	0	7.748
3.08.02	Despesas	(149.589)	(31.760)	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(2.737.313)	606.718	(21.323)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(546)	(87)	(444)
3.11	IR Diferido	230.936	10.807	99.520
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(2.506.923)	617.438	77.753

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2008 a 31/12/2008	4 -01/01/2007 a 31/12/2007	5 -01/01/2006 a 31/12/2006
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	507.541	432.838	355.993
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)		1,42649	0,21841
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(4,93935)		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.585.765	843.749	796.602
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.308.104	1.262.361	1.526.146
4.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(2.506.923)	617.438	77.753
4.01.01.02	Depreciação, Amortização e Exaustão	950.592	1.080.689	865.255
4.01.01.03	Amortização de Ágio (Deságio) Líquida	36.035	72.928	61.648
4.01.01.04	Partic. Sociedades Controladas-Coligadas	(191.361)	(182.276)	(172.783)
4.01.01.05	Perdas (Ganhos) Partic. em Investimentos	(125)	(84)	(3.801)
4.01.01.06	Prov.Perdas e Baixas - Ativo Permanente	56.723	22.527	(6.383)
4.01.01.07	Juros, Var. Monet. e Cambiais - Líquidas	3.192.763	(31.410)	485.328
4.01.01.08	Reconhecimento de Créditos Tributários	0	(110.704)	(94.352)
4.01.01.09	Participação dos Acionistas Minoritários	0	0	0
4.01.01.10	Imp.Renda e C.Social Correntes/Diferidos	(230.390)	(10.720)	(99.520)
4.01.01.11	Outros	(16.000)	(201.823)	2.778
4.01.01.12	Efeito Incorp.Caixa Controladas Conjunto	16.790	5.796	410.223
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.194.893	(75.228)	(214.718)
4.01.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	(244.299)	435.085	(348.913)
4.01.02.02	Contas a Receber de Clientes	719.378	54.353	125.468
4.01.02.03	Estoques	(425.480)	17.836	(122.607)
4.01.02.04	Tributos a Recuperar	(44.911)	250.601	(386.594)
4.01.02.05	Despesas Antecipadas	(8.038)	47.771	(56.992)
4.01.02.06	Dividendos Recebidos	40.144	49.618	175.970
4.01.02.07	Demais Contas a Receber	(32.919)	80.481	(13.968)
4.01.02.08	Fornecedores	1.199.732	(596.608)	355.115
4.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	13.037	(439.529)	(58.283)
4.01.02.10	Incentivos de Longo Prazo	5.574	49.494	11.829
4.01.02.11	Adiantamento de Clientes	28.739	(12.046)	(23.301)
4.01.02.12	Demais Contas a Pagar	(56.064)	(12.284)	127.558
4.01.03	Outros	(917.232)	(343.384)	(514.826)
4.01.03.01	Juros Pagos	(463.688)	(301.368)	0
4.01.03.02	Imposto de Renda e Cont. Social Pagos	(20.878)	(13.867)	0
4.01.03.03	Dividendos Pagos a Acionistas	(274.290)	(37.410)	(322.176)
4.01.03.04	Aumento de Capital	0	8.672	0
4.01.03.05	Recompra de Ações	(186.794)	0	0
4.01.03.06	Ações em Tesouraria	0	0	(192.650)
4.01.03.07	Outros	28.418	589	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(1.762.767)	(1.856.570)	(1.105.456)
4.02.01	Recursos Recebidos Venda At.Permanente	250.219	15.183	877
4.02.02	Adições ao Investimento	(676.778)	(1.009.035)	(262.859)
4.02.03	Adições ao Imobilizado	(960.568)	(704.792)	(808.260)
4.02.04	Adições ao Intangível	(293.711)	(97.200)	0
4.02.05	Adições ao Diferido	(19.138)	(6.689)	(35.214)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2008 a 31/12/2008	4 -01/01/2007 a 31/12/2007	5 -01/01/2006 a 31/12/2006
4.02.06	Encargos Financ. Pagos e Capitalizados	(62.791)	(54.037)	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	1.563.631	825.915	236.214
4.03.01	Dívida de Curto Prazo, Líquida	(1.839.172)	(393.800)	(1.079.873)
4.03.02	Dívida de Longo Prazo, Líquida	3.776.324	1.280.219	1.500.325
4.03.03	Partes Relacionadas, Líquida	(373.521)	(60.504)	(184.238)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	1.386.629	(186.906)	(72.640)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.201.544	1.388.450	1.461.090
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.588.173	1.201.544	1.388.450

01.01 - IDENTIFICAÇÃO		1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
		00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)								
2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
5.01	Saldo Inicial	4.640.947	408.647	0	795.204	(78.510)	0	5.766.288
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	4.640.947	408.647	0	795.204	(78.510)	0	5.766.288
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(2.506.923)	0	(2.506.923)
5.05	Destinações	0	0	0	(595.300)	595.648	0	348
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	348	0	348
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	(595.300)	595.300	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(102.100)	(102.100)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	734.855	0	0	0	0	0	734.855
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	(199.904)	0	0	(199.904)
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	(683)	0	0	0	0	(683)
5.13	Saldo Final	5.375.802	407.964	0	0	(1.989.785)	(102.100)	3.691.881

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	3.508.272	408.647	0	530.592	0	0	4.447.511
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(103.230)	0	(103.230)
5.03	Saldo Ajustado	3.508.272	408.647	0	530.592	0	0	4.344.281
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	617.438	0	617.438
5.05	Destinações	0	0	0	0	(542.969)	0	(278.205)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(278.205)	0	(278.205)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	(264.764)	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	0	(27.161)	0	0
5.05.03.02	Retenção de Lucros	0	0	0	0	(237.603)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	1.132.675	0	0	0	0	0	1.132.675
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	(49.901)	0	0	(49.901)
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	49.749	(49.749)	0	0
5.12.02	Transferência para Reserva	0	0	0	252	(252)	0	0
5.12.03	Incentivos Fiscais	0	0	0	49.497	(49.497)	0	0
5.13	Saldo Final	4.640.947	408.647	0	795.204	(78.510)	0	5.766.288

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial		3.402.968	396.818	0	847.312	0	4.647.098
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores		0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado		3.402.968	396.818	0	847.312	0	4.647.098
5.04	Lucro / Prejuízo do Período		0	0	0	77.753	0	77.753
5.05	Destinações		0	0	0	40.820	(77.753)	(36.933)
5.05.01	Dividendos		0	0	0	0	(36.933)	(36.933)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio		0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações		0	0	0	40.820	(40.820)	0
5.05.03.01	Reserva Legal		0	0	0	3.888	(3.888)	0
5.05.03.02	Retenção de Lucros		0	0	0	36.932	(36.932)	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros		0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial		0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários		0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão		0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios		0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	105.304	0	0	0	0	0	105.304
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital		0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria		0	0	0	(192.650)	0	(192.650)
5.11	Outras Transações de Capital		0	0	0	0	0	0
5.12	Outros		0	11.829	0	(164.890)	0	(153.061)
5.12.01	Incentivos Fiscais		0	11.829	0	0	0	11.829
5.12.02	Efeito da Mudança de Critério Contábil		0	0	0	(164.890)	0	(164.890)
5.12.03	Transf.Res.p/Absorção Ajuste Exerc.Anter		0	0	0	164.890	0	0
5.13	Saldo Final	3.508.272		408.647	0	530.592	0	4.447.511

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
6.01	Receitas	15.806.404	17.341.118	14.321.757
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	15.877.107	17.263.594	14.212.653
6.01.02	Outras Receitas	(55.991)	79.532	139.633
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(14.712)	(2.008)	(30.529)
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(14.894.031)	(15.153.325)	(11.859.201)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(13.718.001)	(14.021.759)	(10.856.500)
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(1.111.714)	(1.131.566)	(1.002.701)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	(64.316)	0	0
6.02.04	Outros	0	0	0
6.03	Valor Adicionado Bruto	912.373	2.187.793	2.462.556
6.04	Retenções	(950.592)	(1.080.689)	(865.255)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(950.592)	(1.080.689)	(865.255)
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	(38.219)	1.107.104	1.597.301
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	834.990	(565.126)	176.353
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	191.361	182.276	121.405
6.06.02	Receitas Financeiras	689.234	(543.672)	54.948
6.06.03	Outros	(45.605)	(203.730)	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	796.771	541.978	1.773.654
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	796.771	541.978	1.773.654
6.08.01	Pessoal	338.352	360.757	413.882
6.08.01.01	Remuneração Direta	218.647	172.583	327.683
6.08.01.02	Benefícios	82.048	159.002	86.199
6.08.01.03	F.G.T.S.	37.657	29.172	0
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	(1.130.878)	(107.367)	432.878
6.08.02.01	Federais	(149.053)	533.107	475.488
6.08.02.02	Estaduais	(983.780)	(642.470)	(47.492)
6.08.02.03	Municipais	1.955	1.996	4.882
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.096.220	(328.848)	837.312
6.08.03.01	Juros	4.005.053	(438.695)	725.175
6.08.03.02	Aluguéis	91.167	109.847	112.137
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	(2.506.923)	199.947	36.933
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	0	278.457	36.933
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(2.506.923)	(78.510)	0
6.08.05	Outros	0	417.489	52.649
6.08.05.01	Reserva Legal	0	27.161	3.888
6.08.05.02	Retenção de Lucros	0	237.601	36.932

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2008 a 31/12/2008	4 -01/01/2007 a 31/12/2007	5 -01/01/2006 a 31/12/2006
6.08.05.03	Incentivos Fiscais	0	49.497	11.829
6.08.05.04	Ajustes iniciais da Lei 11.638/07	0	103.230	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	22.701.942	20.780.677	16.304.322
1.01	Ativo Circulante	7.752.081	6.619.122	5.950.996
1.01.01	Disponibilidades	2.948.615	2.138.850	1.960.952
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes	2.611.600	1.890.151	1.547.061
1.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	337.015	248.699	413.891
1.01.02	Créditos	996.187	1.496.976	1.594.858
1.01.02.01	Clientes	996.187	1.496.976	1.594.858
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	2.948.096	2.264.272	1.767.275
1.01.04	Outros	859.183	719.024	627.911
1.01.04.01	Tributos a Recuperar	610.712	310.311	408.082
1.01.04.02	Imp de Renda e Contrib Social Diferidos	59.555	85.815	20.625
1.01.04.03	Despesas Pagas Antecipadamente	65.840	72.502	84.586
1.01.04.04	Demais Contas a Receber	123.076	109.762	114.618
1.01.04.05	Investimento em Alienação	0	136.698	0
1.01.04.06	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	0	3.936	0
1.02	Ativo Não Circulante	14.949.861	14.161.555	10.353.326
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.147.719	1.959.105	1.597.161
1.02.01.01	Créditos Diversos	2.055.738	1.862.620	1.497.775
1.02.01.01.01	Títulos e Valores Mobiliários	11.550	119.789	1.628
1.02.01.01.02	Contas a Receber de Clientes	47.129	41.927	52.542
1.02.01.01.03	Estoques	20.637	22.790	22.946
1.02.01.01.04	Tributos a Recuperar	1.201.816	1.175.008	953.102
1.02.01.01.05	Imp de Renda e Contri Social Diferidos	654.463	395.452	377.041
1.02.01.01.06	Depósitos Judiciais Compulsório	120.143	107.654	90.516
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	45.880	48.531	40.733
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	45.880	0	40.733
1.02.01.03	Outros	46.101	47.954	58.653
1.02.02	Ativo Permanente	12.802.142	12.202.450	8.756.165
1.02.02.01	Investimentos	36.786	1.073.183	46.771
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	23.044	24.445	26.187
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	1.034.898	6.528
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	13.742	13.840	14.056
1.02.02.02	Imobilizado	10.278.401	8.404.079	6.688.699
1.02.02.03	Intangível	2.378.707	2.614.581	129.450
1.02.02.04	Diferido	108.248	110.607	1.891.245

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	22.701.942	20.780.677	16.304.322
2.01	Passivo Circulante	7.573.673	5.890.091	5.506.952
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.119.995	1.068.351	653.898
2.01.02	Debêntures	26.276	111.632	1.157.687
2.01.03	Fornecedores	4.906.747	2.935.114	3.022.085
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	105.606	161.825	122.840
2.01.05	Dividendos a Pagar	6.604	307.945	41.425
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	408.445	1.305.224	509.017
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	218.052	260.807	148.935
2.01.08.02	Imp de Renda e Contr Social Corr e Dif	247	15.365	14.425
2.01.08.03	Adiantamentos de Clientes	49.015	23.448	26.740
2.01.08.04	Credores por Aquisição de Investimentos	0	880.991	153.192
2.01.08.05	Prêmios de Seguros a Pagar	0	0	50.039
2.01.08.06	Demais Provisões e Contas a Pagar	141.131	124.613	115.686
2.02	Passivo Não Circulante	11.448.412	8.614.129	6.433.311
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	11.448.412	8.614.129	6.433.311
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.039.821	6.401.947	3.935.794
2.02.01.02	Debêntures	800.000	800.000	982.190
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	1.608.591	1.412.182	1.515.327
2.02.01.06.01	Fornecedores	18.675	29.654	21.426
2.02.01.06.02	Impostos e Contribuições	1.231.236	1.145.816	1.321.961
2.02.01.06.03	Sociedades Ligadas	0	0	4.791
2.02.01.06.04	Incentivo de Longo Prazo	10.453	4.879	2.272
2.02.01.06.05	Imp de Renda e Cont Social Diferidos	23.302	64.451	17.274
2.02.01.06.06	Planos de Previdência Privada	20.041	35.727	64.205
2.02.01.06.07	Demais Contas a Pagar	304.884	131.655	83.398
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	30.405
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	597.949	21.767
2.05	Patrimônio Líquido	3.679.857	5.678.508	4.311.887
2.05.01	Capital Social Realizado	5.375.802	4.640.947	3.508.272
2.05.02	Reservas de Capital	407.964	408.647	408.650
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	707.424	394.965
2.05.04.01	Legal	0	99.972	72.811

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	865.018	577.708
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	(257.566)	(255.554)
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	0	(257.566)	(255.554)
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(102.100)	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(102.100)	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(2.001.809)	(78.510)	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	23.020.408	22.437.429	16.545.278
3.02	Deduções da Receita Bruta	(5.060.901)	(4.794.938)	(3.552.582)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	17.959.507	17.642.491	12.992.696
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(15.140.774)	(14.331.345)	(10.792.056)
3.05	Resultado Bruto	2.818.733	3.311.146	2.200.640
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(5.372.902)	(2.035.177)	(2.117.670)
3.06.01	Com Vendas	(492.694)	(554.243)	(398.953)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(660.164)	(671.628)	(539.515)
3.06.03	Financeiras	(3.684.526)	(376.748)	(938.408)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	718.586	(588.792)	159.519
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(4.403.112)	212.044	(1.097.927)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	86.001	131.465	186.142
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(557.829)	(499.449)	(398.039)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(63.690)	(64.574)	(28.897)
3.07	Resultado Operacional	(2.554.169)	1.275.969	82.970
3.08	Resultado Não Operacional	(158.700)	(67.224)	7.120
3.08.01	Receitas	0	0	7.120
3.08.02	Despesas	(158.700)	(67.224)	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(2.712.869)	1.208.745	90.090
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(23.672)	(224.053)	(88.054)
3.11	IR Diferido	301.837	(103.289)	100.906
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(18.900)	(18.709)	0
3.12.01	Participações	(18.900)	(18.709)	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(38.503)	(240.892)	(1.593)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(2.492.107)	621.802	101.349
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	507.541	432.838	355.993
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)		1,43657	0,28469
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(4,91016)		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.463.131	2.566.274	186.847
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.966.097	2.468.383	1.223.430
4.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(2.492.107)	621.802	101.349
4.01.01.02	Depreciação, Amortização e Exaustão	1.224.348	1.178.901	962.399
4.01.01.03	Amortização de Ágio (Deságio) Líquida	40.388	106.238	57.758
4.01.01.04	Partic. Sociedades Controladas-Coligadas	10.868	147	(801)
4.01.01.05	Perdas (Ganhos) Partic. em Investimentos	2.739	(11.589)	(30.802)
4.01.01.06	Prov.Perdas e Baixas - Ativo Permanente	83.751	29.985	1.420
4.01.01.07	Juros, Var. Monet. e Cambiais - Líquidas	3.275.061	(78.173)	311.557
4.01.01.08	Reconhecimento de Créditos Tributários	0	(110.111)	(94.491)
4.01.01.09	Participação dos Acionistas Minoritários	38.503	240.892	1.593
4.01.01.10	Imp.Renda e C.Social Correntes/Diferidos	(278.165)	327.342	(100.906)
4.01.01.11	Outros	1.825	(30.882)	5.603
4.01.01.12	Efeito Incorp.Caixa Controladas Conjunto	58.886	193.831	8.751
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.665.155	1.047.958	(503.333)
4.01.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	79.259	253.947	(347.091)
4.01.02.02	Contas a Receber de Clientes	492.795	220.263	53.858
4.01.02.03	Estoques	(681.671)	28.301	(148.185)
4.01.02.04	Tributos a Recuperar	(205.288)	313.549	(462.545)
4.01.02.05	Despesas Antecipadas	7.292	48.368	(56.683)
4.01.02.06	Dividendos Recebidos	8.801	2.000	2.000
4.01.02.07	Demais Contas a Receber	(19.458)	40.907	(34.625)
4.01.02.08	Fornecedores	1.962.404	286.166	415.044
4.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	17.160	(178.928)	(66.463)
4.01.02.10	Incentivos de Longo Prazo	5.574	53.130	32.430
4.01.02.11	Adiantamento de Clientes	25.567	(12.200)	(24.420)
4.01.02.12	Demais Contas a Pagar	(27.280)	(7.545)	133.347
4.01.03	Outros	(1.168.121)	(950.067)	(533.250)
4.01.03.01	Juros Pagos	(572.060)	(470.636)	0
4.01.03.02	Imposto de Renda e Cont. Social Pagos	(120.963)	(377.445)	0
4.01.03.03	Dividendos Pagos a Acionistas	(300.994)	(43.837)	(343.398)
4.01.03.04	Aumento de Capital	1.674	1.511	5.381
4.01.03.05	Recompra de Ações	(186.794)	(60.249)	0
4.01.03.06	Ações em Tesouraria	0	0	(192.650)
4.01.03.07	Outros	11.016	589	(2.583)
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(2.213.687)	(3.843.314)	(1.215.154)
4.02.01	Recursos Recebidos Venda At.Permanente	250.219	28.829	877
4.02.02	Adições ao Investimento	(653.764)	(1.345.522)	(222.745)
4.02.03	Adições ao Imobilizado	(1.404.218)	(1.277.172)	(953.003)
4.02.04	Adições ao Intangível	(278.072)	(1.155.353)	0
4.02.05	Adições ao Diferido	(56.610)	(23.649)	(40.283)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2008 a 31/12/2008	4 -01/01/2007 a 31/12/2007	5 -01/01/2006 a 31/12/2006
4.02.06	Encargos Financ. Pagos e Capitalizados	(71.242)	(70.447)	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	472.005	1.620.131	439.627
4.03.01	Dívida de Curto Prazo, Líquida	(2.505.396)	(1.556.290)	(1.133.223)
4.03.02	Dívida de Longo Prazo, Líquida	2.977.401	3.180.282	1.576.730
4.03.03	Partes Relacionadas, Líquida	0	(3.861)	(3.880)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	721.449	343.091	(588.680)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.890.151	1.547.060	2.135.740
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.611.600	1.890.151	1.547.060

01.01 - IDENTIFICAÇÃO		1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
		00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)									
1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
5.01	Saldo Inicial	4.640.947	408.647	0	795.204	(78.510)	0	5.766.288	
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	
5.03	Saldo Ajustado	4.640.947	408.647	0	795.204	(78.510)	0	5.766.288	
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(2.506.923)	0	(2.506.923)	
5.05	Destinações	0	0	0	(595.300)	595.648	0	348	
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	348	0	348	
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0	
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	(595.300)	595.300	0	0	
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0	
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(102.100)	(102.100)	
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0	
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0	
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	734.855	0	0	0	0	0	734.855	
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0	
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	(199.904)	0	0	(199.904)	
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0	
5.12	Outros	0	(683)	0	0	(12.024)	0	(12.707)	
5.13	Saldo Final	5.375.802	407.964	0	0	(2.001.809)	(102.100)	3.679.857	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

10.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.12.01	Incentivos Fiscais	0	0	0	0	0	0	0
5.12.02	Efeitos de Consolidação de Investimentos	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	0	0	0	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

10.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.12.01	Efeito Mudança de Critério-IBRACON 01/06	0	0	0	0	0	0	0
5.12.02	Incentivos Fiscais	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	0	0	0	0	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
6.01	Receitas	22.685.640	22.203.034	16.653.876
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	22.730.955	22.151.652	16.510.672
6.01.02	Outras Receitas	(33.092)	64.240	193.882
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(12.223)	(12.858)	(50.678)
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(20.474.606)	(18.098.137)	(13.908.845)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(18.998.495)	(16.598.478)	(12.645.547)
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(1.411.795)	(1.499.659)	(1.263.298)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	(64.316)	0	0
6.02.04	Outros	0	0	0
6.03	Valor Adicionado Bruto	2.211.034	4.104.897	2.745.031
6.04	Retenções	(1.224.348)	(1.178.901)	(962.399)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.224.348)	(1.178.901)	(962.399)
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	986.686	2.925.996	1.782.632
6.06	Vir Adicionado Recebido em Transferência	654.896	(653.366)	53.741
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.868)	(147)	(28.897)
6.06.02	Receitas Financeiras	718.586	(588.792)	82.638
6.06.03	Outros	(52.822)	(64.427)	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.641.582	2.272.630	1.836.373
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.641.582	2.272.630	1.836.373
6.08.01	Pessoal	561.843	588.794	517.885
6.08.01.01	Remuneração Direta	418.258	363.412	419.879
6.08.01.02	Benefícios	105.518	195.921	98.006
6.08.01.03	F.G.T.S.	38.067	29.461	0
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	(911.825)	1.040.761	176.377
6.08.02.01	Federais	94.733	1.478.546	535.988
6.08.02.02	Estaduais	(1.017.508)	(443.961)	(368.652)
6.08.02.03	Municipais	10.950	6.176	9.041
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.445.168	(219.619)	1.011.135
6.08.03.01	Juros	4.350.984	(336.454)	897.228
6.08.03.02	Aluguéis	94.184	116.835	113.907
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	(2.453.604)	440.839	38.526
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	0	278.457	36.933
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(2.492.107)	(78.510)	0
6.08.04.04	Part. Não Controladores Lucros Retidos	38.503	240.892	1.593
6.08.05	Outros	0	421.855	92.450
6.08.05.01	Reserva Legal	0	27.332	3.888

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2008 a 31/12/2008	4 -01/01/2007 a 31/12/2007	5 -01/01/2006 a 31/12/2006
6.08.05.02	Retenção de Lucros	0	241.796	60.527
6.08.05.03	Incentivos Fiscais	0	49.497	28.035
6.08.05.04	Ajustes iniciais da Lei 11.638/07	0	103.230	0

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Braskem S.A.

Camaçari - BA

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Braskem S.A. e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da controlada Copesul - Companhia Petroquímica do Sul em 31 de dezembro de 2007 foram examinadas por outros auditores independentes, e a nossa opinião, no que se refere ao valor do investimento e do resultado decorrente dessa controlada, está baseada exclusivamente no relatório emitido por esses auditores. As demonstrações financeiras da controlada IQ Soluções & Química S.A. (anteriormente denominada Ipiranga Química S.A.) em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 foram examinadas por outros auditores independentes, e a nossa opinião, no que se refere aos valores do investimento e dos resultados decorrentes dessa controlada, está baseada exclusivamente nos relatórios emitidos por esses auditores.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião e com base nos pareceres de responsabilidade de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Braskem S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 (a), a Companhia tem acumulado créditos de ICMS ao longo dos últimos exercícios, provenientes substancialmente da diferença entre as alíquotas das entradas e saídas dos insumos e produtos, saídas internas incentivadas com diferimento da tributação e vendas destinadas ao mercado externo. A realização desses créditos depende do sucesso na implantação dos planos da Administração descritos nesta mesma Nota Explicativa. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 não contemplam quaisquer ajustes relativos à recuperação desses créditos em decorrência dessa incerteza.
5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19 (c), face à discussão quanto à constitucionalidade da Lei nº 7.689/88, a Companhia, em processo que também envolve as incorporadas OPP Química, Trikem e Polialden, está discutindo judicialmente o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro (CSL) onde já houve trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) e a União adentrou em ação rescisória. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que avaliaram a perspectiva de êxito como possível, acredita que deverá obter êxito em seus pleitos de manutenção do não-recolhimento e, em caso de perda da ação rescisória, a decisão não poderá retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da lei. Conseqüentemente, para fins de elaboração das demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, não foi constituída qualquer provisão para eventuais desfechos desfavoráveis dos autos de infração, bem como para os exercícios ainda não fiscalizados pela Receita Federal.
6. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 (c) a OPP Química S.A., incorporada pela Companhia em 2003, fundamentada na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no montante de R\$ 1.030.125 mil (R\$ 2.682.176 mil atualizado até 31 de dezembro de 2008 - R\$ 2.506.923 mil em 2007), os quais foram compensados com o próprio IPI e outros tributos federais. Embora esta decisão tenha sido objeto de Agravo Regimental pela Fazenda Nacional onde não se questiona o direito ao crédito, mas imprecisões da decisão quanto a aspectos relativos ao caso de insumos não tributados, à atualização monetária e à alíquota a ser utilizada para fins de cálculo dos créditos e, pelos autos de infração lavrados contra a Companhia, a Administração baseada na opinião de seus assessores jurídicos considera prováveis as chances de êxito, razão pela qual, nenhuma provisão foi

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

registrada nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007.

7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.1, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

19 de fevereiro de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-S-BA

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6-S-BA

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO BRASKEM 2008

A Administração da Braskem S.A. ("Braskem") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008.

Esse relatório se baseia em informações consolidadas que incluem 100% dos resultados da Ipiranga Química, da Ipiranga Petroquímica e da Copesul, com a respectiva eliminação das participações de minoritários em todas essas empresas, bem como a consolidação proporcional, de acordo com a instrução CVM 247, da participação na Cetrel S.A. - Empresa de Proteção Ambiental. Para permitir a análise dos resultados em bases comparáveis, as informações relativas ao ano de 2007 estão em base pro forma. Os dados utilizados para a elaboração das informações financeiras pro forma são provenientes das informações trimestrais revisadas por auditores externos independentes. Além disso, os dados de 2007 e 2008 já contemplam os ajustes decorrentes das alterações na legislação societária introduzidas pela Lei no. 11.638/07.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2008 foi marcado por intensa volatilidade de preço do petróleo e das taxas de câmbio, desaceleração da atividade econômica da China pós Olimpíadas, a crise financeira sem precedentes que determinou interrupção do crédito, desestocagens em séries, queda abrupta de demanda e tendência de retração econômica em grandes proporções. A Braskem se posicionou priorizando importantes avanços estratégicos e táticos no âmbito societário, financeiro e organizacional, que a tornaram melhor preparada para superar os desafios advindos da conjuntura econômica mundial e o momento do ciclo da petroquímica global que se aproxima. Com a incorporação da Copesul – Companhia Petroquímica do Sul ("Copesul"), Ipiranga Petroquímica S.A. (IPQ) e Petroquímica Paulínia S.A., em setembro, a Braskem concluiu uma etapa decisiva no processo de consolidação da petroquímica brasileira, no qual tem desempenhado papel central. Essa iniciativa permitiu à Companhia confirmar a posição de terceira maior produtora de resinas das Américas, ampliar sua liderança no mercado doméstico e acelerar a captura das sinergias proporcionadas pela integração dessas empresas.

Os clientes da Braskem beneficiaram-se significativamente da integração desses ativos pela complementaridade do portfólio de produtos e serviços, agora ainda mais amplo para atender às necessidades do mercado. A expansão do parque industrial também permite maior flexibilidade e especialização das plantas, possibilitando campanhas mais longas.

A forte desvalorização cambial no período, de 32%, gerou um reconhecimento contábil de R\$ 2,6 bilhões em perda financeira, em razão de seus efeitos sobre o saldo de US\$ 3,9 bilhões da dívida líquida da Companhia, cuja parcela em dólar é de 74%. Em razão do impacto cambial, o resultado líquido ficou negativo em R\$ 2,5 bilhões.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Braskem foi capaz de se planejar financeiramente para o ciclo de baixa previsto para o setor em 2009, alongando o prazo médio da sua dívida para 11 anos e fortalecendo sua posição de caixa para R\$ 3 bilhões em 31 de dezembro. Duas operações financeiras realizadas em 2008 tornaram a situação da empresa ainda mais confortável no que tange à capacidade de pagamento de seus compromissos futuros. Para alongar o empréstimo-ponte tomado para a aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga, a Braskem lançou US\$ 500 milhões em Eurobonds com prazo de 10 anos no primeiro semestre e fechou em outubro um pré-pagamento de exportações no valor de US\$ 725 milhões com prazo de 5 anos em condições muito competitivas, sobretudo considerando a crise no mercado de crédito naquele momento.

Na dimensão operacional, os primeiros 8 meses do ano se caracterizaram por uma forte pressão de custo causada pela elevação dos preços do petróleo e da nafta a níveis recordes, que afetou mundialmente as margens do setor, combinada com a valorização do Real, que permitiu a entrada substancial de resinas e produtos importados, tanto intermediários como acabados no Brasil. Esses fatores influenciaram negativamente a competitividade dos nossos Clientes e da cadeia produtiva como um todo. No segundo semestre, a crise de crédito, a redução no nível de atividade da economia internacional e a drástica queda nos preços das commodities também impactaram o desempenho operacional da Companhia.

A receita líquida da Braskem atingiu R\$ 18,0 bilhões, comparada a R\$ 18,8 bilhões em 2007, e o EBITDA foi de R\$ 2,4 bilhões, abaixo dos R\$ 3,2 bilhões alcançados no ano anterior. Ainda assim, a Braskem apresentou margem EBITDA de 13,5% em 2008, um excelente desempenho em relação aos pares mundiais.

No que se refere à estrutura patrimonial e societária, cabe destacar a aprovação do Acordo de Acionistas com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), pelo qual esta empresa aportou na Braskem suas participações minoritárias na Copesul, IPQ, IQ Soluções Químicas S.A. ("IQ") e Petroquímica Paulínia S.A., aumentando sua participação na Companhia para 31% do capital votante. A consolidação dessa aliança estratégica e a maior participação da Petrobras na petroquímica representaram ganhos para ambas as empresas e abriram novas perspectivas para melhoria de competitividade de toda a cadeia produtiva desse setor no Brasil.

A Braskem inaugurou em abril a unidade de polipropileno (PP) de Paulínia, no interior de São Paulo, no prazo e orçamento previstos, com capacidade para produzir 350 mil toneladas/ano a partir de propeno fornecido por refinarias da Petrobras. A implantação desse projeto foi um passo largo na direção de ampliar o acesso da Companhia a novas fontes de matéria-prima competitiva e diversificada, constituindo-se em mais um exemplo das realizações que a parceria entre a Petrobras e a Braskem pode alavancar.

Os projetos de investimento em parceria com a Petroquímica de Venezuela ("Pequiven") na Venezuela, país com grande disponibilidade de gás natural e petróleo, também apresentaram evolução no período. Concluída a constituição das *joint ventures* Polipropileno del Sur S.A. ("Propilsur") e Polietilenos de America ("Polimerica"), a

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

expectativa é que a implementação dos projetos ganhe maior velocidade a partir de agora. A Propilsur, responsável pela unidade de polipropileno a ser construída no Complexo de Jose, com previsão de começar a operar no final de 2011, já encomendou o projeto de engenharia básica e fez reserva técnica de equipamentos para a nova planta, cuja capacidade de produção alcançará 450 kt/ano. A expectativa é que os Conselhos de Administração de Braskem e Pequiven dêem a aprovação final ao investimento no início do 2º semestre de 2009.

A Polimerica, encarregada do projeto integrado para produção de 1,3 mil kt/ano de eteno e 1,1 mil kt/ano de polietilenos (PE) a partir de gás natural em Jose, definiu no final do ano as tecnologias de processo que serão utilizadas nas plantas e firmou os contratos de licença com seus detentores. O cronograma prevê o início de operações em 2013. Uma das premissas que lastreiam o plano de negócios dos dois projetos é atingir um nível de competitividade equivalente ao dos projetos hoje existentes no Oriente Médio.

Além de acessar novas fontes de matéria-prima em condições diferenciadas, a Braskem tem como visão estratégica tornar-se referência mundial no desenvolvimento de polímeros verdes. Vale lembrar que a Braskem foi a primeira empresa no mundo a certificar PE – de alta densidade, de baixa densidade, linear e ultra-alto peso molecular – e PP produzidos com matéria-prima 100% renovável, a base do etanol de cana-de-açúcar.

Nesse contexto, foi importante a decisão do Conselho de Administração de aprovar o investimento de R\$ 488 milhões para uma unidade de eteno a partir de matéria-prima 100% renovável, com capacidade para 200 kt/ano, que já tem licença de instalação para o Pólo de Triunfo. Assim, a Braskem deverá ser a primeira empresa a produzir polietileno verde em escala industrial, com início de operação previsto para o primeiro trimestre de 2011.

A atratividade desse projeto foi evidenciada mais uma vez durante a BioJapan, um dos maiores eventos promocionais de produtos sustentáveis do mundo, em que um número expressivo de clientes potenciais confirmou interesse em desenvolver parceria de exclusividade com a Braskem nos seus setores de atuação. Acordos de fornecimento e distribuição foram fechados ao longo do ano com grandes empresas nacionais e internacionais. Também foi lançado o primeiro produto com o plástico verde da Braskem, o Banco Imobiliário Sustentável, em parceria com a empresa de brinquedos Brinquedos Estrela S.A.. Para consolidar sua imagem de pioneirismo nessa área, a Braskem patrocinou os troféus do Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, confeccionados com o plástico verde a partir dos traços do renomado arquiteto Oscar Niemeyer.

Sustentabilidade e inovação são peças-chave do compromisso da Braskem de atender às necessidades dos clientes, ampliar a competitividade da cadeia produtiva e melhorar a vida dos consumidores. Os projetos de inovação lançados em 2008 têm um valor presente estimado de US\$ 110 milhões, já ajustado pelo fator de risco. As resinas lançadas pela Braskem nos últimos três anos foram responsáveis por 17% da receita com a venda desses produtos em 2008, ano em que a Companhia investiu cerca de R\$ 70 milhões em pesquisa e desenvolvimento.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Além da aquisição da Copesul e Ipiranga, a Braskem apresentou investimentos operacionais de R\$ 1,4 bilhão em 2008. Desse total, R\$ 161 milhões foram destinados à área de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, em linha com o compromisso da Braskem com a qualidade de vida de seus Integrantes e das comunidades em que atua. Os programas nessa área têm levado à melhoria consistente dos índices de segurança no trabalho, com redução em 2008 de 48% na taxa de frequência de acidentes com e sem afastamento sobre o ano anterior, e também dos indicadores de ecoeficiência, que só não evoluíram mais no período devido à desaceleração da produção a partir de novembro. Mesmo assim vale realçar a economia de mais de 3% no consumo de energia.

Principal patrimônio intangível da Companhia, as equipes estão empenhadas, confiantes e preparadas para transformar em oportunidades de crescimento os desafios que a economia e a petroquímica internacional reservam para os próximos meses. Estão todos imbuídos da responsabilidade de chegar ao final dessa travessia mais próximos da visão estratégica da Braskem de estar entre as 10 principais empresas petroquímicas do mundo.

Agradecimentos

A Administração da Braskem, depois de um ano tão competitivo, renova os agradecimentos a seus acionistas, clientes, fornecedores e integrantes pela confiança mais uma vez depositada na Companhia em 2008. Essa parceria constitui a base que nos estimula a perseguir sempre o caminho da excelência.

2. Perspectivas

O cenário macroeconômico mundial sofreu grandes alterações no 2º semestre de 2008 com a crise do sistema financeiro global e seus impactos no sistema de crédito, tendo sido esse o meio de transmissão dessa crise para a chamada economia real. É certo que haverá uma redução na taxa de crescimento global em 2009, com recessão nas economias dos países industrializados – EUA, Comunidade Econômica Européia e Japão. Os mercados emergentes, por outro lado, tendem a apresentar crescimento ainda que modesto. A Braskem mantém a expectativa de que o Brasil apresente taxa de crescimento entre 1,5 e 2,5% no ano de 2009.

O setor petroquímico global enfrenta desde o último trimestre de 2008 um cenário mais desafiador, o que deve ser realidade também em 2009. Além da incerteza sobre a demanda mundial, a entrada de nova oferta no Oriente Médio e Ásia, mesmo deduzida a hibernação e o fechamento de plantas na Europa e nos Estados Unidos, poderá pressionar margens. O ciclo de retração econômica, aliado ao ciclo de baixa da petroquímica, proporcionarão oportunidades estruturantes na indústria e no rearranjo da matriz competitiva de matéria-prima e na eventual consolidação societária.

Dada a expectativa mais modesta para o PIB brasileiro, a Braskem acredita num crescimento entre 3 e 5% no volume de vendas de resinas termoplásticas em 2009. Setores mais ligados a consumo, como embalagens de produtos alimentícios, por

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

exemplo, historicamente não acompanham redução de crescimento econômico. Além disso, o movimento de intensa desestocagem vivenciado no mercado doméstico no último trimestre de 2008 provocou uma distorção no crescimento anual do mercado. O retorno aos patamares normais de estoque na cadeia deve levar a um aumento adicional do volume de vendas em 2009. Outro fator que poderá favorecer à Companhia é a redução das importações de resinas e manufaturados para próximo do seu nível histórico, dado o aumento de competitividade dos produtores nacionais com a desvalorização do real, o grau de incerteza trazido pela volatilidade que vem ocorrendo com o câmbio desde setembro de 2008 e a redução de oferta nos Estados Unidos.

Nesse contexto, a Companhia permanece focada na preservação de sua rentabilidade operacional ao longo do ciclo ao mesmo tempo em que reforça o relacionamento de longo prazo com seus clientes visando à maximização da competitividade da cadeia petroquímica brasileira.

Ao longo do primeiro semestre de 2009, a Braskem espera que a demanda do mercado doméstico volte a patamares normalizados, o que permitirá a gradual retomada das taxas de utilização de suas plantas para níveis históricos.

Os desembolsos com investimentos operacionais programados para 2009 devem atingir R\$ 909 milhões, incluindo expansão de capacidade, novos projetos e paradas programadas, sujeitos à geração de caixa. A Braskem está concentrando seus recursos em projetos prioritários, com alto retorno, auto-financiamento e rápido *payback*, mantendo a solidez financeira e disciplina de capital nesse momento de turbulência global. Além disso, a Companhia continua comprometida em reduzir seus custos e despesas fixas com objetivo de aumentar sua competitividade, reduzindo significativamente custos de produção e despesas administrativas.

No âmbito estratégico, a Braskem estará concentrada no aumento de sua competitividade e flexibilização da matriz energética por meio de acesso a matérias-primas competitivas e na implantação da planta de polímeros verdes a partir de matéria-prima renovável.

Inserida na frente de consolidação, a Braskem espera prosseguir na captura das sinergias da integração dos ativos petroquímicos do Sul conforme já anunciado. Quando expressas em bases anuais e recorrentes, a Braskem tem expectativa de capturar cerca de R\$ 200 milhões em EBITDA, já tendo sido capturados, em 2008, R\$ 174 milhões, com foco nas iniciativas ligadas à área comercial e *supply-chain*. Além desse ganho operacional, a Braskem capturou R\$ 75 milhões adicionais com impacto em caixa.

Adicionalmente, a Braskem deverá aumentar sua capacidade de produção através da implementação de novos projetos, sempre preservando sua disciplina de capital, em investimentos que proporcionem retornos acima do custo de capital da empresa. Esses novos projetos incluem expansões adicionais de capacidade em plantas já existentes, como a expansão de capacidade de PVC de 200 mil toneladas, programada para 2011.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dentro dos projetos de crescimento com melhoria da competitividade através de acesso a matéria-prima competitiva, a Braskem está trabalhando em dois projetos integrados na Venezuela, em parceria paritária com a Pequiven.

O projeto PP, da joint venture Propilsur, está concentrado na estruturação do pacote financeiro com a participação de agências de crédito à exportação, bancos de fomento e bancos privados. A aprovação desse pacote será condição importante para a apresentação do projeto aos Conselhos de Administração da Braskem e da Pequiven, com a conseqüente aprovação final sobre o investimento, prevista para acontecer no 2º semestre de 2009.

Para o projeto de PE, foi criada a Polimerica, empresa mista controlada por Braskem e Pequiven, que assinou em dezembro de 2008 os acordos de licenciamento com dois dos principais fornecedores de tecnologia no mercado internacional, Basell (para Polietileno de Baixa Densidade) e Ineos (para Polietileno de Alta Densidade e Polietileno Linear de Baixa Densidade) e encontra-se em fase final as negociações para contratação da empresa responsável pelo projeto do cracker. A concentração para o ano será iniciar o *Process Design Package* e a Engenharia Básica Estendida dos projetos e iniciar a estruturação do financiamento do projeto.

A Braskem e a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos - YPFB, empresa de petróleo boliviana, estão em fase de negociação de um memorando de entendimento para iniciar estudos visando avaliar a implantação de um complexo petroquímico a base de etano, no sul da Bolívia. A Companhia espera avançar com esses estudos dado os novos desenvolvimentos anunciados pelo governo boliviano para o ano de 2009.

A Braskem, a Petrobras e a Petróleos del Perú – PetroPerú S.A. assinaram, em maio de 2008, um acordo visando avaliar a viabilidade técnica e econômica para implementação de um projeto integrado para produção de 700 mil a 1,2 milhão de toneladas de polietilenos a partir de gás natural disponível no Peru. A implementação desse projeto poderá conferir a Braskem seu posicionamento no maior complexo integrado na costa do Pacífico, totalmente alinhada com a estratégia de atuação internacional, crescimento e consolidação da Braskem na região. A Companhia deverá concluir a fase inicial de viabilidade técnico-econômica do projeto ao longo de 2009.

Além dos projetos em curso na Venezuela e da avaliação no Peru e Bolívia, a Braskem está sempre avaliando oportunidades de acesso à matéria-prima competitiva em outros países da América Latina.

No âmbito de matéria-prima renovável, o ano de 2009 marca o início da construção da planta de PE Verde, aprovada pelo Conselho em dezembro último. Este é um projeto estratégico de criação de valor na produção de polímeros a partir de etanol de cana de açúcar, característica importante para a sustentabilidade da indústria petroquímica. A Braskem já concluiu a etapa conceitual e de projeto básico e a partir de janeiro de 2009, inicia-se a fase de detalhamento e início das obras. Ainda em 2009 a Braskem espera concluir os contratos de comercialização de longo prazo.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os administradores da Braskem permanecem confiantes e comprometidos em tornar a Braskem uma das empresas líderes da petroquímica global. O rumo do crescimento sustentável com criação de valor é reiterado em momentos de crise e ciclos econômicos com enfoque nas oportunidades. O Brasil mostra-se um dos países melhor posicionados em termos de competitividade comparativa, robustez dos fundamentos econômicos e higidez financeira para enfrentar a crise econômica global. A Braskem conta com acionistas sólidos, com visão de longo prazo e comprometimento com o desenvolvimento da cadeia petroquímica na região. A relação com os clientes se fortalece nos momentos de crise. A liderança da Braskem agirá proativamente e de forma estratégica e empresarial em busca das melhores oportunidades em eficiência de operações, produtividade e alianças que maximizem os resultados e o valor da Companhia.

3. Desempenho Operacional

▪ 3.1 Desempenho das Resinas Termoplásticas

A demanda por resinas termoplásticas em 2008 foi marcada por dois momentos distintos. Nos primeiros nove meses do ano, a demanda cresceu em linha com a elasticidade histórica com o PIB do país, tendo registrado 9% de crescimento nesse período, na comparação com o mesmo período do ano anterior. O último trimestre, porém, foi afetado por um forte movimento de desestocagem da cadeia produtiva da petroquímica, principalmente nos consumidores de PE e PP. Esse movimento segue uma forte desaceleração global bem como redução significativa dos preços internacionais de resinas. Seu efeito isolado representaria uma queda de cerca de 6% na demanda, em bases anuais. Com isso, o mercado de resinas termoplásticas no Brasil encerrou o ano com um crescimento de 3%. O efeito de consumo de estoque próprio na cadeia fica claro ao se analisar o consumo aparente¹ (que considera produção e não vendas) de resinas no país, que cresceu 8% em 2008.

Nesse contexto, as demandas por PE e PP encerraram o ano praticamente estáveis. Já o PVC, devido ao crescimento alavancado da construção civil em 2008, encerrou o ano com crescimento de 14% em relação a 2007.

O aumento na demanda foi absorvido, em grande parte, pelas importações, que cresceram 42% em 2008, impulsionadas por um cenário de apreciação do real ao longo dos nove primeiros meses do ano.

Diante desse cenário, as vendas de PP e PVC da Braskem cresceram 7% em relação ao ano anterior, impulsionadas pelo bom desempenho apresentado por alguns setores da economia na primeira metade de 2008, como o automobilístico, de construção civil e de agronegócios. Já as vendas domésticas de PE apresentaram redução de 3%. No

¹ O consumo aparente é medido pela Abiquim e refere-se à produção + importação - exportação

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

agregado das resinas termoplásticas, o volume vendido no mercado doméstico cresceu 2% em 2008 quando comparado a 2007.

A Companhia manteve sua posição de liderança no mercado doméstico, com 51% do mercado brasileiro de resinas apoiada numa estrutura diferenciada de inovação e tecnologia, em sua estratégia comercial e num relacionamento de parceria com seus clientes.

No primeiro semestre de 2008, a Braskem realizou paradas programadas para manutenção em suas unidades de petroquímicos básicos, reduzindo a disponibilidade de eteno para produção de resinas. Com isso, o volume vendido total de resinas foi 8% menor em 2008, com queda de 251 mil toneladas, ou 33%, no volume exportado pela Companhia. Essa deve-se à estratégia da Braskem de foco em rentabilidade, já que contava com menor volume disponível para venda e que a demanda externa sofreu forte retração no 4T08.

A produção de resinas da Braskem em 2008 foi 4% inferior à apresentada no ano anterior, decorrente (i) do menor recebimento de eteno e propeno, fruto das paradas programadas de manutenção nas centrais de matéria-prima que ocorreram no 2T08 e (ii) da queda de demanda global de resinas termoplásticas, que motivou uma normalização dos níveis de estoques e a consequente redução temporária da taxa de utilização de suas plantas durante o 4T08.

Desempenho (t) Resinas Termoplásticas	2008 (D)	2007 (E)	Var% (D)/ (E)
Vendas Totais			
. PE's	1.367.059	1.619.659	(16)
. PP	742.266	715.945	4
. PVC	514.740	503.952	2
. Total Resinas	2.624.066	2.839.556	(8)
Produção			
. PE's	1.447.525	1.649.546	(12)
. PP	731.506	708.687	3
. PVC	522.441	465.422	12
. Total Resinas	2.701.472	2.823.654	(4)

3.2 - Desempenho de Insumos Básicos

No primeiro semestre de 2008, a Braskem realizou paradas programadas nas centrais petroquímicas de Camaçari e Triunfo em duas das quatro unidades produtoras de petroquímicos básicos, com duração de 35 dias em média. As paradas programadas não registraram qualquer acidente com afastamento e serviram para realização de melhoria nas plantas, como aumentos marginais de capacidade, melhoria de produtividade e rendimento, melhor confiabilidade operacional e garantia de operabilidade por mais 6 anos.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em função da forte queda de demanda por resinas e petroquímicos básicos nos mercados internacionais, afetando as exportações, no último trimestre de 2008 a Braskem reduziu a taxa de utilização de suas unidades industriais, com exceção de PVC, visando normalizar níveis mais elevados de estoques de resinas.

Como consequência desses dois momentos distintos de paradas de produção, a taxa média de utilização de eteno em 2008 foi de 84%, o que representou, em relação a 2007, uma redução de 11% e 13% nos volumes produzidos de eteno e propeno, respectivamente.

No ano de 2008, as vendas totais de eteno e propeno apresentaram decréscimo de 22% em relação ao ano anterior, atingindo 758 mil toneladas. Já as vendas totais de BTX apresentaram redução de 14% em 2008 comparado com o mesmo período de 2007. Essas reduções refletem as paradas programadas de manutenção, a redução temporária de demanda por produtos petroquímicos no final de 2008 e a queda da rentabilidade desses produtos no mercado internacional, em especial do benzeno.

O butadieno, por sua vez, apesar da queda de 8% no volume total vendido, impulsionado pelo bom desempenho do setor automobilístico na maior parte do ano, apresentou uma alta de preços de, em média, 51% no mercado internacional, contribuindo com um aumento de R\$ 154 milhões na receita desse produto em relação ao ano anterior. No 4T08 essa tendência começou a mostrar sinais de reversão.

Desempenho (t) Insumos Básicos	2008 (D)	2007 (E)	Var% (D)/(E)
Vendas Totais			
. Eteno	386.785	501.728	(23)
. Propeno	371.197	474.207	(22)
. BTX*	782.405	910.349	(14)
Produção			
. Eteno	2.116.924	2.366.149	(11)
. Propeno	1.032.376	1.184.042	(13)
. BTX*	845.102	970.529	(13)

*BTX - Benzeno, Tolueno, Ortóxileno e Paraxileno

4. Desempenho Econômico-Financeiro

4.1 - Receita

A receita bruta consolidada da Braskem foi de R\$ 23,0 bilhões em 2008, comparada a R\$ 23,8 bilhões em 2007, com queda de 3%. Em dólares, a receita bruta foi de US\$ 12,8

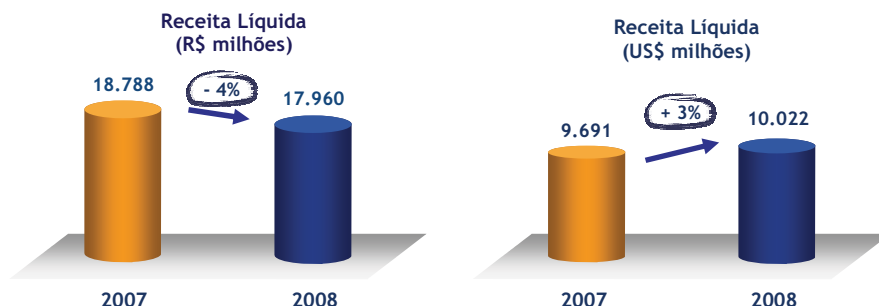
00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

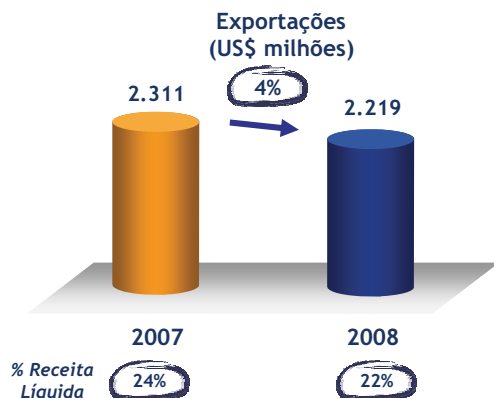
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

bilhões, com aumento de 4% em relação aos US\$ 12,3 milhões registrados em 2007, devido à apreciação do real em 5,5% no ano.

Da mesma forma, a receita líquida consolidada da Braskem foi de R\$ 18,0 bilhões em 2008, com redução de 4% sobre a receita de R\$ 18,8 bilhões registrada no ano anterior. Em dólares, a receita líquida alcançou US\$ 10 bilhões, com aumento de 3% em relação a 2007. Esse crescimento é explicado principalmente por melhores preços em dólares até setembro de 2008. O preço médio em dólares de 2008, porém, é menor que o de 2007, devido a um efeito combinado de queda de preços internacionais e desvalorização média do real em 37% no 4T08, o que potencializou seu impacto na média anual.



Em 2008 a receita líquida com exportações ficou estável em US\$ 2,2 bilhões (22% da receita líquida total).



No ano, 52% da receita líquida (excluindo-se revenda de condensado e vendas da Ipiranga Química) foram compostas por resinas termoplásticas.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

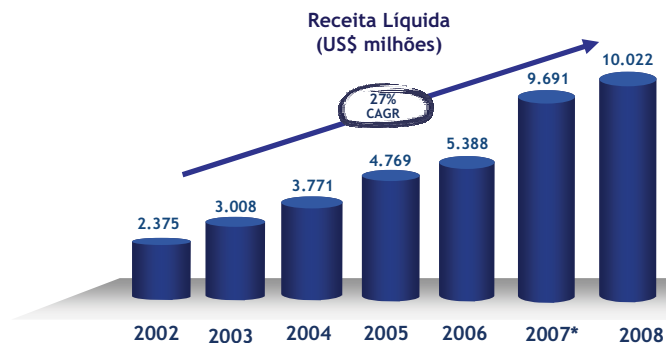
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



¹ Não inclui revenda de condensado pela Copesul e vendas da Ipiranga Química

* benzeno, tolueno, paraxileno e ortoxileno

Desde a sua criação, em 2002, a Braskem vem consistentemente aumentando sua receita líquida em dólares a uma taxa composta de 27% ao ano. Esse crescimento é consequência da participação ativa da Braskem nos movimentos de consolidação da petroquímica nacional, dos melhores preços, dos investimentos realizados na melhoria de produtividade, aumento de competitividade e aumentos de capacidade que vieram ampliar a escala e complementar o portfólio de produtos da Companhia.



*Pro forma Braskem consolidada. Demais períodos com dados reais.

00482-0 BRASKEM S.A.

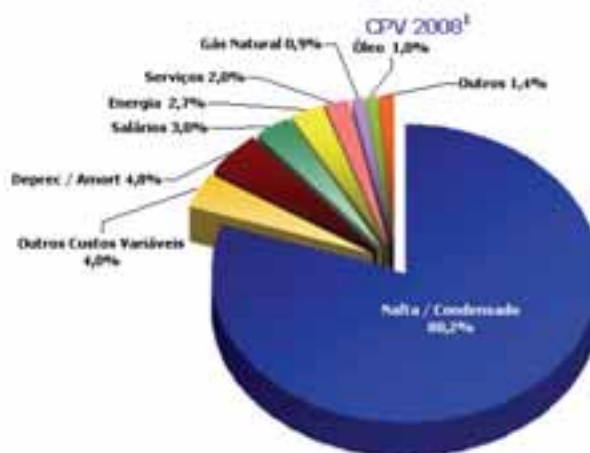
42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

▪ 4.2 – Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

Em 2008, o Custo dos Produtos Vendidos (CPV) da Braskem totalizou R\$ 15,1 bilhões. Praticamente em linha com o CPV apurado em 2007. No entanto, patamares mais elevados de preços de nafta afetaram o CPV em R\$ 739 milhões, tendo sido parcialmente compensados pelo menor volume vendido e pela redução de R\$ 138 milhões no custo fixo.

O preço médio da nafta ARA (Amsterdã – Roterdã – Antuérpia) em 2008 foi de US\$ 790/t, 17% acima da média de 2007, tendo alcançado a cotação máxima de US\$ 1.091/t, em junho de 2008.



¹ Não inclui processamento de condensado pela Copensul e custos da Itapanga Química

Durante 2008, a Braskem comprou 7.428 mil toneladas de nafta, das quais 4.723 mil toneladas (64%) foram adquiridas da Petrobras – sua principal fornecedora de matéria-prima. O restante, 2.705 mil toneladas (36%), foi importado diretamente pela Companhia, principalmente do norte da África e da Argentina. Em 2007 o volume total adquirido foi de 8.199 mil toneladas.

A depreciação e amortização incluídas no CPV atingiram R\$ 681 milhões em 2008, uma redução de 13% em relação ao ano anterior devido aos menores volumes vendidos.

Em outubro de 2008, apesar de um cenário econômico com restrição de crédito, a Braskem concluiu a negociação da renovação de sua apólice de seguros, obtendo ganhos significativos tanto em preço como na ampliação do valor de cobertura de seus ativos patrimoniais. As 18 plantas da Companhia foram avaliadas utilizando-se um critério global de classificação de riscos e obtiveram, em sua grande maioria, notas de gerenciamento de riscos acima do padrão de plantas similares de seus concorrentes globais, refletindo a contínua evolução da Braskem na gestão dos seus riscos operacionais.

O contrato foi renovado com validade de 18 meses, com término em maio de 2010, e engloba cobertura de US\$ 13,2 bilhões em danos materiais e US\$ 3,4 bilhões em interrupção de negócios, totalizando US\$ 16,6 bilhões em valores segurados com um

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

limite por evento de US\$ 2 bilhões. A conclusão da negociação mostra mais uma vez o resultado da constante busca pela excelência operacional visando sempre a criação de valor para o acionista.

▪ 4.3 - Despesas Gerais e Administrativas e Despesas com Vendas

A Braskem está concentrada em manter seus custos e despesas fixas dentro de parâmetros que garantam a sua competitividade global.

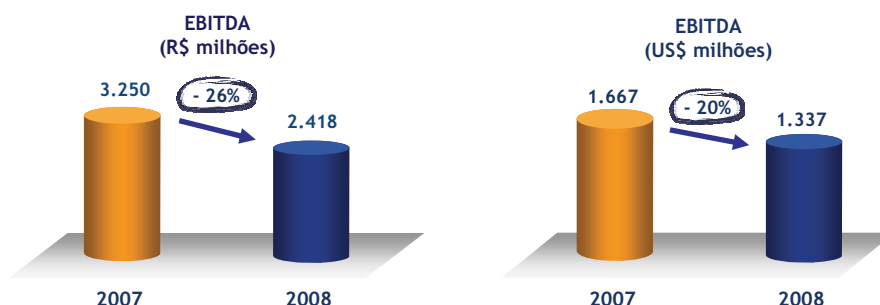
As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 674 milhões comparadas a R\$ 726 milhões em 2007, uma redução de R\$ 52 milhões. Esse número está em linha com o programa de redução de gastos fixos.

Durante o ano de 2008 as Despesas com Vendas foram de R\$ 493 milhões, com redução de 16% em relação a R\$ 585 milhões em 2007. Essa redução é decorrente do esforço na redução dos custos fixos e da sinergia obtida com a consolidação dos ativos do Sul, parcialmente compensados por maiores despesas variáveis de vendas relativas à maior complexidade dos custos de logística para transferência de produtos entre armazéns.

▪ 4.4 – EBITDA

O EBITDA consolidado da Braskem em 2008 alcançou R\$ 2,4 bilhões ante os R\$ 3,2 bilhões em 2007. Essa redução é explicada principalmente pela combinação de maior custo da nafta, com impacto de R\$ 739 milhões e menores volumes vendidos de petroquímicos básicos e resinas. Quando traduzido em dólares, o EBITDA anual apresentou 20% de queda entre os anos, alcançando US\$ 1,3 bilhão em 2008.

A margem EBITDA de 2008 foi de 13,5% comparada a uma margem de 17,3% em 2007. Excluindo-se os impactos da venda de condensado a margem em 2008 foi de 13,8%.

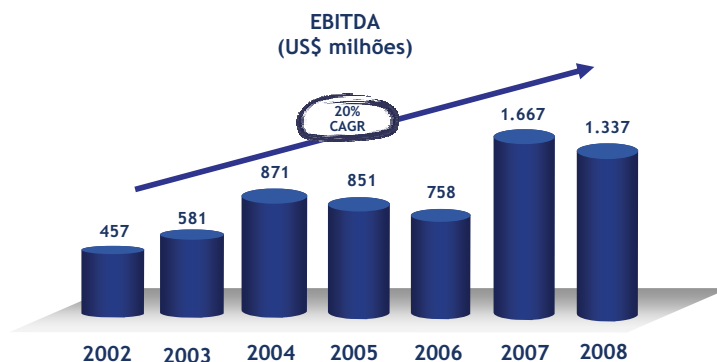


00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

De forma semelhante ao que aconteceu com a receita líquida, a Braskem, desde sua criação em 2002, vem aumentando seu EBITDA em dólares a uma taxa composta de 20% ao ano.



▪ 4.5 - Participações em Sociedades Controladas e Coligadas

O resultado da Braskem com Participações em Sociedades Controladas e Coligadas em 2008 foi negativo em R\$ 63,7 milhões. Este valor contempla as amortizações de ágio dos investimentos em IQ e Copesul que a partir de outubro de 2008, após a incorporação dessas empresas, passaram a compor o CPV.

Em abril de 2008, a Braskem, a União de Indústrias Petroquímicas S.A. ("Unipar") e demais acionistas vendedores concluíram a alienação de suas participações na Petroflex Indústria e Comércio S.A. ("Petroflex") para a Lanxess Deutschland GmbH ("Lanxess"). Até esta data, a Companhia reconheceu uma equivalência patrimonial negativa de R\$ 12,9 milhões, referente a sua participação de 33,57% na Petroflex.

A diferença de R\$ 26,5 milhões na linha de outros é explicada principalmente por: (i) uma provisão para perda na investida Alclor Química de Alagoas Ltda ("Alclor") (na rubrica 'Outros'), como contrapartida de uma reversão de provisão para perda de AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) na linha de outras despesas/receitas operacionais, em 2008; e (ii) por ajustes de consolidação da Copesul na IPQ em 2007.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(R\$ mil)		
Participações em Soc. Ligadas	2008	2007
Equivalência Patr. Control. e Coligadas	(10.868)	(785)
. Rionil	0	15
. Petroflex	(12.939)	2.320
. Outras empresas	2.071	(3.120)
Outros	(12.434)	14.046
Sub Total (antes das amortizações)	(23.302)	13.261
Amortizações de Ágios / Deságios	(40.388)	(88.029)
TOTAL	(63.690)	(74.768)

▪ 4.6 - Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido encerrou 2008 com uma despesa financeira líquida de R\$ 3.685 milhões, comparada à despesa de R\$ 367 milhões em 2007. Essa variação deve-se a acentuada desvalorização do real de 32% em 2008. Como a Braskem possui exposição líquida ao dólar (passivos atrelados a esta moeda maiores que os ativos), essa variação impactou significativamente o resultado financeiro. Com a geração operacional de caixa fortemente dolarizada, a Companhia considera a exposição adequada.

É importante ressaltar que o efeito da variação cambial, negativo em R\$ 2.629 milhões no ano, não tem impacto direto sobre o caixa da Companhia no curto prazo. Esse valor representa o efeito da variação cambial, principalmente sobre o endividamento da Companhia, e será desembolsado por ocasião do vencimento da dívida, que tem prazo médio de 11 anos. Pelo perfil de geração de caixa da Braskem, atrelada ao dólar, a depreciação cambial, apesar do seu efeito contábil negativo no curto prazo, tem impacto líquido positivo sobre o fluxo de caixa da Companhia no médio prazo.

Excluindo os efeitos da variação cambial e monetária, o resultado financeiro líquido de 2008 foi R\$ 136 milhões menor que o de 2007, principalmente pela redução em Despesas com Operações Financeiras, derivada da extinção da CPMF, e por menores despesas com juros dada a queda do custo médio do endividamento em dólares de 7,44% em 2007 para 7,06% em 2008.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(R\$ Milhões)	2008	2007
Despesas financeiras:	(4.403)	211
Juros Financiamentos	(557)	(577)
Varição Monetária (VM)	(227)	(208)
Varição Cambial (VC)	(3.173)	1.607
Desp c/Oper, Financ.(CPMF/ICF/IR)	(65)	(127)
Juros SELIC s/Passivos Tributários	(91)	(109)
Outras Despesas	(291)	(375)
Receitas financeiras	719	(578)
Juros	121	124
Varição Monetária (VM)	28	36
Varição Cambial (VC)	544	(809)
Juros SELIC s/Ativos Tributários	8	13
Outras Receitas	18	57
Resultado Financeiro Líquido	(3.685)	(367)

(R\$ Milhões)	2008	2007
Resultado Financeiro Líquido	(3.685)	(367)
Varição Cambial (VC)	(2.629)	798
Varição Monetária (VM)	(189)	(172)
Resultado Fin excluindo-se a VC e VM	(857)	(993)

Com o objetivo de proteger seu fluxo de caixa e reduzir a volatilidade ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento, a Braskem adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com sua Política de Gestão Financeira e com a Política de Gestão de Riscos. Nesse contexto, a Braskem não possui operação de *target forward* ou outros derivativos similares. Em dezembro de 2008, a Companhia possuía 2 operações de derivativos com finalidade de hedge (proteção) e características de vencimento, moedas, taxas e montantes que se adéquam perfeitamente aos ativos e passivos que estão protegendo. Quaisquer cenários que se apresentem, ajustes positivos ou negativos nos *hedges* serão contrapostos por ajustes negativos ou positivos nos ativos e passivos protegidos pelos mesmos.

▪ 4.7 – Lucro Líquido/ Prejuízo

A Braskem registrou em 2008 um prejuízo de R\$ 2,5 bilhões após a participação de minoritários, em função do resultado financeiro negativo afetado pelo câmbio, que fechou com uma desvalorização do real de 32%. Esse resultado apresentou uma variação negativa de R\$ 3,1 bilhões em relação ao lucro líquido registrado em 2007.

00482-0 BRASKEM S.A.

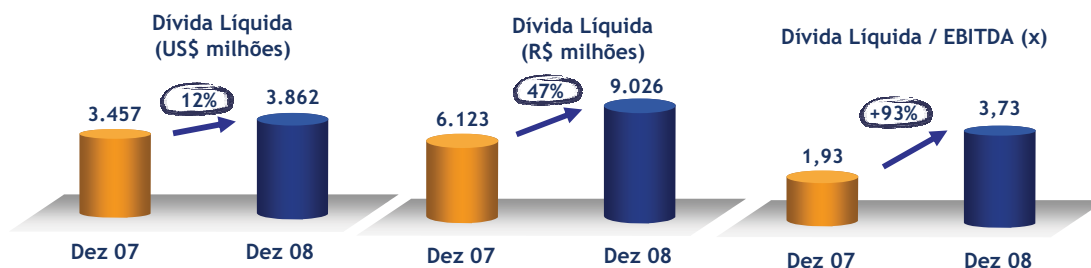
42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

▪ 4.8 – Estrutura de Capital, Liquidez e Rating

A dívida líquida ao final de 2008 foi de R\$ 9,0 bilhões comparada aos R\$ 6,1 bilhões registrados em 31 de dezembro de 2007, representando um aumento de 47% entre os anos. Esse aumento é decorrente principalmente dos seguintes fatores: (i) depreciação do real perante o dólar em 32% no ano de 2008 com impacto de R\$ 1,8 bilhões; (ii) investimentos operacionais e paradas de manutenção que exigiram R\$ 1,4 bilhão; (iii) liquidação do *earn-out* da compra da Politenó com desembolso de R\$ 247 milhões, (iv) conclusão da operação de aquisição dos ativos petroquímicos do grupo Ipiranga com um impacto de R\$ 638 milhões e (v) programa de recompra de ações no valor de R\$ 107 milhões. O EBITDA de R\$ 2,4 bilhões compensou parcialmente esses efeitos. Quando expressa em dólares norte-americanos, a dívida líquida da Braskem passou de US\$ 3,5 bilhões em 2007 para US\$ 3,9 bilhões em 31 de dezembro de 2008, um aumento de apenas 12%, já que cerca de 74% da dívida está atrelada ao dólar.

A alavancagem financeira da Companhia, medida pelo indicador Dívida Líquida/EBITDA, que era de 1,93 vezes (x) em 2007, fechou 2008 em 3,73 vezes (x), devido ao aumento do endividamento líquido e pela queda do valor do EBITDA em 2008.



Em outubro de 2008 a Braskem concluiu com sucesso a operação de alongamento do empréstimo-ponte tomado para aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga em 2007, com a captação de US\$ 725 milhões a um custo de *Libor* + 1,75% a.a. O prazo é de 5 anos, com carência de 3 anos. Posteriormente, a Braskem realizou operação de *swap* que travou a cotação da *Libor* para o período da operação em 3,85% a.a., alterando para um custo pré-fixado de 5,6% a.a. O processo de refinanciamento desse empréstimo-ponte foi iniciado em maio, quando a Companhia emitiu US\$ 500 milhões em eurobônus com cupom de 7,25% a.a. e vencimento em 2018.

Ao final de 2008 o endividamento atrelado ao dólar norte-americano correspondia a 74% comparado a 71% ao final de 2007.

00482-0 BRASKEM S.A.

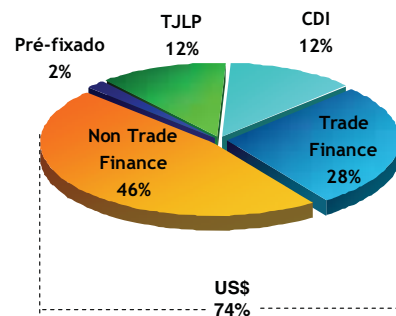
42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Endividamento Bruto por Categoria

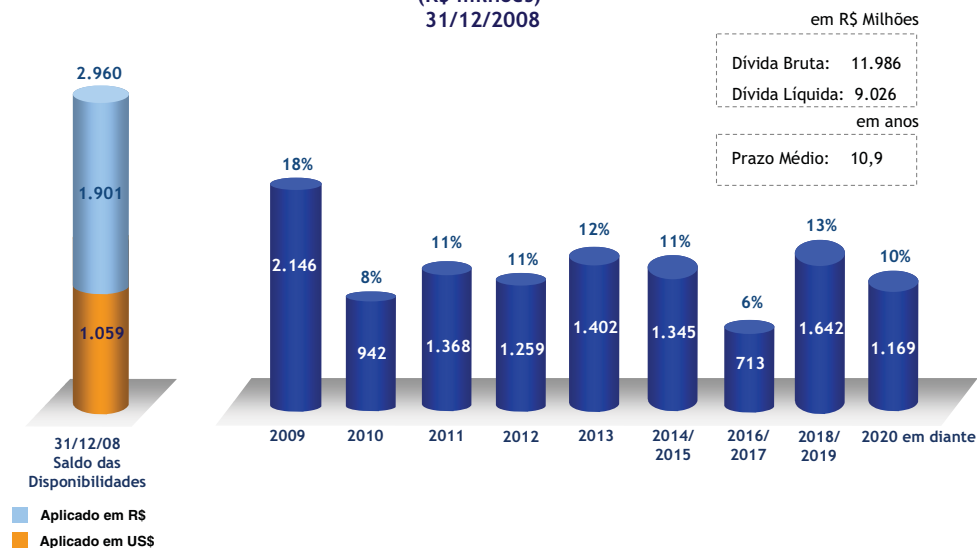


Endividamento Bruto por Indexador



O gráfico a seguir ilustra a agenda de amortização da Companhia em 31 de dezembro de 2008:

AGENDA DE AMORTIZAÇÃO (R\$ milhões) 31/12/2008



Classificação de risco – Escala Global

As agências de classificação de risco *Standard & Poors'* e *Moody's* mantiveram o *rating* em 'BB+' e 'Ba1' com perspectiva estável, tanto para moeda local quanto para moeda estrangeira. A agência *Fitch* também afirmou o *rating* em 'BB+', mas reduziu a perspectiva

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

de positivo para estável. Essa mudança de perspectiva foi decorrente do cenário mais desafiador da indústria petroquímica em 2009, bem como da expectativa de alavancagem financeira não reduzir ao nível esperado pela agência no curto prazo.

Em escala nacional, os *ratings* também se mantiveram ao longo do ano: 'brAA+' com perspectiva estável pela *Standard & Poors*, 'brAA' com perspectiva positiva pela *Fitch* e 'Aa2.br' com perspectiva estável pela *Moody's*.

6. Investimentos

Em linha com seu compromisso com a disciplina de capital e com a realização de investimentos com retorno acima de seu custo de capital, a Braskem realizou investimentos operacionais que totalizaram R\$ 1,4 bilhão (não inclui juros capitalizados) em 2008, em linha com o valor de 2007. Esses recursos foram aplicados nas áreas operacionais, de tecnologia, saúde, segurança e meio ambiente, e sistemas de informação, tendo beneficiado todas as unidades de negócio da Companhia.

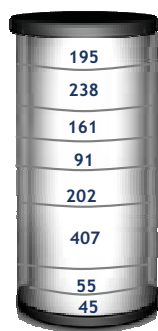
Merece destaque o investimento na planta de PP em Paulínia que consumiu R\$ 136 milhões em 2008. A planta iniciou a fase de testes da operação no início do 2T08, os quais foram concluídos em setembro de 2008, com a certificação dos *grades* de PP possíveis de serem produzidos, quando as vendas passaram a integrar o resultado consolidado.

A Companhia realizou desembolsos no valor de R\$ 407 milhões em paradas programadas para manutenção, em linha com o objetivo de manter suas plantas operando com altos níveis de confiabilidade. Nesse ano, foram realizadas paradas de manutenção em uma linha de produção de cada central petroquímica, em Camaçari e em Triunfo, correspondendo a mais de 75% do valor total. Essas paradas ocorrem a cada 6 anos.

Os investimentos em participações acionárias totalizaram R\$ 885 milhões em 2008, incluindo o valor residual da aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga, no montante de R\$ 638 milhões, e o *earnout* da Políteno Indústria e Comércio S.A. ("Políteno"), adquirida em 2006, no valor de R\$ 247 milhões.

INVESTIMENTOS (R\$ milhões)

1.394



2008

Aumentos de Capacidade /
Petroquímica Paulínia
Reposição de Equipamentos
SSMA
Tecnologia
Produtividade
Paradas de Manutenção
Sistema de Informação (Fórmula Braskem)
Qualidade / Outros

7. Inovação & Tecnologia

Servir os clientes e criar valor para a cadeia petroquímica e de plástico são os principais vetores que orientam o trabalho da Braskem na área de Inovação e Tecnologia. Para os clientes, essa diretriz contribui para aprimorar sua competitividade e conquistar novos mercados. Além disso, permite à Braskem posicionar-se em segmentos de mercado com

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

produtos de valor agregado mais alto, beneficiando acionistas, investidores, transformadores de material plástico e consumidores finais.

Nesse contexto, cabe destacar em 2008 a conclusão de um desenvolvimento conjunto com a fabricante de eletrodomésticos Whirlpool Corporation, que resultou no lançamento de uma linha inovadora de lavadoras de roupas com cerca de 70% da matéria-prima empregada em plástico, sobretudo polipropileno, mais que o dobro da participação desse material em máquinas tradicionais. Até o gabinete desses produtos é feito de PP, o que entre outras características diferenciadas os tornam imunes à ferrugem, além de torná-los mais acessíveis aos consumidores.

Vale ressaltar ainda uma parceria cada vez mais intensa com a Fortlev, líder no mercado brasileiro de caixas d'água, que possibilitou em 2008 o lançamento de uma cisterna em polietileno, produto inovador que substitui com vantagens o similar em concreto e dispensa a necessidade de obra civil para instalação. Isso só foi possível com o desenvolvimento de um novo *grade* de polietileno para rotomoldagem e um processo de transferência de tecnologia detida por uma empresa da Austrália, país que se destaca em *know-how* para armazenamento hídrico.

No que tange a tecnologias de ruptura, a Braskem avançou de modo consistente no desenvolvimento de polímeros verdes a partir de matérias-primas renováveis. Em 2008, a empresa certificou o primeiro polietileno de baixa densidade linear de base 100% vegetal e também produziu em planta piloto o polietileno de ultra-alto peso molecular verde, com o qual foram produzidos os troféus do Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1.

No final do ano, o Conselho de Administração da Braskem aprovou o investimento de R\$ 488 milhões em uma unidade industrial para produzir eteno a partir do etanol de cana-de-açúcar em Triunfo, RS, com capacidade para 200 mil t/ano e previsão de iniciar operações no primeiro trimestre de 2011.

A Braskem também confirmou seu pioneirismo em polímeros verdes ao obter a primeira certificação no mundo para uma amostra de polipropileno de matéria-prima 100% renovável. Obtido a partir de rota tecnológica experimental, o polipropileno verde não tem ainda prazo para produção comercial, mas a Braskem trabalha em parceria com universidades como a Unicamp para acelerar o desenvolvimento dessa resina. Com esses projetos, a empresa dá mais um passo importante em direção à perpetuidade dos seus negócios e confirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Atuar em aliança com institutos de pesquisa de reconhecida competência tem trazido resultados relevantes para a Braskem como o uso da tecnologia de sensores químicos, que confere às resinas a propriedade de mudar de cor em caso de alteração da qualidade de um produto dentro da embalagem. Essa tecnologia, fruto de um desenvolvimento conjunto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, proporcionou um dos 33 depósitos de patente realizados pela Braskem em 2008, que assim passou a deter 219 registros de patentes.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

8. Mercado de Capitais e Relações com Investidores

As ações preferenciais classe "A" da Braskem negociadas na BOVESPA ("BRKM5") encerraram o ano de 2008 cotadas a R\$ 5,55 por ação, 60% abaixo do valor registrado ao final de 2007, quando a ação fechou cotada a R\$ 13,80. No mesmo período, o índice Ibovespa apresentou uma desvalorização de 41%. A alta volatilidade das bolsas de valores no ano e a conseqüente aversão ao risco frente ao cenário de recessão que vem se instalando nas principais economias mundiais estimularam a saída de investidores da Bovespa, impactando de forma significativa as ações da Companhia. A queda nos *spreads* das resinas, principalmente no segundo semestre do ano, também contribuiu para a desvalorização da ação. Um indicador dessa desvalorização foi o desempenho apresentado por praticamente todas as petroquímicas globais ao longo de 2008, que apresentaram desempenho inferior ao de seus índices de referência.

Os ADRs da Braskem (BAK) negociados na NYSE Euronext fecharam 2008 cotados a US\$ 4,83 por ADR, baixa de 69% no período, pressionados também pela depreciação cambial, enquanto o S&P 500 apresentou queda de 38%, refletindo a crise no sistema financeiro internacional.

As ações XBRK negociadas na Latibex fecharam o ano cotadas a 1,66 por XBRK, com queda de 71% no período, enquanto o FTSE100 Europa apresentou desvalorização de 31%, mais uma vez a desvalorização do real em relação ao euro também impactou esse resultado.

O volume financeiro médio diário da ação preferencial classe "A" da Braskem na Bovespa (BRKM5) foi 39% menor em 2008 em comparação com 2007, passando de R\$ 26,0 milhões para R\$ 15,8 milhões, fortemente influenciado pela queda na cotação. Da mesma forma, na NYSE, o ADR da Braskem (BAK) apresentou volume financeiro médio diário de US\$ 3,1 milhões em 2008, 16% abaixo do volume apresentado no ano anterior. Na Latibex, a XBRK apresentou redução no volume financeiro diário de 72%, passando de 56,8 mil em 2007 para 16,1 mil em 2008.

Na carteira teórica do Ibovespa, válida para os meses de janeiro a abril de 2009, a Braskem ocupa a 49ª posição em liquidez na Bovespa, com 0,55% de participação no índice. No IBrX-50 a Braskem é a 44ª em liquidez, conforme carteira válida de janeiro a abril de 2009, com 0,27% de participação.

A Braskem participa mais uma vez do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), fazendo parte de um seletor grupo de empresas que compõem a carteira para o período de dezembro de 2008 a novembro de 2009. Criado pela Bolsa de Valores de São Paulo em parceria com entidades profissionais ligadas ao mercado de capitais, além da Fundação Getúlio Vargas, Instituto Ethos e Ministério do Meio Ambiente, o índice tem como objetivo oferecer aos investidores uma opção de carteira composta por ações de empresas que apresentam reconhecido comprometimento com a responsabilidade social, o meio ambiente e as melhores práticas de governança corporativa. Em 2008, 38 companhias se classificaram para compor o índice.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2008, a Braskem concluiu o processo de integração das participações da Petroquisa no capital da Copesul, IPQ, IQ e da Petroquímica Paulínia S.A., consolidando a posição da Braskem como um competidor de destaque na petroquímica global e reforçando sua aliança estratégica com a Petrobras. Nesse processo, a Petrobras recebeu ações ordinárias e preferenciais classe "A" da Braskem, aumentando sua participação acionária para 31,0% do capital votante e 23,8% do capital total da Companhia tornando-se sócia minoritária relevante.

Em alinhamento aos princípios de criação de valor para todos os acionistas, a Braskem iniciou, em março de 2008, seu 2º programa de recompra de ações com duração de 12 meses e intuito de recomprar até 19,9 milhões de ações preferenciais classe A. Em dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria, equivalente a 16,9 milhões de ações, sendo 6,2 milhões Ordinárias, 10,4 milhões Preferenciais classe "A" e 209 mil Preferenciais classe "B". Desse total, 10,1 milhões de ações eram provenientes do 2º programa de recompra.

9. Sustentabilidade

Alicerçada por seus valores e compromisso público com os princípios do Desenvolvimento Sustentável, a Braskem desenvolveu, em 2008, uma agenda pautada pela avaliação de suas práticas em termos de responsabilidade econômica, social e ambiental visando estabelecer sua política de **sustentabilidade empresarial** e redefinir seus programas relacionados ao tema. Estas iniciativas deverão ser conduzidas para valorizar as pessoas, minimizar riscos, aumentar a eficiência, gerar vantagem competitiva, dirigir inovação em produtos e processos e revelar novas oportunidades de negócios.

Em termos de gestão de **Saúde, Segurança e Meio Ambiente - SSMA**, a Braskem tem evoluído continuamente, refletindo ganhos proporcionados pelo SEMPRE - Excelência em SSMA, ferramenta de gestão que visa a melhoria contínua das práticas e estratégias em SSMA e a prevenção de perdas de qualquer natureza, através da aplicação de 16 Elementos Estratégicos – EEs.

Após dois anos do lançamento do **SEMPRE**, em 2008 foram realizadas auditorias internas para verificar a evolução desse processo. Os resultados aferidos superaram em 5% a meta estabelecida, que era o atendimento de 73% dos requisitos nesta etapa, demonstrando a existência de padrões, nível de conhecimento dos integrantes e parceiros, e disciplina na aplicação nos processos de trabalho da Empresa em patamares elevados. Dos 16 Elementos Estratégicos, apenas dois deles não alcançaram as metas individuais pré-estabelecidas, quais sejam o EE 09 - Comunicação e Consulta Eficaz e o EE 13 - Gerenciamento de Mudanças, devido à necessidade de melhor sistematização dos processos e de amadurecimento na utilização das ferramentas disponíveis em todas as unidades da Braskem.

Os **investimentos** da Braskem em SSMA totalizaram R\$ 161 milhões e contribuíram para a evolução dos índices de performance da Companhia nesta área.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

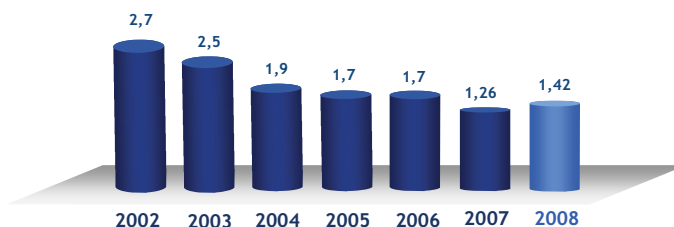
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2008, a **Taxa de Frequência de Acidentes com e sem afastamento**, considerando integrantes e parceiros, por milhão de horas trabalhadas foi de 1,47 - uma redução de 49% em relação ao ano anterior, já incluídos os resultados da Copesul e IPQ, integradas à Braskem a partir de meados de 2007. De acordo com esse indicador, a Braskem está incluída no rol das empresas com melhor desempenho na petroquímica mundial.

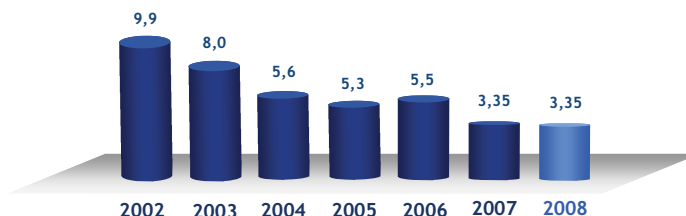
Em relação à **Gestão de Saúde**, foram promovidas ações específicas relacionadas ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho e não foram registrados casos de doença ocupacional.

Os **Indicadores de Ecoeficiência** foram impactados pela redução da produção, no final do ano, ocasionada por restrições de mercado. Apesar disto, as metas pactuadas foram atendidas, com exceção do indicador relativo à geração de efluentes líquidos, que apresentou um desvio de 1,4% acima da meta estabelecida para o ano. Os indicadores relativos à geração de resíduos sólidos e consumo específico de energia apresentaram melhoria quando comparados com o desempenho alcançado em anos anteriores. O consumo de energia apresentou redução de 3,5% em relação ao ano de 2007. Comparativamente ao ano de 2002, ano da criação da Braskem, verificamos uma melhoria contínua dos indicadores de ecoeficiência, conforme ilustram os gráficos a seguir:

Geração de Efluentes Líquidos
(m³/t)



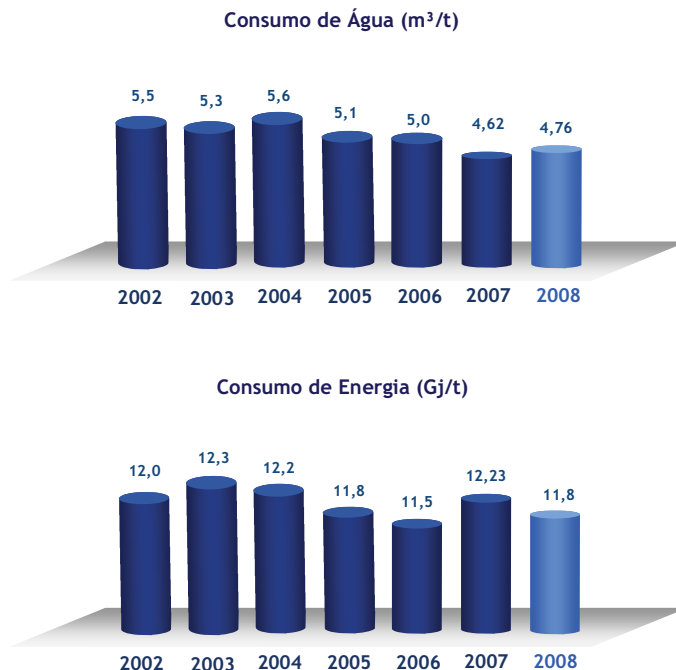
Geração de Resíduos Sólidos, Líquidos e Pastosos
(Kg/t)



00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Desde 2005 a Braskem vem investindo na elaboração de seu inventário de emissões de **Gases do Efeito Estufa – GEE**, com o objetivo de conhecer suas emissões, analisar impacto e identificar oportunidades de projetos que possam promover a redução de emissões de GEE. Em 2008, a Braskem finalizou o inventário de emissões em todas as suas plantas, com o objetivo de realizar um diagnóstico completo e estabelecer um plano estratégico de redução futura, contribuindo com o esforço global de redução dos impactos nas mudanças climáticas. Ainda neste ano, a Braskem aderiu ao Carbon Disclosure Project (CDP), fórum público criado pelos maiores investidores no mercado mundial, cujo foco é a divulgação do desempenho ambiental das empresas convidadas, com ênfase em iniciativas de redução de emissões.

A Braskem, após aderir ao **Pacto Global** em 2007, passou em 2008 a integrar o Comitê Brasileiro do Pacto Global – CBPG, formado por 33 grandes empresas e coordenado pelo Instituto Ethos. O Pacto Global é um programa da ONU coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cuja agenda visa fortalecer a Responsabilidade Social nos diferentes países, advogando princípios universais de Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção Ambiental e em favor da Ética. Em 2009, a Braskem deverá apresentar à ONU o Relatório de Comunicação e Progresso (COP) relatando o avanço obtido para a disseminação dos dez Princípios do Pacto Global, após dois anos de adesão.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Braskem participa de fóruns de discussão locais, estaduais, nacionais e internacionais, acompanhando a elaboração de políticas para a mudança do clima, os cenários e tendências de melhores práticas em SSMA, de modo a conhecer e gerenciar os possíveis riscos regulatórios e manter a excelência na gestão e desempenho nessa área. Alguns dos principais fóruns são: comissões do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), CNI (Confederação Nacional da Indústria), ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química), CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), Federações e Sindicatos das Indústrias, CCPS (Center for Chemical Process Safety/USA) entre outros.

No âmbito social, a Braskem manteve em 2008 o apoio a projetos voltados à educação ambiental, inclusão social e promoção cultural, e reforçou suas parcerias com o objetivo de ampliar o alcance dessas iniciativas e contribuir cada vez mais para o desenvolvimento das comunidades no entorno de suas fábricas. Houve a integração dos projetos sociais realizados pela Copesul, destacando o Fronteiras Braskem do Pensamento, que foi estendido para as capitais baiana e paulista.

A partir do 2º semestre, iniciou-se um movimento interno de revisão de conceitos e práticas ligados à Sustentabilidade Empresarial, que levou a Braskem a associar-se ao Instituto Ethos, entidade que é referência nesse tema, e contemplou a realização de um diagnóstico com objetivo de definir os temas prioritários do programa. O foco do diagnóstico foi avaliar ações de responsabilidade social internas e externas que tenham a participação da Braskem, identificando pontos positivos e oportunidades de melhoria em relação a todos os públicos com os quais a Companhia se relaciona.

9.1. Responsabilidade Social

A filosofia empresarial da Braskem está voltada à valorização do Ser Humano pela educação e pelo trabalho, tendo como premissas a disposição para servir, a capacidade e o desejo de evoluir e a vontade de superar resultados. O alcance dessa visão sobre a missão empresarial se estende além do território da Companhia e contempla as comunidades das quais participa, com suas tradições e manifestações culturais que constituem um rico patrimônio intangível que deve ser preservado e valorizado. Uma das formas de alcançar esses objetivos é através do investimento social privado em programas alinhados aos princípios e valores da Braskem, nos quais foram investidos R\$ 11 milhões em 2008. Desse conjunto, são destacados a seguir:

Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva – Iniciado em 2001 no bairro do Pontal da Barra, comunidade vizinha à unidade industrial de Cloro-Soda da Braskem, em Maceió, o projeto ganha motivação e formas alternativas para geração de renda através de práticas sustentáveis. Cursos de música, inglês, hidroponia, apicultura e pós-graduação, entre outros, proporcionam qualificação e diversificação de ocupações que acabam fomentando a mobilidade social dessa comunidade. Milhares de professores e alunos passaram a conhecer mais sobre a cultura ambiental e o desenvolvimento sustentável através do programa

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cinturão Verde – Área de Preservação Ambiental criada em 1987, constitui uma reserva ecológica de 150 hectares localizada na restinga do bairro do Pontal da Barra, entre o oceano Atlântico e a lagoa Mundaú, em Maceió. O objetivo é o pleno desenvolvimento e reprodução natural da fauna e flora, transformando a área em refúgio ecológico. Já foram investidos recursos na ordem de US\$ 10,0 milhões para o financiamento de trabalhos de recuperação do solo, reconstituição topográfica das dunas e recomposição da paisagem da Mata Atlântica de restinga. O Cinturão Verde já foi visitado por mais de 160 mil pessoas, entre estudantes de todo o Estado de Alagoas e a comunidade em geral.

Prêmio Braskem de Teatro (PBT) – Criado em 1994, consiste na premiação das melhores produções do teatro baiano em dez categorias, com o objetivo de reconhecer, valorizar e premiar os profissionais do palco, abrindo espaço para o surgimento de novos talentos. As indicações são feitas por comissões julgadoras especializadas na área cultural.

Prêmio Braskem Academia de Letras – Criado em 1989, o prêmio surgiu para apoiar os concursos literários anuais promovidos pela Academia de Letras da Bahia. A cada ano identifica-se uma categoria literária para o foco do Prêmio, como Poesia, Contos, Romance, Crônicas e Biografias. A Academia de Letras forma uma comissão julgadora para avaliar os trabalhos e indicar o vencedor. O objetivo é reforçar laços com a comunidade cultural da Bahia, atendendo a um de seus importantes segmentos, formador de opinião, que é o ambiente acadêmico, através de concursos literários públicos.

Parque de Proteção Ambiental - Refúgio ecológico de 68 hectares às margens do rio Caí, no Pólo de Triunfo (RS), onde a vegetação permanece intocada e dezenas de espécies da fauna nativa vivem livremente. Oferece à comunidade, principalmente estudantes, atividades de educação ambiental, como palestras sobre meio ambiente. Instalado na antiga residência principal da fazenda que existia no local, o Museu de Ciências Naturais reproduz todos os ecossistemas encontrados no Parque.

Fronteiras Braskem do Pensamento – Realizado em Porto Alegre, Salvador e São Paulo, é um encontro de pessoas para ouvir grandes pensadores modernos e refletir sobre a criação artística e os modelos estéticos que moldaram a forma de se ver o mundo atual. O foco do **Fronteiras** em 2008 foi o debate sobre “a arte e a linguagem na cultura contemporânea”. Entre as personalidades que se apresentaram no ano incluem-se os cineastas Win Wenders e David Lynch, o sociólogo Edgar Morin, a escritora somali Ayaan Hirsi Ali, o historiador Simon Schamma e o músico Philip Glass.

9.2. Governança Corporativa

Desde a divulgação do seu Compromisso Público quando da sua criação, em 16 de agosto de 2002, a Braskem reafirma seu compromisso de buscar o alinhamento dos interesses de todos os acionistas, seu comprometimento com a ética, a competitividade e

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

a excelência em todas as suas ações, de forma a garantir o melhor retorno aos acionistas, agregando valor a seu patrimônio e remunerando o seu capital.

Com essa visão, a Braskem desenvolveu um modelo de gestão adotando práticas mundiais de Governança Corporativa a fim de garantir o seu bom funcionamento. Além do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, com poderes ampliados conforme previsto pela Lei Sarbanes-Oxley, a Companhia possui comitês de apoio ao Conselho de Administração, cuja função básica é a de avaliar assuntos de interesse desse Conselho visando aprimorar em qualidade e velocidade o processo de deliberação. No decorrer do ano de 2008, esses comitês de apoio foram reorganizados em função da ampliação da participação da Petrobras na Braskem.

Destacam-se algumas práticas de Governança Corporativa na Braskem que destacam o seu compromisso com a gestão da Companhia:

- ✓ Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA desde 13 de fevereiro de 2003;
- ✓ “Tag Along” de 100% para todos os acionistas da Braskem em caso de alienação de controle;
- ✓ Conselho Fiscal com poderes ampliados conforme previsto pela Lei Sarbanes-Oxley. Em 2008, o Conselho Fiscal foi reorganizado, tendo como base o resultado do processo de auto-avaliação em 2007;
- ✓ Código de Conduta, onde se definem os valores, princípios e práticas que guiam nossa conduta corporativa, revisado periodicamente a fim de mantê-lo constantemente alinhado às exigências legais e melhores práticas;
- ✓ Políticas Corporativas, dentre as quais se destaca a de Negociação de Valores Mobiliários, de Gestão Financeira, de Responsabilidade Social, de Seguros e Garantias, de Remuneração e de Saúde, Segurança e Meio Ambiente;
- ✓ Plano de incentivo de longo prazo que permite o alinhamento de interesses dos executivos da empresa com a geração de valor para o acionista. Aprovado em setembro de 2005, vigora desde 2006, permitindo vincular a remuneração dos executivos à valorização da ação no longo prazo;
- ✓ Comitê de Ética atuando em conjunto com a Auditoria Interna e o Conselho Fiscal. Sua função é registrar, tratar, recomendar e promover as decisões para solucionar as denúncias recebidas por meio da linha de ética - canal de comunicação com sigilo garantido para denúncias de violação ao Código de Conduta - visando garantir o cumprimento do mesmo e a melhoria contínua dos processos e dos controles internos da Companhia;
- ✓ Auditoria Interna, contribuindo para o desenvolvimento do modelo de Governança Corporativa da Braskem, garantindo o exame, a avaliação, a adequação e o monitoramento dos processos e dos controles internos, identificando os processos que devem ser desenvolvidos e ou ajustados, contribuindo para o gerenciamento

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

dos riscos chaves de negócio e que atenda as Políticas, Normas e Procedimentos vigentes bem como a legislação aplicável.

- ✓ 4 conselheiros titulares independentes, em comparação a 3 independentes em 2007, seguindo a tendência das melhores práticas;
- ✓ Sistema de informações para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal que é acessado a partir do Portal Braskem, disponibilizando as informações necessárias para o exercício de seus papéis e responsabilidades com segurança, transparência, equidade e rapidez;

▪ 9.2.1 - Auditoria Externa

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Em conformidade com o estabelecido na Instrução CVM-381/03, a soma dos serviços prestados pelas firmas de auditoria KPMG Auditores Independentes e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa foi inferior a 5% do valor total de seus respectivos honorários.

10. Desenvolvimento de Pessoas

A aquisição da Ipiranga Petroquímica e da Copesul aportou à Braskem um conjunto de competências e de talentos tão valioso quanto sua expressiva carteira de clientes e seu parque industrial. Integrar essas novas equipes à empresa, perfazendo um total de mais de 4700 pessoas, de modo a alcançar um alto grau de alinhamento cultural e coesão em torno de uma mesma visão estratégica e dos meios para atingi-la, foi uma das principais concentrações em 2008 da área responsável pela gestão de pessoas na Braskem.

Nesse sentido, cabe destacar a prioridade dedicada ao programa de capacitação dos novos integrantes na Tecnologia Empresarial Odebrecht – TEO, que preparou mais de 870 pessoas, entre elas a grande maioria dos líderes, através de aproximadamente 3.500 horas de atividades. Em toda a empresa, mais de 322 mil horas foram dedicadas a cursos e treinamentos de diferentes naturezas ao longo do ano, como parte de um investimento de R\$ 7,6 milhões.

A educação para o trabalho – e pelo trabalho – é um dos pilares da cultura empresarial da Braskem, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas e na sua capacidade de auto-desenvolvimento e no desejo de

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada, na responsabilidade individual pelos resultados alcançados e na sua partilha com base na contribuição de cada integrante. Combinados a um processo ágil e eficaz de planejamento e controle na sua execução, esse conjunto de princípios e valores tem permitido à Braskem crescer com vigor e criar valor para seus acionistas e seus públicos estratégicos.

O processo de qualificação dos integrantes também é individualizado. Para isso, a Braskem conta com um Sistema de Desenvolvimento de Competências (SDC), que passou por uma evolução estrutural em 2008. Entre as novidades, foi criado o Programa de Desenvolvimento Individual, personalizado para cada integrante de acordo com suas necessidades identificadas pelo líder. O SDC estabelece processos de capacitação e avaliação com o objetivo de alinhar o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de cada integrante às competências requeridas pela Companhia.

Dentre os programas específicos, merece destaque o Programa de Desenvolvimento de Empresários – PDE, com forte base cultural e prática, que busca aprimorar a capacidade de empresariamento dos participantes através do convívio com as várias gerações de líderes da Organização. Em 2008, 37 integrantes receberam formação diferenciada através desse programa, com 330 horas de atividades.

Como reconhecimento e estímulo às equipes responsáveis por soluções inovadoras que criaram mais valor para clientes, acionistas e demais públicos estratégicos durante o ano, cinco projetos entre 130 inscritos foram contemplados com o Prêmio Destaque Braskem. A iniciativa busca aumento de produtividade através do incentivo à criatividade e à reaplicação dos conhecimentos gerados por seus integrantes, permite o compartilhamento das melhores práticas visando a excelência organizacional, além de promover a retenção e difusão do conhecimento na Organização.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Anexos:

R\$ milhões

Demonstração de Resultado	2008	2007	Var. (%)
Receita Bruta	23.020	23.844	(3)
Receita Líquida	17.960	18.788	(4)
Custo dos Produtos Vendidos	(15.141)	(15.140)	0
Lucro Bruto	2.819	3.648	(23)
Despesas com Vendas	(493)	(585)	(16)
Despesas Gerais e Administrativas	(674)	(726)	(7)
Depreciação e Amortização	(544)	(491)	11
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	86	128	(33)
Participação em Sociedades Ligadas	(64)	(75)	(15)
.Resultado de Equivalência Patrimonial	(23)	13	-
.Amortização de Ágio/Deságio	(40)	(88)	(54)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	1.130	1.899	(40)
Resultado Financeiro Líquido	(3.685)	(367)	903
Lucro (Prejuízo) Operacional	(2.554)	1.531	-
Outras Receitas (Despesas)	(159)	(69)	129
Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS	(2.713)	1.462	-
Imposto de renda / Contribuição Social	278	(412)	-
Participação dos Colaboradores	(19)	(19)	1
Resultado Antes da Participação de Minoritários	(2.454)	1.031	-
Participação de Minoritários	(39)	(389)	(90)
Lucro Líquido / (Prejuízo)	(2.492)	642	-
Lucro (prejuízo) por ação (LPA)	(4,91)	1,43	-
EBITDA	2.418	3.250	(26)
Margem EBITDA	13,5%	17,3%	-3,8 p.p.
-Depreciação e Amortização	1.224	1.276	(4)
. Custo	681	785	(13)
. Despesas	544	491	11

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

R\$ milhões

ATIVO	31/12/2008	31/12/2007	Var. (%)
Circulante	7.752	6.619	17
. Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras	2.949	2.139	38
. Contas a Receber	996	1.497	(33)
. Estoques	2.948	2.264	30
. Impostos a Recuperar	611	310	97
. Despesas do Exercício Seguinte	66	73	(9)
. Outros ¹	183	337	(46)
Não Circulante	14.950	14.162	6
. Sociedades Ligadas	46	49	(5)
. Depósitos Judiciais e Compulsórios	120	108	12
. IR e CS Diferidos	654	395	65
. Impostos a Recuperar	1.202	1.175	2
. Investimentos	37	1.073	(97)
. Imobilizado e Intangível	12.657	11.019	15
. Diferido	108	111	(2)
. Outros	125	232	(46)
Total do Ativo	22.702	20.781	9
PASSIVO E P.L.	31/12/2008	31/12/2007	Var. (%)
Circulante	7.574	5.890	29
. Fornecedores	4.907	2.935	67
. Financiamentos	2.146	1.180	82
. Salários e Encargos Sociais	218	261	(16)
. Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	7	308	(98)
. Imposto de Renda a Pagar	0	15	(98)
. Impostos a Recolher	106	162	(35)
. Adiantamentos de Clientes	49	23	109
. Outros ²	141	1.006	(86)
Não Circulante	11.448	8.614	33
. Financiamentos	9.840	7.202	37
. Operações de Hedge ³	109	0	-
. Impostos e Contribuições a Recolher	1.255	1.210	4
. Outros	245	202	21
Participação Acionistas Minoritários	0	598	-
Patrimônio Líquido	3.680	5.679	(35)
. Capital Social	5.376	4.641	16
. Reservas de Capital	457	409	12
. Ações em Tesouraria ⁴	0	(258)	-
. Reserva de lucros ⁴	519	965	(46)
. Ajuste de Avaliação Patrimonial (Lei 11.638/07)	(102)	0	-
. Lucros (Prejuízos) Acumulados	(2.571)	(78)	-
Total do Passivo e PL	22.702	20.781	9

¹ Em 31/12/2007, contempla R\$ 137 milhões em investimentos a alienar relativos a Petroflex

² Em 31/12/2007, contempla R\$ 247 milhões referente à última parcela da aquisição da Políteno e R\$ 633 milhões referente à parcela restante da aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga.

³ Essa nova classificação em 31/12/2008 obedece à contabilização de Hedge Accounting prevista na Lei 11.638/07

⁴ Cancelamento em 2008 das ações em tesouraria absorvidas contra conta de Reserva de Lucros.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Reconciliação Resultado 2007 - Pro Forma (R\$ milhões)

Consolidado	622
Resultado da participação pro forma na Ipiranga Química e minoritários IPQ	25
Amortização de ágio das participações pro forma na Ipiranga Química e Petroquímica	(5)
Exclusão de lucros dos estoques	1
Encargos financeiros pro forma	(1)
Consolidado Pro Forma	642

Conselho de Administração

Presidente:	Marcelo Bahia Odebrecht	
Vice-Presidente:	Djalma Rodrigues de Souza	
Conselheiros:	Alvaro Novis	José de Freitas Mascarenhas
	Antonio Britto Filho	Newton Sergio de Souza
	Alvaro Fernandes da Cunha	Francisco Pais
	Jose Mauro M Carneiro da Cunha	Edmundo José C Aires
	Francisco Teixeira de Sá	

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente:	Bernardo Afonso de Almeida Gradin	
Diretores:	Carlos José Fadigas de Souza Filho	Mauricio R de Carvalho Ferro
	Roberto Prisco Paraíso Ramos	Victor Manuel Martins Pais
	Luiz de Mendonça	André Amaro da Silveira
	Manuel Carnaúba Cortez	Enio Augusto Pereira e Silva
	Alfredo Lisboa Ribeiro Tellechea	

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

- (a) A Braskem S.A. ("Braskem" ou "Companhia"), com 18 unidades de produção localizadas nos Estados de Alagoas, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, produzem petroquímicos básicos como eteno, propeno e benzeno, além de gasolina e GLP (gás de cozinha). No segmento de resinas termoplásticas, produzem polietileno, polipropileno e PVC. Além desses, a Braskem tem como objeto social a importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos, combustíveis e a produção e fornecimento de insumos consumidos pelas empresas dos Pólos Petroquímicos de Camaçari – BA e de Triunfo - RS, tais como: vapor, água, ar comprimido, energia elétrica, bem como a prestação de diversos serviços a essas empresas e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. A sede da Braskem está localizada em Camaçari – BA e a sua controladora é a Odebrecht S.A. que detém, direta e indiretamente, 62,3% do capital votante.
- (b) Em maio de 2007, a Braskem anunciou a desativação da unidade de produção de DMT e a suspensão temporária da produção de PET, ambas instaladas no Pólo Petroquímico de Camaçari. Na época, foi iniciado um estudo para a eventual retomada da produção de PET a partir de uma nova rota tecnológica que garantisse custos competitivos para a cadeia de poliéster no Brasil. Parte dos equipamentos da unidade de DMT foi utilizada por outras plantas da Companhia e parte foi destinada para alienação como sucata. O valor residual contábil dos bens colocados para alienação foi baixado contra o resultado do exercício de 2007 (Notas 13 e 26).

Em dezembro de 2008, a Companhia anunciou a saída do negócio de PET tendo em vista que os estudos iniciados em 2007 mostraram a inviabilidade da retomada da produção daquela resina em bases competitivas. Parte dos equipamentos da unidade de PET tem utilização assegurada em outros empreendimentos da Companhia. O valor residual contábil do restante dos bens foi levado para o resultado do exercício de 2008 (Notas 13 e 26).

(c) Reorganização societária

Desde sua formação, em 16 de agosto de 2002, a Companhia e suas controladas vêm passando por amplo processo de reorganização societária, divulgada ao mercado através de fatos relevantes, cujos principais eventos, em 2007 e 2008, podem ser assim sumariados:

c.1 - Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2007, foi aprovada a incorporação da Politen Indústria e Comércio S.A. ("Politen"), tendo como base seu patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 2006, no montante de R\$ 498.983. A relação de troca das ações da Politen por ações da Braskem foi determinada com base

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

nos patrimônios líquidos das companhias, a valor contábil, conforme laudos preparados por empresa especializada.

Com a incorporação, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 19.157, mediante emissão de 1.533.670 ações preferenciais classe "A", passando para R\$ 3.527.429, sendo composto por 123.978.672 ações ordinárias, 247.154.278 ações preferenciais classe "A" e 803.066 ações preferenciais classe "B".

Para manter a estrutura de capital vigente na Braskem, composta de 1/3 de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais, foi aprovada a conversão de 486.530 ações preferenciais classe "A" em ações ordinárias.

c.2 - Em abril de 2007, a Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar") por si, e na qualidade de comissária da Companhia e da Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), adquiriu por R\$ 2.113.107 o equivalente a 66,2% das ações ordinárias e 13,9% das ações preferenciais de emissão da Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. ("RPI"); 69,2% das ações ordinárias e 13,5% das ações preferenciais de emissão da Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A. ("DPPI") e 3,8% das ações ordinárias e 0,4% das ações preferenciais de emissão da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga ("CBPI"), que pertenciam aos acionistas controladores do Grupo Ipiranga. Daquele montante, a Companhia pagou R\$ 651.928, nos termos do contrato de comissão entre as partes.

Nos termos do acordo entre a Ultrapar, Braskem e Petrobras, a Companhia passou a deter o controle dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga, representados pela Ipiranga Química S.A. (nova razão social a partir de dezembro de 2008 "IQ Soluções & Química S.A." ("IQ"), Ipiranga Petroquímica S.A. ("IPQ") e pela participação desta na Companhia Petroquímica do Sul ("Copesul"). Os ativos relacionados às operações de refino de petróleo, detidos pela RPI, passaram a ser compartilhados igualmente entre Petrobras, Ultrapar e Braskem.

Como nova controladora desses ativos, a Companhia iniciou, em abril de 2007, a consolidação integral da IQ, IPQ e Copesul considerando uma participação de 13,40% no capital total da IQ. Até 31 de março de 2007, a Copesul era consolidada proporcionalmente, nos termos da Instrução CVM nº 247/96.

Nos meses de outubro e novembro de 2007, dando continuidade ao processo de compra do Grupo Ipiranga, ocorreu a aquisição das ações ordinárias pertencentes aos acionistas minoritários da RPI, DPPI e CBPI, atendendo o previsto na Lei das Sociedades por Ações. Para esta aquisição, a Braskem adiantou à Ultrapar o valor de R\$ 203.713 e passou a considerar uma participação de 17,87% no capital total da IQ para efeito de consolidação.

c.3 - Em novembro de 2007, foi anunciada a celebração de um acordo entre a Petrobras, Petrobras Química S.A. – Petroquisa ("Petroquisa"), Odebrecht S.A. ("Odebrecht") e Nordeste Química S.A. ("Norquisa") com o objetivo de dar continuidade ao processo de

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

consolidação da indústria petroquímica nacional por meio da integração, na Braskem, das participações detidas pela Petrobras e Petroquisa na Copesul, IQ, IPQ, Petroquímica Paulínia S.A. ("Petroquímica Paulínia") e Petroquímica Triunfo ("Triunfo").

c.4 - Em dezembro de 2007, a Ultrapar procedeu a incorporação das ações preferenciais pertencentes aos acionistas minoritários das empresas adquiridas, passando a deter a totalidade das ações da RPI, DPPI e CBPI. Com a conclusão dessa última etapa, a Companhia registrou a parcela final devida à Ultrapar, no valor de R\$ 633.488. Com o reconhecimento contábil dessa etapa do processo de aquisição, a Companhia passou a considerar uma participação de 60% no capital total da IQ para efeito de equivalência patrimonial e consolidação daquela controlada. O pagamento para a Ultrapar do valor provisionado em 31 de dezembro de 2007 e a conseqüente transferência das ações da IQ para a Companhia ocorreram em 27 de fevereiro de 2008.

c.5 - Em janeiro de 2008, a Companhia pagou R\$ 247.503, referente à parcela final da aquisição das ações da Politeno ocorrida em abril de 2006. O valor das ações foi determinado a partir do desempenho médio daquela companhia nos 18 meses seguintes à assinatura do contrato de compra e venda, em função da diferença entre os preços dos polietilenos e do eteno no mercado brasileiro. Essa aquisição gerou ágio no valor de R\$ 162.174, fundamentado em rentabilidade futura.

c.6 - Em 13 de dezembro de 2007, a Braskem, em conjunto com a UNIPAR – União de Indústrias Petroquímicas S.A. ("UNIPAR") e outros acionistas minoritários da Petroflex Indústria e Comércio S.A. ("Petroflex") celebraram contrato de venda com a Lanxess Deutschland GmbH ("Lanxess") da totalidade das ações que possuíam daquela controlada em conjunto.

Em março de 2008, foi concluído o atendimento das cláusulas precedentes previstas no contrato de venda, o que motivou o reconhecimento contábil do ganho na transação no valor de R\$ 130.502 (Nota 26). A liquidação financeira da operação ocorreu em 1º de abril de 2008. Conforme previsto na Instrução CVM nº 247/96, a Companhia continuou apurando o resultado de equivalência patrimonial sobre esse investimento até março de 2008.

c.7 - Em 30 de maio de 2008, foi aprovada a incorporação de ações, a valor contábil, de emissão da Grust Holdings S.A. ("Grust"), até então subsidiária integral da Petroquisa e detentora, direta e indiretamente, dos seguintes ativos petroquímicos: (i) 36,47% do capital votante da Copesul; (ii) 40% do capital votante da IPQ; (iii) 40% do capital votante da IQ; e (iv) 40% do capital votante da Petroquímica Paulínia. Após a incorporação de ações, a Braskem passou a ser detentora, direta e indiretamente, de 99,17% do capital votante da Copesul e de 100% do capital votante da IPQ, IQ e Petroquímica Paulínia. Esta última era controlada em conjunto com Petroquisa.

Com a incorporação de ações, a Petroquisa recebeu 46.903.320 novas ações ordinárias e 43.144.662 novas ações preferenciais classe "A" de emissão da Braskem, com base na seguinte relação de substituição determinada a partir dos valores econômicos da Grust e

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

da Braskem, conforme laudos emitidos por empresas especializadas: 0,067419126039 ação ordinária e 0,062016407480 ação preferencial classe "A" de emissão da Braskem para cada 1(uma) ação ordinária de emissão da Grust. Por sua vez, a Braskem recebeu 695.697.538 ações ordinárias detidas pela Petroquisa na Grust. A incorporação das ações resultou em aumento do capital social da Braskem no valor de R\$ 720.709, que corresponde ao valor contábil do patrimônio líquido da Grust em 31 de março de 2008.

c.8 - Em 10 de julho de 2008, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da controlada Grust, o aumento do seu capital social, sem emissão de novas ações, mediante capitalização dos lucros correntes apurados em 30 de junho de 2008, no valor de R\$ 102.117, passando o seu capital social de R\$ 695.698 para R\$ 797.815.

c.9 - Em 16 de julho de 2008, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da controlada IPQ, o aumento do seu capital social mediante aporte, pela Grust, de sua participação na Copesul, no valor de R\$ 302.630, passando-o de R\$ 349.507 para R\$ 652.137, mediante a emissão de 11.938.022.669 ações ordinárias.

c.10 - Em 28 de julho de 2008, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da controlada Grust, a redução de seu capital social no valor de R\$ 797.815, passando-o para R\$ 10,00 (dez reais), com o conseqüente cancelamento de 695.697.528 ações ordinárias, aprovando-se, por conseguinte, a restituição à Braskem dos seguintes ativos avaliados a valor contábil de 30 de junho de 2008:

- (i) 174.429.784.996 ações ordinárias da IQ, no valor de R\$ 398.455;
- (ii) 11.938.022.669 ações ordinárias de emissão da IPQ, no valor de R\$ 302.631; e
- (iii) 112.000 ações ordinárias de emissão da Petroquímica Paulínia, no valor R\$ 96.729.

Com a referida transferência, a Braskem passou a deter, de forma direta, 100% dos capitais votantes da IQ e Petroquímica Paulínia, 25,98% do capital votante da IPQ e 59,97% do capital votante da Copesul.

c.11 - Em 11 de setembro de 2008, foi aprovada em Assembléias Gerais Extraordinárias, a incorporação da Copesul pela IPQ. A incorporação resultou em aumento do capital social da IPQ no valor de R\$ 585.267, passando-o de R\$ 652.137 para R\$ 1.237.404, mediante a emissão de 23.695.195.295 ações preferenciais. O referido aumento teve como base o valor do patrimônio líquido contábil da Copesul, em 31 de julho de 2008 (data-base da operação), nos termos e condições estabelecidos no "Protocolo e Justificação", datado de 22 de agosto de 2008, que estabeleceu a relação de troca com base nos valores econômicos da IPQ e da Copesul, segundo os quais cada 1 (uma) ação de emissão da Copesul fez jus ao recebimento de 524 ações preferenciais da IPQ. As variações patrimoniais ocorridas na Copesul entre a data-base e a data de incorporação foram refletidas integralmente na IPQ na conta de resultado de equivalência patrimonial.

c.12 - Em 30 de setembro de 2008, foi aprovada em Assembléias Gerais Extraordinárias da Braskem e da IQ, a cisão parcial da IQ, com versão da parcela cindida para a

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Companhia, relativa às participações na IPQ e na ISATEC – Pesquisa, Desenvolvimento e Análises Químicas Ltda. (“ISATEC”).

Na mesma data, foram aprovadas, em Assembléias Gerais Extraordinárias, as incorporações, pela Braskem, da IPQ e Petroquímica Paulínia nos termos e condições estabelecidos no protocolo de justificação de incorporação, datado de 12 de setembro de 2008. Foi aprovado, naquela mesma data, o aumento do capital da Companhia em R\$ 14.146, o qual passou de R\$ 5.361.656 para R\$ 5.375.802, mediante a emissão de 1.506.061 ações preferenciais classe “A”, que foram entregues aos acionistas remanescentes da IPQ, agora acionistas da Braskem.

(d) Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE

Em julho de 2008, o CADE aprovou a operação de aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga pela Braskem e Petrobras. A única recomendação feita pelo CADE foi a de ajustar a cláusula de não concorrência pelos vendedores, que fica limitada aos mercados onde atuavam.

Na mesma decisão, o CADE aprovou, também, o acordo de investimentos pelo qual a Petrobras incorporou ações na Braskem através de suas participações minoritárias na Copesul, IPQ, IQ e Petroquímica Paulínia.

Com a decisão do CADE, deixaram de existir quaisquer restrições à gestão e incorporação dos ativos envolvidos na aquisição.

(e) Governança corporativa

A Braskem aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa Diferenciada da BOVESPA que estabelece, principalmente, o comprometimento da Companhia com melhorias na prestação de informações ao mercado e na dispersão acionária.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/06, a autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 19 de fevereiro de 2009.

As demonstrações financeiras da Companhia (individuais e consolidadas) de 2008 e 2007 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Na elaboração dessas demonstrações financeiras, a Companhia adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07 ("Lei 11.638/07"), de 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08 ("MP 449/08"), de 3 de dezembro de 2008. A Lei 11.638/07 e a MP 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

O CPC é uma entidade que tem por objeto o estudo e a divulgação dos princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria. A adoção dos pronunciamentos e orientações técnicas emitidas pelo CPC depende da aprovação da CVM, Banco Central ou outras agências reguladoras. Para a Companhia, são válidos os pronunciamentos e orientações do CPC aprovados pela CVM.

Pronunciamento CPC	Assunto	Ato de aprovação pela CVM	Data de aprovação pela CVM
CPC 01	Redução ao valor recuperável de ativos	Deliberação 527/07	1º/11/2007
CPC 02	Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Deliberação 534/08	29/01/2008
CPC 03	Demonstração dos fluxos de caixa – DFC	Deliberação 547/08	13/08/2008
CPC 04	Ativos intangíveis	Deliberação 553/08	12/11/2008
CPC 05	Divulgações sobre partes relacionadas	Deliberação 560/08	11/12/2008
CPC 07	Subvenções e assistências governamentais	Deliberação 555/08	12/11/2008
CPC 08	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	Deliberação 556/08	12/11/2008
CPC 09	Demonstração do valor adicionado – DVA	Deliberação 557/08	12/11/2008
CPC 12	Ajuste a valor presente	Deliberação 564/08	17/12/2008
CPC 13	Adoção inicial da Lei 11.638/07 e da MP 449/08	Deliberação 565/08	17/12/2008
CPC 14	Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação	Deliberação 566/08	17/12/2008

Nas demonstrações financeiras da Companhia, estão integrados os ativos, passivos e resultados das controladas no exterior. Muito embora algumas controladas possuam corpo gerencial e operações próprias, o procedimento de integração em questão foi adotado de forma conservadora, considerando-se o fato das referidas empresas terem suas atividades mercantis praticamente exclusivas com sua controladora. Portanto, todas

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

as controladas no exterior foram consideradas dependentes e têm como moeda funcional o Real, conforme determinado pelo CPC 02.

Consoante item 51 do CPC 13, a Companhia não está apresentando a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei 11.638/07 e da MP 449/08 estão detalhados na Nota 3 (3.1).

Regime Tributário Transitório (RTT)

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório ("RTT"), pela Companhia e suas controladas sediadas no Brasil, conforme facultado pela MP 449/08, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449/08. A opção em definitivo ao RTT será manifestada somente quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-fiscal da Pessoa Jurídica - DIPJ. Os efeitos fiscais temporários, quando aplicável, gerados por conta da adesão ao RTT estão apurados e apresentados no Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Adoção da Lei 11.638/07

A Companhia optou por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2007, que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei 11.638/07 e MP 449/08. As modificações introduzidas pelas referidas legislações se caracterizam como mudança de prática contábil e, portanto, todos os ajustes com impacto nos resultados de exercícios anteriores à adoção foram efetuados contra lucros ou prejuízos acumulados na data de transição.

Para fins de divulgação das demonstrações financeiras comparativas, a Companhia seguiu a Deliberação CVM nº 506 de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação, tendo como consequência a reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Seguem, abaixo, os ajustes patrimoniais decorrentes da adoção inicial da Lei 11.638/07 e da MP 449/08 (a); o sumário das práticas contábeis modificadas pelas referidas legislações que impactaram os saldos iniciais em 1º de janeiro de 2007 (b); e os efeitos da adoção da Lei 11.638/07 e MP 449/08 (c).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Ajustes da adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08 no Balanço Patrimonial na data de transição

Resumo dos ajustes

Ativo diferido baixado (Nota 3(b))	(158.880)
Ajustes a valor presente (Nota 3(b))	32.816
Imposto de renda sobre ajustes	22.834
	<u>(103.230)</u>

Os efeitos tributários dos ajustes decorrentes da adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08, quando aplicável, foram lançados nas contas de patrimônio líquido nas quais foram contabilizados os referidos ajustes em contrapartida de contas patrimoniais de ativo ou passivo fiscal diferido.

(b) Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial, que impactaram os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2007

- **Ativo diferido**

Os saldos dos ativos diferidos, existentes em 31 de dezembro de 2006, relativos, principalmente, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 1.017.073 (R\$ 1.531.019 - consolidado) foram reclassificados para o grupo do ativo intangível. Os demais saldos no valor de R\$ 158.880 (controladora e consolidado) foram baixados contra a conta de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2006, permanecendo no ativo diferido apenas os gastos pré-operacionais que serão mantidos até sua realização total por meio de amortização ou baixa contra resultado.

- **Ajustes a valor presente**

Determinadas contas a pagar de curto prazo foram ajustadas ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses passivos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de pagamento prefixada ou pós-fixada, com base no saldo inicial da data de transição conforme facultado pelo CPC 13.

O efeito do ajuste a valor presente decorrente da adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08 foram registrados contra a conta de prejuízos acumulados.

(c) Efeitos da adoção da Lei 11.638/07 e MP 449/08

As conciliações do resultado e do patrimônio líquido findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 considerando os efeitos da adoção da Lei 11.638/07 e MP 449/08, com o que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas, estão abaixo demonstradas:.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2008	2007
Lucro líquido (prejuízo) do exercício findo em 31 de dezembro	(2.506.923)	617.438
Reversão da amortização anual dos diferidos baixados (Nota 15)		59.537
Encargos financeiros embutidos nas operações de compra, líquidos (AVP) (Nota 3.2(f.1))	43.184	
Custos de transação (Nota 16(i)), líquidos da amortização do exercício	45.806	
Baixa de gastos lançados no diferido (Nota 15)		(34.816)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Nota 13)	(29.641)	
Incentivo fiscal (Nota 21 (c))		49.497
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei	59.349	74.218
Lucro líquido (prejuízo) sem os efeitos da Lei 11.638/07 e MP 449/08	(2.566.272)	543.220
	2008	2007
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	3.691.881	5.766.288
Ajustes na data da transição reconhecidos em:		
Lucros ou prejuízos acumulados (Nota 3.1(a))		103.230
Incentivo fiscal (Nota 21(c))		49.497
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 21(g))	102.100	
Efeitos ajustes da Lei 11.638/07 e MP 449/08, exercício 2007	78.510	
Diferença entre o resultado líquido e o resultado ajustado	(59.349)	(74.218)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro, sem os efeitos da Lei 11.638/07 e MP 449/08	3.813.142	5.844.797

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

(a) Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, do ativo intangível e valor de mercado de instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, determinação das provisões para imposto de renda e outras similares.

(b) Moeda estrangeira e moeda funcional

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

(c) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

A receita com venda de produtos é reconhecida quando o risco e a propriedade dos produtos são transferidos para os clientes. A transferência de propriedade ocorre quando o produto é entregue ao cliente ou ao seu transportador, dependendo da modalidade da venda.

A provisão para o imposto de renda e as despesas de ICMS são contabilizadas incluindo as parcelas de incentivos fiscais, sendo o montante correspondente à isenção e redução do imposto de renda e a de ICMS creditadas em conta de resultado do exercício.

Considerando as disposições da Deliberação CVM nº 273/98, de 20 de agosto de 1998, e da Instrução CVM nº 371/02, de 27 de junho de 2002, o imposto de renda diferido é demonstrado pelo seu valor provável de realização, previsto para ocorrer conforme descrito na Nota 19 (b, ii).

As variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos são classificadas nas rubricas de "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras", respectivamente.

A Companhia reconhece no resultado do exercício o valor de mercado dos contratos de derivativos que façam contrapartida à realização de fluxos de caixa e passivos indexados em moeda estrangeira ou em taxas internacionais de juros, exceto para aqueles contabilizados como operações de *hedge*. (Notas 23 (f.3) (i.b)).

O lucro líquido por ação é calculado com base na quantidade de ações existentes na data de encerramento do exercício.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Ativos circulante e não circulante

(d.1) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos.

(d.2) Instrumentos financeiros

- **Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros mantidos para negociação

Os ativos financeiros mantidos para negociação são mensurados ao valor justo através do resultado com o objetivo de serem negociados ativa e frequentemente, inclusive derivativos, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de contratos de mútuo e de conta corrente com empresas ligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(iii) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, líquida de impostos, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (*impairment*).

- **Valor justo**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

- **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juro.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado exceto na circunstância descrita abaixo para contabilização de operações de *hedge*:

Hedges de fluxo de caixa

As alterações no valor justo de instrumentos derivativos de proteção designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na medida em que o *hedge* é considerado efetivo. Se o *hedge* for considerado não efetivo, as alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Se o instrumento de *hedge* deixar de cumprir os critérios para a contabilidade de operação de *hedge*, expira ou é vendido, terminado ou exercido, a contabilidade de operação de *hedge* é descontinuada prospectivamente. O ganho ou perda acumulado anteriormente reconhecido no patrimônio líquido deve ser transferido imediatamente para o resultado do período.

A Companhia reconheceu passivo relativo à contabilidade de operação de *hedge* cujas características atendem aos requisitos previsto pelo CPC 14. A documentação necessária para aplicação do conceito de contabilidade de *hedge*, conforme previsto na CPC 13, estava completa em 31 de dezembro de 2008.

(d.3) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas na sua realização, tendo em vista o histórico de perdas da Companhia.

A metodologia utilizada pela Companhia para a constituição da provisão para devedores duvidosos contempla 100% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias, 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 90 dias e 100% do montante dos títulos em cobrança judicial. Os títulos a receber das empresas ligadas não estão considerados no cálculo dessa provisão.

(d.4) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização. Os produtos acabados incluem o frete até o local da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

cada importação. Os estoques de materiais de manutenção são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.

(d.5) Imposto de renda diferido

O imposto de renda diferido é calculado sobre os prejuízos fiscais e sobre as despesas contábeis temporariamente indedutíveis para o cálculo do imposto de renda corrente. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Periodicamente, os valores contabilizados são reavaliados em consonância com a Deliberação CVM nº 273/98, de 20 de agosto de 1998, e da Instrução CVM nº 371/02, de 27 de junho de 2002.

(d.6) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

(e) Ativo permanente

(e.1) Participações em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas:

As participações em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas do saldo de ágio/(deságio) a amortizar.

Os ágios têm como fundamento econômico a mais-valia do ativo. Esses ágios são mantidos na conta de investimentos e, quando os ativos são incorporados, são transferidos para o ativo imobilizado. Os ágios fundamentados em mais-valia do ativo imobilizado são amortizados nos mesmos prazos dos respectivos bens que os fundamentaram. Os ágios fundamentados em rentabilidade futura são classificados no Intangível.

Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(e.2) Ativo imobilizado

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição/construção. A partir de 1997, o imobilizado inclui a capitalização dos encargos de financiamentos obtidos de terceiros durante o período de construção nos termos da Deliberação CVM nº 193/96. Os encargos capitalizados são incorporados aos bens e depreciados / amortizados a partir do momento em que estes entram em operação (Nota 16 (g)).

A partir de janeiro de 2006, em atendimento à Interpretação Técnica nº 01/2006 do IBRACON, a Companhia adotou como prática contábil o registro dos gastos realizados com paradas programadas para manutenção do ativo imobilizado na rubrica "Máquinas, equipamentos e instalações". Tais paradas ocorrem em períodos programados que variam de dois a seis anos e os respectivos gastos são depreciados até o início da seguinte correspondente parada (Nota 13).

A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 13, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

(e.3) Ativo intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: os ágios por expectativa de rentabilidade futura, apurados nas aquisições envolvendo combinações de negócios não serão amortizados a partir de 2009 e têm o seu valor recuperável testado.

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. A amortização é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 14, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não serão amortizados a partir de 2009 e têm o seu valor recuperável testado.

A Companhia contabiliza no resultado os gastos com pesquisa.

(e.4) Ativo Diferido

A Companhia optou por manter no ativo diferido, em 31 de dezembro de 2008, somente os gastos incorridos durante o período de construção de plantas industriais (gastos pré-operacionais). Esses gastos são amortizados em 10 anos a partir do início de operação da respectiva planta industrial.

(e.5) Redução ao valor recuperável

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido têm os seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio por expectativa de rentabilidade futura e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

(f) Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

(f.1) Ajuste a valor presente

Nos termos da CPC 12, a Companhia passou a destacar os encargos financeiros nas compras de nafta no exterior para pagamento acima de 180 dias.

Durante 2008 e 2007, a Companhia importou R\$ 2.750.624 e R\$ 1.553.177 de nafta respectivamente, com um prazo de pagamento superior ao ciclo operacional da Companhia.

A nafta importada pela Braskem é uma *commodity* precificada à cotação "ARA" ("Antwerp, Roterdhan e Amsterdam") do mercado europeu, acrescida de fretes e encargos financeiros no caso de compras a prazo.

O encargo financeiro médio cobrado pelos fornecedores, em 2008 e 2007, foi de 5,08% e de 5,07% respectivamente.

Os encargos financeiros referentes a estas compras são destacados no momento do registro das notas fiscais e são apropriados ao resultado como despesas financeiras pela fluidez do prazo.

Os encargos financeiros apurados em 2008 e 2007 e seus impactos nas demonstrações financeiras estão demonstrados abaixo:

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2008	2007
Encargos financeiros embutidos nas compras do período	126.675	81.468
Encargos financeiros a apropriar nos anos seguintes	75.999	32.816

O saldo dos encargos financeiros a apropriar está classificado como redutor da conta de fornecedores.

As demais operações de compras e vendas realizadas pela Companhia estão dentro do prazo do seu fluxo operacional. Para estas operações a Companhia entende que os títulos a receber e a pagar estão mensurados pelos respectivos valores justos.

(f.2) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos de eventuais gastos incorridos na estruturação da operação (custo de transação). Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (custo amortizado).

As debêntures não conversíveis têm seu reconhecimento de forma similar a dos empréstimos.

(f.3) Passivos contingentes

Os passivos contingentes são apresentados deduzidos dos depósitos judiciais a eles vinculados, em consonância com a Deliberação CVM nº 489/05.

(f.4) Provisões para perdas nos investimentos

As provisões para perdas nos investimentos em sociedades controladas são constituídas sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades e classificadas no passivo não circulante, em contrapartida do resultado com participações em sociedades controladas e coligadas.

(f.5) Plano de pensão

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganho ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

juros de títulos públicos, cujos prazos de vencimento aproximam-se dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a empresa paga contribuições a planos de pensão de administração privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(f.6) Demais provisões

Provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(g) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da CVM e abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e entidades de propósito específico, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta e indiretamente, como a seguir apresentado:

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Participação direta e indireta no capital total - %	
	Sede (País)	2008	2007
Controladas no exterior integradas à controladora			
Braskem America Inc. ("Braskem America")	EUA	100,00	100,00
Braskem Argentina S.R.L. ("Braskem Argentina")	Argentina	100,00	100,00
Braskem Europe B.V. ("Braskem Europa")	Holanda	100,00	100,00
Braskem Finance Limited ("Braskem Finance")	(i) Ilhas Cayman	100,00	
Braskem Incorporated ("Braskem Inc")	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Braskem Petroquímica S.A. ("IPQ Argentina")	(ii) Argentina	100,00	
Braskem Petroquímica Chile Limitada ("Braskem Chile")	(ii) Chile	100,00	
IPQ Petroquímica Chile Limitada ("IPQ Chile")	(ii) Chile	100,00	
Natal Trading	(ii) British Virgin Islands	100,00	
Copesul International Trading INC. ("CITI")	(ii) British Virgin Islands	100,00	
Controladas no país			
Braskem Distribuidora Ltda. e suas controladas	Brasil	100,00	100,00
Braskem Participações S.A. ("Braskem Participações")	Brasil	100,00	100,00
Companhia Alagoas Industrial - CINAL ("CINAL")	Brasil	100,00	100,00
Copesul e suas controladas	(ii) Brasil		62,70
Grust Holdings S.A. ("Grust")	(iv) Brasil	100,00	
IQ e suas controladas	Brasil	100,00	60,00
ISATEC-Pesquisa, Desenv. e Análises Quím.Ltda. ("ISATEC")	(ii) Brasil	100,00	
CCI - Comercial Importadora S.A. ("CCI")	(ii) Brasil	100,00	
Petroquímica Paulínia S.A. ("PPSA")	(v) Brasil		60,00
Políteno Empreendimentos Ltda. ("Políteno Empreendimentos")	Brasil	100,00	100,00
Controlada em conjunto			
CETREL S.A. - Empresa de Proteção Ambiental ("CETREL")	(vi) Brasil	54,24	49,89
Entidade de Propósito Específico ("EPE")			
Sol-Fundo de Aplicação em Cotas de Fundos de Investimento ("FIQ Sol")	(vii) Brasil	100,00	100,00
Fundo Parin	Guernsey		100,00

(i) Empresa constituída em abril de 2008.

(ii) Controladas diretas da Braskem a partir da incorporação da IPQ e cisão da IQ (Nota 1 (c.12))

(iii) Empresa incorporada pela IPQ em setembro de 2008 (Nota 1(c.11))

(iv) Investimento adquirido em maio de 2008 (Nota 1(c.7))

(v) Empresa incorporada pela Companhia em setembro de 2008. (Nota 1 (c.12))

(vi) Investimento consolidado proporcionalmente, conforme Instrução CVM nº 247/96

(vii) Controlada em conjunto em função de disposição do acordo de acionistas

(viii) Fundos consolidados em atendimento à Instrução CVM nº 408/04

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos entre companhias, a equivalência patrimonial, assim como os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os lucros não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

As participações dos acionistas minoritários no patrimônio e no resultado das controladas foram apresentadas separadamente nos balanços patrimoniais e nos resultados dos exercícios consolidados, respectivamente.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os ágios fundamentados em mais valia do imobilizado foram reclassificados para conta específica do ativo permanente que os fundamentaram, em consonância com a Instrução CVM nº 247/96. Os deságios são reclassificados para rubrica "Demais contas a pagar" no passivo não circulante.

Até 31 de março de 2007, a Copesul era consolidada proporcionalmente, conforme previsto na Instrução CVM nº 247/96.

Conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 23 da Instrução Normativa CVM nº 247/96 e autorizada pelos Ofícios/CVM/SNC/nº 005/2009, a Companhia não consolidou proporcionalmente as demonstrações financeiras das controladas em conjunto Companhia de Desenvolvimento Rio Verde – CODEVERDE e RPI. As informações destas controladas não apresentam alterações relevantes ou provocam distorções nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultados sintéticos dessas controladas, ajustados de acordo com as práticas contábeis da Companhia, estão apresentados a seguir:

Balanços Patrimoniais	Codeverde (i)		RPI	
	2008	2007	2008	2007
Ativo				
Circulante	410	404	42.484	85.289
Não circulante				
Realizável a longo prazo	122	122	134	3.446
Permanente	101.362	46.621	35.267	34.752
Total do ativo	101.894	47.147	77.885	123.487

Balanços Patrimoniais	Codeverde (i)		RPI	
	2008	2007	2008	2007
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	92	102	94.476	93.229
Não circulante	1.700	1.700	35.993	61.507
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	100.102	45.345	(52.584)	(31.249)
Total do passivo e patrimônio líquido	101.894	47.147	77.885	123.487

(i) em fase pré-operacional

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70	
14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS		
	RPI	
Demonstrações de Resultados	2008	2007
Receita líquida de vendas	512.799	620.958
Custo dos produtos vendidos	(528.212)	(596.153)
Lucro bruto	(15.413)	24.805
Despesas operacionais, líquidas	(44.748)	(23.207)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(60.161)	1.598
Resultado financeiro	(2.986)	(5.006)
Outras despesas e receitas, líquidas	25.311	426
Prejuízo antes dos impostos	(37.836)	(2.982)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido		1.848
Prejuízo do exercício	(37.836)	(1.134)

Os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados das empresas controladas em conjunto e das EPE's, ajustados às práticas contábeis da Companhia, podem ser assim resumidos:

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Controlada em conjunto

	CETREL (i)	
	2008	2007
Ativo		
Circulante	61.875	31.830
Não circulante	30.586	11.928
Permanente	179.162	178.979
Total do ativo	271.623	222.737
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	27.448	24.207
Não circulante	29.383	25.618
Patrimônio líquido	214.792	172.912
Total do passivo e patrimônio líquido	271.623	222.737
Demonstrações de resultados		
Receita líquida das vendas	98.793	106.218
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(63.653)	(70.383)
Lucro bruto	35.140	35.835
Despesas operacionais, líquidas	(15.026)	(16.497)
Outras despesas e receitas, líquidas	(1.282)	(1.863)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.832	17.475
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	14.699	(4.723)
Lucro líquido do exercício	33.531	12.752

(i) Balanço patrimonial e Demonstração do resultado com eliminação da reserva de reavaliação.

b) Entidades de propósito específico - EPE's

	Fundo Parin (i)	FIQ Sol	
	2007	2008	2007
Ativos	458.368	1.714.355	258.768
Passivos			
Patrimônio líquido	458.368	1.714.355	258.768
Total do passivo e patrimônio líquido	458.368	1.714.355	258.768
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(94.429)	63.064	30.270

(i) Fundo liquidado em janeiro de 2008.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A conciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício entre a controladora e o consolidado é a seguinte:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	
	2008	2007	2008	2007
Controladora	3.691.881	5.766.288	(2.506.923)	617.438
Participação recíproca apresentada como ações em tesouraria		(13.110)		
Exclusão dos efeitos oriundos de lucro nos estoques de empresas controladas		(4.205)	75	6.789
Exclusão do ganho na venda de investimento entre empresas ligadas	(38.476)	(38.476)		
Exclusão de ganho em operações financeiras entre empresas ligadas		(10.628)	10.628	2.200
Reversão da amortização do ágio sobre venda de investimentos entre empresas ligadas	26.452	22.327	4.118	4.121
Exclusão do ganho na cessão de direito de uso entre empresas ligadas (i)		(34.942)		
Exclusão do ganho obtido em aporte de capital em empresa controlada		(8.746)		(8.746)
Outras			(5)	
Consolidado	3.679.857	5.678.508	(2.492.107)	621.802

(i) Na incorporação da Petroquímica Paulínia (Nota 1 (c.12)), esses ganhos foram eliminados e reduziram o valor do respectivo item do ativo imobilizado e intangível. A contrapartida desses ajustes foi registrada no grupo de "Outras receitas e despesas" (Nota 26).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e bancos	137.758	428.805	145.915	578.820
Aplicações financeiras:				
no Brasil	1.818.758	259.105	1.836.011	612.897
no exterior	631.657	513.634	629.674	698.434
	2.588.173	1.201.544	2.611.600	1.890.151

As aplicações financeiras no Brasil estão representadas, principalmente, por cotas de fundo exclusivo da Braskem (FIQ Sol) que, por sua vez, detêm cotas de fundos de

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

investimentos locais, tais como, fundos de renda fixa, fundos multimercado, fundos de investimentos em direitos creditórios, assim como outros instrumentos de renda fixa e depósitos a prazo. As aplicações no exterior consistem, principalmente, de instrumentos de renda fixa soberanos ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com alta liquidez no mercado. As aplicações financeiras foram classificadas como mantidos para negociação e estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de riscos e de investimentos; (ii) buscar uma alta pulverização da carteira consolidada; (iii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iv) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado, seja no Brasil ou no exterior.

5 Títulos e valores mobiliários

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Circulante				
Títulos públicos emitidos no exterior	331.452		331.452	
Fundo de investimentos		45.387		248.699
Outros	5.563		5.563	
Total	<u>337.015</u>	<u>45.387</u>	<u>337.015</u>	<u>248.699</u>
Realizável a longo prazo				
Fundo de investimentos	9.717		11.550	118.141
Outros				1.648
	<u>9.717</u>		<u>11.550</u>	<u>119.789</u>
Total	<u>346.732</u>	<u>45.387</u>	<u>348.565</u>	<u>368.488</u>

Os títulos públicos emitidos no exterior estão representados por títulos do tesouro americano e foram classificados pela Companhia como "disponíveis para venda". A parcela correspondente à variação no valor justo foi lançada na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, no montante de R\$ 7.998 (Nota 21(g)), líquido de impostos.

Em 31 de dezembro de 2007, os fundos de investimentos incluíam fundo de investimento que tinha a Braskem como única cotista, cuja carteira era composta por certificados de

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

depósito (*time deposits*), emitidos justo ao Banco Credit Suisse First Boston. Em fevereiro de 2008, os certificados de depósito foram resgatados pela Companhia.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Cientes				
Mercado interno	1.444.547	1.240.381	1.484.491	1.697.187
Mercado externo	895.328	366.454	897.250	725.233
Duplicatas descontadas	(551.266)	(197.753)	(551.266)	(311.844)
Adiantamentos sobre cambiais entregues	(587.705)	(188.358)	(588.418)	(385.155)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(198.978)	(160.223)	(198.741)	(186.518)
	1.001.926	1.060.501	1.043.316	1.538.903
No ativo não circulante	(46.666)	(41.464)	(47.129)	(41.927)
No ativo circulante	955.260	1.019.037	996.187	1.496.976

A Companhia adota uma política adicional de recebimento das contas a receber de clientes no mercado interno que consiste na alienação de títulos para fundo de investimento em direitos creditórios.

A Companhia realizou operação de desconto de duplicatas assumindo junto à instituição bancária o compromisso de reembolso no caso de inadimplência dos clientes.

A mutação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
No início do exercício	160.223	103.474	186.518	153.350
Variação cambial	501			45.246
Adições classificadas em despesas com vendas	23.048	28.383	20.600	44.113
Adição por incorporação de controladas	23.542	54.741		
Recuperação de créditos provisionados	(8.336)	(26.375)	(8.377)	(31.255)
Baixa de títulos considerados incobráveis				(24.936)
No final do exercício	198.978	160.223	198.741	186.518

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Produtos acabados e em processo	1.562.984	903.870	1.655.201	1.152.137
Matérias-primas, insumos de produção e embalagens	631.101	317.687	631.111	651.373
Materiais de manutenção (i)	370.971	272.413	374.437	382.385
Adiantamentos a fornecedores	167.891	52.614	167.891	53.239
Importações em andamento e outros	131.270	19.166	140.093	47.928
Total	2.864.217	1.565.750	2.968.733	2.287.062
No ativo não circulante (i)	(20.637)	(22.790)	(20.637)	(22.790)
No ativo circulante	2.843.580	1.542.960	2.948.096	2.264.272

(i) Com base no histórico de consumo, parte dos estoques de materiais de manutenção foi classificada no realizável a longo prazo.

Os adiantamentos a fornecedores e os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição da principal matéria-prima da Companhia, a nafta petroquímica.

8 Partes relacionadas

O conceito de “partes relacionadas” foi estabelecido pelo CPC 05. De acordo com a referida norma, entende-se por partes relacionadas a parte que está relacionada com a entidade: (a) direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade; (b) se for coligada da entidade; (c) se for *joint venture* (empreendimento conjunto) em que a entidade seja um investidor; (d) se for membro do pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora; (e) se for membro próximo da família ou de qualquer pessoa referido nas alíneas (a) ou (d); (f) se for entidade controlada, controlada em conjunto ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo nessa entidade reside em, direta ou indiretamente, qualquer pessoa referida nas alíneas (d) ou (e); ou (g) se for plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da entidade, ou de qualquer entidade que seja parte relacionada dessa Companhia.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A companhia considerou como “Pessoal chave da Administração”, os integrantes da sua diretoria executiva, composto pelo diretor presidente e os vice-presidentes e os membros do conselho de administração. Adicionalmente, a Companhia não realizou operações com o acionista controlador, com exceção do pagamento de dividendos.

As operações e saldos entre as partes estão demonstradas a seguir:

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Controladora

	Saldos Patrimoniais			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
	Caixa e equivalentes de caixa / clientes	Créditos c/ pessoas ligadas (iv)	Fornecedores / Financiamentos	Dívidas c/ pessoas ligadas (ix)
Controladas no exterior (i)				
Braskem Argentina			13 (vi)	
Braskem Inc.			23.249 (vi)	
CITI			1.169.500 (vi)	89.585
Lantana		67		
Natal Trading		7.037		
		7.104	1.192.762	89.585
Controladas no país				
Braskem Distribuidora	1.615 (iii)	5.609		105.970
Braskem Participações				555
CCI				110
CINAL			50 (vi)	376
Politeno Empreendimentos				16.774
IQ	44.480 (iii)	33.212	4 (vi)	8.974
Isatec		1.150		
Controlada em conjunto				
CETREL	56 (iii)	135	505 (vi)	
Coligada				
Borealis	187 (iii)			
Ligadas				
CNO	8.655 (iii)		866 (vi)	
Petrobras	28.444 (iii)	45.818 (vi)	238.783 (vi)	15.890
Petrobras International Finance Company (PIFCo)			738.033 (vi)	
Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A.	10.424 (iii)		53.530 (vi)	
Outros			(vi)	
EPE				
FIQ Sol	1.714.355 (iii)			
	1.808.216	85.924	1.036.268	16.920
Total	1.808.216	93.028	2.229.030	222.344
Alocação CPC 02 (x)		(7.104)	(1.192.762)	(89.585)
Em 31 de dezembro de 2008	1.808.216	85.924	1.036.268	16.920
Em 31 de dezembro de 2007	454.153	895.017 (vi)	621.765	553.576 (viii)

(i) Controladas integradas às Demonstrações contábeis individuais da Braskem (Nota 2)

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

(iii) Clientes

(iv) Em "Créditos com pessoas Ligadas", em 31 de dezembro de 2008: IQ – R\$ 33.212, referente a saldo de conta corrente remunerado a 100% do CDI; Petrobras – R\$ 45.818, referente a saldo de mútuo com remuneração de 100% do CDI.

(v) Inclui pré-pagamento Braskem Inc. de R\$ 830.461

(vi) Fornecedores

(vii) Financiamentos

(viii) Saldo de financiamento com PIFCo

(ix) Dívida com pessoas ligadas: CITI - R\$ 89.585, referente a pré-pagamento que deverá ser performedo com exportações até 2010; Politeno Empreendimentos - R\$ 16.774, referente a saldo de conta corrente remunerado a 100% do CDI; Braskem Distribuidora - R\$ 105.970, referente a saldo de contrato de mútuo com a controlada no exterior, remunerado a 100% do CDI.

(x) Em decorrência da adoção do CPC 02, os saldos ativos e passivos das investidas no exterior estão apresentados na controladora e, portanto, estão eliminados para fins de apresentação desta nota (Nota 3.2(b)).

(xi) Saldo remanescente no consolidado.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Transações				
	Vendas de produtos	Compras de matérias-primas, serviços e utilidades	Receitas financeiras (i)	Despesas financeiras	Custo de produção/ despesas gerais administrativas
Controladas no exterior					
Braskem America	52.101		8.055	233	
Braskem Argentina	7.234		364		
Braskem Europa	77.728		9.614	108	
Braskem Finance				402.779	
Braskem Inc.	84.792	50.069	431.573	9.213	
Braskem Chile	8.965		387		
CITI	260.054	1.119.897	19.279	159.182	
IPQ Chile	7.938		3.599		
Natal Trading				1.623	
	498.812	1.169.966	472.871	573.138	
Controladas no país					
Braskem Distribuidora	95.472		390	27.345	
Braskem Participações				143	
CCI				5	
CINAL	1.063	10.938	152	18	
Copesul		2.104.177	254.017	17.718	
IPQ	19.827	3.142	8.879	3.990	
IQ	68.806	505	9.948	1.458	
Lantana			19	28.912	
PPSA	21.391	820	2.792		
Politeno Empreendimentos				1.862	
	206.559	2.119.582	276.197	81.451	
Controladas em conjunto					
CETREL	732	22.951			
RPI		6.730			
Coligada					
Borealis	157.164			11	
Planos de benefício pós emprego					
CopesulPrev					1.818
Fundação Francisco Martins Bastos (FFMB)					1.870
Odeprev - Odebrecht Previdência					9.751
Petros					6.229
Ligadas					
CNO		205.225			
Petrobras	492.480	5.971.625	3.597	49.168	
Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A.	12.559	377.678			
	662.935	6.584.209	3.597	49.179	19.668
Total	1.368.306	9.873.757	752.665	703.768	19.668
Alocação CPC 02 (ii)	(498.812)	(1.169.966)	(472.871)	(573.138)	
Em 31 de dezembro de 2008	869.494	8.703.791	279.794	130.630	19.668
Em 31 de dezembro de 2007	1.277.259	7.133.824	(11.982)	89.018	14.578

(i) Inclui o efeito da variação cambial sobre contas a receber de clientes.

(ii) Em decorrência da adoção do CPC 02, os saldos ativos e passivos das investidas no exterior estão apresentados na controladora e, portanto, estão eliminados para fins de apresentação desta nota (Nota 3.2(b)).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Pessoal chave da administração

Transações no DRE

Remuneração	Em 31 de dezembro de 2008		Em 31 de dezembro de 2007	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	46.780	47.069	43.638	45.461
Benefício pós emprego	262	294	383	407
Outros benefícios de longo prazo	3.646	3.646	2.233	2.233
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	295	295	377	377
Total	50.983	51.304	46.631	48.478
Incentivo de longo prazo				
Unidades de investimento	722	722	57	57
Total	722	722	57	57

Saldos Patrimoniais

	Em 31 de dezembro de 2008		Em 31 de dezembro de 2007	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Incentivo de longo prazo	10.453	10.453	4.879	4.879
Total	10.453	10.453	4.879	4.879

Relacionamento com partes relacionadas

Controladas

Atividade principal e relacionamento com a Companhia

Braskem America	Revenda de resinas termoplásticas adquiridas junto a Companhia.
Braskem Argentina	Revenda de resinas termoplásticas adquiridas junto a Companhia.
Braskem Distribuidora	Central de distribuição.
Braskem Europa	Revenda de resinas termoplásticas e petroquímicos básicos adquiridas junto a Companhia.
Braskem Inc.	Revenda de resinas termoplásticas e petroquímicos básicos adquiridas junto a Companhia e venda para a Companhia de insumos de produção adquiridos no exterior.
Braskem Pet Chile	Revenda de resinas termoplásticas e petroquímicos básicos adquiridas junto a Companhia.
CCI	Importação e exportação.
CINAL	Utilidades, tratamento e incineração de resíduos para a Companhia e outras empresas do Polo Químico de Alagoas
CITI	Revenda de resinas termoplásticas e petroquímicos básicos adquiridas junto a Companhia e venda para a Companhia de insumos de produção adquiridos no exterior.
IQ	Revenda resinas termoplásticas adquiridas junto a Companhia e de outros produtos químicos
IPQ Argentina	Revenda de resinas termoplásticas adquiridas junto a Companhia.
IPQ Chile	Revenda de resinas termoplásticas adquiridas junto a Companhia.
IQAG	Serviços de armazenagem para terceiros
ISATEC	Pesquisa, desenvolvimento e análises químicas para a RPI.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladas	Atividade principal e relacionamento com a Companhia
Lantana	Empresa em processo de extinção.
Natal Trading	Empresa em processo de extinção.
Politeno Empreendimentos	Projetos e empreendimentos industriais, comercialização de produtos petroquímicos para terceiros
Controladas em conjunto	
CETREL	Serviços de tratamento para as águas residuais e resíduos orgânicos para a Companhia e outras empresas do Polo Petroquímico de Camaçari.
RPI	Fornecimento de nafta para a Companhia.
Coligada	
Borealis	Venda de matéria-prima plástica ao mercado de embalagens avançadas, infraestrutura e automotiva e produção de fertilizantes agrícolas, melamina, fenol, acetona e olefinas. Adquire junto a Companhia sua principal matéria-prima.
Planos de benefício pós emprego	
CopesulPrev	Plano fechado de contribuição definida que atende os empregados da incorporada Copesul não incluídos no plano Petros.
Fundação Francisco Martins Bastos (FFMB)	Entidade de previdência complementar fechada de benefícios definidos, objetivando gerenciar e executar planos de benefício de pensão para os empregados das empresas do grupo Ipiranga.
Odeprev - Odebrecht Previdência	Plano de previdência contribuição definida.
Petros	Plano de benefício definido para parte dos empregados da incorporada Copesul.
Ligadas	
CNO	Presta serviços de manutenção e projetos de melhoria de eficiência das plantas
Petrobras	Fornecimento de nafta.
REFAP S.A.	Fornecimento de nafta e propeno.

As transações entre a Companhia e as empresas ligadas são realizadas em condições de preços e prazos equivalentes às médias praticadas com terceiros, considerando; (i) para compra de propeno, o preço praticado no mercado internacional; (ii) para a compra de nafta junto à Petrobras e a REFAP, o preço praticado no mercado europeu; e (iii) para as vendas às controladas no exterior, o prazo de 180 dias que é superior ao praticado com os demais clientes

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
IPI a recuperar (operações normais)	26.871	16.809	28.331	23.665
ICMS (a)	1.187.751	897.375	1.201.035	1.106.541
PIS e Cofins	177.566	44.773	164.205	93.497
PIS – Decretos-lei 2.445 e 2.449/88	42.077	55.194	55.194	55.194
Imposto de renda e contribuição social	207.501	24.407	217.555	66.721
Imposto sobre lucro líquido – ILL (b)	57.299		57.299	55.834
Outros	86.249	65.507	88.909	83.867
Total	1.785.314	1.104.065	1.812.528	1.485.319
No ativo circulante	(585.392)	(171.413)	(610.712)	(310.311)
No ativo não circulante	1.199.922	932.652	1.201.816	1.175.008

(a) ICMS

A Companhia tem acumulado créditos de ICMS ao longo dos últimos exercícios provenientes, substancialmente, da diferença entre as alíquotas das entradas e saídas dos insumos e produtos, saídas internas incentivadas com diferimento da tributação e vendas destinadas ao mercado externo.

A Administração da Companhia vem priorizando uma série de ações no sentido de maximizar a utilização desses créditos e, atualmente, não são esperados prejuízos na realização dos mesmos. Tais ações, somadas às sinergias operacionais e logísticas geradas após as incorporações ocorridas em setembro, geraram uma redução no saldo acumulado de ICMS de R\$30.951 no último trimestre (setembro-08 – R\$1.231.986) Dentre as ações mantidas pela Administração, destacam-se:

- Assinatura de Termo de Acordo com o Estado do Rio Grande do Sul limitando a utilização a R\$ 8.250 mensais dos créditos acumulados de ICMS para compensação dos saldos mensais devedores nas apurações de ICMS das unidades daquele Estado e a manutenção do diferimento integral do ICMS na importação de nafta. Ainda há uma negociação com o referido Estado para utilização de mais, aproximadamente, R\$ 40.000, do mesmo saldo, em futuros investimentos.
- Manutenção pelo Governo do Estado da Bahia da ampliação do percentual de redução da base de cálculo do ICMS incidente sobre a nafta petroquímica importada, de 40% para 65,88%, conforme previsto nos parágrafos 9º e 10º do artigo 347 do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia (Decreto 11.059 de 19 de maio de 2008) e a redução da alíquota de ICMS incidente sobre a nafta nacional de 17% para 11,75%.
- Operações de importação de insumos utilizando-se das prerrogativas previstas na legislação aduaneira, garantindo menor geração de créditos de ICMS.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Ampliação da base de cálculo do ICMS nas vendas de combustíveis para industrial refinador de 40% para 100%, conforme previsão do artigo 347 do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia.
- Substituição de exportação de co-produtos por operações no mercado interno.
- Operações de importação de insumos utilizando-se das prerrogativas previstas na legislação aduaneira, garantindo menor geração de créditos de ICMS.

No saldo credor de ICMS da Companhia, em 31 de dezembro de 2008, estão adicionados R\$ 135.077, originados da incorporada IPQ e R\$15.779 da Petroquímica Paulínia.

Considerando a projeção da Administração da Companhia quanto ao prazo de realização desse ativo, em 31 de dezembro de 2008, o montante de R\$ 904.302, para controladora e consolidado, foi classificado no ativo não circulante (2007 - controladora - R\$ 765.454 / consolidado - R\$ 865.086).

(b) ILL

Refere-se a crédito tributário de Imposto sobre lucro líquido-ILL da incorporada Copesul que ingressou junto a Secretaria da Receita Federal com pedido de restituição, buscando a compensação do ILL recolhido no período de 1989 a 1991 com outros tributos federais em virtude desse imposto ter sido considerado inconstitucional, conforme Resolução do Senado Federal nº 82 de 22 de novembro de 1996.

Em dezembro de 2002, a incorporada Copesul reconheceu contabilmente esse crédito uma vez que os assessores jurídicos consideram as chances de êxito como prováveis, em face da Resolução do Senado citada acima. O direito à restituição do ILL recolhido indevidamente já foi reconhecido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais. A decisão está pendente de publicação.

(c) Créditos de IPI

IPI alíquota zero

Em 19 de dezembro de 2002, o Supremo Tribunal Federal – STF (“STF”), baseado em suas decisões plenárias precedentes, julgou o Recurso Extraordinário interposto pela Fazenda Nacional e confirmou integralmente a decisão do Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (“TRF”), reconhecendo o direito ao crédito de IPI nas aquisições de matérias-primas tributadas à alíquota zero nos estabelecimentos da incorporada OPP Química (“OPP Química”) situados no Rio Grande do Sul. A decisão do STF confirmou o direito ao crédito de IPI sobre as compras realizadas nos dez anos anteriores à

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

propositura da ação e à aplicação da taxa SELIC até a data do efetivo aproveitamento dos créditos. Essa ação foi proposta em julho de 2000, quando a OPP Química ajuizou medida judicial para sustentar a aplicação plena do princípio da não-cumulatividade desse imposto para os referidos estabelecimentos.

A decisão do STF foi objeto de Agravo Regimental em que a Fazenda Nacional não mais questiona o direito ao crédito de IPI nas aquisições de matérias-primas tributadas à alíquota zero, apenas alegando imprecisões da decisão quanto a aspectos relativos ao caso de insumos não tributados, à atualização monetária e à alíquota a ser utilizada para fins de cálculo dos créditos. Todavia, conforme a posição dos assessores jurídicos da Companhia, todos esses aspectos já foram definidos nos acórdãos do STF e do TRF favoráveis à OPP Química, ou mesmo nas decisões plenárias precedentes do STF, razão pela qual o referido Agravo Regimental apresenta remotas chances de modificar a decisão favorável à OPP Química, em que pese o STF ter revisto o seu posicionamento quanto à matéria de mérito em uma ação análoga envolvendo outro contribuinte.

Em razão dos aspectos mencionados anteriormente quanto à abrangência do Agravo Regimental, a OPP Química reconheceu, em dezembro de 2002, o indébito tributário em questão, no valor de R\$ 1.030.125, o qual foi compensado pela Companhia com o próprio IPI e demais tributos federais devidos. A compensação desse crédito foi concluída no 1º trimestre de 2005.

Os créditos utilizados pela Companhia, atualizados pela variação da SELIC até dezembro de 2008, montam a R\$ 2.682.176. Desses créditos, os diversos procedimentos de cobrança adiante referidos alcançam R\$ 2.423.184, aos quais se somam multas no valor total de R\$ 783.442. Os advogados externos da Companhia entendem que essas multas são indevidas em qualquer circunstância.

Em sessão de julgamento realizada em 11 de dezembro de 2007, a Primeira Turma do STF deu provimento ao recurso de Agravo Regimental da União por entender que o Recurso Extraordinário deveria ser reapreciado pela mesma, declarando insubsistente a decisão anterior da Corte. A referida decisão, contendo o teor dos votos dos Ministros que participaram do julgamento e suas respectivas fundamentações, ainda não foi publicada, razão pela qual a Braskem ainda não ingressou com os recursos cabíveis.

Pelas razões ora expostas, e por acreditar que a nova decisão restringe-se a aspectos meramente processuais, a Braskem, baseada nos pareceres de seus assessores jurídicos, mantém o entendimento de ter havido o trânsito em julgado material da decisão que lhe garante o crédito de IPI sobre a aquisição de matérias-primas isentas e tributadas à alíquota zero, acreditando, ainda, que o novo julgamento do Recurso Extraordinário só poderá versar sobre as matérias objeto do Agravo Regimental, não podendo mais versar sobre o direito ao creditamento do IPI em si, uma vez que a discussão desta matéria específica está preclusa no processo.

Durante 2006 e 2007, a Receita Federal lavrou diversos autos de infração contra a Companhia buscando prevenir a decadência dos débitos compensados com créditos

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

apurados nos 10 anos anteriores à propositura da ação e exigir os débitos compensados pela Companhia com créditos apurados após julho de 2000. A Receita Federal também deixou de homologar, aproximadamente, 200 pedidos de compensação dos créditos com débitos federais devidos pela Companhia.

Em outubro de 2008, o Conselho de Contribuintes negou provimento aos Recursos Voluntários apresentados pela Companhia em alguns dos procedimentos administrativos acima mencionados. A discussão em torno dos créditos aproveitados está essencialmente subordinada ao processo judicial que se encontra no STF, sendo a principal discussão travada nos processos administrativos a validade das multas aplicadas à Companhia em decorrência das compensações dos créditos de IPI apurados após julho de 2000.

A Companhia está aguardando a publicação dos respectivos acórdãos do Conselho de Contribuintes para opor os recursos ainda cabíveis na esfera administrativa. Caso as decisões administrativas não sejam favoráveis e as multas sejam mantidas, a Braskem irá recorrer ao Poder Judiciário onde, entende, com base nas opiniões de seus assessores externos, ter chances prováveis de êxito na discussão envolvendo a imputação das multas pelas autoridades fiscais.

A Companhia tem, ainda, ações judiciais semelhantes para suas filiais localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia e Alagoas (Nota 18(ii)).

10 Despesas pagas antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente referem-se a gastos cujos benefícios ou prestação de serviços à Companhia ocorrerão durante os exercícios seguintes. Estão representados, substancialmente, por contratos de seguros (Nota 27). Sua forma de realização não será em dinheiro, mas pela apropriação aos resultados

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 Depósitos judiciais e empréstimo compulsório – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Depósitos judiciais				
Contingências tributárias	61.834	54.862	68.371	63.626
Contingências trabalhistas e outros	28.661	22.589	31.561	23.597
Depósito compulsório				
Compulsório Eletrobrás	20.045	18.980	20.211	20.431
	<u>110.540</u>	<u>96.431</u>	<u>120.143</u>	<u>107.654</u>

12 Investimentos

(a) Informações sobre os investimentos

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Participação no capital total (%) 31/12/2008	Lucro líquido (prejuízo) do exercício, ajustado		Patrimônio líquido (passivo a descoberto), ajustado	
		2008	2007	2008	2007
Controladas					
No país					
Braskem Distribuidora	100,00	24.139	(17.741)	113.156	89.017
Braskem Participações	100,00	130	(5.726)	2.461	16.023
CINAL	100,00	3.554	1.146	29.482	25.928
Grust (i)	100,00	102.117			
IPQ (ii)		77.106	267.478		638.564
CCI	100,00	9		111	100
Politeno Empreendimentos	100,00	1.358	1.256	16.798	15.441
IQ	100,00	369.357	149.852	111.316	818.264
ISATEC	100,00	(117)	(178)	1.067	1.184
IQAG	0,12	5	(168)	624	370
Petroquímica Paulínia (ii)		(22.045)			241.823
No exterior (vi)					
Braskem America	100,00	3.152	509	8.070	4.829
Braskem Argentina	98,00	(168)	(1.424)	255	351
Braskem Europa	100,00	(11.823)	16	36.097	9.813
Braskem Finance	100,00	5.773		5.790	
Braskem Inc.	100,00	(52.969)	(9.919)	(120.777)	34.414
Braskem Chile	100,00	(4.163)	1.104	5.315	8.510
CITI	100,00	36.391	2.137	72.577	10.282
IPQ Chile	99,02	(138)	(37)	1.576	1.537
IPQ Argentina	96,74	(280)	913	6.393	5.542
Natal Trading	100,00	(364)	(304)	3.043	2.583
Controladas em conjunto					
CETREL	54,24	34.819	12.751	197.106	127.702
CODE VERDE	35,65			100.102	45.345
Petroflex (iii)			75.757		375.547
RPI	33,33	(37.836)	(1.134)	(52.584)	(31.249)
Coligadas					
Borealis (iv)	20,00	12.725	11.372	115.218	119.267
Sansuy Indústria de Plástico S.A. (iv)	20,00	(20)	(5.504)	2.026	(30.866)

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Participação no capital total (%)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício, ajustado		Patrimônio líquido (passivo a descoberto), ajustado	
		2008	2007	2008	2007
Informações sobre os investimentos das controladas					
Braskem Distribuidora					
Braskem Argentina	2,00	(168)	(1.424)	255	351
Braskem Importação	100,00		(466)	60	60
Braskem Cayman Ltd. (v)	100,00		(4.589)		
Braskem Inc					
Lantana	100,00	(16.500)	183.704	4.009	15.544
IQ					
Ipiranga Química Armazéns Gerais Ltda.	99,88	5	(168)	624	370
Natal Trading					
IPQ Chile	0,98	(138)	(37)	1.576	1.537
IPQ Chile					
IPQ Argentina	3,26	(280)	913	6.393	5.542

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS:

- (i) Resultado dos meses de abril a junho de 2008;
- (ii) Empresas incorporadas em setembro de 2008 (Nota 1 (c.12));
- (iii) Resultado apurado até março de 2008;
- (iv) Borealis e Sansuy - Patrimônio líquido e resultado apurados em dezembro de 2008 e novembro de 2008, respectivamente;
- (v) Empresa extinta em agosto de 2008;
- (vi) Controladas cujas demonstrações contábeis estão integradas às demonstrações contábeis individuais da Companhia, conforme CPC 02.

(b) Movimentação dos investimentos das controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Saldo em 31/12/2007	Incorpora- ção de ações/	Classe	Aquisição de investimento	Aumento/ (redução) de capital	Dividendos e JCP	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros	Baixa de investimentos por incorporação	Saldo em 31/12/2008
Controladas e controladas em conjunto											
Controladas no país											
Braskem Distribuidora	89.017						24.139				113.156
Braskem Participações	16.023				(13.110)		(452)				2.461
Cetrel	74.373				7.688	(888)	17.986		5.130		104.289
CINAL	17.197						3.554				20.751
Copesul	481.092						91.972			(573.064)	99.724
IQ			(1.076.305)	905.497			266.532				95.724
IPQ			1.074.922	302.630	573.064		(262.402)		(33.732)	(1.654.482)	
Petroquímica Paulínia	145.094			96.729	38.177		(22.046)			(257.955)	16.799
Polleno Empreendimentos	15.441						1.358				
Grust		720.709			(797.815)		77.106				1.067
Isatrac				1.383			(316)				111
CC1 - Comercial e Importadora				100							
Outros	6.894				739		11			(7.634)	(1)
Investimentos em sociedades controladas no país	845.131	720.709	(1.383)	1.306.339	(191.257)	(888)	197.443		(36.236)	(2.485.501)	354.357
Coligadas											
Borealis	23.853					(3.000)	2.191				23.044
Investimentos em sociedades coligadas	23.853					(3.000)	2.191				23.044
Total dos investimentos no país	868.984	720.709	(1.383)	1.306.339	(191.257)	(3.888)	199.634		(36.236)	(2.485.501)	377.401
Investimentos integrados na controladora em conformidade com o CPC 02											
Controladas no exterior (Nota 3.2 (b))											
Braskem America	4.829						3.241				8.070
Braskem Argentina	344						(94)				250
Braskem Europa	9.813				29.768		(3.483)				36.098
Braskem Inc	34.414				7.860		(52.952)		(110.098)		(120.776)
Braskem Finance					16		5.773				5.789
Braskem Petroquímica Chile				8.415			(3.101)				5.314
Ipiranga Argentina				7.199			(806)				6.393
IPQ Chile				1.481			94				1.575
CITI - Copesul International Trading				140.469			36.391				176.860
Natal Trading				2.578			465				3.043
Total dos investimentos no exterior	49.400			160.142	37.644		(14.472)	(110.098)			122.616

(c) Adiantamento para aquisição de investimentos

Em 2007 e 2008 foram registrados nesta rubrica os gastos com a aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga (Notas 1(c.2) e 1(c.4)). Além dos valores destinados a compra das ações da IQ, no montante de R\$ 1.489.129, a Companhia considerou como parte do custo do investimento os gastos diretamente relacionados com o processo de aquisição, que montam R\$ 41.539 (2007 - R\$ 22.002). Considerando todos os desembolsos realizados, a Companhia apurou ágios fundamentados em rentabilidade futura da IQ, no montante de R\$ 73.597, e na mais valia do imobilizado da Copesul, no montante de R\$ 996.844.

Após o recebimento das ações, ocorrido em fevereiro de 2008, os valores desembolsados para a operação, acrescidos dos resultados de equivalência patrimonial e amortização do

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ágio estimado, foram alocados nas suas contas definitivas, conforme demonstrado, a seguir:

	Controladora	
	2008	2007
Recursos destinados à aquisição dos investimentos:		
Valor contábil dos investimentos adquiridos	460.227	460.227
Ágio estimado nas datas dos adiantamentos	1.070.441	1.050.904
	1.530.668	1.511.131
Equivalência patrimonial	74.730	30.732
Amortização do ágio	(66.579)	(22.919)
	1.538.819	1.518.944
Valor atualizado da compra		
Transferências:		
Investimentos	(534.957)	
Imobilizado	(937.696)	
Intangível	(66.166)	
		1.518.944

(d) Petroquímica Paulínia

Em 25 de abril de 2008 foi inaugurada a planta industrial da Petroquímica Paulínia. A unidade tem capacidade de produção de 350 mil toneladas/ano de polipropileno e está localizada no município de Paulínia - SP.

Até março de 2008, essa empresa era controlada em conjunto com a Petroquisa. Com a incorporação das ações de emissão da Grust, em julho de 2008 (Nota 1 (c.7)), a Braskem passou a ser detentora de 100% do capital votante daquela controlada. Em 30 de setembro de 2008, a Petroquímica Paulínia foi incorporada pela Braskem (Nota 1 (c.12)).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 Imobilizado

	Controladora				Consolidado				Taxas médias anuais de depreciação/exaustão (%)
	2008		2007		2008		2007		
	Depreciação/exaustão acumulada				Depreciação/exaustão acumulada				
	Custo	Líquido	Líquido	Custo	Líquido	Líquido	Líquido		
Terenos	74.772		74.772	26.221	83.126		83.126	74.977	
Edifícios e benfeitorias	1.329.268	(494.573)	834.695	543.635	1.415.759	(520.467)	895.292	730.671	2,7
Máquinas, equipamentos e instalações	11.471.685	(4.333.155)	7.138.730	4.567.092	11.551.622	(4.405.526)	7.146.096	5.614.187	5,9
Minas e poços	22.180	(5.907)	16.273	3.912	23.290	(6.769)	16.521	4.220	10,6
Móveis e utensílios	81.388	(44.300)	37.088	24.430	90.530	(48.929)	41.601	29.000	10,0
Equipamentos de informática	98.360	(71.837)	26.523	21.516	108.796	(79.036)	29.760	39.366	20,0
Paradas para manutenção em andamento	239.548		239.548	75.566	239.548		239.548	95.502	
Projetos em andamento	1.223.841		1.223.841	971.996	1.274.656		1.274.656	1.599.305	
Encargos financeiros capitalizados	334.035		334.035	47.231	334.035		334.035	57.952	
Outros	299.782	(101.569)	198.213	110.220	316.500	(98.734)	217.766	158.899	16,0
	15.175.059	(5.051.341)	10.123.718	6.391.819	15.437.862	(5.159.461)	10.278.401	8.404.079	

Os projetos em andamento correspondem, principalmente, aos projetos de expansão da capacidade de unidades industriais, melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, projetos de excelência nas áreas de manutenção e produção, além de programas nas áreas de saúde e tecnologia.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo do imobilizado da Companhia inclui mais-valia, na forma de ágio, decorrente de incorporação de controladas, no montante líquido de R\$ 1.626.484 (2007 - R\$ 765.747), em conformidade com a Instrução CVM nº 319/99.

Na formação da Braskem, as atividades ligadas à produção e comercialização de PET e Caprolactama constituíram uma Unidade de Negócio. Em dezembro de 2008, a Braskem comunicou ao mercado a paralisação definitiva da unidade produtora de PET. Ainda em dezembro, foram identificados os equipamentos que podem ser utilizados por outras unidades de negócio da Companhia. O restante das máquinas, equipamentos e instalações deverá ser desmontado e alienado como sucata. Tendo em vista a imaterialidade do valor a ser alcançado com a venda desse material, a Companhia considerou como despesa do período o valor residual contábil dos respectivos bens, no montante de R\$ 102.824. Adicionalmente, atendendo o disposto nos CPC's 01 e 13, a Companhia avaliou o valor recuperável da planta de caprolactama. Dessa avaliação, resultou o reconhecimento de uma despesa no valor de R\$ 29.641(Nota 3.1(c)), que corresponde à diferença entre o valor atual do fluxo de caixa obtido com a produção e comercialização daquele produto e o valor residual contábil da respectiva unidade industrial. Para a elaboração deste fluxo de caixa foram considerados: (i) a taxa de desconto de 11,14% a.a; (ii) o fluxo de caixa com perpetuidade tendo em vista que a caprolactama, a exemplo de todos os demais produtos químicos e petroquímicos, apresenta ciclos constantes e bem definidos de alta e baixa de preços de venda e dos principais insumos. Ainda em 2008, a Companhia complementou em R\$13.807, a provisão para perda na alienação dos bens da planta de DMT, cuja paralisação ocorreu

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

em 2007.

Movimentação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Saldo no início do exercício	6.391.819	5.994.130	8.404.079	6.689.024
(+) Aquisições	1.273.084	812.392	1.712.189	1.396.044
(-) Baixas	(28.311)	(2.650)	(21.977)	(2.650)
(-) Transferências	(60.303)	(75.913)	(163.742)	(87.746)
(+) Movimentações societárias (i)	3.237.842	175.778	1.228.073	1.171.754
(-) Depreciação / amortização	(546.341)	(498.111)	(736.149)	(748.540)
(-) Redução ao valor recuperável	(144.072)	(13.807)	(144.072)	(13.807)
Saldo no final do exercício	<u>10.123.718</u>	<u>6.391.819</u>	<u>10.278.401</u>	<u>8.404.079</u>

- (i) Inclui incorporações de empresas, saldos iniciais de empresas consolidadas a partir da aquisição e baixa por desconsolidação de empresa em processo de alienação (Nota 1(c)).

As movimentações societárias apresentadas no quadro acima ocorridas no exercício de 2008 são demonstradas como segue:

	2008	
	Controladora	Consolidado
Adição de imobilizado por incorporação da IPQ e Copesul	2.300.146	
Ágio fundamentado em mais-valia do imobilizado da Copesul	937.696	937.696
Adição por incorporação da Petroquímica Paulínia		290.377
Total das alterações societárias	<u>3.237.842</u>	<u>1.228.073</u>

14 Intangível

	Controladora				Consolidado				Taxas médias anuais de
	2008		2007		2008		2007		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Ágios fundamentados em rentabilidade futura	3.183.271	(1.173.540)	2.009.731	1.318.199	3.188.849	(1.175.530)	2.013.319	2.442.163	(i)
Marcas e patentes	185.540	(51.549)	133.991	36.869	199.846	(50.307)	149.539	36.896	10,0
Softwares e direitos de uso	318.437	(89.217)	229.220	130.722	309.270	(93.421)	215.849	135.522	13,7
	3.687.248	(1.314.306)	2.372.942	1.485.790	3.697.965	(1.319.258)	2.378.707	2.614.581	

- (i) Os ágios fundamentados em rentabilidade futura foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 considerando o prazo máximo de 10 anos. A partir de 2009, esse tipo de ágio não será mais amortizado sistematicamente, ficando sujeito ao teste anual de recuperabilidade, conforme o disposto na CPC 13.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Saldo no início do exercício	1.485.790	129.125	2.614.581	129.125
Reclassificação para atender a Lei 11.638/07 e MP 449/08 (i)		1.201.037		1.588.487
(-) Baixas	(1.375)	(4.328)	(35.739)	(4.328)
(+) Transferências	37.334	62.709	207.009	58.991
(+) Adições por aquisição / incorporação (ii)	1.202.183	444.827	30.982	1.373.601
(-) Amortização	(350.990)	(347.580)	(438.126)	(531.295)
Saldo no final do exercício	2.372.942	1.485.790	2.378.707	2.614.581

(i) Corresponde, basicamente, a ágio por expectativa de rentabilidade futura transferido do diferido (R\$ 1.017.073 – controladora e R\$ 1.531.019 – consolidado) e do investimento em sociedades controladas (R\$ 126.500 – controladora);

(ii) Inclui ágios incorporados da Copesul e IPQ no montante de R\$ 1.060.145.

15 Diferido

	Controladora				Consolidado				Taxas médias anuais de amortização (%)
	2008		2007		2008		2007		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Gastos pré-operacionais	337.800	(230.353)	107.447	61.645	337.184	(228.936)	108.248	110.607	10
	337.800	(230.353)	107.447	61.645	337.184	(228.936)	108.248	110.607	

Movimentação do diferido

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Saldo no início do exercício	61.645	1.325.286	110.607	1.891.245
(-) Reclassificação para atender a Lei 11.638/07 e MP 449/08		(1.074.541)		(1.588.487)
(-) Baixa do saldo inicial Lei 11.638/07 e MP 449/08		(158.880)		(158.880)
(+) Reversão da amortização anual dos diferidos baixados		59.537		59.537
(-) Baixa de gastos lançados durante o exercício (Nota 3.1(c))		(34.816)		(34.816)
(+) Aquisições	19.138	37.530	68.547	37.530
(-) Baixas	(736)		(853)	
(-) Transferências	(4.422)	(15.467)	(21.640)	(15.467)
(+) Alterações societárias	74.530	13.994		60.157
(-) Amortizações	(42.708)	(90.998)	(48.413)	(140.212)
Saldo no final do exercício	107.447	61.645	108.248	110.607

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 Financiamentos

		Controladora	
		2008	2007
Encargos financeiros anuais			
<u>Moeda estrangeira</u>			
Eurobonds		3.023.099	1.401.196
Adiantamentos de contratos de câmbio	2008	Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,61%	149.852
	2007	Variação cambial do US\$ + juros médios de 5,45%	1.294
Pré-pagamentos de exportações		4.000.282	276.938
Medium - Term Notes	2008	Variação cambial do US\$ + juros de 11,75%	618.684
	2007	Variação cambial do US\$ + juros médios de 11,94%	632.567
Financiamentos de matérias-primas	2008	Variação cambial do US\$ + juros de 4,08%	21.532
	2007	Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,76%	18.293
	2007	Variação cambial do EUR + juros médios de 4,68%	1.671
	2007	Variação cambial do YEN + juros pré-fixados de 6,70%	383
BNDES	2008	Juros médios de 7,90% + correção monetária pós-fixada (UMBNDDES) (i)	33.208
	2008	Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,55%	202.590
	2007	Juros médios de 9,97% + correção monetária pós-fixada (UMBNDDES) (i)	30.370
Capital de giro	2008	Variação cambial do US\$ + juros médios de 7,66%	905.216
	2007	Variação cambial do US\$ + juros médios de 7,94%	2.058.126
Financiamentos para projetos (NEXI)		Variação cambial do YEN + juros de 0,95% acima da TIBOR	195.713
			231.190
Custos de captação		(47.894)	
Amortização custos de captação		2.088	
<u>Moeda nacional</u>			
Capital de Giro	2008	Correção Monetária Pós-fixada (92 a 119,09% do CDI)	363.630
FINAME	2008	Juros fixos de 4,50% + TJLP	1.645
BNDES	2008	Juros fixos médios de 2,90% + TJLP	1.366.930
	2007	Juros fixos médios de 3,78% + TJLP	301.057
BNB	2008	Juros fixos de 8,50%	248.297
	2007	Juros fixos de 9,78%	156.351
FINEP		TJLP	57.229
			64.301
Total		11.142.101	5.173.737
No Passivo circulante		(2.114.301)	(425.346)
No Passivo não circulante		9.027.800	4.748.391

(i) UMBNDES = Unidade monetária do BNDES.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

			Consolidado	
Encargos financeiros anuais			2008	2007
Moeda estrangeira				
Eurobonds	Nota 16(a)		3.023.099	1.401.196
Adiantamentos de contratos de câmbio	2008 Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,61%		149.852	
	2007 Variação cambial do US\$ + juros médios de 5,65%			28.251
Pré-pagamentos de exportações	Nota 16(b)		4.000.282	1.623.294
Medium - Term Notes	Variação cambial do US\$ + juros de 11,75%		618.684	632.567
Financiamentos de matérias-primas	2008 Variação cambial do US\$ + juros de 4,08%		21.532	
	2007/2006 Variação cambial do YEN + juros pré-fixados de 6,70%			383
	2007 Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,76%			18.292
	2007 Variação cambial do EUR + juros médios de 4,68%			1.671
Financiamentos de ativo permanente	2007 Variação cambial do US\$ + 1,60%aa LIBOR anual			37.874
	2007 Variação cambial do US\$ + 0,35%aa LIBOR quadrimestral			1.701.848
BNDES	2008 Juros médios de 7,90% + correção monetária pós-fixada (UMBNDDES) (i)		33.624	
	2007 Juros médios de 9,70% + correção monetária pós-fixada (UMBNDDES) (i)			44.831
	2008 Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,55%		202.666	
Capital de giro	2008 Variação cambial do US\$ + juros médios de 7,66%		905.216	
	2007 Variação cambial do US\$ + juros médios de 7,83%			388.197
Financiamentos para projetos (NEXI)	Variação cambial do YEN + juros de 0,95% acima da TIBOR		195.713	
Custos de captação	Nota 16(ii)		(47.894)	231.190
Amortização custos de captação	Nota 16(i)		2.088	
Moeda nacional				
Capital de giro	2008 Correção Monetária Pós-fixada (92 a 119,09% do CDI)		363.630	
	2007 102% do CDI			128.852
FINAME	2008 Juros médios de 4,57% + TJLP		2.000	
	2007 Juros médios de 4,44% + TJLP			7.008
BNDES	2008 Juros fixos médios de 2,90% + TJLP		1.376.704	
	2007 Juros fixos médios de 3,45% + TJLP			667.465
BNB	2008 Juros fixos de 8,54%		255.391	
	2007 Juros fixos de 9,88%			165.854
FINEP	2008/2007 Correção monetária pós-fixada (TJLP)		57.229	64.301
Vendor	2007 Juros médios de 11,55%			327.224
Total			11.159.816	7.470.298
No Passivo circulante			(2.119.995)	(1.068.351)
Passivo não circulante			9.039.821	6.401.947

(a) Eurobonds

Em junho de 2008, a controlada Braskem Finance concluiu a captação de US\$ 500 milhões em Eurobônus com cupom de 7,25% a.a. e vencimento em 2018, precificado a 99,127% do valor de face, com remuneração ao investidor de 7,375% a.a.. Esse valor foi utilizado para amortizar parcela do empréstimo-ponte contratado para a aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga (Nota 16(d)).

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Composição das operações:

Data da emissão	Valor da emissão US\$ mil	Vencimento	Juros (% a.a.)	Controladora		Consolidado	
				2008	2007	2008	2007
jul/1997	250,000	jun/2015	9,38	353.265	267.737	353.265	267.737
jun/2005	150,000	sem vencimento	9,75	351.960	266.764	351.960	266.764
abr/2006	200,000	sem vencimento	9,00	475.680	360.536	475.680	360.536
set/2006	275,000	jan/2017	8,00	667.811	506.159	667.811	506.159
jun/2008	500,000	jun/2018	7,25	1.174.383		1.174.383	
				3.023.099	1.401.196	3.023.099	1.401.196

(b) Pré-pagamentos de exportações

Em 9 de outubro de 2008, a controlada Braskem Inc concluiu operação de pré-pagamento de exportação, no valor de US\$ 725 milhões, com custo de Libor + 1,75% a.a. e duração de 5 anos, com carência de 3 anos. Essa operação destinou-se ao alongamento do empréstimo-ponte tomado para a aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga e fechamento de capital da incorporada Copesul (Nota 16(d)). Posteriormente, realizou operação de swap que travou a cotação da Libor para o período da operação em 3,85% a.a. Com isso, a operação de pré-pagamento de exportação terá seu custo de Libor + 1,75% a.a. alterado para 5,6% a.a. .

Composição das operações:

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Data	Valor inicial da operação US\$ mil	Prazo de liquidação	Encargos (% a.a)	Controladora		Consolidado	
				2008	2007	2008	2007
jan/04	6,25	jun/08	Var cambial US\$ + juros 4,25				11.161
jan/05	45	jan/08	Var cambial US\$ + Libor trimestral + 1,55		7.326		7.326
jun/05	10	mai/08	Var cambial US\$ + juros 1,75				17.815
jun/05	10	jun/09	Var cambial US\$ + Libor trimestral+ juros 1,88	11.713		11.713	17.786
jul/05	10	jun/10	Var cambial US\$ + Libor semestral+ juros 2,05	14.032		14.032	18.364
mai/06	392	jun/08	Var cambial US\$ +juros médios de 5,41%				962
mai/06	10	mai/09	Var cambial US\$ + Libor semestral + 0,70	23.464		23.464	17.848
mai/06	20	jan/10	Var cambial US\$ + Libor anual + 0,30	48.912		48.912	37.524
jul/06	95	jul/13	Var cambial US\$ + Libor semestral+ 1,00	114.202		114.202	173.077
jul/06	75	jul/14	Var cambial US\$ + Libor semestral+ 0,78	178.265		178.265	136.411
mar/07	35	mar/14	Var cambial US\$ + Libor semestral+ 1,60	82.691		82.691	
abr/07	330	out/13	Var cambial US\$ + Libor trimestral+ 0,35				
abr/07	150	abr/14	Var cambial US\$ + Libor semestral+0,77	354.588	269.612	354.588	269.612
out/07	315,525	out/09	Var cambial US\$ + Libor quadrimestral+0,35	738.033		738.033	562.339
out/07	150	out/14	Var cambial US\$ + Libor quadrimestral+1,50				
nov/07	150	nov/11	Var cambial US\$ + Libor semestral+1,40	351.817		351.817	353.069
fev/08	150	fev/09	Var cambial US\$ + juros médios de + 3,94	362.445		362.445	
out/08	725	out/13	Var cambial US\$ + Libor semestral+1,75	1.720.120		1.720.120	
Total				4.000.282	276.938	4.000.282	1.623.294

(c) Financiamentos para projetos

Em março e setembro de 2005, a Companhia captou empréstimos em moeda japonesa junto à Nippon Export and Investment Insurance ("NEXI"), nos montantes de YEN 5,256,500 mil - R\$ 136.496 e YEN 6,628,200 mil - R\$ 141.529, respectivamente. O valor do principal está sendo pago em 11 parcelas, com a primeira em março de 2007 e a última em junho de 2012.

Conforme descrito na (Nota 23(f.3)), a Companhia firmou contratos de "swap" na totalidade dessas dívidas de forma que o passivo financeiro anual da parcela liberada em março de 2005 é de 101,59% do CDI e das parcelas liberadas em setembro de 2005 são de 104,29% e 103,98% do CDI. Os contratos de "swap" foram realizados com bancos estrangeiros de 1ª linha e suas características de vencimento, moedas, taxas e montantes se adequam perfeitamente ao contrato da dívida. O resultado desse contrato está apresentado no resultado financeiro (Nota 24).

(d) Financiamento de investimentos

Em abril de 2007, foi concluída a negociação para captação de até US\$ 1,2 bilhão, via empréstimo-ponte, visando financiar a aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga e o fechamento do capital da Copesul.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2007 o valor devido montava R\$ 1.701.841. Desse montante, R\$ 861.022 estão apresentados na controladora, na rubrica “pré-pagamento de exportações”. No consolidado, o valor total devido está apresentado na rubrica “financiamentos do ativo permanente”.

Em 2008 este empréstimo-ponte foi liquidado através de recursos captados com emissão de “Eurobonds” e operação de pré-pagamento de exportação.

(e) Agenda de pagamentos

O montante de financiamentos a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
2009		1.868.555		2.593.682
2010	646.337	181.674	639.184	378.680
2011	906.333	143.362	868.219	304.609
2012	1.333.654	57.698	1.258.640	329.059
2013 em diante	6.141.476	2.497.102	6.273.778	2.795.917
	<u>9.027.800</u>	<u>4.748.391</u>	<u>9.039.821</u>	<u>6.401.947</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Garantias

A Companhia concedeu garantias para seus financiamentos conforme indicado a seguir:

Controladora

	Vencimento	Total garantido	Valor do financiamento	Garantias
BNB	Jun/16	248.298	248.298	Hipoteca (plantas) / Penhor máquinas e equipamentos
BNDES	Abr/15	1.602.728	1.602.728	Hipoteca (plantas, terreno e imóvel), máquinas e equipamentos
NEXI	Jun/12	195.713	195.713	Apólice de seguro
Financiamentos capital giro	Fev/10	1.268.846	1.268.846	Nota de crédito exportação
FINEP	Mar/12	57.229	57.229	Fiança bancária
Pré-pagamentos	Out/14	1.361.174	4.516.609	Notas promissórias / Garantia Hipotecária, máquinas e equipamentos
Demais instituições	Fev/20	23.177	173.029	Notas promissórias e Equipamentos financiados
Total		4.757.165	8.062.452	

(g) Encargos financeiros capitalizados

A Companhia adota como prática contábil a capitalização de encargos dos financiamentos durante o período de construção dos ativos, estabelecendo como política a aplicação da taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, incluindo a variação cambial e monetária, aplicada ao saldo do ativo imobilizado em construção.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A taxa média de encargos praticada no período foi de 35,72% a.a. (6,94% a.a. em 2007), incluindo a variação cambial e monetária, e os montantes capitalizados para os exercícios estão apresentados a seguir:

	Despesas/(receitas)			
	2008	Controladora 2007	2008	Consolidado 2007
Encargos brutos	2.938.491	534.521	3.013.031	669.303
(-) Encargos financeiros capitalizados no exercício	(312.180)	(18.782)	(307.971)	(35.192)
Encargos financeiros líquidos	2.626.311	515.739	2.705.060	634.111

(h) Compromissos formais dos financiamentos (“Covenants”)

Alguns contratos de financiamentos da Companhia estabelecem limites para determinados indicadores ligados à capacidade de endividamento e de pagamentos de juros.

O primeiro indicador impõe limite no endividamento da Companhia em função da sua capacidade de geração de EBITDA. Ele é calculado dividindo-se a dívida líquida da Companhia pelo seu EBITDA dos últimos doze meses. Este indicador é calculado em real ou dólar, dependendo da condição contratual. Se calculado em dólar, é utilizada a PTAX do fechamento para apurar a dívida líquida e o dólar médio dos últimos 4 trimestres para o cálculo do EBITDA.

O segundo indicador encontrado nos contratos da Companhia é a divisão do EBITDA por juros líquidos, que corresponde à diferença entre os juros pagos e os juros recebidos. Este indicador é verificado trimestralmente e calculado apenas em dólar.

Segue abaixo o resumo das operações em aberto e seus limitadores:

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Operação	Indicador	Moeda
13° e 14° Debêntures	Dívida Líquida/EBITDA(*) < 4,5	R\$
Financiamento junto a Nexi	Dívida Líquida/EBITDA(**) < 4,5	US\$
	EBITDA (**)/Juros Líquidos > 1,5	
Medium-Term Notes	Dívida Líquida/EBITDA (*) < 4,5	R\$
Pré pagamento de exportação	Dívida Líquida/EBITDA (**) < 4,5	US\$
	EBITDA (**)/Juros Líquidos > 2,0	

(*) EBITDA - Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias mais depreciações e amortizações.

(**) EBITDA - Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias mais depreciações, amortizações, dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de empresas não consolidadas.

A penalidade para o não cumprimento dos mesmos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, exceto para as operações de Debêntures e de *Medium-Term Notes*.

Todos os compromissos assumidos estão atendidos.

(i) Custos de transação (captação das operações)

Em 2008, a Companhia incorreu em gastos para estruturar as operações de Eurobonds (Nota 16(a)) e Pré-pagamento de exportações (Nota 16(b)). Os valores, classificados como redutores da dívida, e a respectiva movimentação em 2008, estão demonstrados a seguir:

	Pré-pagamento de exportações	Eurobonds	Total
Custos incorridos	31.301	16.593	47.894
(-) Amortizações em 2008	(1.258)	(830)	(2.088)
Saldo a apropriar	30.043	15.763	45.806

O montante a apropriar ao resultado tem a seguinte composição:

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Pré-pagamento de exportações	Eurobonds	Total
2009	7.452	1.659	9.111
2010	7.448	1.659	9.107
2011	7.198	1.659	8.857
2012	5.462	1.659	7.121
2013	2.483	1.659	4.142
2014 em diante		7.468	7.468
	30.043	15.763	45.806

17 Debêntures

Emissão	Valor unitário	Vencimento	Remuneração	Pagamento da remuneração	Controladora		Consolidado	
					2008	2007	2008	2007
13ª. (i)	R\$ 10	jun/2010	104,1% do CDI	Semestral, a partir de dez/2005	303.481	302.622	303.481	302.622
14ª. (i)	R\$ 10	set/2011	103,5% do CDI	Semestral, a partir de mar/2007	522.795	517.852	522.795	517.852
(ii)	R\$ 1	jun/2008	100,0% do CDI	No vencimento				91.158
					826.276	820.474	826.276	911.632

(i) Emissões públicas de debêntures não conversíveis em ações.

(ii) Emissão da controlada IQ, liquidada em junho de 2008.

A movimentação das debêntures em 2008 e 2007 é a seguinte

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Saldo no início do exercício	820.474	2.107.356	911.632	2.139.877
Encargos financeiros	99.468	184.512	99.468	192.303
Adição por aquisição de controlada				83.367
Baixa por desconsolidação de controlada			(91.158)	(32.521)
Amortização	(93.666)	(1.471.394)	(93.666)	(1.471.394)
Saldo no final do exercício	826.276	820.474	826.276	911.632
No Passivo circulante	(26.276)	(20.474)	(26.276)	(111.632)
No Passivo não circulante	800.000	800.000	800.000	800.000

18 Impostos e contribuições a recolher - Passivo não circulante

		Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Compensação de créditos de IPI					
IPI - crédito prêmio de exportação	(i)	731.098	687.826	731.098	687.826
IPI - alíquota zero	(ii)	330.307	309.358	330.307	309.358
IPI - material de consumo imobilizado		44.893	42.529	44.893	42.529
Outros impostos e contribuições a recolher					
PIS /COFINS - Lei nº 9.718/98	(iii)	50.585	46.594	60.846	50.581
Salário educação, SAT e INSS		40.086	38.565	41.226	38.577
PAES-Lei nº. 10.684	(iv)	28.665	30.042	28.665	36.412
Outros		60.144	19.995	58.311	59.160
(-) Passivos com depósitos judiciais		(64.110)	(69.799)	(64.110)	(78.627)
		1.221.668	1.105.110	1.231.236	1.145.816

A Companhia está questionando judicialmente alterações na legislação tributária e mantém provisão dos valores envolvidos, devidamente atualizados, não registrando ativos contingentes.

(i) IPI - Crédito prêmio de exportação

A Companhia, através de processos próprios e de empresas incorporadas, questiona a vigência do crédito-prêmio do IPI, instituído pelo Decreto-Lei nº 491/69, como estímulo às

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

exportações de produtos manufaturados. Os referidos processos, em sua maioria, obtiveram decisões favoráveis nos tribunais inferiores, não havendo, por enquanto, decisões definitivas.

Em julgamento de recurso de outro contribuinte que busca ver reconhecido o direito de utilização desse benefício fiscal até os dias atuais, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a rejeição da proposta de modulação dos efeitos prospectivos e a decisão de que o benefício foi extinto em 1990. Por se tratar de matéria constitucional, a discussão encontra-se atualmente no STF, que, inclusive, já reconheceu e aplicou o efeito repercussão geral. No STF será discutido o direito à utilização dos créditos após 1990, em face da aplicação do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) nº 41.

Os assessores jurídicos externos da Companhia entendem como possíveis as chances de êxito nas ações.

(ii) IPI - Alíquota zero

As incorporadas OPP Química, Trikem e Polialden possuem ações questionando o direito ao crédito de IPI nas aquisições de matérias-primas e insumos isentos, não tributados ou tributados à alíquota zero. Esses processos, em sua maioria, obtiveram decisões favoráveis nos tribunais inferiores.

Em julgamento de fevereiro de 2007 sobre o mesmo assunto, em um processo que não é da Companhia, houve decisão do STF contrária ao direito de compensação dos créditos de IPI alíquota zero por apertada maioria, 6 X 5. Neste mesmo processo, em junho de 2007, o Plenário do Supremo decidiu, por maioria de votos, pela impossibilidade de aplicação de efeitos exclusivamente futuros à decisão que reverteu decisão do próprio Plenário do STF favorável aos contribuintes neste tema. Esta decisão influiu no julgamento das ações das incorporadas OPP Química e Trikem, na Bahia, gerando um pagamento, em agosto de 2007, no valor de R\$ 127.317. Da mesma forma, do valor envolvido na ação da incorporada Polialden, R\$ 99.641, foi pago em outubro de 2007. O valor remanescente deste processo será objeto de defesa judicial.

A Companhia ainda possui decisão favorável sobre esta matéria para a ação da incorporada Trikem em Alagoas, o que garante a manutenção das compensações realizadas com estes créditos. A Companhia deverá pagar os valores que foram objeto de compensação quando a decisão neste caso concreto for revogada. Vale mencionar que todos os valores dessas ações possuem provisão contábil, o que evitará impacto no resultado da Companhia.

(iii) PIS/COFINS - Lei nº 9.718 de 1998

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores registrados, referem-se substancialmente, aos questionamentos feitos pela Companhia e empresas incorporadas acerca da inconstitucionalidade das ampliações das bases de cálculo do PIS e da COFINS introduzidas pela Lei nº 9.718/98.

A despeito da manifestação do Plenário do STF, em novembro de 2005, acerca da legalidade da referida majoração, a Companhia mantém a discussão sobre a constitucionalidade da majoração a alíquota da COFINS de 2 para 3% em um número pequeno de ações. Em relação à matéria da ampliação da base de cálculo, o STF, na mesma sessão de novembro de 2005, decidiu pela inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98.

Os valores registrados no exigível a longo prazo referem-se, substancialmente, ao questionamento feito pela Companhia e empresas incorporadas acerca da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da COFINS, de 2% para 3%, estabelecida pela Lei nº 9.718/98. A despeito da manifestação do Plenário do STF, em novembro de 2005, acerca da legalidade da referida majoração, este mesmo órgão está rediscutindo a matéria sob a repercussão geral atinente à inconstitucionalidade. A Companhia entrou com nova ação, no final de 2008, rediscutindo a matéria sob o panorama dos novos argumentos.

(iv) Parcelamento Especial - PAES - Lei nº 10.684/03

Em julho e agosto de 2003, as incorporadas IPQ e Trikem aderiram ao programa de parcelamento especial (PAES), instituído pela Lei Federal nº 10.684/03.

A IPQ optou por esta modalidade de parcelamento em virtude do cancelamento dos Documentos Comprobatórios de Compensação (DCC's) originados de aquisição e compensação de créditos tributários de terceiros. Já a Trikem, optou em virtude de desistência da ação relativa à contestação da majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%, instituída pela Lei nº 9.718/98.

Em que pese a regularidade dos pagamentos e o preenchimento de todos os requisitos legais por parte da Companhia, a Procuradoria da Fazenda Nacional – “PFN” excluiu a Trikem do PAES em duas oportunidades, sendo que, em ambos os casos, a Companhia obteve decisões judiciais para determinar sua manutenção no referido programa de parcelamento. A Administração, com base na posição dos seus assessores externos, entende que o parcelamento será mantido como inicialmente requerido.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo acumulado é de R\$ 36.700, sendo R\$ 8.034 classificados no passivo circulante e R\$ 28.655 no passivo não circulante (2007 - R\$ 36.597, sendo R\$ 6.555 no passivo circulante e R\$ 30.042 no passivo não circulante).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19 Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

(a) Imposto de renda corrente

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
	Reapresentação		Reapresentação	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e participação de acionistas minoritários	(2.737.313)	606.718	(2.712.869)	1.208.745
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	930.686	(206.284)	922.375	(410.974)
Imposto de renda sobre equivalência patrimonial	49.486	36.186	80	(37)
Efeitos tributários da não sujeição à CSL (Nota 19(c))	(246.398)	54.541	(246.398)	54.541
Efeitos Lei 11.638/07 – RTT – Regime Tributário Transitório	14.069	55.900	14.069	55.649
Outras diferenças permanentes	(5.431)	(6.152)	27.532	13.969
Amortização de ágio	26.269	15.906	24.855	4.363
Tributos discutidos judicialmente	(2.434)	15.060	(2.434)	15.060
Prejuízos fiscais	(755.727)	8.232	(755.727)	20.999
Provisões e outras diferenças temporárias	(11.066)	26.640	(8.187)	25.384
Outros		(116)	163	(3.007)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(546)	(87)	(23.672)	(224.053)

Devido à apuração de prejuízo fiscal em 2008, não houve benefício de isenção/redução do imposto de renda durante o exercício. Em 2007 esse benefício foi de R\$ 49.497 (Nota 19 (d)).

(b) Imposto de renda diferido

(i) Composição do imposto de renda diferido

Em consonância com o disposto pela Deliberação CVM nº 273/98, que aprovou o pronunciamento do IBRACON sobre a contabilização do Imposto de renda, e pela Instrução CVM nº 371/02, a Companhia possui os seguintes saldos contábeis de imposto de renda diferido:

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Composição do imposto de renda diferido calculado:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
		Reapresentação		Reapresentação
Prejuízos fiscais a compensar	3.627.614	585.777	3.644.611	585.777
Ágios amortizados contabilmente sobre investimentos em empresas incorporadas	668.623	603.419	668.622	603.419
Despesas temporariamente indedutíveis	406.059	423.624	419.391	625.988
Adequação Lei 11.638/07 e MP 449/08	91.341	91.341	91.341	91.341
Potencial base de cálculo para o imposto de renda diferido	4.793.637	1.704.161	4.823.965	1.906.525
Potencial imposto de renda diferido (25%)	1.198.409	426.040	1.205.991	476.631
Parcela não registrada do imposto de renda diferido:				
Prejuízos fiscais	(502.024)		(502.024)	
Imposto de renda diferido ativo	696.385	426.040	703.967	476.631
No ativo circulante	(56.018)	(59.560)	(59.555)	(85.815)
No ativo não circulante	640.367	366.480	644.412	390.816
Movimentação:				
Saldo inicial do exercício	426.040	380.662	476.631	393.165
Saldo incorporado de controladas	39.998	12.326	(15.370)	8.613
Saldo consolidado Ipiranga				102.341
Adequação Lei 11.638/07 e MP 449/08		22.834		22.834
Constituição de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais	258.437	(15.768)	256.159	(118.109)
Constituição de imposto de renda sobre ágio amortizado de empresas incorporadas:	54.755	85.757	54.755	85.757
Imposto de renda diferido realizado sobre ágios amortizados de empresas incorporadas	(38.455)	(31.917)	(38.455)	(31.917)
Imposto de renda diferido sobre provisões temporárias	(44.390)	(27.854)	(29.753)	13.947
Saldo final	696.385	426.040	703.967	476.631
Imposto de renda diferido passivo sobre depreciação acelerada incentivada:				
Saldo inicial do exercício	(7.503)	(7.935)	(62.817)	(14.802)
Adequação Lei 11.638/07 e MP 449/08	(2.509)	(157)	(2.509)	
Saldo incorporado de controlada	(552)		(5.587)	
Realização (constituição) de imposto de renda diferido	589	589	49.520	(48.015)
Saldo final do exercício	(9.975)	(7.503)	(21.393)	(62.817)
Imposto de renda diferido no resultado	230.936	10.807	292.226	(98.337)

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O ativo diferido de imposto de renda decorrente de prejuízos fiscais, diferenças temporárias e ajustes pela opção da Companhia pelo Regime Tributário de Transição (MP 449/08, artigos 15 a 22) é reconhecido contabilmente levando-se em consideração análises de lucros tributários futuros, fundamentados em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos e comerciais aprovados pela Administração da Companhia.

(ii) Período estimado de realização do imposto de renda diferido ativo

O ativo de imposto de renda diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação está amparada por projeções de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente, realizados pela Companhia em até 10 anos, considerando-se, inclusive, a limitação de compensação de prejuízos fiscais em até 30% do lucro tributável, além dos benefícios fiscais de isenção e redução do imposto.

Considerando as premissas de preços, câmbio, taxas de juros, crescimento de mercado e outras variáveis relevantes que determinaram o seu plano de negócios, a Companhia elaborou, para data-base de 31 de dezembro de 2008, o plano com a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros. Tais estudos revelam que o crédito de imposto de renda sobre prejuízos fiscais que será consumido entre os exercícios de 2009 a 2018 monta a R\$ 404.880.

Os créditos de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais têm a seguinte expectativa de realização:

	Controladora e Consolidado
2009	
2010	
2011	8.026
2012	47.710
2013	50.299
2014 a 2016	179.455
2017 e 2018	119.390
	<u>404.880</u>

Os créditos de imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias, formados por ágios já amortizados contabilmente, no valor de R\$ 167.156, por provisões contábeis, no montante de R\$ 101.515 e adequação à Lei 11.638/07 e MP 449/08, no valor de R\$ 22.834, fundamentam-se pelo seu total aproveitamento em função das suas realizações contábeis e fiscais.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os créditos de imposto de renda diferido sobre ágios têm a seguinte expectativa de realização:

	Controladora e Consolidado
2009	45.267
2010	45.267
2011	37.038
2012	22.647
2013	13.074
2014 a 2016	3.074
2017 a 2018	789
	167.156

Não foi considerada no registro contábil do imposto de renda diferido ativo a parcela dos ágios amortizados contabilmente sobre investimentos em empresas incorporadas, cuja realização dar-se-á em prazo superior a 10 anos no valor de R\$ 2.612 (R\$ 2.880 em 2007).

Com relação às despesas temporariamente indedutíveis, o imposto de renda diferido foi constituído sobre as despesas com tributos que estão sendo questionados judicialmente e outras despesas operacionais, a exemplo da provisão para devedores duvidosos.

Como a base tributável do imposto de renda decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não-tributáveis, despesas não-dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo de resultados futuros da Companhia.

(iii) Contribuição social diferida

As demonstrações consolidadas incluem as seguintes parcelas de contribuição social diferida advindas de suas controladas IQ e Braskem Distribuidora (em 2007: IQ, IPQ e Copesul):

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldos	
	dez/08	dez/07
Ativo	10.051	4.636
Passivo	2.156	16.999
Resultado: Receita (despesa)	9.611	(4.952)

Os saldos ativos de CSL diferida decorrem de bases negativas e provisões indedutíveis.

Os saldos passivos decorrem de variações cambiais não realizadas e de depreciação acelerada.

(c) Contribuição social sobre o lucro ("CSL")

Em face da discussão quanto à constitucionalidade da Lei nº 7.689/88, a Companhia e suas incorporadas OPP Química, Trikem e Polialden ajuizaram ação ordinária para o não recolhimento da CSL, tendo a decisão favorável às empresas transitado em julgado.

No entanto, a União Federal ajuizou ação rescisória para os processos da Companhia, da Trikem e da Polialden com o objetivo de reverter a referida decisão, sob o fundamento de que, posteriormente à decisão definitiva proferida em favor das empresas, o Plenário do STF havia declarado a constitucionalidade dessa contribuição, exceto para o ano de 1988. No caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, de modo que, juridicamente, continuou válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor.

A ação rescisória aguarda o julgamento de uma série de recursos que pretendem a apreciação da matéria pelo STJ e pelo STF. Em que pese a pendência da ação rescisória e a suspensão da exigibilidade desses débitos, a Receita Federal vem lavrando autos de infração contra a Companhia e suas incorporadas, contra os quais têm sido apresentadas defesas administrativas.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, que avaliaram a perspectiva de êxito como possível, acredita-se que: (i) a Companhia deverá obter êxito em seus pleitos de manutenção do não-recolhimento e (ii) em caso de perda da ação rescisória, a decisão não poderia retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da lei, motivo pelo qual a Companhia não registra provisão para esta contribuição.

Caso seja estabelecida judicialmente a retroatividade da contribuição, contrariando o entendimento expresso em pareceres dos advogados externos, a Companhia avalia ser remota a possibilidade de cobrança de multa. Desta forma, o montante devido, corrigido

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

monetariamente, e atualizado pela taxa SELIC seria de aproximadamente, R\$ 835.420, excluindo a multa.

(d) Incentivos fiscais

(i) Imposto de renda

Até o ano-base de 2011, a Companhia tem o direito ao benefício de redução de 75% do imposto de renda devido sobre o lucro proveniente da venda de petroquímicos básicos e utilidades produzidos na planta de Camaçari. As três plantas de polietileno, instaladas em Camaçari, gozam da mesma redução até os anos-base de 2011, 2012 e 2016. A planta de PVC, em Camaçari, também usufruirá do benefício até o ano-base de 2013. As plantas de PVC, em Alagoas, e de PET, em Camaçari, estão isentas de imposto de renda apurado sobre o resultado das suas operações industriais até o ano-base de 2008.

As produções de soda cáustica, cloro, dicloroetano e caprolactama possuem o benefício de redução de 75% da alíquota de imposto de renda até o ano-base de 2012.

(ii) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

A Companhia é detentora de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado de Alagoas, por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas – PRODESIN. Esse incentivo objetiva a implantação e a expansão de indústrias naquele Estado e é registrado no resultado do exercício, na rubrica “Outras receitas operacionais”.

20 Incentivo de longo prazo

Em setembro de 2005, foi aprovado em Assembléia de Acionistas um plano de benefícios denominado “Incentivo de longo prazo”, não baseado em ações da Companhia, através do qual colaboradores designados anualmente pela Administração podem adquirir títulos emitidos pela Companhia denominados “Unidade de investimento”, unidade “Alfa”. Tem por objetivo, dentre outros, fortalecer a convergência de interesses na criação de valor a longo prazo entre os colaboradores e os acionistas da Braskem, promover o senso de propriedade e motivar a visão e o comprometimento dos colaboradores com resultados de longo prazo.

A Unidade de investimento não atribui ao seu titular a condição de acionista da Braskem, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos.

Anualmente, o Conselho de Administração aprova os participantes elegíveis, a quantidade de unidades de investimento a ser emitida, o percentual de contrapartida da Companhia à aquisição feita pelos colaboradores e a quantidade de unidades ofertada

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

por participante. A aceitação pelo participante implica em pagamento à vista do valor que lhe foi atribuído e a celebração do contrato de compra das unidades, sendo responsabilidade da Braskem a emissão do respectivo "Certificado de Unidades de investimento".

A Unidade de investimento é emitida no 1º semestre de cada ano, sendo o seu valor atualizado anualmente de acordo com a média de cotação da ação preferencial classe "A" da Companhia nos encerramentos dos pregões, na BOVESPA, nos meses de outubro a março. Além da variação do seu valor nominal, a Unidade de investimento tem rendimento equivalente ao dividendo e/ou juros sobre o capital próprio distribuídos pela Braskem.

Existem três tipos de Unidade de investimento:

- unidade adquirida pelo participante, denominada "Alfa";
- unidade recebida pelo participante à título de contrapartida da Braskem, denominada "Beta"; e
- unidade recebida pelo participante à título de rendimento, denominada "Gama".

A Unidade de investimento (e o seu correspondente certificado) é emitida em caráter personalíssimo e somente poderá ser alienada para a Braskem, por meio de resgate, com as seguintes condições:

- a partir do 5º ano, contado da 1ª aquisição, o adquirente pode resgatar até 20% do seu saldo acumulado de unidades de investimento; e
- a partir do 6º ano, o resgate está limitado a 10% do saldo acumulado.

A composição e o valor das unidades, em 31 de dezembro de 2008, são os seguintes:

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Unidades de Investimento		
Emitidas (unidades Alfa)	707.661	9.512
Bonificadas (unidades Beta)	<u>705.361</u>	<u>941</u>
Total	<u>1.413.022</u>	<u>10.453</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2008, o Capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 5.375.802 (R\$ 4.640.947 em 31 de dezembro de 2007), representado por 507.540.997 ações sem valor nominal (2007 - 449.432.611), sendo 190.462.446 ações ordinárias (2007 - 149.810.870), 316.484.733 ações preferenciais classe "A" (2007 - 298.818.675) e 593.818 ações preferenciais classe "B" (2007 - 803.066).

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2008, foi aprovado o aumento de capital em razão da incorporação das ações da Grust (Nota 1(c.7)), mediante a emissão de 46.903.320 ações ordinárias e 43.144.662 ações preferenciais classe "A", passando capital social de R\$ 4.640.947 para R\$ 5.361.656.

Em 30 de setembro de 2008, em razão da incorporação da IPQ (Nota 1 (c.12)), o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 14.146 passando para R\$ 5.375.802, mediante a emissão de 1.506.061 ações preferenciais classe "A".

O capital autorizado da Companhia é de 488.000.000 ações, sendo, 175.680.000 ações ordinárias, 307.440.000 ações preferenciais classe "A" e 4.880.000 ações preferenciais classe "B".

(b) Direitos das ações

As ações preferenciais não concedem direito a voto mas asseguram, em cada exercício, um dividendo prioritário, não cumulativo de 6% sobre seu valor unitário, de acordo com os lucros disponíveis para distribuição. Somente as ações preferenciais classe "A" terão participação igual às ações ordinárias no lucro remanescente, e estas somente terão direito ao dividendo após o pagamento do dividendo prioritário aos portadores de ações preferenciais. Somente as ações preferenciais classe "A" têm, ainda, assegurada a igualdade de condições às ações ordinárias na distribuição de ações resultantes de incorporação de outras reservas. Apenas as ações preferenciais classe "A" poderão ser convertidas em ações ordinárias mediante deliberação da maioria do capital votante presente em Assembléia Geral. As ações preferenciais classe "B" podem ser convertidas em ações preferenciais classe "A", a qualquer tempo, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe "B" para cada ação preferencial classe "A", mediante simples solicitação por escrito à Companhia, desde que esgotado o prazo de intransferibilidade previsto na legislação especial que viabilizou a emissão e integralização destas ações com recursos de incentivos fiscais.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Na eventual liquidação da Companhia será assegurada às ações preferenciais classes "A" e "B" prioridade no reembolso do capital.

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme previsto nos Memorandos de Entendimentos para Celebração de Acordo de Acionistas, a Companhia deverá distribuir, a título de dividendos, um percentual não inferior a 50% do lucro líquido disponível no exercício, desde que sejam mantidas as reservas necessárias e suficientes para a eficiente operação e o desenvolvimento de seus negócios.

Consoante termos pactuados na emissão das Medium-Term Notes (Nota (16)), o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio fica limitado ao dobro dos dividendos mínimos previstos no estatuto social da Companhia.

(c) Reserva de Incentivos fiscais

Anteriormente à adoção da Lei 11.638/07 e MP 449/08, o incentivo fiscal do imposto de renda (Nota 19 (d)) era classificado como reserva de capital sem transitar pelo resultado. A partir de 01 de janeiro de 2007, esse incentivo fiscal passou a ser lançado em conta de resultado do exercício, sendo destinado à conta de reserva de lucros por proposta da administração referendada pela assembléia geral.

Independentemente da mudança determinada pela Lei 11.638/07 e MP 449/08, esse incentivo só pode ser utilizado para aumento de capital social ou absorção de prejuízo.

(d) Ações em tesouraria

- Com a incorporação da Politeño, em 2 de abril de 2007, (Nota 1(c)), foi desfeita a participação recíproca existente entre as empresas. As 2.186.133 ações preferenciais classe "A" da Companhia que pertenciam a Politeño foram incorporadas às ações em tesouraria.
- Em 19 de fevereiro de 2008, foi aprovado um novo programa de recompra de ações com duração de 12 meses e investimento aproximado de R\$ 252.000 para recompra de até 19.862.411 ações preferenciais classe "A". Nesse programa foram adquiridas, até 22 de dezembro de 2008, 10.099.500 ações preferenciais classe "A" ao custo médio de R\$ 10,63 por ação. Os valores mínimos e máximos dessas aquisições foram de R\$ 6,03 e R\$ 13,85 por ação.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Em 28 de abril de 2008, foi comunicada ao mercado a dissidência dos acionistas detentores de 2.108.823 ações ordinárias e de 209.048 ações preferenciais classe "B" da Companhia em relação à ratificação da operação de compra do controle dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga. As ações foram reembolsadas em 11 de março de 2008, pelo valor patrimonial em 31 de dezembro de 2007, de R\$ 13,50 por ação, totalizando R\$ 31.292.
- Em 30 de maio de 2008, os acionistas da Braskem Participações aprovaram a redução do seu capital e a transferência, para a Companhia, de 580.331 ações ordinárias e 290.165 ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia, no valor de R\$ 13.110.
- Em 02 de julho de 2008, foi comunicada ao mercado a dissidência dos acionistas detentores de 3.562.590 ações ordinárias e 200 ações preferenciais classe "B" da Companhia em relação à incorporação das ações da Grust Holdings S/A. O reembolso ocorreu pelo valor patrimonial da ação, de acordo com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2007, correspondendo a R\$ 13,50 por ação, totalizando R\$ 48.098.
- Em 6 de março de 2008, foi aprovado o cancelamento de 16.595.000 ações preferenciais classe "A" da Companhia, mantidas em tesouraria, em 31 de dezembro de 2007, pelo valor de R\$ 244.456.
- Em 22 de dezembro de 2008, foi aprovado o cancelamento de 16.850.657 ações, sendo 6.251.744 ações ordinárias, 10.389.665 ações preferenciais classe "A" e 209.248 ações preferenciais classe "B" da Companhia, contabilizadas pelo valor de R\$ 199.904. Este cancelamento, juntamente com o aprovado em 06 de março, no montante de R\$ 444.360 e foi baixado da conta de reserva de lucros para expansão.

(e) Reserva de lucros para expansão

Refere-se à retenção do saldo de lucros acumulados, a fim de atender aos projetos de expansão estabelecidos no plano de negócios, conforme previsto em orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia e submetido à aprovação da Assembléia Geral, observado o disposto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações (LSA). O saldo desta reserva em 31 de dezembro 2007 era de R\$ 890.192. Em 2008, a Companhia utilizou o saldo desta reserva para absorver o cancelamento das ações em tesouraria e parte dos prejuízos nos montantes de R\$ 444.360 e R\$ 445.832, respectivamente.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) 25% para o pagamento de dividendos obrigatórios, não cumulativos, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais. Quando o valor do dividendo prioritário pago às ações preferenciais for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada: (i) no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais; (ii) se ainda houver saldo remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe "A", em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo. Em decorrência do prejuízo gerado neste exercício, a Companhia não está destinando qualquer valor a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Os dividendos propostos pela Administração no exercício de 2007, aprovados em Assembléia Geral, foram os seguintes:

	2007
Lucro líquido do exercício com a adoção da Lei 11.638/07 e MP 449/08	617.438
Exclusão dos ajustes de adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08 (Nota 3.1(b))	(74.218)
Lucro líquido do exercício sem os ajustes da Lei 11.638/07 e MP 449/08	543.220
Parcela destinada à reserva legal	(27.161)
Lucro líquido ajustado para o cálculo do dividendo	516.059
Distribuição do lucro:	
Dividendos propostos	
Ações ordinárias - (R\$ 0,644 por ação)	96.198
Ações preferenciais classe A - (R\$ 0,644)	181.741
Ações preferenciais classe B - (R\$ 0,644)	518
Total de dividendos	278.457
Valor destinado à reserva de lucros para expansão	237.603
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	129.016

O valor destinado à reserva de lucros para expansão, em 2007, estava vinculado ao orçamento de capital contido no Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Administração em 19 de dezembro de 2007, e foi ratificado em Assembléia Geral Ordinária realizada em 26 março de 2008.

O prejuízo contábil do exercício de 2008 foi absorvido parcialmente através da utilização integral das reservas de lucros.

(g) Ajustes de avaliação patrimonial

Esta rubrica, criada pela Lei 11.638/07, visa registrar valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram ainda pelo resultado do exercício, mas o farão no futuro. Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia mantém nesta conta os seguintes valores:

	2008
Variação no valor de mercado de instrumentos financeiros:	
• ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido de imposto de renda (Nota 5)	7.998
• operações de <i>hedge</i> em controlada (Nota 23(f.3)(iv))	(110.098)
Total	(102.100)

22 Contingências

(a) Convenção coletiva dos trabalhadores - Cláusula 4ª

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas Petroquímicas, Químicas, Plásticas e afins do Estado da Bahia ("SINDIQUÍMICA") e o Sindicato da Indústria Petroquímica e Resinas Sintéticas no Estado da Bahia ("SINPEQ") discutem, judicialmente, a exigibilidade da cláusula de indexação de salários constante da convenção coletiva de trabalho em face de norma de ordem pública (plano econômico) instituída em 1990 e que restringiu reajustes salariais. A Companhia operava fábricas na região em 1990 e é membro do SINPEQ.

O sindicato dos empregados pleiteia o reajustamento dos salários de forma retroativa. Em dezembro de 2002, o STF confirmou decisão anterior do Tribunal Superior do Trabalho determinando que a lei de política econômica prevalece sobre a convenção coletiva e, portanto, nenhum reajuste é devido. Em 2003, o SINDIQUÍMICA opôs Embargos de Declaração contra esta última decisão, os quais, em 31 de maio de 2005, foram rejeitados por unanimidade.

Em 24 de outubro de 2005, o SINDIQUÍMICA interpôs Embargos de Divergência. O

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

recurso foi encaminhado para a cota da Procuradoria Geral da República que apresentou parecer integralmente favorável ao SINPEQ em novembro de 2006. O julgamento do recurso foi iniciado em 28 de junho de 2007, estando suspenso por pedido de vistas de um dos julgadores.

A Administração, com base na opinião dos seus advogados externos, entende que o desfecho da ação será favorável ao SINPEQ e, desta forma, não foi provisionado qualquer valor em relação a essa causa.

(b) **Compensação de créditos tributários**

Entre maio e outubro de 2000, as incorporadas OPP Química e Trikem realizaram compensações de tributos federais próprios com créditos-prêmio de IPI cedidos por empresa comercial exportadora ("Cedente"). As referidas compensações foram homologadas pelas autoridades fiscais em São Paulo (DERAT/SP), através da emissão de Documentos Comprobatórios de Compensação ("DCC's"), cuja expedição se deu por força de liminar em Mandado de Segurança ("MS SP"). A Cedente também impetrou Mandado de Segurança contra as autoridades fiscais no Rio de Janeiro (DERAT/RJ) ("MS RJ"), objetivando, da mesma forma, assegurar o direito ao ressarcimento do crédito-prêmio de IPI e sua compensação, inclusive com débitos de terceiros. O MS SP foi extinto sem julgamento do mérito, firmando-se assim a competência da autoridade administrativa e da jurisdição do Rio de Janeiro para dispor sobre o crédito da Cedente.

Em junho de 2005, a DERAT/SP editou portarias que cancelaram os DCC's. Com base nas referidas portarias, a Delegacia da Receita Federal em Camaçari - BA encaminhou cartas-cobrança para a Companhia. Contra essas cobranças foram apresentadas manifestações de inconformidade, que não foram processadas administrativamente. Assim, em dezembro de 2005, foi inscrito em Dívida Ativa o montante de R\$ 276.620, referente aos supostos débitos da Companhia, provenientes destas compensações.

Diversas medidas judiciais e administrativas foram adotadas pela Cedente e pela Companhia para demonstrar a regularidade e a legalidade das referidas compensações, em relação às quais os advogados de ambas as empresas classificam as possibilidades de êxito como prováveis, principalmente em função da validade e liquidez inequívoca dos créditos, confirmada em auditoria específica realizada pela DERAT/RJ.

Finalmente, em 3 de outubro de 2005, a Cedente obteve no Supremo Tribunal Federal decisão judicial favorável transitada em julgado no MS RJ, assegurando o direito definitivo ao aproveitamento dos créditos-prêmio de IPI relativos a todas as suas exportações, inclusive mediante compensações com débitos de terceiros. À vista da referida decisão, os advogados da Cedente e da Companhia entendem que as compensações efetuadas pelas incorporadas e devidamente homologadas pela DERAT/SP estão necessariamente

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

convalidadas, razão pela qual também entendem como inexistentes os débitos tributários que estão sendo imputados à Companhia. Independentemente da referida decisão judicial transitada em julgado no MS RJ, os advogados da Cedente e da Companhia, além de jurista consultado a respeito do tema, entendem que os débitos objeto dos pedidos de compensação pelas incorporadas já estão totalmente extintos por força do instituto da decadência.

Em janeiro de 2006, a Companhia foi intimada a apresentar garantia à execução fiscal no valor referido acima, a qual foi apresentada sob forma de apólice de seguro garantia judicial.

Não obstante os advogados da Companhia avaliarem as chances de êxito de todas as demandas acima como prováveis, na hipótese de insucesso em todos os processos, a Companhia ainda terá assegurado o valor exigido pela Fazenda Nacional através de ressarcimento integral junto à Cedente, conforme firmado em contrato de cessão celebrado em 2000.

(c) INSS

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais tendo por objeto matérias previdenciárias, os quais, em 31 de dezembro de 2008, totalizavam R\$ 347.176, valor esse atualizado pela SELIC.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, que julgam como possíveis as possibilidades de êxito com esses processos, entende não ser devido qualquer valor relativo a essas notificações e, portanto, não constituiu provisões para esse fim.

(d) Outras demandas judiciais da Companhia e suas controladas

- A Companhia possui ações cíveis ajuizadas pelo controlador de uma ex-distribuidora de soda cáustica e pela transportadora que prestava serviços para essa ex-distribuidora, cujos valores, em 31 de dezembro de 2008, totalizavam R\$ 28.609 (dez/07 – R\$ 27.507). Os autores tentam obter reparação de danos relativos ao alegado descumprimento do contrato de distribuição pela Companhia. A avaliação da Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos responsáveis pela condução dos casos, é que as ações possivelmente serão julgadas improcedentes e, por esta razão, não foram constituídas provisões.
- No segundo trimestre de 2005, os Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas e Químicas de Triunfo - RS e de Camaçari - BA ajuizaram ações reclamationárias requerendo o pagamento de horas extras em diversas ações. Para essas

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ações foram apresentadas as devidas contestações e a Administração da Companhia, baseada na posição de seus assessores jurídicos, não espera ter perdas ao final desses julgamentos.

- Em 30 de junho de 2008, a Companhia e suas controladas eram reclamadas em 1.282 ações indenizatórias e ações trabalhistas, incluídas as mencionadas anteriormente, cujos valores envolvidos totalizavam, aproximadamente, R\$ 223.282. Com base nas avaliações dos assessores jurídicos externos, grande parte dessas ações deverá ser julgada procedente à Companhia. Para os processos com perda provável, a Companhia e suas controladas mantêm provisão de R\$ 18.382 (dez/07 – R\$ 25.005).
- A controlada Copesul foi autuada pela SRF, em 1999, constituindo crédito de IRPJ e CSL no período-base de 1994, relativo à correção monetária de balanço e resultado de equivalência patrimonial, decorrentes do reconhecimento contábil de dividendos distribuídos por controlada no exterior. O montante atualizado da causa é de R\$ 21.308. O processo aguarda julgamento de recurso interposto pela Fazenda Nacional junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Os assessores jurídicos da Copesul avaliam como possível a chance de êxito desse processo.

23 Instrumentos financeiros

As moedas apresentadas nos derivativos são designadas pelos códigos de acordo com o padrão ISO 4217 estão demonstradas abaixo:

Código	Moeda	País
BRL	Real	Brasil
EUR	Euro	Zona Euro
JPY	Yen	Japão
USD	Dólar americano	Estados Unidos da América

Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia detinha em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 instrumentos financeiros não derivativos, segundo a definição dada pelo CPC 14. Tais instrumentos financeiros compunham uma parte dos investimentos de curto prazo da Companhia e certos itens de sua dívida mobiliária.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Identificação	Valor no balanço patrimonial (ativos e passivos)		Posição	Valor justo	
	Dez/08	Dez/07		Dez/08	Dez/07
1. Adiantamentos de contratos de câmbio	(149.852)	(28.251)	Passiva	(149.852)	(28.251)
2. Capital de giro/Operações Estruturadas	(905.216)	(388.197)	Passiva	(905.216)	(388.197)
3. BNDES	(236.290)	(44.831)	Passiva	(236.290)	(44.831)
4. Eurobonds	(3.023.099)	(1.401.196)	Passiva	(2.440.389)	(1.496.315)
5. Financiamentos de matérias-primas	(21.532)	(20.346)	Passiva	(21.532)	(20.346)
6. Fundos de investimento em moeda externa	107.279		Ativa	107.279	
7. Medium Term Notes	(618.684)	(632.567)	Passiva	(643.028)	(745.143)
8. Pré-pagamento de exportações	(4.000.282)	(1.623.294)	Passiva	(4.000.282)	(1.623.294)
9. Financiamentos para projetos (NEXI)	(195.713)	(231.190)	Passiva	(195.713)	(231.190)
10. "Time Deposits"	522.212	190.995	Ativa	522.212	190.995
11. Títulos do Tesouro americano	331.452		Ativa	331.452	
12. Debêntures	(826.276)	(911.632)	Passiva	(803.360)	(910.039)
13. Fundo de investimento exclusivo	1.714.355	258.768	Ativa	1.714.355	258.768
14. Aplicações de renda fixa	102.895	296.250	Ativa	102.895	296.250

Informações detalhadas sobre estes instrumentos financeiros encontram-se nas notas explicativas de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 4), "Títulos e valores mobiliários" (Nota 5) e "Financiamentos" (Nota 16) e "Debêntures" (Nota 17).

Riscos e instrumentos financeiros derivativos

(a) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de preços de *commodities*, taxas de câmbio e taxas de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras, contas a receber e derivativos.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com uma Política de Gestão Financeira e com uma Política de Gestão de Riscos. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(b) Exposição a riscos cambiais

A Companhia tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. Os insumos e produtos da Companhia têm preços denominados ou fortemente influenciados pelas cotações internacionais de *commodities*, as quais são usualmente denominadas em dólares. Adicionalmente, a Companhia tem utilizado captações de longo prazo em moedas estrangeiras as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira. A Companhia

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre dívida em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras, e derivativos. A política da Companhia para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente.

(c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da LIBOR. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI diário.

(d) Exposição a riscos de *commodities*

A Companhia está exposta à variação de preços de diversas “*commodities*” petroquímicas, em especial, a de sua principal matéria-prima, a nafta. A Companhia procura repassar as oscilações de preços dessa matéria-prima provocadas pela flutuação da cotação internacional. No entanto, parte de suas vendas podem ser realizadas através de contratos de preços fixos ou com banda de flutuação máxima e/ou mínima. Tais contratos podem ser acordos comerciais ou contratos de derivativos associados a vendas futuras. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia não apresenta nenhum destes contratos em aberto.

(e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e outras contas a receber, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte, ponderando as concentrações de acordo com o “*rating*” e os preços observados no mercado de “*Credit Default Swaps*” referenciados às instituições, bem como celebrando contratos de compensação (“*netting*”) que minimizam o risco de crédito total decorrente das diversas operações financeiras celebradas entre as partes.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Os limites e a qualidade de crédito das contrapartes são revistos diariamente, observando o “*rating*” e preços observados no mercado do “*Credit Default Swap*” (“CDS”) das mesmas.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com os seguintes propósitos:

f.1) Hedge

As atividades de “*hedge*” são executadas em conformidade com as políticas da Companhia. A Política de Gestão Financeira prevê um programa contínuo de *hedge* de curto prazo para o risco cambial proveniente de suas operações e de itens financeiros. Os demais riscos de mercado são abordados na medida em que são introduzidos por cada operação. De um modo geral, a Companhia inclui o julgamento da necessidade de “*hedge*” durante a análise de operações prospectivas e procura realizar o *hedge* sob medida para as operações consideradas além de preservar o *hedge* pelo prazo integral da operação que estiver sendo coberta.

A Companhia pode eleger derivativos como “*hedge*” para aplicação de Contabilidade de *Hedge*, conforme o CPC 14. A designação de *hedge* não é obrigatória. Em geral, a Companhia elegerá designar derivativos como “*hedge*” quando for esperado que a aplicação de Contabilidade de *Hedge* proporcionará uma melhoria relevante na demonstração do efeito compensatório dos derivativos sobre as variações dos itens objeto de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia detinha contratos derivativos financeiros sobre um total nominal de R\$1.973.982 (R\$ 1.978.481 em 31 de dezembro de 2007), sendo R\$ 1.694.325 relacionados a operações de *hedge* designadas como tais e R\$ 279.657 para outras operações de *hedge* (vide (f).i.a e (f).i.b abaixo). Não havia derivativos utilizados para outros propósitos.

f.2) Modificar o retorno de outros instrumentos

A Companhia pode utilizar, e tem utilizado, derivativos para modificar o retorno de aplicações ou a taxa de juros ou o índice de correção de passivos financeiros, conforme seu julgamento sobre as condições mais adequadas à Companhia. Quando o risco do retorno modificado, por meio de derivativo, é substancialmente menor para a Companhia, a transação é considerada um “*hedge*”. Quando a Companhia utiliza derivativos para modificar os retornos de aplicações, ela procura igualar as obrigações que terá em virtude do derivativo aos direitos representados pelas aplicações. Quando ela utiliza derivativos para modificar a taxa de juros ou o índice de correção de passivos, ela procura igualar os direitos que terá em virtude do derivativo às obrigações representadas nos passivos. Essas operações de modificação do retorno de aplicações, ou da taxa de juros ou índice de correção de compromissos financeiros, são realizadas para um montante não superior ao da aplicação ou compromisso subjacente. A Companhia não efetua posições alavancadas com derivativos. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia não tinha operação com esse propósito.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

f.3) Monetização de certos riscos

A Companhia pode utilizar derivativos para monetizar certos riscos que ela julgar aceitáveis em decorrência do seu perfil exportador. Ao monetizar um risco, a Braskem auferirá uma receita financeira em troca de compensar a contraparte na ocorrência de um evento específico. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia não tinha operação com esse propósito.

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro de 2008 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes financeiras de grande porte, sob o abrigo de contratos globais de derivativos, no Brasil ou no exterior.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo conforme o valor justo represente um saldo positivo ou negativo para a Companhia, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são obrigatoriamente classificados como “instrumentos para negociação”. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificar para contabilidade de “*hedge* de fluxo de caixa” no período em questão.

O valor justo de derivativos é obtido:

- a) de fontes públicas, quando o derivativo é negociado em bolsa;
- b) por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o derivativo é uma compra ou venda a termo ou contrato de “*swap*”;
- c) por modelos de avaliação de contratos de opções, tais como o modelo *Black-Scholes*, quando o derivativo possui características de opção.

As premissas de avaliação (“*inputs*” dos modelos) são obtidas de fontes que refletem os preços observáveis mais atuais de mercado, particularmente as curvas de juros e de cotações futuras de moedas divulgadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros, as taxas de câmbio à vista divulgadas pelo Banco Central do Brasil, e as curvas internacionais de juros divulgadas por serviços de cotações largamente conhecidos, como *Bloomberg* ou *Reuters*.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia não possuía derivativos que necessitassem de premissas não-observáveis para o cálculo do seu valor justo.

A tabela abaixo mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes em 31 de dezembro de 2008 ou que tenham produzido efeitos financeiros no exercício de 2008. A coluna “Recebimentos (pagamentos)” mostra os valores recebidos ou pagos por liquidações efetuadas ao longo de 2008, e a coluna “Receita (despesa)”

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

mostra o efeito reconhecido em receita ou despesa financeira associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos no exercício de 2008:

Identificação	Valor Nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Receita (despesa)	Valor justo	
						Dez/08	Dez/07
Swap de iene-CDI (vide i.a)	BRL 279.655	Jun/2012	Hedge cambial do financiamento NEXI	BRL (32.534)	BRL 49.741	BRL 5.562	BRL (76.713)
Swaps de taxa de juros (Libor-fixa) (vide i.b)	USD 725,000 mil	Out/2013	Hedge de taxa de juros (designado para contabilidade de hedge)		BRL 654	BRL (109.444)	
Swap cambial USD-BRL (vide ii.a)	BRL 255.805	Nov/08	Hedge cambial	BRL 62.869	BRL 62.869		
Swap de moedas EUR-USD (vide ii.b)	BRL 503.102	Nov/08	Hedge cambial e de taxa de juros	BRL (21.261)	BRL 18.628		BRL (39.889)
Credit default swap (vide ii.c)	USD 100,000 mil	Dez/08	Modificação do retorno	USD 360	USD 300		USD 60 mil
Total Return Swap (vide ii.d)	USD 450,000 mil	Ago/08	Modificação do retorno	USD 6,397	USD (13,173)		USD 19,570 mil
Swap de convertibilidade (vide ii.e)	USD 150,000 mil	Jul/08	Monetização	USD 488	USD 366		USD 122 mil

i) Operações existentes em 31 de dezembro de 2008

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas detinham os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

i.a) “Swaps” ligados ao financiamento de projetos (NEXI)

A Companhia detinha em 31 de dezembro de 2008 quatro contratos de “swap” de moedas com valor nominal total de R\$ 279.657, contratados para “hedge” de financiamentos captados em ienes a taxas de juros flutuantes com vencimentos em março e junho de 2012. O objetivo desses “swaps” é compensar o risco de flutuação da taxa de câmbio entre o real e o iene proveniente dos financiamentos, e compensar o risco da variação de despesas futuras com o pagamento de juros. O prazo, montante, datas de liquidação, e taxa de juros em ienes dos “swaps” coincidem com os termos do financiamento. A Companhia tem a intenção de manter esses “swaps” até a liquidação do financiamento.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As características de cada operação de “swap” estão listadas abaixo:

Identificação	Valor nocional, BRL	Taxa de juros	Vencimento	Valor justo	
				Dez/08	Dez/07
Swap NEXI I	28.987	104,29%CDI	Jun/12	2.192	(6.634)
Swap NEXI II	136.495	101,85%CDI	Mar/12	(6.587)	(45.462)
Swap NEXI III	91.851	103,98%CDI	Jun/12	7.637	(20.121)
Swap NEXI IV	22.322	103,98%CDI	Jun/12	2.320	(4.496)

Esses contratos podem requerer que a Braskem efetue depósitos de garantias em certas condições. Em 31 de dezembro de 2008, não havia nenhum depósito de garantias colocado pela Braskem em relação a esses derivativos. As contrapartes nessas operações são bancos de primeira linha com “rating” de crédito A, ou melhor, pelas agências Moody’s, Standard & Poors ou Fitch, o que é coerente com as taxas de desconto utilizadas para refletir o risco de crédito das contrapartes.

A Companhia elegeu não designar esses *swaps* como “*hedge*” para aplicação de contabilidade de *hedge*, dado que o risco principal protegido, o da variação da taxa de câmbio, é satisfatoriamente representado pelos resultados concomitantes de variação cambial do financiamento e de variação do valor justo do derivativo. Conseqüentemente, as variações periódicas do valor justo dos “*swaps*” são registradas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. Em 2008, a Companhia reconheceu uma receita financeira de R\$ 49.741 referente à variação de valor justo desses “*swaps*” entre 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008.

i.b) “Swaps” de taxas de juros ligados ao pré-pagamento de exportações

A controlada Braskem Inc. detinha, em 31 de dezembro de 2008, nove contratos de “*swap*” de taxa de juros com valor nominal total de USD 725,000 mil, contratados sobre dívidas de pré-pagamento de exportação contraídas em dólares e a taxas de juros flutuantes (base Libor) em outubro de 2008, para vencimento em outubro de 2013. Nesses “*swaps*”, a controlada Braskem Inc. recebe taxas flutuantes (Libor) e paga taxas fixas, periodicamente, de forma coincidente com o fluxo de caixa da dívida de pré-pagamento. O objetivo desses “*swaps*” é compensar a variação de despesas financeiras futuras da dívida causadas pela flutuação da Libor. O prazo, montante, datas de liquidação, e taxa de juros flutuantes coincidem com os termos da dívida. A Companhia e sua controlada têm a intenção de manter esses “*swaps*” até a liquidação do financiamento.

Esses “*swaps*” foram designados como “*hedge* de fluxo de caixa” do risco de flutuação da Libor das dívidas especificadas, para fins de contabilidade de *hedge*. As variações periódicas efetivas do valor justo dos derivativos designados como “*hedge* de fluxo de

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

caixa” que forem altamente efetivos em compensar as variações de fluxo de caixa do item hedgeado são reconhecidas no Patrimônio líquido em “Ajustes de Avaliação Patrimonial” até a data em que a respectiva variação do objeto de *hedge* impactar o resultado. Os impactos da Libor sobre o item objeto de hedge são esperados impactar os resultados da controlada em cada período de apropriação de juros da dívida, iniciando na data de desembolso, e até o seu vencimento.

A Companhia e sua controlada testam a efetividade desses “*hedges*” em cada data de encerramento de período de reporte pelo método da compensação monetária cumulativa. Por este método, o *hedge* é considerado efetivo se a variação de fluxo de caixa dos derivativos estiver entre 80% e 125% da variação do item hedgeado causada pelo risco que estiver sendo coberto. O teste de efetividade de 31 de dezembro de 2008 demonstrou que os derivativos foram altamente efetivos em compensar as variações do item hedgeado causadas pela flutuação da Libor durante o período desde a contratação dos derivativos até o encerramento do período de reporte, e que todas as demais condições para qualificação desses instrumentos para contabilidade de *hedge* foram atendidas. Conseqüentemente, a parcela efetiva da variação de valor justo dos derivativos, no valor de (R\$ 109.444), foi registrada como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”. A controlada também reclassificou do saldo de Ajuste de avaliação patrimonial, R\$ 654, para receita financeira, referente à parcela do efeito compensatório dos derivativos sobre o item hedgeado com competência em 2008.

As características das operações de “swap” estão listadas abaixo:

Identificação	Valor nocional, USD	Taxa de juros	Vencimento	Valor justo	
				Dez/08	
Swap EPP I	100,000	3,9100	Out/13	(15.657)	
Swap EPP II	100,000	3,9100	Out/13	(15.657)	
Swap EPP III	100,000	3,9525	Out/13	(16.046)	
Swap EPP IV	25,000	3,8800	Out/13	(3.845)	
Swap EPP V	50,000	3,5675	Out/13	(6.259)	
Swap EPP VI	100,000	3,8800	Out/13	(15.382)	
Swap EPP VII	50,000	3,5800	Out/13	(6.316)	
Swap EPP VIII	100,000	3,8225	Out/13	(14.855)	
Swap EPP IX	100,000	3,8850	Out/13	(15.427)	
				(109.444)	

A coluna “Taxa de Juros” contém a taxa fixa contratual que a Companhia paga em troca de receber Libor.

Esses contratos podem requerer que a controlada Braskem Inc. efetue depósitos de garantias em certas condições. Em 31 de dezembro de 2008, não havia nenhum depósito de garantias colocado pela controlada em relação a esses derivativos. As contrapartes

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

nessas operações são bancos com “rating” de crédito “A” ou melhor pelas agências Moody’s, Standard & Poors ou Fitch, o que é coerente com as taxas de desconto utilizadas para refletir o risco de crédito das contrapartes.

O valor em risco dos derivativos detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2008, definido como a maior perda que pode ocasionar em um mês em 95% dos casos, em condições normais de mercado, foi estimado pela Companhia em R\$ 46.622 para os swaps EPP e R\$ 20.773 para os swaps NEXI.

ii) Operações encerradas em 2008

ii.a) “Swaps” cambiais ligados ao pré-pagamento de exportação

Até novembro de 2008, a Companhia detinha *swaps* de moeda no valor nominal total de R\$ 255.805 com o objetivo de compensar os efeitos da variação cambial sobre dívidas de pré-pagamento de exportações no montante de USD 150,000 mil. Nesses *swaps*, a Companhia recebia variação cambial do dólar mais 3,94% ao ano e pagava 98,29% do CDI. Os termos da rentabilidade cambial coincidiam com os termos da dívida coberta. Esses “swaps” foram liquidados em novembro de 2008 por um valor de R\$ 62.869 recebidos pela Braskem.

ii.b) “Swap” da rentabilidade das Notas da República da Áustria

A Companhia detinha, em 2008, *swaps* de moeda no valor nominal total de R\$ 503.102 com o objetivo de modificar o indexador das notas da República da Áustria, de euros a taxas fixas para dólares americanos a taxas flutuantes (Libor mais “spread”).

O valor nominal, as taxas e os vencimentos das obrigações do “swap” eram idênticos aos das notas da República da Áustria em carteira. Os “swaps” foram realizados no mercado de balcão com garantia exigida por uma das contrapartes, caso o valor justo ultrapasse USD 6,000 mil contra a Braskem na data de verificação na forma de Certificado de Depósito Bancário (“CDB”) com a própria contraparte. Em abril de 2008, a Companhia liquidou parte do *swap* com desembolso de R\$ 30.151 e, em novembro de 2008, liquidou o restante recebendo R\$ 8.890.

ii.c) “Credit Default Swaps” referenciados ao crédito da Braskem como parte de garantias financeiras

A Companhia detinha operações de “Credit Default Swap” para com o ABN AMRO NV, sobre USD 100,000 mil e referenciados ao crédito da Braskem com vencimento em 2015, no qual a controlada Braskem Inc. participava como vendedora de proteção ou garantidora do crédito da Braskem por meio de um depósito no NIB Capital Bank. Este derivativo foi contratado como parte de uma transação em que a controlada Braskem Inc. vendeu ao ABN AMRO NV um montante correspondente de “bonds” emitidos pela Braskem que ela detinha em carteira. Essas operações foram liquidadas em dezembro de 2008 por um valor de USD 360,000 recebidos pela controlada Braskem Inc.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ii.d) “Swap” do retorno total de carteira de fundos (“Total Return Swap”)

A controlada Braskem Inc. detinha operações de “Swap” de retorno total (“Total Return Swaps”) referenciados a uma carteira de fundos, no montante de USD 450,000 mil, com o objetivo de modificar o retorno das suas aplicações em moeda estrangeira e otimizar sua receita financeira. Nesses contratos, a Braskem Inc. pagava uma taxa de juros fixa e recebia o retorno total, igual aos pagamentos de juros e dividendos mais a variação de valor da carteira de fundos. O derivativo permitia à controlada selecionar e alterar a composição dos fundos referenciados, tendo como seu “advisor” o Royal Bank of Canada AAM. Essa operação foi liquidada em agosto de 2008 por um valor de USD 6,397 mil, correspondente a R\$ 12.786, recebidos pela controlada Braskem Inc.

ii.e) Swap de convertibilidade de moeda

A controlada Braskem Inc. detinha operações de “Swap” com cláusula de convertibilidade de moeda, no valor nominal de USD 150,000 mil e prazo de 1 ano, com o objetivo de monetizar o diferencial de juros entre as taxas cambiais brasileiras e a Libor. Em caso de um evento de convertibilidade de moeda, o swap previa a substituição da liquidação pelo “net” pela liquidação bruta de ambos os saldos devedor e recebedor, sendo o saldo devedor da Braskem Inc. exigível no exterior e o saldo credor recebível no Brasil. Esta operação foi realizada considerando a característica exportadora da controlada Braskem Inc.

Essa operação foi liquidada em julho de 2008 por um valor de USD 488 mil, correspondente a R\$ 770, recebidos pela controlada Braskem Inc..

iii) Exposição por contraparte

A exposição em aberto da Braskem e suas controladas ao risco de inadimplemento das contrapartes em instrumentos financeiros derivativos é listada na tabela abaixo, considerando os valores de mercado dos derivativos somados às garantias:

Contraparte	Principal	Exposição Dez/08
Banco Real	18.447	2.192
Citibank	306.254	(5.423)
JPMorgan	86.861	(6.587)
Calyon	408.975	(26.150)
BBVA	467.400	(31.313)
Santander	584.250	(36.598)

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iv) Componentes de Ajustes de avaliação patrimonial devidos a operações de *hedge*

A Companhia designou certos derivativos como “*hedge* de fluxo de caixa”, o que gerou saldos finais de Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP). O resumo da movimentação dos componentes de Ajustes de Avaliação Patrimonial é dado abaixo:

Ítem	Saldo de AAP em Dez/07	Reclassificações para despesa (receita) em 2008 por atingimento da competência	Movimentações da parcela efetiva de <i>hedges</i>	Movimentações devidas a recuperação de efetividade	Saldo de AAP em Dez/08
<i>Swaps</i> EPP		(654)	(109.444)		(110.098)

Os componentes de compensação altamente efetiva e de parcela inefetiva da variação de valor justo dos derivativos, bem como reclassificações de valores relativos ao atingimento da competência dos *hedges*, no período, foram reconhecidos da seguinte forma:

1. Valor justo			2. Recebimentos (pagamentos)	3. Ganho (Perda) no período, deste:	3.a. Reconhecidos em receita (despesa)	3.b Reconhecido em AAP
Ítem	Dez/08	Dez/07				
<i>Swaps</i> EPP	(109.444)			(109.444)	654	(110.098)

(g) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de preços de *commodities*, taxas de câmbio, taxas de juros, ações e índices de ações, índices de preços, e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos a essas variáveis é apresentada abaixo.

i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: a) a taxa de câmbio dólar-real; b) a taxa de câmbio iene-real; c) a taxa de juros flutuante Libor.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, e nos itens cobertos por operações de “*hedge*”. Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia, tal como o devido a revalorização de estoques e receitas e custos futuros. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Braskem.

O cenário provável foi considerado o publicado pela pesquisa FOCUS divulgada pelo Banco Central do Brasil em 26 de dezembro de 2008. Para as variáveis de taxa de juros não incluídas na pesquisa FOCUS, o cenário provável considerado foi de mesma variação percentual do CDI. Para as variáveis de taxa de câmbio não incluídas na pesquisa FOCUS, o cenário provável considerado foi de mesma variação percentual do dólar-real.

Os cenários adversos possível e extremo para a taxa de câmbio dólar-real foram considerados, respectivamente, uma alta de 25% e 50% da cotação do dólar em relação ao dólar de fechamento de 2008.

Os cenários adversos possível e extremo para a taxa de câmbio iene-real foram considerados, respectivamente, uma alta de 25% e 50% da cotação do iene em reais em relação ao iene de fechamento de 2008.

Os cenários adversos possível e extremo para a taxa de juros Libor foram considerados, respectivamente, uma baixa de 25% e 50% da cotação da Libor em relação ao seu nível final em 2008.

Os valores de sensibilidade nas tabelas abaixo são de variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário, com exceção da tabela (v), que apresenta as variações de fluxos de caixa futuros.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

iii) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar-real

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, incluindo derivativos e itens por eles cobertos, à variação da taxa de câmbio dólar-real, é apresentada na tabela abaixo.

Instrumento	Provável	Adverso possível (25%)	Adverso extremo (50%)
Adiantamento de Contrato de Câmbio	5.256	(35.299)	(70.597)
Adiantamento sobre cambiais entregues	322	(2.164)	(4.329)
BNDES	7.545	(50.667)	(101.333)
Eurobonds	30.811	(206.910)	(1.503.664)
Financiamentos de matérias primas	802	(5.383)	(10.766)
Fundos de investimento em moeda externa	(3.994)	26.820	53.640
Medium Term Notes	23.032	(154.671)	(309.342)
Pré-pagamento de exportações	84.884	(570.041)	(1.140.081)
"Time Deposits"	(19.440)	130.553	261.106
Títulos do Tesouro americano	(12.339)	82.863	165.726
Dívida de pré-pagamento de exportações, mais hedge, sendo:			
Dívida de pré-pagamento	68.109	(457.391)	(914.782)
Swap EPP (vide (f.3),i.b)	64.035	(430.030)	(860.060)
	4.074	(27.361)	(54.722)

iv) Sensibilidade à taxa de câmbio iene-real

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, incluindo derivativos e itens por eles cobertos, à variação da taxa de câmbio iene-real, é apresentada na tabela abaixo.

Instrumento	Provável	Adverso possível (25%)	Adverso extremo (50%)
Financiamento para projetos (NEXI), mais <i>hedge</i> , sendo:			
Dívida (NEXI)	295	(1.981)	(3.961)
Swaps (NEXI) (vide (f3),i.a)	7.286	(48.928)	(97.856)
	(6.991)	46.947	93.895

v) Sensibilidade dos fluxos de caixa futuros a taxa de juros flutuantes Libor

A sensibilidade das receitas e despesas futuras com juros de cada instrumento financeiro, incluindo o efeito de derivativos e itens por eles cobertos, é apresentada na tabela abaixo. Os números representam o impacto nas receitas (despesas) financeiras considerando o prazo médio do respectivo instrumento.

00482-0 BRASKEM S.A. 42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumento	Provável	Adverso Possível (25%)	Adverso Extremo (50%)
Adiantamento de contrato de câmbio	364	(1.863)	(3.691)
Capital de giro\Operações estruturadas	4.665	(23.367)	(45.559)
Financiamentos de matérias-primas	32	(166)	(330)
Pré-pagamento de exportações	2.766	(14.189)	(28.202)
Dívida de pré-pagamento de exportações, mais <i>hedge</i> , sendo:			
Dívida de pré-pagamento	3.564	(18.183)	(35.981)
<i>Swap</i> EPP (vide (f.3),i.b)	(3.564)	18.183	35.981

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas financeiras				
Receitas com juros	211.512	189.679	139.746	134.727
Variações monetárias	26.088	41.663	30.758	36.906
Variações cambiais	379.101	(805.865)	466.294	(825.634)
Outros	72.533	30.851	81.788	65.209
	689.234	(543.672)	718.586	(588.792)
Despesas financeiras				
Despesas com juros	(462.457)	(237.252)	(560.099)	(470.266)
Variações monetárias	(228.299)	(221.348)	(214.869)	(213.198)
Variações cambiais	(2.990.885)	1.383.020	(3.212.598)	1.546.720
Débitos tributários - SELIC	(89.713)	(107.625)	(90.634)	(114.428)
Despesas tributárias	(52.105)	(169.537)	(65.300)	(274.673)
Descontos concedidos	(110.137)	(121.972)	(121.850)	(137.622)
Outros	(123.570)	(160.500)	(137.762)	(124.489)
	(4.057.166)	364.786	(4.403.112)	212.044
Resultado financeiro	(3.367.932)	(178.886)	(3.684.526)	(376.748)

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas (despesas)				
Aluguéis de instalações e concessão de direito de uso	12.236	24.318	12.236	24.318
Recuperação de tributos	3.884	110.902	53.075	119.989
Incentivo ICMS - PRODESIN	24.454	15.855	24.467	15.890
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13.404	(23.928)	(3.777)	(28.732)
	<u>53.978</u>	<u>127.147</u>	<u>86.001</u>	<u>131.465</u>

26 Outras receitas e despesas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas (despesas)				
Resultado na alienação de controlada em conjunto (Nota 1(c.6))	130.502		130.502	
Ganho (perda) de participação em investimentos		(10.739)		(35.466)
Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados (Nota 13)	(144.072)	(13.807)	(144.072)	(13.807)
Provisão para perda permanente em investimentos	(10.241)		(10.220)	
Baixa de projetos descontinuados	(10.848)		(10.848)	
Reversão de ganho de aporte de bens em empresa incorporada	(42.816)		(42.816)	
Provisão para gastos com desmobilização de ativos	(26.806)		(26.806)	
Depreciação de plantas paralisadas e outros	(45.308)	(7.214)	(54.440)	(17.951)
	<u>(149.589)</u>	<u>(31.760)</u>	<u>(158.700)</u>	<u>(67.224)</u>

27 Cobertura de seguros

A Braskem e suas controladas possuem um amplo programa de gerenciamento de riscos que proporciona cobertura e proteção para todos os seus ativos patrimoniais seguráveis, bem como para possíveis perdas com interrupção da produção, através de uma apólice do tipo "All Risks". Esta apólice estabelece o valor para dano máximo provável, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza da atividade da Companhia e a orientação de seus consultores de seguros. A apólice foi renovada em validade de 18 meses, engloba as coberturas abaixo relacionadas:

Cobertura:	Braskem US\$ Mil	IQ R\$
Limite máximo de indenização para estoques, imobilizado e lucros cessantes, por evento	2,000,000	71.751
Valor dos ativos segurados	16,665,983	71.751

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, são contratados seguros de transportes, vida em grupo, riscos diversos e veículos. As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28 Negociação de ações no exterior - NYSE e LATIBEX

(a) New York Stock Exchange ("NYSE")

Os American Depositary Shares ("ADS's") da Companhia são negociados na NYSE, com as seguintes características:

- . Espécie das ações: preferenciais classe "A";
- . Cada ADS representa 2 ações, negociado com o código "BAK";
- . Banco depositário no exterior: The Bank of New York ("BONY") - agência Nova Iorque;
- . Banco custodiante no Brasil: Banco Itaú S.A.

(b) LATIBEX

As ações preferenciais classe "A" da Companhia são negociadas na LATIBEX, o mercado das empresas latino-americanas cotadas em Euros na Bolsa de Madrid, com o código "XBRK" e custodiadas pelo Banco Itaú S.A.. As ações são negociadas em lotes unitários.

29 Planos de previdência privada

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são avaliados de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000.

(a) PETROS / PREVINOR

Em junho de 2005, a Companhia comunicou à PETROS - Fundação Petrobras de Seguridade Social sua intenção de retirada do patrocínio, a partir do dia 30 daquele mês. O cálculo das reservas matemáticas dos participantes foi concluído em novembro de 2006 e enviado, no mesmo mês, para a aprovação da Secretaria de Previdência Complementar ("SPC"), órgão do Ministério da Previdência Social que tem por objetivo regulamentar e fiscalizar os planos de previdência privada. Em 31 de dezembro de 2008 os ativos líquidos do plano são superiores ao valor das reservas matemáticas dos participantes.

Os benefícios dos assistidos e pensionistas da PETROS continuarão a ser pagos regularmente até a conclusão do processo.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em janeiro de 2007, a incorporada Politen, patrocinadora da PREVINOR, comunicou a retirada do patrocínio a partir daquele mês. O plano mantido pela Politen é superavitário, não havendo qualquer necessidade de desembolso pela Braskem.

(b) ODEPREV

A Companhia mantém um plano de contribuição definida para seus empregados administrado pela ODEPREV, entidade fechada de previdência privada instituída pela Odebrecht S.A.. A ODEPREV proporciona aos seus participantes, integrantes das empresas patrocinadoras, o Plano Optativo de contribuição definida, no qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria onde são acumuladas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

O Conselho de Curadores da ODEPREV define prévia e anualmente, no plano de custeio, os parâmetros para as contribuições dos participantes e das companhias patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos no plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das cotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá ser exigida nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte da companhia patrocinadora para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Em 31 de dezembro de 2008, a massa de participantes na ODEPREV está composta por 2.633 participantes ativos (2007 – 2.512) e as contribuições da Companhia em 2008 foram de R\$ 9.751 (2007 – R\$ 5.918) e dos participantes de R\$ 18.752 (2007 – R\$ 16.453).

(c) Copesul

A incorporada Copesul e os seus empregados contribuem como mantenedores da PETROS em planos de aposentadoria e pensão de benefício definido. Em 2008, a taxa sobre o salário de contribuição foi de 12,93% sobre o total de proventos dos empregados vinculados ao plano. As contribuições efetuadas pela Copesul durante 2008 totalizaram R\$ 6.230 (2007 - R\$ 5.717).

Conforme previsão no regulamento da PETROS e legislação pertinente, caso se verifique relevante insuficiência de reservas técnicas, as mantenedoras e participantes contribuirão com aporte financeiro adicional ou haverá uma adequação dos benefícios do plano aos recursos disponíveis. Não ocorreu, até a data de encerramento do exercício, necessidade de qualquer suplementação por parte da Copesul.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 371, de 13 de setembro de 2000, a Companhia

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

procedeu à apuração do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2008 dos benefícios pós-emprego concedidos a seus colaboradores utilizando o método de avaliação unidade de crédito projetado com base nas informações reais incorridas até a data de 30 de novembro de cada ano, apresentando o seguinte resultado:

	2008	2007
Valor justo dos ativos do plano	459.268	437.417
Valor presente das obrigações atuariais	540.039	496.774
Valor presente das obrigações em excesso aos ativos	(80.771)	(59.357)
Passivo atuarial líquido	6.430	1.559
Perdas atuariais não reconhecidas	(74.341)	(57.798)

Os ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos estão relacionados à rentabilidade dos ativos do plano - diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente, sendo assim considerados ganhos (perdas) atuariais. A Copesul adota a política de reconhecer esses ganhos (perdas) como receita (despesa) apenas quando seus montantes acumulados excederem, em cada exercício, o maior dos seguintes limites: (i) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido e (ii) 10% do valor justo dos ativos do plano. A parcela a ser reconhecida é amortizada anualmente, dividindo-se seu montante pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

As principais premissas atuariais na data do balanço são demonstradas a seguir:

	2008	2007
Taxa de desconto real	6%	6%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	6%	6%
Crescimento real dos salários	1,7% até a entrada em aposentadoria	1,7% até 48 anos e nulo após 49 anos
Bases biométricas		
Mortalidade para encargos de pensão e pecúlio (válidos)	AT-2000	AT-2000
	Experiências	Experiências
Mortalidade para encargos de pensão e pecúlio (inválidos)	C.A.P. (*)	C.A.P. (*)
Invalidez	Álvaro Vindas (**)	Álvaro Vindas (**)
Outros encargos	Experiência STEA (***)	Experiência STEA (***)

(*) C.A.P. - Caixa de Aposentados e Pensionistas utilizada como base para desenvolver a tabela de mortalidade nos cálculos atuariais.

(**) Álvaro Vindas - Tabela de Invalidez utilizada nos cálculos atuariais.

(***) STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Conselho de Administração da Copesul, em maio de 2003, aprovou a institucionalização do Plano Copesul de Previdência Complementar, denominado COPESULPREV, um plano fechado, na modalidade de contribuição definida. Esse plano visa atender os colaboradores não abrangidos pelo antigo plano PETROS, hoje fechado a novos ingressos. A administração do plano se dá através da PETROS, de forma independente, desvinculado de qualquer outro plano de previdência hoje administrado por aquela entidade, atendendo os dispositivos da Lei Complementar nº 109/2001. As contribuições efetuadas pela Copesul durante 2008 totalizaram R\$ 1.557 (2007 - R\$ 1.350).

30 Compromissos de compra de matéria-prima

A Companhia mantém contratos de compra de energia elétrica para consumo em suas instalações industriais localizadas nos estados de Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul. O compromisso anual mínimo estabelecido nesses contratos, cujo prazo é de quatro anos, no montante de R\$ 248.459.

A Braskem compra nafta mediante contratos com volume mínimo anual de compra equivalente a R\$ 6.991.501 (não auditado), com base no preço de mercado praticado em 31 de dezembro de 2008.

* * *

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

15.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Grupo 13 – Relatório da Administração

- Alteração das rubricas no quadro “Anexos”

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	12
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	13
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	14
06	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	15
07	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	17
07	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	18
08	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	20
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	21
10	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	23
10	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	24
10	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	25
11	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO	26
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	28
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	31
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	63
15	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	151

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Informações Trimestrais (ITR) da Cedente relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, e respectivo parecer dos auditores independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00482-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL BRASKEM S.A.	3 - CNPJ 42.150.391/0001-70
4 - NIRE 2920006993		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Eteno, 1561		2 - BAIRRO OU DISTRITO COPEC	
3 - CEP 42810-000	4 - MUNICÍPIO CAMAÇARI		5 - UF SP
6 - DDD 071	7 - TELEFONE 3413-1000	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
11 - DDD 071	12 - FAX 3632-5102	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL www.braskem.com.br			
10 - TELEX			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Carlos José Fadigas de Souza Filho			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. das Nações Unidas, 8501 - 25º andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Pinheiros	
4 - CEP 05425-070	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 3579-9531	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
12 - DDD 011	13 - FAX 3576-9532	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL carlos.fadigas@braskem.com.br			
11 - TELEX			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2009	31/12/2009	1	01/01/2009	31/03/2009	4	01/10/2008	31/12/2008
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG Auditores Independentes						10 - CÓDIGO CVM 00418-9	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Anselmo Neves Macedo						12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 033.169.788-28	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2009	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2008	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2008
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	190.462	190.462	149.811
2 - Preferenciais	317.079	317.079	283.027
3 - Total	507.541	507.541	432.838
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1020 - Petroquímicos e Borracha
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Indústria Petroquímica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Parcial
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
01	08.486.375/0001-15	Alclor Química de Alagoas Ltda.
02	16.151.532/0001-60	CODEVERDE-Cia. Desenvolvimento Rio Verde
03	94.845.674/0001-30	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mli)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mli)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mli)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
4/5/2009	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
1	Ativo Total	22.374.994	22.711.352
1.01	Ativo Circulante	6.920.579	7.559.374
1.01.01	Disponibilidades	2.921.218	2.925.188
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.593.870	2.588.173
1.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	327.348	337.015
1.01.02	Créditos	1.273.151	955.260
1.01.02.01	Clientes	1.273.151	955.260
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	2.052.960	2.843.580
1.01.04	Outros	673.250	835.346
1.01.04.01	Tributos a Recuperar	395.513	585.392
1.01.04.02	Imp.Renda/C.Social Diferidos	55.972	56.018
1.01.04.03	Dividendos e JCP a Receber	6.274	7.162
1.01.04.04	Desp.Pagas Antecipadamente	77.737	65.298
1.01.04.05	Demais Contas a Receber	137.754	121.476
1.02	Ativo Não Circulante	15.454.415	15.151.978
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.406.586	2.158.625
1.02.01.01	Créditos Diversos	2.255.782	2.027.849
1.02.01.01.01	Títulos e Valores Mobiliários	8.311	9.717
1.02.01.01.02	Clientes	42.508	46.666
1.02.01.01.03	Estoques	20.637	20.637
1.02.01.01.04	Tributos a Recuperar	1.453.382	1.199.922
1.02.01.01.05	Imp.Renda/C.Social Diferidos	618.713	640.367
1.02.01.01.06	Dep.Judiciais/Emp.Compulsórios	112.231	110.540
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	79.491	85.924
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	79.491	85.924
1.02.01.03	Outros	71.313	44.852
1.02.01.03.01	Demais Contas a Receber	71.313	44.852
1.02.02	Ativo Permanente	13.047.829	12.993.353
1.02.02.01	Investimentos	584.431	389.246
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	23.044	23.044
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	549.617	354.357
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	11.770	11.845
1.02.02.02	Imobilizado	10.010.315	10.123.718
1.02.02.03	Intangível	2.351.359	2.372.942
1.02.02.04	Diferido	101.724	107.447

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
2	Passivo Total	22.374.994	22.711.352
2.01	Passivo Circulante	6.641.591	7.489.102
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.002.546	2.114.301
2.01.02	Debêntures	17.371	26.276
2.01.03	Fornecedores	4.123.873	4.865.040
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	90.398	102.155
2.01.05	Dividendos a Pagar	6.629	6.604
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	400.774	374.726
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	203.068	206.144
2.01.08.02	Imp de Renda e Contr Social Corr e Dif	0	0
2.01.08.03	Adiantamentos de Clientes	87.826	47.717
2.01.08.04	Demais Provisões e Contas a Pagar	109.880	120.865
2.02	Passivo Não Circulante	12.038.689	11.530.369
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	12.038.689	11.530.369
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.313.628	9.027.800
2.02.01.02	Debêntures	800.000	800.000
2.02.01.03	Provisões	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	337.027	132.759
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	1.588.034	1.569.810
2.02.01.06.01	Fornecedores	16.120	18.675
2.02.01.06.02	Operações de "Hedge"	114.189	109.444
2.02.01.06.03	Impostos e Contribuições a Recolher	1.237.613	1.221.668
2.02.01.06.04	Incentivo de Longo Prazo	5.269	10.453
2.02.01.06.05	Imp de Renda e Contr. Social Diferido	9.341	9.975
2.02.01.06.06	Planos de Previdência Privada	16.307	16.307
2.02.01.06.07	Demais Contas a Pagar	189.195	183.288
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	3.694.714	3.691.881
2.05.01	Capital Social Realizado	5.375.802	5.375.802
2.05.02	Reservas de Capital	407.964	407.964
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2009	4 -31/12/2008
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(109.002)	(102.100)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	(109.002)	(102.100)
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(1.980.050)	(1.989.785)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.886.160	3.886.160	4.242.940	4.242.940
3.01.01	Mercado Interno	3.040.139	3.040.139	3.255.255	3.255.255
3.01.02	Mercado Externo	846.021	846.021	987.685	987.685
3.02	Deduções da Receita Bruta	(821.009)	(821.009)	(932.607)	(932.607)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	3.065.151	3.065.151	3.310.333	3.310.333
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.679.474)	(2.679.474)	(2.887.194)	(2.887.194)
3.05	Resultado Bruto	385.677	385.677	423.139	423.139
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(352.791)	(352.791)	(442.384)	(442.384)
3.06.01	Com Vendas	(107.193)	(107.193)	(67.894)	(67.894)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(3.404)	(3.404)	(211.051)	(211.051)
3.06.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	(96.678)	(96.678)	(132.212)	(132.212)
3.06.02.02	Honorários dos Administradores	(2.017)	(2.017)	(2.130)	(2.130)
3.06.02.03	Depreciações e Amortizações	(20.464)	(20.464)	(97.679)	(97.679)
3.06.02.04	Outras Receitas Operacionais, Líquidas	115.755	115.755	20.970	20.970
3.06.03	Financeiras	(190.653)	(190.653)	(212.849)	(212.849)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	37.933	37.933	10.696	10.696
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(228.586)	(228.586)	(223.545)	(223.545)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(51.541)	(51.541)	49.410	49.410
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	(46.073)	(46.073)	62.744	62.744
3.06.06.02	Amortização de Ágio e Deságio, Líquida	(5.468)	(5.468)	(13.334)	(13.334)
3.06.06.03	Outros	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	32.886	32.886	(19.245)	(19.245)
3.08	Resultado Não Operacional	(749)	(749)	103.313	103.313
3.08.01	Receitas	2.408	2.408	254.204	254.204
3.08.02	Despesas	(3.157)	(3.157)	(150.891)	(150.891)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	32.137	32.137	84.068	84.068
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.255)	(1.255)	(11.159)	(11.159)
3.11	IR Diferido	(21.147)	(21.147)	7.130	7.130
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	9.735	9.735	80.039	80.039
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	507.541	507.541	432.838	432.838
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,01918	0,01918	0,18492	0,18492
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(50.582)	(50.582)	(50.582)	(140.301)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	347.146	347.146	347.146	39.498
4.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	9.735	9.735	9.735	80.039
4.01.01.02	Depreciação, Amortização e Exaustão	204.035	204.035	204.035	231.705
4.01.01.03	Amortização de Ágio (Deságio) Líquida	5.468	5.468	5.468	13.334
4.01.01.04	Partic. Sociedades Controladas-Coligadas	46.073	46.073	46.073	(63.606)
4.01.01.05	Perdas (Ganhos) Partic. em Investimentos	(874)	(874)	(874)	(149)
4.01.01.06	Prov./Perdas e Baixas - Ativo Permanente	805	805	805	(364.793)
4.01.01.07	Juros, Var. Monet. e Cambiais - Líquidas	156.064	156.064	156.064	141.015
4.01.01.08	Reconhecimento de Créditos Tributários	(96.562)	(96.562)	(96.562)	0
4.01.01.09	Participação dos Acionistas Minoritários	0	0	0	0
4.01.01.10	Imp. Renda e C.Social Correntes/Diferidos	22.402	22.402	22.402	3.791
4.01.01.11	Outros	0	0	0	(1.838)
4.01.01.12	Efeito Incorp.Caixa Controladas Conjunto	0	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(220.620)	(220.620)	(220.620)	(86.618)
4.01.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	(259)	(259)	(259)	40.001
4.01.02.02	Contas a Receber de Clientes	(344.451)	(344.451)	(344.451)	42.676
4.01.02.03	Estoques	673.089	673.089	673.089	(220.496)
4.01.02.04	Tributos a Recuperar	29.554	29.554	29.554	(78.801)
4.01.02.05	Despesas Antecipadas	(12.550)	(12.550)	(12.550)	13.787
4.01.02.06	Dividendos Recebidos	888	888	888	3.937
4.01.02.07	Demais Contas a Receber	(45.501)	(45.501)	(45.501)	(11.029)
4.01.02.08	Fornecedores	(637.003)	(637.003)	(637.003)	71.124
4.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	5.129	5.129	5.129	15.079
4.01.02.10	Incentivos de Longo Prazo	(5.184)	(5.184)	(5.184)	(683)
4.01.02.11	Adiantamento de Clientes	40.109	40.109	40.109	14.920
4.01.02.12	Demais Contas a Pagar	75.559	75.559	75.559	22.867

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01.03	Outros	(177.108)	(177.108)	(93.181)	(93.181)
4.01.03.01	Juros Pagos	(174.062)	(174.062)	(88.809)	(88.809)
4.01.03.02	Imposto de Renda e Cont. Social Pagos	(3.046)	(3.046)	(4.372)	(4.372)
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(134.818)	(134.818)	(807.157)	(807.157)
4.02.01	Recursos Recebidos Venda At. Permanente	1.533	1.533	251.456	251.456
4.02.02	Adições ao Investimento	(8.324)	(8.324)	(633.412)	(633.412)
4.02.03	Adições ao Imobilizado	(114.434)	(114.434)	(151.298)	(151.298)
4.02.04	Adições ao Intangível	0	0	(259.857)	(259.857)
4.02.05	Adições ao Diferido	0	0	(1.539)	(1.539)
4.02.06	Encargos Financ. Pagos e Capitalizados	(13.593)	(13.593)	(12.507)	(12.507)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	191.097	191.097	932.245	932.245
4.03.01	Dívida de Curto Prazo, Líquida	(400.747)	(400.747)	147.289	147.289
4.03.02	Dívida de Longo Prazo, Líquida	606.891	606.891	780.889	780.889
4.03.03	Partes Relacionadas, Líquida	0	0	4.074	4.074
4.03.04	Dividendos Pagos a Acionistas	25	25	(7)	(7)
4.03.05	Outros	(15.072)	(15.072)	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes	5.697	5.697	(15.213)	(15.213)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.588.173	2.588.173	1.199.741	1.199.741
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.593.870	2.593.870	1.184.528	1.184.528

Data-Base - 31/03/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	5.375.802	407.964	0	0	(1.989.785)	(102.100)	3.691.881
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	5.375.802	407.964	0	0	(1.989.785)	(102.100)	3.691.881
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	9.735	0	9.735
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(6.902)	(6.902)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(6.902)	(6.902)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	5.375.802	407.964	0	0	(1.980.050)	(109.002)	3.694.714

Data-Base - 31/03/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	5.375.802	407.964	0	0	(1.989.785)	(102.100)	3.691.881
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	5.375.802	407.964	0	0	(1.989.785)	(102.100)	3.691.881
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	9.735	0	9.735
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(6.902)	(6.902)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(6.902)	(6.902)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	5.375.802	407.964	0	0	(1.980.050)	(109.002)	3.694.714

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
1	Ativo Total	22.409.372	22.701.942
1.01	Ativo Circulante	7.293.567	7.752.081
1.01.01	Disponibilidades	2.960.196	2.948.615
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.632.848	2.611.600
1.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	327.348	337.015
1.01.02	Créditos	1.372.488	996.187
1.01.02.01	Clientes	1.372.488	996.187
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	2.261.814	2.948.096
1.01.04	Outros	699.069	859.183
1.01.04.01	Tributos a Recuperar	416.499	610.712
1.01.04.02	Imp.Renda/C.Social Diferidos	59.917	59.555
1.01.04.04	Desp.Pagas Antecipadamente	77.652	65.840
1.01.04.05	Demais Contas a Receber	145.001	123.076
1.02	Ativo Não Circulante	15.115.805	14.949.861
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.413.016	2.147.719
1.02.01.01	Créditos Diversos	2.292.862	2.055.738
1.02.01.01.01	Títulos e Valores Mobiliários	10.181	11.550
1.02.01.01.02	Clientes	42.971	47.129
1.02.01.01.03	Estoques	20.637	20.637
1.02.01.01.04	Tributos a Recuperar	1.460.708	1.201.816
1.02.01.01.05	Imp.Renda/C.Social Diferidos	636.477	654.463
1.02.01.01.06	Dep.Judiciais/Emp.Compulsórios	121.888	120.143
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	47.392	45.880
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	47.392	45.880
1.02.01.03	Outros	72.762	46.101
1.02.01.03.01	Demais Contas a Receber	72.762	46.101
1.02.02	Ativo Permanente	12.702.789	12.802.142
1.02.02.01	Investimentos	36.783	36.786
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	23.044	23.044
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	13.739	13.742
1.02.02.02	Imobilizado	10.169.964	10.278.401
1.02.02.03	Intangível	2.393.572	2.378.707
1.02.02.04	Diferido	102.470	108.248

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
2	Passivo Total	22.409.372	22.701.942
2.01	Passivo Circulante	6.975.414	7.573.673
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.008.307	2.119.995
2.01.02	Debêntures	17.371	26.276
2.01.03	Fornecedores	4.409.664	4.906.747
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	101.587	105.606
2.01.05	Dividendos a Pagar	6.756	6.604
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	431.729	408.445
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	213.803	218.052
2.01.08.02	Imp de Renda e Contr Social Corr e Dif	0	247
2.01.08.03	Adiantamentos de Clientes	89.700	49.015
2.01.08.04	Demais Provisões e Contas a Pagar	128.226	141.131
2.02	Passivo Não Circulante	11.751.268	11.448.412
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	11.751.268	11.448.412
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.325.367	9.039.821
2.02.01.02	Debêntures	800.000	800.000
2.02.01.03	Provisões	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	1.625.901	1.608.591
2.02.01.06.01	Fornecedores	16.120	18.675
2.02.01.06.02	Operações de "Hedge"	114.189	109.444
2.02.01.06.03	Impostos e Contribuições a Recolher	1.246.994	1.231.236
2.02.01.06.04	Incentivo de Longo Prazo	5.269	10.453
2.02.01.06.05	Imp de Renda e Contr Social Diferidos	17.170	23.302
2.02.01.06.06	Planos de Previdência Privada	18.279	20.041
2.02.01.06.07	Demais Contas a Pagar	207.880	195.440
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	3.682.690	3.679.857
2.05.01	Capital Social Realizado	5.375.802	5.375.802
2.05.02	Reservas de Capital	407.964	407.964
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2009	4 -31/12/2008
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(109.002)	(102.100)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	(109.002)	(102.100)
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(1.992.074)	(2.001.809)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	4.026.983	4.026.983	5.628.580	5.628.580
3.01.01	Mercado Interno	3.197.914	3.197.914	4.706.879	4.706.879
3.01.02	Mercado Externo	829.069	829.069	921.701	921.701
3.02	Deduções da Receita Bruta	(872.228)	(872.228)	(1.227.658)	(1.227.658)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	3.154.755	3.154.755	4.400.922	4.400.922
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.769.403)	(2.769.403)	(3.733.023)	(3.733.023)
3.05	Resultado Bruto	385.352	385.352	667.899	667.899
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(351.927)	(351.927)	(609.610)	(609.610)
3.06.01	Com Vendas	(120.536)	(120.536)	(93.107)	(93.107)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(15.031)	(15.031)	(283.617)	(283.617)
3.06.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	(108.062)	(108.062)	(164.478)	(164.478)
3.06.02.02	Honorários dos Administradores	(2.035)	(2.035)	(2.866)	(2.866)
3.06.02.03	Depreciações e Amortizações	(22.099)	(22.099)	(139.877)	(139.877)
3.06.02.04	Outras Receitas Operacionais, Líquidas	117.165	117.165	23.604	23.604
3.06.03	Financeiras	(208.542)	(208.542)	(219.241)	(219.241)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	34.664	34.664	5.062	5.062
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(243.206)	(243.206)	(224.303)	(224.303)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(7.818)	(7.818)	(13.645)	(13.645)
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	0	0	1.220	1.220
3.06.06.02	Amortização de Ágio e Deságio, Líquida	(5.468)	(5.468)	(13.334)	(13.334)
3.06.06.03	Outros	(2.350)	(2.350)	(1.531)	(1.531)
3.07	Resultado Operacional	33.425	33.425	58.289	58.289
3.08	Resultado Não Operacional	(834)	(834)	112.667	112.667
3.08.01	Receitas	2.408	2.408	254.372	254.372
3.08.02	Despesas	(3.242)	(3.242)	(141.705)	(141.705)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	32.591	32.591	170.956	170.956
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(3.393)	(3.393)	(52.882)	(52.882)
3.11	IR Diferido	(19.463)	(19.463)	5.529	5.529
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	(43.295)	(43.295)
3.12.01	Participações	0	0	(43.295)	(43.295)
3.12.01.01	Participação Estatutária de Empregados	0	0	0	0
3.12.01.02	Participação dos Acionistas Minoritários	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	9.735	9.735	80.308	80.308
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	507.541	507.541	432.838	432.838
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,01918	0,01918	0,18554	0,18554
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(53.481)	(53.481)	(430.324)	(430.324)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	309.384	309.384	212.266	212.266
4.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	9.735	9.735	80.308	80.308
4.01.01.02	Depreciação, Amortização e Exaustão	208.236	208.236	309.603	309.603
4.01.01.03	Amortização de Ágio (Deságio) Líquida	5.468	5.468	13.334	13.334
4.01.01.04	Partic. Sociedades Controladas-Coligadas	2.350	2.350	(1.220)	(1.220)
4.01.01.05	Perdas (Ganhos) Partic. em Investimentos	(874)	(874)	1.531	1.531
4.01.01.06	Prov.Perdas e Baixas - Ativo Permanente	1.759	1.759	(364.312)	(364.312)
4.01.01.07	Juros, Var. Monet. e Cambiais - Líquidas	156.413	156.413	89.777	89.777
4.01.01.08	Reconhecimento de Créditos Tributários	(96.562)	(96.562)	0	0
4.01.01.09	Participação dos Acionistas Minoritários	0	0	37.166	37.166
4.01.01.10	Imp.Renda e C.Social Correntes/Diferidos	22.856	22.856	47.353	47.353
4.01.01.11	Outros	3	3	(1.269)	(1.269)
4.01.01.12	Efeito Incorp.Caixa Controladas Conjunto	0	0	(5)	(5)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(185.687)	(185.687)	(489.142)	(489.142)
4.01.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	(296)	(296)	29.003	29.003
4.01.02.02	Contas a Receber de Clientes	(372.190)	(372.190)	133.065	133.065
4.01.02.03	Estoques	687.079	687.079	(434.719)	(434.719)
4.01.02.04	Tributos a Recuperar	23.875	23.875	(128.586)	(128.586)
4.01.02.05	Despesas Antecipadas	(11.812)	(11.812)	13.859	13.859
4.01.02.06	Dividendos Recebidos	0	0	3.937	3.937
4.01.02.07	Demais Contas a Receber	(51.843)	(51.843)	(40.286)	(40.286)
4.01.02.08	Fornecedores	(501.716)	(501.716)	(121.384)	(121.384)
4.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	11.739	11.739	37.875	37.875
4.01.02.10	Incentivos de Longo Prazo	(5.184)	(5.184)	(648)	(648)
4.01.02.11	Adiantamento de Clientes	40.685	40.685	15.071	15.071
4.01.02.12	Demais Contas a Pagar	(6.024)	(6.024)	3.671	3.671

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01.03	Outros	(177.178)	(177.178)	(153.448)	(153.448)
4.01.03.01	Juros Pagos	(174.062)	(174.062)	(131.926)	(131.926)
4.01.03.02	Imposto de Renda e Cont. Social Pagos	(3.116)	(3.116)	(21.522)	(21.522)
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(136.458)	(136.458)	(918.201)	(918.201)
4.02.01	Recursos Recebidos Venda At. Permanente	1.533	1.533	251.447	251.447
4.02.02	Adições ao Investimento	(4.980)	(4.980)	(622.297)	(622.297)
4.02.03	Adições ao Imobilizado	(117.286)	(117.286)	(239.753)	(239.753)
4.02.04	Adições ao Intangível	(2.132)	(2.132)	(271.930)	(271.930)
4.02.05	Adições ao Diferido	0	0	(18.280)	(18.280)
4.02.06	Encargos Financ. Pagos e Capitalizados	(13.593)	(13.593)	(17.388)	(17.388)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	211.187	211.187	1.032.248	1.032.248
4.03.01	Dívida de Curto Prazo, Líquida	(402.114)	(402.114)	31.303	31.303
4.03.02	Dívida de Longo Prazo, Líquida	607.694	607.694	999.906	999.906
4.03.03	Dividendos Pagos a Aclionistas	152	152	(96)	(96)
4.03.04	Outros	5.455	5.455	1.135	1.135
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	21.248	21.248	(316.277)	(316.277)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.611.600	2.611.600	1.890.151	1.890.151
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.632.848	2.632.848	1.573.874	1.573.874

Data-Base - 31/03/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00482-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL BRASKEM S.A.	3 - CNPJ 42.150.391/0001-70
---------------------------	--	--------------------------------

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	5.375.802	407.964	0	0	(2.001.809)	(102.100)	3.679.857
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	5.375.802	407.964	0	0	(2.001.809)	(102.100)	3.679.857
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	9.735	0	9.735
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(6.902)	(6.902)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	5.375.802	407.964	0	0	(1.992.074)	(109.002)	3.682.690

Data-Base - 31/03/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	5.375.802	407.964	0	0	(2.001.809)	(102.100)	3.679.857
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	5.375.802	407.964	0	0	(2.001.809)	(102.100)	3.679.857
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	9.735	0	9.735
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(6.902)	(6.902)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	5.375.802	407.964	0	0	(1.992.074)	(109.002)	3.682.690

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

VALORES DEMONSTRADOS EM MILHARES DE REAIS

1 Contexto operacional

- (a) A Braskem S.A. ("Braskem" ou "Companhia"), com 18 unidades de produção localizadas nos Estados de Alagoas, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, produz petroquímicos básicos como eteno, propeno e benzeno, além de gasolina e GLP (gás de cozinha). No segmento de resinas termoplásticas, produz polietileno, polipropileno e PVC. Além desses, a Braskem tem como objeto social a importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos, combustíveis e a produção e fornecimento de insumos consumidos pelas empresas dos Pólos Petroquímicos de Camaçari – BA e de Triunfo - RS, tais como: vapor, água, ar comprimido e energia elétrica, bem como a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. A sede da Braskem está localizada em Camaçari – BA e a sua controladora é a Odebrecht S.A. que detém, direta e indiretamente, 62,3% do seu capital votante.

Em dezembro de 2008, a Companhia anunciou a saída do negócio de PET tendo em vista que os estudos iniciados em 2007 mostraram a inviabilidade da retomada da produção daquela resina em bases competitivas.

(b) Reorganização societária

Desde a sua formação, em 16 de agosto de 2002, a Companhia vem passando por amplo processo de reorganização societária, divulgada ao mercado através de fatos relevantes, cujos principais eventos ocorridos em 2008 podem ser assim sumariados:

b.1 - Em janeiro de 2008, a Companhia pagou R\$ 247.503, referente à parcela final da aquisição das ações da Politenio ocorrida em abril de 2006. O valor das ações foi determinado a partir do desempenho médio daquela companhia nos 18 meses seguintes à assinatura do contrato de compra e venda, em função da diferença entre os preços dos polietilenos e do eteno no mercado brasileiro. Essa aquisição gerou ágio no valor de R\$ 162.174, fundamentado em rentabilidade futura.

b.2 - Em março de 2008, foi concluído o atendimento das cláusulas precedentes previstas no contrato de venda firmado entre a Braskem, a UNIPAR – União de Indústrias Petroquímicas S.A. ("UNIPAR") e outros acionistas minoritários da Petroflex Indústria e Comércio S.A. ("Petroflex") com a Lanxess Deutschland GmbH ("Lanxess") da totalidade das ações que possuíam daquela controlada em conjunto, o que motivou o reconhecimento contábil do ganho na transação no valor de R\$ 130.502 (Nota 26). A liquidação financeira da operação ocorreu em 1º de abril de 2008. Conforme previsto na Instrução CVM nº 247/96, a Companhia continuou apurando o resultado de equivalência patrimonial sobre esse investimento até março de 2008.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b.3 - Em 30 de maio de 2008, foi aprovada a incorporação de ações, a valor contábil, de emissão da Grust Holdings S.A. ("Grust"), até então subsidiária integral da Petroquisa e detentora, direta e indiretamente, dos seguintes ativos petroquímicos: (i) 36,47% do capital votante da Companhia Petroquímica do Sul ("Copesul"); (ii) 40% do capital votante da Ipiranga Petroquímica S.A. ("IPQ"); (iii) 40% do capital votante da IQ Soluções & Química S.A. ("IQ"); e (iv) 40% do capital votante da Petroquímica Paulínia S.A. ("Petroquímica Paulínia"). Após a incorporação de ações, a Braskem passou a ser detentora, direta e indiretamente, de 99,17% do capital votante da Copesul e de 100% do capital votante da IPQ, IQ e Petroquímica Paulínia. Esta última era, até então, controlada em conjunto com a Petroquisa.

Com a incorporação de ações, a Petroquisa recebeu 46.903.320 novas ações ordinárias e 43.144.662 novas ações preferenciais classe "A" de emissão da Braskem, com base na seguinte relação de substituição determinada a partir dos valores econômicos da Grust e da Braskem, conforme laudos emitidos por empresas especializadas: 0,067419126039 ação ordinária e 0,062016407480 ação preferencial classe "A" de emissão da Braskem para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Grust. Por sua vez, a Braskem recebeu 695.697.538 ações ordinárias da Grust detidas pela Petroquisa. A incorporação das ações resultou em aumento do capital social da Braskem no valor de R\$ 720.709, que corresponde ao valor contábil do patrimônio líquido da Grust em 31 de março de 2008.

b.4 - Em 10 de julho de 2008, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da controlada Grust, o aumento do seu capital social, sem emissão de novas ações, mediante capitalização dos lucros correntes apurados em 30 de junho de 2008, no valor de R\$ 102.117, passando o seu capital social de R\$ 695.698 para R\$ 797.815.

b.5 - Em 16 de julho de 2008, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da controlada IPQ o aumento do seu capital social mediante aporte, pela Grust, de sua participação na Copesul, no valor de R\$ 302.630, passando-o de R\$ 349.507 para R\$ 652.137, mediante a emissão de 11.938.022.669 ações ordinárias.

b.6 - Em 28 de julho de 2008, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da controlada Grust a redução de seu capital social no valor de R\$ 797.815, passando-o para R\$ 10,00 (dez reais), com o conseqüente cancelamento de 695.697.528 ações ordinárias, aprovando-se, por conseguinte, a restituição à Braskem dos seguintes ativos avaliados a valor contábil de 30 de junho de 2008:

- (i) 174.429.784.996 ações ordinárias da IQ, no valor de R\$ 398.455;
- (ii) 11.938.022.669 ações ordinárias de emissão da IPQ, no valor de R\$ 302.631; e
- (iii) 112.000 ações ordinárias de emissão da Petroquímica Paulínia, no valor de R\$ 96.729.

Com a referida transferência, a Braskem passou a deter, de forma direta, 100% dos capitais votantes da IQ e Petroquímica Paulínia, 25,98% do capital votante da IPQ e 59,97% do capital votante da Copesul.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b.7 - Em 11 de setembro de 2008, foi aprovada em Assembléias Gerais Extraordinárias a incorporação da Copesul pela IPQ. A incorporação resultou em aumento do capital social da IPQ no valor de R\$ 585.267, passando-o de R\$ 652.137 para R\$ 1.237.404, mediante a emissão de 23.695.195.295 ações preferenciais. O referido aumento teve como base o valor do patrimônio líquido contábil da Copesul, em 31 de julho de 2008 (data-base da operação), nos termos e condições estabelecidos no "Protocolo e Justificação", datado de 22 de agosto de 2008, que estabeleceu a relação de troca com base nos valores econômicos da IPQ e da Copesul, segundo os quais cada 1 (uma) ação de emissão da Copesul fez jus ao recebimento de 524 ações preferenciais da IPQ. As variações patrimoniais ocorridas na Copesul entre a data-base e a data de incorporação foram refletidas integralmente na IPQ na conta de resultado de equivalência patrimonial.

b.8 - Em 30 de setembro de 2008, foi aprovada em Assembléias Gerais Extraordinárias da Braskem e da IQ a cisão parcial da IQ, com versão da parcela cindida para a Companhia, relativa às participações na IPQ e na ISATEC – Pesquisa, Desenvolvimento e Análises Químicas Ltda. ("ISATEC").

Na mesma data, foram aprovadas, em Assembléias Gerais Extraordinárias, as incorporações, pela Braskem, da IPQ e Petroquímica Paulínia nos termos e condições estabelecidos no protocolo de justificação de incorporação, datado de 12 de setembro de 2008. Foi aprovado, naquela mesma data, o aumento do capital da Companhia em R\$ 14.146, o qual passou de R\$ 5.361.656 para R\$ 5.375.802, mediante a emissão de 1.506.061 ações preferenciais classe "A", que foram entregues aos acionistas remanescentes da IPQ, agora acionistas da Braskem.

(c) Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE

Em julho de 2008, o CADE aprovou a operação de aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga pela Braskem e Petrobras. A única recomendação feita pelo CADE foi a de ajustar a cláusula de não concorrência pelos vendedores, que fica limitada aos mercados onde atuavam.

Na mesma decisão o CADE aprovou, também, o acordo de investimentos pelo qual a Petrobras incorporou ações na Braskem através de suas participações minoritárias na Copesul, IPQ, IQ e Petroquímica Paulínia.

Com a decisão do CADE, deixaram de existir quaisquer restrições à gestão e incorporação dos ativos envolvidos na aquisição.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Apresentação das informações trimestrais

As Informações Trimestrais da Companhia (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Na elaboração das Informações Trimestrais de 2009 e 2008, a Companhia adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07 ("Lei 11.638/07"), de 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08 ("MP 449/08"), de 3 de dezembro de 2008. A Lei 11.638/07 e a MP 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *"International Accounting Standards Board – IASB"*.

O CPC é uma entidade que tem por objeto o estudo e a divulgação dos princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria. A adoção dos pronunciamentos e orientações técnicas emitidas pelo CPC depende da aprovação da CVM, Banco Central ou outras agências reguladoras.

Regime Tributário Transitório (RTT)

Os valores apresentados nas Informações Trimestrais de 31 de março de 2009, consideram a adoção do Regime Tributário Transitório ("RTT"), pela Companhia e suas controladas sediadas no Brasil, conforme facultado pela MP 449/08, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449/08. A opção em definitivo do RTT será manifestada ainda neste ano quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-fiscal da Pessoa Jurídica - DIPJ. Os efeitos fiscais temporários, quando aplicável, gerados por conta da adesão ao RTT estão apurados e apresentados no Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3 Principais práticas contábeis

(a) Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, do ativo intangível e valor de mercado de instrumentos financeiros e estoques, provisões para passivos contingentes, determinação das provisões para imposto de renda e outras similares.

(b) Moeda estrangeira e moeda funcional

A Administração da Companhia definiu que a moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o Real, de acordo com as normas descritas no pronunciamento CPC 02, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas em que ocorrem. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

(c) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

A receita com a venda de produtos é reconhecida quando o risco e a propriedade dos produtos são transferidos para os clientes. A transferência de propriedade ocorre quando o produto é entregue ao cliente ou ao seu transportador, dependendo da modalidade da venda.

A provisão para o imposto de renda e a despesa de ICMS são contabilizadas incluindo as parcelas de incentivos fiscais, sendo o montante correspondente aos incentivos creditado em conta de resultado do período.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Considerando as disposições da Deliberação CVM nº 273/98, de 20 de agosto de 1998, e da Instrução CVM nº 371/02, de 27 de junho de 2002, o imposto de renda diferido é demonstrado pelo seu valor provável de realização, previsto para ocorrer conforme descrito na Nota 19 (b, ii).

As variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos são classificadas nas rubricas de "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras", respectivamente.

A Companhia reconhece no resultado do exercício o valor de mercado dos contratos de derivativos que façam contrapartida à realização de fluxos de caixa e passivos indexados em moeda estrangeira ou em taxas internacionais de juros, exceto para aqueles contabilizados como operações de *hedge*. (Notas 23 (f.3) (i.b)).

O lucro líquido por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data de encerramento do período.

(d) Ativos circulante e não circulante

(d.1) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de alta liquidez.

(d.2) Instrumentos financeiros

- **Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial da operação.

(i) Ativos financeiros mantidos para negociação

Os ativos financeiros mantidos para negociação são mensurados ao valor justo através do resultado com o objetivo de serem negociados ativa e frequentemente, inclusive derivativos, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidos no resultado do exercício.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(ii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de contratos de mútuo e de conta corrente com empresas ligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. São contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

(iii) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, líquida de impostos, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (*impairment*).

• **Valor justo**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência dessa natureza para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

- **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado exceto na circunstância descrita abaixo para contabilização de operações de *hedge*:

Hedges de fluxo de caixa

As alterações no valor justo de instrumentos derivativos de proteção designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na medida em que o *hedge* é considerado efetivo. Se o *hedge* for considerado não efetivo, as alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Se o instrumento de *hedge* deixar de cumprir os critérios para a contabilidade de operação de *hedge*, expira ou é vendido, terminado ou exercido, a contabilidade de operação de *hedge* é descontinuada prospectivamente. O ganho ou perda acumulado anteriormente e reconhecido no patrimônio líquido é transferido imediatamente para o resultado do período.

A Companhia reconheceu passivo relativo à contabilidade de operação de *hedge* cujas características atendem aos requisitos previsto pelo CPC 14, aprovado pela Deliberação CVM nº 566/08.

(d.3) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas na sua realização, tendo em vista o histórico de perdas da Companhia.

A metodologia utilizada pela Companhia para a constituição da provisão para devedores duvidosos contempla 100% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias, 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 90 dias e 100% do montante dos títulos em cobrança judicial. Os títulos a receber das empresas ligadas não estão considerados no cálculo dessa provisão.

(d.4) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização. Os produtos acabados incluem o frete até o local da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. Os estoques de materiais de manutenção são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.

(d.5) Imposto de renda diferido

O imposto de renda diferido é calculado sobre os prejuízos fiscais e sobre as despesas contábeis temporariamente indedutíveis para o cálculo do imposto de renda corrente. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Periodicamente, os valores contabilizados são reavaliados em consonância com a Deliberação CVM nº 273/98, e da Instrução CVM nº 371/02.

(d.6) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas do exercício seguinte ao custo.

(d.7) Participações em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas:

São avaliadas pelo método da equivalência patrimonial as participações em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas nas quais a Companhia possui mais de 20% do capital votante ou tem influência significativa na respectiva administração. Da

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

mesma forma são avaliadas as demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum.

Os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial contêm eventuais saldos de ágio/ (deságio) a amortizar. O ágio para ser mantido na conta de investimento deve estar relacionado a mais valia do ativo imobilizado da investida. Mesmo na conta de investimento, esse ágio é amortizado no mesmo prazo dos bens que o fundamentaram.

Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

(d.8) Ativo imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição/construção. A partir de 1997, o imobilizado inclui a capitalização dos encargos de financiamentos obtidos de terceiros durante o período de construção, nos termos da Deliberação CVM nº 193/96. Os encargos capitalizados são incorporados aos bens e depreciados / amortizados a partir do momento em que estes entram em operação (Nota 16 (g)).

A partir de janeiro de 2006, em atendimento à Interpretação Técnica nº 01/2006 do IBRACON, a Companhia adotou como prática contábil o registro dos gastos realizados com paradas programadas para manutenção do ativo imobilizado na rubrica "Máquinas, equipamentos e instalações". Tais paradas ocorrem em períodos programados que variam de dois a seis anos e os respectivos gastos são depreciados até o início da seguinte correspondente parada (Nota 13).

A depreciação dos bens do imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 13, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d.9) Ativo intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: os ágios por expectativa de rentabilidade futura, apurados nas combinações de negócios não são amortizados a partir de 2009 e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. A amortização é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 14, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados a partir de 2009, ficando sujeitos ao teste anual de recuperabilidade.

A Companhia contabiliza no resultado os gastos com pesquisa.

(d.10) Ativo diferido

A Companhia optou por manter no ativo diferido somente os gastos incorridos durante o período de construção de plantas industriais (gastos pré-operacionais). Esses gastos são amortizados em 10 anos a partir do início de operação da respectiva planta industrial.

(d.11) Redução ao valor recuperável

Os bens/gastos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido têm os seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio por expectativa de rentabilidade futura e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

(e) Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(e.1) Ajuste a valor presente

Nos termos do pronunciamento CPC 12, aprovada pela Deliberação CVM nº 564/08, a Companhia passou a destacar os encargos financeiros nas compras de nafta no exterior para pagamento acima de 180 dias. Durante os primeiros trimestres de 2009 e 2008, a Companhia importou R\$ 305.671 e R\$ 305.363 de nafta, respectivamente, com prazo de pagamento superior a 180 dias. Sobre essas compras incidiram encargos financeiros médios de 5,08% e 5,07%, respectivamente.

A nafta importada pela Braskem é uma *commodity* precificada à cotação "ARA" ("Antwerp, Roterdhan e Amsterdam") do mercado europeu, acrescida de fretes e encargos financeiros no caso de compras a prazo.

Os encargos financeiros referentes a estas compras são destacados no momento do registro das notas fiscais e são apropriados ao resultado como despesas financeiras pela fluidez do prazo. A movimentação desses encargos financeiros consolidados nos primeiros trimestres de 2009 e 2008 é a seguinte:

	Mar/09	Mar/08
Encargos a apropriar no início do período	75.999	32.816
Encargos embutidos nas compras do período	12.321	17.534
Encargos apropriados ao resultado do período	(32.439)	(20.427)
Encargos a apropriar nos períodos seguintes	55.881	29.923

O saldo dos encargos financeiros a apropriar está classificado como redutor da conta de fornecedores.

As demais operações de compras e vendas realizadas pela Companhia estão dentro do prazo do seu fluxo operacional. Para estas operações, a Companhia entende que os títulos a receber e a pagar estão mensurados pelos respectivos valores justos.

(e.2) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos de eventuais gastos incorridos na estruturação da operação (custos de transação). Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

As debêntures não conversíveis têm seu reconhecimento de forma similar a dos empréstimos.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(e.3) Passivos contingentes

Os passivos contingentes são apresentados deduzidos dos depósitos judiciais a eles vinculados, em consonância com a Deliberação CVM nº 489/05.

(e.4) Provisões para perdas nos investimentos

As provisões para perdas nos investimentos em sociedades controladas são constituídas sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades e classificadas no passivo não circulante, em contrapartida do resultado com participações em sociedades controladas e coligadas.

(e.5) Plano de pensão

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação o benefício definido na data do balanço, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganho ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos, cujos prazos de vencimento aproximam-se dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a empresa paga contribuições a planos de pensão de administração privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(e.6) Demais provisões

Provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação com base em estimativa confiável de valor.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Informações Trimestrais consolidadas

As Informações Trimestrais consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da CVM e abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e entidade de propósito específico, nas quais mantêm controle acionário ou controle das atividades, direta e indiretamente, como a seguir apresentado:

		Participação direta e indireta no capital total - %			
		Sede (País)	Mar/09	Dez/08	Mar/08
Controladas					
Braskem Finance Limited ("Braskem Finance")	(i)	Ilhas Cayman	100,00	100,00	
Braskem Incorporated ("Braskem Inc")		Ilhas Cayman	100,00	100,00	100,00
Braskem Distribuidora Ltda. e sua controlada		Brasil	100,00	100,00	100,00
Braskem Participações S.A. ("Braskem Participações") e sua controlada		Brasil	100,00	100,00	100,00
Braskem Argentina S.R.L. ("Braskem Argentina")		Argentina	100,00	100,00	100,00
Braskem Europe B.V. ("Braskem Europa")		Holanda	100,00	100,00	100,00
Braskem Petroquímica S.A. ("IPQ Argentina")	(ii)	Argentina	100,00	100,00	
Braskem Petroquímica Chile Limitada ("Braskem Chile")	(ii)	Chile	100,00	100,00	
Braskem America Inc. ("Braskem America")		EUA	100,00	100,00	100,00
Natal Trading	(ii)	British Virgin Islands	100,00	100,00	
IPQ Petroquímica Chile Limitada ("IPQ Chile")	(ii)	Chile	100,00	100,00	
Copesul	(viii)	Brasil			39,19
Copesul International Trading INC. ("CITI")	(ii)	British Virgin Islands	100,00	100,00	
Companhia Alagoas Industrial - CINAL ("CINAL")		Brasil	100,00	100,00	100,00
Grust Holdings S.A. ("Grust")	(iii)	Brasil	100,00	100,00	
IQ Soluções & Química S.A. ("IQ") e suas controladas		Brasil	100,00	100,00	60,00
ISATEC-Pesquisa, Desenv. e Análises Quím.Ltda. ("ISATEC")	(ii)	Brasil	100,00	100,00	
CCI - Comercial Importadora S.A. ("CCI")	(ii)	Brasil	100,00	100,00	
Politeno Empreendimentos Ltda. ("Politeno Empreendimentos")		Brasil	100,00	100,00	100,00
Ideom Tecnologia Ltda.	(vii)	Brasil	100,00		
Controladas em conjunto					
CETREL S.A. - Empresa de Proteção Ambiental ("CETREL")	(iv)				
Petroquímica Paulínia S.A. ("Petroquímica Paulínia")	(v)	Brasil	54,09	54,24	49,75
	(ix)	Brasil			60,00
Entidade de Propósito Específico ("EPE")					
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Sol ("FIQ Sol")	(vi)	Brasil	100,00	100,00	100,00
(i) Empresa constituída em abril de 2008;					
(ii) Controladas diretas da Braskem a partir da incorporação da IPQ e cisão da IQ (Nota 1 (b.8));					
(iii) Empresa adquirida em maio de 2008 (Nota 1(b.3));					
(iv) Investimento consolidado proporcionalmente, conforme Instrução CVM nº 247/96;					
(v) Controlada em conjunto em função de disposição do acordo de acionistas;					
(vi) Fundo consolidado em atendimento à Instrução CVM nº 408/04;					
(vii) Controlada a partir de janeiro de 2009;					
(viii) Controlada incorporada pela IPQ em setembro de 2008 (Nota 1(b.7));					
(ix) Controlada incorporada pela Braskem em setembro de 2008					

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Nas Informações Trimestrais consolidadas foram eliminados os investimentos entre companhias, a equivalência patrimonial, assim como os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os lucros não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

Os ágios fundamentados na mais valia do imobilizado foram reclassificados para conta específica do ativo que os fundamentaram, em consonância com a Instrução CVM nº 247/96. Os deságios são reclassificados para rubrica "Demais contas a pagar", no passivo não circulante.

Conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 23 da Instrução Normativa CVM nº. 247/96, a Companhia não consolidou proporcionalmente as demonstrações financeiras das controladas em conjunto Companhia de Desenvolvimento Rio Verde – CODEVERDE e Refinaria de Petróleo Rio-Grandense S.A. ("RPR"). As informações destas controladas não apresentam alterações relevantes ou provocam distorções nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

A conciliação do patrimônio líquido e do resultado do período entre a controladora e o consolidado é a seguinte:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do período	
	Mar/09	Dez/08	Mar/09	Mar/08
Controladora	3.694.714	3.691.881	9.735	80.039
Exclusão do ganho na venda de investimento entre empresas ligadas	(38.476)	(38.476)		
Reversão da amortização do ágio sobre venda de investimentos entre empresas ligadas	26.452	26.452		1.030
Exclusão do ganho na cessão de direito de uso entre empresas ligadas				(1.588)
Exclusão do ganho obtido em aporte de capital em empresa controlada				133
Efeito de ajuste CPC 12 (ajuste a valor presente)				694
Consolidado	<u>3.682.690</u>	<u>3.679.857</u>	<u>9.735</u>	<u>80.308</u>

(g) Conciliação do resultado com os efeitos da Lei 11.638/07 e MP 449/08

	Mar/08	
	Controladora	Consolidado
Lucro líquido antes dos efeitos da Lei 11.638/07 e MP 449/08	83.176	82.751
CPC-08 – Custo de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	449	449
CPC12 – Ajuste a valor presente	(3.586)	(2.892)
Lucro líquido ajustado do período	<u>80.039</u>	<u>80.308</u>

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	Mar/09	Dez/08	Mar/09	Dez/08
Caixa e bancos	173.954	137.758	295.950	145.915
Aplicações financeiras				
no Brasil	1.768.756	1.818.758	1.789.130	1.836.011
no exterior	651.160	631.657	547.768	629.674
	<u>2.593.870</u>	<u>2.588.173</u>	<u>2.632.848</u>	<u>2.611.600</u>

As aplicações financeiras no Brasil estão representadas, principalmente, por cotas de fundo exclusivo da Braskem (FIQ Sol) que, por sua vez, detêm cotas de fundos de investimentos locais, tais como, fundos de renda fixa, fundos multimercado, fundos de investimentos em direitos creditórios, assim como outros instrumentos de renda fixa e depósitos a prazo. As aplicações no exterior consistem, principalmente, de instrumentos de renda fixa soberanos ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com alta liquidez no mercado. As aplicações financeiras foram classificadas como mantidas para negociação e estão mensuradas ao valor justo cuja variação é reconhecida no resultado.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	Mar/09	Dez/08	Mar/09	Dez/08
Circulante				
Títulos públicos emitidos no exterior	327.348	331.452	327.348	331.452
Outros		5.563		5.563
Total	<u>327.348</u>	<u>337.015</u>	<u>327.348</u>	<u>337.015</u>
Realizável a longo prazo				
Fundo de investimentos	8.311	9.717	8.311	11.550
Outros			1.870	
	<u>8.311</u>	<u>9.717</u>	<u>10.181</u>	<u>11.550</u>
Total	<u>335.659</u>	<u>346.732</u>	<u>337.529</u>	<u>348.565</u>

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	

Os títulos públicos emitidos no exterior estão representados por títulos do tesouro americano e foram classificados pela Companhia como “disponíveis para venda”. A parcela correspondente à variação no valor justo foi lançada na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido, e monta a R\$ 6.538 (Dez/08 – R\$ 7.998), líquido de impostos.

6 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	Mar/09	Dez/08	Mar/09	Dez/08
Clientes				
Mercado interno	1.259.001	1.444.547	1.309.480	1.484.491
Mercado externo	720.281	895.328	787.079	897.250
Duplicatas descontadas	(187.851)	(551.266)	(187.851)	(551.266)
Adiantamentos sobre cambiais entregues	(277.824)	(587.705)	(277.824)	(588.418)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(197.948)	(198.978)	(215.425)	(198.741)
	1.315.659	1.001.926	1.415.459	1.043.316
No ativo não circulante	(42.508)	(46.666)	(42.971)	(47.129)
No ativo circulante	<u>1.273.151</u>	<u>955.260</u>	<u>1.372.488</u>	<u>996.187</u>

A Companhia adota uma política adicional de recebimento das contas a receber de clientes no mercado interno que consiste na alienação de títulos para fundo de investimento em direitos creditórios.

A Companhia realizou operação de desconto de duplicatas assumindo junto à instituição bancária o compromisso de reembolso no caso de inadimplência dos clientes.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A mutação da provisão para créditos de liquidação duvidosa durante os primeiros trimestres de 2009 e 2008 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Mar/09	Mar/08	Mar/09	Mar/08
No início do período	194.402	160.217	209.424	186.488
Variação cambial			(86)	(4)
Adições classificadas em despesas com vendas	3.898	1.336	6.439	10.383
Recuperação de créditos provisionados	(352)	(541)	(352)	(1.128)
Baixa de títulos considerados incobráveis				(217)
No final do período	197.948	161.012	215.425	195.522

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	Mar/09	Dez/08	Mar/09	Dez/08
Produtos acabados e em processo	1.170.548	1.562.984	1.289.165	1.655.201
Matérias-primas, insumos de produção e embalagens	504.359	631.101	520.027	631.111
Materiais de manutenção (i)	372.227	370.971	375.195	374.437
Adiantamentos a fornecedores	22.273	167.891	79.606	167.891
Importações em andamento e outros	4.190	131.270	18.458	140.093
Total	2.073.597	2.864.217	2.282.451	2.968.733
No ativo não circulante (i)	(20.637)	(20.637)	(20.637)	(20.637)
No ativo circulante	2.052.960	2.843.580	2.261.814	2.948.096

(i) Com base no histórico de consumo, parte dos estoques de materiais de manutenção foi classificada Ativo não circulante.

Os adiantamentos a fornecedores e os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição da principal matéria-prima da Companhia, a nafta petroquímica.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 Partes relacionadas (Controladora)

a. Controladas, controladas em conjunto, coligadas, ligadas e EPE

	Saldos patrimoniais				
	Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
	Caixa e equivalentes de caixa / clientes	Dividendos/ juros s/ capital próprio	Créditos c/ pessoas ligadas (iv)	Fornecedores / Financiamentos	Dívidas c/ pessoas ligadas (vii)
Controladas no exterior					
Braskem America	16.840 (iii)			8 (v)	
Braskem Argentina	7.037 (iii)			82 (v)	
Braskem Europa	69.953 (iii)				
IPQ Argentina	31.287 (iii)				
Braskem Chile	16.214 (iii)				
CITI	48.660 (iii)			776.427 (v)	205.360
Natal Trading			7.072		8.890
	189.991		7.072	776.517	214.250
Controladas no país					
Braskem Distribuidora	402 (iii)		2.824		104.981
Braskem Participações					550
CCI					112
CINAL	168 (iii)		2.720	47 (v)	
Politeno Empreendimentos					17.134
IQ	13.061 (iii)	6.274	18.840		
Isatec			1.150		
	13.631	6.274	25.534	47	122.777
Controladas em conjunto					
CETREL	61 (iii)		135	11 (v)	
RPR				11.964 (v)	
	61		135	11.975	
Coligada					
Borealis				88 (v)	
				88	
Ligadas					
CNO	2.126 (iii)			1.195 (v)	
Petrobras	16.348 (iii)		46.750	2.714 (v)	14.366
Petrobras International Finance Company (PIFCo)				725.578 (v)	
Refinaria Alberto Pasqualini					
REFAP S.A				238.502 (v)	
Outros	162 (iii)				
	18.636		46.750	967.989	14.366
EPE					
FIQ Sol	1.744.964 (ii)				
	1.744.964				
Em 31 de março de 2009 (i)	1.967.283	6.274	79.491	1.756.616	14.366
Em 31 de dezembro de 2008	1.808.216	7.162	85.924	1.036.267	132.759

(i) Em decorrência da adoção do CPC 02, os saldos ativos e passivos das investidas no exterior Braskem Inc e Braskem Finance estão apresentados na controladora;

(ii) Caixa e equivalentes de caixa;

(iii) Clientes;

(iv) Em "Créditos com pessoas ligadas", em 31 de março de 2009 estão incluídos:
IQ – R\$ 18.840, referente a saldo de conta corrente remunerado a 100% do CDI;
Petrobras – R\$ 46.750, referente a saldo de mútuo com remuneração de 100% do CDI.

(v) Fornecedores;

(vi) Financiamentos;

(vii) Em "Dívida com pessoas ligadas", em 31 de março de 2009 estão incluídos:
CITI - R\$ 205.360, referente a pré-pagamento que deverá ser performado com exportações até 2010; e
Braskem Distribuidora - R\$ 104.981, referente a saldo de conta corrente com a controlada no exterior, Lantana, remunerado a 100% do CDI;

Politeno Empreendimentos - R\$ 17.134, referente a saldo de conta corrente remunerado a 100% do CDI;

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Transações			Custo de
	Vendas de produtos	Compras de matérias-primas, serviços e utilidades	Receitas/ (despesas) financeiras	produção/ despesas gerais administrativas
Controladas no exterior				
Braskem Argentina	835		(51)	
Braskem Europa	51.576		(1.893)	
IPQ Argentina	25.976	7.260	(95)	
Braskem Chile	6.890		(28)	
CITI	7.130		9.634	
Natal Trading			118	
	92.407	7.260	7.685	
Controladas no país				
Braskem Distribuidora	17.038		1.058	
Braskem Participações			5	
CCI			(3)	
CINAL	477	2.924	31	
Politeno Empreendimentos			(485)	
IQ	39.116		603	
	56.631	2.924	1.209	
Controladas em conjunto				
CETREL	209	4.871		
RPR	111.828	16.115		
	112.037	20.986		
Coligada				
Borealis	20.250			
	20.250			
Planos de benefício pós emprego				
CopesulPrev				401
Fundação Francisco Martins Bastos (FFMB)				757
Odeprev - Odebrecht Previdência				1.729
Petros				1.156
				4.043
Ligadas				
CNO		12.162		
Petrobras	60.095	791.160	(88)	
REFAP	109.655	298.910	1.717	
Outros	2.274		2	
	172.024	1.102.232	1.631	
Em 31 de março de 2009 (i)	453.349	1.133.402	10.525	4.043
Em 31 de março de 2008	255.615	1.533.166	(5.851)	3.802

(i) Em decorrência da adoção do CPC 02, os saldos das investidas no exterior Braskem Inc e Braskem Finance estão apresentados na controladora;

As transações entre a Companhia e as empresas ligadas são realizadas em condições de preços e prazos equivalentes às médias praticadas com terceiros, considerando; (i) para compra de propeno, o preço praticado no mercado internacional; (ii) para a compra de nafta junto à Petrobras e a REFAP, o preço praticado no mercado europeu; e (iii) para as vendas às controladas no exterior, o prazo de 180 dias que é superior ao praticado com os demais clientes

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	

b. Pessoal chave da administração

Transações no DRE

Remuneração	Controladora		Consolidado	
	Mar/09	Mar/08	Mar/09	Mar/08
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	2.595	3.250	2.615	8.806
Benefício pós emprego	58	37	58	65
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	36		36	
Total	2.689	3.287	2.709	8.871
Remuneração com base em ações				
Unidades de investimento	267	127	267	127
Total	267	127	267	127

Saldos Patrimoniais (Controladora / Consolidado)

	Mar/09	Dez/08
Incentivo de longo prazo	5.269	10.453
Total	5.269	10.453

A Companhia considerou como “Pessoal chave da Administração”, os integrantes da sua diretoria executiva, composta pelo diretor presidente e os vice-presidentes e os membros do conselho de administração. Adicionalmente, a Companhia não realizou operações com o acionista controlador.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	Mar/09	Dez/08	Mar/09	Dez/08
IPI a recuperar (operações normais)	28.651	26.871	29.491	28.331
ICMS (a)	1.185.497	1.187.751	1.195.463	1.201.035
PIS e Cofins	220.128	164.449	221.104	164.205
PIS – Decretos-lei 2.445 e 2.449/88	55.194	55.194	55.194	55.194
Imposto de renda e contribuição social	214.368	207.501	228.665	217.555
Imposto sobre lucro líquido – ILL (b)	57.299	57.299	57.299	57.299
Outros	87.758	86.249	89.991	88.909
Total	1.848.895	1.785.314	1.877.207	1.812.528
No ativo circulante	(395.513)	(585.392)	(416.499)	(610.712)
No ativo não circulante	1.453.382	1.199.922	1.460.708	1.201.816

(a) ICMS

A Companhia tem acumulado créditos de ICMS ao longo dos últimos exercícios provenientes, substancialmente, da diferença entre as alíquotas das entradas e saídas dos insumos e produtos, saídas internas incentivadas com diferimento da tributação e vendas destinadas ao mercado externo.

A Administração da Companhia vem priorizando uma série de ações no sentido de maximizar a utilização desses créditos e, atualmente, não são esperados prejuízos na realização dos mesmos. Dentre as ações mantidas pela Administração, destacam-se:

- Assinatura de Termo de Acordo com o Estado do Rio Grande do Sul limitando a utilização a R\$ 8.250 mensais dos créditos acumulados de ICMS para compensação dos saldos mensais devedores nas apurações de ICMS das unidades daquele Estado e a manutenção do diferimento integral do ICMS na importação de nafta. Ainda há uma negociação com o referido Estado para utilização de mais, aproximadamente, R\$ 40.000, do mesmo saldo, em futuros investimentos.
- Manutenção pelo Governo do Estado da Bahia da ampliação do percentual de redução da base de cálculo do ICMS incidente sobre a nafta petroquímica

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

importada, de 40% para 65,88%, conforme previsto nos parágrafos 9º e 10º do artigo 347 do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia (Decreto 11.059 de 19 de maio de 2008) e a redução da alíquota de ICMS incidente sobre a nafta nacional de 17% para 11,75%.

- Operações de importação de insumos utilizando-se das prerrogativas previstas na legislação aduaneira, garantindo menor geração de créditos de ICMS.
- Ampliação da base de cálculo do ICMS nas vendas de combustíveis para industrial refinador de 40% para 100%, conforme previsão do artigo 347 do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia.
- Substituição de exportação de co-produtos por operações no mercado interno.

Considerando a projeção da Administração da Companhia quanto ao prazo de realização desse ativo, em 31 de março de 2009, o montante de R\$ 921.825 (controladora e consolidado) foi classificado no ativo não circulante (dez/08 - controladora / consolidado - R\$ 904.302).

(b) ILL

Refere-se a crédito tributário de Imposto sobre lucro líquido-ILL da incorporada Copesul que ingressou junto à Secretaria da Receita Federal com pedido de restituição, buscando a compensação do ILL recolhido no período de 1989 a 1991 com outros tributos federais em virtude desse imposto ter sido considerado inconstitucional, conforme Resolução do Senado Federal nº 82 de 22 de novembro de 1996.

Em dezembro de 2002, a incorporada Copesul reconheceu contabilmente esse crédito uma vez que os assessores jurídicos consideram as chances de êxito como prováveis, em face da Resolução do Senado citada acima. O direito à restituição do ILL recolhido indevidamente já foi reconhecido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais. A Fazenda apresentou Recurso Extraordinário requerendo a reforma da decisão para que o início do prazo para o pedido de restituição não seja a partir da publicação da Resolução do Senado, mas a partir do fato gerador. Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração da Braskem acredita que a decisão será mantida no Pleno do Conselho de Contribuintes.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Créditos de IPI

IPI alíquota zero

Em 19 de dezembro de 2002, o Supremo Tribunal Federal – STF (“STF”), baseado em suas decisões plenárias precedentes, julgou o Recurso Extraordinário interposto pela Fazenda Nacional e confirmou integralmente a decisão do Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (“TRF”), reconhecendo o direito ao crédito de IPI nas aquisições de matérias-primas tributadas à alíquota zero nos estabelecimentos da incorporada OPP Química (“OPP Química”) situados no Rio Grande do Sul. A decisão do STF confirmou o direito ao crédito de IPI sobre as compras realizadas nos dez anos anteriores à propositura da ação e à aplicação da taxa SELIC até a data do efetivo aproveitamento dos créditos. Essa ação foi proposta em julho de 2000, quando a OPP Química ajuizou medida judicial para sustentar a aplicação plena do princípio da não-cumulatividade desse imposto para os referidos estabelecimentos.

A decisão do STF foi objeto de Agravo Regimental em que a Fazenda Nacional não mais questiona o direito ao crédito de IPI nas aquisições de matérias-primas tributadas à alíquota zero, mas alega, apenas, imprecisões da decisão quanto a aspectos relativos às aquisições de insumos não-tributados, atualização monetária e alíquota a ser utilizada para fins de cálculo dos créditos. Desta forma, operou-se o trânsito em julgado material do direito da Braskem ao crédito de IPI nas aquisições de matérias-primas tributadas à alíquota zero. Além disso, conforme a posição dos assessores jurídicos da Companhia, todos os outros aspectos ventilados no Agravo Regimental da Fazenda Nacional já foram definidos nos acórdãos do STF e do TRF de forma favorável à OPP Química, ou mesmo nas decisões plenárias precedentes do STF. Em razão do exposto, o referido Agravo Regimental apresenta remotas chances de modificar a decisão favorável à OPP Química, em que pese o STF ter revisto o seu posicionamento quanto à matéria de mérito em uma ação análoga envolvendo outro contribuinte.

Em razão dos aspectos mencionados acima quanto à abrangência do Agravo Regimental, a OPP Química reconheceu, em dezembro de 2002, o crédito tributário em questão, no valor de R\$ 1.030.125, o qual foi compensado pela Companhia com o próprio IPI e demais tributos federais devidos. A compensação desse crédito foi concluída no 1º trimestre de 2005.

Os créditos utilizados pela Companhia, atualizados pela variação da SELIC até março de 2009, montam a R\$ 2.754.619. Desses créditos, os diversos procedimentos de cobrança adiante referidos alcançam R\$ 2.468.031, aos quais se somam multas no valor total de R\$ 790.858. Os advogados externos da Companhia entendem que essas multas são indevidas em qualquer circunstância.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em sessão de julgamento realizada em 11 de dezembro de 2007, a Primeira Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental mencionado anteriormente, para propiciar a apreciação do Recurso Extraordinário interposto pela Fazenda Nacional. Referida decisão, publicada em 27 de março de 2009, não deixa claro qual matéria será objeto de análise quando da apreciação do Recurso Extraordinário, embora do teor dos votos da maioria dos Ministros que compõe a Turma possa-se concluir que as únicas matérias a serem apreciadas pelo STF serão aquelas ventiladas no Agravo Regimental da Fazenda, que não inclui a rediscussão do direito da Braskem de utilizar os créditos do IPI alíquota zero.

A Braskem apresentou Embargos de Declaração para suprir essa obscuridade e omissão do Acórdão e acredita, baseada nos pareceres de seus assessores jurídicos, que a Primeira Turma dará provimento a este recurso para deixar claro que o novo julgamento do Recurso Extraordinário só poderá versar sobre as matérias objeto do Agravo Regimental, não podendo mais versar sobre o direito ao creditamento do IPI alíquota zero, uma vez que a discussão desta matéria está preclusa no processo.

Pelas razões ora expostas, e por acreditar que a nova decisão restringe-se a aspectos meramente processuais, a Braskem, baseada nos pareceres de seus assessores jurídicos, mantém o entendimento de ter havido o trânsito em julgado material da decisão que lhe garante o crédito de IPI sobre a aquisição de matérias-primas isentas e tributadas à alíquota zero, acreditando, ainda, que o novo julgamento do Recurso Extraordinário só poderá versar sobre as matérias objeto do Agravo Regimental, não podendo mais versar sobre o direito ao creditamento do IPI em si, uma vez que a discussão desta matéria específica está preclusa no processo.

Durante 2006 e 2007, a Receita Federal lavrou diversos autos de infração contra a Companhia buscando prevenir a decadência dos débitos compensados com créditos apurados nos 10 anos anteriores à propositura da ação e exigir os débitos compensados pela Companhia com créditos apurados após julho de 2000. A Receita Federal também deixou de homologar, aproximadamente, 200 pedidos de compensação dos créditos com débitos federais devidos pela Companhia.

Em outubro de 2008, o Conselho de Contribuintes negou provimento aos Recursos Voluntários apresentados pela Companhia em alguns dos procedimentos administrativos acima mencionados. A discussão em torno dos créditos aproveitados está essencialmente subordinada ao processo judicial que se encontra no STF, sendo a principal discussão travada nos processos administrativos a validade das multas aplicadas à Companhia em decorrência das compensações dos créditos de IPI apurados após julho de 2000.

A Companhia está aguardando a publicação dos respectivos acórdãos do Conselho de Contribuintes para opor os recursos ainda cabíveis na esfera administrativa. Caso as decisões administrativas não sejam favoráveis e as multas

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

sejam mantidas, a Braskem irá recorrer ao Poder Judiciário onde, entende, com base nas opiniões de seus assessores externos, ter chances prováveis de êxito na discussão envolvendo a imputação das multas pelas autoridades fiscais.

A Companhia tem, ainda, ações judiciais semelhantes para suas filiais localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia e Alagoas (Nota 18(ii)).

10 Despesas pagas antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente referem-se a gastos cujos benefícios ou prestação de serviços à Companhia ocorrerão durante os exercícios seguintes. Elas estão representadas, substancialmente, por prêmios de contratos de seguros (Nota 27). Sua forma de realização não será em dinheiro, mas pela apropriação aos resultados futuros.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 Depósitos judiciais e empréstimo compulsório – Ativo não circulante

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Mar/09</u>	<u>Dez/08</u>	<u>Mar/09</u>	<u>Dez/08</u>
Depósitos judiciais				
Contingências tributárias	62.384	61.834	69.175	68.371
Contingências trabalhistas e outros	29.802	28.661	32.502	31.561
Depósito compulsório				
Compulsório Eletrobrás	20.045	20.045	20.211	20.211
	<u>112.231</u>	<u>110.540</u>	<u>121.888</u>	<u>120.143</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Investimentos

(a) Informações sobre os investimentos

	Participação no capital total (%) 31/03/2009	Lucro líquido (prejuízo) do período, ajustado		Patrimônio líquido (passivo a descoberto), ajustado	
		Mar/09	Mar/08	Mar/09	Dez/08
Controladas					
No país					
Braskem Distribuidora	100,00	(1.292)	207	111.864	113.156
Braskem Participações	100,00		(1)	2.461	2.461
CINAL	100,00	228	953	29.709	29.482
Copesul (i)			60.384		
Grust	100,00				
IPQ (i)			60.956		
CCI	100,00	2		112	110
Politeno Empreendimentos	100,00	367	291	17.166	16.798
IQ	100,00	1.802	60.245	97.526	95.724
IQAG	0,12	151	(145)	775	624
ISATEC	100,00	(650)	149	417	1.067
IDEOM Tecnologia	99,90			699	
No exterior					
Braskem América	100,00	1.677	847	9.747	8.070
Braskem Argentina	98,00	(639)	28	(447)	255
Braskem Europa	100,00	121	123	36.957	36.097
Braskem Chile	100,00	1.202	805	6.516	5.315
CITI (ii)	100,00	(48.702)	574	128.158	72.577
IPQ Chile (ii)	99,02	133	759	1.708	1.576
IPQ Argentina	96,74	(1.533)	279	4.484	6.393
Natal Trading (ii)	100,00	(133)	(70)	2.910	3.043
Braskem Finance (iii)	100,00	(467)		5.323	5.790
Braskem Inc. (iii)	100,00	14.250	10.620	(111.968)	(120.777)
Controladas em conjunto					
CETREL	54,09	6.457	4.510	208.739	197.106
CODEVERDE (iv)	35,65			101.825	100.102
RPR	33,33	10.380	(13.659)	(27.205)	(52.584)
Coligadas					
Borealis	20,00		3.937		115.218
Sansuy Indústria de Plástico S.A.	20,00		(7)		2.026
Informações sobre os investimentos das controladas					
Braskem Distribuidora					
Braskem Argentina	2,00	(639)	28	(447)	255
Braskem Importação	100,00	5		65	60
Braskem Participações					
IDEOM Tecnologia	0,10			699	
Braskem Inc					
Lantana (ii)	100,00	(37)	(3.201)	3.971	4.009
IQ					
IQAG	99,88	151	(145)	775	624
IPQ (i)			60.956		
ISATEC			149		
Natal Trading (ii)					
IPQ Chile(ii)	0,98	133	759	1.708	1.576
IPQ Chile					
IPQ Argentina	3,26	(1.533)	279	4.484	6.393

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS:

- (i) Empresas incorporadas em setembro de 2008;
- (ii) Empresa em processo de extinção;
- (iii) Controladas cujas demonstrações contábeis estão integradas às demonstrações contábeis individuais da Companhia, conforme CPC-02;
- (iv) Empresa em fase de implantação.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Movimentação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Saldo em 31/12/2008	Aquisição de ações	Equivalência patrimonial	Amortização ágio	Ganho de participação	Saldo em 31/3/2009
Controladas e controladas em conjunto						
Controladas no país						
Braskem Distribuidora	113.156		(1.292)			111.864
Braskem Participações	2.461					2.461
CETREL	104.289		3.677	(488)	874	108.352
CINAL	20.751		228			20.979
IQ	95.724		1.802			97.526
Politeno Empreendimentos	16.799		367			17.166
ISATEC	1.067		(650)			417
CCI	110		2			112
Ideom Tecnologia		699				699
RPR (ii)		4.980		(4.980)		
	354.357	5.679	4.134	(5.468)	874	359.576
Controladas no exterior (i)						
Braskem America	8.070		1.677			9.747
Braskem Argentina	250		(689)			(439)
Braskem Europa	36.098	2.645	(1.786)			36.957
Braskem Chile	5.314		1.202			6.516
IPQ Argentina	6.393		(1.909)			4.484
IPQ Chile	1.575		133			1.708
CITI	176.860		(48.702)			128.158
Natal Trading	3.043		(133)			2.910
	237.603	2.645	(50.207)			190.041
Coligadas						
Boreal	23.044					23.044
	23.044					23.044

(i) Em 31 de dezembro de 2008, estas controladas estavam integradas nas demonstrações da controladora.

(ii) Em 18 de março de 2009, a Companhia integralizou ações desta controlada em conjunto que, na oportunidade apresentava patrimônio líquido negativo. Por essa razão, o valor capitalizado foi tratado como ágio sem fundamentação sendo, por conseguinte, baixado integralmente para o resultado.

Investimentos integrados na controladora, em conformidade com a CPC 02

	Braskem Inc	Braskem Finance
Saldo Inicial	(120.776)	5.789
Equivalência patrimonial	14.250	(467)
Ajuste de avaliação patrimonial	(5.442)	
Saldo Final	(111.968)	5.322

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13

Imobilizado

Controladora

			Mar/09	Dez/08	Taxas médias anuais de depreciação/ exaustão (%)
	Custo	Depreciação/ exaustão acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	74.772		74.772	74.772	
Edifícios e benfeitorias	1.333.566	(502.918)	830.648	834.695	2,7
Máquinas, equipamentos e instalações	11.992.310	(4.485.529)	7.506.781	7.138.730	5,9
Minas e poços	22.180	(6.342)	15.838	16.273	10,6
Móveis e utensílios	84.537	(46.012)	38.525	37.088	10,0
Equipamentos de informática	98.117	(73.833)	24.284	26.523	20,0
Paradas para manutenção em andamento	39.283		39.283	239.548	
Projetos em andamento	1.042.265		1.042.265	1.223.841	
Encargos financeiros capitalizados	265.881		265.881	334.035	
Outros	249.577	(77.539)	172.038	198.213	16,0
	<u>15.202.488</u>	<u>(5.192.173)</u>	<u>10.010.315</u>	<u>10.123.718</u>	

Consolidado

			Mar/09	Dez/08	Taxas médias anuais de depreciação/ exaustão (%)
	Custo	Depreciação/ exaustão acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	81.936		81.936	83.126	
Edifícios e benfeitorias	1.418.607	(529.439)	889.168	895.292	2,7
Máquinas, equipamentos e instalações	12.112.651	(4.562.399)	7.550.252	7.146.096	5,9
Minas e poços	23.270	(7.206)	16.064	16.521	10,6
Móveis e utensílios	91.854	(50.554)	41.300	41.601	10,0
Equipamentos de informática	109.413	(81.948)	27.465	29.760	20,0
Paradas para manutenção em andamento	39.283		39.283	239.548	
Projetos em andamento	1.053.806		1.053.806	1.274.656	
Encargos financeiros capitalizados	265.881		265.881	334.035	
Outros	310.956	(106.147)	204.809	217.766	16,0
	<u>15.507.657</u>	<u>(5.337.693)</u>	<u>10.169.964</u>	<u>10.278.401</u>	

Os projetos em andamento correspondem, principalmente, aos projetos de implantação de unidade industrial, melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, projetos de excelência nas áreas de manutenção e produção, além de programas nas áreas de saúde e tecnologia.

Na formação da Braskem, as atividades ligadas à produção e comercialização de PET e Caprolactama constituíram uma unidade de negócio. Em dezembro de 2008, a Braskem comunicou ao mercado a paralisação definitiva da unidade produtora de PET. Foram

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

identificados os equipamentos que podem ser utilizados por outras unidades de negócio da Companhia. O restante das máquinas, equipamentos e instalações deverá ser desmontado e alienado como sucata. Ainda em dezembro de 2008, em atendimento ao disposto nos CPC's 01 e 13, a Companhia avaliou o valor recuperável da planta de Caprolactama. Daquela avaliação, resultou o reconhecimento de uma despesa que correspondeu à diferença entre o valor atual do fluxo de caixa obtido com a produção e comercialização daquele produto e o valor residual contábil da respectiva unidade industrial. Para a elaboração daquele fluxo de caixa foram considerados: (i) a taxa de desconto de 11,14% a.a.; (ii) o fluxo de caixa com perpetuidade tendo em vista que a Caprolactama, a exemplo de todos os demais produtos químicos e petroquímicos, apresenta ciclos constantes e bem definidos de alta e baixa de preços de venda e dos principais insumos.

14 Intangível

Controladora

			Mar/09	Dez/08	Taxas
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	amortização (%)
Ágios fundamentados em rentabilidade futura(i)	3.200.732	(1.129.835)	2.070.897	2.070.897	(i)
Marcas e patentes	132.928	(47.491)	85.437	88.402	10,0
Software e direitos de uso	294.088	(99.063)	195.025	213.643	13,7
	<u>3.627.748</u>	<u>(1.276.389)</u>	<u>2.351.359</u>	<u>2.372.942</u>	

Consolidado

			Mar/09	Dez/08	Taxas
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	amortização (%)
Ágios fundamentados em rentabilidade futura(i)	3.195.531	(1.131.824)	2.063.707	2.074.485	(i)
Marcas e patentes	134.938	(47.496)	87.442	88.416	10,0
Software e direitos de uso	344.699	(102.276)	242.423	215.806	13,7
	<u>3.675.168</u>	<u>(1.281.596)</u>	<u>2.393.572</u>	<u>2.378.707</u>	

(i) Os ágios fundamentados em rentabilidade futura foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 considerando o prazo máximo de 10 anos. A partir de 2009, esse tipo de ágio não é mais amortizado sistematicamente, ficando sujeito ao teste anual de recuperabilidade, conforme o disposto nos CPC's 13 e 01, respectivamente. No consolidado, a redução do saldo de março/2009 em relação a dezembro/2008 refere-se ao ágio do investimento na Cetrel, fundamentado na mais valia do imobilizado e que foi reclassificado para a rubrica "Máquinas, equipamentos e instalações" (Nota 13).

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Diferido

Controladora

		Mar/09	Dez/08	Taxa média anual de amortização (%)
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gastos pré-operacionais	150.370	(48.646)	101.724	107.447
	150.370	(48.646)	101.724	107.447

Consolidado

		Mar/09	Dez/08	Taxa média anual de amortização (%)
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gastos pré-operacionais	178.336	(75.866)	102.470	108.248
	178.336	(75.866)	102.470	108.248

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 Financiamentos

		Consolidado	
		mar/09	dez/08
Moeda estrangeira			
Encargos financeiros anuais			
Eurobonds	Nota 16(a)	3.009.460	3.023.099
Adiantamentos de contratos de câmbio	2009 Variação cambial do US\$ + juros médios de 5,44%	361.648	
	2008 Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,61%		149.852
Pré-pagamentos de exportações	Nota 16(b)	3.567.782	4.000.282
Medium - Term Notes	2009/2008 Variação cambial do US\$ + juros de 11,75%	593.481	618.684
Financiamentos de matérias-primas	2009/2008 Variação cambial do US\$ + juros de 4,08%	21.548	21.532
BNDES	2009 Correção monetária pós-fixada (UMBNDDES)* + juros médios de 8,78%	29.572	
	2009 Variação cambial do US\$ + juros médios de 7,43%	198.273	
	2008 Correção monetária pós-fixada (UMBNDDES)* + juros médios de 7,90%		33.624
	2008 Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,55%		202.666
Capital de giro	2009/2008 Variação cambial do US\$ + juros médios de 7,66%	898.389	905.216
Financiamentos para projetos (NEXI)	2009/2008 Variação cambial do YEN + juros de 0,95% acima da TIBOR	165.996	195.713
Custos de captação	2009/2008 Nota 16(i)	(47.483)	(47.894)
Amortização custos de captação	2009/2008 Nota 16(i)	4.320	2.088
Moeda nacional			
Capital de giro	2009 Correção monetária pós-fixada (92 a 123,47% do CDI)	899.553	
	2008 Correção monetária pós-fixada (92 a 119,09% do CDI)		363.630
FINAME	2009 Juros médios de 4,57% + TJLP	1.425	
	2008 Juros médios de 4,57% + TJLP		2.000
BNDES	2009 Juros fixos médios de 2,85% + TJLP	1.342.856	
	2008 Juros fixos médios de 2,90% + TJLP		1.376.704
BNB	2009 Juros fixos de 8,58%	246.336	
	2008 Juros fixos de 8,54%		255.391
FINEP	2009/2008 Correção monetária pós-fixada (TJLP)	52.859	57.229
Custos de captação	2009 Nota 16(i)	(12.759)	
Amortização custos de captação	2009 Nota 16(i)	418	
Total		11.333.674	11.159.816
No Passivo circulante		(2.008.307)	(2.119.995)
Passivo não circulante		9.325.367	9.039.821

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dados da Controladora	mar/09	dez/08
Total de financiamentos em moeda nacional e estrangeira	11.316.174	11.142.101
No Passivo circulante	(2.002.546)	(2.114.301)
Passivo não circulante	9.313.628	9.027.800

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Eurobonds

Em junho de 2008, a controlada Braskem Finance concluiu a captação de US\$ 500 milhões em Eurobônus com cupom de 7,25% a.a. e vencimento em 2018, precificado a 99,127% do valor de face, com remuneração ao investidor de 7,375% a.a.. Esse valor foi utilizado para amortizar parte do empréstimo-ponte contratado para a aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga.

Composição das operações:

Data da emissão	Valor da emissão US\$ mil	Vencimento	Juros (% a.a.)	Controladora / Consolidado	
				Mar/09	Dez/08
jul/1997	250,000	jun/2015	9,38	358.102	353.265
jun/2005	150,000	sem vencimento	9,75	348.677	351.960
abr/2006	200,000	sem vencimento	9,00	471.242	475.680
set/2006	275,000	jan/2017	8,00	647.029	667.811
jun/2008	500,000	jun/2018	7,25	1.184.410	1.174.383
				3.009.460	3.023.099

(b) Pré-pagamentos de exportações

Em outubro de 2008, a controlada Braskem Inc. concluiu operação de pré-pagamento de exportação, no valor de US\$ 725 milhões, com custo de Libor + 1,75% a.a. e duração de 5 anos, com carência de 3 anos. Essa operação destinou-se à amortização parcial do empréstimo-ponte tomado para a aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga e fechamento de capital da incorporada Copesul. Posteriormente, a administração da Companhia realizou operação de swap que travou a cotação da Libor para o período da operação em 3,85% a.a. Com isso, a operação de pré-pagamento de exportação tem seu custo de Libor + 1,75% a.a. alterado para 5,6% a.a. .

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Composição das operações:

Data	Valor inicial da operação	Prazo de liquidação	Encargos (% a.a)	Consolidado	
	US\$ mil			Mar/2009	Dez/2008
jun/05	10,000	jun/09	Var cambial US\$ + Libor trimestral+ 1,88	5.799	11.713
jul/05	10,000	jun/10	Var cambial US\$ + Libor semestral+ 2,05	14.081	14.032
mai/06	10,000	mai/09	Var cambial US\$ + Libor semestral + 0,70	23.436	23.464
mai/06	20,000	jan/10	Var cambial US\$ + Libor anual + 0,30	46.824	48.912
jul/06	95,000	jun/13	Var cambial US\$ + Libor semestral+ 1,00	110.701	114.202
jul/06	75,000	jul/14	Var cambial US\$ + Libor semestral+ 0,78	174.372	178.265
mar/07	35,000	mar/14	Var cambial US\$ + Libor semestral+ 1,60	81.044	82.691
abr/07	150,000	abr/14	Var cambial US\$ + Libor semestral+0,77	355.468	354.588
out/07	315,525	out/09	Var cambial US\$ + Libor quadrimestral+0,35	725.578	738.033
nov/07	150,000	nov/13	Var cambial US\$ + Libor semestral+1,40	351.959	351.817
fev/08	150,000	fev/09	Var cambial US\$ + juros médios de + 3,94		362.445
out/08	725,000	out/13	Var cambial US\$ + encargos financeiros 5,60	1.678.520	1.720.120
Total				3.567.782	4.000.282

(c) Financiamentos para projetos

Em março e setembro de 2005, a Companhia captou empréstimos em moeda japonesa junto à Nippon Export and Investment Insurance ("NEXI"), nos montantes de YEN 5,256,500 mil - R\$ 136.496 e YEN 6,628,200 mil - R\$ 141.529, respectivamente. O valor do principal vem sendo pago em 11 parcelas, com a primeira em março de 2007 e a última em junho de 2012.

Conforme descrito na (Nota 23(f.3)), a Companhia firmou contratos de "swap" na totalidade dessas dívidas de forma que o custo financeiro anual da parcela liberada em março de 2005 é de 101,59% do CDI e das parcelas liberadas em setembro de 2005 é de 104,29% e 103,98% do CDI. Os contratos de "swap" foram realizados com bancos estrangeiros de 1ª linha e suas características de vencimento, moedas, taxas e montantes se adequam perfeitamente ao contrato da dívida. O resultado desse contrato está apresentado no resultado financeiro (Nota 24).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Financiamentos para capital de giro

Em março de 2009, a Braskem concluiu operação de captação de R\$ 600 milhões junto a Caixa Econômica Federal. O prazo do financiamento é de 4 anos, com carência de 1 ano para o pagamento do principal. A dívida terá um custo anual de 117,5% do CDI, sendo os juros pagos trimestralmente até o final de carência, e mensalmente após o 13º mês. Esse financiamento pode ser liquidado antecipadamente a qualquer momento, sem custo adicional para a Braskem.

(e) Agenda de pagamentos

O montante de financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	Mar/2009	Dez/2008
2010	544.111	639.184
2011	1.058.357	868.219
2012	1.448.729	1.258.640
2013	1.443.725	1.401.705
2014 em diante	4.830.445	4.872.073
	<u>9.325.367</u>	<u>9.039.821</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Garantias

A Companhia concedeu garantias para seus financiamentos conforme indicado a seguir:

Controladora

	Vencimento	Total garantido	Valor do financiamento	Garantias
BNB	jun/16	239.982	239.982	Hipoteca (plantas / Penhor de máquinas e equipamentos
BNDES	abr/15	1.560.056	1.560.056	Hipoteca (plantas, terreno e imóvel, máquinas e equipamentos
NEXI	jun/12	165.996	165.996	Apólice de seguro
Financiamentos capital giro	mar/13	1.797.942	1.797.942	Caução de Duplicatas
FINEP	mar/12	52.859	52.859	Fiança bancária
Pré-pagamentos	out/14	1.163.684	3.567.782	Notas promissórias / Garantia hipotecária, máquinas e equipamentos
Demais instituições	fev/20	22.471	384.119	Notas promissórias e equipamentos financiados
Total		5.002.990	7.768.736	

(g) Encargos financeiros capitalizados

A Companhia adota como prática contábil a capitalização de encargos dos financiamentos durante o período de construção dos ativos, estabelecendo como política a aplicação da taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, incluindo a variação cambial e monetária, aplicada ao saldo do ativo imobilizado em construção.

A taxa média de encargos praticada no período foi de -0,39% a.a. (-4,32% a.a. em mar/08), incluindo a variação cambial e monetária, e os montantes capitalizados para os exercícios estão apresentados a seguir:

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Despesas (receitas)			
	Controladora		Consolidado	
	Mar/09	Mar/08	Mar/09	Mar/08
Encargos brutos	129.844	86.701	111.207	75.218
(-) Encargos financeiros capitalizados no exercício	(4.482)	17.827	(4.482)	24.565
Encargos financeiros líquidos	125.362	104.528	106.725	99.783

(h) Compromissos formais dos financiamentos (“Covenants”)

Alguns contratos de financiamentos da Companhia e suas controladas estabelecem limites para determinados indicadores ligados à capacidade de endividamento e de pagamentos de juros.

O primeiro indicador impõe limite no endividamento da Companhia e suas controladas em função da sua capacidade de geração de EBITDA. Ele é calculado dividindo-se a dívida líquida consolidada da Companhia pelo EBITDA consolidado dos últimos doze meses. Este indicador é calculado em real ou dólar, dependendo da condição contratual. Se calculado em dólar, é utilizada a PTAX do fechamento para apurar a dívida líquida e o dólar médio dos últimos 4 trimestres para o cálculo do EBITDA.

O segundo indicador encontrado nos contratos da Companhia e suas controladas é a divisão do EBITDA consolidado por juros líquidos, que corresponde à diferença entre os juros pagos e os juros recebidos. Este indicador é verificado trimestralmente e calculado apenas em dólar.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Segue abaixo o resumo das operações em aberto e seus limitadores:

Operação	Indicador/Limite	Moeda
13° e 14° Debêntures	Dívida líquida/EBITDA(*) < 4,5	R\$
Financiamento junto a Nexi	Dívida líquida/EBITDA(**) < 4,5	US\$
	EBITDA (**) / Juros líquidos > 1,5	
Medium-Term Notes	Dívida líquida/EBITDA (*) < 4,5	R\$
Pré pagamentos de exportações	Dívida líquida/EBITDA (**) < 4,5	US\$
	EBITDA (**) / Juros Líquidos > 2,0	

(*) EBITDA - Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias mais depreciações e amortizações.

(**) EBITDA - Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias mais depreciações, amortizações, dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de empresas não consolidadas.

A penalidade para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, exceto para as operações de Debêntures e de Medium-Term Notes.

Todos os compromissos assumidos estão atendidos.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(i) Custos de transação

Os gastos incorridos para estruturar determinadas operações de financiamentos foram considerados como parte do custo das operações conforme previsto no CPC 08. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	Mar/09				Dez/08		
	Pré-pagamento de exportações	Eurobonds	Capital de giro	Total	Pré-pagamento de exportações	Eurobonds	Total
Saldo inicial	30.043	15.763		45.806			
Custos incorridos			12.759	12.759	31.301	16.593	47.894
Amortizações	(1.839)	(411)	(418)	(2.668)	(1.258)	(830)	(2.088)
Variação cambial	(245)	(147)		(392)			
Saldo a apropriar	27.959	15.205	12.341	55.505	30.043	15.763	45.806

O montante a apropriar ao resultado futuro tem a seguinte composição:

	Mar/09				Dez/08		
	Pré-pagamento de exportações	Eurobonds	Capital de giro	Total	Pré-pagamento de exportações	Eurobonds	Total
2009	5.552	1.233	3.765	10.550	7.452	1.659	9.111
2010	7.387	1.644	4.497	13.528	7.448	1.659	9.107
2011	7.140	1.644	2.859	11.643	7.198	1.659	8.857
2012	5.417	1.644	1.185	8.246	5.462	1.659	7.121
2013	2.463	1.644	35	4.142	2.483	1.659	4.142
2014 em diante		7.396		7.396		7.468	7.468
	27.959	15.205	12.341	55.505	30.043	15.763	45.806

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 Debêntures (emissões públicas não conversíveis em ações)

Emissão	Valor unitário	Vencimento	Remuneração	Pagamento da remuneração	Controladora/ consolidado	
					Mar/09	Dez/08
13ª	R\$ 10	jun/2010	104,1% do CDI	Semestral, a partir de dez/05	312.615	303.481
14ª	R\$ 10	set/2011	103,5% do CDI	Semestral, a partir de mar/07	504.756	522.795
					<u>817.371</u>	<u>826.276</u>

(i) Emissões públicas de debêntures não conversíveis em ações;

A movimentação das debêntures é a seguinte:

	Controladora/ Consolidado	
	Mar/09	Dez/08
Saldo no início do exercício/ período	826.276	911.632
Encargos financeiros	24.462	99.468
Incorporação de controlada		(91.158)
Amortização	(33.367)	(93.666)
Saldo no final do exercício/ período	817.371	826.276
No Passivo circulante	(17.371)	(26.276)
No Passivo não circulante	800.000	800.000

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18 Impostos e contribuições a recolher - Passivo não circulante

		Controladora		Consolidado	
		Mar/09	Dez/08	Mar/09	Dez/08
Compensação de créditos de IPI					
IPI - crédito prêmio de exportação	(i)	741.641	731.098	741.641	731.098
IPI - alíquota zero	(ii)	335.285	330.307	335.285	330.307
IPI - material de consumo imobilizado		45.468	44.893	45.468	44.893
Outros impostos e contribuições a recolher					
PIS /COFINS - Lei nº 9.718/98	(iii)	50.981	50.585	58.352	60.846
Salário educação, SAT e INSS		40.085	40.086	41.229	41.226
PAES-Lei nº. 10.684	(iv)	27.255	28.665	27.216	28.665
Outros		61.008	60.144	61.917	58.311
(-) Passivos com depósitos judiciais		(64.110)	(64.110)	(64.114)	(64.110)
		1.237.613	1.221.668	1.246.994	1.231.236

A Companhia está questionando judicialmente alterações na legislação tributária e mantém provisão dos valores envolvidos, devidamente atualizados, não registrando ativos contingentes.

(i) IPI - Crédito prêmio de exportação

A Companhia, através de processos próprios e de empresas incorporadas, questiona a vigência do crédito-prêmio do IPI, instituído pelo Decreto-Lei nº 491/69, como estímulo às exportações de produtos manufaturados. Os referidos processos, em sua maioria, obtiveram decisões favoráveis nos tribunais inferiores, não havendo, por enquanto, decisões definitivas.

Em julgamento de recurso de outro contribuinte que busca ver reconhecido o direito de utilização desse benefício fiscal até os dias atuais, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a rejeição da proposta de modulação dos efeitos prospectivos e a decisão de que o benefício foi extinto em 1990. Por se tratar de matéria constitucional, a discussão encontra-se atualmente no STF, que, inclusive, já reconheceu e aplicou o efeito repercussão geral. No STF será discutido o direito à utilização dos créditos após 1990, em face da aplicação do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) nº 41.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os assessores jurídicos externos da Companhia entendem como possíveis as chances de êxito nas ações.

(ii) IPI - Alíquota zero

As incorporadas OPP Química, Trikem e Polialden possuem ações questionando o direito ao crédito de IPI nas aquisições de matérias-primas e insumos isentos, não tributados ou tributados à alíquota zero. Esses processos, em sua maioria, obtiveram decisões favoráveis nos tribunais inferiores.

Em julgamento de fevereiro de 2007 sobre o mesmo assunto, em um processo que não é da Companhia, houve decisão do STF contrária ao direito de compensação dos créditos de IPI alíquota zero por apertada maioria, 6 X 5. Neste mesmo processo, em junho de 2007, o Plenário do Supremo decidiu, por maioria de votos, pela impossibilidade de aplicação de efeitos exclusivamente futuros à decisão que reverteu decisão do próprio Plenário do STF favorável aos contribuintes neste tema. Esta decisão influiu no julgamento das ações das incorporadas OPP Química e Trikem, na Bahia, gerando um pagamento, em agosto de 2007, no valor de R\$ 127.317. Da mesma forma, do valor total envolvido na ação da incorporada Polialden, R\$ 99.641 foi pago em outubro de 2007. O valor remanescente deste processo será objeto de defesa judicial.

A Companhia ainda possui decisão favorável sobre esta matéria para a ação da incorporada Trikem, em Alagoas, o que garante a manutenção das compensações realizadas com os respectivos créditos. A Companhia deverá pagar os valores que foram objeto de compensação quando a decisão neste caso concreto for revogada. Vale mencionar que todos os valores dessas ações possuem provisão contábil, o que evitará impacto no resultado da Companhia.

(iii) PIS/COFINS - Lei nº 9.718 de 1998

Os valores registrados no exigível a longo prazo referem-se, substancialmente, ao questionamento feito pela Companhia e empresas incorporadas acerca da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da COFINS, de 2% para 3%, estabelecida pela Lei nº 9.718/98. A despeito da manifestação do Plenário do STF, em novembro de 2005, acerca da legalidade da referida majoração, este mesmo órgão está rediscutindo a matéria sob a repercussão geral atinente à inconstitucionalidade. A Companhia entrou com nova ação, no final de 2008, rediscutindo a matéria sob o panorama dos novos argumentos.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iv) Parcelamento Especial - PAES - Lei nº 10.684/03

Em julho e agosto de 2003, as incorporadas IPQ e Trikem aderiram ao programa de parcelamento especial (PAES), instituído pela Lei Federal nº 10.684/03.

A IPQ optou por esta modalidade de parcelamento em virtude do cancelamento dos Documentos Comprobatórios de Compensação (DCC's) originados de aquisição e compensação de créditos tributários de terceiros. Já a Trikem fez essa opção em virtude de desistência da ação relativa à contestação da majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%, instituída pela Lei nº 9.718/98.

Em que pese a regularidade dos pagamentos e o preenchimento de todos os requisitos legais por parte da Companhia, a Procuradoria da Fazenda Nacional – excluiu a Trikem do PAES em duas oportunidades, sendo que, em ambos os casos, a Companhia obteve decisões judiciais para determinar sua manutenção no referido programa de parcelamento. A Administração, com base na posição dos seus assessores externos, entende que o parcelamento será mantido como inicialmente requerido.

Em 31 de março de 2009, o saldo acumulado é de R\$ 34.798, sendo R\$ 7.543 classificados no passivo circulante e R\$ 27.255 no passivo não circulante (dez/08 - R\$ 36.700, sendo R\$ 8.034 no passivo circulante e R\$ 28.665 no passivo não circulante).

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	

19 Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

(a) Imposto de renda corrente

	Controladora	
	Mar/09	Mar/08
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e participação de acionistas minoritários	32.137	84.068
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(10.926)	(28.583)
Imposto de renda sobre equivalência patrimonial	(7.954)	19.059
Efeitos tributários da não sujeição à CSL (Nota 19(c))	2.892	7.566
Efeitos Lei 11.638/07 – RTT – Regime Tributário Transitório	25.514	(963)
Outras diferenças permanentes	(941)	(800)
Amortização de ágio	10.212	7.305
Tributos discutidos judicialmente	(214)	(31)
Prejuízos fiscais	(37.948)	4.798
Provisões e outras diferenças temporárias	19.365	(19.510)
Outros	(1.255)	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(1.255)</u>	<u>(11.159)</u>

Devido à apuração de prejuízo fiscal em 2009, não houve benefício de isenção/redução do imposto de renda durante o período. Em 2008, na despesa de imposto de renda, não houve parcela referente a benefício de isenção/redução.

(b) Imposto de renda diferido

(i) Composição

Em consonância com o disposto pela Deliberação CVM nº 273/98, que aprovou o pronunciamento do IBRACON sobre a contabilização do Imposto de renda, e pela Instrução CVM nº 371/02, a Companhia possui o seguinte saldo contábil de imposto de renda diferido:

Composição do Imposto de renda diferido calculado:	Controladora		Consolidado	
	Mar/09	Dez/08	Mar/09	Dez/08
Prejuízos fiscais a compensar	3.740.555	3.627.614	3.749.914	3.644.611
Ágios amortizados contabilmente sobre investimentos em empresas incorporadas	623.623	668.623	623.623	668.622

00482-0 BRASKEM S.A. 42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Composição do imposto de renda diferido calculado:

	Controladora		Consolidado	
	Mar/09	Dez/08	Mar/09	Dez/08
Despesas temporariamente indedutíveis	376.468	406.059	444.368	419.391
Adequação Lei 11.638/07 e MP 449/08	80.636	91.341	80.636	91.341
Potencial base de cálculo para o imposto de renda diferido	4.821.282	4.793.637	4.898.541	4.823.965
Potencial imposto de renda diferido (25%)	1.205.321	1.198.409	1.224.635	1.205.991
Parcela não registrada do imposto de renda diferido: Prejuízos fiscais	(530.636)	(502.024)	(530.635)	(502.024)
Imposto de renda diferido ativo	674.685	696.385	694.000	703.967
No ativo circulante	(55.972)	(56.018)	(59.917)	(59.555)
No ativo não circulante	618.713	640.367	634.083	644.412

Movimentação:

Saldo inicial do exercício	696.385	426.040	703.967	476.631
Saldo incorporado de controladas		39.998		(15.370)
Saldo consolidado Ipiranga				
Adequação Lei 11.638/07 e MP 449/08	(405)		9.453	
Amortização Desp. reorganização e operações estruturadas	(2.676)		(2.676)	
Constituição de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais		258.437		256.159
Constituição de imposto de renda sobre ágio amortizado de empresas incorporadas:		54.755		54.755
Imposto de renda diferido realizado sobre ágios amortizados de empresas incorporadas	(11.250)	(38.455)	(11.250)	(38.455)
Imposto de renda diferido sobre provisões temporárias	(7.369)	(44.390)	(5.494)	(29.753)
Saldo final	674.685	696.385	694.000	703.967

Imposto de renda diferido passivo sobre depreciação acelerada incentivada:

Saldo inicial do exercício	(9.975)	(7.503)	(21.393)	(62.817)
Adequação Lei 11.638/07 e MP 449/08	487	(2.509)	6.148	(2.509)
Saldo incorporado de controlada		(552)		(5.587)
Realização (constituição) de imposto de renda diferido	147	589	147	49.520
Saldo final do período	(9.341)	(9.975)	(15.098)	(21.393)
Imposto de renda diferido no resultado	(21.147)	230.936	(19.272)	292.226

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(ii) Contribuição social diferida

As demonstrações consolidadas incluem as seguintes parcelas de contribuição social diferida advindas de suas controladas IQ e Braskem Distribuidora:

	<u>Mar/09</u>	<u>Dez/08</u>
Ativo	2.394	10.051
Passivo	2.072	2.156
Resultado: Receita (despesa)	(191)	9.611

Os saldos ativos de CSL diferida decorrem de bases negativas e provisões indedutíveis.

Os saldos passivos decorrem de variações cambiais não realizadas e de depreciação acelerada.

(c) Contribuição social sobre o lucro ("CSL")

Em face da discussão quanto à constitucionalidade da Lei nº 7.689/88, a Companhia e suas incorporadas OPP Química, Trikem e Polialden ajuizaram ação ordinária para o não recolhimento da CSL, tendo a decisão favorável às empresas transitado em julgado. No entanto, a União Federal ajuizou ação rescisória para os processos da Companhia, da Trikem e da Polialden com o objetivo de reverter a referida decisão sob o fundamento de que, posteriormente à decisão definitiva proferida em favor das empresas, o Plenário do STF havia declarado a constitucionalidade dessa contribuição, exceto para o ano de 1988. No caso da OPP Química, a União não propôs ação rescisória, de modo que, juridicamente, continuou válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor.

A ação rescisória aguarda o julgamento de uma série de recursos que pretendem a apreciação da matéria pelo STJ e pelo STF. Em que pese a pendência da ação rescisória e a suspensão da exigibilidade desses débitos, a Receita Federal vem lavrando autos de infração contra a Companhia e suas incorporadas, contra os quais têm sido apresentadas defesas administrativas.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, que avaliaram a perspectiva de êxito como possível, acredita-se que: (i) a Companhia deverá obter êxito em seus pleitos de manutenção do não-recolhimento e (ii) em caso de perda da ação rescisória, a decisão não poderia retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da lei, motivo pelo qual a Companhia não registra provisão para esta contribuição.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Caso seja estabelecida judicialmente a retroatividade da contribuição, contrariando o entendimento expresso em pareceres dos advogados externos, a Companhia avalia ser remota a possibilidade de cobrança de multa. Desta forma, o montante devido, corrigido monetariamente, e atualizado pela taxa SELIC seria de, aproximadamente, R\$ 851.800, excluindo a multa.

(d) Incentivos fiscais

(i) Imposto de renda

Até o ano-base de 2011, a Companhia tem o direito ao benefício de redução de 75% do imposto de renda devido sobre o lucro proveniente da venda de petroquímicos básicos e utilidades produzidos na planta de Camaçari. As três plantas de polietileno, instaladas em Camaçari, gozam da mesma redução até os anos-base de 2011, 2012 e 2016. A planta de PVC, em Camaçari, também usufruirá do benefício até o ano-base de 2013. As plantas de PVC, em Alagoas, e de PET, em Camaçari, estavam isentas de imposto de renda apurado sobre o resultado das suas operações industriais até 31 de dezembro de 2008. A partir de 2009, a planta de PVC usufruirá da redução 75%. Conforme informado na nota 1.a, a Companhia desativou definitivamente a unidade de PET.

As produções de soda cáustica, cloro, dicloroetano e caprolactama possuem o benefício de redução de 75% da alíquota de imposto de renda até o ano-base de 2012.

(ii) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

A Companhia é detentora de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado de Alagoas, por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas – PRODESIN. Esse incentivo objetiva a implantação e a expansão de indústrias naquele Estado e é registrado no resultado do exercício, na rubrica “Outras receitas operacionais”.

20 Incentivo de longo prazo

Em setembro de 2005, foi aprovado em Assembléia Geral um plano de benefícios denominado “Incentivo de longo prazo”, não baseado em ações da Companhia, através do qual colaboradores designados anualmente pela Administração podem adquirir títulos emitidos pela Companhia denominados “Unidade de investimento”, e que tem por objetivo, dentre outros, fortalecer a convergência de interesses na criação de valor a longo prazo entre os colaboradores e os acionistas da Braskem, promover o senso de propriedade e motivar a visão e o comprometimento dos colaboradores com resultados de longo prazo.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Unidade de investimento não atribui ao seu titular a condição de acionista da Braskem, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos.

Anualmente, o Conselho de Administração aprova os participantes elegíveis, a quantidade de unidades de investimento a ser emitida, o percentual de contrapartida da Companhia à aquisição feita pelos colaboradores e a quantidade de unidades a ser ofertada por participante. A aceitação pelo participante implica em pagamento à vista do valor que lhe foi atribuído e a celebração do contrato de compra das unidades, sendo responsabilidade da Braskem a emissão do respectivo "Certificado de Unidades de investimento".

A Unidade de investimento é emitida no 1º semestre de cada ano, sendo o seu valor atualizado anualmente de acordo com a média de cotação da ação preferencial classe "A" da Companhia nos encerramentos dos pregões, na BOVESPA, nos meses de outubro a março. Além da variação do seu valor nominal, a Unidade de investimento tem rendimento equivalente ao dividendo e/ou juros sobre o capital próprio distribuídos pela Braskem.

Existem três tipos de Unidade de investimento:

- unidade adquirida pelo participante, denominada "Alfa";
- unidade recebida pelo participante à título de contrapartida da Braskem, denominada "Beta"; e
- unidade recebida pelo participante à título de rendimento, denominada "Gama".

A Unidade de investimento (e o seu correspondente certificado) é emitida em caráter personalíssimo e somente poderá ser alienada para a Braskem, por meio de resgate, com as seguintes condições:

- a partir do 5º ano, contado da 1ª aquisição, o adquirente pode resgatar até 20% do seu saldo acumulado de unidades de investimento; e
- a partir do 6º ano, o resgate está limitado a 10% do saldo acumulado.

A composição e o valor das unidades, em 31 de março de 2009, são os seguintes:

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Emitidas (unidades Alfa)	707.661	4.369
Bonificadas (unidades Beta)	705.361	900
Total	<u>1.413.022</u>	<u>5.269</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2009, o Capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 5.375.802, representado por 507.540.997 ações sem valor nominal, sendo 190.462.446 ações ordinárias, 316.484.733 ações preferenciais classe "A" e 593.818 ações preferenciais classe "B".

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2008, foi aprovado o aumento de capital em razão da incorporação das ações da Grust (Nota 1(b.3)), mediante a emissão de 46.903.320 ações ordinárias e 43.144.662 ações preferenciais classe "A", passando capital social de R\$ 4.640.947 para R\$ 5.361.656.

Em 30 de setembro de 2008, em razão da incorporação da IPQ (Nota 1 (b.8)), o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 14.146 passando para R\$ 5.375.802, mediante a emissão de 1.506.061 ações preferenciais classe "A".

O capital autorizado da Companhia é de 488.000.000 ações, sendo, 175.680.000 ações ordinárias, 307.440.000 ações preferenciais classe "A" e 4.880.000 ações preferenciais classe "B".

(b) Direitos das ações

As ações preferenciais não concedem direito a voto mas asseguram, em cada exercício, um dividendo prioritário, não cumulativo de 6% sobre seu valor unitário, de acordo com os lucros disponíveis para distribuição. Somente as ações preferenciais classe "A" terão participação igual às ações ordinárias no lucro remanescente, e estas somente terão direito ao dividendo após o pagamento do dividendo prioritário aos portadores de ações preferenciais. Somente as ações preferenciais classe "A" têm, ainda, assegurada a igualdade de condições às ações ordinárias na distribuição de ações resultantes de capitalização de outras reservas. Apenas as ações preferenciais classe "A" poderão ser convertidas em ações ordinárias mediante deliberação da maioria do capital votante presente em Assembléia Geral. As ações preferenciais classe "B" podem ser convertidas em ações preferenciais classe "A", a qualquer tempo, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe "B" para cada ação preferencial classe "A", mediante simples solicitação por escrito à Companhia, desde que esgotado o prazo de intransferibilidade previsto na legislação especial que viabilizou a emissão e integralização destas ações com recursos de incentivos fiscais.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Na eventual liquidação da Companhia será assegurada às ações preferenciais classes "A" e "B" prioridade no reembolso do capital.

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme previsto nos Memorandos de Entendimentos para Celebração de Acordo de Acionistas, a Companhia deverá distribuir, a título de dividendos, um percentual não inferior a 50% do lucro líquido disponível no exercício, desde que sejam mantidas as reservas necessárias e suficientes para a eficiente operação e o desenvolvimento de seus negócios.

Consoante termos pactuados na emissão das Medium-Term Notes (Nota (16)), o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio fica limitado ao dobro dos dividendos mínimos previstos no estatuto social da Companhia.

(c) Reserva de incentivos fiscais

Anteriormente à adoção da Lei 11.638/07 e MP 449/08, o incentivo fiscal do imposto de renda (Nota 19 (d)) era classificado como reserva de capital sem transitar pelo resultado. A partir de 01 de janeiro de 2007, esse incentivo fiscal passou a ser lançado em conta de resultado do exercício, sendo destinado à conta de reserva de lucros por proposta da administração referendada pela assembleia geral. Independentemente da mudança determinada pela Lei 11.638/07 e MP 449/08, esse incentivo só pode ser utilizado para aumento de capital social ou absorção de prejuízo.

(d) Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) 25% para o pagamento de dividendos obrigatórios, não cumulativos, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais. Quando o valor do dividendo prioritário pago às ações preferenciais for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada: (i) no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais; (ii) se ainda houver saldo remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe "A", em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo. Em decorrência do prejuízo gerado

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

em 2008, a Companhia não destinou qualquer valor a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

(e) Ajustes de avaliação patrimonial

Esta rubrica, criada pela Lei 11.638/07, visa registrar valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram ainda pelo resultado do exercício, mas o farão no futuro. A Companhia mantém nesta conta os seguintes valores:

	Mar/09	Dez/08
Variação no valor justo de instrumentos financeiros:		
• ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquidos de imposto de renda (Nota 5)	6.538	7.998
• operações de <i>hedge</i> (Nota 23 (f.3)(iii))	(115.540)	(110.098)
Total	(109.002)	(102.100)

22 Contingências

(a) Convenção coletiva dos trabalhadores - Cláusula 4ª

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas Petroquímicas, Químicas, Plásticas e afins do Estado da Bahia ("SINDIQUÍMICA") e o Sindicato da Indústria Petroquímica e Resinas Sintéticas no Estado da Bahia ("SINPEQ") discutem, judicialmente, a exigibilidade da cláusula de indexação de salários constante da convenção coletiva de trabalho em face de norma de ordem pública (plano econômico) instituída em 1990 e que restringiu reajustes salariais. A Companhia operava fábricas na região em 1990 e é membro do SINPEQ.

O sindicato dos empregados pleiteia o reajustamento dos salários de forma retroativa. Em dezembro de 2002, o STF confirmou decisão anterior do Tribunal Superior do Trabalho determinando que a lei de política econômica prevalece sobre a convenção coletiva e, portanto, nenhum reajuste é devido. Em 2003, o SINDIQUÍMICA opôs Embargos de Declaração contra esta última decisão, os quais, em 31 de maio de 2005, foram rejeitados por unanimidade.

Em 24 de outubro de 2005, o SINDIQUÍMICA interpôs Embargos de Divergência. O recurso foi encaminhado para a cota da Procuradoria Geral da República que apresentou parecer integralmente favorável ao SINPEQ em novembro de 2006. O julgamento do recurso foi iniciado em 28 de junho de 2007, estando suspenso por pedido de vistas de um dos julgadores.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração, com base na opinião dos seus advogados externos, entende que o desfecho da ação será favorável ao SINPEQ e, desta forma, não foi provisionado qualquer valor em relação a essa causa.

(b) **Compensação de créditos tributários**

Entre maio e outubro de 2000, as incorporadas OPP Química e Trikem realizaram compensações de tributos federais próprios com créditos-prêmio de IPI cedidos por empresa comercial exportadora ("Cedente"). As referidas compensações foram homologadas pelas autoridades fiscais em São Paulo (DERAT/SP), através da emissão de Documentos Comprobatórios de Compensação ("DCC's"), cuja expedição se deu por força de liminar em Mandado de Segurança ("MS SP"). A Cedente também impetrou Mandado de Segurança contra as autoridades fiscais no Rio de Janeiro (DERAT/RJ) ("MS RJ"), objetivando, da mesma forma, assegurar o direito ao ressarcimento do crédito-prêmio de IPI e sua compensação, inclusive com débitos de terceiros. O MS SP foi extinto sem julgamento do mérito, firmando-se assim a competência da autoridade administrativa e da jurisdição do Rio de Janeiro para dispor sobre o crédito da Cedente.

Em junho de 2005, a DERAT/SP editou portarias que cancelaram os DCC's. Com base nas referidas portarias, a Delegacia da Receita Federal em Camaçari - BA encaminhou cartas-cobrança para a Companhia. Contra essas cobranças foram apresentadas manifestações de inconformidade, que não foram processadas administrativamente. Assim, em dezembro de 2005, foi inscrito em Dívida Ativa o montante de R\$ 276.620, referente aos supostos débitos da Companhia provenientes destas compensações.

Diversas medidas judiciais e administrativas foram adotadas pela Cedente e pela Companhia para demonstrar a regularidade e a legalidade das referidas compensações, em relação às quais os advogados de ambas as empresas classificam as possibilidades de êxito como prováveis, principalmente em função da validade e liquidez inequívoca dos créditos, confirmada em auditoria específica realizada pela DERAT/RJ.

Finalmente, em 3 de outubro de 2005, a Cedente obteve no Supremo Tribunal Federal decisão judicial favorável transitada em julgado no MS RJ, assegurando o direito definitivo ao aproveitamento dos créditos-prêmio de IPI relativos a todas as suas exportações, inclusive mediante compensações com débitos de terceiros. À vista da referida decisão, os advogados da Cedente e da Companhia entendem que as compensações efetuadas pelas incorporadas e devidamente homologadas pela DERAT/SP estão necessariamente convalidadas, razão pela qual também entendem como inexistentes os débitos tributários que estão sendo imputados à Companhia. Independentemente da referida decisão judicial transitada em julgado no MS RJ, os advogados da Cedente e da Companhia, além de jurista consultado a respeito do tema, entendem que os débitos objeto dos pedidos de compensação pelas incorporadas já estão totalmente extintos por força do instituto da

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

decadência.

Em janeiro de 2006, a Companhia foi intimada a apresentar garantia à execução fiscal no valor referido acima, a qual foi apresentada sob forma de apólice de seguro garantia judicial.

Não obstante os advogados da Companhia avaliarem as chances de êxito de todas as demandas acima como prováveis, na hipótese de insucesso em todos os processos, a Companhia ainda terá assegurado o valor exigido pela Fazenda Nacional através de ressarcimento integral junto à Cedente, conforme firmado em contrato de cessão celebrado em 2000.

(c) INSS

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais tendo por objeto matérias previdenciárias, os quais, em 31 de março de 2009, totalizavam R\$ 271.816, valor esse atualizado pela SELIC.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, que julgam como possíveis as possibilidades de êxito com esses processos, entende não ser devido qualquer valor relativo a essas notificações e, portanto, não constituiu provisões para esse fim.

(d) Outras demandas judiciais da Companhia e suas controladas

- A Companhia possui ações cíveis ajuizadas pelo controlador de uma ex-distribuidora de soda cáustica e pela transportadora que prestava serviços para essa ex-distribuidora, cujos valores, em 31 de março de 2009, totalizavam R\$ 28.609. Os autores tentam obter reparação de danos relativos ao alegado descumprimento do contrato de distribuição pela Companhia. A avaliação da Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos responsáveis pela condução dos casos, é que as ações possivelmente serão julgadas improcedentes e, por esta razão, não foram constituídas provisões.
- No segundo trimestre de 2005, os Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas e Químicas de Triunfo - RS e de Camaçari - BA ajuizaram ações reclamationárias requerendo o pagamento de horas extras em diversas ações. Para essas ações foram apresentadas as devidas contestações e a Administração da Companhia, baseada na posição de seus assessores jurídicos, não espera ter perdas ao final desses julgamentos.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Em 31 de março de 2009, a Companhia e suas controladas eram reclamadas em 1.312 ações indenizatórias e ações trabalhistas, incluídas as mencionadas anteriormente, cujos valores envolvidos totalizavam, aproximadamente, R\$ 296.273 (R\$ 223.282 em dez/08). Com base nas avaliações dos assessores jurídicos externos, grande parte dessas ações deverá ser julgada procedente à Companhia. Para os processos com perda provável, a Companhia e suas controladas mantêm provisão de R\$ 18.382.
- A controlada Copesul foi autuada pela SRF, em 1999, constituindo crédito de IRPJ e CSL no período-base de 1994 relativo à correção monetária de balanço e resultado de equivalência patrimonial, decorrentes do reconhecimento contábil de dividendos distribuídos por controlada no exterior. O montante atualizado da causa é de R\$ 21.308. O processo aguarda julgamento de recurso interposto pela Fazenda Nacional junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Os assessores jurídicos da Copesul avaliam como possível a chance de êxito desse processo.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos

A Companhia detinha em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro 2008 os seguintes instrumentos financeiros não-derivativos, segundo a definição dada pelo CPC 14.

Identificação	Valor no balanço patrimonial (ativos e passivos)		Posição	Valor justo	
	Mar/09	Dez/08		Mar/09	Dez/08
1. Adiantamentos de contratos de câmbio	(361.648)	(149.852)	Passiva	(361.648)	(149.852)
2. Capital de giro/Operações estruturadas	(898.389)	(905.216)	Passiva	(898.389)	(905.216)
3. BNDES	(227.845)	(236.290)	Passiva	(227.845)	(236.290)
4. Eurobonds	(3.009.460)	(3.023.099)	Passiva	(2.416.450)	(2.440.389)
5. Financiamentos de matérias-primas	(21.548)	(21.532)	Passiva	(21.548)	(21.532)
6. Fundos de investimento em moeda externa	106.697	107.279	Ativa	106.697	107.279
7. Medium Term Notes	(593.481)	(618.684)	Passiva	(630.138)	(643.028)
8. Pré-pagamentos de exportações	(3.567.782)	(4.000.282)	Passiva	(3.567.782)	(4.000.282)
9. Financiamentos para projetos (NEXI)	(165.996)	(195.713)	Passiva	(165.996)	(195.713)
10. "Time Deposits"	544.463	522.212	Ativa	544.463	522.212
11. Títulos do Tesouro americano	327.348	331.452	Ativa	327.348	331.452
12. Debêntures	(817.371)	(826.276)	Passiva	(797.462)	(803.360)
13. Fundo de investimento exclusivo	1.744.964	1.714.355	Ativa	1.744.964	1.714.355
14. Aplicações de renda fixa	23.785	102.895	Ativa	23.785	102.895

Informações detalhadas sobre estes instrumentos financeiros encontram-se nas notas explicativas de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 4), "Títulos e valores mobiliários" (Nota 5) e "Financiamentos" (Nota 16), e "Debêntures" (Nota 17).

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Riscos e instrumentos financeiros derivativos

(a) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de preços de *commodities*, taxas de câmbio e taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras, contas a receber e derivativos.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com uma Política de Gestão Financeira e com uma Política de Gestão de Riscos. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(b) Exposição a riscos cambiais

A Companhia tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. Os insumos e produtos da Companhia têm preços denominados ou fortemente influenciados pelas cotações internacionais de *commodities*, as quais são usualmente denominadas em dólares. Adicionalmente, a Companhia tem utilizado captações de longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira. A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre dívida em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras e derivativos. A política da Companhia para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente.

(c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da LIBOR. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI diário.

(d) Exposição a riscos de *commodities*

A Companhia está exposta à variação de preços de diversas “*commodities*” petroquímicas, em especial, a de sua principal matéria-prima, a nafta. A Companhia procura repassar as oscilações de preços dessa matéria-prima provocadas pela flutuação da cotação internacional. No entanto, parte de suas vendas podem ser realizadas através de contratos de preços fixos ou com banda de flutuação máxima e/ou mínima. Tais contratos podem ser acordos comerciais ou contratos de derivativos associados a vendas

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

futuras. Em 31 de março de 2009, a Companhia não apresenta nenhum destes contratos em aberto.

(e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e outras contas a receber, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte, ponderando as concentrações de acordo com o “*rating*” e os preços observados diariamente no mercado de “*Credit Default Swaps*” referenciados às instituições, bem como celebrando contratos de compensação (“*netting*”) que minimizam o risco de crédito total decorrente das diversas operações financeiras celebradas entre as partes.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com os seguintes propósitos:

f.1) Hedge: As atividades de “*hedge*” são executadas em conformidade com as políticas da Companhia. A Política de Gestão Financeira prevê um programa contínuo de *hedge* de curto prazo para o risco cambial proveniente de suas operações e de itens financeiros. Os demais riscos de mercado são abordados na medida em que são introduzidos por cada operação. De um modo geral, a Companhia inclui o julgamento da necessidade de “*hedge*” durante a análise de operações prospectivas e procura realizar o *hedge* sob medida para as operações consideradas, além de preservar o *hedge* pelo prazo integral da operação que estiver sendo coberta.

A Companhia pode eleger derivativos como “*hedge*” para aplicação de Contabilidade de *Hedge*, conforme o CPC 14. A designação de *hedge* não é obrigatória. Em geral, a Companhia elegerá designar derivativos como “*hedge*” quando for esperado que a aplicação proporcione uma melhoria relevante na demonstração do efeito compensatório dos derivativos sobre as variações dos itens objeto de *hedge*.

Em 31 de março de 2009, a Companhia detinha contratos derivativos financeiros sobre um total nominal de R\$1.958.177 (R\$ 1.973.982 em 31 de dezembro de 2008), sendo R\$ 1.678.520 relacionados a operações de *hedge* designadas como tais e R\$ 279.657

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

para outras operações de *hedge* (ver (f).i.a e (f).i.b abaixo). Não havia derivativos utilizados para outros propósitos.

f.2) Modificar o retorno de outros instrumentos: a Companhia pode utilizar derivativos para modificar o retorno de aplicações ou a taxa de juros ou o índice de correção de passivos financeiros, conforme seu julgamento sobre as condições mais adequadas à Companhia. Quando o risco do retorno modificado por meio de derivativo é substancialmente menor para a Companhia, a transação é considerada um "*hedge*". Quando a Companhia utiliza derivativos para modificar os retornos de aplicações, ela procura igualar as obrigações que terá em virtude do derivativo aos direitos representados pelas aplicações. Quando ela utiliza derivativos para modificar a taxa de juros ou o índice de correção de passivos, ela procura igualar os direitos que terá em virtude do derivativo às obrigações representadas nos passivos. Essas operações de modificação do retorno de aplicações, ou da taxa de juros ou índice de correção de compromissos financeiros, são realizadas para um montante não superior ao da aplicação ou compromisso subjacente. A Companhia não efetua posições alavancadas com derivativos. Em 31 de março de 2009, a Companhia não tinha operação com esse propósito.

f.3) Monetização de certos riscos: a Companhia pode utilizar derivativos para monetizar certos riscos que ela julgar aceitáveis em decorrência do seu perfil exportador. Ao monetizar um risco, a Braskem auferirá uma receita financeira em troca de compensar a contraparte na ocorrência de um evento específico. Em 31 de março de 2009, a Companhia não tinha operação com esse propósito.

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de março de 2009 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes financeiras de grande porte, sob o abrigo de contratos globais de derivativos, no Brasil ou no exterior.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo conforme o valor justo represente um saldo positivo ou negativo para a Companhia, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são obrigatoriamente classificados como "mantidos para negociação". As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificar para contabilidade de "*hedge* de fluxo de caixa" no período em questão.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor justo de derivativos é obtido:

- de fontes públicas, quando o derivativo é negociado em bolsa;
- por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o derivativo é uma compra ou venda a termo ou contrato de “swap”.
- por modelos de avaliação de contratos de opções, tais como o modelo *Black-Scholes*, quando o derivativo possui características de opção.

As premissas de avaliação (“inputs” dos modelos) são obtidas de fontes que refletem os preços observáveis mais atuais de mercado, particularmente as curvas de juros e de cotações futuras de moedas divulgadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros, as taxas de câmbio à vista divulgadas pelo Banco Central do Brasil, e as curvas internacionais de juros divulgadas por serviços de cotações largamente conhecidos, como *Bloomberg* ou *Reuters*.

Em 31 de março de 2009, a Companhia não possuía derivativos que necessitassem de premissas não-observáveis para o cálculo do seu valor justo.

A tabela abaixo mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes em 31 de março de 2009 ou que tenham produzido efeitos financeiros no primeiro trimestre de 2009. A coluna “Recebimentos (pagamentos)” mostra os valores recebidos ou pagos por liquidações efetuadas ao longo do primeiro trimestre de 2009, e a coluna “Receita (despesa)” mostra o efeito reconhecido em receita ou despesa financeira associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos no primeiro trimestre de 2009:

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Receita (despesa) (R\$ mil)	Valor justo (R\$ mil)	
						Mar/09	Dez/08
Swap de iene- CDI (nota 23 i.a)	R\$ mil 279.655	Jun/2012	Hedge cambial do financiamento NEXI	(5.717)	(16.013)	(4.734)	5.562
Swaps de taxa de juros (Libor- fixa) (nota 23 i.b)	US\$ mil 725,000	Out/2013	Hedge de taxa de juros (designado para contabilidade de hedge)		(697)	(114.189)	(109.444)

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

i) Operações existentes em 31 de março de 2009

Em 31 de março de 2009, a Companhia e suas controladas detinham os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

i.a) “Swaps” ligados ao financiamento de projetos (NEXI)

A Companhia detinha em 31 de março de 2009 quatro contratos de “swap” de moedas com valor nominal total de R\$ 279.655, contratados para “hedge” de financiamentos captados em ienes a taxas de juros flutuantes com vencimentos em março e junho de 2012. O objetivo desses “swaps” é compensar o risco de flutuação da taxa de câmbio entre o real e o iene proveniente dos financiamentos, e compensar o risco da variação de despesas futuras com o pagamento de juros. O prazo, montante, datas de liquidação e taxa de juros em ienes dos “swaps” coincidem com os termos do financiamento. A Companhia tem a intenção de manter esses “swaps” até a liquidação do financiamento.

As características de cada operação de “swap” estão listadas abaixo:

Identificação	Valor nominal,		Vencimento	Valor justo	
	R\$ mil	Taxa de juros		Mar/09	Dez/08
Swap NEXI I	28.987	104,29%CDI	jul/12	517	2.192
Swap NEXI II	136.495	101,85%CDI	mar/12	(8.504)	(6.587)
Swap NEXI III	91.851	103,98%CDI	jun/12	2.258	7.637
Swap NEXI IV	22.322	103,98%CDI	jun/12	995	2.320
	<u>279.655</u>			<u>(4.734)</u>	<u>5.562</u>

Esses contratos podem requerer que a Braskem efetue depósitos de garantias em certas condições. Em 31 de março de 2009, não havia nenhum depósito de garantias colocado pela Braskem em relação a esses derivativos. As contrapartes nessas operações são bancos de primeira linha com “rating” de crédito A, ou melhor, concedidos pelas agências Moody’s, Standard & Poors ou Fitch, o que é coerente com as taxas de desconto utilizadas para refletir o risco de crédito das contrapartes.

A Companhia elegeu não designar esses swaps como “hedge” para aplicação de contabilidade de hedge, dado que o risco principal protegido, o da variação da taxa de câmbio, é satisfatoriamente representado pelos resultados concomitantes de variação cambial do financiamento e de variação do valor justo do derivativo. Conseqüentemente, as variações periódicas do valor justo dos “swaps” são registradas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. No primeiro trimestre de 2009, a Companhia reconheceu uma despesa financeira de R\$ 16.013 referente à variação de valor justo desses “swaps” entre 31 de dezembro de 2008 e 31 de março de 2009.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

i.b) “Swaps” de taxas de juros ligados ao pré-pagamento de exportações

A controlada Braskem Inc. detinha, em 31 de março de 2009, nove contratos de “swap” de taxa de juros com valor nominal total de US\$ 725,000 mil, contratados sobre dívidas de pré-pagamento de exportação contraídas em dólares e a taxas de juros flutuantes (base Libor) em outubro de 2008, para vencimento em outubro de 2013. Nesses “swaps”, a controlada Braskem Inc. recebe taxas flutuantes (Libor) e paga taxas fixas, periodicamente, de forma coincidente com o fluxo de caixa da dívida de pré-pagamento. O objetivo desses “swaps” é compensar a variação de despesas financeiras futuras da dívida causadas pela flutuação da Libor. O prazo, montante, datas de liquidação, e taxa de juros flutuantes coincidem com os termos da dívida. A Companhia e sua controlada têm a intenção de manter esses “swaps” até a liquidação do financiamento.

Esses “swaps” foram designados como “hedge de fluxo de caixa” do risco de flutuação da Libor das dívidas especificadas, para fins de contabilidade de *hedge*. As variações periódicas efetivas do valor justo dos derivativos designados como “hedge de fluxo de caixa” que forem altamente efetivos em compensar as variações de fluxo de caixa do item hedgeado são reconhecidas no Patrimônio líquido em “Ajustes de Avaliação Patrimonial” até a data em que a respectiva variação do objeto de *hedge* impactar o resultado. Os impactos da Libor sobre o item objeto de *hedge* são esperados impactar os resultados da controlada em cada período de apropriação de juros da dívida, iniciando na data de desembolso e até o seu vencimento.

A Companhia e sua controlada testam a efetividade desses “hedges” em cada data de encerramento de período de reporte pelo método da compensação monetária cumulativa. Por este método, o *hedge* é considerado efetivo se a variação de fluxo de caixa dos derivativos estiver entre 80% e 125% da variação do item hedgeado causada pelo risco que estiver sendo coberto. O teste de efetividade de 31 de março de 2009 demonstrou que os derivativos foram altamente efetivos em compensar as variações do item hedgeado causadas pela flutuação da Libor durante o período desde a contratação dos derivativos até o encerramento do período de reporte, e que todas as demais condições para qualificação desses instrumentos para contabilidade de *hedge* foram atendidas. Conseqüentemente, a parcela efetiva da variação de valor justo dos derivativos, no valor de (R\$ 4.745), foi registrada como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”. A controlada também reclassificou do saldo de Ajuste de avaliação patrimonial, R\$ 697, para receita financeira, referente à parcela do efeito compensatório dos derivativos sobre o item hedgeado com competência no primeiro trimestre de 2009.

00482-0 BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70
----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As características das operações de “swap” estão listadas abaixo:

Identificação	Valor nocional US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	Valor justo	
				Mar/09	Dez/08
Swap EPP I	100.000	3,9100	out/13	(16.309)	(15.657)
Swap EPP II	100.000	3,9100	out/13	(16.309)	(15.657)
Swap EPP III	100.000	3,9525	out/13	(16.697)	(16.046)
Swap EPP IV	25.000	3,8800	out/13	(4.009)	(3.845)
Swap EPP V	50.000	3,5675	out/13	(6.591)	(6.259)
Swap EPP VI	100.000	3,8800	out/13	(16.035)	(15.382)
Swap EPP VII	50.000	3,5800	out/13	(6.648)	(6.316)
Swap EPP VIII	100.000	3,8225	out/13	(15.510)	(14.855)
Swap EPP IX	100.000	3,8850	out/13	(16.081)	(15.427)
				(114.189)	(109.444)

A coluna “Taxa de Juros” contém a taxa fixa contratual que a Companhia paga em troca de receber Libor.

Esses contratos podem requerer que a controlada Braskem Inc. efetue depósitos de garantias em certas condições. Em 31 de março de 2009, não havia nenhum depósito de garantias colocado pela controlada em relação a esses derivativos. As contrapartes nessas operações são bancos com “rating” de crédito “A” ou melhor concedidos pelas agências Moody’s, Standard & Poors ou Fitch, o que é coerente com as taxas de desconto utilizadas para refletir o risco de crédito das contrapartes.

O valor em risco dos derivativos detidos pela Companhia em 31 de março de 2009, definido como a maior perda que pode ocasionar em um mês em 95% dos casos, em condições normais de mercado, foi estimado pela Companhia em R\$ 48.386 para os swaps EPP e R\$ 27.751 para os swaps NEXI.

ii) Exposição por contraparte

A exposição em aberto da Braskem e suas controladas ao risco de inadimplemento das contrapartes em instrumentos financeiros derivativos é listada na tabela abaixo, considerando os valores de mercado dos derivativos somados às garantias:

Contraparte	Principal	Exposição Mar/09
Citibank	306.254	(12.782)
JPMorgan	74.452	(8.505)
Calyon	408.975	(27.297)
BBVA	467.400	(32.618)
Santander	602.697	(37.722)

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iii) Componentes de Ajustes de avaliação patrimonial devidos a operações de *hedge*

A Companhia designou certos derivativos como “*hedge* de fluxo de caixa”, o que gerou saldos finais de Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP). O resumo da movimentação dos componentes de Ajustes de avaliação patrimonial é dado abaixo:

Ítem	Saldo de AAP em Dez/08	Reclassificações para despesa (receita) no 1T 2009 por atingimento da competência	Movimentações da parcela efetiva de <i>hedges</i>	Movimentações devidas a recuperação de efetividade	Saldo de AAP em Mar/09
<i>Swaps</i> EPP	(110.098)	(697)	(4.745)		(115.540)

Os componentes de compensação altamente efetiva e de parcela inefetiva da variação de valor justo dos derivativos, bem como reclassificações de valores relativos ao atingimento da competência dos *hedges*, no período, foram reconhecidos da seguinte forma:

1. Valor justo						
Ítem	Mar-09	Dez-08	2.Recebimentos (pagamentos)	3. Ganho (Perda) no período, deste:	3.a Reconhecidos em receita (despesa)	3.b Reconhecido em AAP
<i>Swaps</i> EPP	(114.189)	(109.444)		(4.745)	697	(5.442)

(g) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de preços de *commodities*, taxas de câmbio, taxas de juros, ações e índices de ações, índices de preços, e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos a essas variáveis são apresentadas abaixo.

i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: a) a taxa de câmbio dólar-real; b) a taxa de câmbio iene-real; c) a taxa de juros flutuante Libor.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

ii) Seleção dos Cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, e nos itens cobertos por operações de "hedge". Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia, tal como o devido a revalorização de estoques e receitas e custos futuros. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Braskem.

O cenário provável foi considerado o publicado pela pesquisa FOCUS divulgada pelo Banco Central do Brasil em 27 de março de 2009. Para as variáveis de taxa de juros não incluídas na pesquisa FOCUS, o cenário provável considerado foi de mesma variação percentual do CDI. Para as variáveis de taxa de câmbio não incluídas na pesquisa FOCUS, o cenário provável considerado foi de mesma variação percentual do dólar-real.

Os cenários adversos possível e extremo para a taxa de câmbio dólar-real foram considerados, respectivamente, uma alta de 25% e 50% da cotação do dólar em relação ao dólar de fechamento do primeiro trimestre de 2009.

Os cenários adversos possível e extremo para a taxa de câmbio iene-real foram considerados, respectivamente, uma alta de 25% e 50% da cotação do iene em reais em relação ao iene de fechamento do primeiro trimestre de 2009.

Os cenários adversos possíveis e extremos para a taxa de juros Libor foram considerados, respectivamente, uma baixa de 25% e 50% da cotação da Libor em relação ao seu nível final no primeiro trimestre de 2009.

Os valores de sensibilidade nas tabelas abaixo são de variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário, com exceção da tabela (v), que apresenta as variações de fluxos de caixa futuros.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

iii) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar-real

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, incluindo derivativos e itens por eles cobertos, à variação da taxa de câmbio dólar-real, é apresentada na tabela abaixo.

Instrumento	Provável	Adverso possível (25%)	Adverso extremo (50%)
Adiantamentos de contratos de câmbio	2.353	(89.596)	(179.192)
Adiantamento sobre cambiais entregues	21	(816)	(1.632)
Capital de giro/Operações estruturadas	5.898	(224.597)	(449.194)
BNDES	1.302	(49.568)	(99.137)
Eurobonds	19.758	(752.365)	(1.504.730)
Financiamentos de matérias primas	141	(5.387)	(10.774)
Fundos de investimento em moeda externa	(700)	26.674	53.349
Medium Term Notes	3.896	(148.370)	(296.741)
Pré-pagamento de exportações	14.375	(547.385)	(1.094.770)
"Time Deposits"	(3.575)	136.123	272.247
Títulos do tesouro americano	(2.149)	81.837	163.674
Dívida de pré-pagamento de exportações, mais hedge, sendo:	7	(257)	(515)
Dívida de pré-pagamento	11.249	(428.362)	(856.724)
Swap EPP (ver (f).i.b)	(11.243)	428.105	856.209

iv) Sensibilidade à taxa de câmbio iene-real

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, incluindo derivativos e itens por eles cobertos, à variação da taxa de câmbio iene-real, é apresentada na tabela abaixo.

Instrumento	Provável	Adverso possível (25%)	Adverso extremo (50%)
Financiamento para projetos (NEXI), mais hedge, sendo:	7	(282)	(564)
Dívida (NEXI)	1.090	(41.499)	(82.998)
Swaps (NEXI) (ver (f).i.a)	(1.082)	41.217	82.434

v) Sensibilidade dos fluxos de caixa futuros a taxa de juros flutuantes Libor

A sensibilidade das receitas e despesas futuras com juros de cada instrumento financeiro, incluindo o efeito de derivativos e itens por eles cobertos, é apresentada na tabela abaixo. Os números representam o impacto nas receitas (despesas) financeiras considerando o prazo médio do respectivo instrumento.

Instrumento	Provável	Adverso Possível (25%)	Adverso Extremo (50%)
BNDES	1.242	(1.721)	(3.412)

00482-0 BRASKEM S.A.		42.150.391/0001-70	
06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS			
Capital de giro\Operações estruturadas	16.937	(22.784)	(44.442)
Financiamentos de matérias-primas	109	(152)	(301)
Pré-pagamento de exportações	9.078	(12.620)	(25.072)
Dívida de pré-pagamento de exportações, mais hedge, sendo:			
Dívida de pré-pagamento	12.290	(16.984)	(33.627)
Swap EPP (ver (f).i.b)	(12.290)	16.984	33.627

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	Mar/09	Mar/08	Mar/09	Mar/08
Receitas financeiras:				
Receita de juros	72.510	50.462	61.453	34.386
Variações monetárias	27.855	7.833	27.793	11.520
Variações cambiais	(64.444)	(44.230)	(56.249)	(46.224)
Ganhos em operações com derivativos	13	(4.821)	13	3.218
Outras	1.999	1.452	1.654	2.162
	<u>37.933</u>	<u>10.696</u>	<u>34.664</u>	<u>5.062</u>
Despesas financeiras:				
Despesas com juros	(185.093)	(114.423)	(175.855)	(127.086)
Variações monetárias	(50.427)	(37.683)	(49.939)	(37.294)
Variações cambiais	127.146	28.949	118.915	51.455
Perdas em operações com derivativos	(16.014)	(4.624)	(16.014)	(7.387)
Débitos tributários – SELIC	(18.616)	(25.106)	(18.617)	(25.308)
Despesas tributárias sobre operações financeiras	(11.802)	(6.409)	(12.421)	(7.214)
Descontos concedidos	(40.892)	(20.363)	(42.744)	(23.761)
Custos de transação de captação - amortização	(2.668)		(2.670)	
Ajuste a valor presente – apropriação	(19.067)	(20.379)	(32.439)	(20.427)
Outras	(11.153)	(23.507)	(11.422)	(27.281)
	<u>(228.586)</u>	<u>(223.545)</u>	<u>(243.206)</u>	<u>(224.303)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(190.653)</u>	<u>(212.849)</u>	<u>(208.542)</u>	<u>(219.241)</u>

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	Mar/09	Mar/08	Mar/09	Mar/08
Aluguéis de instalações e concessão de direito de uso	286	8.896	286	8.896
Incentivos fiscais e recuperação de tributos (i)	96.405	5.883	96.414	7.989
Resultado na venda de materiais diversos	(13.902)	(2.596)	(13.902)	(2.596)
Indenizações securitárias	10.807	227	10.807	227
Ajustes de inventário e outros	20.107	(3.570)	20.078	(3.656)
Outras	2.052	12.130	3.482	12.744
	<u>115.755</u>	<u>20.970</u>	<u>117.165</u>	<u>23.604</u>

(i) No 1º trimestre de 2009 a Companhia reconheceu contabilmente o valor de R\$ 96.562 resultante do êxito no processo iniciado pela incorporada Copesul contestando o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS instituído pela Lei 9.718/98.

26 Outras receitas e despesas, líquidas

Em outras receitas do primeiro trimestre de 2008 está incluído o valor de R\$ 252.105 referente a venda do investimento na Petroflex (Nota 1(b)). O valor do custo do investimento na data da alienação, no montante de R\$ 136.538 foi registrado como outras despesas.

27 Cobertura de seguros

A Braskem e suas controladas possuem um amplo programa de gerenciamento de riscos que proporciona cobertura e proteção para todos os seus ativos patrimoniais seguráveis, bem como para possíveis perdas com interrupção da produção, através de uma apólice do tipo "All Risks". Esta apólice tem como Limite Máximo de Indenização o valor considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza das atividades da Companhia, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros. A apólice vigente foi contratada para o período de outubro de 2008 a março de 2010 engloba as coberturas abaixo relacionadas:

Cobertura	Braskem		IQ
	US\$	R\$	R\$
Limite máximo de indenização para estoques, imobilizado e lucros cessantes, por evento	2,000,000		71.751
Valor dos ativos segurados		17.606.115	71.751

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, são contratados seguros de transportes, vida em grupo, riscos diversos e veículos. As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28 Planos de previdência privada

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são avaliados de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000.

(a) ODEPREV

A Companhia mantém um plano de contribuição definida para seus empregados administrado pela ODEPREV, entidade fechada de previdência privada instituída pela Odebrecht S.A. A ODEPREV proporciona aos seus participantes, integrantes das empresas patrocinadoras, o plano optativo de contribuição definida, no qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria onde são acumuladas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

Em 31 de março de 2009, a massa de participantes na ODEPREV está composta por 2.648 participantes ativos (Mar/08 – 2.500) e as contribuições da Companhia no primeiro trimestre de 2009 foram de R\$ 1.729 (1º trimestre de 2008 – R\$ 1.453) e dos participantes de R\$ 4.276 (1º trimestre de 2008 – R\$ 3.708).

(b) PETROS - Fundação PETROBRAS de Seguridade Social

A Copesul e os seus empregados contribuem como mantenedores da PETROS - Fundação PETROBRAS de Seguridade Social, em planos de aposentadoria e pensão de benefício definido.

Em 2009, a taxa sobre o salário de contribuição foi de 12,93% sobre o total de proventos dos empregados vinculados ao plano. Em 31 de março de 2009, a massa de participantes está composta por 358 participantes ativos e as contribuições da Companhia no primeiro trimestre de 2009 foram de R\$ 1.156 (1º trimestre de 2008 – R\$ 1.536) e dos participantes de R\$ 1.238 (1º trimestre de 2008 – R\$ 1.082).

Conforme previsão no regulamento da PETROS e legislação pertinente, caso se verifique relevante insuficiência de reservas técnicas, as mantenedoras e participantes contribuirão com aporte financeiro adicional ou haverá uma adequação dos benefícios do plano aos

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

recursos disponíveis. Não ocorreu, até a data de encerramento do trimestre, necessidade de qualquer suplementação.

(c) COPESULPREV – Plano Copesul de Previdência Complementar

O Conselho de Administração da Copesul, em maio de 2003, aprovou a institucionalização do Plano Copesul de Previdência Complementar, denominado COPESULPREV, um plano fechado, na modalidade de contribuição definida. Esse plano visa atender os colaboradores não abrangidos pelo plano PETROS, hoje fechado a novos ingressos. A administração do plano se dará através da PETROS - Fundação PETROBRAS de Seguridade Social, de forma independente, desvinculado de qualquer outro plano de previdência hoje administrado por aquela entidade, atendendo os dispositivos da Lei Complementar nº 109/2001.

A massa de participantes está composta por 505 participantes ativos e as contribuições da Companhia no primeiro trimestre de 2009 foram de R\$ 401 (1º trimestre de 2008 – R\$ 398) e dos participantes de R\$ 324 (1º trimestre de 2008 – R\$ 330).

(d) Fundação Francisco Martins Bastos – FFMB

A incorporada IPQ é patrocinadora da Fundação Francisco Martins Bastos - FFMB, entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a administração e execução de plano de benefício definido de natureza previdenciária aos funcionários do Grupo Ipiranga.

A massa de participantes está composta por 317 participantes ativos e as contribuições da Companhia no primeiro trimestre de 2009 foram de R\$ 757 (1º trimestre de 2008 – R\$ 415) e dos participantes de R\$ 205 (1º trimestre de 2008 – R\$ 251).

29 Compromissos de compra de matéria-prima

A Companhia mantém contratos de compra de energia elétrica para consumo em suas instalações industriais localizadas nos estados de Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul. O compromisso anual mínimo estabelecido nesses contratos monta a R\$ 332.100.

A Braskem comprou nafta e condensado mediante contratos que alcançaram no primeiro trimestre de 2009 o equivalente a R\$ 1.094.797 (não auditado), com base no preço de mercado praticado em 31 de março de 2009.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30 Evento subsequente

Em Assembléia Geral Extraordinária da Braskem realizada em 30 de abril de 2009 foi aprovada a incorporação da Petroquímica Triunfo ("Triunfo"). Essa incorporação é a última etapa do acordo celebrado em 30 de novembro de 2007 entre a Petrobras, Petroquisa, Odebrecht e Norquisa. A Assembléia Geral Extraordinária da Triunfo que deliberará sobre a incorporação será realizada no dia 05 de maio de 2009. Os efeitos das decisões da Assembléia da Braskem ficam pendentes até a aprovação da incorporação pela Assembléia da Triunfo. A Triunfo é uma empresa da segunda geração petroquímica produtora de resinas termoplásticas, situada no Pólo Petroquímico de Triunfo, Rio Grande do Sul. A data base da incorporação é 31 de dezembro de 2008 e as variações patrimoniais da Triunfo ocorridas entre a data base e a data da incorporação serão reconhecidas pela Companhia em conta de equivalência patrimonial.

O acervo líquido da Triunfo a ser incorporado pela Braskem foi avaliado a valor contábil e monta R\$ 117.989. Desse montante, R\$ 97.379 serão destinados à conta do capital e R\$ 20.610 serão destinados à conta de reserva de capital. A relação de substituição das ações de emissão da Triunfo por ações de emissão da Braskem foi estabelecida a partir de avaliação econômico financeira das empresas elaborada por perito independente. Serão emitidas 13.387.157 ações preferenciais classe "A" da Braskem para serem entregues aos acionistas da Triunfo.

A partir desta incorporação, o capital social da Braskem passou a ser de R\$ 5.473.180, dividido em 520.928.154 ações, sendo 190.462.446 ações ordinárias, 329.871.890 ações preferenciais classe "A" e 593.818 ações preferenciais classe "B". Com a implementação da incorporação, a Petrobras, por intermédio de sua subsidiária Petroquisa, passará a deter aproximadamente (i) ações ordinárias equivalentes a 31% (trinta e um por cento) do capital votante; (ii) ações preferenciais classe "A" equivalentes a 22,1% (vinte e dois vírgula um por cento) do capital preferencial; e (iii) 25, 3% (vinte e cinco vírgula três por cento) do capital total da Braskem.

O acionista da Triunfo que dissente de deliberação da assembléia geral que aprovam a incorporação poderá exercer direito de recesso, mediante o reembolso do valor de suas ações, conforme previsto na Lei nº 6.404/76. O direito de retirada deverá ser exercido em até 30 dias contados da publicação da ata da assembléia que aprovar a incorporação, conforme previsto no §2º do artigo 137 da Lei 6.404/76. Considerando que o Estatuto Social da Triunfo não contempla recesso a valor econômico, os acionistas da Triunfo dissidentes da deliberação que aprovou a Incorporação terão direito ao reembolso de suas ações no valor de R\$ 1,854632473 por ação, estabelecido pela avaliação do patrimônio líquido contábil da Triunfo realizada na data-base. O pagamento do reembolso pela Braskem dependerá da efetivação da incorporação, conforme previsto no artigo 230 da Lei nº 6.404/76, e será feito a partir do primeiro dia útil seguinte ao fim do prazo de 40 (quarenta) dias contados da publicação da ata da Assembléia que aprovou a incorporação.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Tendo em vista a existência de ação judicial em que a acionista minoritária Petroplastic Indústria de Artefatos Plásticos Ltda. ("Petroplastic") pleiteia o reconhecimento do direito de preferência à subscrição de ações preferenciais classe "A" de emissão da Triunfo nos aumentos de capital realizados em 12.07.85, 09.01.86, 21.08.86 e 05.12.06 (Processo nº 10500819983), e considerando que se encontra em curso a execução do julgado proferido nos autos daquele processo, 579.052 ações preferenciais classe "A" de emissão da Braskem, as quais correspondem, de acordo com a relação de substituição, a 2.751.785 ações de emissão da Triunfo, serão reservadas para garantir o cumprimento da decisão no processo acima. O número de ações de emissão da Braskem que serão reservadas foi definido com base no número máximo de ações objeto da discussão judicial, considerando-se o laudo pericial já produzido nos autos da citada ação.

A incorporação foi informada às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Secretaria de Direito Econômico – SDE e Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE) juntamente com as demais operações de integração de ativos petroquímicos na Braskem previstas no acordo de investimentos acima mencionado. Em 9 de julho de 2008, o CADE aprovou a operação sem restrições, conforme noticiado no Fato Relevante divulgado em 10 de julho do mesmo ano.

O balanço patrimonial da Triunfo, em 31 de dezembro de 2008 (data base da incorporação), é o seguinte:

Ativo Circulante	163.615	Passivo Circulante	57.290
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.732	Empréstimos e Financiamentos	32.230
Títulos e Valores Mobiliários	7.073	Fornecedores	4.100
Clientes	63.659	Impostos, Taxas e Contribuições	2.855
Estoques	67.672	Dividendos a Pagar	8.732
Tributos a Recuperar	19.505	Salários e Encargos Sociais	7.119
Desp.Pagas Antecipadamente	108	Demais Provisões e Contas a Pagar	2.254
Demais Contas a Receber	3.866		
Ativo Não Circulante	48.955	Passivo Não Circulante	37.291
Ativo Realizável a Longo Prazo	10.036	Empréstimos e Financiamentos	30.290
Imp.Renda/C.Social Diferidos	6.520	Impostos e Contribuições a Recolher	7.001
Dep.Judiciais/Emp.Compulsórios	3.417	Patrimônio Líquido	117.989
Demais Contas a Receber	99	Capital Social Realizado	63.252
Outros Investimentos	32	Reservas de Capital	7.052
Ações do capital da Braskem S.A.	11.932	Outras Reservas de Lucro	40.525
Imobilizado	25.657	Ações em Tesouraria	(1.225)
Intangível	1.298	Ajustes de Avaliação Patrimonial	8.385
Ativo Total	212.570	Passivo Total	212.570

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Vide Comentário de Desempenho no grupo 8: “Comentário de Desempenho Consolidado”

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Comentário do Desempenho Consolidado

DESEMPENHO OPERACIONAL:

Desempenho do trimestre da Unidade de Polímeros

A Companhia estima que a demanda² por resinas termoplásticas no mercado brasileiro apresentou-se estável no 1T09 em relação ao 4T08 e com uma redução de cerca de 13% em relação ao 1T08. Esses resultados foram impactados principalmente pela contração econômica internacional no 4T08 cujos efeitos foram sentidos no mercado brasileiro até fevereiro de 2009.

As vendas de PE e PP da Braskem no mercado doméstico foram 12% e 9% menores, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução é explicada por: (i) queda abrupta da demanda e retração econômica vivenciada desde o início do 4T08, intensificada pelo movimento atípico de desestocagem da cadeia de plásticos que perdurou até fevereiro de 2009, (ii) altos volumes de importação e (iii) opção da Braskem em privilegiar rentabilidade a volume. Por outro lado, na comparação com o 4T08, as vendas de PE foram 4% maiores e as de PP 4% menores. Essa performance negativa de PP decorre de sua maior correlação com a performance dos setores de bens duráveis e agrícola, que foram bem retraídos até fevereiro de 2009. Por sua vez, as vendas de PE foram impactadas pelo melhor desempenho do setor de bens não duráveis neste período. Em março de 2009, com a lenta retomada da produção industrial no país, verificou-se uma tendência de normalização do mercado, onde alguns segmentos iniciaram o processo de recomposição dos estoques.

As vendas domésticas de PVC apresentaram um decréscimo de 33% em suas vendas comparados tanto com o mesmo período do ano anterior como com o 4T08. Tal resultado foi decorrente do movimento de desestocagem na cadeia do PVC ocorrido no 1T09, principalmente no segmento de tubos e conexões, e da parada programada no final de março na unidade de Alagoas. O volume de importados, por sua vez, permaneceu alto, com participação no mercado de 35%, advindos principalmente de países da América Latina e influenciado pela queda da demanda no mercado internacional, em especial dos Estados Unidos e Europa. Esse cenário levou a Companhia a um *market share* de 43% no trimestre, uma redução de 7 p.p. em relação ao trimestre anterior.

As exportações de resinas da Braskem, por sua vez, foram de 252 mil toneladas no 1T09, um aumento de mais de 100% em relação ao trimestre anterior. Na comparação com o 1T08, houve um aumento de 106%. Esse desempenho atípico reflete a busca de regularização dos estoques via oportunidades no mercado internacional, que mostraram sinais de recuperação de demanda e preços, com destaque para a Ásia.

Em decorrência desses movimentos no mercado brasileiro e internacional, as vendas totais de resinas apresentaram crescimento de 18% em relação ao trimestre anterior e 8% em relação ao 1T08. A produção de resinas no 1T09 atingiu o volume de 611 mil toneladas, um aumento de 2% em relação ao trimestre anterior. Em comparação ao 1T08, a redução foi de 13%. Nessa equação de crescimento de vendas em 18% e crescimento da produção em 2%, finalizamos o processo de ajuste dos estoques.

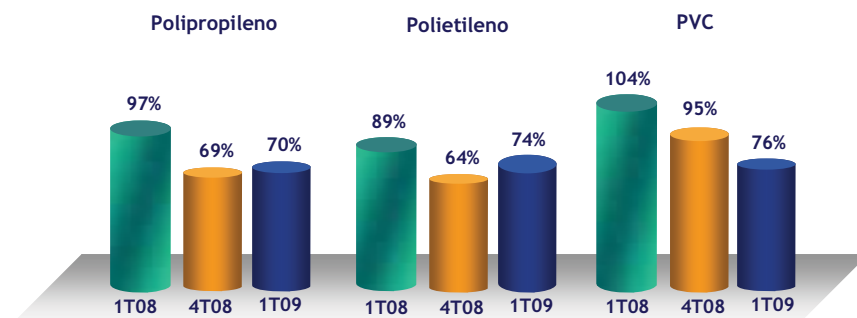
² A demanda foi medida via estimativa interna da Companhia, uma vez que a Abiquim não divulgou os números do 1T09 referentes ao nível de compras de resinas pelo mercado.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A evolução das taxas de utilização de capacidade para os principais produtos da Braskem consolidada está ilustrada a seguir:



Desempenho (t) Resinas Termoplásticas	1T09 (A)	4T08 (B)	1T08 (C)	Var% (A)/ (B)	Var% (A)/ (C)
Vendas Mercado Interno					
. PE's	212.986	204.195	241.893	4	(12)
. PP	135.002	140.038	148.452	(4)	(9)
. PVC	76.997	114.247	115.780	(33)	(33)
. Total Resinas	424.986	458.480	506.125	(7)	(16)
Vendas Mercado Externo					
. PE's	158.399	85.335	94.247	86	68
. PP	67.924	29.471	22.684	130	199
. PVC	25.813	2.150	5.642	1101	358
. Total Resinas	252.135	116.956	122.573	116	106
Vendas Totais					
. PE's	371.385	289.530	336.140	28	10
. PP	202.926	169.508	171.137	20	19
. PVC	102.810	116.397	121.422	(12)	(15)
. Total Resinas	677.120	575.436	628.698	18	8
Produção					
. PE's	332.920	294.202	397.486	13	(16)
. PP	178.877	181.511	175.991	(1)	2
. PVC	99.103	122.984	130.023	(19)	(24)
. Total Resinas	610.900	598.697	703.500	2	(13)

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Desempenho de Insumos Básicos

Ao longo do 1T09, a Braskem retomou gradativamente a taxa de utilização de suas unidades industriais, reduzidas no final de 2008. A decisão de retomada partiu do aquecimento da demanda, principalmente, no mercado externo, com destaque para Ásia. Como consequência, a taxa média de utilização do cracker de eteno no 1T09 foi de 73%, em linha com a taxa do 4T08. Em março a taxa de utilização já foi de 95%.

No 1T09 as vendas totais de eteno e propeno apresentaram um acréscimo de 5% em relação ao trimestre anterior, atingindo 176 mil toneladas. As vendas de BTX, por sua vez, apresentaram aumento de 13% no 1T09, principalmente decorrente da maior demanda de benzeno de Clientes no mercado interno, que retomaram ou que aumentaram sua capacidade produtiva.

Desempenho (t) Insumos Básicos	1T09 (A)	4T08 (B)	1T08 (C)	Var% (A)/ (B)	Var% (A)/ (C)
Vendas Mercado Interno					
. Eteno	80.388	88.161	106.395	(9)	(24)
. Propeno	78.764	57.241	96.757	38	(19)
. BTX*	104.786	68.163	83.951	54	25
Vendas Mercado Externo					
. Eteno	-	-	-	-	-
. Propeno	16.895	21.632	-	(22)	-
. BTX*	107.050	119.568	113.127	(10)	(5)
Vendas Totais					
. Eteno	80.388	88.161	106.395	(9)	(24)
. Propeno	95.659	78.873	96.757	21	(1)
. BTX*	211.836	187.731	197.078	13	7
Produção					
. Eteno	454.369	463.465	586.278	(2)	(22)
. Propeno	216.137	211.636	288.473	2	(25)
. BTX*	203.773	198.047	228.966	3	(11)

*BTX - Benzeno, Tolueno, Ortóxileno e Paraxileno

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

Receita Líquida

A receita líquida consolidada da Braskem no 1T09 foi de US\$ 1,4 bilhão, 25% menor que a receita registrada no trimestre anterior. Excluindo-se em ambos os períodos os efeitos do processamento

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

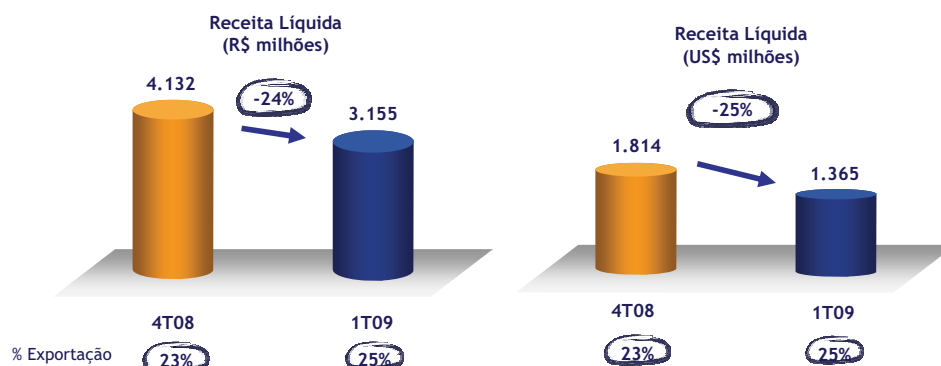
12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

de condensado da unidade do sul, a receita líquida caiu 29%. Em Reais, excluindo-se os efeitos do processamento de condensado, a redução da receita líquida foi de 28%.

Essa queda se deve a: (i) redução dos preços de resinas no mercado doméstico, com queda de cerca de 20%; (ii) aumento das exportações, com preços em dólares menores que os do mercado doméstico e (iii) acentuada queda nos preços de petroquímicos básicos, destacando-se o butadieno e benzeno. Somente esses dois produtos apresentaram receita líquida total R\$ 280 milhões menor comparada ao trimestre anterior e R\$ 258 milhões menor que no 1T08.

A receita com exportações no 1T09 foi de US\$ 335 milhões (25% da receita líquida), 20% inferior à receita de US\$ 420 milhões registrada no 4T08 (23% da receita líquida).

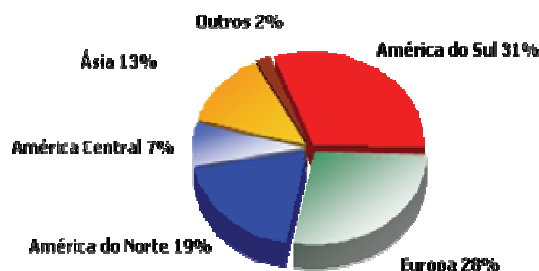
A seguir as variações da receita líquida total para estes períodos:



Na comparação com o 1T08, a receita líquida em US\$ do 1T09 foi 46% menor. Esta queda deve-se, principalmente, ao efeito combinado da queda dos preços internacionais e do mix de vendas, com maior representatividade pontual das exportações.

Nessa base de comparação, as receitas de exportações do 1T09 representaram 25% da receita líquida, comparado a 20% no 1T08. As vendas para América do Sul, América do Norte e Europa representaram 78% das exportações no 1T09, apoiadas pela maior atuação da Braskem nos seus escritórios comerciais nessas regiões. No entanto, merece destaque as vendas realizadas na América Central e Ásia, que representaram 20% das exportações da Braskem no período, com crescimento de 9 p.p. em relação ao trimestre anterior.

DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES (1T09)

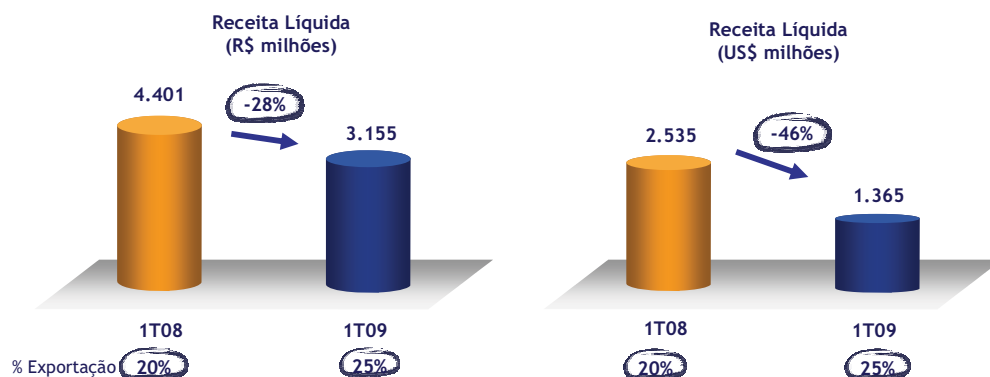


Abaixo as variações da receita líquida total para estes períodos:

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



No 1T09, 60% da receita líquida foi composta por resinas termoplásticas.



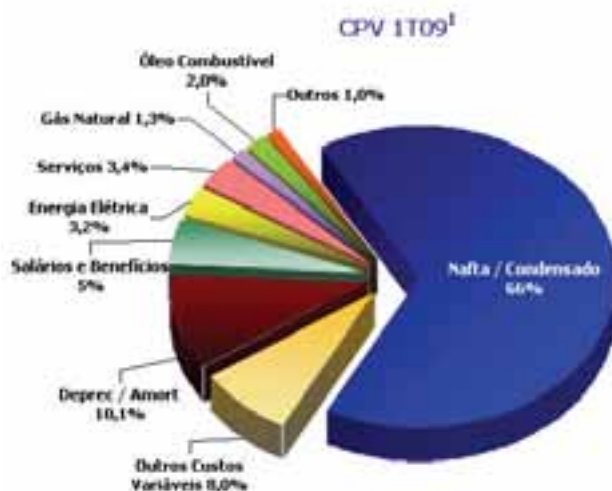
Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Durante o 1T09, o custo dos produtos vendidos ("CPV") da Braskem foi de R\$ 2,8 bilhões, uma queda de 19% em relação ao 4T08. Excluindo-se os custos relacionados ao processamento de condensado de ambos os períodos, o CPV reduziu 23%. Essa queda está diretamente relacionada à redução do custo de produção de resinas derivado dos novos patamares de preço da nafta, principalmente do 4T08, onde o preço médio ARA alcançou o seu nível mais baixo dos últimos 4 anos, sendo cotado em US\$ 364/t. Essa redução teve impacto favorável de R\$ 846 milhões entre os períodos. Por outro lado, houve um efeito de R\$ 78 milhões referente ao custo de estoques mais elevados que os de produção.



¹ Não inclui processamento de condensado e custos da Ipiranga Química

Em relação ao mesmo período do ano anterior, o CPV apresentou uma redução de 26% e, se excluídos os efeitos do processamento de condensado, a redução é de 30%. Da mesma forma, essa redução é explicada pela queda do preço da nafta nos últimos meses.

O preço da nafta ARA no 1T09 alcançou a média de US\$ 381/t, um aumento de 4,7% comparado ao preço médio de US\$ 364/t registrado no 4T08 e uma queda de 54,8% na comparação com o preço de US\$ 842/t do 1T08.

Durante o 1T09, a Braskem comprou 1.445 mil toneladas de nafta, das quais 1.069 mil toneladas (74%) foram adquiridas da Petrobras – sua principal fornecedora de matéria-prima. O restante, 375 mil toneladas (26%), foi importado diretamente pela Companhia, vindos principalmente do norte da África e da Argentina. O menor volume de compra de nafta no trimestre deve-se à redução da capacidade produtiva dos crackers ao final do 4T08 até meados de fevereiro de 2009.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (DVGA)

No 1T09, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas foram de R\$ 231 milhões, com redução de R\$ 29 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Em relação ao 4T08, a redução foi de R\$ 78 milhões, o que representa uma queda de 25%, em alinhamento com a estratégia da Companhia de manter seus custos e despesas fixas dentro de parâmetros que garantam a sua competitividade global.

As **Despesas de Vendas** no 1T09 foram de R\$ 121 milhões, um aumento de R\$ 28 milhões em comparação com o 1T08, principalmente devido ao crescimento das exportações no período, o que ocasionou o aumento das despesas variáveis de vendas. Em relação ao trimestre anterior, apesar do crescimento das exportações, as despesas de vendas apresentaram uma redução de R\$ 26 milhões, devido aos esforços da companhia em reduzir seus custos fixos e a eventos ocorridos no 4T08, a citar: (i) maior provisão para devedores duvidosos, e (ii) maiores despesas com armazenagem e logísticas ligadas à transferência de produtos entre os centros de distribuição.

00482-0 BRASKEM S.A.

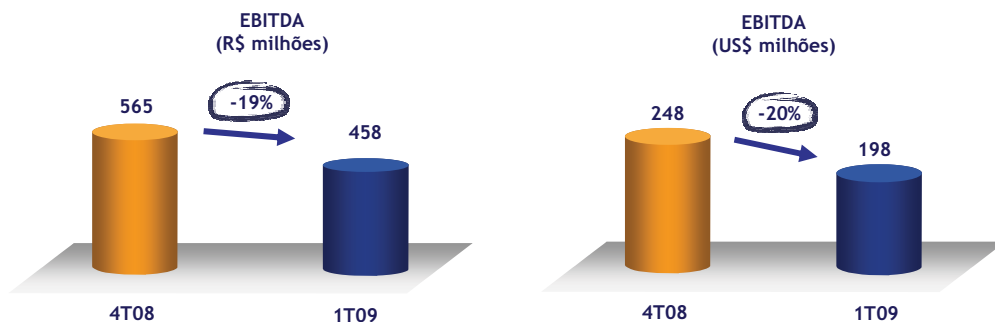
42.150.391/0001-70

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

No 1T09, as **Despesas Gerais e Administrativas** foram de R\$ 110 milhões, uma redução de R\$ 57 em relação às despesas registradas no 1T08 e de R\$ 52 milhões em relação ao 4T08, explicadas principalmente por: (i) esforço na redução de custos fixos, e (ii) reversão no 1T09 de provisão para participação nos resultados do ano de 2008, no valor de R\$ 25 milhões.

EBITDA

O EBITDA consolidado da Braskem no 1T09 foi de R\$ 458 milhões, o que representa uma queda de 19%, em relação ao 4T08. A combinação dos menores preços em dólar tanto para resinas como para os produtos de insumos básicos, e as menores margens advindas do aumento das exportações foram os principais fatores que impactaram o EBITDA, compensados positivamente por menores custos de nafta. Vale ressaltar também que a margem do trimestre ainda foi impactada por altos volumes e custos de estoque ao final de 2008. A margem EBITDA da Braskem no 1T09 foi de 14,5%, comparada à margem EBITDA de 13,7% obtida no trimestre anterior. Eliminando-se o efeito do ajuste de R\$ 97 milhões sobre os ganhos do processo de PIS e Cofins mencionado anteriormente, a margem do 1T09 foi de 11,5%. Quando expresso em dólares, o EBITDA no 1T09 atingiu o montante de US\$ 198 milhões, representando uma queda de 20% em relação ao trimestre anterior.

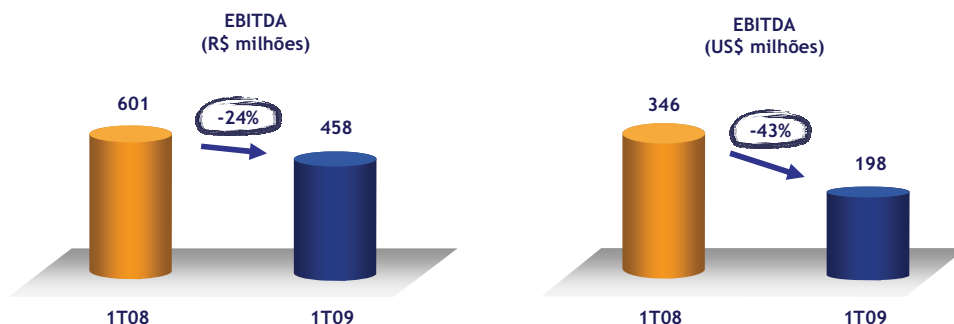


Em relação ao 1T08, o EBITDA em Reais da Braskem apresentou uma queda de 24%. Excluindo-se os efeitos do êxito com o processo judicial de PIS e Cofins, a redução seria de 40%, impactados, principalmente, pelos mesmos motivos já explicados. A queda em dólares foi mais acentuada devido à desvalorização do Real de 33% entre os períodos.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



O EBITDA do 1T09 foi um dos menores já registrados pela Braskem em sua história. É importante ressaltar, porém, que ele reflete uma condição ruim de mercado e de custo de estoque elevado em janeiro e fevereiro e um único mês representativo do que seriam os meses vindouros, que foi março, com operabilidade a plena carga, mercado doméstico mostrando sinais de volta à normalidade e estoques já regularizados.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido do 1T09 encerrou com uma despesa financeira líquida de R\$ 209 milhões, comparada a R\$ 2,2 bilhões no 4T08. Essa variação deveu-se ao fato do 4T08 estar impactado na desvalorização do real em 22,1%, enquanto no 1T09 ocorreu uma apreciação de 1%. Como a Braskem possui exposição líquida ao dólar (passivos atrelados a esta moeda maiores que os ativos), essa mudança de comportamento do câmbio afeta o resultado financeiro contábil. Essa exposição líquida é composta por: 72% do endividamento e cerca de 79% de fornecedores, parcialmente compensados por 30% do contas a receber e 39% do caixa. A Companhia considera adequada essa exposição, uma vez que a geração operacional de caixa é fortemente dolarizada.

Na comparação com o 1T08, o resultado financeiro líquido do 1T09 ficou num mesmo patamar.

Excluindo-se os efeitos da variação cambial e monetária, o resultado no 1T09 apresentou uma despesa de R\$ 242 milhões, com redução de R\$ 52 milhões em relação ao 4T08. Essa redução no 1T09 foi composta pelo aumento das receitas de juros, tanto sobre as aplicações financeiras como do aumento de juros sobre contas a receber de clientes.

Comparando-se o resultado financeiro do 1T09 com o mesmo período do ano anterior e, excluindo-se os efeitos da variação cambial e monetária, houve um aumento de R\$ 50 milhões devido, principalmente ao aumento do montante da dívida bruta no período.

Na tabela a seguir, detalhamos a composição do resultado financeiro da Braskem em bases trimestrais.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

(R\$ Milhões)			
	1T09	4T08	1T08
Despesas financeiras	(243)	(2.343)	(224)
Juros Financiamento	(185)	(186)	(124)
Varição Monetária (VM)	(50)	(74)	(37)
Varição Cambial (VC)	112	(1.944)	44
Desp c/Oper. Financ.(CPMF/IOF/IR)	(12)	(14)	(14)
Juros SELIC s/Passivos Tributários	(19)	(26)	(25)
Outras Despesas	(90)	(99)	(68)
Receitas financeiras	35	100	5
Juros	61	24	34
Varição Monetária (VM)	20	7	9
Varição Cambial (VC)	(56)	63	(43)
Juros SELIC s/Ativos Tributários	0	1	3
Outras Receitas	2	5	2
Resultado Financeiro Líquido	(209)	(2.243)	(219)

(R\$ Milhões)			
	1T09	4T08	1T08
Resultado Financeiro Líquido	(209)	(2.243)	(219)
Varição Cambial (VC)	56	(1.882)	1
Varição Monetária (VM)	(22)	(67)	(29)
Resultado Fin excluindo-se a VC e VM	(242)	(294)	(192)

É importante ressaltar que o efeito da variação cambial não tem impacto direto sobre o caixa da companhia no curto prazo. Esse valor representa o efeito da variação cambial, principalmente sobre o endividamento da Companhia, e será desembolsado por ocasião do vencimento da dívida, que tem prazo médio de 10,5 anos. Pelo perfil de geração de caixa da Braskem, atrelada ao dólar, a apreciação cambial, apesar do seu efeito contábil negativo, tem impacto líquido positivo sobre o fluxo de caixa da Companhia no médio prazo, na medida que o efeito positivo sobre a geração de caixa supera o efeito negativo sobre a dívida.

Com o objetivo de proteger o seu fluxo de caixa e reduzir a volatilidade ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento, a Braskem adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com sua Política de Gestão Financeira e com a Política de Gestão de Riscos. Em março de 2009, a Companhia possuía 2 operações de derivativos com finalidade de hedge (proteção) e características de vencimento, moedas, taxas e montantes que se adequam perfeitamente aos ativos e passivos que estão protegendo. Quaisquer cenários que se apresentem, ajustes positivos ou negativos nos hedges serão contrapostos por ajustes negativos ou positivos nos ativos e passivos.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Lucro Líquido

A Braskem registrou no 1T09 um lucro de R\$ 10 milhões, o que representou um aumento de R\$ 2,1 bilhões em relação ao prejuízo do 4T08, afetado pelo resultado financeiro negativo decorrente da desvalorização do real naquele período.

Em relação ao 1T08 houve uma redução de R\$ 70 milhões, principalmente decorrente do seu desempenho operacional em termos de menores margens no 1T09.

Fluxo de Caixa Livre

A **geração operacional de caixa (GOC)** da Braskem foi de R\$ 124 milhões no 1T09, comparada a uma geração de R\$ 2.023 milhões no trimestre anterior, representando uma redução de R\$ 1.899 milhões. Além do menor resultado operacional nesse trimestre, essa variação é explicada, pela contribuição de operações de otimização de capital de giro no 4T08, quando foram liberados R\$ 1,4 bilhão. No 1T09, as necessidades de capital de giro montaram a R\$ 186 milhões, sendo compostas principalmente por: (i) variação negativa de R\$ 372 milhões no Contas a Receber, afetado pela maior concentração de vendas em março e por menores volumes de antecipação de recebíveis em relação ao 4T08; (ii) redução de R\$ 502 milhões em Fornecedores, compensados parcialmente pela (iii) regularização dos níveis de estoques, com contribuição de R\$ 687 milhões.

R\$ milhões	1T09	4T08	1T08
Geração Operacional de Caixa	124	2.023	(277)
Juros Pagos	(174)	(237)	(132)
IR / CS Pagos	(3)	(25)	(22)
Atividades de investimento	(123)	(282)	(901)
Juros pagos e capitalizados *	(14)	(20)	(17)
Fluxo de Caixa Livre	(190)	1.459	(1.349)

* Os juros pagos e capitalizados são demonstrados no fluxo de caixa na linha de atividade de investimento

As atividades de investimento no 1T09 incluem gastos com parada programada, bem como investimentos em projetos que garantam retornos acima do seu custo de capital. Em 1T08, foi desembolsado o valor referente a última parcela da aquisição dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga, no valor de R\$ 638 milhões, além da última parcela do pagamento da Políteno, no valor de R\$ 247 milhões.

A Braskem está seguindo uma política bem conservadora de investimentos, concentrando-se naqueles prioritários e com alto retorno de modo que essa rubrica deve-se apresentar ao longo do ano em patamares significativamente menores que os dos anos anteriores.

00482-0 BRASKEM S.A.

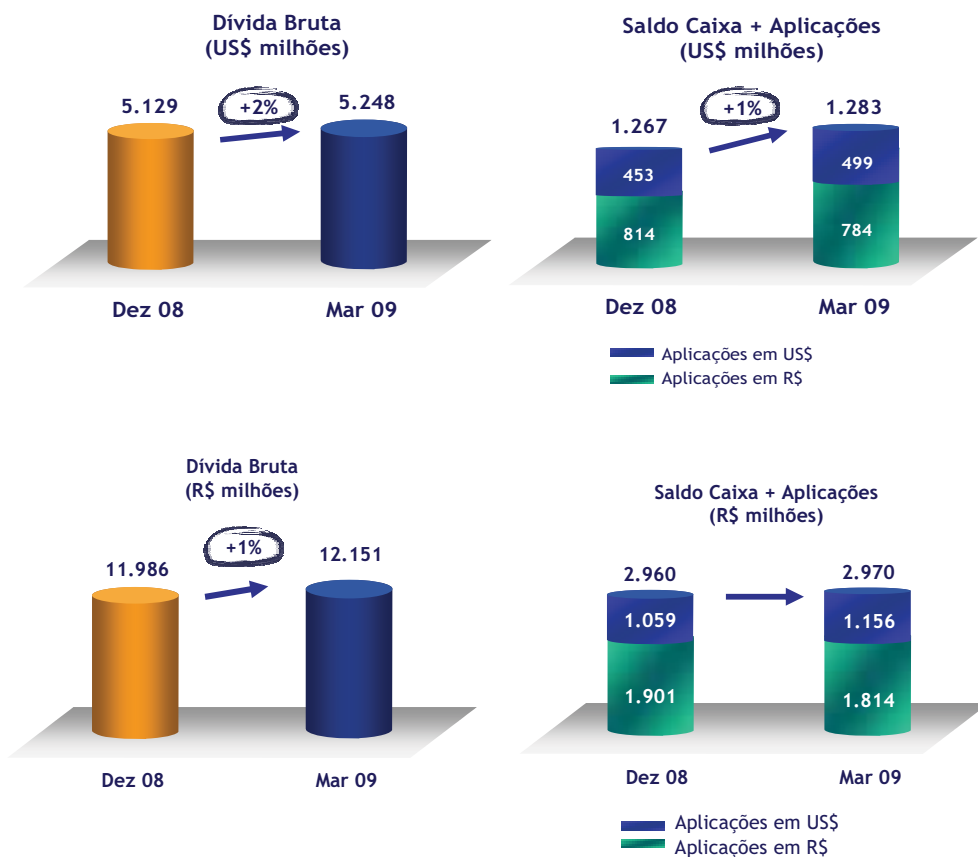
42.150.391/0001-70

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Estrutura de Capital e Liquidez

Em 31 de março de 2009, a Braskem apresentou dívida bruta de US\$ 5,2 bilhões, 2% maior do que a registrada em 31 de dezembro de 2008, devido basicamente à captação de R\$ 600 milhões na Caixa Econômica Federal compensada parcialmente pelas amortizações de principal e juros do período.

No 1T09, o saldo de caixa e aplicações apresentou crescimento de 1% em relação a 31 de dezembro de 2008, alcançando US\$ 1.283 milhões, impactado principalmente pelo fortalecimento do caixa da Companhia com a captação de R\$ 600 milhões da Caixa Econômica Federal ingressados em março.

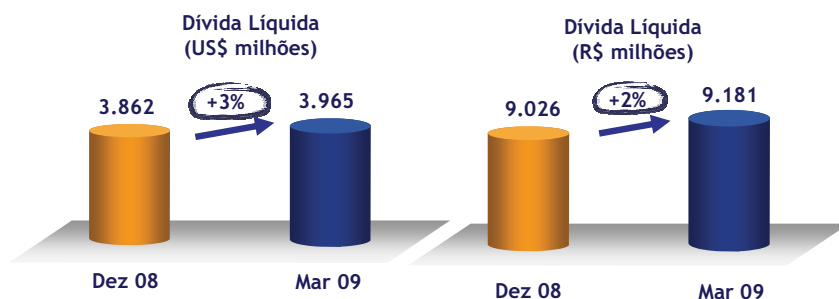


Dessa forma, a dívida líquida consolidada da Braskem em 31 de março de 2009 foi de US\$ 3.965 milhões, 3% acima da dívida líquida registrada em 31 de dezembro de 2008. Em reais, a dívida líquida foi de R\$ 9.181 milhões em 31 de março de 2009, 2% acima da registrada em 31 de dezembro de 2008.

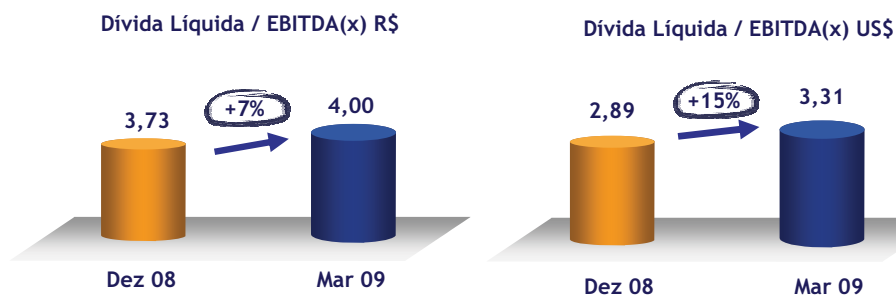
00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



Com a manutenção da dívida líquida e a diminuição do EBITDA dos últimos doze meses, a alavancagem financeira da Companhia, quando medida em reais, medida pelo indicador Dívida Líquida/EBITDA, passou de 3,73x no 4T08 (últimos 12 meses) para 4,00x no 1T09. A relação dívida líquida/EBITDA, quando expressa em dólares, passou de 2,89x no 4T08 para 3,31x ao final de março.



O prazo médio do endividamento reduziu para 10,5 anos ao final de março de 2009, com a o ingresso do financiamento de 4 anos, no montante de R\$ 600 milhões, da Caixa Econômica Federal.

Ao final de março de 2009 o endividamento atrelado ao dólar norte-americano era de 72% contra 74% observado ao final do 4T08. Abaixo, detalhamos o endividamento bruto por categorias e por indexadores.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



O gráfico a seguir ilustra a agenda de amortização consolidada da Companhia em 31 de março de 2009.



A Braskem manteve no 1T09 um patamar de liquidez bastante elevado, tendo mantido seu saldo de disponibilidades em R\$ 3 bilhões. E mesmo em um trimestre com geração de caixa abaixo dos níveis normais, conseguiu reduzir os vencimentos previstos para 2009 de modo que hoje possui R\$ 1,7 bilhão de previsão de amortização no ano face a um caixa de R\$ 3 bilhões em 31 de março de 2009.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	13a.
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/34
4 - DATA DO REGISTRO CVM	28/06/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/06/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/06/2010
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	300.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	30.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	30.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	04
2 - Nº ORDEM	14a.
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2006/034
4 - DATA DO REGISTRO CVM	22/09/2006
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/09/2006
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/09/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	500.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	50.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	50.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Informações complementares:

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Nível 1), seguem os requisitos adicionais para as Informações Trimestrais – ITR na data-base de 31 de março de 2009:

1) Acionistas com mais de 5% das ações de cada espécie e classe

➤ **Composição - Acionistas da Braskem**

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de pessoa física								
ACIONISTA – BRASKEM S.A.	AÇÕES							
	ORDINARIAS		PREFERENCIAIS classe "A"		PREFERENCIAIS classe "B"		TOTAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
ODEBRECHT S.A.	89.052.470	46,8	2				89.052.472	17,5
BELGRÁVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.			78.512.673	24,8			78.512.673	15,5
NORDESTE QUÍMICA S.A. – NORQUISA	29.639.199	15,6	2.185.246	0,7			31.824.445	6,3
PETROBRAS QUÍMICA S.A.- PETROQUISA (1) (2)	59.014.254	31,0	61.666.920	19,4			120.681.174	23,8
BNDESPAR			26.495.825	8,4			26.495.825	5,2
THE B O N YORK ADR DEPARTMENT (3)			18.527.454	5,9			18.527.454	3,7
OUTROS	12.756.523	6,6	129.096.613	40,8	593.818	100,00	142.446.954	28,0
TOTAL	190.462.446	100,00	316.484.733	100,00	593.818	100,00	507.540.997	100,00

(1) Empresa de capital aberto

(2) Conforme AGE de 30/05/2008, a Petroquisa recebeu 46.903.320 ações ordinárias e 43.144.662 ações PNAs de emissão da Braskem pela integração, na Braskem, dos ativos petroquímicos da Petrobras.

(3) Empresa de capital do exterior

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição - Acionistas da ODEBRECHT S.A.

ODEBRECHT S.A.						
CNPJ nº: 05.144.757/0001-72						
ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
ODBINV S.A.	1.277.823.760	100,00	1.277.823.749		2.555.647.509	100,00
OUTROS (CONSELHEIROS)			11		11	
TOTAL	1.277.823.760	100,00	1.277.823.760	100,00	2.555.647.520	100,00

ODBINV S.A.						
CNPJ nº 15.105.588/0001-15						
ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
KIEPPE PART. E ADM. LTDA.	144.431.553.308	63,92	0	0	144.431.553.308	62,92
GRAAL PARTICIPAÇÕES LTDA.	47.395.697.145	20,97	0	0	47.395.697.145	20,65
OUTROS	34.139.163	15,11	3.594.466.305	100,00	37.733.629.451	16,43
TOTAL	225.966.413.599	100,00	3.594.466.305	100,00	229.560.879.904	100,00

GRAAL PARTICIPAÇÕES LTDA.		
CNPJ nº 14.826.903/0001-30		
SÓCIO QUOTISTA	QUOTAS	
	QUANTIDADE	%
VICTOR CALIXTO GRADIN BOULHOSA	1.266	0,01
ANA MARIA DE ALMEIDA GRADIN	20.356.317	33,33
BERNARDO AFONSO DE ALMEIDA GRADIN	20.356.317	33,33
MIGUEL DE ALMEIDA GRADIN	20.356.317	33,33
TOTAL	61.070.217	100,00

KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.		
CNPJ nº 04.215.837/0001-09		
SÓCIO QUOTISTA	QUOTAS	
	QUANTIDADE	%
KIEPPE PATRIMONIAL LTDA.	11.060.900	99,87
NORBERTO ODEBRECHT	3.000	0,03
NORBERTO ODEBRECHT JUNIOR	2.500	0,02
FRANCISCO PELTIER QUEIROZ	2.500	0,02
EDUARDO ODEBRECHT	3.000	0,03
EMÍLIO ALVES ODEBRECHT	3.000	0,03
TOTAL	11.074.900	100,00

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

KIEPPE PATRIMONIAL LTDA.

CNPJ nº 02.878.630/0001-99

SÓCIO QUOTISTA	QUOTAS	
	QUANTIDADE	%
CAPE PATRIMONIAL LTDA.	11.189.019	13,42
RIOCON PATRIMONIAL LTDA.	18.346.995	21,97
N.O. JR.PATRIMONIAL LTDA.	18.346.995	21,97
IPQ PATRIMONIAL S/C LTDA.	18.346.995	21,97
EAO PATRIMONIAL S/C LTDA.	17.261.656	20,67
TOTAL	83.491.660	100,00

CAPE PATRIMONIAL LTDA.

CNPJ nº 02.853.234/0001-07

SÓCIO QUOTISTA	QUOTAS	
	QUANTIDADE	%
EDUARDO ODEBRECHT DE QUEIRÓZ	166.452	25,00
PAULO ODEBRECHT DE QUEIRÓZ	166.452	25,00
ALEXANDRE ODEBRECHT DE QUEIRÓZ	166.452	25,00
CRISTINA ODEBRECHT DE QUEIRÓZ	166.452	25,00
TOTAL	665.808	100,00

RIOCON PATRIMONIAL LTDA.

CNPJ nº 02.853.248/0001-20

SÓCIO QUOTISTA	QUOTAS	
	QUANTIDADE	%
EDUARDO ODEBRECHT	538.597	51,02
MARIA DA GLÓRIA N. ODEBRECHT	517.009	48,98
JULIANA NOVIS ODEBRECHT	1	0,00
NORBERTO ODEBRECHT NETO	1	0,00
SOLANGE NOVIS ODEBRECHT	1	0,00
VERÔNICA NOVIS ODEBRECHT	1	0,00
TOTAL	1.055.610	100,00

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

N.O. JR. PATRIMONIAL LTDA.		
CNPJ nº 02.878.630/0001-99		
SÓCIO QUOTISTA	QUOTAS	
	QUANTIDADE	%
NORBERTO ODEBRECHT JUNIOR	3.107.094	100,00
NORBERTO ODEBRECHT	01	0,00
YOLANDA ALVES ODEBRECHT	01	0,00
TOTAL	3.107.096	100,00

IPQ PATRIMONIAL LTDA.		
CNPJ nº 02.878.774/0001-45		
SÓCIO QUOTISTA	QUOTAS	
	QUANTIDADE	%
FRANCISCO PELTIER QUEIRÓZ	808.514	51,02
ILKA ODEBRECHT PELTIER QUEIRÓZ	776.104	48,98
FRANCISCO PELTIER QUEIRÓZ FILHO	02	0,00
IOLANDA P.QUEIRÓZ NEVES DA ROCHA	02	0,00
EMILIO ODEBRECHT PELTIER QUEIRÓZ	02	0,00
TOTAL	1.584.624	100,00

EAO PATRIMONIAL LTDA.		
CNPJ nº 02.853.218/0001-14		
SÓCIO QUOTISTA	QUOTAS	
	QUANTIDADE	%
MARCELO BAHIA ODEBRECHT	527.809	25,00
MÔNICA BAHIA ODEBRECHT	527.809	25,00
MARCIA BAHIA ODEBRECHT	527.809	25,00
MAURICIO BAHIA ODEBRECHT	527.809	25,00
TOTAL	2.111.236	100,00

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

➤ **Composição - Acionistas da Belgrávia Empreendimentos Imobiliários S.A.**

BELGRÁVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.						
CNPJ nº: 71.884.431/0001-06						
ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.	48.375.923	100,00			48.375.923	100,00
ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A.	1				1	
TOTAL	48.375.924	100,00			48.375.924	100,00

CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.						
CNPJ nº: 15.102.288/0001-82						
ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
ODEBRECHT S.A.	163.298.200	100,00	118.800.974	100,00	282.099.174	100,00
Emílio Alves Odebrecht	1	0,00	0	0,000	1	0,000
Gilberto Pedreira de Freitas Sá	1	0,00	0	0,000	1	0,000
Luiz Fernando Souza Villar	1	0,00	0	0,000	1	0,000
Pedro Augusto Ribeiro Novis	1	0,00	0	0,000	1	0,000
Renato José Baiardi	1	0,00	0	0,000	1	0,000
Sergio Foguel	1	0,00	0	0,000	1	0,000
Victor Gradin	1	0,00	0	0,000	1	0,000
TOTAL	163.298.207	100,00	118.800.974	100,00	282.099.181	100,00

➤ **Composição - Acionistas da Nordeste Química S.A. - NORQUISA**

Distribuição do capital social da pessoa jurídica (acionista da Companhia), até o nível de pessoa física						
ACIONISTA - NORDESTE QUÍMICA S.A. "NORQUISA"	AÇÕES					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ODEBRECHT S.A. Odbinv S/A	637.599.561	100,00	126.801.982	100,00	764.401.543	100,00
	1				1	
	637.599.562	100,00	126.801.982	100,00	764.401.544	100,00

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

ODEBRECHT S.A.						
CNPJ nº: 05.144.757/0001-72						
ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
ODBINV S.A.	1.277.823.760	100,00	1.277.823.749		2.555.647.509	100,00
OUTROS (CONSELHEIROS)			11		11	
TOTAL	1.277.823.760	100,00	1.277.823.760	100,00	2.555.647.520	100,00

➤ **Composição - Acionistas da Petrobras Química S.A. - PETROQUISA**

PETROBRAS QUÍMICA S.A. - "PETROQUISA"						
CNPJ nº: 33.795.055.0001/94						
ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (1)	13.508.636.558	100,00	12.978.886.103	100,00	26.487.522.661	100,00
TOTAL	13.508.636.558	100,00	12.978.886.103	100,00	26.487.522.661	100,00

(1) Empresa de capital aberto

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

2) Evolução da participação acionária de Controladores, Administradores e ações em circulação nos últimos 12 meses.

Posição acionária consolidada dos controladores e administradores e ações em circulação Posição em 31/03/2009								
ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS classe "A"		PREFERENCIAIS classe "B"		TOTAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Controladores	118.691.669	62,32	80.697.921	25,50			199.389.590	39,29
Administradores:								
Conselho de Administração	9		75.056	0,03			75.065	0,01
Diretoria			6.000				6.000	
Conselho Fiscal			8.200				8.200	
Outros acionistas	71.770.768	37,68	235.697.556	74,47	593.818	100,00	308.062.142	60,70
Total	190.462.446	100,00	316.484.733	100,00	593.818	100,00	507.540.997	100,00
Ações em circulação	71.770.768	37,68	235.697.556	74,47	593.818	100,0	308.062.142	60,70

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Posição acionária consolidada dos controladores e administradores e ações em circulação Posição em 31/03/2008								
ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS classe "A"		PREFERENCIAIS classe "B"		TOTAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Controladores	118.691.669	79,23	80.697.919	28,60			199.389.588	46,06
Acionistas signatários de Memorando de Entendimentos	12.110.937	8,08	18.522.258	6,56			30.633.195	7,08
Sub Total	130.802.606	87,31	99.220.177	35,16			230.022.783	53,14
Administradores:								
Conselho de Administração	7		75.058	0,03			75.065	0,02
Diretoria								
Conselho Fiscal								
Ações em tesouraria								
Outros acionistas vinculados ao								
Controlador	580.331	0,39	290.165	0,10			870.496	0,20
Outros acionistas	18.427.926	12,30	182.638.275	64,71	803.066	100,00	201.869.267	46,64
Total	149.810.870	100,00	282.223.675	100,00	803.066	100,00	432.837.611	100,00
Ações em circulação	18.427.926	12,30	182.638.275	64,71	803.066	100,00	201.869.267	46,64

- Em 6 de março de 2008, foi aprovado o cancelamento de 16.595.000 ações preferenciais classe "A" da Companhia, até então mantidas em tesouraria e contabilizadas pelo valor de R\$ 244.456. Esse valor foi baixado da reserva de lucro para expansão.
- Em 28 de abril de 2008, foi comunicada ao mercado a dissidência dos acionistas detentores de 2.108.823 ações ordinárias e de 209.048 ações preferenciais classe "B" da Companhia em relação à ratificação da operação de compra do controle dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga. As ações foram reembolsadas em 11 de março de 2008, pelo valor seu patrimonial em 31 de dezembro de 2007, de R\$ 13,50 por ação, totalizando R\$ 31.292.
- Em 30 de maio de 2008, os acionistas da Braskem Participações aprovaram a redução do seu capital e a transferência, para a Companhia, de 580.331 ações ordinárias e 290.165 ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia, no valor de R\$ 13.110.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

- Em 30 de maio de 2008, foi aprovada a incorporação de ações, a valor contábil, de emissão da Grust Holdings S.A. (“Grust”), até então subsidiária integral da Petroquisa e detentora, direta ou indiretamente, dos seguintes ativos petroquímicos: (i) 36,47% do capital votante da Copesul, (ii) 40% do capital votante da IPQ; (iii) 40% do capital votante da IQ; e (iv) 40% do capital votante da Petroquímica Paulínia. Após a incorporação de ações, a Braskem passou a ser detentora de 99,17% do capital votante da Copesul e de 100% do capital votante da IPQ, IQ e Petroquímica Paulínia. Esta última era controlada em conjunto com Petroquisa.

Com a incorporação de ações, a Petroquisa recebeu 46.903.320 novas ações ordinárias e 43.144.662 novas ações preferenciais classe “A” de emissão da Braskem, com base na seguinte relação de substituição determinada a partir dos valores econômicos da Grust e da Braskem, conforme laudos emitidos por empresas especializadas: 0,067419126039 ação ordinária e 0,062016407480 ação preferencial classe “A” de emissão da Braskem para cada 1(uma) ação ordinária de emissão da Grust. Por sua vez, a Braskem recebeu 695.697.538 ações ordinárias detidas pela Petroquisa na Grust. A incorporação das ações resultou em aumento do capital social da Braskem no valor de R\$ 720.709, que corresponde ao valor contábil do patrimônio líquido da Grust em 31 de março de 2008 (Nota explicativa 19(a)).

- Em 10 de julho de 2008, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da controlada Grust, o aumento do seu capital social, sem emissão de novas ações, mediante capitalização dos lucros correntes apurados em 30 de junho de 2008, no valor de R\$ 102.117, passando o capital social de R\$ 695.698 para R\$ 797.815.
- Em 16 de julho de 2008, foi aprovado, em Assembléia Geral Extraordinária da controlada IPQ, o aumento de seu capital social mediante aporte, pela Grust, de sua participação na Copesul, no valor de R\$ 302.630, passando de R\$ 349.507 para R\$ 652.137, mediante a emissão de 11.938.022.669 de ações ordinárias.
- Em 28 de julho de 2008, foi aprovada, em Assembléia Geral Extraordinária da controlada Grust, a redução de seu capital social, no valor de R\$ 797.815, passando-o para R\$ 10,00 (dez reais), com o conseqüente cancelamento de 695.697.528 ações ordinárias, aprovando-se, por conseguinte, a restituição à Braskem dos seguintes ativos avaliados a valor contábil de 30 de junho de 2008:
 - (i) 174.429.784.996 ações ordinárias da Ipiranga Química, no valor de R\$ 398.455;
 - (ii) 11.938.022.669 ações ordinárias de emissão da IPQ, no valor de R\$ 302.631 e
 - (iii) 112.000 ações ordinárias de emissão da Petroquímica Paulínia, no valor R\$ 96.729.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Com a referida transferência, a Braskem passou a deter, de forma direta, 100% dos capitais votantes da Ipiranga Química e Petroquímica Paulínia, 25,975% do capital votante da IPQ e 39,186% do capital votante da Copesul.

- Em 11 de setembro de 2008, foi aprovada, em Assembleias Gerais Extraordinárias, a incorporação da Copesul pela IPQ. A incorporação resultou em aumento do capital social da IPQ no valor de R\$ 585.267, passando de R\$ 652.137 para R\$ 1.237.404, mediante a emissão de 23.695.195.295 ações preferenciais. O referido aumento teve como base o valor do patrimônio líquido da Copesul em 31 de julho de 2008 (data-base da operação), nos termos e condições estabelecidos no “Protocolo e Justificação”, datado de 22 de agosto de 2008, que estabeleceu a relação de troca com base no valor econômico da IPQ e da Copesul, segundo o qual cada 1 (uma) ação de emissão da Copesul fez jus ao recebimento de 524 ações preferenciais da IPQ. As variações patrimoniais ocorridas na Copesul entre a data-base e a data de incorporação foram refletidas integralmente na IPQ na conta de resultado de equivalência patrimonial.
- Em 30 de setembro de 2008, foi aprovada em Assembleias Gerais Extraordinárias da Braskem e da Ipiranga Química (IQ), a cisão parcial da IQ, com versão da parcela cindida para a Companhia, relativa às participações na IPQ e na ISATEC – Pesquisa, Desenvolvimento e Análises Químicas Ltda. (“ISATEC”).
- Ainda em 30 de setembro, foram aprovadas, em Assembleias Gerais Extraordinárias as incorporações, pela Braskem, da IPQ e Petroquímica Paulínia nos termos e condições estabelecidos no protocolo de justificação de incorporação, datado de 12 de setembro de 2008. Foi aprovado, nesta mesma assembleia, o aumento do capital da Companhia em R\$ 14.146, o qual passou de R\$ 5.361.656 para R\$ 5.375.802, mediante a emissão de 1.506.061 ações preferenciais classe “A”, que foram entregues aos acionistas remanescentes da IPQ, agora acionistas da Braskem.
- Em 22 de dezembro de 2008, foi aprovado o cancelamento de 16.850.657 ações, sendo 6.251.744 ações ordinárias, 10.389.665 ações preferenciais classe “A” e 209.248 ações preferenciais classe “B” da Companhia, contabilizadas pelo valor de R\$ 199.904. Este cancelamento, juntamente com o aprovado em 6 de março, no montante de R\$ 444.360 e foi baixado da conta de reserva de lucros para expansão.

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos
Acionistas e Administradores da
Braskem S.A.
Camaçari - BA

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) da Braskem S.A. e dessa Companhia e suas controladas (informações consolidadas) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, de fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob responsabilidade de sua Administração. As informações contábeis da controlada, IQ Soluções & Química S.A. em 31 de março de 2009 foram revisadas por outros auditores independentes, e a nossa revisão, no que se refere ao valor dos investimentos (R\$ 97.526 mil) e dos resultados (R\$ 1.802 mil) decorrentes dessa controlada, está baseada exclusivamente nas cartas conforto emitidas por esses outros auditores.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, e no relatório emitido por outro auditor independente, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 (a), a Companhia tem acumulado créditos de ICMS ao longo dos últimos exercícios, provenientes substancialmente da diferença entre as alíquotas das entradas e saídas dos insumos e produtos, saídas internas incentivadas com diferimento da tributação e vendas destinadas ao mercado externo no montante de R\$ 1.185.497 mil (R\$ 1.195.463 mil – consolidado) em 31 de março de 2009. A realização desses créditos depende do sucesso na implantação dos planos da Administração descritos naquela mesma Nota Explicativa. As Informações Trimestrais em 31 de março de 2009 não contemplam quaisquer ajustes relativos à recuperação desses créditos em decorrência dessa incerteza.
5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19 (c), face à discussão quanto à constitucionalidade da Lei nº 7.689/88, a Companhia, em processo que também envolve as incorporadas OPP Química, Trikem e Polialden, está discutindo judicialmente o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL) onde já houve trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) e a União adentrou em ação rescisória. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que avaliaram a perspectiva de êxito como possível, acredita que deverá obter êxito em seus pleitos de manutenção do não-recolhimento e,

00482-0 BRASKEM S.A.

42.150.391/0001-70

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

em caso de perda da ação rescisória, a decisão não poderá retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da lei. Consequentemente, para fins de elaboração das Informações Trimestrais mencionadas no parágrafo 1, não foi constituída qualquer provisão para eventuais desfechos desfavoráveis relativo aos exercícios considerados nos autos de infração, bem como para os exercícios ainda não fiscalizados pela Receita Federal.

6. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 (c) a OPP Química S.A., incorporada pela Companhia em 2003, fundamentada na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no montante de R\$ 1.030.125 mil (R\$ 2.754.619 mil atualizado até 31 de março de 2009 - R\$ 2.682.176 mil em 31 de dezembro de 2008), os quais foram compensados com o próprio IPI e outros tributos federais. Embora esta decisão tenha sido objeto de Agravo Regimental pela Fazenda Nacional onde não se questiona o direito ao crédito, mas imprecisões da decisão quanto a aspectos relativos ao caso de insumos não tributados, à atualização monetária e à alíquota a ser utilizada para fins de cálculo dos créditos e, pelos autos de infração lavrados contra a Companhia, a Administração baseada na opinião de seus assessores jurídicos considera possíveis as chances de êxito, razão pela qual, nenhuma provisão foi registrada nas Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2009.
7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

04 de maio de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-S-BA

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6-S-BA

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00482-0	BRASKEM S.A.	42.150.391/0001-70

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	11
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	12
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	13
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	14
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	16
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	18
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	20
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	21
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	22
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	97
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	98
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	111
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	113
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	123/124

